



**52**  
REVISTA  
PORTUGUESA  
DE  
HISTÓRIA

COIMBRA 2021

(Página deixada propositadamente em branco)

Revista Portuguesa  
de História

(Página deixada propositadamente em branco)

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Revista Portuguesa  
de História

TOMO LII

Coimbra 2021

## **Estatuto editorial/Editorial guidelines**

A *Revista Portuguesa de História* foi criada em 1941, no âmbito do Instituto António de Vasconcelos, designado, desde 1975, Instituto de História Económica e Social. Está empenhada na divulgação dos resultados da investigação histórica nas áreas da História Portuguesa e Mundial, sob a forma de artigos, recensões críticas e notícias. Todos os artigos publicados nesta revista anual são objeto de rigorosa arbitragem científica. A RPH segue o Código de ética e Guia de Boas Práticas da Imprensa da Universidade de Coimbra. A RPH está indexada nas seguintes plataformas: Web of Science, Latindex, Scientific Journal Impact, Dialnet, European Reference Index for the Humanities and Social Sciences, Scopus, DOAJ, SherpaRomeo.

The *Revista Portuguesa de História (Portuguese Journal of History)* was created in 1941, as a scientific organ of the Instituto António de Vasconcelos, renamed, since 1975, Instituto de História Económica e Social (Institute of Economic and Social History) in the Faculty of Arts of the University of Coimbra. The RPH is strongly committed to spreading the outcomes of historical research in the fields of Portuguese and World History through articles, critical reviews and news. All articles published in this annual journal have undergone a rigorous blind peer review process. The RPH follows the Code of Ethics and Good Practice Guide of the Coimbra University Press. A RPH is indexed in Web of Science, Latindex, Scientific Journal Impact, Dialnet, European Reference Index for the Humanities and Social Sciences, Scopus, DOAJ, SherpaRomeo.

### **Antigos diretores Past directors**

Torquato de Sousa Soares  
Luís Ferrand de Almeida  
António de Oliveira  
Maria Helena da Cruz Coelho

### **Diretora Director**

Margarida Sobral Neto

### **Coordenação científica do volume**

Scientific coordinator of the volume  
Ana Isabel Ribeiro  
Margarida Sobral Neto

### **Conselho de Redação Redatorial Board**

Ana Isabel Ribeiro (FLUC)  
Irene Maria Vaquinhas (FLUC)  
João Paulo Avelãs Nunes (FLUC)  
Leontina Ventura (FLUC)  
Maria Alegria Marques (FLUC)  
Maria Antónia Lopes (FLUC)  
Maria José Azevedo Santos (FLUC)  
Maria do Rosário Morujão (FLUC)  
Saul António Gomes (FLUC)

### **Conselho Consultivo Advisory Board**

Amélia Polónia (U. Porto)  
Ángel Vaca Lorenzo (U. Salamanca)  
Armando Luís de Carvalho Homem (U. Porto)  
Eloy Fernández-Clemente (U. Zaragoza)  
Fernando Taveira da Fonseca (FLUC)  
Filipe Themudo Barata (U. Évora)  
Filipe Ribeiro de Meneses (National University of Ireland)  
Gaspar Martins Pereira (U. Porto)  
Giovanni Chérubini (U. Florença)  
Inês Amorim (U. Porto)  
Jaime Reis (ICS, Lisboa)  
Jean-Marc Moriceau (U. Caen)  
João Marinho dos Santos (FLUC)  
José Amado Mendes (FLUC)  
José Ángel Ladero Quesada (U. Complutense de Madrid)  
José Damião Rodrigues (U. Lisboa)

Luís Enriques Bezires (U. Salamanca)

Luis Miguel Duarte (U. Porto)

Márcia Motta (U. Federal Fluminense)

Maria Eugénia Mata (U. Nova de Lisboa)

Maria Helena da Cruz Coelho (FLUC)

Martina de Moor (Institute for History; University of Utrecht)

Patrick J. Geary (UCLA)

Paulo Pinheiro Machado (U. Federal Fluminense)

Pegerto Saavedra (U. Santiago de Compostela)

Pedro Cardim (U. Nova de Lisboa)

Sérgio Campos Matos (U. Lisboa)

### **Coordenação técnica e administrativa**

Technical and administrative coordination

Carla Rosa

### **Endereço**

Revista Portuguesa de História

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Largo da Porta Férrea

3004-530 Coimbra Portugal

<http://www.uc.pt/fluc/ihes/publicacoes/rph>

gapci@fl.uc.pt

Telefone/Phone (351) 239 859 984

### **Capa Cover Design**

Rodrigo Fonseca

### **Edição Edition**

Imprensa da Universidade de Coimbra

### **Infografia Infographics**

Mickael Silva

### **Impressão Printing**

Depósito Legal n.º 1409/82

ISSN 0870.4147

ISSN digital: 2183-3796

DOI: [https://doi.org/10.14195/0870-4147\\_52](https://doi.org/10.14195/0870-4147_52)

## Editorial

A Revista Portuguesa de História (RPH) cumpre este ano 80 anos de publicação ininterrupta de artigos e recensões críticas. No ano em que se completam oito décadas de publicação, decidimos dedicar o editorial aos princípios fundadores desta publicação científica e enlaçar esta celebração com uma evocação breve da obra do Prof. Doutor António de Oliveira, que nos deixou no dia 1 de janeiro de 2021.

A ideia da criação de uma revista dedicada ao estudo da História de Portugal surgiu no *Instituto de Estudos Históricos* da Faculdade de Letras de Coimbra. Integravam este instituto, considerado por Torquato de Sousa Soares como “um centro de Estudos de História de Portugal”, um grupo de docentes/investigadores de referência da historiografia portuguesa: os Doutores Damião Peres, Joaquim de Carvalho, Virgílio Correia, Manuel Lopes de Almeida, Paulo Merêa, Luís Cabral de Moncada, Mário Brandão e Torquato de Sousa Soares. Integrava ainda esta unidade de investigação o Doutor António de Vasconcelos (AV) que se jubilara em 1931.

O reconhecimento institucional do estatuto científico da História, requisito necessário para a sua aceitação plena no mundo universitário, implicava, ao tempo, entre outros fatores, a existência de publicações periódicas onde fossem partilhados os frutos da investigação bem como discutidos os seus resultados. Nos anos trinta do século passado destacavam-se no campo da História entre outras, a “madura” *Revue historique* e a jovem “rebelde” *Annales de histoire économique et sociale*. Ambas chegavam à Faculdade de Letras. Impunha-se, assim, a criação de uma revista universitária dedicada à História. Os membros do *Instituto de Estudos Históricos* decidiram dedicar o primeiro número a António de Vasconcelos e projetaram-no para simbolicamente assinalar os dez anos da sua jubilação. Atrasos na publicação que podem ser atribuídos às vicissitudes de uma Europa novamente em guerra impediram-nos de entregar em mão ao eminente professor da Faculdade de Letras o tomo que tinham preparado com tanto empenho. A morte chegou primeiro e levou-lhes o Mestre. Num texto escrito pela redação da revista e colocado, em folha solta, no tomo I pode ler-se:

“O atraso que, malgrado nosso, houve na conclusão deste tomo, não permitiu a sua publicação senão depois da morte ter arrebatado ao nosso convívio a figura insigne do Mestre eminentíssimo que foi o Prof. Doutor António

de Vasconcelos prestando à memória do glorioso fundador do nosso Instituto a homenagem que por todos os títulos lhe é devida”.

A morte privou-os do convívio com o Mestre, mas AV havia de permanecer como figura tutelar do *Instituto de Estudos Históricos*, a partir de 1941 e até 1975, designado como *Instituto de Estudos Históricos António de Vasconcelos*.

A construção da memória de AV verte-se nas páginas do primeiro tomo da RPH onde consta uma lista de 223 títulos publicados na área da História e de alguns testemunhos solicitados para o volume inaugural. Entre eles destacamos o de Damião Peres que aponta o “magistério notabilíssimo que instituiu, em Coimbra, o ensino da Epigrafia e da Numismática e restaurou o da Paleografia, da Diplomática e da Esfragística”. Entre as publicações, extensas e diversificadas, distinguiu os estudos sobre *D. Isabel de Aragão, Inês de Castro e a Sé Velha de Coimbra*, obras de “harmoniosa conjugação de arte e de ciência”. Por sua vez, como ilustração dos princípios de objetividade que orientavam o teólogo e historiador, Paulo Merêa selecionou o seguinte retirado da obra que AV escrevera sobre a esposa de D. Dinis: “Guiados pela História, avançamos até à morte da Santa Rainha, mas nenhum fio seguro pode conduzir-nos além dessa meta”.

A figura tutelar do Instituto, que foi o lugar de gestação da RPH, deixara como herança um legado de história positiva nos métodos, mas abrangente nos conteúdos, ultrapassando, assim, os domínios da história política e institucional medieval. Por sua vez, os membros da redação da Revista investigavam em diversificados campos: História dos Descobrimentos (Damião Peres), História da Cultura e da Filosofia (Joaquim de Carvalho), Arqueologia (Virgílio Correia), História Social (Manuel Lopes de Almeida), História do Direito e das Instituições (Paulo Merêa e Luiz Cabral de Moncada), História das Instituições (Mário Brandão e Torquato Sousa Soares).

Nesta revisitação ao lugar e tempo da criação da RPH, que não tem um mero objetivo comemoracionista, mas antes um regresso ao momento fundador necessário à projeção do futuro, evocamos os princípios orientadores da revista enunciados no primeiro editorial:

“A falta cada vez mais sensível de uma revista portuguesa de História levou a Direcção do Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos a promover a publicação de um anuário que seja simultaneamente o testemunho vivo da sua actividade cultural e a projecção dessa actividade em todo o País. Assim, existindo, essencialmente, para arquivar a produção do núcleo de estudiosos que se agrupam no Instituto, nem por isso enjeita a contribuição de estranhos que queiram trabalhar de harmonia com os seus métodos de investigação e crítica histórica. E porque o trabalho histórico é, por natureza,

um trabalho de colaboração, procurará ainda a Revista Portuguesa de História pôr-se desde já em contacto com os diversos países da Europa e da América, dando a conhecer, por intermédio dos seus valores mais representativos, os resultados da sua actividade científica – resultados esses que tanto podem dar novos rumos à historiografia nacional que a nossa revista procura, sobretudo, impulsionar e servir”.

O periódico continha as partes seguintes: *Artigos* nos quais seriam tratados “problemas” que interessassem “directa ou indirectamente” à História de Portugal, “nos seus diferentes aspectos”; a *Miscelânea* “constituída por breves notas, comentários, etc., que de alguma maneira possam contribuir para esclarecer qualquer aspecto da nossa História”; *Historiografia estrangeira*, dedicada à divulgação “dos mais importantes trabalhos publicados nos diversos países sobre história política e eclesiástica, história económica e social, direito e instituições”; *Bibliografia*, parte dedicada à apreciação dos “trabalhos que constituem realmente novas contribuições para o conhecimento da nossa História” e de cujo aparecimento fosse informada; e finalmente a *Vária* onde seriam “registados os mais importantes acontecimentos relativamente à historiografia nacional e estrangeira e, particularmente, a actividade do nosso Instituto”.

Das citações atrás apresentadas, realçamos o facto de a RPH ter como principal objetivo a divulgação dos resultados da pesquisa histórica, referentes à História de Portugal, elaborada pelos membros do *Instituto Histórico de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos*, podendo igualmente publicar textos de outros historiadores que quisessem trabalhar “de harmonia com os seus métodos de investigação e crítica históricos”. A metodologia de pesquisa e de construção históricas constituía-se, assim, como único critério de inclusão ou de exclusão de artigos. Aberta ao exterior, a RPH ambicionava ainda “dar novos rumos à historiografia nacional”, desiderato que se pretendia concretizar através da inclusão de recensões sobre historiografia estrangeira. Os seus redatores cumpriram, escrupulosamente, este objetivo nos primeiros números. Com efeito, no primeiro tomo publicaram-se 100 páginas dedicadas à produção historiográfica estrangeira, referente ao ano de 1939, de autoria dos seguintes historiadores: Pedro Calmon (Brasil), R. Prieto Bances (Espanha), José Torre Revello (Argentina), Augustin Fliche (França), Charles Verlinden (Bélgica e Holanda), Mario Viora (Itália). A historiografia inglesa foi apresentada por temas: A. Taylor Milne (História Geral e Política), Artur Redford (História Económica e Social), Marjorie Blatcher (História do Direito e das Instituições). Finalmente Eugen Wohlhaupter escreveu sobre o “Folclore jurídico” na Alemanha.

Do aírás exposto, conclui-se que a RPH configurou a sua identidade como uma revista de História de Portugal aberta, no entanto, à publicação de artigos dedicados à História de outros países, como se pode ler no seu primeiro tomo (p. 329), em nota de rodapé escrita por Torquato de Sousa Soares referente à área de investigação do *Instituto de Estudos Históricos*, que considerava um “centro de estudos de História de Portugal”: “Isto não quer dizer, evidentemente, que se alheie da história das outras nações, mas apenas que o seu estudo só lhe interessa na medida que interessar à melhor compreensão da nossa evolução histórica”.

A abertura ao conhecimento da historiografia estrangeira expressa num número muito elevado de recensões, bem como a publicação de obras de autores estrangeiros, sobretudo medievalistas, constitui de facto uma matriz identitária da RPH que foi, entretanto, sufocada ao longo das décadas de 50 e 60, por motivos de constrangimento ideológico.

A vida do *Instituto de Estudos Históricos António de Vasconcelos* e consequentemente da RPH será marcada na viragem dos anos 50 para os 60 por dois jovens historiadores modernistas: Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira. O primeiro fez parte da direção da revista, na qualidade de Secretário, a partir do tomo VIII (1959); o segundo, a partir do IX (1960). António de Oliveira integrou o *Instituto de Estudos Históricos António de Vasconcelos* num tempo marcado pela geração que criou a RPH, a qual havia de classificar “de grande vigor historiográfico”. Aprendendo com os mestres o rigor metodológico da escrita da história, patente nas extensas notas de rodapé dos seus escritos, do qual nunca se afastou, não se identificava, porém, com os campos temáticos nem com as interpretações.

“Cada geração desfaz e refaz a história. Teia refeita não propriamente pelo contributo de novos dados, mas pelos fios de novas conceções. Cada geração, com efeito, busca a sua identidade no passado e projeta-se no porvir, confiscando a anamnésia ou restituindo a memória pertinente” (António de Oliveira, *Antiquarismo e História*, 2013, 407).

Ainda que com voos muito controlados, que o impediram de escolher o estudo da escravatura na época moderna como tema da tese de doutoramento, começou a inovar na orientação de teses de licenciatura sintonizando-a com a historiografia europeia no campo da demografia histórica e do estudo dos preços. O sábio enlace entre tradição e inovação patente na obra de António de Oliveira (AO) foi apresentado pelo eminente modernista Eiras Roel na lição que proferiu no Anf. I da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra na cerimónia de jubilação que foi também sessão de lançamento da preciosa coletânea de estudos sobre *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no século XVII*:

“Pero no es menos cierto que en la profesión universitaria cada individuo es un eslabón de una cadena, depende en su formación de una tradición que le precede y por su parte proyecta luego su propio aporte personal sobre esa tradición. La perspectiva de los años nos lleva a caer en la cuenta de esa continuidad necesaria y a comprender que nada de lo que hemos vivido, pensado o enseñado hubiera tenido lugar – o no del mismo modo – sin el esfuerzo anterior y sin el saber acumulado de muchos maestros que nos han precedido, que incluye también el de personas que no hemos conocido físicamente. En ese acúmulo de las generaciones consiste precisamente la eficacia y la grandeza de esta institución que es la Universidad” (Eiras Roel, “Coimbra, tradición y cambio. La obra de António de Oliveira en la historiografía del siglo XX”, *RPH*, 35,612).

A tese de doutoramento de AO intitulada *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640* (1971/2) é a obra fundadora da história urbana portuguesa, nos campos da história social e da demografia histórica. A temática escolhida era, ao tempo em que foi concebido o projeto de investigação (1961) tendente à elaboração da tese de doutoramento, muito inovadora e ousada no panorama da investigação histórica das Universidades portuguesas. Referindo-se à historiografia conimbricense anterior, escreveu no prefácio:

“Dominando a vida conimbricense, a Universidade igualmente absorveu, de modo geral, a atenção dos historiadores. [...] Mas para que Coimbra estudasse e ensinasse tornava-se necessário o trabalho quotidiano de muita gente, integrada ou não no corpo universitário. Gente sem nome e sem posição, a maioria das vezes. Mas Homens. Por eles nos interessámos, ao pretendermos contribuir para a história social de Coimbra, e não apenas pelos que brilharam pelo nascimento, riqueza, poder ou inteligência. A fisionomia da cidade foi moldada pelos rostos de uns e outros”.

Começavam-se a cumprir em Coimbra os desígnios de uma história nova atenta a todos os homens e ao homem todo, escrita com um profundo sentido de humanidade.

António de Oliveira foi um historiador cujas obras se inserem fundamentalmente num longo séc. XVII que se inicia em finais do século XVI. A cronologia dos seus trabalhos é o único elemento diferenciador da sua obra. Quanto à temática insere-se no vasto campo da história económica e social, mais social do que económica, se empregarmos a palavra no seu sentido mais amplo abarcando a história social do poder. Com efeito, na procura da compreensão das vivências humanas, AO convoca com mestria todas as áreas do saber (da economia ao simbólico, dos fenómenos coletivos ao estudo do indivíduo) fechando o círculo em capítulos de *História de Portugal*, o título da última obra que publicou. No livro, para o qual não escreveu

conclusão, apresenta a sua leitura, metodológica e teoricamente fundamentada, de um período histórico, 1580 à Restauração, que conhecia como ninguém. O olhar é dos mais abrangentes: percorre as faces possíveis do território do historiador cruzado com o do antropólogo e do filósofo/psicólogo. Nela se vertem factos e interpretações históricas numa procura incessante de compreensão da complexa humanidade, da passada e da presente com a qual se irmanava. Terminamos estes apontamentos breves sobre o historiador António de Oliveira transcrevendo as palavras que escreveu sobre o colega e amigo Luís Ferrand de Almeida:

Ao evocar uma vida plena de trabalho em prol da Faculdade, cientificamente fecunda, segura em alicerces firmes, não posso deixar de salientar o que nela transparece de humano, fim das nossas vidas, académicas ou não, de cultivo cada vez mais difícil, como se o campo que se lavra não fosse de homens e mulheres plantado. Chora, amizade bem-amada, o afastamento formal de um homem e de um Mestre que muito contribuiu para o enriquecimento da Faculdade (*Antiquarismo e História*, 2013, p. 315).

No final do editorial do volume 52 da RPH, cumpre-me, em primeiro lugar, agradecer aos autores dos artigos e das recensões o facto de nos terem proposto a divulgação dos resultados da sua investigação. Em segundo lugar, exprimo a minha gratidão aos historiadores que efetuaram a revisão científica dos artigos e recensões aqui apresentados, bem como de muitos outros que foram propostos para publicação, conferindo à RPH o nível de qualidade exigido pelos padrões internacionais. Na qualidade de diretora da RPH manifesto ainda o meu reconhecimento a todos aqueles que tornaram possível a edição deste volume. A coordenação de um periódico científico é um labor muito exigente e que requer uma generosa disponibilidade de tempo. Este tomo conta com a colaboração na coordenação científica da minha colega Doutora Ana Isabel Ribeiro a quem manifesto o meu profundo reconhecimento. À Dr.<sup>a</sup> Carla Rosa agradeço o empenhamento, profissionalismo e competência na coordenação técnica da revista. Apresento ainda os meus agradecimentos ao Sr. Diretor da FLUC e ao Sr. Diretor do DHEEAA pelo suporte institucional dado à RPH. Ao Sr. Diretor da Imprensa da Universidade de Coimbra agradeço o acolhimento da publicação da RPH, agradecimento extensivo a todos os colaboradores da Imprensa da Universidade de Coimbra que dão o seu melhor no sentido da edição e da divulgação das publicações que têm a seu cargo.

A diretora da Revista

*Margarida Sobral Neto*

## Nota Introdutória

Em 1557, no fim de Fevereiro, Coimbra guarda-se das pessoas que vinham dos lados do Porto: a «peste» andava na Galiza e em alguns sítios do norte de Portugal, segundo parece. No Verão, pelo menos, uma grave epidemia deflagrou na cidade. Em Santa Justa começaram a manifestar-se febres violentas que davam modorra. Desta freguesia passou às outras, dizimando as casas, tornando as ruas desertas. «Peste sem nome» lhe chamou o Bispo D. João Soares. A epidemia acabou por amainar. Mas em Novembro seguinte recrudesce ou manifesta-se nova doença. «Era um catarro tão forte que pela febre, que o acompanhava, a muitos da cidade tirou a vida». Espalhou-se pela Europa e outros continentes, enchendo de «cadáveres a todo Mundo» (António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra*, 1971, p. 253).

Iniciamos o texto de apresentação do 52.º volume da Revista Portuguesa de História, que apresenta um dossier temático subordinado ao tema *Epidemias: uma abordagem histórica*, com um texto escrito por António de Oliveira sobre uma epidemia que visitou Coimbra em 1557 e que correu a Europa neste distante ano e no seguinte. Fenómeno recorrente no quotidiano das sociedades de Antigo Regime, foi-se tornando menos eficaz a partir do século XIX nas sociedades que conseguiram níveis mais elevados de bem-estar económico, o que lhes permitiu tornar os corpos mais resilientes às doenças e aos poderes públicos disponibilizar meios de cura. Ofuscada pela ideia de um progresso sem limites, que comportava a convicção de que o homem podia resolver todos os problemas, a humanidade confronta-se atualmente com limitações que lhe parecem estranhas. Perante esta situação de sofrimento à escala global, procura-se no passado “a memória pertinente” (António de Oliveira) a que procura lançar alguma luz sobre as incertezas do nosso tempo.

A RPH publica neste volume alguns artigos sobre doenças e métodos de cura bem como referentes às condições de assistência na doença. Sobre doenças destacam-se os artigos sobre a *Pestis secunda* (primeira epidemia de peste que ocorreu na Europa após a célebre Peste Negra); os surtos de tifo nos séculos XIX e XX no Minho; e a profilaxia da tuberculose na primeira metade do século XX em Portugal.

Sobre assistência às enfermidades, nomeadamente a dispensada aos mais desfavorecidos, podem ler-se estudos sobre cuidados de saúde

disponibilizados às mulheres pobres no Hospital de Santiago de Braga no século XVI e um estudo que reflete sobre uma “alternativa revolucionária para o Serviço Nacional de Saúde” documentada n’ *O jornal Saúde pelo povo* (1975-1977). As congregações monásticas apostadas sobretudo na salvação da alma não descuravam a do corpo, como se comprova através na análise de espólios documentais das boticas monásticas beneditinas no século XVIII que serviam os monges.

Na *Varia* a RPH publica estudos sobre história urbana, em diversas perspetivas. No campo da história financeira urbana publicam-se dois artigos: um sobre a gestão financeira praticada no maior município do país, num período temporal que abrange os reinados de D. João V e D. José, e outro, sobre o mesmo campo temático, referente à gestão municipal Coimbrã, no período cronológico de 1762-1820. A história da cidade de Lisboa beneficia ainda de um texto sobre a configuração do espaço urbano da cidade entre os princípios do século XIX e os princípios do século XXI.

A RPH nasceu no tempo do Estado Novo, regime político que a condicionou fortemente durante 33 anos ao nível das cronologias e dos temas. Nos últimos anos, este periódico tem vindo a publicar artigos que esclarecem vários aspectos do regime de Salazar e Caetano. Neste volume, destaca-se o artigo sobre os “homens bons” da terra: a Corporação da Lavoura e a política agrária do Estado Novo. Nos anos finais do Estado Novo (1972), Portugal abandonou o estatuto de Estado-Membro da UNESCO. Retomou a sua ligação após a revolução dos cravos. É neste contexto que se integra o artigo sobre a visita de Amadou-Matar M’Bow a Portugal em agosto de 1977.

Uma matriz identitária da RPH é a publicação de artigos sobre fontes históricas, metodologia ou de revisitação de temas à luz de novos núcleos documentais. Este número contém seis textos deste teor.

Na área da esfragística situa-se o texto “Los sellos de validación de los concejos de Córdoba, Sevilla y Cádiz (siglos XIII-XIV)”; e o artigo sobre o corso francês contra a Carreira da Índia na primeira metade do século XVI vem demonstrar que a temática é muito mais complexa do que a perspetivada pela historiografia tradicional.

A documentação de natureza judicial é particularmente rica em informação sobre comportamentos que só adquirem visibilidade quando são apanhados pela malha da justiça. Os processos de feitiçaria da Inquisição de Lisboa (séc. XVII) suportam o estudo sobre “estratégias femininas para solucionar problemas amorosos”; por sua vez, os processos judiciais de injúrias e ofensa à moral pública da comarca de Coimbra em finais do século XIX revelam atos e palavras consideradas ofensivas da “honra e consideração”.

Finalmente, no alinhamento escolhido para este número da RPH, destacamos o particular interesse para o exercício do ofício de historiador o texto intitulado “Estatísticas agrícolas regionais em Portugal (séculos XIX a XXI): fontes, problemas e historiografia” e o estudo “Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica”.

Consideramos que os artigos que integram o tomo da RPH, no ano em que este periódico assinala 80 anos de idade, convergem com a sua matriz identitária expressa na frase latina registada na capa do primeiro tomo: *interroga et diligenter investiga*.

As coordenadoras

Margarida Sobral Neto  
Ana Isabel Ribeiro

(Página deixada propositadamente em branco)

**Dossiê Temático:**  
*Epidemias: uma abordagem histórica*

(Página deixada propositadamente em branco)

## A *Pestis secunda* em Portugal (1362)

## The *Pestis secunda* in Portugal (1362)

ANDRÉ FILIPE OLIVEIRA DA SILVA\*

Universidade do Porto, CITCEM; Universidade de Évora, CIDEHUS

andre.f.oliveira.silva@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0223-8314>

Texto recebido em / Text submitted on: 24/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 09/06/2021

### *Abstract*

The aim of the paper is to systematize documental and chronological data about *Pestis secunda*, first plague outbreak that hit Europe after the famous Black Death, looking for an approximate chronology of the event in Portugal. A little more than a decade after its predecessor, this epidemic proved that the disease would become recurrent, and some exceptional sources allow us to dispute that the silence of the majority of the surviving documents means a minor impact in the lives of those who survived it.

Keywords: *Pestis secunda*; Plague; 14th century; Historical epidemiology; Medieval Portugal.

### *Resumo*

Este artigo tem como objetivo principal sistematizar um conjunto de dados documentais e cronológicos sobre a *Pestis secunda*, primeira epidemia de peste que ocorreu na Europa após a célebre Peste Negra, procurando determinar de forma aproximada a cronologia do evento em Portugal. Pouco mais de uma década depois da sua antecessora, esta epidemia provou que a doença passaria a ser recorrente, e algumas fontes excepcionais permitem contestar a leitura de que o silêncio das restantes traduz um impacto menor na vida daqueles que a ela sobreviveram.

Palavras-chave: *Pestis secunda*; Peste; Século XIV; Epidemiologia histórica; Portugal Medieval.

---

\* Doutor em História. Este artigo foi desenvolvido no contexto de uma Bolsa de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, sob a referência SFRH/BD/122385/2016. A tese, intitulada “A Peste Negra em Portugal. Os casos do Entre-Douro-e-Minho e do Entre-Tejo-e-Odiana” foi apresentada em provas públicas em julho de 2021.

## Introdução

A Peste Negra foi um fenómeno epidémico com um impacto extraordinário e reconhecido por quem lhe sobreviveu e pela memória preservada ao longo dos séculos, transformada em historiografia nos últimos dois. Porém, o surto pandémico que inaugurou a Segunda Pandemia de peste na Europa, entre 1347 e 1352, está muito longe de ser o único. Em Portugal, a investigação histórica sobre a Peste Negra não acompanhou as suas congêneres internacionais com o mesmo entusiasmo, ritmo e resultados. A historiografia portuguesa sobre o tema divide-se sobretudo entre dois grandes grupos: no primeiro, artigos ou textos breves dedicados ao tema incidem sobre um aspeto em particular, um local ou um documento<sup>1</sup>; no segundo, a Peste Negra aflora em trabalhos monográficos, como aqueles que foram dedicados a espaços rurais e urbanos medievais nas últimas décadas<sup>2</sup>. Fora destes grupos, encontram-se raras obras sobre temas propriamente médicos ou de história médica<sup>3</sup>, e as referências expectáveis nas grandes sínteses publicadas na última década, incluindo a muito recente *História Global de Portugal*, onde um dos eventos chave escolhidos para um dos capítulos é precisamente a Peste Negra<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> A maioria destes trabalhos foi publicada ao longo do meio século que vai da década de 1940 à de 1990: António Baião, “As Freiras de Lorbão e a Peste de 1348”, *Instituto* 100 (1942), p. 734-737; Virgínia Rau, “Un document portugais sur la peste noire de 1348”, *Annales du Midi : revue archéologique, historique et philologique de la France méridionale*, 78: 77-78 (1966), p. 331-334; Humberto Baquero Moreno, “Um testamento concebido durante a Peste Negra”, *Bracara Augusta*, XXXII: 73-74 (85-86) (Jan-Dez. 1978), p. 125-141; Maria Helena da Cruz, “Um Testamento Redigido em Coimbra no Tempo da Peste Negra”, *Revista Portuguesa de História*, XVIII (1980), p. 312-331; Humberto Baquero Moreno, “Reflexos da Peste Negra na Crise de 1383-85”, *Bracara Augusta*, XXXVII: 83-84 (1983), p. 373-386; Humberto Baquero Moreno, “A Peste Negra e os legados à Igreja”, *Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense Infante D. Henrique*, VI (1996), p. 133-143.

<sup>2</sup> No plano rural, merece destaque sobre todas a tese de doutoramento de Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, 2 volumes; no caso das monografias urbanas, três revelam dados particularmente interessantes sobre a Peste Negra: Ana Maria S. A. Rodrigues, *Torres Vedras. A Vila e o Termo nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995; Maria Ângela da Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica, 1995; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Guimarães: «duas vilas, um só povo»: Estudo de história urbana (1250-1389)*, Braga, CITCEM, 2010.

<sup>3</sup> Neste domínio destaco: António Jorge da Costa Tunhas, *A peste negra: notas para uma interpretação psico-social*, Porto, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, 1965, Dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade do Porto; e Mário da Costa Roque, *As pestes medievais europeias e o regimento proqueytoso contra ha pestenança*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

<sup>4</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, “1348. Peste Negra: o flagelo que foi quase “global”” in Carlos Fiolhais, José Eduardo Franco, José Pedro Paiva (dirs.), *História Global de Portugal*, Lisboa, Temas e Debates, 2020, p. 269-275.

Se há sinais de que as lacunas da historiografia portuguesa sobre a Peste Negra vão sendo lentamente preenchidas, é igualmente tempo de olhar para uma peste de memória esquiva, e ainda menos estudada na sua individualidade em Portugal, a chamada *Pestis secunda*. A designação secular é inequívoca: menos de década e meia depois da fulminante Peste Negra, que os documentos portugueses referem como a “primeiã pestelença”<sup>5</sup> ou a “Pestilênciā da era de mil e trezentos e oytenta e seis anos”<sup>6</sup>, uma nova epidemia de peste trazia a certeza de que o surto inaugural não seria um evento isolado. Porém, esta segunda peste nunca é designada de forma individualizada nas fontes portuguesas; assim, o uso da expressão *Pestis secunda* que aqui é feito é o de um conceito operativo, tal como no caso da expressão Peste Negra. A *Pestis secunda*, tal como a sua antecessora, teve um impacto transversal, varrendo toda a Europa e o Mediterrâneo<sup>7</sup>. Se a memória escrita da Peste Negra em Portugal é sobretudo indireta e nem sempre acessível, a *Pestis secunda* amplia as dificuldades de estudo. Esta é uma primeira aproximação global ao tema, depois de algumas incursões em estudos de caso que recuperarei adiante.

As fontes utilizadas neste artigo foram selecionadas com propósitos amplos. Estando na sua origem uma investigação alargada à Peste Negra e às suas imediatas sucessoras, cedo se demonstrou que apenas com uma amostra extensa de documentos de todas as tipologias seria possível contornar a parcimónia de testemunhos e a natureza lacunar da maioria dos poucos que sobrevivem. A impossibilidade da consulta de *todos* os fundos institucionais portugueses mais importantes do século XIV obrigou a uma seleção geográfica. Aliado a outros fatores, e coincidindo com a investigação mais alargada na qual este trabalho se insere, optou-se por circunscrever a seleção documental a duas regiões medievais portuguesas, o Entre-Douro-e-Minho e o Entre-Tejo-e-Odiana, para que a análise incluisse territórios não contíguos e permitisse incluir instituições e indivíduos expostos a um rol muito distinto de características de povoamento, implantação institucional, estruturas económicas, condições climáticas e geofísicas, etc. Não se trata da única opção possível, mas revelou-se operacional e frutuosa. Foram consultados de forma sistemática vários milhares de documentos pertencentes aos fundos das instituições das duas regiões. Esta opção levanta outras questões: como poderá um trabalho realizado sobretudo

<sup>5</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), [daqui em diante ANTT], *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 36, n.º 32.

<sup>6</sup> Arquivo Distrital de Braga [daqui em diante ADB], *Gavetas do Cabido*, Gaveta da Sé, Missas, Procissões e Acompanhamentos, doc. 4.

<sup>7</sup> Jean Glénisson, “La seconde peste: l'épidémie de 1360-1362 en France et en Europe”, *Annuaire-Bulletin de la Société de l'Histoire de France* (1968-9), p. 27-38.

a partir de fontes provenientes de duas regiões abrir caminho ao estudo de um fenómeno no reino português como um todo? Creio, porém, que o cruzamento das informações locais com a documentação da Coroa (sobretudo proveniente da chancelaria régia e dos capítulos de cortes), traduz uma primeira imagem verosímil do fenómeno epidémico, com as diferenças regionais esbatidas a partir do contraste entre duas regiões muito distintas. Por outro lado, os interesses das instituições locais ultrapassam com frequência os limites geográficos desta circunscrição artificial, como se verá no caso da inquirição sobre bens no Vale do Vouga, envolvendo bens do Mosteiro de Grijó.

É importante sublinhar: o estudo desta segunda peste, sobretudo em Portugal, encontra-se apenas no seu início, e este artigo nunca terá pretensões de fazer uma “história completa” do fenómeno, como a que Ole J. Benedictow se propôs fazer para a Peste Negra<sup>8</sup>; procura, isso sim, lançar as bases para um estudo nacional e sistemático deste fenómeno, devidamente integrado noutros que marcaram profundamente o século XIV português, europeu e mediterrânico.

### A peste dos infantes

A *Pestis secunda* foi mais do que uma simples recorrência da Peste Negra. Tratando-se de um fenómeno continental, reuniu uma série de características que a tornaram distinta e merecedora da atenção de cronistas de várias origens. Mais do que uma mortalidade elevada, genericamente mais baixa do que a da Peste Negra – ainda que, em alguns locais, possa ter sido mais mortal do que a sua antecessora –, mas mais elevada do que as sucessoras de ambas, é a faixa etária mais atingida que chamou a atenção de cronistas e poetas: seriam as crianças e os adolescentes as principais vítimas da doença, introduzindo uma seletividade clara que não se detetava na Peste Negra. Os registos documentais parecem corroborar as crónicas medievais: em Vic, na Catalunha, por exemplo, os registos episcopais da administração da extrema unção revelam que 2/3 dos ungidos durante os meses de peste de 1362 eram crianças ou adolescentes<sup>9</sup>. Se a constatação da coincidência parece clara, explicar esta prevalência em jovens é mais difícil. A explicação mais fácil, e certamente incompleta, passaria pela maior vulnerabilidade daqueles que nasceram após a Peste Negra, cujo epicentro temporal se situou entre 1348 e 1349, na Europa. Contudo, esta possibilidade

<sup>8</sup> Ole J. Benedictow, *La Peste Negra (1346-1353). La Historia Completa*, Madrid, Akal, 2011 [primeira edição, em inglês, lançada em 2004].

<sup>9</sup> Miquel Vila i Bover, “La Pesta Negra del segle XIV a Vic”, *Gimbernat*, XX (1993), p. 170-171.

obriga a assumir, ainda que implicitamente, que aqueles que sobreviveram à Peste Negra teriam desenvolvido algum tipo de imunidade, o que é problemático<sup>10</sup>.

Mesmo não podendo explicar inequivocamente as causas que conduziram a esta seletividade etária, as expressões cronísticas carimbaram esse cunho e, com frequência, preferiram designar a *Pestis secunda* através das suas vítimas preferenciais: *pestis puerorum*, como surge amiúde em textos latinos<sup>11</sup>; *mortalidats dels infants*<sup>12</sup>, na Catalunha; ou *mortalite des enfantz*, em Inglaterra<sup>13</sup>, para acrescentar também alguns exemplos vernáculos. Além da especial incidência que poderá ter tido sobre crianças e adolescentes, algumas fontes sugerem igualmente uma maior mortalidade masculina, em todas as faixas etárias<sup>14</sup>. Independentemente das causas, esta mortalidade seletiva acaba por ser ainda mais condicionante numa recuperação demográfica futura do que uma mortalidade indiferenciada: a futura geração de reprodutores é consideravelmente diminuída, e a desproporção entre sexos aumenta, reduzindo artificialmente as taxas futuras de nupcialidade – com mais mulheres celibatárias – e consequente natalidade. Além de hipotecar o crescimento futuro, anulou parte importante daquilo que constituía já uma recuperação face à hecatombe demográfica da Peste Negra, que anos antes terá produzido uma explosão de nupcialidade e consequentes

<sup>10</sup> Sobre esta questão, é útil regressar à análise de Stephen Ell, apesar de se encontrar um pouco datada e de o argumentário do autor incluir a sugestão de que a peste nunca estabeleceu focos silvestres em território europeu, o que tem vindo a ser progressivamente desmentido tanto pelos estudos históricos propriamente ditos, como pela biologia. Apresentadas estas limitações, a análise da manutenção dos focos, a interação de diversas espécies, a questão da imunidade humana e animal à peste e sugestão de reações cruzadas (*cross immunity*) tornam o artigo uma leitura ainda muito válida: Ell Stephen, “Immunity as a factor in the epidemiology of medieval plague”, *Reviews of Infectious Disease*, 6:6 (1984), p. 866-79. Precisamente sobre questões de *cross immunity*, ou seja, da possibilidade de uma infecção prévia por um agente patogénico distinto poder conferir imunidade parcial ou total para outro, ou certas características genéticas que se traduzem em problemas de saúde poderem criar, por outro lado, uma resistência superior a certas infecções, veja-se, por exemplo, um recente trabalho sobre a possibilidade de a pouco conhecida “febre familiar do Mediterrâneo”, uma doença inflamatória hereditária, poder conferir algum tipo de imunidade à peste: Yong Hwan Park, Elaine F. Remmers, Wonyong Lee, Amanda K. Ombrello, Lawton K. Chung, Zhao Shilei, Deborah L. Stone, Maya I. Ivanov, Nicole A. Loeven, Karyl S. Barron, Patrycja Hoffmann, Michele Nehrebecky, Yeliz Z. Akkaya-Ulum, Erdal Sag, Banu Balci-Peynircioglu, Ivona Aksentijevitch, Ahmet Güç, Charles N. Rotimi, Hua Chen Chen, James B. Bliska, Seza Ozen, Daniel L. Kastner, Daniel Shriner, Jae Jin Chae, “Ancient familial Mediterranean fever mutations in human pyrin and resistance to *Yersinia pestis*”, *Nature immunology*, 21:8 (2020), p. 857–867. <https://doi.org/10.1038/s41590-020-0705-6>.

<sup>11</sup> John Mullan, “Mortality, gender, and the plague of 1361-2 on the estate of the Bishop of Winchester”, *Cardiff Historical Papers* (2007-8), p. 4.

<sup>12</sup> Miquel Vila i Bover, “La Pesta Negra...”, cit., p. 165.

<sup>13</sup> Josiah C. Russell, “Effects of pestilence and plague, 1315-1385”, *Comparative Studies in Society & History*, 8:4 (1966), p. 470; Jean Glénisson, “La seconde peste...”, cit., p. 35.

<sup>14</sup> John Mullan, “Mortality, gender, and the plague...”, cit., p. 1-44.

altas taxas de natalidade<sup>15</sup>. Este duplo impacto, repetido diversas vezes nas décadas seguintes – ainda que com relevância e transversalidade geográfica progressivamente menores – explica parte importante da estagnação ou regressão continuada dos cômputos populacionais ao longo de todo o século que vai da Peste Negra à segunda metade do século XV, um pouco por toda a Europa.

As rotas de propagação desta segunda peste são muito mais difíceis de traçar. A aparente irracionalidade geográfica, a longa duração dos surtos e menor atenção que a historiografia devotou a esta epidemia tornam mais incertas as reconstituições e ainda mais as representações cartográficas. Muito recentemente surgiu um novo trabalho importante sobre a génesis e a propagação da *Pestis secunda*, com implicações muito importantes<sup>16</sup>. Ainda que tenha algumas dúvidas quanto à representação cartográfica proposta para o caso ibérico, trata-se de um avanço fundamental sobre esta epidemia.

Para situarmos o caso português, adiante, vale a pena ir comparando essa cronologia com o que se passa além-fronteiras. Logo no verão de 1360, um crescimento exponencial no fluxo de produção de testamentos numa área europeia interior – a Suíça francófona – tem sido assumido como um sinal da ocorrência local da *Pestis secunda*<sup>17</sup>. Guy de Chauliac, o célebre médico e cirurgião papal que sobreviveu à Peste Negra, aponta o dia de São Miguel (29 de setembro) de 1360 como o início da *Pestis secunda* em Avinhão, enquanto Toulouse, a par de muitas outras cidades e regiões francesas, seria afetada já em 1361<sup>18</sup>. A documentação inglesa explorada pelos historiadores aponta para uma eclosão da epidemia logo na primeira metade de 1361, talvez ainda no final de 1360<sup>19</sup>, com uma duração bem superior à da Peste Negra, até à primavera ou mesmo início do verão de 1362<sup>20</sup>. Não se trata de um fenómeno exclusivo da Europa Ocidental: a ilha de

<sup>15</sup> Jean Glénisson, “La seconde peste...”, cit., p. 27-38; os célebres registos de Givry são eloquentes: face a uma média que rondava as duas dezenas de casamentos anuais, 1348 surge sem qualquer casamento registado, enquanto 1349 tem 89 e 1350 33: P. Gras, “Le registre paroissial de Givry (1334-1357) et la peste noire en Bourgogne”, *Bibliothèque de l’École des chartes*, 100 (1939), p. 303.

<sup>16</sup> Philip Slavin, “Out of the West: Formation of a Permanent Plague Reservoir in South-Central Germany (1349–1356) and its Implications”, *Past & Present* (2021), gtaa028, <https://doi.org/10.1093/pastj/gtaa028>.

<sup>17</sup> Véronique Pasche, “Les épidémies de peste en Suisse Romande. Vers de nouveaux comportements?” in Agostino Paravicini Baglioni and F. Santi (eds), *The regulation of evil: social and cultural attitudes to epidemics in the late Middle Ages*, Florence, Sismel - Edizioni del Galluzzo, 1998, p. 125-136.

<sup>18</sup> Jean Glénisson, “La seconde peste...”, cit., p. 31.

<sup>19</sup> Barney Sloane, *The Black Death in London*, Stroud, The History Press, 2011, p. 122-136.

<sup>20</sup> John Mullan, “Mortality, gender, and the plague...”, cit., p. 2-4; J. M. W. Bean, “Plague, population and economic decline in England in the later Middle Ages”, *Economic History Review*, 15:3 (1963), p. 428-429.

Chipre terá sido afetada a partir de junho de 1362, num longo ciclo epidémico que só terá terminado 10 meses mais tarde, em abril de 1363<sup>21</sup>; tendo em conta a área relativamente pequena da ilha, é um exemplo paradigmático do quanto prolongada esta segunda peste podia ser. Também todo o Norte de África e o Levante terão sido atingidos, ainda que com cronologias menos precisas<sup>22</sup>.

Já na Península Ibérica, a excepcionalmente bem documentada Coroa de Aragão oferece exemplos múltiplos: os rumores sobre um eventual novo surto de peste deviam circular desde o final de 1361, como sugere a carta que o rei Pedro IV envia no dia 10 de janeiro de 1362 às autoridades da cidade de Tarragona, procurando saber mais sobre as notícias de peste que de lá chegariam à corte aragonesa<sup>23</sup>. Os rumores estavam certos, e Barcelona é afetada logo em janeiro de 1362<sup>24</sup>, enquanto o Reino de Valência sofre destino semelhante durante a primavera desse ano<sup>25</sup>. Girona e Vic, progressivamente mais afastadas da costa catalã, sofrem os piores efeitos da epidemia em junho e julho<sup>26</sup>, com o Reino de Aragão propriamente dito a ser atingido a partir de setembro de 1362<sup>27</sup>. Na Coroa de Castela, a cidade de Sevilha e a sua região parecem ter sido atingidas apenas em 1363<sup>28</sup>, com particular virulência, revelando, neste caso, algum paralelismo com o que aconteceu mais de uma década antes, altura em que esta área terá sido a derradeira região ibérica a ser afetada, já em 1350.

<sup>21</sup> Aysu Dincer, “Disease in sunny climate: effects of the plague on family and wealth in Cyprus in the 1360s”, in Simonetta Cavaciocchi (ed.), *Le interazioni fra economia e ambiente biologico nell’Europa preindustriale, secc. XIII-XVIII*, Firenze, Firenze University Press, 2010, p. 534.

<sup>22</sup> Michael W. Dols, *The Black Death in the Middle East*, Princeton, Princeton University Press, 1977, p. 305-306; Michael W. Dols, “The Second Plague Pandemic and Its Recurrences in the Middle East: 1347-1894”, *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 22:2 (1979), p. 162-189, especialmente p. 168-169, nota 11.

<sup>23</sup> Amada López de Meneses, “Documentos acerca de la peste negra en los dominios de la Corona de Aragón”, *Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón*, 6 (1956), p. 425-426, doc. 149; Miquel Vila i Bover, “La Pesta Negra...”, cit., p. 170-171.

<sup>24</sup> Jordi Günzberg Moll, “Las crisis de mortalidad en la Barcelona de siglo XIV”, *Revista de Demografía Histórica*, 7 (1989), p. 19-20; Jordi Günzberg Moll, “Epidemias y mortalidad en la Cataluña medieval: 1300-1500” in Simonetta Cavaciocchi (ed.), *Le interazioni fra economia e ambiente biologico nell’Europa preindustriale, secc. XIII-XVIII*, Firenze, Firenze University Press, 2010, p. 70.

<sup>25</sup> Agustín Rubio, *Peste negra, crisis y comportamientos sociales en la España del siglo XIV*, Granada, Universidad de Granada, 1979, p. 31-33.

<sup>26</sup> Jordi Günzberg Moll, “Epidemias y Mortalidad...”, cit., p. 71-72; Robert-Henri Bautier, “Un nouvel ensemble documentaire pour l’histoire des pestes du XIVe siècle: L’exemple de la ville de Vich en Catalogne”, *Comptes Rendus des Séances de l’Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 132.2 (1988), p. 455.

<sup>27</sup> Marcelino V. Amasuno, “Cronología de la peste en la corona de Castilla durante la segunda mitad del siglo XIV”, *Studia historica. Historia medieval*, 12 (1994), p. 37-38.

<sup>28</sup> Marcelino V. Amasuno, “Cronología de la peste...”, cit., p. 38.

## A Pestis secunda em Portugal – cronologia e geografia

A historiografia portuguesa dedicada concretamente ao problema da *Pestis secunda* era inexistente até José Marques resgatar uma fonte extraordinária, a que prestarei atenção de seguida. A segunda pestilência é referida vagamente, integrando o conjunto das pestes a que a segunda metade do século XIV assistiu, ou é omitida. O silêncio é de longa data: Fernão Lopes omite totalmente qualquer evento epidémico durante o reinado de D. Pedro I<sup>29</sup>, e os seus numerosos sucessores, já no período moderno, não teriam como acrescentar essa informação<sup>30</sup>. Por outro lado, coleções de anais, como aquelas contidas no crúzio *Livro da Noa* – que refere a Peste Negra com uma entrada onde se encontra a única descrição trecentista portuguesa dos sintomas da peste<sup>31</sup> – ou no chamado *Breve Chronicón Alcobacense*<sup>32</sup>, são omissas quanto a esta peste, apesar de relatarem a Peste Negra, abundantes terramotos, anos estéreis e secas, entre outros fenómenos mais ou menos espetaculares.

Reinando D. Pedro I desde 1357, as primeiras e únicas cortes do seu reinado reuniram em 1361, na (então) vila raiana de Elvas. O essencial dos trabalhos desta assembleia terá acontecido durante a primavera desse ano, com os capítulos resultantes datados do final de maio<sup>33</sup>. É possível que as primeiras notícias sobre uma nova peste além-fronteiras começassem a chegar. A escolha do local da reunião é um tanto sugestiva: de facto, Elvas foi um dos últimos locais afetados pela Peste Negra em Portugal, já em 1349<sup>34</sup>. Terá este facto influenciado a opção do monarca? O tempo de preparação, convocatória e reunião, cruzado

<sup>29</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro*, 2<sup>a</sup> ed, edição de Giuliano Macchi e Teresa Amado, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

<sup>30</sup> É disso exemplo Duarte Nunes de Leão, *Primeira parte das Chronicás dos reis de Portugal*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1600, fl. 174-187. A *Monarchia Lusitana* não chega a dedicar qualquer volume, total ou em parte, ao reinado de D. Pedro I.

<sup>31</sup> ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 99 [Livro da Noa], fl. 21v-22.

<sup>32</sup> *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Scriptores*, Volumen I, Olisipone, Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1856, p. 20-22.

<sup>33</sup> Publicados em A. H. de Oliveira Marques e Nuno José Pizarro Pinto Dias (eds.), *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I. (1357-1367)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

<sup>34</sup> Um documento de agosto de 1349 refere-se inequivocamente à “pestilência que este ano foy”; ainda que a expressão refira a epidemia como um evento passado, não é possível determinar com precisão quais os meses de 1349 em que se terá feito sentir, caindo a maior probabilidade nos meses de janeiro e fevereiro, por consequência do caminho que a Peste vinha traçando desde o litoral; uma notícia de Évora, por exemplo, revela-nos a epidemia ativa na cidade a 1 de dezembro de 1348. Arquivo Histórico Municipal de Elvas [daqui em diante AHME], *Pergaminhos da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Elvas*, nº 4; Biblioteca Pública de Évora [daqui em

com os dados cronológicos de outras paragens, não o permitem dizer. Certo parece que a *Pestis secunda* não se terá feito sentir em Portugal antes de 1362. Se as notícias diretas são quase inexistentes, a silhueta desta epidemia e a sua cronologia reconstituem-se através de dados indiretos: é através da memória da Peste Negra que poderemos resgatar parcialmente a da sua sucessora imediata.

Apesar da sua fragmentação, há dezenas de referências à ocorrência da Peste Negra na documentação portuguesa, sobretudo nas décadas que se seguiram ao flagelo. O recurso, como referência cronológica, à Peste Negra é uma constante: certo evento, prática ou morte teve lugar no “ano da pestelença”. Nos anos que se seguem, é sempre referida como um acontecimento singular: uma sentença vimaranense de 1351 referia a “era de myl e trezentos e oiteenta e seis anos que foi no tempo da pestellença que Deus deu per todo o mundo”<sup>35</sup>; em 1354, é feita uma inquirição no contexto de uma demanda movida pelo mosteiro de Moreira da Maia, procurando recuperar um tributo a que uma herdade estava obrigada, apurando-se que “em tempo da pestelença que ficaram as herdades hermas”<sup>36</sup>.

As referências feitas em 1361 apontam para a manutenção da ‘singularidade’ da ocorrência da Peste Negra, e a documentação produzida pelas Cortes de Elvas e pela chancelaria régia é nisso clara: no dia 11 de abril de 1361, o rei D. Pedro I couta o bairro dos estudantes, em Coimbra, referindo na carta do privilégio as “casas que na mortindade se perderom”<sup>37</sup>; no mês seguinte, durante as cortes de Elvas, os procuradores do Porto referem a míngua de sal e pescado em relação ao “que sohiam seer ante da pestelença”<sup>38</sup>. Nas mesmas cortes, os procuradores da nobreza solicitam ao rei a isenção das lutoosas antigas – com 10, 15, 20 ou mais anos – que deveriam pagar-lhe, por se não saber se já haviam sido pagas, mas não registadas; o rei perdoa as lutoosas devidas até à Peste Negra, mas exige aquelas “des a pestelença aaca”<sup>39</sup> – não havia margem para dúvidas que apenas um evento epidémico de peste povoava a memória de todos os intervenientes: o rei não arriscaria realizar concessões que provocassem uma ambiguidade temporal de treze anos.

diante BPE], *Convento de São Domingos*, Livro 2, fl. 28-29; BPE, *Convento de São Domingos de Évora*, Pergaminhos, maço 1, doc. 12.

<sup>35</sup> ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos régios, maço 2, n.º 1.

<sup>36</sup> ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 31.

<sup>37</sup> A H. de Oliveira Marques (ed.), *Chancelaria de D. Pedro I: 1357-1367*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos Históricos, 1984, doc. 519, p. 209-210.

<sup>38</sup> A. H. de Oliveira Marques, Nuno José Pizarro Pinto Dias, *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I...*, cit., p. 109-110.

<sup>39</sup> A. H. de Oliveira Marques, Nuno José Pizarro Pinto Dias, *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I...*, cit., p. 28-29.

Se as notícias inquietantes de uma nova peste noutros reinos poderiam ainda não ter chegado durante a primavera de 1361, notavam-se já alguns sinais de nervosismo por parte das instituições. A Colegiada de Guimarães destaca-se pela sua ação, procurando incluir nos contratos enfiteúticos<sup>40</sup> aquilo que designo como cláusula do “caso fortuito”<sup>41</sup>. Esta cláusula parece ser a evolução de cláusulas anteriores que impediam explicitamente o foreiro de quebrar o contrato (que permaneceram em uso depois da Peste) e parece ser um exclusivo vimaranense. Por norma, mesmo depois da Peste Negra, esta nova formulação era um tanto vaga, enumerando uma série de desastres naturais perante os quais o enfiteuta nunca se poderia escusar de pagar a renda: chuvas ou secas, fogos ou granizo, etc., ou quaisquer outros casos fortuitos. Estas cláusulas de obrigação explícita surgem em pelo menos 48 contratos vimaranenses analisados, balizados entre 1356 e 1378, num levantamento feito de 1310 a 1379, estando presente em cerca de 3,2% de todos os contratos analisados, incluindo aqueles provenientes de fundos de outras instituições. A distribuição anual faz-se como revela o gráfico 1.

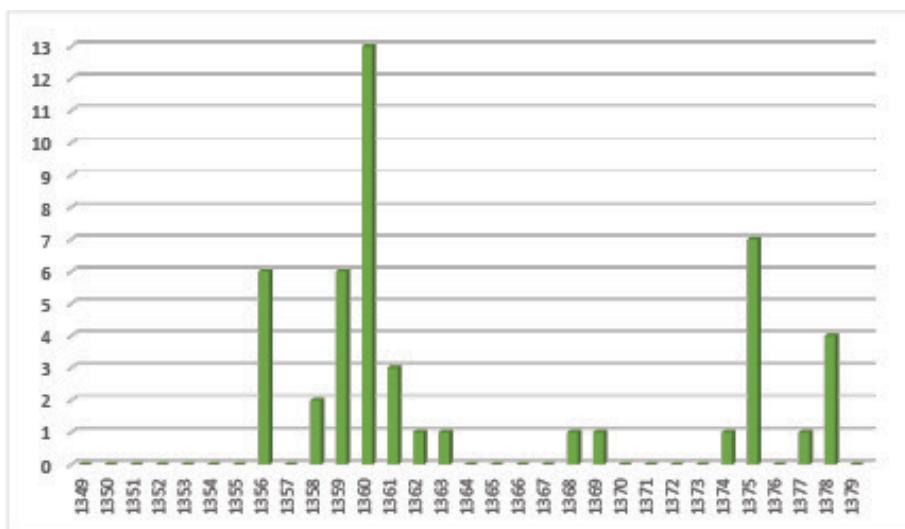


Gráfico 1 – Ocorrências da cláusula do “caso fortuito”.

<sup>40</sup> O universo de amostragem em que me baseio envolve cerca de 1500 contratos enfiteúticos do século XIV produzidos por diversas instituições de Norte a Sul.

<sup>41</sup> Este tipo de referências contratuais parece ser quase exclusivo de Guimarães e da sua área envolvente. Não encontrei equivalente em Braga, no Porto ou em qualquer área do Entre-Douro-e-Minho, ainda que seja preciso salvaguardar o excepcional estado de conservação da documentação trecentista de gestão patrimonial da colegiada vimaranense, sobretudo quando comparado com os cabidos bracarense e portuense, para recuperar os exemplos dados atrás.

Prevendo situações excepcionais, o senhorio salvaguardava, em teoria, a sua posição e o seu rendimento. Esporadicamente, a Colegiada de Guimarães incluiu neste rol de casos fortuitos a “pestilência”. Fá-lo duas vezes em 1356<sup>42</sup> e outra em março de 1359<sup>43</sup>, mas com três contratos incluindo esta cláusula em 1360<sup>44</sup> e um outro em outubro de 1361<sup>45</sup>, a densidade de casos torna-se suspeita. Poder-se-ia assumir que se tratava de uma inclusão permanente nos formulários contratuais, mas depois de outubro de 1361, a referência explícita à peste neste tipo de cláusulas desaparece, e é preciso esperarmos até 1368 para que surja novamente duas vezes e volte a desaparecer<sup>46</sup>. Tudo isto aponta para uma seleção consciente e intencional dos casos fortuitos incluídos no texto do contrato. E, se a peste parecia estar no horizonte de acontecimentos entre a primavera de 1360 e o outono de 1361, a hora do seu regresso ao reino português ainda não chegara.

Em dezembro de 1361, D. Pedro I ainda se refere à Peste Negra como um acontecimento singular: a 15 desse mês comunica os privilégios da barca do condado, que estava em Lisboa, a Lanzarote Peçanha, seu almirante; os rendimentos da barca dividiam-se em três partes iguais, pertencentes ao mosteiro de Arouca, ao rei e aos barqueiros. O Mosteiro de Arouca intercedeu junto do rei, pois esses barqueiros estavam isentos de irem a armadas de galés, o que vinha sendo desrespeitado, dizendo a abadessa “que essa barca andou hi de longo tempo ata a pestilencia”, e era desde a pestilência que vinha sendo desrespeitado o privilégio<sup>47</sup>. O cenário da singularidade da peste, porém, alterase em 1362, parecendo começar a haver uma necessidade de distinguir a Peste Negra de outro evento do mesmo tipo.

Primeiro, são sinais ambíguos: a 10 de maio de 1362 – altura em que a nova peste, como vimos, já varria a Coroa de Aragão –, uma sentença exarada na audiência arquiepiscopal de Braga põe fim a uma demanda entre Comba Pires, por um lado, e o mosteiro beneditino de Sande, localizado no termo de Guimarães, por outro. Na origem da disputa estava uma pequena fração (1/7) de

<sup>42</sup> Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães) [daqui em diante AMAP], *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 223 e 235.

<sup>43</sup> AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 157.

<sup>44</sup> AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 244, 249 e 250.

<sup>45</sup> AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 283.

<sup>46</sup> AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro II, doc. 295 e 300.

<sup>47</sup> A H. de Oliveira Marques, *Chancelaria de D. Pedro I...*, cit., doc. 612, p. 280-281.

um casal chamado do Monte, na freguesia de São João de Gondar, igualmente localizada no termo de Guimarães. O procurador de Comba Pires alegava que essa sétima parte fora pertença de Francisco Geraldes, antigo tabelião de Guimarães, que dele teve posse “ataa o ano da Pestelença que foi no ano da era de mil e trezentos e oitenta e seis anos que se o dito Francisco Geraldes passou deste mundo”, deixando-a em testamento a Maria Eanes, moradora em Guimarães, junto à Porta de Val de Donas; porém, também Maria Eanes morreu “no ano da era de mil e trezentos e oitenta e seis, depois da morte do dito Francisco Geraldes”<sup>48</sup>. Esta necessidade de sublinhar o ano em que aconteceu a peste à qual se referia o processo, pode ser um indício indireto de que outra acontecia ou acontecera, entretanto, mas não é inédito e chegou a fazer-se noutras três documentos judiciais de 1351<sup>49</sup>, 1356<sup>50</sup> e 1359<sup>51</sup>, respetivamente. Todos estes quatro documentos são sentenças, e é possível que se trate mais de precisão judicial do que da necessidade de distinguir epidemias.

Em 1363, porém, não há margem para dúvidas: uma nova peste aconteceu, e parece ter já cessado. Uma vez mais, é a documentação régia que abre caminho a este entendimento e, curiosamente, sobre mais uma barca de passagem: no dia 15 de maio de 1363, D. Pedro I concede aos barqueiros da barca do rio Cacia, na Esgueira (atual concelho de Aveiro), isenção de servir nas galés. Ninguém queria servir na barca por ser logo constrangido para ir em galés. Os homens-bons e o concelho de Esgueira, que pediram a intercessão do rei, afirmavam “que ante da outra pestillencia avia hi barqueiros que mantinham a dicta barca e que se morrerom todos na dicta pestilencia e ficou a dicta barca desemparada per guisa que nenhum nom podia pasar per o dicto logo [de Esgueira]”, e que quando se tentou restaurar a dita barca, ninguém queria ser barqueiro<sup>52</sup>. O texto do documento é explícito: antes da *outra pestillencia*. Uma nova peste ocorreu, entretanto, e era preciso sublinhar que o problema, neste caso, remontava à *outra*, a primeira, a Peste Negra.

A necessidade de individualização da peste que se quer referir multiplica os exemplos ao longo dos anos seguintes. Em 1365, uma nova carta régia refere como o Mosteiro de Grijó dissera que “he moi pobre porque as demais das

<sup>48</sup> ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 34, n.º 5.

<sup>49</sup> Neste caso, até há referência a um mês, outubro, no qual o testamento que originara o pleito em questão fora feito: ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos régios, maço 2, n.º 1.

<sup>50</sup> ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta da Sé, Missas, Procissões e Acompanhamentos, doc. 4.

<sup>51</sup> ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 33, n.º 6, doc. 1.

<sup>52</sup> A H. de Oliveira Marques, *Chancelaria de D. Pedro I...*, cit., doc. 1012, p. 479-480.

herdades do dicto moesteiro dizem que som hermas per mingua de lavradores que as soiiam de lavrar porque morreram en estas pestellencias que foram e que as que son pobradas rendem menos gram parte do que soiiam de render per mingua do[s] servidores que nom ham os lavradores. E que outrossy o dicto moesteiro he moi minguido per razom do enterdicto que a gram tempo he posto e que por esso nom s'e[n]terraram nenhuma em sagrado que nom ham as esmollas nem rendas que lhiis davam os fíes de Deus. E outrossy per razam da syssa que lançaram” e por muitos outros encargos, o rei ordena a Geraldo Eanes, seu corregedor na Estremadura, que apure o volume real das rendas do mosteiro e quem eram os seus naturais, para que o mosteiro pudesse organizar-se e manter-se devidamente no temporal e no espiritual<sup>53</sup>. O plural “pestellencias” e o verbo no passado são esclarecedores. Triangulando estes dados, parece que a *Pestis secunda*, em Portugal, ter-se-á dado sobretudo em 1362, ainda que possa ter havido uma contaminação no final do ano anterior.

Determinar que a *Pestis secunda* aconteceu em Portugal em 1362 é vago. Porém, uma fonte extraordinária, revelada há poucos anos por José Marques, permite estabelecer uma cronologia mais exata, ainda que apenas se possa relacionar com ela de forma inequívoca o Alto Minho português. Analisada pela primeira vez num artigo de 2016<sup>54</sup>, e integralmente publicada pelo mesmo autor em 2018<sup>55</sup>, trata-se de um registo de confirmações do bispado de Tui, preservado no Arquivo Distrital de Braga. Este conjunto foi incorporado no cartório da catedral bracarense no início do século XVI, quando o território do Entre-Lima-e-Minho, pertencente à diocese de Tui até ao final do século XIV, foi formalmente integrado na arquidiocese de Braga. Existe em dois suportes, o que se considera original (e que perdeu um dos cadernos) e uma cópia do século XV (que permite compensar a maioria das perdas no original). O registo reúne confirmações do bispado de D. João de Castro (prelado de Tui entre 1351 e 1385), balizadas entre 1352 e 1382, ainda que a esmagadora maioria dos registos diga respeito ao período que vai até 1367.

Este tipo de registo, quando relativamente completo, permite obter dados verosímeis sobre níveis de mortalidade entre o clero de uma diocese ou, na impossibilidade de comparar as notícias de mortes com um número global de clérigos, medir o aumento da mortalidade em comparação com anos ou meses

<sup>53</sup> Jorge de Alarcão e Luís Carlos Amaral (eds.), *Livro das campainhas. Códice da segunda metade do século XIV: mosteiro de São Salvador de Grijó*, Vila Nova de Gaia, Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1986, p. 11-12.

<sup>54</sup> “A peste de 1362, na diocese de Tui”, *Boletim cultural de Melgaço* 9 (2016), p. 141-164.

<sup>55</sup> José Marques, *Confirmações de Tui (1352-1382): aspectos do episcopado de D. João de Castro*, Braga, Universidade do Minho; Arquivo Distrital de Braga, 2018.

normais. Este tipo de registos permitiu acrescentar uma vasta bibliografia e diferentes abordagens a epidemias de peste na Europa medieval, mormente a Peste Negra<sup>56</sup>. Apesar de não sobreviver qualquer registo deste tipo para os anos da Peste Negra em Portugal, o registo tudense preservado em Braga permite um raro acesso a uma epidemia que, de outra forma, poderíamos julgar como quase inócuia, tal é a escassez de notícias que dela nos chegaram. Trata-se de um registo internacional, com o bispo a circular entre as margens direita e esquerda do Minho, sendo 58 dos 248 documentos preservados (23,4%) produzidos no território português da diocese de Tui<sup>57</sup>. Se reduzirmos o intervalo cronológico apenas ao ano de 1362, são 105 os registos, aos quais vale a pena acrescentar ainda 30 de 1363, a maioria dos quais do primeiro trimestre desse ano, dos quais 121 pertencem aos onze meses que vão de maio de 1362 a março de 1363. Nesta análise, porém, os locais de produção dos registos são pouco relevantes: importa, sim, as paróquias ou a proveniência dos benefícios que vagaram, e nos quais são confirmados os beneficiários que se seguem<sup>58</sup>. Nesse universo de 121 registos feitos nesses onze meses, as vagas em paróquias ou benefícios portugueses foram responsáveis por pelo menos 50, pouco mais de 41% do total. Com alguns registos a proverem mais do que um benefício, o número de confirmações é superior ao número de documentos sobreviventes.

Além de revelar 68 párocos e beneficiados substituídos num único ano – dos quais 58 apenas em agosto e setembro<sup>59</sup>, a maioria por morte, e os restantes por transferência dos sobreviventes entre benefícios – permite-nos saber mais sobre

<sup>56</sup> Richard Gyug, “The effects and extent of the Black Death of 1348: new evidence for clerical mortality in Barcelona”, *Mediaeval Studies*, 45 (1983), p. 385-398; R. A. Davies, “The effect of the Black Death on the parish priests of the medieval Diocese of Coventry and Lichfield”, *Historical Research*, 62 (1989), p. 85-90; Pilar Pueyo Colomina, “La Peste Negra en la Diócesis de Zaragoza. El registro de actos comunes del arzobispo Guillermo de Agrifolio (1348-1350)”, *Aragón en la Edad Media*, 10-11 (1993), p. 705-736; John Aberth, “The Black Death in the Diocese of Ely: the evidence of the Bishop’s Register”, *Journal of Medieval History*, 21.3 (1995), p. 275-287.

<sup>57</sup> Tui não é a única diocese da Coroa de Leão e Castela que tem parcelas de território português sob sua jurisdição (Ourense, Cidade Rodrigo e Badajoz são os restantes casos), ainda que seja aquela onde o território português representa uma percentagem mais expressiva do total. Sobre a evolução do espaço diocesano português, incluindo os destinos do território português da diocese de Tui: Bernardo Sá Nogueira, “O Espaço Eclesiástico em Território Português (1096-1415)” in Carlos Moreira de Azevedo (dir.), Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues (coords.), *História Religiosa de Portugal. Volume 1. Formação e Limites da Cristandade*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 142-201, sobretudo p. 146-148.

<sup>58</sup> Sobre o clero paroquial medieval português, são de grande utilidade as páginas de síntese de Hermínio Vasconcelos Vilar em “O clero paroquial” in Carlos Moreira de Azevedo (dir.), Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues (coords.), *História Religiosa de Portugal. Volume 1. Formação e Limites da Cristandade*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 248-252.

<sup>59</sup> José Marques, “A peste de 1362...”, cit..

o impacto dentro do território da diocese – entre o clero secular, pelo menos – e conhecer a cronologia mensal do impacto da epidemia, algo que ainda não foi possível fazer no resto do território português. Porém, é necessário salvaguardar uma questão metodológica: a data de confirmação de um clérigo num benefício que vagou por morte do seu antecessor não é imediata nem nos permite saber com precisão o momento em que o seu possuidor anterior faleceu. Em muitos casos, esta confirmação tem sido projetada como ocorrendo mais ou menos três a quatro semanas após o óbito do seu possuidor, mas cada diocese deve ser analisada de forma distinta e de acordo com as suas especificidades<sup>60</sup>. No caso de Tui, esta diferença não deverá ser muito importante. Tui era (e continua a ser) uma das dioceses ibéricas de menor extensão territorial, e, apesar de ser natural uma certa discrepância entre a morte do titular do benefício, a apresentação pelos padroeiros e consequente confirmação episcopal, o próprio registo demonstra que são precisamente os meses de agosto e setembro de 1362 aqueles em que a urgência da epidemia mais exige da ação episcopal, dispensando até parte dos procedimentos devido à necessidade extrema dos fiéis<sup>61</sup>. A *Pestis secunda* transformou os derradeiros meses de verão de 1362 num período calamitoso, pelo menos nos extremos noroeste português e sudoeste galego.

É difícil estabelecer paralelismos com o que se passa no resto do reino português. É possível que esta peste tenha pougado parte do território nacional, assim como é possível que tenha afetado mais gravemente certas zonas do que a Peste Negra terá feito anteriormente. Sabemos, contudo, que pelo menos uma referência lisboeta preservada no Vaticano, referida por Anísio Saraiva e que integra o rol recolhido por Philip Slavin, aponta para um ocorrência pouco posterior da segunda peste na capital do reino, dizendo respeito ao outono de 1362<sup>62</sup>. Esse testemunho afirma que “no último trimestre de 1362 o dinheiro apenas fora entregue a quem não se ausentara da colegiada por conta da peste”,

<sup>60</sup> James W. Wood, Rebecca J. Farrell, Sharon N. DeWitte-Aviña, “The temporal dynamics of the fourteenth-century Black Death: new evidence from English ecclesiastical records”, *Human Biology*, 75.4 (2003), p. 427-48.

<sup>61</sup> O prelado refere explicitamente a situação excepcional de peste, para justificar a dispensa de certas formalidades no processo costumeiro de confirmação de benefícios, em 15 registos. Estes registos estão balizados entre 1 de agosto e 1 de outubro de 1362, o que parece revelar o período de maior devastação provocado pela peste, ao qual o próprio bispo assistiria impotente. José Marques, *Confirmações de Tui (1352-1382)*, docs. 85, 90, 101, 112, 120, 122, 124, 126, 127, 129-132, 135 e 152, p. 84, 88, 96, 104, 110, 112, 114-123, 135-136.

<sup>62</sup> Anísio Miguel de Sousa Saraiva, “O quotidiano da Casa de D. Lourenço Rodrigues, bispo de Lisboa (1359-1364†): notas de investigação”, *Lusitania Sacra*, 17 (2005), p. 433; Philip Slavin refere este trabalho na lista de dados suplementares anexa ao artigo e consultável em: <https://academic.oup.com/past/advance-article/doi/10.1093/pastj/gtaa028/6120066#supplementary-data> [consultado em 26-05-2021].

revelando a presença da epidemia em Lisboa no final do ano, pouco posterior à infeção do Norte e apoiando uma contaminação feita no sentido Norte-Sul; a hipótese de um contágio europeu feito a partir da Europa Central e do Mar do Norte, como defende Slavin, condiz com este cenário. Esta referência lisboeta mantém 1362 como baliza cronológica do surto epidémico em Portugal. Por certo, haverá mais dados documentais portugueses sobre a *Pestis secunda*. Apenas um levantamento documental coletivo, exaustivo e transversal poderá, talvez, colmatar estas falhas e contribuir para compor uma imagem mais nítida do fenómeno, da sua difusão, rotas e cronologias de propagação em Portugal.

### **Conclusão – um impacto diluído?**

Pouco conhecida e raramente referida por fontes e historiografia portuguesas, a *Pestis secunda* só agora se começa a revelar. Certo parece ser o ano da ocorrência, 1362, contrariando frequentes referências a 1361, por recurso a cronologias de além-Pirenéus que não têm o caso português em conta. Nada descarta que rumores de uma nova peste chegassem a Portugal desde 1361, mas a infeção propriamente dita não terá chegado antes da primavera de 1362. No Norte do reino, a infeção parece ter sido mais violenta nos meses de verão. Indo em direção ao Sul, as dúvidas aumentam até tornar qualquer proposta de cronologia ou rotas de propagação mera especulação. Confiando nos indícios recolhidos a partir da mudança do discurso documental de “peste” para “as pestes”, todo o reino terá sido atingido pela segunda pestilência em 1362, e, caso se tenha prolongado algures até 1363, não teria chegado à primavera.

A memória da segunda peste, a primeira que se seguiu à Peste Negra, é escassa nas fontes portuguesas, tanto no noroeste, como no sul e nos fundos da Coroa. Não é possível apurar padrões como aqueles que se adivinham além-fronteiras – mortalidade seletiva de crianças, adolescentes e/ou homens –, oferecer qualquer estimativa de mortalidade ou sentir o pulso a mudanças socioeconómicas ou produção de novas leis motivadas pela sua ocorrência, como é possível, em certos casos, fazer com a Peste Negra. A secular omissão das crónicas, a atenção à sua impressionante antecessora e a quantidade de eventos desestabilizadores que aconteceram em Portugal ao longo do século XIV, poderão ter contribuído para esse silêncio. É, porém, uma história necessária e que só agora se começa a fazer. Creio que uma das conclusões mais evidentes que este pequeno artigo permite é a necessidade de estudar este tipo de fenómenos de forma integrada – apenas com o estudo da Peste Negra (enquanto manifestação mais impactante dos eventos epidémicos da Baixa Idade

Média) é possível revelar, através da dissecação e cruzamento de referências diretas e indiretas a flagelos epidémicos, uma cronologia dos diversos eventos e de cada um deles: uma busca exclusiva por referências da segunda peste não teria permitido a obtenção da maioria dos dados aqui colhidos.

Procurar a *Pestis secunda* de forma isolada na documentação portuguesa é uma tarefa de extrema dificuldade. Deveremos assumir esse facto como uma consequência de um impacto menor no reino português? Fontes excepcionais, como o registo de Tui, contrariam esta hipótese. Por isso mesmo é imperativo sublinhar que, até há poucos anos, este registo e o seu potencial permaneciam desconhecidos, aumentando as expectativas sobre o que futuros estudos sobre a Peste Negra, a *Pestis secunda* e outras epidemias históricas, de peste ou outras, poderão revelar sobre o passado patogénico do território português.

Mesmo sem referências diretas a essa leitura, há uma certeza que se poderá ter: esta segunda peste demonstrou ao Homem da segunda metade do século XIV que a Peste Negra não havia sido um caso isolado. Talvez irrepetível na sua escala, as suas réplicas far-se-iam sentir esporadicamente, um pouco por toda a Europa e Mediterrâneo, em surtos cada vez mais localizados, mas com raras erupções continentais que se arrastaram até ao século XIX – Maiorca ainda é afetada por uma epidemia de peste em 1820<sup>63</sup>, precisamente um século depois daquela que é muitas vezes apontada como a derradeira epidemia de peste europeia da Segunda Pandemia, a Peste de Marselha de 1720. A *Pestis secunda* é, assim, a primeira das restantes, e a prova de que, mesmo indomesticável, a peste passaria a ser uma ocorrência familiar em Portugal, como no resto da Europa e do Mediterrâneo.

<sup>63</sup> Isabel Moll, Salas Vives Pere, Joana María Pujadas-Mora, “Vers une nouvelle modernité sanitaire : l'épidémie de peste de Majorque en 1820”, *Annales de démographie historique*, 134 (2017), p. 125-149. DOI : 10.3917/adh.134.0125.

(Página deixada propositadamente em branco)

# **Resquícios de epidemias no Minho: os surtos de tifo nos séculos XIX e XX**

## **Remnants of epidemics in Minho: typhus outbreaks in the 19th and 20th centuries**

ALEXANDRA ESTEVES  
Universidade do Minho, Lab2PT  
estevesalexandra@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-0660-9485>

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO  
Universidade do Minho, Lab2PT  
martialobo@ics.uminho.pt  
<https://orcid.org/0000-0002-6199-8033>

Texto recebido em / Text submitted on: 09/01/2021  
Texto aprovado em / Text approved on: 21/06/2021

### *Resumo*

#### *Abstract*

In this work, we analyze the typhus epidemics that, similarly to what happened in other parts of the country, devastated several places in Minho, between the 19th and early 20th centuries, special relevance is given to the situation in the city and district of Braga.

In order to carry out this study, we used, namely, contemporary medical literature, the press and hospital admission records in this region of northern Portugal.

The main objectives of this article are to characterize and contextualize the typhus outbreaks that affected the lands of Minho; analyze the initiatives of the administrative and health authorities and the difficulties they faced in controlling them; note the impact they had on the lives of populations, namely in the economic, social and demographic domains; show how some of the measures then adopted with the purpose of containing their effects were received.

**Keywords:** Epidemics; Typhus; Minho; Contemporary Period.

Neste trabalho, analisamos as epidemias de tifo que, à semelhança do que sucedeu noutras partes do país, assolaram diversos lugares do Minho, entre o século XIX e os inícios do século XX. Todavia, atendendo à dimensão dos surtos, é dada especial relevância à situação vivida na cidade e no distrito de Braga.

Para a realização deste estudo servimo-nos, nomeadamente, da literatura médica coeva, da imprensa e dos registos de entrada de hospitais desta região do norte de Portugal.

São objetivos principais deste artigo caracterizar e contextualizar os surtos de tifo que atingiram as terras minhotas; analisar as iniciativas das autoridades administrativas e sanitárias e as dificuldades com que se debateram para os controlar; anotar o impacto que tiveram na vida das populações, designadamente nos domínios económico, social e demográfico; mostrar o modo como foram recebidas algumas das medidas então adotadas com o propósito de conter os seus efeitos.

**Palavras-chave:** Epidemias; Tifo; Minho; Época Contemporânea.

## Introdução

A história das doenças e das epidemias pretende, entre outros objetivos, conhecer e analisar as enfermidades e os surtos epidémicos que ocorreram ao longo do tempo, bem como descobrir o modo como as populações encaravam e lidavam com uma realidade que, a todo o momento, ameaçava assombrar o seu quotidiano. A ânsia de encontrar uma explicação para algo que não era compreendido era satisfeita, umas vezes através de meras suposições, outras através da culpabilização de determinados grupos sociais, ou ainda através da intervenção do sobrenatural. Neste caso, a doença era interpretada como um castigo e a cura como uma graça divina. Por outro lado, as decisões tomadas pelas autoridades administrativas e sanitárias, no âmbito do combate às doenças, nem sempre eram compreendidas ou bem aceites pelas gentes, gerando, por vezes, reações violentas<sup>1</sup>. Foi o que sucedeu nos séculos XIX e XX, quando os estratos sociais mais carenciados se acharam perseguidos, violentados e discriminados com algumas das medidas tomadas para controlar e erradicar o tifo.

Na contemporaneidade, verifica-se a persistência da tendência para explicar e curar as doenças e as epidemias através de três olhares: dos médicos, cuja autoridade e peso social se vão consolidando; do senso comum, que recorre a argumentos e soluções simplistas e demagógicas; e da Igreja, que interpreta a doença como um castigo de Deus pelo mal praticado. Neste caso, a população procura obter, através de promessas, orações, procissões e vários ofícios religiosos, a indulgência e a proteção divinas. Nos inícios do século XX, em várias localidades portuguesas, foram organizadas cerimónias religiosas com o propósito de afastar o mal que então as afetava<sup>2</sup>.

O tifo é uma doença que se manifesta através de vários sintomas, designadamente, febre alta, diarreia, ictéria, prostração e debilidade, erupção cutânea, mialgias e arrepios. Daí o risco de confusão com outras enfermidades. À medida que se agrava, os sinais característicos tornam-se mais evidentes: hemorragias, lábios azuis, sensação de sede, tosse seca, olhos vermelhos e diarreia persistente. O quadro clínico pode culminar na perda de controlo dos músculos e em pneumonia.

<sup>1</sup> Sobre a relação entre o Homem e as epidemias ao longo da história leia-se F. M. Snowden, *Epidemics and Society. From the black death to the present*, Yale, Yale University Press, 2020; S. Cohn, *Epidemics: Hate and Compassion from the plague of Athens to AIDS*, Oxford, Oxford University Press, 2018.

<sup>2</sup> Em novembro de 1918, em Viana do Castelo, teve lugar uma procissão até ao Santuário de Santa Luzia, para afastar a pneumónica. Trata-se de um evento religioso que se mantém até aos dias de hoje.

A identificação da presença do tifo na Europa, onde se manteve até à contemporaneidade, remonta ao século XV<sup>3</sup>. Todavia, há quem admita que a cidade-estado de Atenas terá sido atingida por um surto de tifo no século V a. C. Segundo Tucídides, a violência da epidemia foi tal que, entre outras precauções, os atenienses deixaram de se visitar.

Durante o século XIX, os médicos procuraram combater o tifo, desconhecendo a sua origem, que só foi esclarecida em 1909 por Charles Nicolle<sup>4</sup>. A doença é causada por uma bactéria: *Rickettsia prowazekii*. Não se transmite por contacto direto, por via área ou oral-fecal, precisando de um agente transmissor: o piolho. Os seres humanos são o reservatório da referida bactéria, que passa de pessoa para pessoa através do *pediculus humanus corpus*, pelo que a sua disseminação é facilitada pela concentração de pessoas e pela existência de piolhos. Trata-se de uma doença que, habitualmente, está associada a contextos adversos, feitos de guerras, catástrofes naturais, maus anos agrícolas, miséria e fome. Servimo-nos das palavras de António de Oliveira – “o tifo era companheiro da fome”<sup>5</sup> – para sublinhar que esta enfermidade atacava em ocasiões marcadas por grandes privações alimentares, que atingiam os grupos sociais mais vulneráveis. Por exemplo, já no século XVII, durante a Guerra dos Trinta Anos, o tifo manifestou-se com grande severidade, permanecendo endémico em vários territórios, designadamente na Holanda, na Inglaterra e, em particular, na Irlanda, onde, entre 1846 e 1848, terá vitimado mais de 300 mil pessoas, acompanhando a catástrofe provocada pela “fome da batata”<sup>6</sup>. O regresso em força deu-se com a Guerra da Crimeia (1853-1856).

Em Portugal, o tifo afetou diversas localidades, de que Lisboa é apenas um exemplo, entre 1657 e 1659, numa altura em que houve uma epidemia de tifo exantemático, relacionada com vagas de pessoas que chegavam à cidade e com o regresso à capital de muitos militares que tinham andado em campanha no Alentejo. Decorria, então, a Guerra da Restauração, um tempo caracterizado por fomes e muita carestia<sup>7</sup>.

<sup>3</sup> Acerca da origem do tifo na Europa leia-se J. N. Hayas, *The Burdens of disease. Epidemics and human response in Western Europe*, London, Rutgers University Press, 2009, p. 69-71.

<sup>4</sup> Médico e bacteriologista francês (1866-1936). Descobriu que o transmissor do tifo exantemático é o piolho do corpo, o que lhe valeu o Prémio Nobel da Fisiologia e da Medicina em 1928. Anne Hardy, *The epidemic streets: infectious diseases and the rise of preventive medicine 1856-1900*, Oxford, Oxford University Press, 2011, p. 192.

<sup>5</sup> Veja-se António Oliveira, *Capítulos de História de Portugal*, vol. II, Viseu, Palimage Editora, 2015, p. 629.

<sup>6</sup> José de Magalhães Sequeira, *Higiene e Profilaxia do tifo exantemático*, Porto, Typografia Mendonça, 1918, p. 32.

<sup>7</sup> Teresa Rodrigues, *Crises de mortalidade em Lisboa, séculos XVI-XVII*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 146.

No século XIX, durante o qual houve várias epidemias de tifo, diversos fatores, designadamente o desenvolvimento tecnológico estimulado pela Revolução Industrial, a revolução dos transportes, que veio facilitar a circulação de pessoas e mercadorias, a que se juntou uma certa europeização do mundo, contribuíram para que algumas enfermidades abandonassem os lugares onde eram endémicas e acabassem por chegar a terras distantes, incluindo, naturalmente, o continente europeu. Foi o caso da cólera e da peste bubónica, endémicas na Índia e na China, respetivamente. Outras, já “velhas conhecidas”, encontraram na contemporaneidade condições propícias para uma rápida disseminação. De facto, durante a centúria oitocentista, ocorreram vários surtos epidémicos, nomeadamente de tifo, sarampo, coqueluche, varíola, febre tifoide e gripe. Mais doenças se juntaram a esta lista, como a tuberculose, que, pelo número de vítimas que causava, assumiu contornos de verdadeira peste, o que levou as autoridades a encará-la como um problema de saúde pública.

A entrada no século XX não travou o tifo, que continuou a alastrar, sobretudo em lugares onde abundavam a pobreza, a insalubridade e as carências alimentares, mas faltavam hábitos de higiene e estruturas básicas de saneamento. Por outro lado, a guerra continuava a propiciar a sua propagação, como se verificou na Guerra dos Balcãs, entre 1912 e 1913<sup>8</sup>.

A movimentação de gente, fosse de soldados nos cenários de guerra ou de pobres em busca de melhores condições de vida, contribuiu para o aparecimento e o espalhamento de várias epidemias, nomeadamente de tifo, causando, segundo Richard Evans, no ano de 1918, em Glasgow, cidade escocesa com 100 mil habitantes, 3500 óbitos, num universo de 32 mil infetados<sup>9</sup>. Na mesma altura, em vários países, incluindo Portugal, o tifo coincidiu com a pandemia de pneumónica, o que fez com que algumas das estruturas preparadas para o combater tivessem que ser adaptadas para tratar as vítimas da nova gripe, que teimava em ceifar a vida dos mais jovens e saudáveis. Terminada a pandemia, o tifo persistiu em Portugal, constituindo motivo de grande preocupação até aos anos 50 do século passado.

O discurso que associa o tifo aos grupos sociais mais desfavorecidos, sobretudo pela resistência manifestada relativamente a cuidados de higiene e limpeza e consequente fim de usos e costumes muito enraizados, é contrariado pela história da doença, que mostra que este mal se caracterizou pela sua democraticidade, uma vez que atingiu cidades e campos, militares e civis,

<sup>8</sup> Sobre os surtos de tifo no século XX leia-se M. Harrison, *Disease and the Modern World. 1500 to the present day*, Cambridge, Polity Press, 2009.

<sup>9</sup> Richard J. Evans, *A luta pelo poder. Europa 1815-1914*, Lisboa, Edições Europa-América, 2018, p. 40.

presos e meretrizes, mendigos e vagabundos, e nem sequer poupou médicos. Em Portugal, morreram vários clínicos que se envolveram no combate à doença, entre os quais Roberto Frias<sup>10</sup>. No complexo do antigo Hospital de São Marcos de Braga conserva-se uma placa de homenagem aos profissionais de saúde, vítimas de tifo exantemático, demonstradora de como a doença também era capaz de vitimar quem a combatia.



Na Alemanha hitleriana, o discurso oficial culpava os judeus pela ocorrência do tifo, que também serviu de pretexto para desencadear a sua perseguição e extermínio<sup>11</sup>. Aliás, o nazismo aprontou uma cartilha higienista para justificar

<sup>10</sup> Para conhecer os médicos que perderam a vida no combate ao tifo em Portugal veja-se, Júlio de Macedo, *Tifo Exantemático. Considerações sobre alguns casos. Estudo de clínica e terapêutica*, Braga, Imprensa Henriqueina, movida a electricidade, 1921.

<sup>11</sup> Sobre esta temática leia-se P. Weindling, *Epidemics and genocide in Eastern Europe, 1890-1945*, Oxford, Oxford University Press, 2011.

a propaganda discriminatória não apenas contra os judeus, mas também contra os ciganos, considerados perigosos sob o ponto de vista sanitário. Assim sendo, impunha-se, alegavam os apaniguados das teses hitlerianas, a eliminação destes disseminadores de enfermidades, particularmente de tifo, e causadores do enfraquecimento da raça.

Conforme o contexto em que aparecia, o tifo recebeu diferentes designações (tabardilho, febre das pintas, febre das prisões, febre dos navios, entre outras). Pela sua associação a contextos militares, ficou também conhecido como a “peste da guerra” ou a “praga da guerra”. De facto, os acampamentos imundos, os amontoados de militares, a ausência de condições e de meios para cuidar da limpeza dos corpos e dos lugares, facilitavam o aparecimento e a propagação da doença. Muitas vezes, foi confundido com outras doenças, como a gripe, a escarlatina, o sarampo e, em particular, com a febre tifoide, o que induzia diagnósticos errados e tardios<sup>12</sup>. À semelhança do que sucedia com outras enfermidades, o seu tratamento incluía purgas, vomitórios e sangrias.

## O tifo em Portugal

No Portugal moderno, o tifo era conhecido como tabardilho ou febre das pintas. Desde finais do século XV, o país sofreu vários surtos, tornando-se uma doença quase endémica, embora fosse mais frequente no século XIX, com vagas a afetarem todo o território, como sucedeu em 1832, ou apenas algumas localidades.

Segundo David Henrique, em 1855, a cidade de Braga foi atingida por um surto de tifo, para o qual terá contribuído a escassez de alimentos que então se fazia sentir na cidade e nas freguesias limítrofes<sup>13</sup>. A quantidade de óbitos no Hospital de São Marcos (Braga), sobretudo de gente pobre, subiu em flecha, atingindo o número mais elevado desde que se conhecem registos para estudar a mortalidade hospitalar, ou seja, desde o início do século XVIII<sup>14</sup>. Nos vários

<sup>12</sup> Segundo o médico Eurico Taxa Ribeiro, o tifo distingue-se da febre tifoide “pela etiologia, pelo seu inicio brusco, falta de epistaxis e de symptomas abdominaes, apparecimento do exantheme, queda de temperatura e pela duração da doença. O que apenas ha de commun entre as duas doenças é o estado de prostração, que ainda as- sim parece ser mais accentuado no typho.”. Eurico Taxa Ribeiro, *O Typho exanthematico: breve estudo*, Porto, Im. C. Vasconcellos, 1906, p. 59.

<sup>13</sup> Henrique David, *As crises de mortalidade no concelho de Braga: 1700-1880*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992. Tese de doutoramento policopiada, p. 252.

<sup>14</sup> Sobre este assunto consulte-se Maria Marta Lobo de Araújo, “Assistir os pobres e alcançar a salvação” in José Viriato Capela e Maria Marta Lobo de Araújo, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, p. 529.

números publicados naquele ano, o jornal *O Bracarense* fez um relato vivo das epidemias que grassaram na cidade, destacando, além do tifo, a cólera, doença com taxas de letalidade também muito elevadas. Reclamava-se, então, que não se juntassem no mesmo espaço os padecentes desses dois males, defendendo-se o seu isolamento, ao mesmo tempo que era denunciada a falta de limpeza das ruas e praças da cidade<sup>15</sup>. Procurava-se, afinal, alertar e sensibilizar a população e as entidades competentes para a necessidade de serem adotadas as medidas adequadas tendo em vista a salvaguarda da saúde pública.

O jornal *O Bracarense* foi um dos periódicos que deu grande relevo ao tifo, ao passo que outros praticamente ignoraram-no. Doenças houve que mereceram da imprensa um destaque quiçá desproporcionado, contribuindo até para criar um clima de medo e de alarmismo, que os números da mortalidade não justificavam, como acontecia com a cólera, enquanto outras enfermidades eram quase esquecidas, devido, porventura, à sua frequência ao longo dos anos, como era o caso não só do tifo, mas também do sarampo, da varíola ou da coqueluche.

Chegados ao século XIX, o tifo continuou a manifestar-se com alguma regularidade no norte de Portugal, sobretudo nas cidades. O mesmo sucedeu no século XX, ao ponto de Ricardo Jorge classificar Portugal como um “país tífico”<sup>16</sup>. Em fevereiro de 1905, foram identificados casos suspeitos no Hospital de São Marcos, acabando por adoecer um empregado da enfermaria<sup>17</sup>. Nessa centúria, praticamente todo o país continuou a ser atacado pela doença, com particular incidência nas regiões Norte e Centro Interior. Manteigas, Fornos de Algodres, Viseu, Sabugal, Figueira de Castelo Rodrigo, entre outras localidades, foram afetadas entre 1905 e 1917<sup>18</sup>. Na mesma altura, outras terras litorâneas foram atingidas com gravidade, como, por exemplo, Vila do Conde, Póvoa de Varzim e Espinho.

No estudo realizado sobre a mortalidade em Portugal entre 1913 e 1916, José Nogueira Nunes considera que o tifo estava longe de ser a doença epidémica que mais matava no país, cabendo ao sarampo essa posição, seguido pela gripe, pela febre tifoide e pela coqueluche e, num lugar mais distante, a difteria, o paludismo, a meningite, a varíola, a escarlatina e, só depois, o tifo. No período que analisou, o ano com maior número de óbitos (30) foi 1913.

<sup>15</sup> Jornal *O Bracarense*, nº 11, de 24 de julho, p. 2.

<sup>16</sup> Ricardo Jorge (1858-1939) foi médico, professor, investigador e higienista. Introduziu em Portugal as mais recentes técnicas daquela época e importantes noções de Saúde Pública. Ricardo Jorge, *Tifo exantemático ou tabardilho. Relatórios apresentados ao Conselho Superior de Higiene*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1918.

<sup>17</sup> Eurico Taxa Ribeiro, *O Typho exanthematico: breve estudo...*, cit., p. 30.

<sup>18</sup> José de Magalhães Sequeira, *Higiene e Profilaxia do tifo exantemático...*, cit., p. 35.

Nos anos seguintes, ou seja, em 1914, 1915 e 1916, registaram-se 25, 21 e 6 mortes, respetivamente. As vítimas foram sobretudo jovens, com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos, atingindo indistintamente ambos os sexos<sup>19</sup>. Em 1923, a propósito das condições sanitárias do Porto, Joaquim Manuel dos Santos apontava o tifo como responsável por 1790 óbitos nesta cidade entre 1913 e 1920, incluindo, portanto, as vítimas do surto de 1918 e 1919; só em 1918, provocou 1198 mortes e no ano seguinte 571. Em 1920, a mortalidade baixou<sup>20</sup>. Entre 1913 e 1920, o tifo apenas foi ultrapassado pela tuberculose (6050 óbitos) e pela gripe pneumónica (1817 óbitos) como causa de morte. A explicação avançada para a elevada letalidade causada pela doença em 1918 aponta, essencialmente, para dois fatores: a falta de salubridade da cidade e de hábitos de higiene pessoal dos seus habitantes. De facto, no século XX, os anos em que o tifo provocou um maior número de óbitos foram 1918 e 1919, quando a epidemia atacou sobretudo o Norte do país. Segundo os dados apurados por J. A. David Morais, nesses anos terão morrido 1725 e 1252, respetivamente<sup>21</sup>.

Na altura, Portugal era governado por Sidónio Pais, que chegou a visitar hospitais do Norte do país, aquando da ocorrência das epidemias de tifo e pneumónica<sup>22</sup>. Assassínado em dezembro de 1918, um mês após a assinatura do Armistício, o cenário que se seguiu à sua morte não foi o mais auspicioso, sob o ponto de vista político. Depois de uma tentativa frustrada de restauração do regime monárquico nos primeiros meses de 1919, o país entrou numa fase de instabilidade política e de agitação social, sendo frequentes as greves, os motins e os assaltos a armazéns<sup>23</sup>. Portugal era um país rural, mas, ao longo da

<sup>19</sup> José Nogueira Nunes, *A Mortalidade em Portugal*, Porto, Imprensa Nacional de Jaime Vasconcelos, 1923.

<sup>20</sup> Manuel Joaquim dos Santos, *O estado sanitário do Porto em face das estáticas demográficas*, Porto, 1923.

<sup>21</sup> J. A. David de Morais, “Tifo epidémico em Portugal: um contributo para o seu conhecimento histórico”, *Medicina Interna – Revista da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna*, 15, 3, Julho/Setembro (2008), p. 214-230.

<sup>22</sup> Sidónio Pais liderou o golpe de Estado que derrubou o Presidente Bernardino Machado, em 5 de dezembro de 1917. Foi formalmente eleito Presidente da República em abril de 1918, nas únicas eleições presidenciais da I República (1910-1926) em que a escolha do Chefe do Estado foi realizada por sufrágio direto e universal, ainda que restrito aos cidadãos do sexo masculino. Instituiu um regime de tipo presidencialista – a República Nova – assente na figura carismática do “Presidente-Rei”.

Rui Ramos (coord.), *A Segunda Fundação (1890-1926). História de Portugal* (José Mattoso, dir.), Sexto Volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 618.

<sup>23</sup> Matos Reis, “A Crise da I República na sequência da grande guerra de 1914-1918” in Sérgio Campos Matos (coord.), *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 180-181.

I República, as estruturas agrárias foram-se desagregando, levando à partida das gentes do campo rumo às cidades, onde as esperava, não raras vezes, o desemprego e a miséria<sup>24</sup>.

## O Minho: breve caracterização

A nossa análise centra-se no Minho, território que, nos dizeres do médico João de Meira, ainda era desconhecido de muitos portugueses nos inícios do século XX<sup>25</sup>. Classifica-o como uma terra maldita, onde havia fome e os trabalhadores não ganhavam o suficiente. Nas suas palavras, “No Minho morre-se de fome, morre-se de trabalho, morre-se de pouco resguardo contra as intempéries do clima”<sup>26</sup>. Trata-se de uma região confinante com a província espanhola da Galiza, sendo composta por uma área mais a Norte, o Alto Minho, que integra, atualmente, os concelhos de Caminha, Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, Monção, Melgaço, Valença; e por outra zona mais a Sul, o Baixo Minho, que inclui os concelhos de Braga, Barcelos, Vila Nova de Famalicão, Esposende, Amares, Celorico de Basto, Cabeceiras de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vizela, Vila Verde, Vieira do Minho, Fafe, Guimarães e Terras de Bouro.

Apesar desta divisão, todo o Minho partilhava muitas características e carências comuns: a terra era a fonte de subsistência da sua população; a fuga à pobreza e a procura de melhores condições de vida alimentavam contínuos fluxos migratórios, sobretudo para o Brasil; a limpeza escasseava nas casas e nos lugares; os hábitos de higiene eram praticamente desconhecidos; os níveis de iliteracia eram extremamente elevados. As gentes, sobretudo as que viviam em locais mais isolados, quando acometidas pela doença, dificilmente aceitavam a intervenção dos médicos e mostravam desconfiança relativamente aos seus diagnósticos e tratamentos, preferindo entregar-se aos cuidados de curandeiros.

Todas as terras minhotas, tanto as litorâneas como as serranas, foram atingidas pelo tifo. Assim, até 1920, os residentes nos concelhos de Arcos

<sup>24</sup> Miriam Halpern Pereira, *Das revoluções liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 183.

<sup>25</sup> João Monteiro de Meyra, *O concelho de Guimarães (Estudo de demografia e nosografia)*. Dissertação Inaugural apresentada à Escola Medico-Cirúrgica do Porto, Porto, Typographia a vapor da empresa Gudes, 1907, p. 127.

<sup>26</sup> João Monteiro de Meyra, *O concelho de Guimarães (Estudo de demografia e nosografia)*. Dissertação Inaugural apresentada à Escola Medico-Cirúrgica do Porto..., cit., p. 130.

de Valdevez, Melgaço, Paredes de Coura, Barcelos, Santo Tirso, Braga, Guimarães, Esposende e Viana do Castelo, entre outros, não escaparam à doença.

### O tifo nas terras do Baixo Minho

A cidade de Braga, situada no norte de Portugal, foi duramente atingida pela enfermidade nos primeiros anos da contemporaneidade. Em novembro de 1890, surgiram notícias de que um surto grassava no centro da cidade<sup>27</sup>. Já no século XX, voltou em força ao distrito bracarense, proveniente do Porto, tendo atingido proporções alarmantes, tanto nos centros urbanos como nas zonas rurais. Naquela cidade, tomavam-se medidas para controlar a disseminação dos tifosos. À entrada do hospital, os enfermos eram despiolhados através de um sistema que passava pela retirada de todas as roupas do paciente, que, de seguida, era colocado sobre um colchão e desinfetado nas regiões pilosas do corpo com petróleo, creolina ou benzina, ou outro produto, e, finalmente, com água e sabão ou vinagre. No caso dos homens, os cabelos eram cortados e queimados. Havia também uma série de recomendações para os profissionais de saúde, que estavam entre as principais vítimas da enfermidade, o mesmo sucedendo com os locais classificados como contaminados<sup>28</sup>.

O Hospital do Espírito Santo (Braga) recebeu os primeiros infetados nos inícios de março de 1918. Na mesma altura, ingressaram no hospital de Guimarães dois indivíduos com tifo exantemático<sup>29</sup>. Em abril desse mesmo ano, na cadeia desta cidade, foram detetados reclusos infetados. A presença de enfermidades era habitual nas prisões, para o que contribuíam, entre outros fatores, a falta de salubridade das instalações e as características da população reclusa, constituída, maioritariamente, por gente pobre, pouco dada a preocupações com a higiene.

Entre as medidas então tomadas, constava a criação de um posto de despiolhamento, que acabou por ser convertido no hospital de isolamento do Espírito Santo. Tratava-se de um antigo colégio dos Espíritanos, uma ordem religiosa fundada em 1703, em França, que passou por diversas instalações antes de optar pela construção do colégio do Espírito Santo,

<sup>27</sup> *O Commercio de Guimaraes*, n.º 605, 6 de novembro de 1890.

<sup>28</sup> Ricardo Jorge, *Tifo exantemático ou tabardilho. Relatórios apresentados ao Conselho Superior de Higiene...*, cit., p. 22.

<sup>29</sup> *O Commercio de Guimaraes*, n.º 3212, 26 de março de 1918.

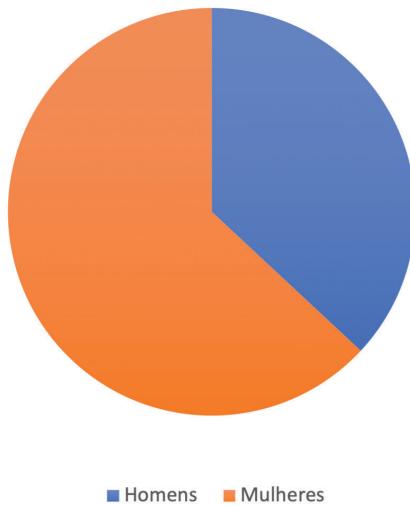
onde atualmente funciona o Liceu Sá de Miranda, e que serviu de “hospital dos tifosos”, como comummente era designado, e mais tarde recebeu os epidemiados da pneumónica.

O delegado de saúde optou por este estabelecimento por entender que, além das boas condições de higiene, oferecia outras vantagens, nomeadamente no respeitante ao arejamento das instalações e à circulação do ar. À época, considerava-se que uma das medidas a tomar para combater o tifo e travar o contágio consistia no isolamento dos infetados em hospitais que tivessem boa ventilação. Quando começou a epidemia de tifo, só foi ocupado um dos pavilhões do colégio, transformado em enfermaria. Posteriormente, o rés-do-chão foi adaptado para servir de refeitório do pessoal e para acomodar doentes em convalescença. Já em 1919, nesta parte, foi criada uma enfermaria para mulheres. No primeiro piso, foram colocados os doentes pensionistas. Aquando da realização de obras para funcionar como hospital, o edifício recebeu vários melhoramentos, designadamente a instalação de luz elétrica e a canalização da água. No que diz respeito aos recursos humanos, contava com dois enfermeiros e dois ajudantes, um despiolhador e uma despiolhadora, um servente, uma governanta e dois maqueiros<sup>30</sup>. A sua administração foi confiada a um oficial da Cruz Vermelha. Segundo Eurico de Almeida, no pico do surto, em abril de 1919, este hospital chegou a receber 677 epidemiados. Anexo ao hospital, havia um posto de despiolhamento, que desempenhava uma função importante no combate à epidemia.

Em 1919, o tifo continuava a fazer vítimas em Braga<sup>31</sup>. Entre março de 1918 e agosto do ano seguinte, foram registados 2068 casos (1304 mulheres e 764 homens). Desconhecemos as verdadeiras razões desta discrepância, embora fosse expectável que os homens fossem mais afetados, uma vez que, por norma, tinham uma vida social mais intensa e frequentavam lugares muito procurados, como eram as tabernas, ficando assim mais expostos ao contágio. Contudo, importa notar que a mulher minhota não estava confinada ao lar, mas, pelo contrário, também frequentava lugares públicos, participava nos trabalhos do campo e noutras atividades que ajudavam a compor a economia do agregado familiar, além de não terem qualquer relutância de, se fosse necessário, acorrer ao hospital para tratar os males que as acometessem, ao contrário do que ainda sucedia noutras regiões do país.

<sup>30</sup> Eurico de Almeida, *O tabardilho em Braga*, Lisboa, Tipografia Belenense, 1920, p. 7.

<sup>31</sup> *O Commercio de Guimaraes*, n.º 3320, 25 de fevereiro de 1919.



Número de homens e mulheres infetados com tifo (1918-1919)

Fonte: Eurico de Almeida, *O tabardilho em Braga*, Lisboa, Tipografia Belenense, 1920.

Este surto deixou marcas igualmente no Hospital de São Marcos, instituição secular e habituada a tratar doenças contagiosas, como a sífilis, a cólera e outras. Todavia, devido à intensidade da epidemia de tifo, não reunia condições para receber os infetados. Apesar das obras de remodelação, que fizeram aumentar os espaços de internamento, esta unidade hospitalar não tinha capacidade para receber tantos doentes e mantê-los em isolamento como era recomendado.

Em 1918, em plena epidemia da pneumónica, Braga foi atingida por um surto de tifo, o que obrigou a reforçar um conjunto de medidas que já se encontravam em curso. Devido ao elevado risco de contágio, o Hospital de São Marcos proibiu as visitas aos internados<sup>32</sup>. Simultaneamente, foi intensificado o controlo das pessoas que se deslocavam ao Porto, onde a doença se manifestava com forte incidência, as quais estavam obrigadas a apresentar-se ao comissariado da polícia, sob a ameaça de prisão para as incumpridoras. Com o propósito de informar e sensibilizar a população, esta medida e as penas previstas para quem transgredisse eram publicitadas nos jornais.

A entrada e saída de pessoas nos hospitais foi sempre uma matéria muito sensível, pelo facto de poder perturbar o microcosmos hospitalar. Embora

<sup>32</sup> Leia-se o jornal *Commercio do Minho*, nº 6-670, de 28 de fevereiro de 1918, p. 2.

recebesse diariamente do exterior os profissionais de saúde e outros funcionários, as pessoas que chegavam para visitar familiares e conhecidos colocavam em perigo quem estava internado. Estas proibições nem sempre eram bem entendidas pelos visitantes, pois desejavam estar perto dos seus parentes, pelo menos durante algum tempo. O Hospital do Espírito Santo, na sequência de notícias de que havia gente estranha nas suas instalações, teve de esclarecer nos periódicos locais que “ninguém o visita, ninguém entre nelle, senão o pessoal de serviço”<sup>33</sup>, ou seja, mantinha os internados confinados, não havendo contactos com o exterior, a não ser através de quem nele trabalhava.

Associada à pneumónica, a epidemia de tifo tornou-se mais perigosa e intensificou-se no outono de 1918. Perante a subida do número de contagiados, o governador civil proibiu a aglomeração de pessoas, ordenando o cancelamento de feiras, romarias e outros atos públicos que reunissem muita gente<sup>34</sup>. Pretendia-se, com esta decisão, resguardar as pessoas, circunscrevendo-as a espaços considerados mais seguros e evitando ajuntamentos, embora não estivesse isenta de riscos económicos e sociais, com efeitos diretos na vida das comunidades.

O tifo exantemático atacava preferencialmente nos meses de inverno e em períodos de carestia, como o que se vivia em 1918, embora também pudesse ser muito intenso no fim da primavera<sup>35</sup>. Com o aproximar do inverno, o tifo contagiou e matou mais em Braga, o que exigiu da Câmara um cuidado acrescido com a limpeza da cidade. A autarquia mandou queimar ramos de eucalipto e pinheiro nas ruas e praças, assim como retirar os suínos dos açougues da cidade. Os espaços urbanos sempre foram considerados locais sujos, com ruas pouco arejadas e, mesmo após o esforço que se verificou nos séculos XVIII e XIX para impor mais asseio, continuaram a ser pouco limpos. Braga mantinha muitos traços de ruralidade: os carros de bois eram habituais e os animais deambulavam pelas ruas... Para melhorar as condições de salubridade e purificar o ar, desinfetavam-se as ruas; os moradores, por seu lado, faziam defumadouros nas casas. Todavia, estas medidas não foram suficientes para travar o avanço do tifo na cidade. Impunha-se, por isso, maior articulação entre as várias entidades que podiam colaborar no combate à doença. Assim, através da concertação de esforços entre o governador civil, o delegado de saúde e o provedor da Misericórdia, procurou-se articular os serviços a prestar pelos dois hospitais já citados: o Hospital do Espírito Santo passou a receber os tifosos, que seriam direcionados para o de São Marcos somente após a cura e quando

<sup>33</sup> *Echos do Minho*, 16 de abril de 1918, p. 2.

<sup>34</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, “Os serviços de saúde e a assistência à doença” in José Viriato Capela e Maria Marta Lobo de Araújo, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga...*, cit., p. 428.

<sup>35</sup> Teresa Rodrigues, *Crises de mortalidade em Lisboa, séculos XVI-XVII...*, cit., p. 146.

houvesse outras razões ponderosas de saúde. Esta decisão era fundamental para evitar que os internados neste estabelecimento fossem contagiados.

Imediatamente após a morte de um doente com tifo, a sua casa era desinfetada, para que a enfermidade não alastrasse a outros familiares, e todos os locais onde houvesse sinais de doença eram sujeitos a limpeza e desinfeção<sup>36</sup>.

Em 1919, ingressaram nos hospitais civis de Braga 1041 pessoas atingidas por doença epidémica, que, nesse ano, foi de longe a principal causa de internamento e também de morte<sup>37</sup>. Estes números não resultaram apenas do surto de tifo, dado que a pneumónica também se manifestou nessa altura. O ano mais difícil foi o de 1918, mas no seguinte continuaram a registar-se ocorrências das duas enfermidades, acompanhadas, algumas localidades, por surtos de varíola, como sucedeu em Viana do Castelo e em Esposende.

A situação na cidade de Braga tornou-se particularmente dramática devido à coincidência temporal do tifo, da varíola e da pneumónica, o que obrigou a dispersão de recursos. Além disso, os acontecimentos políticos que marcaram os primeiros dois meses de 1919, com a Monarquia do Norte, dificultaram o combate à doença<sup>38</sup>. Reposta a normalidade, foi criada uma polícia sanitária, incumbida de fazer o registo de doentes, que percorria, diariamente, os locais classificados como focos de disseminação da enfermidade<sup>39</sup>. Tinha competência para encaminhar para o hospital os indivíduos suspeitos que vagueavam pelas ruas, particularmente os que se apresentavam sujos e andrajosos, e ordenar a limpeza das casas consideradas potenciais focos de contágio<sup>40</sup>. Identificado algum infetado, o médico comunicava à polícia sanitária, que, por sua vez, contactava o posto de desinfeção, a fim de tratar do seu internamento.

O contexto da guerra e as consequentes dificuldades de toda a ordem que atormentavam a vida das pessoas, agravadas pela gripe pneumónica e pelos meses de agitação política, não permitiram melhorias significativas em matéria de saúde pública, a que se juntavam ainda a resistência às decisões das autoridades administrativas e sanitárias. Em Braga, por exemplo, muitos residentes recusavam o despiolhamento, proclamando que “piolhos houve-

<sup>36</sup> Em abril de 1918, as aulas do Liceu Sá de Miranda foram suspensas após a deteção da epidemia em alguns alunos, obrigando a desinfeção do edifício. *Commercio do Minho*, nº 6-684, 18 de abril de 1918, p. 2.

<sup>37</sup> *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1919*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1924.

<sup>38</sup> A “Monarquia do Norte” foi o nome dado à insurreição militar, liderada por Paiva Couceiro, que a 19 de janeiro de 1919 tinha proclamado a restauração da monarquia no Porto e que alastrou a várias cidades do norte de Portugal, mas que acabou por ser dominada.

<sup>39</sup> Eurico de Almeida, *O tabardilho em Braga...*, cit., p. 68-70.

<sup>40</sup> Eurico de Almeida, *O tabardilho em Braga...*, cit., p. 68-70.

-os sempre”<sup>41</sup>. Chegaram, inclusive, a ser enviadas queixas para o Ministério do Interior alegando a existência de banhos forçados na cidade, entendidos como tratamentos discriminatórios dos operários bracarenses. No entanto, as atitudes de resistência e revolta contra as medidas sanitárias não eram exclusivas dos centros urbanos, mas também aconteciam nos meios rurais. Em São Martinho de Dume, freguesia rural do concelho de Braga, foi necessária a intervenção das forças da ordem para que o despiolhamento fosse realizado, dada a oposição violenta da população, que chegou a usar armas de fogo e a apedrejar os intervenientes naquela operação<sup>42</sup>. Estas atitudes de resistência às intervenções de índole sanitária eram comuns nos finais do século XIX e nos começos do século XX, não só em Portugal ou no continente europeu, mas também noutras regiões do mundo, como foi o caso do Brasil, onde ocorreu um movimento contestatório que ficou conhecido como a Revolta da Vacina<sup>43</sup>. A rejeição destas iniciativas resultava, muitas vezes, da falta de esclarecimento das populações e do facto de as interpretarem como decisões discriminatórias, vexatórias, violadoras da privacidade e atentatórias contra a liberdade individual.

Em 1919, Braga, à semelhança de outros centros urbanos, era uma cidade suja, onde até os grupos sociais mais elevados se mostravam pouco dispostos a aceitar algumas medidas profiláticas. Dispunha de um balneário municipal, mas era pouco frequentado. Em julho de 1919, o articulista do jornal bracarense *A Cidade*, a propósito das campanhas antitíficas que estavam a decorrer nas aldeias, escrevia que os banhos profiláticos estavam a ser usados para justificar o internamento de homens e mulheres em manicómios<sup>44</sup>. Era evidente a oposição das populações à adoção de hábitos de higiene pessoal, o que acabava por facilitar a proliferação do piolho e, consequentemente, do tifo.

Braga, que parecia ter controlado a epidemia em 1919, voltou a ser confrontada com novos casos de tifo no verão de 1920<sup>45</sup>. Entre outras medidas, foi decidida a continuação do “hospital dos tifosos” e reconhecida a necessidade de manter centros de despiolhamento na cidade; foi recomendado o prosseguimento da vacinação contra a varíola, a realização de visitas frequentes a lugares considerados sujos e o esclarecimento dos habitantes.

<sup>41</sup> Eurico de Almeida, *O tabardilho em Braga...*, cit., p. 111.

<sup>42</sup> *Commercio do Minho*, n. 6.810, 10 de julho de 1919.

<sup>43</sup> Sobre a revolta da vacina no Brasil leia-se Nicolau Sevcenko, *A Revolta da Vacina. Mentes Insanas em Corpos Rebeldes*, São Paulo, Cosac Naify, 2010.

<sup>44</sup> *A Cidade*, 17 de julho de 1919.

<sup>45</sup> *Commercio do Minho*, nº 6922, 26 de julho de 1920.

A polícia sanitária devia prender as pessoas consideradas potenciadoras de contágio de doenças, e obrigá-las a cuidarem da higiene e, assim, acabarem com os piolhos<sup>46</sup>.

Os recursos humanos, nomeadamente de pessoal médico, para combater a doença escasseavam e os existentes não eram suficientes para responder atempadamente e com eficácia ao desafio que tinham pela frente. No sentido de ultrapassar as dificuldades que então se colocavam, apostou-se na informação e na sensibilização da população, através, designadamente, de notas oficiais enviadas para a imprensa local<sup>47</sup>. Essa falta de meios parecia endémica e fazia-se sentir em vários quadrantes da vida das populações. Em setembro de 1919, o posto de despiolhamento de Braga tinha sido encerrado por falta de verbas e o mesmo tinha acontecido à brigada antiepidémica.

Atentos à situação que se vivia em Guimarães, os jornais locais denunciavam o estado lastimoso dos espaços públicos e os problemas sociais que então se observavam. A este propósito, *O Commercio de Guimaraes* escrevia o seguinte, em setembro de 1919:

Não me lembro nunca de ter visto Guimarães tão porca. À noite o quadro tem mais o aperitivo de ás esquinas crianças de treze anos oferecerem a candura da alma e a sífilis do corpo (...).<sup>48</sup>

O aumento do número de casos naquela cidade levou ao encaminhamento dos doentes para o Hospital de Santa Luzia, o hospital de tifosos. Em 1919, a Direção Geral de Saúde enviou uma verba para melhorar os recursos desse estabelecimento. A exiguidade das instalações e as novas exigências de salubridade levaram a Misericórdia a procurar novas instalações para o seu hospital, que antes funcionava na Rua da Sapateira, o que se veio a concretizar em 1843<sup>49</sup>. Em 1920, a doença continuava a grassar na cidade e nas freguesias rurais. A imprensa denunciava a discrepância entre o que era pedido aos mais pobres e os magros rendimentos que auferiam, o que ajudava a perpetuar a insalubridade e a consequente continuidade destes surtos epidémicos.

<sup>46</sup> Sobre a falta de higiene dos grupos sociais mais pobres leia-se Ana Leonor Pereira; Rui Pita, “A higiene: da higiene das habitações ao asseio pessoal” in José Mattoso (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 92-94.

<sup>47</sup> Eurico de Almeida, *O tabardilho em Braga...*, cit., p. 115.

<sup>48</sup> *O Commercio de Guimaraes*, nº 3336, setembro de 1919.

<sup>49</sup> Luís José de Pina Guimarães, *Vimaranes. Materiais para a História da Medicina Portuguesa. Dissertação de candidatura ao grau de Doutor apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*, Porto, Araújo & Sobrinho, p. 251.

## O tifo nas terras do Alto Minho

Além das terras do Baixo Minho, também o distrito de Viana do Castelo foi atingido pelo tifo em várias ocasiões. No entanto, entre 1880 e 1903, o seu hospital recebeu apenas um tifoso<sup>50</sup>. Este facto mostra que esta doença não era endémica na região, manifestando-se, esporadicamente, sob a forma de surtos epidémicos. Em 1887, no concelho de Paredes de Coura, foi referenciada uma vaga de tifo que afetou um grupo considerável de pessoas, embora o número de óbitos não fosse significativo<sup>51</sup>. Na ocasião, tendo em vista o controlo da enfermidade, o administrador do concelho e o subdelegado de saúde visitaram e ordenaram a limpeza das casas dos infetados.

Em abril de 1911, por causa do tifo, foi encerrada a fronteira em Valença. Entre os anos de 1913 e 1916, Arcos de Valdevez, Melgaço e Paredes de Coura, vilas do Alto Minho, foram atacadas por surtos esporádicos<sup>52</sup>. A sucessão de boatos sobre a presença da enfermidade em várias localidades desta região levou à tomada de medidas que impedissem a sua propagação, incluindo, por exemplo, a recomendação de cuidados acrescidos com a criação de animais, nomeadamente de suínos, nos espaços urbanos<sup>53</sup>.

Ao tempo, considerava-se que os cuidados hospitalares não bastavam para tratar o tifo nem para impedir a sua disseminação. Por isso, o doente só devia ser internado depois de devidamente despiolhado. Daí a importância de criação de centros de despiolhamento. Aliás, segundo os relatos coevos de médicos, os hospitais estavam divididos em duas áreas completamente separadas entre si: uma limpa e outra suja. A primeira devia reunir todas as condições para a recuperação do enfermo, o que implicava, além dos cuidados de higiene, o reforço da dieta alimentar, a toma de líquidos em abundância, sobretudo água com limão e laranja<sup>54</sup>. Convém recordar que, em Portugal, o tifo atingiu sobretudo os mais carenciados. Era uma doença oportunista, que tirava partido de contextos adversos, como carência de alimentos, falta de higiene e conflitos bélicos. Os anos de 1917 e 1918 foram particularmente difíceis. Em vários

<sup>50</sup> Arquivo Distrital de Viana do Castelo (doravante ADVC), Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Hospital da Misericórdia de Viana do Castelo, *Registo de entrada e saída de enfermos, 1884-1888*, nº. 3. 27.1.2.

<sup>51</sup> *A Estrela de Caminha*, n.º 256, 5 de agosto de 1887.

<sup>52</sup> Ricardo Jorge, *Tifo exantemático ou tabardilho. Relatórios apresentados ao Conselho Superior de Higiene...*, cit., p. 7.

<sup>53</sup> *Gazeta do Lima – Órgão do Integralismo Lusitano do Alto Minho*, nº. 1, 14 de março de 1918.

<sup>54</sup> Júlio de Macedo, *Tifo Exantemático. Considerações sobre alguns casos. Estudo de clínica e terapêutica...*, cit., p. 45.

pontos do país, faltavam bens essenciais, como açúcar, azeite e leite; em muitos outros, incluindo algumas terras minhotas, grassava a fome<sup>55</sup>.

## Considerações finais

Enraizado na Europa desde o século XV, o tifo andava associado à forma e à miséria e não escolhia grupos sociais, pois atacava e matava indistintamente ricos e pobres. Considerava-se, no entanto, que os mais frágeis e pobres representavam terreno fértil para proliferar, devido às carências alimentares, à falta de hábitos de limpeza corporal e habitacional. Esta foi a leitura que Ricardo Jorge fez já nos inícios do século XX, ligando a epidemia de tifo que se verificou na cidade do Porto à situação dos moradores das ilhas, os operários que habitavam em espaços insalubres, expressão da “miséria social e sanitária” daquela cidade<sup>56</sup>. Por conseguinte, considerava-se importante investir na prevenção da enfermidade, o que implicava a concretização de respostas sociais, que foram sendo implementadas nas duas maiores cidades do país e que incluíam, nomeadamente, a construção de bairros operários e de balneários públicos, bem como o investimento no abastecimento de água, no saneamento de esgotos, ou seja, na melhoria do estado sanitário dos centros urbanos.

Apesar dos avanços tecnológicos e médicos conseguidos ao longo dos séculos XIX e XX, o tifo não encontrava travão, por não estarem erradicadas as condições que facilitavam a sua ocorrência, o que só acontecerá nos anos 50, quando foi possível tratar a enfermidade pela via medicamentosa, com a descoberta da penicilina. Até lá, a tónica do combate era colocada, tal como sucedida com outras enfermidades, na higiene<sup>57</sup>.

Em Portugal, a doença atacou várias regiões, apresentando maior incidência nos meios urbanos e particularmente no Norte, entre 1918 e 1919. No Minho, a imprensa local e a análise dos registos hospitalares testemunham os vários surtos, a sua gravidade, os setores mais atacados e a mortalidade causada<sup>58</sup>.

<sup>55</sup> Alexandra Esteves, “A pneumónica no norte de Portugal: impacto e medidas” in Alexandra Esteves (coord.), *Sociedade e pobreza: mecanismos e práticas assistenciais (séculos XVII-XX)*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2018, p. 145-164.

<sup>56</sup> Ricardo Jorge, *Tifo exantemático ou tabardilho. Relatórios apresentados ao Conselho Superior de Higiene...*, cit., p. 18.

<sup>57</sup> Maria Antónia Pires de Almeida, *Saúde Pública e Higiene na Imprensa Diária em Anos de Epidemias, 1854-1918*, Lisboa, Edições Colibri, 2013, p. 143.

<sup>58</sup> Sobre o papel da imprensa no combate às epidemias de tifo veja-se Maria Antónia Pires de Almeida, *Saúde Pública e Higiene na Imprensa Diária em Anos de Epidemias, 1854-1918...*, cit., p. 145.

Muito afetada pela epidemia, Braga teve necessidade de erguer um hospital para tifosos, de forma a evitar o colapso do Hospital de São Marcos. O Hospital do Espírito Santo reunia, segundo a opinião de alguns, boas condições para tratar esses doentes, nomeadamente em matéria de higiene e salubridade. Entre 1918 e 1919, quando a epidemia atacou severamente a cidade, este hospital foi fundamental no tratamento dos infetados. Perante esta epidemia, os poderes públicos e particulares estabeleceram estratégias articuladas, definindo diretrizes para a intervenção dos dois hospitais, bem como para combater os problemas sanitários da cidade e dos seus habitantes. Nessa altura, o tifo chegou acompanhado da varíola e da pneumónica, o que tornou a situação dramática. Mas o contexto da I Grande Guerra e os problemas políticos do país, a falta de médicos, de equipamento hospitalar e mesmo de géneros alimentares, a resistência das populações menos informadas e pouco dispostas a respeitarem as decisões e as recomendações das autoridades competentes, dificultaram a tomada de decisões mais enérgicas e mais eficazes em termos de saúde pública. E foi nesta conjuntura que, em 1920, o tifo ainda não estava erradicado em Braga, como em outras localidades minhotas<sup>59</sup>.

A concluir, julgamos ser oportuno referir que o tifo não tem merecido especial interesse da parte da historiografia portuguesa, apesar das graves repercussões que se fizeram sentir a nível local e nacional, designadamente em termos demográficos, económicos e sociais, transportando-nos para tempos de privações de toda a ordem, que infernizavam a vida das populações, e de combate, muitas vezes inglório e incompreendido, a uma epidemia que aterrorizava e matava.

---

<sup>59</sup> O tifo manteve-se, ao longo da década de 1920, em várias regiões do país. A 5 de maio de 1927, Loriga sofreu um surto que começou por afetar 80 indivíduos e que levou ao encerramento de alguns espaços públicos, como a escola e a igreja locais. Parece ter existido alguma hesitação no diagnóstico, verificando-se a habitual dificuldade em distinguir o tifo da febre tifoide. No entanto, as deslocações motivadas pelo trabalho levaram à disseminação da doença por outras zonas do país, incluindo a capital. Com o agravamento da epidemia ainda no mês de maio, foi montado um hospital e um balneário em Loriga e estabelecido um cordão sanitário em torno desta localidade. As medidas habituais de controlo do tifo foram tomadas: despiolhamento, reforço da higiene pública e desinfeções domiciliárias. Entretanto, em Lisboa, os habitantes de um prédio foram colocados em isolamento e encaminhados para o Hospital do Rego para conter a expansão da epidemia, que, em finais de junho, ficou controlada. *Diário de Notícias*, 31 de maio de 1927.

(Página deixada propositadamente em branco)

# **Como se previu uma epidemia: a profilaxia da tuberculose na primeira metade do século XX em Portugal**

## **How an epidemic was prevented: prophylaxis against tuberculosis in the first half of the 20th century in Portugal**

ISMAEL VIEIRA

Universidade de Coimbra, CEIS20

ismaelcerqvieira@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2054-5123>

Texto recebido em / Text submitted on: 09/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 21/06/2021

### *Abstract*

There is a consensus in health historiography that tuberculosis is the most lethal contemporary infectious disease. Much has been written about the currents of medical thought on tuberculosis along with the various treatments, including sanatorial, but preventive strategies have had less expression. This paper aims to analyze the most relevant prophylactic measures to combat tuberculosis in Portugal, undertaken by various institutions and personalities linked to the problem in the first half of the twentieth century.

Keywords: Epidemic; Tuberculosis; Prophylaxis.

### *Resumo*

A historiografia da saúde é consensual a considerar a tuberculose como a doença infecciocontagiosa mais letal da contemporaneidade. Muito se tem escrito acerca das correntes de pensamento médico sobre a tuberculose a par dos vários tratamentos, incluindo o sanatorial, mas pelo contrário as estratégias preventivas têm tido menor expressão. Com este trabalho pretendemos analisar as medidas profiláticas mais relevantes destinadas ao combate à tuberculose em Portugal, empreendidas por várias instituições e personalidades ligadas ao problema na primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Epidemia; Tuberculose; Profilaxia.

## Introdução

J.-C. Sournia e J. Ruffie<sup>1</sup> consideram que entre os grandes fatores de regulação demográfica do *sapiens*, figuraram durante muito tempo as doenças transmissíveis, tanto na sua forma permanente, crónica, endémica, como na sua forma explosiva, mais ou menos violenta, propagando-se rapidamente a uma fração importante da população e provocando uma epidemia. As epidemias na história da humanidade manifestaram-se mais ou menos de forma frequente, julgando-se necessárias de um ponto de vista biológico para manter o efetivo de uma população em limites aceitáveis.

As epidemias têm sido constantes na história, apresentando-se sob formas diversas conforme a etiologia: bacterianas (provocadas por cocos, vibriões, bacilos) ou virusais. No ano de 2019-2020 o aparecimento e difusão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2) despertou a humanidade para uma realidade quase esquecida no mundo ocidental – uma epidemia em larga escala que afetou todo o globo e um grande número de pessoas – ou seja uma pandemia de Covid-19.

Na história do século XX foram várias as doenças infetocontagiosas que abalaram as sociedades ocidentais: da peste bubónica à cólera, passando pela gripe espanhola e pela tuberculose, até à sida e ao ébola. Entre as doenças mais temidas e ainda não completamente vencidas está a tuberculose, considerada no século XX como o inimigo público número um e apontada em 2015 como uma das epidemias a erradicar pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável<sup>2</sup> da Organização das Nações Unidas. Para Portugal o cenário nesta matéria não é auspicioso. No relatório do Instituto Nacional de Estatística<sup>3</sup> sobre os indicadores para Portugal acerca dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável Agenda 2030, a incidência de tuberculose por 100 mil habitantes em 2018 era de 20,8, tendo crescido 21,5% em relação aos dois anos anteriores, convertendo-se num dos trinta indicadores que evoluiu desfavoravelmente.

Apesar dos notáveis avanços da biomedicina e do investimento dos Estados nos sistemas nacionais de saúde, a tuberculose persiste enquanto problema

<sup>1</sup> Jean-Charles Sournia e Jacques Ruffie, *As epidemias na História do Homem*, Lisboa, Edições 70, 1985, p. 39.

<sup>2</sup> United Nations, “Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development”, *Resolution adopted by the General Assembly on 25 september 2015 (A/RES/70/1)*, p. 16 ([https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E), consultado em 2020.12.31).

<sup>3</sup> Instituto Nacional de Estatística, *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Agenda 2030: Indicadores para Portugal – 2010-2019*, Lisboa, INE, 2020.

(file:///C:/Users/ismae/AppData/Local/Temp/ODS\_20102019\_a.pdf, consultado em 2021.01.03).

médico e social. Então, porque é que apesar dos progressos médicos, da difusão em larga escala de informação pelos meios de comunicação social e das recomendações preventivas muitas doenças infetocontagiosas não foram ainda vencidas? Para Jacques Le Goff desde a “mais remota Antiguidade, donde surgem os ainda espantosos documentos da Babilónia, até ao bloco operatório mais futurista, as atitudes face às doenças em nada se alteraram”<sup>4</sup>. São de facto os comportamentos de risco e as atitudes perante as doenças que fazem perpetuar alguns fenómenos epidemiológicos. Consequentemente, é no fator social que continua a residir grande parte do problema.

O problema médico e social da tuberculose marcou de forma profunda o panorama sanitário em Portugal na primeira metade do século XX, quando um novo arsenal terapêutico foi posto à disposição dos doentes, constituído por antibióticos e quimioterápicos (estreptomicina, ácido para-aminosalicílico-PAS, isoniazida), possibilitando uma abordagem mais eficaz ao problema.

Como mostraram alguns trabalhos de I. Vieira<sup>5</sup>, até à década de 1950 existiram dois tipos de abordagens à tuberculose em Portugal. Por um lado, uma abordagem remediativa, focada na obtenção de uma cura inglória e representada por respostas assistenciais de que faziam parte a hospitalização em sanatórios e tratamentos medicamentosos ou cirúrgicos. Por outro lado, uma abordagem preventiva representada por respostas profiláticas focadas na educação sanitária dos doentes, no combate aos problemas sociais como a má alimentação, as más habitações, a falta geral de higiene, na vacinação, no radiorastreio etc.

Neste artigo iremos analisar as medidas profiláticas mais relevantes destinadas ao combate à tuberculose em Portugal, empreendidas por várias instituições e personalidades ligadas ao problema. A metodologia empregue na análise das estratégias profiláticas foi qualitativa, baseada na inferência

---

<sup>4</sup> Jacques Le Goff, “Uma história dramática” in Jaques Le Goff (ed.), *As doenças têm história*, Lisboa, Terramar, 1997, p. 7.

<sup>5</sup> Sobre este tema vejam-se os seguintes trabalhos: Ismael Cerqueira Vieira, *Conhecer, Tratar e Combatir a “Peste Branca”*. A Tisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853-1975), Porto, Edições Afrontamento/CITCEM, 2016; Ismael Vieira, “A vacinação pela BCG em Portugal: da origem a meados do século XX” in Santa Casa da Misericórdia do Porto (ed.), *Saúde, Ciéncia, Património: Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2016, p. 195-208; Ismael Vieira, “O papel das enfermeiras-visitadoras na profilaxia da tuberculose em Portugal na primeira metade do século XX”, *Pensar Enfermagem*, 19, 1 (2015), p. 19-30; Ismael Cerqueira Vieira, “A luta contra a tuberculose no distrito de Coimbra” in João Rui Pita e Ana Leonor Pereira (eds.), *Saberes e práticas em torno do adoecer da alma e do corpo*, Coimbra, GHSCT/CEIS20, 2013, p. 57-64; Ismael Vieira, “Doutrinas e profilaxia da tuberculose em Portugal nos finais do século XIX”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 13 (2013), p. 335-359.

sistemática, tendo por base quer trabalhos de síntese quer textos documentais de natureza periódica e legislativa.

Pretendemos deste modo fazer uma análise das estratégias preventivas de combate à tuberculose adotadas em Portugal na primeira metade do século XX, com o objetivo de contribuir para o debate sobre estratégias profiláticas aplicadas às doenças infetocontagiosas e criar um modelo de comparação futuro com outras realidades cronológicas e nosológicas.

## **1. O estado sanitário de Portugal e a tuberculose no arranque do século XX**

O início do século XX em Portugal ficou marcado pelo número elevado de óbitos devidos à tuberculose. A elevada mortalidade permite-nos enquadrá-la no que Mirko Grmek e Jean-Charles Sournia consideravam ser uma “doença dominante”<sup>6</sup>, ou seja, uma doença que pela sua frequência, efeitos invalidantes e letalidade comportava graves consequências para a demografia e qualidade de vida das populações. No fundo, a estetização da doença, herdada do Romantismo, que tornava a tuberculose numa patologia associada ao génio criador de artistas e escritores, aos sentimentos refinados, à febre das almas sensíveis, ajudaram a perpetuar a ideia de fatalismo e herança familiar e desviar as preocupações sanitárias para outros fenómenos patológicos.

Mas qual era o estado sanitário de Portugal nas primeiras décadas do século XX? Os circunstancialismos político-militares e socioeconómicos da vida portuguesa do primeiro quartel do século XX não ajudaram muito à causa sanitária, pese os esforços dos higienistas, das iniciativas de sensibilização higiénica e profilática da população ou mesmo da legislação abundante que foi sendo lançada. Como refere Gonçalves Ferreira,

Durante os primeiros 30 anos do século XX não houve mudanças significativas nas condições de saúde da população portuguesa, em relação às observadas no século anterior. Ocorreram diversas epidemias, de âmbito limitado, excepto a de gripe (gripe pneumónica) que em 1918 atingiu todo o país e matou centenas de milhar de pessoas de todas as idades, particularmente adultos, combinada às de varíola e tifo exantemático.

As reformas sanitárias entretanto empreendidas, desde 1901 [...] foram ineficazes na finalidade de melhorar a saúde da população, mantendo-se as

<sup>6</sup> Mirko D. Grmek and Jean-Charles Sournia, “Les maladies dominantes” in Mirko D. Grmek (ed.), *Histoire de la pensée médicale en Occident*, vol. 3, Paris, Seuil, 1999, p. 271-272.

estatísticas de mortalidade dominadas pelos óbitos de doenças infecciosas e de causas desconhecidas, estas traduzindo simultaneamente falta de apoio médico na explicação do motivo da morte e dificuldades de diagnóstico na identificação laboratorial ou outras das perturbações da saúde na fase final da vida das pessoas<sup>7</sup>.

Entre as doenças mais graves em Portugal destacava-se a tuberculose numa posição cimeira e inigualável perante outras doenças do foro infetocontagioso, que em 1930 chegou ao desastroso número de 13 mil mortes, o que era mais do que o número de mortes devido a outras doenças infetocontagiosas juntas<sup>8</sup>.

A sífilis era também uma das doenças mais vulgares em Portugal e com uma extensão que cobria todo o território nacional. Tida como uma doença vergonhosa, os sifilíticos evitavam o recurso aos hospitais, sendo difícil calcular com exatidão os números de infetados. O alcoolismo completava a tríade dos flagelos sociais. Não existia no tempo estudos sobre o alcoolismo em Portugal, faltando dados fiáveis para ponderar o problema. Sabemos, contudo, que era causa de inúmeras doenças do foro hepático, psíquico e mental, e visto na época como um fator que punha em causa o futuro da raça portuguesa<sup>9</sup>.

Acerca das doenças consideradas epidémicas a maior parte tinha apenas um alcance regional ou local. O Quadro 1 permite-nos perceber a gravidade do estado sanitário do país somente no primeiro quartel do século XX. A peste, que teve um impacto mediático grande em 1899, manteve-se presente em surtos quase anuais no continente e ilhas. O mesmo se passou com o tifo exantemático que afetou a população portuguesa em quase todos os anos. Outros surtos como os de varíola e febre tifoide eram presença assídua, havendo outras doenças que se manifestavam menos, mas nem por isso de forma menos grave. Somente a pandemia de gripe pneumónica se manifestou verdadeiramente a uma escala nacional e com duração de dois anos.

---

<sup>7</sup> F. A. Gonçalves Ferreira, *História da saúde e dos serviços de saúde em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, p. 275.

<sup>8</sup> Ismael Vieira, “Aspetos do estado sanitário em Portugal no primeiro quartel do século XX” in Helena da Silva, Rui M. Pereira e Filomena Bandeira (eds.), *Centenário da Gripe Pneumónica: A pandemia em retrospectiva, Portugal 1918/1919*, Lisboa, Inspeção Geral de Atividades em Saúde/Instituto de História Contemporânea/Comissão Nacional para a celebração do Centenário da Pneumónica, 2019, p. 37-54.

<sup>9</sup> Fernando da Silva Correia, *Portugal Sanitário: Subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Ministério do Interior, 1938, p. 279.

Ocorrência de surtos epidémicos em Portugal 1901-1926			
1901	Meningite cérebroespinal	1914	Tifo exantemático, peste pneumónica
1902	Peste pneumónica	1915	Peste
1903	Tifo exantemático	1916	Tifo exantemático
1904	Peste bubónica	1917	Tifo exantemático, febre tifoide
1905	Peste	1918	Gripe pneumónica, gripe, peste, disenteria, pneumonia, tifo, varíola, difteria, peste pneumónica e bubónica
1906	Peste	1919	Gripe pneumónica, varíola, difteria
1907	Tifo exantemático	1920	Peste pneumónica e bubónica, febre tifoide, sarampo, varíola, gripe
1908	Tifo exantemático, peste	1921	Peste pneumónica e bubónica, tifo exantemático, bilharzíase
1909	-	1922	Peste, varíola
1910	Cólera, peste, tifo exantemático, calazar	1923	Peste, sarampo, tosse convulsa, tifo exantemático, alastrim
1911	Peste, tifo exantemático	1924	Peste pneumónica, varíola, tosse convulsa
1912	Febre tifoide	1925	Peste, tifo exantemático
1913	Tifo exantemático	1926	Peste, ancilostomíase autóctone

Quadro 1 – Surtos epidémicos em Portugal no primeiro quartel do século XX.

Fonte: Fernando da Silva Correia, *Portugal Sanitário...*, cit., p. 476-482.

Por outro lado, há que considerar as lacunas ao nível assistencial e a sua influência no combate às epidemias. A organização de uma assistência moderna em Portugal foi feita tardivamente. Depois da reorganização protagonizada por Ricardo Jorge em 1901, foi preciso esperar até 1926 por uma reorganização geral dos serviços de saúde pública. O Decreto n.º 12:477 de 12 de outubro surgiu com um cunho marcadamente higienista, propondo-se elaborar a estatística sanitária, a sanidade marítima e terrestre, a prevenção das doenças de foro infecioso, a higiene do meio laboral e escolar e a inspeção alimentar.

Seguiu-se na década de 1930 a legislação corporativa do Estado Novo que estabeleceu a Previdência Social e a Assistência Social como sendo duas vias distintas. Para os que exerciam atividade laboral (na indústria, comércio, serviços) funcionava o sistema de seguro social obrigatório, a Previdência Social; para os que não tinham capacidade contributiva a Assistência Social era a única opção<sup>10</sup>. A Direção Geral de Assistência tutelava apenas algumas instituições em Lisboa, Coimbra e Caldas da Rainha<sup>11</sup>. O resto do país só

<sup>10</sup> Jorge Fernandes Alves e Marinha Carneiro, “Estado Novo e discursos assistencialista (1933-1944)”, *Estudos do Século XX*, 13 (2013), p. 335-353.

<sup>11</sup> Decreto n.º 11:267 de 25 de novembro de 1925.

alcançava assistência através das autarquias locais, misericórdias e associações mutualistas<sup>12</sup>. O Estado tinha uma função supletiva em relação à assistência privada, baseando a sua ação na promoção e fiscalização das instituições privadas de assistência<sup>13</sup> e regulamentando os apoios prestados pelos poderes locais no custeamento do tratamento dos pobres<sup>14</sup>.

No caso da tuberculose, a Assistência Nacional aos Tuberculosos (ANT) vinha a organizar a assistência aos doentes desde 1899, mas ainda assim foi preciso esperar até 1945 para ser nacionalizada e passar a contar plenamente com subvenção estatal. A ANT manteve-se durante quase toda a primeira metade do século XX de foro privado e apenas uma iniciativa entre outras, o que dificultou a coordenação de um plano nacional. Aspectos centrais da prevenção como a vacinação ou a declaração obrigatória da doença foram, como veremos seguidamente, marginais à ação da ANT.

A prevenção da tuberculose passou por várias iniciativas das quais fizeram parte a vulgarização da noção de contágio, a vacinação, a declaração obrigatória da doença e o combate aos escarros. Porém, é-nos difícil, por falta de dados concretos, aquilatar o verdadeiro impacto destas medidas na diminuição da morbidade e da mortalidade devido a esta doença.

## **2. Vulgarização da noção contágio**

Durante séculos acreditou-se que a tuberculose era uma doença hereditária, transmissível entre gerações. Era vista como um problema de constituição física e psíquica engendrada na imoralidade de muitas famílias<sup>15</sup>. A teoria da infeto-contagiosidade ganhou força na segunda metade de oitocentos, tendo ficado definitivamente provada com a descoberta do *mycobacterium tuberculosis* por Robert Koch em 1884. O desconhecimento da contagiosidade da doença impediu uma prevenção concertada e eficaz até aos inícios do século XX.

Na transição do século XIX para o XX, a discussão em torno da tuberculose herdada e da tuberculose contraída constituía um pomo de discórdia entre os médicos. Ambas as doutrinas nasceram pela mesma altura e ambas subsistiram até ao século XX, altura em que a ciência provou a natureza contagiosa.

<sup>12</sup> Jorge Fernandes Alves e Marinha Carneiro, “Estado Novo...”, cit., p. 340.

<sup>13</sup> Andreia da Silva Almeida, *A saúde no Estado Novo de Salazar (1933-1968): Políticas, sistemas, estruturas*, Tese de Doutoramento, 2017, p. 105.

<sup>14</sup> Decreto-Lei n.º 23:348, de 13 de dezembro de 1933.

<sup>15</sup> Miguel Bombarda, “A degenerescencia moral do povo portuguez como factor da expressão da tuberculose”, *A Medicina Contemporânea*, 7, 17 (1904), p. 130.

A crença na tuberculose herdada subsistiu até tarde, não só pelo aspecto médico e científico, mas pelas questões sociais que acarretava. Considerar a tuberculose com uma doença estritamente contagiosa, num período em que ela era tão vulgar como a sua terapêutica ineficaz, podia gerar na população um sentimento de revolta, comprometendo a ordem social. A impotência dos higienistas em travar a expansão da doença e em tratá-la eficazmente levou-os a refugiarem-se na sua única esperança: a prevenção. Dizia o médico Joaquim Borges Garcia de Campos a este propósito que “se a Medicina não tem meios certos e seguros para dominar a diathese tuberculosa, depois da sua evolução, um dos seus ramos, a *Hygiene*, encerra em si elementos, que, oportunamente aproveitados, tem produzido óptimos benefícios, logrando sopear aquella manifestação diathesica”<sup>16</sup>.

A perspetiva de que a tuberculose era devida à hereditariedade punha em questão o casamento e a reprodução, nascendo o conceito de casamento impróprio, causa da degenerescência da população “que condenava a um viver miserável e a uma morte prematura as gerações que vão vindo”<sup>17</sup>. Os casamentos impróprios eram todos aqueles que se celebravam fruto de paixões exacerbadas, por conveniências familiares, casamentos em idades tardias, casamentos entre nubentes com idades muito desiguais, casamentos consanguíneos e casamentos entre um nubente são e outro doente. Os higienistas recomendavam a proibição de matrimónios aos tuberculosos, porque um cônjuge infetava o outro e ambos produziriam uma descendência de tarados, inúteis e infelizes. Consequentemente, a medicina devia ter um papel ativo na obstaculização dos casamentos perigosos: como defendia Egas Moniz, o processo matrimonial devia acompanhar-se de atestados médicos<sup>18</sup>.

A falta de provas que sustentavam a hereditariedade da doença conduziu a uma reconfiguração desta teoria. Alguns médicos passaram a acreditar que não se herdava a doença, mas sim a predisposição física para a tuberculização. A predisposição consistia em ter determinadas características orgânicas que fizessem com que os bacilos se pudessem manifestar: ter ascendentes com sifilis, escrofulose ou alcoólicos era sinónimo de ser tuberculizável.

O trabalho dos higienistas, ao chamarem a atenção para as débeis condições de vida de uma boa parte da população, canalizou as atenções para os problemas da má alimentação, do modo de vida despregrado, da ignorância acerca dos preceitos de

<sup>16</sup> Joaquim Borges Garcia de Campos, *Demonstração anatomo-pathologica e clinica da curabilidade da pthysica pulmonar: seo tratamento prophylactyco*, Porto, Typ. de José Coelho Ferreira, 1871, Tese Inaugural, p. 33-34.

<sup>17</sup> Manuel de Brito Camacho, *A herança mórbida: apontamentos de hygiene*, Lisboa, Tip. Eduardo Rosa, 1889, Tese de Inaugural, p. 6-7.

<sup>18</sup> Egas Moniz, *A vida sexual: Physiologia e Pathologia*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1913.

higiene como fatores predisponentes à contração da tuberculose. A impossibilidade de negar a etiologia microbiana fez centrar as atenções médicas nas condições de vida perniciosas, sendo estas o ponto de partida da intervenção profilática.

Geralmente as indicações médicas iam no sentido de as mulheres grávidas evitarem a doença ou a sua marcha. Eram sugeridos exercícios suaves, passeios, uso de vestidos cómodos e reforço da alimentação. As tuberculosas não deveriam amamentar, sendo preferível que o fizesse uma ama saudável. Nas classes pobres a má alimentação, o trabalho excessivo e a falta de resguardo perante as situações climatéricas poderiam afetar o desenvolvimento do feto e a sua constituição. Nas classes ricas andar em jantares, teatros e bailes durante a gravidez era tanto perigoso como indesejável porque além da hereditariedade e do contágio havia quem supusesse uma “etiologia moral” da tuberculose. Viver desregradamente, ser alcoólico, ser prostituta ou frequentador de prostituição era meio caminho para ser candidato à tuberculose<sup>19</sup>.

Instituições como a Liga Nacional contra a Tuberculose (LNCT) e a ANT lançaram publicações e puseram em marcha algumas campanhas para chamar à atenção para a necessidade de evitar a doença por meio da higiene pessoal e coletiva. Por exemplo, na revista “Guerra á tuberculose”, os redatores chamaram insistente à atenção para a contagiosidade da doença, recordando que a tuberculose era evitável e curável<sup>20</sup>. A premissa de que era necessário educar a população levou a LNCT a publicar um “Catecismo contra a tuberculose”<sup>21</sup> onde as dúvidas mais importantes acerca da natureza da doença, das suas causas, dos modos de transmissão, das faixas etárias mais suscetíveis à contração, das práticas não recomendáveis e dos modos de prevenção foram explanados num estilo e linguagem simples.

Mas o que era aparentemente simples de explicar não seria fácil de ensinar a uma população maioritariamente analfabeta. H. Roquete<sup>22</sup> dizia que a luta contra a tuberculose em Portugal era diminuta e surda porque a população interessada nos panfletos e conferências era residual. O problema da tuberculose não era apenas do foro médico e sanitário, mas sobretudo “um problema de educação e cultura – um problema pedagógico. A luta contra a tuberculose confunde-se pois com a luta contra a ignorância”<sup>23</sup>.

<sup>19</sup> David S. Barnes, *The making of social disease: tuberculosis in Nineteenth-Century France*, Berkeley, University of California Press, 1995, p. 76.

<sup>20</sup> *Guerra á tuberculose*, 1, 1 (1900), p. 1-3.

<sup>21</sup> “Catecismo contra a tuberculose”, *Guerra á tuberculose*, 1, 2 (1902), p. 40-44.

<sup>22</sup> H. Roquete, “A declaração obrigatória dos casos de tuberculose”, *A Medicina Contemporânea*, 14, 38 (1911), p. 298.

<sup>23</sup> Ladislau Patrício, “Os sinais de alarme no diagnóstico da tuberculose pulmonar”, *A Medicina Contemporânea*, 3, 40 (1931), p. 360.

### 3. Vacinação

No plano da prevenção da tuberculose, a vacinação surgiu tardeamente em relação a outros meios preventivos. Como é sabido a procura de um medicamento específico contra esta doença passou por várias fases, entre as quais esteve a descoberta da tuberculina em 1890 e o seu emprego como meio preventivo. Os cientistas voltaram as suas atenções para a obtenção de uma vacina específica destinada a imunizar a população, em especial os mais jovens. Depois da tuberculina criaram-se outras vacinas fabricadas a partir de bacilos mortos, depois de bacilos provenientes de animais tuberculosos e finalmente de bacilos vivos.

Em 1902 Emil von Bering preparou a *Bovo Vaccine*, a partir de bacilos humanos vivos atenuados, e na mesma época Robert Koch e Fred Neufeld conceberam a *Taruman*, uma mescla de bacilos humanos virulentos e bacilos bovinos atenuados<sup>24</sup>. Em 1920 Carl Spengler, criou a vacina *Immunkörper* com o objetivo de reter as toxinas segregadas pelo bacilo de Koch, embora nenhuma toxina tivessem sido ainda identificadas<sup>25</sup>.

Na mesma altura, Albert Calmette e Camille Guérin descobriram a vacina BCG. Apesar das pesquisas destes dois investigadores do Instituto Pasteur em Lille ter iniciado em 1906, as contingências provocadas pela Primeira Guerra Mundial atrasaram os trabalhos de investigação e só em 1919 se provou a sua eficácia em animais. Em 1921, Calmette batizou a estirpe obtida de “Bacilos de Calmette-Guérin”, conhecidos internacionalmente pela sigla BCG<sup>26</sup>. Nesse mesmo ano, o pediatra Bernard Weill-Hallé aplicou pela primeira vez a vacina BCG em humanos por via oral, mais propriamente num recém-nascido cuja mãe morrera de tuberculose. A criança não só sobreviveu como consegui manter-se imune<sup>27</sup>.

Em 1928, o Comité de Higiene da Sociedade das Nações organizou em Paris uma conferência internacional da vacina BCG onde os vários especialistas confirmaram a inocuidade e a produção de um certo grau de imunidade tanto no homem como nos bovinos. Na VII Conferência Internacional da Tuberculose de Oslo (1930) reiteraram as mesmas conclusões. Paulatinamente, o entusiasmo

<sup>24</sup> María José Báguena Cervellera, *La tuberculosis y su historia*, Barcelona, Fundación Uriach1838, 1992, p. 93.

<sup>25</sup> Thomas Dormandy, *The White Death: A History of Tuberculosis*, New York, New York University Press, 2000, p. 339.

<sup>26</sup> María José Báguena Cervellera, *La tuberculosis...*, cit., p. 93.

<sup>27</sup> María José Báguena Cervellera, *La tuberculosis...*, cit., p. 93; e Thomas Dormandy, *The White Death...*, cit., p. 342.

em torno da nova vacina cresceu e levou à criação de programas de vacinação em vários países.

A investigação de Calmette e Guérin foi seguida em Portugal com atenção e entusiasmo desde os primeiros momentos, especialmente pelo periodismo médico<sup>28</sup>. Apesar disso não se pode dizer que a introdução da cultura e da preparação da vacina BCG em Portugal foi feita primeiramente por laboratórios do Estado, como aconteceu noutras países.

A introdução da BCG em Portugal deveu-se ao médico Élio Vasconcelos Dias em 1928. Este médico, que trabalhava no dispensário antituberculose de Viana do Castelo, tentou obter a vacina BCG junto do Instituto Pasteur e do Instituto Câmara Pestana, mas sem sucesso. O atraso da chegada da vacina ao Instituto Câmara Pestana forçou a sua procura no estrangeiro. Pela mesma altura teve a oportunidade de participar numa conferência médica em Tuy, na Galiza, onde pôde travar conhecimento com o doutor Varela Gil do Instituto de Biologia Médica de Santiago de Compostela, onde já se fabricavam as vacinas, e que a pôs à sua disposição. Um artigo publicado a 21 de abril de 1928 no *Notícias de Viana* noticiava a introdução da vacina da seguinte forma:

O Dispensário de Viana que muito vianense, infelizmente ainda desconhece, lembrou-se de escrever a Calmette pedir-lhe, dadas as circunstâncias precárias de todas as casas de caridade portuguesas, se lhe fornecia esta vacina de graça. Calmette respondeu prontamente que da melhor vontade o fazia, mas como era preciso emulsionar as culturas que ele envia e conserva-lás em estufas especiaes, etc., que enviaria ao Instituto Bacteriológico Camara Pestana de Lisboa as culturas necessárias não só para Viana, mas para todo o Paiz e absolutamente grátis.

Apresou-se o Dispensário em escrever para Lisboa e dum dos assistentes desse Instituto, recebe a carta da qual recordamos o seguinte, “O assunto anda correndo a via-sacra das várias repartições, das variadas Direcções, dos variadíssimos Ministerios por onde se estadeia a nossa sabedoria. O Calmette espera um convite do Governo e daqui, julgo ter ido essa indicação para o Ministerio da Instrução, mas tem de ser ouvido o dos Negocios Estrangeiros e mais também o das Finanças por causa não sei que direitos. Nestas demarches andam os Ministérios”.

E como nota frisante: “... Naturalmente como a vacina levou 13 anos a preparar, os Ministérios levarão pelo menos o dobro! ...”

<sup>28</sup> Veja-se sobre este tópico “Nova vacina contra a tuberculose”, *Porto Médico*, 3, 5 (1906), p. 159-160; “A luta contra a tuberculose em Portugal”, *A Medicina Contemporânea*, 29, 25 (1926), p. 196-197; Francisco Assis Brito, “Da tuberculose e seu tratamento”, *A Medicina Contemporânea*, 30, 1 (1927), p. 3-5; “Sobre a vaccina anti-tuberculosa”, *A Medicina Contemporânea*, 31, 15 (1928), p. 118; “Vacina contra a tuberculose”, *A Medicina Contemporânea*, 1, 3 (1929), p. 29.

Em face disto o Dispensário lembrou-se de recorrer á Espanha – á Faculdade de Santiago de Compostela por intermédio dum distinto clínico de Tuy e só assim e por gentileza daquela consegue vacinar os filhos de Viana<sup>29</sup>.

A 20 de março de 1928, Élio Vasconcelos Dias fez o primeiro pedido ao instituto espanhol de uma dose da vacina para administrar ao filho recém-nascido de um paciente seu, de nome Abel Figueiras Afonso. Forneceu ainda alguns colegas de várias regiões do país, como a farmácia de Vítor Freitas e Paiva em Coimbra, o médico Jerónimo de Sousa Louro de Braga, o médico Luís Raposo da Universidade de Coimbra e outro em Vila Viçosa.

Esse pioneirismo foi reconhecido pela Liga Portuguesa de Profilaxia Social (LPPS), que foi uma das instituições mais ativas no combate aos problemas sanitários na primeira metade do século XX<sup>30</sup>. Segundo as orientações acentuadamente profiláticas da medicina do tempo, a LPPS procurou combater a tuberculose por todos os meios, começando pela cidade do Porto, onde estava sediada e que vivia problemas sanitários graves à época, entre os quais a tuberculose. No caso da introdução da BCG, em maio de 1928 a LPPS dirigiu uma carta<sup>31</sup> a Calmette, na altura diretor do Instituto Pasteur de Paris, a solicitar o envio de uma amostra da vacina BCG e as instruções para proceder à sua cultura laboratorial. Calmette respondeu que havia enviado para o Instituto Bacteriológico Câmara Pestana uma amostra e as respetivas instruções de preparação. Aconselhou a LPPS a requerer junto do Instituto o fornecimento da vacina, embora se tenha prontificado a enviar gratuitamente uma amostra e instruções de preparação para o Laboratório Bacteriológico do Porto, caso a resposta do Instituto Câmara Pestana não fosse satisfatória<sup>32</sup>.

As amostras foram solicitadas, mas a resposta foi de que o Instituto Bacteriológico ainda não tinha em sua posse a vacina, porque havia sido pedida por via diplomática o que atrasou a entrega<sup>33</sup>. A 28 de junho de 1928, a LPPS convocou dezanove clínicos para uma reunião na sua sede com a finalidade de iniciar os trabalhos de vacinação, a maioria dos quais dedicados à causa da tuberculose. A 5 de janeiro de 1929 a LPPS conseguiu organizar uma comissão médica para a aplicação da vacina BCG, sob a direção dos médicos Manuel Pinto, Freitas Veloso, Néry de Oliveira e Hernâni Barrosa. Aníbal Bettencourt

<sup>29</sup> João Semana, “O que é a vacina B.C.G.”, *Notícias de Viana*, 1, 20 (1928), p. 1.

<sup>30</sup> Liga Portuguesa de Profilaxia (Porto), Sumário da actuação da Liga Portuguesa de Profilaxia Social quanto à vacina B.C.G.

<sup>31</sup> Liga Portuguesa de Profilaxia Social (Porto), [Carta de 1928-05-25].

<sup>32</sup> Liga Portuguesa de Profilaxia Social (Porto), [Carta de Albert Calmette de 1928-05-31].

<sup>33</sup> Liga Portuguesa de Profilaxia Social (Porto), [Carta de Aníbal Bettencourt de 1928-06].

depois de informado prontificou-se a preparar a vacina e dar instruções para a sua aplicação<sup>34</sup>. Pouco depois Hernâni Barrosa e Néry de Oliveira fizeram noticiar na imprensa que a LPPS tinha iniciado a vacinação pela BCG no Porto.

Quanto ao Instituto Bacteriológico Câmara Pestana<sup>35</sup>, onde funcionavam os serviços bacteriológicos da ANT, instalaram em janeiro de 1929 um serviço destinado a fornecer as vacinas ao público utilizando as culturas BCG enviadas por Calmette. O responsável pela conservação da BCG e pela preparação das vacinas era Alfredo de Magalhães, que aprendera diretamente de Calmette a técnica aquando da sua estada no Instituto Pasteur. As emulsões da vacina preparadas no instituto lisboeta eram fornecidas exclusivamente aos médicos, porque a vacina nesta altura ainda estava rodeada de muitas incertezas quanto à imunização que conferia, sendo aplicada na maior parte das vezes em crianças cujo entorno social era predisponente à contração da tuberculose. Desde o começo da produção da BCG até julho de 1930, o ano mais gravoso em termos da mortalidade em Portugal, tinham sido feitas apenas 153 requisições da vacina pelos médicos<sup>36</sup>.

Quando surgiu a vacina BCG, a luta contra a tuberculose em Portugal conhecia uma tendência crescente. A falta de recursos, o desinteresse político pelo problema e a ignorância da população foram os principais fatores que obstaram a uma profilaxia em larga escala. A emergência da vacina gerou uma redobrada esperança para os defensores da medicina preventiva. Recurso simples, inócuo, eficaz e sobretudo económico, a vacina BCG permitiu uma maior imunização de milhares de crianças, jovens e estudantes das áreas da saúde.

Na década de 1940 os progressos foram limitados, embora os médicos reconhecessem a importância da vacina BCG. Somente a partir de 1950, na sequência da promulgação da Lei n.º 2044 de 20 de julho, que consagrou a tuberculose como uma doença social, Portugal alinhou com a Europa e criou três centros de profilaxia e diagnóstico, regularam-se as atribuições dos dispensários, criou-se um laboratório de produção da vacina BCG, e criaram-se brigadas móveis para radiorastreio e vacinação nas zonas mais isoladas, nas fábricas, quartéis, escolas e colónias de férias<sup>37</sup>.

<sup>34</sup> Liga Portuguesa de Profilaxia Social (Porto), [Carta de Aníbal Bettencourt de 1929-01-19].

<sup>35</sup> Veja-se sobre o Instituto Bacteriológico Câmara Pestana e suas valências o trabalho de Ângela Salgueiro, *Ciência e Universidade na I República*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2017.

<sup>36</sup> Ayres Kopke, “VII Conferência da União Internacional contra a Tuberculose: relatório do delegado da ANT”, *Tuberculose: Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos*, 10, 4 (1930), p. 15-16.

<sup>37</sup> José dos Santos Bessa, “O BCG e a microrradiografia na luta contra a tuberculose: sua aplicação em Portugal”, *O Médico*, 1, 99 (1953), p. 620.

#### 4. Declaração obrigatória

Outra questão trazida pela perspetiva contagionista foi a declaração obrigatória para os casos de tuberculose. A declaração obrigatória era a obrigação legal dos médicos reportarem casos de tuberculose às autoridades de saúde, representando para muitos a derradeira forma de controlo da doença. Se fosse bem aplicada e se existissem meios de isolamento ou tratamento eficazes teria sido uma arma extraordinária contra a doença. Mas se as autoridades sanitárias, com a convivência de alguns médicos, se esforçaram por impor a medida, esta gerou uma enorme controvérsia entre os médicos por atacar um dos princípios sagrados da medicina, a confidencialidade entre médico e paciente<sup>38</sup>.

A declaração obrigatória gerou polémica e críticas de várias ordens à legislação que a enquadrava. Francisco António Martins na sua tese de doutoramento<sup>39</sup> analisou os prós e os contras da declaração obrigatória para o caso francês, que espelhava igualmente as preocupações dos médicos portugueses. Em primeiro lugar levantava-se o problema do estigma social do tuberculosos, pela rotulação que estava associada à tuberculose. Em segundo lugar, os médicos alegavam ser uma violação do segredo profissional e finalmente não existiam meios de assistência disponíveis para todos os tuberculosos, o que retirava qualquer utilidade decorrente da declaração. Existiam ainda outras questões pertinentes como a separação de pais tuberculosos e de filhos menores, as pesadas exigências financeiras para a eventualidade de uma intervenção estatal no sentido do isolamento compulsivo e ainda as dificuldades e limitações dos meios de diagnóstico que poderiam levar a declarar tuberculosos um indivíduo afetado por outra doença.

No essencial, a declaração obrigatória atacava não só o sigilo médico como a limitação das liberdades individuais. Somava-se a isto a pretensão de alguns higienistas em isolar os doentes e houve mesmo quem defendesse a criação de “tuberculosarias”, à semelhança das leprosarias<sup>40</sup>.

A legislação portuguesa em torno da declaração obrigatória da doença também não era muito evidente quanto à finalidade. Até ao final do século XIX conhecem-se três disposições legais nesse sentido, publicadas em 1868, 1894 e 1897<sup>41</sup>.

<sup>38</sup> David S. Barnes, *The making of a social disease...*, cit., p. 104.

<sup>39</sup> Francisco António Martins, *A declaração obrigatória da tuberculose na luta anti-tuberculosa*, Lisboa, Empresa Tipográfica Rosa, 1920, Tese de Doutoramento, p. 17.

<sup>40</sup> David S. Barnes, *The making of a social disease...*, cit., p. 104-108.

<sup>41</sup> Veja-se o Decreto n.º 284/1868, de 14 de dezembro de 1868; Decreto n.º 83/1894, de 14 de abril de 1894; e “Regulamento de prophylacia contra o contagio da tuberculose”, *Jornal da Sociedade*

A reorganização dos serviços de saúde por Ricardo Jorge, através do “Regulamento geral dos serviços de saúde e beneficência pública”<sup>42</sup> de 1901, introduziu a obrigatoriedade da declaração de doenças contagiosas, incluindo a tuberculose sob pena de desobediência, com a finalidade de acionar os meios profiláticos adequados, entre os quais a desinfeção de habitações e bens e o isolamento de doentes.

Na sequência do dito regulamento e com o intuito de conter a propagação da doença foi publicado em 1902 o “Regulamento dos serviços de profilaxia da tuberculose”<sup>43</sup>, visto como o primeiro documento legal e de alcance nacional. No concernente à declaração obrigatória, os clínicos ficavam obrigados a participar os casos e os óbitos devidos à tuberculose de que tivessem conhecimento, aos órgãos ou serviços próprios, de que faziam parte a delegação de saúde em Lisboa, o diretor do serviço de moléstias infeciosas no Porto ou às subdelegações de saúde no resto do território nacional. Sempre que o diagnóstico indicasse que a tuberculose estava ativa, devia ser acompanhado das medidas profiláticas aplicáveis ao doente e família.

Os dois regulamentos referidos foram criticados pela classe médica nacional, de forma semelhante ao que aconteceu noutras países. Na opinião médica, a declaração obrigatória para os casos de tuberculose tinha mais inconvenientes do que benefícios. Os benefícios eram apenas o contributo para a realização de estatísticas de morbilidade e mortalidade mais completas, bem como a proteção à família do doente.

De forma geral, os médicos consideravam a declaração obrigatória inútil e socialmente perigosa enquanto não houvesse condições para tratar todos os doentes. Fala-se do modelo inglês onde a declaração obrigatória funcionava porque tinham montado um dispositivo de prevenção e assistência que compreendia preventórios para os filhos dos doentes, dispensários para diagnóstico e triagem, sanatórios populares para tratamento dos doentes no primeiro e segundo período da doença e hospitais de isolamento para os enfermos no último grau da doença.

As reticências dos médicos em relação à notificação compulsiva prendiam-se com a estigmatização que os doentes e famílias poderiam sofrer e também com a quebra do sigilo profissional por terem de fazer a declaração nas delegações e subdelegações de saúde.

---

das *Sciencias Medicas de Lisboa*, 61 (1897), p. 193-195; e “Novo regulamento dos tuberculosos da Guarda”, *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, 61 (1897), p. 413-417.

<sup>42</sup> Decreto, 24 de novembro de 1901 – Regulamento geral dos serviços de saúde e beneficência pública.

<sup>43</sup> Decreto, 30 de agosto de 1902 – Regulamento dos serviços de prophylaxia da tuberculose.

No que diz respeito à estigmatização social dos doentes e suas famílias era uma questão delicada. Divulgar um diagnóstico poderia equivaler à morte social do doente, representando uma responsabilidade que nenhum médico queria assumir. Estudos interrompidos, carreiras destruídas, casamentos suspensos, laços sociais desfeitos eram algumas das consequências imediatas da declaração, quase relegando o tuberculoso à condição de pária, isolado, inutilizado que tinha de morrer longe dos seus<sup>44</sup>. Como afirmou Ângela Pôrto o “horror diante da tuberculose acaba por fazer dela um tabu, um objecto de interdição e seu sintoma externo é a estigmatização do doente e seu consequente isolamento”<sup>45</sup>. No livro de Cardoso do Carmo, intitulado *Contra a tuberculose*<sup>46</sup>, que era sobretudo um manual de divulgação de conceitos sobre a doença, o autor dedica um capítulo à “tuberculofobia”, onde evidência o receio de muitas pessoas face aos tuberculosos, à semelhança da atualidade em relação aos portadores de sida ou covid-19.

Deve dizer-se que os médicos não levantaram problemas em relação à declaração de doenças como o tifo, a cólera ou a varíola, doenças epidémicas que provocavam a morte numa questão de dias. Geralmente as doenças que atacavam repentinamente, que provocavam um elevado grau de sofrimento individual e coletivo e com sintomas repudiantes obtinham o consenso médico quanto à declaração. O mais curioso da oposição à declaração obrigatória era a permanência de velhos mitos como o da hereditariedade. Como afirmaram Isabelle Grellet e Caroline Kruse a descoberta da contagiosidade não dissipou a tese da hereditariedade na opinião pública, associando-a a uma tara familiar<sup>47</sup>, e por isso os médicos protegiam o segredo das famílias, tornando a tísica num assunto privado e tabu.

Em 1926, com a reorganização dos serviços de saúde pública as penalidades que recaiam sobre os clínicos que não cumprissem a notificação obrigatória era maior, indo de uma multa de cem a mil escudos da primeira vez até a pena de desobediência qualificada para o caso de reincidência. O novo regulamento previa ainda um estímulo pecuniário de 2\$50 para cada declaração feita pelo médico<sup>48</sup>.

Na opinião de António de Azevedo, o problema da declaração obrigatória em Portugal estava na falta de uma adequada organização sanitária que desse resposta

<sup>44</sup> Isabelle Grellet e Caroline Kruse, *Histoires de la tuberculose : les fièvres de l'âme (1800-1940)*, Paris, Editions Ramsay, 1983, p. 166-167.

<sup>45</sup> Ângela Pôrto, “Representações sociais da tuberculose: estigma e preconceito”, *Rev. Saúde Pública* (2007), (<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41s1/6493.pdf>, consultado em 2021.01.17), p. 46.

<sup>46</sup> Cardoso do Carmo, *Contra a tuberculose*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1927.

<sup>47</sup> Isabelle Grellet e Caroline Kruse, *Histoires de la tuberculose...*, cit., p. 165.

<sup>48</sup> António Azevedo, “Declaração obrigatória da tuberculose em Portugal”, *Tuberculose: Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos*, 8, 1 (1927), p. 1-13.

a este problema social. Este acreditava que existiam várias consequências que obstaculizavam a declaração obrigatória: a impreparação da opinião pública, que teria como consequência a menor procura dos médicos assistentes pelas famílias e a procura de charlatães, a quebra do sigilo profissional, a imposição de uma tara ao doente para toda a vida, a responsabilização do médico em caso de erro de diagnóstico e a impossibilidade, por consequência do elevado número de tuberculosos, de praticar a desinfecção e outras providências, sem as quais a lei não tinha razão de existir<sup>49</sup>.

Esta questão arrastou-se durante décadas sem solução. Em 1950, um artigo da autoria de Augusto da Silva Travassos, então Diretor Geral de Saúde, dizia que a DGS se congratulava de ter os meios necessários para facilitar aos médicos a declaração obrigatória de doenças infeciosas. Esses meios, que eram somente o uso dos impressos e subscritos próprios da DGS e a isenção de franquia postal, resolviam uma velha aspiração da classe médica de fazer a declaração em estreito sigilo diretamente à DGS sem intermédio de delegações ou subdelegações de saúde<sup>50</sup>. No entanto, a Portaria n.º 10169/1942, de 22 de agosto, e a Portaria n.º 13031/1950, de 5 de janeiro, que listavam as doenças infeciosas de notificação obrigatória não contemplavam a tuberculose entre as vinte e sete patologias consideradas. Somente em 1961 a declaração obrigatória da tuberculose ficou estabelecida.

## 5. Combater os escarros

Nos inícios do século XX, com a questão da poluição microbiana no auge, a grande preocupação dos higienistas centrou-se na expetoração dos tuberculosos, em particular nos escarros. Era comum as pessoas escarrarem no chão, nas paredes, nos móveis, nos lenços ou na roupa. Escarrar era um hábito cultural em Portugal como deixaram registado os médicos Joaquim Dias de Sá e Mário Damas Mora:

A disseminação do bacilo faz-se principalmente pelos escarros.

Em Portugal escarra-se em toda a parte (escarra-se até na cabeça do visinho); o escarro secca, e esta perigosa poeira, carregada de micróbios e de toxinas tuberculosas, espalha-se por toda a parte<sup>51</sup>.

<sup>49</sup> António Azevedo, “Declaração obrigatória”, cit., p. 5.

<sup>50</sup> Augusto da Silva Travassos, “Declaração obrigatória das doenças contagiosas”, *Clinica, Higiene e Hidrologia*, 16, 8 (1950), p. 197-199.

<sup>51</sup> Joaquim Dias de Sá, *Luta contra a tuberculose*, Porto, Typ. Minerva, 1901, Tese Inaugural, p. 48.

A expectoração do tísico, que contem bacilos e se difunde por toda a parte, é o grande meio de propagação.

O escarro que em Portugal é lançado negligentemente para a rua, para a escada, para a praça pública, leva em si muitas vezes o gérmen das grandes calamidades!<sup>52</sup>.

Escarrar era visto como um hábito perigoso que comportava um perigo para terceiros, já que a tuberculose era a primeira doença causadora de mortes entre as doenças infeciosas<sup>53</sup>. Robert Koch tinha descoberto que os escarros secos eram mais perigosos do que os húmidos, uma vez que nos escarros húmido os germes mantinham-se aglutinados. O escarro projetado no chão depois de seco poluía a atmosfera sob a forma de poeira, posto em movimento pelo vento, pelas vassouradas, pela sacudidela de tapetes ou pela limpeza dos móveis<sup>54</sup>. Os meios de transmissão de bacilos eram vários, desde a saliva para colar selos, aos bilhetes de cinema folheados com a ajuda de um dedo molhado em saliva ou as canetas mordiscadas pelas empregadas de escritório<sup>55</sup>.

Para combater a projeção de escarros os higienistas defenderam a criação de legislação específica que proibisse escarrar no chão e a utilização de escarradores que pudessem conter, isolar e neutralizar a virulência dos bacilos. Estas duas medidas só seriam eficazes conjuntamente já que a proibições de expetorar no chão tinha como contrapartida a utilização de escarradores com líquidos antissépticos. O médico Guilherme Ennes defendia que a ação profilática devia convergir para a neutralização dos escarros bacilíferos e para o asseio dos tuberculosos<sup>56</sup>. A proteção da família do tuberculoso e da sociedade passava em grande medida pelo cumprimento de medidas de higiene por parte dos tuberculosos, o que compreendia o uso disseminado dos escarradores fixos e portáteis.

Os primeiros regulamentos que proibiram a projeção de escarros no chão e exigiram a utilização de escarradores datam de 1897 na Guarda. Em 1901, o médico António de Lancastre, à data secretário-geral da ANT, escreveu ao Governador Civil de Lisboa para alertar sobre o problema dos escarros como meio de propagação da tuberculose. O alerta resultou no ano seguinte na

<sup>52</sup> Mário Damas Mora, “A higiene da tuberculose no lar e na sociedade”, *A Medicina Contemporânea*, 3, 37 (1931), p. 325.

<sup>53</sup> Fernando da Silva Correia, *Portugal Sanitário: Subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Ministério do Interior, 1938, p. 545.

<sup>54</sup> Cardoso do Carmo, *Contra a tuberculose...*, cit., p. 23-24.

<sup>55</sup> Pierre Darmon, “É proibido escarrar” in Jacques Le Goff (ed.), *As Doenças têm História*, Lisboa, Terramar, 1997, p. 249-253.

<sup>56</sup> Guilherme José Ennes, “Desinfecção domiciliaria em casos de tuberculose onde não haja desinfecção publica”, *A Medicina Moderna*, 3, 89 (1901), p. 167-168.

promulgação de um edital<sup>57</sup> através do qual o Governo Civil de Lisboa proibia escarrar e cuspir nos transportes públicos, templos, escolas, colégios, asilos, fábricas, hotéis, cafés, casas de espetáculos, hospitais, etc., devendo esses locais estarem providos com escarradores. Escarrar no chão passou a ser interdito e a prevaricação do regulamento implicava o pagamento de multas entre os 500 e os 1000 réis.

As dificuldades de pôr em prática a regulamentação higiénica e a fiscalização dos comportamentos levou os médicos a apostar na divulgação de preceitos higiénicos, através da imprensa escrita, de conferências, de editais ou mesmo nas homilias<sup>58</sup>. Por exemplo, no jornal “A Saúde” podia ler-se em 1932 que “Escarrar no chão é um crime. Escarrar no chão é atentar contra a vida do seu semelhante. No escarro está o principal meio da propagação da tuberculose”<sup>59</sup>. Esta publicação, como outras da mesma época, tentava sensibilizar os leitores para evitar escarrar no chão e fazer uso de escarradores. Os escarradores eram recipientes onde os indivíduos, sendo ou não tuberculosos, deviam cuspir. Podiam ser escarradores fixos e de dimensão considerável para serem usados em locais públicos ou escarradores portáteis de bolso, para serem utilizados em qualquer local e momento. Regra geral os escarradores continham líquidos bactericidas como eram as soluções alcalinas de formol, lisol, ácido fénico, creolina, ácido pirolenhoso. Na impossibilidade de usar estas substâncias o uso de água era recomendado para impedir o escarro de secar<sup>60</sup>.

Por vezes os líquidos antissépticos dos escarradores eram trocados por areia, serradura ou cinzas, o que contribuía para potenciar a virulência dos escarros. A utilização dos escarradores fixos pressupunha certas características para a sua correta utilização e eficiência, designadamente estarem fixos e elevados a pelo menos um metro do solo, terem tampa e não serem quebráveis. Os utilizadores deviam ser instruídos para saber cuspir, não projetando, mas deixar cair a saliva, para evitar cair fora do recipiente.

Quanto ao escarrador de bolso devia ser em metal e não em porcelana, para evitar fraturar-se. O tuberculoso devia ter o cuidado de desinfetá-lo com água fervente todos os dias ou com soluções de creolina e ácido fénico. O conteúdo devia ser também escaldado para destruir quaisquer bacilos existentes<sup>61</sup>.

<sup>57</sup> “Edital de 14 de março de 1902”, *Boletim dos serviços sanitários do Reino*, 2 (1902), p. 8-9.

<sup>58</sup> Mário Damas Mora, “A higiene da tuberculose...”, cit., p. 325.

<sup>59</sup> “À lareira”, *A Saúde*, 25 (1932), p. 3.

<sup>60</sup> Guilherme Ennes, “A desinfecção dos escarros”, *A Medicina Contemporânea*, 1, 39 (1898), p. 318-319; Manuel Rosado Fernandes Gião, *Sobre o tratamento de tuberculosos*, Lisboa, Typ. de Christovão Augusto Rodrigues, 1899, Tese Inaugural, p. 77.

<sup>61</sup> Mário Damas Mora, “A higiene da tuberculose...”, cit., p. 326.

A preocupação com os bacilos levou também à criação de novos instrumentos como o humectador de selos para evitar transmitir os bacilos via saliva.

Os higienistas recomendavam também cuidados especiais como a desinfecção da boca, a desinfecção das mãos, a desinfecção dos excrementos, a desinfecção de brinquedos, mobílias, vidros, roupas de vestir e de cama de forma a proteger o maior número de pessoas da doença<sup>62</sup>, que curiosamente são recomendações preventivas muito atuais.

A fundação da LPPS em 1924 deu um novo ímpeto ao combate às doenças infeciosas e de transmissão social<sup>63</sup>. Em 1929, a LPPS iniciou a campanha contra o hábito de escarrar e cuspir na via pública porque vagueavam inúmeros tuberculosos que poluíam a via pública com os seus escarroos<sup>64</sup>. Em 1933, a LPPS conseguiu intensificar a luta contra o escarro, pelo interesse que o assunto suscitou, quer do ponto de vista higiênico e profilático quer pelo lado antiestético e de inferiorização perante os turistas estrangeiros. Nesta demanda contou com o auxílio da Assistência aos Tuberculosos do Norte de Portugal (ATNP) e do Conselho Nacional do Turismo que apoiou esta causa. Em 1934, os diretores da LPPS dirigiram-se ao Conselho Nacional de Turismo no sentido de alargar a campanha contra o escarro a todo o país. Mas os reflexos desta iniciativa só se concretizaram anos mais tarde.

Em 1935, o Conselho Nacional de Turismo oficiou aos diversos ministérios para que junto dos organismos deles dependentes se fizesse o esforço para terminar com tal prática. Os Ministérios, Governos Civis, o Patriarcado e outras associações e empresas auxiliaram e apoiam esta resolução. A DGS não tardou a promover a aprovação de posturas pelos municípios proibindo cuspir na via pública, nos estabelecimentos oficiais e particulares e nos meios de transporte. Os primeiros concelhos a aderir foram Aveiro, Arouca e Lisboa<sup>65</sup>. No Porto só em 1937 a Câmara Municipal resolveu proibir o hábito de escarrar e cuspir em lugares públicos ou aplicar saliva sobre dinheiro, papéis ou outros objetos, estipulando-se coimas para os infratores<sup>66</sup>. A LPPS não se contentando com o que já conseguira ao nível legislativo e regulamentar encetou campanhas

<sup>62</sup> “Serviço de desinfecção de Cascaes”, *A Medicina Contemporânea*, 2, 28 (1899), p. 236-237; e Guilherme José Ennes, “Desinfecção domiciliaria...”, cit., p. 167-168.

<sup>63</sup> Veja-se sobre este tópico Ismael Cerqueira Vieira, “«Em prol do bem comum»: O contributo da Liga Portuguesa de Profilaxia Social para a educação higiénica no Porto (1924-1960)”, *CEM – Cultura, Espaço e Memória*, 5, (2014), p. 101-116.

<sup>64</sup> Liga Portuguesa de Profilaxia Social, *Cronologia de 75 anos em prol do bem comum*, Porto, LPPS, 1999, p. 25-26.

<sup>65</sup> Liga Portuguesa de Profilaxia Social, *Escarrar e cuspir; um hábito perigoso e nojento*, Porto, LPPS, 1944, p. 4-9.

<sup>66</sup> Liga Portuguesa de Profilaxia Social, *Escarrar e cuspir...*, cit., p. 14-17.

educativas da população e por isso entrou em contacto com o episcopado, com os comandantes das regiões militares e com os diretores dos distritos escolares para numa ação concertada lutar contra este mau hábito. Não obstante, mudar os hábitos foi uma tarefa difícil e morosa, cujos resultados são difíceis de avaliar ainda hoje.

## **Conclusões**

Na primeira metade do século XX a tuberculose era considerada uma doença perigosa e de elevada contagiosidade. A sua natureza contagiosa revelou-se particularmente eficaz numa propagação transversal à sociedade portuguesa, afetando várias faixas etárias e estratos socioeconómicos. Já a sua natureza social, dependente dos contactos entre pessoas e dos hábitos e costumes, fez perdurar a doença no tempo.

Apesar do esforço da comunidade médica para obter uma terapêutica eficaz ao longo de boa parte do século XIX e das primeiras décadas do século XX, a descoberta do primeiro antibiótico com algum efeito curativo não se deu antes de 1945. De resto a estreptomicina sozinha não teve a faculdade curativa imaginada. Foi preciso uma aplicação combinada com outros fármacos para superar o impasse terapêutico na década de 1950.

Perante a ineficácia das terapias convencionadas para a tuberculose até meados do século XX, as medidas de higiene e prevenção constituíam a solução possível. As medidas preventivas contra a tuberculose apareceram de forma organizada nos finais do século XIX, mas foi com a regulamentação surgida nos primeiros anos do século XX, na sequência da reforma dos serviços de saúde empreendida por Ricardo Jorge, que os médicos higienistas defenderam uma série de medidas como a divulgação da noção de contágio, a declaração obrigatória da doença, o combate aos escarros e a vacinação.

A falta de estatísticas de morbidade por tuberculose no período estudado não permite tirar conclusões acerca da eficácia das medidas profiláticas. A julgar pelo apuramento possível, à época, do número de óbitos ao longo da primeira metade do século XX, as medidas de que falamos teriam tido um impacto social reduzido. Podemos alvitrar alguns fatores que condicionaram a eficácia da prevenção como as elevadas taxas de analfabetismo, as credícies populares, as más condições de vida, de trabalho e de habitação, os parcos recursos da medicina do tempo, falta de uma política concertada de prevenção, etc. Mas, sem ter a pretensão de estabelecer ligações com a prevenção da atual pandemia de covid-19, esta acaba por mostrar bem as dificuldades inerentes à profilaxia

da doença. Em 2020 e 2021 numa sociedade da informação, com maiores taxas de alfabetização, maior circulação do saber pelos meios de comunicação de massas – incluindo o saber científico – com melhores condições de vida, e com um Sistema Nacional de Saúde moderno, quando comparados com o início do século anterior, tem sido extremamente difícil travar a propagação desta doença.

As dificuldades de reter a disseminação da tuberculose, como atualmente face à covid-19 e outras doenças infetocontagiosas, deve muito às atitudes e aos comportamentos perante a doença, às crenças populares e às formas de medicina doméstica, ao relaxamento para com as medidas higiênicas, à resignação de uma fatalidade quase certa. Se é verdade que as doenças têm uma história, essa história tem-se repetido numerosas vezes mostrando a resistência mental das populações à compreensão da natureza das doenças e da sua prevenção, por outras palavras à imperfectibilidade humana; concomitantemente mostra que a engenharia médica, consubstanciada no ramo da Higiene, tem limites e nalguns casos é mesmo impotente perante os animáculos invisíveis.

Vigiar, controlar e punir, ou seja, exercer o biopoder de que falava Foucault<sup>67</sup>, parece muitas vezes a única solução encontrada pelos Estados para travar as epidemias, uma espécie de medicina política para que a normatividade médica possa atingir os indivíduos através do poder político<sup>68</sup>, até que a ciência cumpra o seu papel e encontre a terapêutica eficaz para vencer os minúsculos inimigos fatais.

---

<sup>67</sup> Michel de Foucault, *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 2009.

<sup>68</sup> Ana Leonor Pereira e João Rui Pita, “Liturgia higienista no século XIX: pistas para um estudo”, *Revista de História das Ideias*, 15 (1993), p. 437-559.

# **Poor women and urban assistance in Early Modern Portugal: the case of Hospital of Santiago of Braga**

## **Mulheres pobres e assistência urbana em Portugal na Idade Moderna: o caso do Hospital de Santiago de Braga**

LUÍS GONÇALVES FERREIRA \*

Universidade do Minho, Lab2PT

[luis.ferreira.f@gmail.com](mailto:luis.ferreira.f@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-4480-1489>

Texto recebido em / Text submitted on: 19/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 08/07/2021

### *Abstract*

Any study of Hospital of Santiago has remained untackled to date. This institution housed women in a situation of great economic and social vulnerability, mainly elderly, single or widows with few or no surviving family relations. This text aims to discuss the women's poverty by comparing their stances towards death. The study is based on the analysis of parish records and accounting sources considered via a qualitative methodology. The results problematize the phenomena of the impoverishment of women in an urban context and debate the relevance of work, networks and formal assistance in the survival of the poor during the Early Modern Age.

Keywords: Assistance; Hospitals; Women; Poverty; Power and Representation.

### *Resumo*

O Hospital de Santiago permaneceu por estudar até ao presente. Esta instituição alojou mulheres em situação de grande vulnerabilidade económica e social, sobretudo velhas, solteiras ou viúvas com poucas ou nenhuma redes familiares sobreviventes. Este texto tem como objetivo discutir a situação de pobreza destas mulheres comparando as suas atitudes perante a morte. Este estudo baseia-se na análise dos registos paroquiais e livros de contas trabalhados segundo uma metodologia qualitativa. Os resultados problematizam o fenómeno do empobrecimento feminino no contexto urbano e debatem a relevância do trabalho, das redes sociais e da assistência formal para a sobrevivência dos pobres durante a Idade Moderna.

Palavras-chave: Assistência; Hospitais; Mulheres; Pobreza; Poderes e Representação.

---

\*This work was supported by the Foundation for Science and Technology (FCT) under grant ref. 2020.04746.BD.

## Introduction

The “entail<sup>1</sup> of Morreira” was founded in the thirteenth or fourteenth century by Dom Martim Martins de Barros. Under the terms of this institution, the rights of usufruct of the property were reserved to the holder of the Barros lineage, provided that he fulfilled the pious obligations contained therein, namely that he ordered a series of masses and administered the Hospital of Santiago. This institution of assistance to the poor housed women until the nineteenth century. This foundation was located on Rua Santa Maria or Rua do Poço and was part of a set of properties that headed the linked properties. The building was next to Porta de São Tiago, next to the college and behind the parish church of Cividade (see Figure 1)<sup>2</sup>. It was erected in the core of the medieval Braga next to an important transit route, as it led the south gate of the medieval wall to the cathedral, representing the temporal and spiritual power of the archbishop, lord of the city and of his municipality. Each floor would have had a little more than one hundred square meters and its elevation did not architecturally demarcate its function from the surrounding buildings, as was common with medieval foundations. The poor lived on the ground floor of these noble houses<sup>3</sup> of the Barros Family<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> The terms “entail” and “majorat” are used, throughout the text, as synonyms to designate the set of pious obligations imposed on a lineage for the enjoyment of certain properties conveyed to them. Chapel and majorat are, therefore, inextricably linked; so we also use the term “majorat-chapel”.

<sup>2</sup> At the end of the eighteenth century, the facade of this church was turned to the east, as it is still today.

<sup>3</sup> In 1539, the building would have only one upper floor, as indicated in the foundation contract of the “Majorat of Real”. In the representation of Braga in the compilation of George Braun, probably dating from 1594, the buildings on Rua de Santa Maria already appear represented with two floors. Luís Cardoso, in the first half of the eighteenth century, referred that the old women lived “in the lower part of a gallery of noble houses of Lopo Barros de Almeida, administrator of the Majorat of Real”. Cf. Luís Cardoso, *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas / que escreve, e offerece ao muito alto... Rey D. João V nosso senhor o P. Luiz Cardoso, da Congregaçao do Oratorio de Lisboa*, Lisboa, 1747, p. 261.

<sup>4</sup> This unpublished aspects related to the foundation, refoundation, chapel and patrimony of the Barros Family were addressed in other text entitled “Power, nobility and charity: the case of morgado-chapel and the hospital of the Barros family in Braga (Portugal)”.

Figure 1 – City of Braga, 1756



Source: Biblioteca Nacional da Ajuda, Manuscritos de Cartografia, Mappa da Cidade de Braga Primas de André Ribeiro Soares da Sylva, 1756-1757.

Caption: 1) Sé Cathedral 2) Santa Casa da Misericórdia 3) Church of Cividade  
4) College of the Society of Jesus 5) Hospital of Santiago/Hospital das Velhas 6)  
Church of São João do Souto 7) Church of Santa Cruz 8) Hospital of São Marcos 9)  
Recolhimento de Santo António 10) Church of Terceiros

A hospital was a symbol of power<sup>5</sup> and a mechanism for representing its benefactors<sup>6</sup>. These assistance institutions had a sacral dimension, as their daily life involved spiritual care and the founding act regularly imputed to administrators the fulfilment of masses by the soul of the founders. This foundational moment, fixed by will or contract, was protected by civil and ecclesiastical orders as an individual will was considered an immutable law<sup>7</sup>. Despite not having any chapel integrated into the hospital's physical complex, the Barros Family entail comprised a place to say mass and bury family members. If these infrastructures were originally located in the central nave of the Cathedral next to the south door, at the beginning of the century of five hundred<sup>8</sup>, the chapel is transferred to the cloister, with the invocation of Our Lady of Grace. Chapel and hospital were forms of public proclamation of family authority<sup>9</sup> and embodied in time and space the antiquity of the lineage's name and economic power.

Since the Late Middle Ages, voluntary poverty was valued in the spiritual experience of religious orders and in individual lay experiences of holiness<sup>10</sup>, The poor were structural to the economy of salvation because it was through them that the rich alleviated sins and freed their souls from Purgatory<sup>11</sup>. Then “Lei das Sesmarias” (1375), Portuguese authorities have tended to categorize the poor into three groups: the false poor; the poor allowed to beg; poor worthy of formal assistance as long as they did not beg. Sick, helpless children and old people were included in this last group and were “deserving poor”. Probably due to the mismatch between assistance resources and the growth in the number of

<sup>5</sup> Laurinda Abreu, *O poder e os pobres: as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, 2014, p. 261.

<sup>6</sup> Sandra Cavallo, *Charity and Power in Early Modern Italy: Benefactors and their Motives in Turin 1547-1789*, New York, 1995, p. 99.

<sup>7</sup> Maria de Lurdes Rosa, ““As almas herdeiras”. Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)”, PhD diss., Lisboa, École des Hautes Études en Sciences Sociales e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005, p. 428-429.

<sup>8</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisbon), Memórias Paroquiais, Paróquia de Braga (Sé), 1758, n.º 57, p. 1117

<sup>9</sup> Maria de Lurdes Rosa, “A religião do século: vivências e devoções dos leigos” in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal: Formação e Limites da Cristandade*, vol. 1, Lisboa, 2000, p. 461.

<sup>10</sup> About the *ethos* of medieval poverty cf. Bronislaw Geremek, *A Piedade e a Força - História da Miséria e da Caridade na Europa*, trad. Maria da Assunção Santos, Lisboa, Terramar, p. 27-48.

<sup>11</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, “As Misericórdias e a salvação da alma: as opções dos ricos e os serviços dos pobres em busca do Paraíso (séculos XVI-XVIII)” in *Problematizar a História – estudos de História Moderna em homenagem a M.ª do Rosário Themudo Barbosa*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007, p 383-402.

poor people, this system showed a concern to distinguish those who deserved help from those who were idle and did not want to work<sup>12</sup>. With the exception of the more or less temporary institutionalized poor, most of those who were assisted by the institutions of the Early Modern Age should be regularly visited by the donors, who verified the situation of poverty and assessed the need for alms. This gift economy was based on the geographical proximity between donors and the poor and was carried out based on local inquiry or by resorting to parish priests, who were responsible for issuing a poverty certificate. Among the visited poor, who received continuous support and were at the top of the hierarchy of access to the goods of charity, and the poor who received extraordinary alms, populated numerous subgroups in different situations of need<sup>13</sup>. In addition to the institutions dedicated to the support of sick fellow clergymen, those specialized in the treatment of contagious pathologies or those intended for the reception of children, some hospitals were founded in Portugal with the aim of assisting exclusively female poor<sup>14</sup>.

The current normative systems (European common law, medicine and Judeo-Christian morals)<sup>15</sup> considered the feminine gender inferior to the masculine one. Women were naturally fragile and physically and morally weak beings. They tended towards imperfection and sin, the virtue of honesty being the control mechanism for this natural weakness<sup>16</sup>. Men, as heads of households, and, in their absence, as managers of charitable institutions, were socially

---

<sup>12</sup> Isabel dos Guimarães Sá, “Estatuto social e discriminação: formas de seleção de agentes e receptores de caridade nas Misericórdias portuguesas ao longo do Antigo Regime” in *Saúde: as teias da discriminação social*, Saúde e Discriminação Social, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2002, p. 315.

<sup>13</sup> Laurinda Abreu, *O poder e os pobres...*, cit., p. 34-35.

<sup>14</sup> In the city of Porto, there was, from the 1295-1790 period, Hospital of Santa Clara or Hospital das Velhas, which welcomed 15 old and disadvantaged women. In that city, one of the hospitals in Cimo da Vila, of invocation of Espírito Santo (Holy Spirit) and known as Hospital das Entravadas, also received exclusively old and incurable women. Lisbeth Rodrigues, “A saúde do corpo” in Isabel dos Guimarães Sá and Inês Amorim (coord.), *Sob o manto da Misericórdia: contributos para História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. 1, Coimbra, 2018, p. 309-315; Alexandra Esteves, “Do Hospital de D. Lopo de Almeida ao Hospital de Santo António” in Maria Marta Lobo de Araújo and Helena Osswald (coords.) *Sob o manto da Misericórdia: contributos para História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. 2, Coimbra, 2018, p. 283-285.

<sup>15</sup> On the considerations of Early Modern Age medicine about female biology and social condition cf. Évelyne Berriot-Salvadore, “O discurso da medicina e da ciência” in Natelie Zemon Davis and Arlette Farge (ed.), *História das Mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*, trad. Maria Carvalho Torres, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1994, pp. 409-455.

<sup>16</sup> António Manuel Hespanha, “O estatuto jurídico da mulher na Época da Expansão”, *Oceanos*, n. 21 (1995), p. 8-16.

responsible for caring for female honour. As a result of paternalistic control over the feminine virtue, women's exclusion from the exercise of intellectual and liberal professions, and the depreciation of their wages compared to the value of male work, women were prominent charitable agents<sup>17</sup> and recipients of assistance<sup>18</sup>. This relevance of female poverty has remained constant throughout the early modern period in Portugal. In addition to hospital-type assistance, women were institutionally placed in retreats, *mercearias*<sup>19</sup> or received various support from the scope of formal assistance, such as alms or dowries. The Santa Casa da Misericórdia (Brotherhood of Holy House of Mercy)<sup>20</sup>, for example, developed a very consolidated activity in the pursuit of this support, both as direct managers of the poor's heritage and as executors of the pious wills of private founders<sup>21</sup>. Lay and ecclesiastical lords, in the field of their socio-political functions, also performed charitable and assistance works in their domains<sup>22</sup>. Alms were a cohesive factor in the current corporate model based on discriminatory principles<sup>23</sup>. The act of giving presupposed a recognition of

<sup>17</sup> Olwen Hufton, "Women Without Men: Widows and Spinsters in Britain and France in the Eighteenth Century", *Journal of Family History*, n. 9 (1984), p. 366–373; Maria Antónia Lopes, "Mulheres e trabalho em Coimbra (Portugal) no século XVIII e inícios do XX" in Juan José Iglesias Rodríguez, Rafael M. Pérez García, and Manuel F. Fernández Chaves (coords.), *Comercio y Cultura en la Edad Moderna*, XII Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna, Sevilha, 2015, p. 1779–1786.

<sup>18</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, 2000, p. 703.

<sup>19</sup> An institution where a poor person (the *merceeiro/a*) periodically receives alms (housing, money, food or clothing) in exchange of the obligation to pray for the soul of one benefactor.

<sup>20</sup> Brotherhoods of immediate royal protection, governed by a commitment granted by the crown, composed, and managed by lay men from the local elites where they were implemented (noblemen and officers), carried out works of mercy and other charitable acts for the poor. During the 16<sup>th</sup> century, they became, by royal initiative or by local lords, administrators of several hospitals. The first brotherhood was founded in 1498, in Lisbon, and its diffusion and implementation in the kingdom and empire of Portugal was quick. The bibliography on these institutions is very extensive, but we must highlight the ten volumes of the *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* coordinated by José Pedro Paiva.

<sup>21</sup> Cf. Maria Marta Lobo de Araújo, "A assistência às mulheres nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII)" in *Nuevo Mundo Mundos Nuevos [Online]*, n. Colóquios (2008), p. 1-3, <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.23482.c>, consulted 2020/07/15.

<sup>22</sup> See, in these topics, the work of Maria Marta Lobo de Araújo, "Vila Viçosa, os "pobres" e as "esmolas" do duque D. João II (1636-1646)", *Revista de Demografia Histórica* XXII, n. II (2004), p. 183-205; Maria Marta Lobo de Araújo, "“Aos pés de Vossa Alteza Sereníssima”: as pobres do arcebispo bracarense D. José de Bragança", *Cadernos do Noroeste* 17, n. 1-2 (2002), p. 101-123.

<sup>23</sup> Cf. Isabel dos Guimarães Sá, "Estatuto social e discriminação: formas de selecção de agentes e receptores de caridade nas Misericórdias portuguesas ao longo do Antigo Regime" in *Saúde: as teias da discriminação social*, Saúde e Discriminação Social, Braga, 2002, p. 333-334.

social hierarchies that, at all levels, included the provision of clientele-type services. These relationships involved the transfer of goods with an economic value whose retroactive effects did not always have a monetary aspect. The social actors of the architecture of the powers of the Early Modern Age fit into this system of gift since everyone had someone above them to whom to render service and from whom to receive compensations<sup>24</sup>.

## **1. Hospital feminine noun: sources and delimitation of the problem**

Acknowledged the issues of the rich, which are summarized in the previous paragraphs<sup>25</sup>, this text takes a look at 111 cases of the poor<sup>26</sup> that, in the 1630-1830 period, we identified as inhabitants of Hospital of Santiago. Our methodology is qualitative and is based on the crossing and questioning of references present in sources of different nature, as it was not possible to identify any institutional documentation. Much of this analysis focuses on the parish register of the neighbouring parish of the hospital (São Tiago of Cidade), where 56 women who died at the institution were buried, and on the expense books of the steward of Santa Casa da Misericórdia official of its administrative bureau who was responsible for shrouding all the poor who could not afford it<sup>27</sup>. The responsibility of burying these women was triggered by Santa Casa as work of mercy (burying the dead) when the dead did not have enough goods to pay for the religious service in the parish church. The documents that support this analysis were produced by third parties at the end of the life of the poor (see the

---

<sup>24</sup> The importance of the donation economy for the social structure of the Early Modern Age was established by Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, “As redes clientelares” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. 4, Lisboa, 1998, p. 340-346.

<sup>25</sup> See note 5.

<sup>26</sup> We consider a case, any episode related to someone identified as a resident in the hospital. From the crossing of parish records and the steward's expense books, we found 111 cases. The examples that we mentioned below regarding alms in clothing were collected from our master's dissertation and are not part of the documentary *corpus* of the sample of this work.

<sup>27</sup> Contrary to what happened in other European geographies, such as in England, where assistance to the poor was predominantly developed by parishes, in Portugal these competences were mostly assigned to secular institutions. Cf. Isabel dos Guimarães Sá, “Assistência. II. Época Moderna e Contemporânea” in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisbon, Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da UCP, 2000, p. 140-148. More recent studies have highlighted the role of individual subjects, lay as well as ecclesiastical, in maintaining these practices.

table in Annex 1)<sup>28</sup>, allowing us to compare their attitudes towards death<sup>29</sup> and to glimpse the care profile of this hospital throughout the early modern period.

Despite the fact that the institutional data are evidently lacking<sup>30</sup>, our methodology allows us to reveal the diversity of institutionalized poor people and discusses impoverishment and gender in the urban context during the Early Modern Age. This text confronts questions from the history of poverty with the history of women, highlighting that life paths and the position towards family, marriage and motherhood are structural elements to an integrated understanding of the feminization process of poverty. The study of the Hospital of Santiago calls for important considerations regarding the status of elderly women, whether single or widowed and the role of care institutions as social inclusion entities for women without active guardianship of a male relation (husband, father or son). To this end, we must examine the importance of local neighbourhood and institutional assistance networks, as they made it possible to add to the housing supply guaranteed by the Barros Family the other essential assets for the survival of the poor (food and clothing)<sup>31</sup>, but also to confront the activities performed by women in the urban economy. Our methodology, despite being based on sources that were not directly produced by the poor, reflects a discourse of otherness that observes the resources and life paths of the poor<sup>32</sup>, certainly complementing that which emanates from documents of a strictly institutional nature.

<sup>28</sup> The references do not seek to understand the typicality of those poor men or women who may have been admitted by the institution. This insufficiency is determined by the methodology employed and the working time available, which prevented the study from being extended to other documentary centers, but also by the internal limitations to the selected sources. There are only expense books by the steward of Misericórdia de Braga for the 1628-1748 period. However, from 1713/1714 onwards, expenses with the masses of the poor appear aggregated without mentioning the name or provenance of the deceased. This limitation is partly overcome by the existence of a single mass book for the poor, whose chronology covers the 1747 -1793 period. The death records of the Cividade parish are exhaustive to the defined chronology (1630-1837). These limitations of the resources do not allow us to determine the representativeness of this sample in relation to the total number of women assisted during the chronology established by this work.

<sup>29</sup> Similar treatment was given to the parish records of women collected in “Convertidas”, in Braga, in the work of Maria Marta Lobo de Araújo, *Oração, penitência e trabalho: o recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo de Braga (1720-1834)*, Vila Nova de Famalicão, 2017, p. 229-231.

<sup>30</sup> Check notes 20 and 21.

<sup>31</sup> Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*, vol. 1, Viseu, 2000, p. 40.

<sup>32</sup> The concept of “life-cycle” applied to poverty and assistance was applied, in a pioneering way, by Tim Wales and brought to the Portuguese reality in the doctoral thesis of Rute Pardal.

Going through its toponymic evolution, it remains that this institution persisted for a long time based on the social function it occupied: giving shelter to women who, weakened by old age and or unable to work, saw their productive autonomy diminished or extinct and were transformed into structural poor. Physically and mentally handicapped, incurable sick, embarrassed poor, orphans, widows, and old people were among the types of poverty that have been granted alms since the Middle Ages<sup>33</sup>. These typologies remained in force throughout the Early Modern Age<sup>34</sup>. According to the Pullan<sup>35</sup> and Gutton's<sup>36</sup> classification model for the “structural poor”, there was the vastness of “cyclical” poverty to which 75 to 80% of the European population was subjected. At any time, given the fragility of work and the production system, the majority of the population could fall into a situation of vulnerability that made it incapable of guaranteeing its survival. The productive crises generated hunger, high price inflation and reduced purchasing power. These situations exposed the poor income of the population to market variations that prevented the autonomous survival of households<sup>37</sup>.

Pullan and Gutton categorized poverty according to a static criterion that took into account the situation of a poor person at a certain point in his/her life. As Montserrat Carbonell i Esteller pointed out, a dynamic perspective of poverty must cross the phenomenon of impoverishment with the family, the world of work and the social representations of the sex and gender of the poor<sup>38</sup>. Women, despite being subordinate to the mental and moral schemes of the time, had social visibility because they performed relevant family and economic functions that gave them social capital<sup>39</sup>. The place of women in the history of poverty, therefore, has to consider the subject's spatial-temporal coordinates before her

---

See Tim Wales, “Poverty, Poor Relief and the Life-Cycle: some evidence from seventh-century Norfolk” in Richard M. Smith (ed.), *Land, Kinship and Life-Cycle*, Cambridge, 1984, p. 351-404. Rute Pardal, *Práticas de caridade e assistência em Évora (1650-1750)*, Lisboa, 2015, p. 237-278.

<sup>33</sup> Christopher Dyer, “Poverty and Its Relief in Medieval England”, *Past & Present* 216, n.º 1 (2012), p. 42-43, <https://doi.org/10.1093/pastj/gts016>, consulted 2020/07/13.

<sup>34</sup> Laurinda Abreu, *O poder e os pobres...*, cit., p. 22-37.

<sup>35</sup> Brian Pullan, *Rich and Poor in Renaissance Venice: The Social of a Catholic State*, Cambridge, 1971, p. 988-997.

<sup>36</sup> Apud Stuart Woolf, *Pobres en la Europa moderna*, Barcelona, 1989, p. 17.

<sup>37</sup> Isabel dos Guimarães Sá, “Pobreza” in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisbon, 2001, p. 456.

<sup>38</sup> Montserrat Carbonell i Esteller, “Las mujeres pobres en el Setecientos”, *Historia Social*, n.º 8 (1990), p. 124, <https://www.jstor.org/stable/40340254>, consulted 2020/08/01.

<sup>39</sup> Social networks interact dynamically in the construction of social capital that has dynamic relationships with other types of capital, such as economic or political. Pierre Bourdieu, “Le capital social: notes provisoires”, *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, n.º 31 (1980), p. 2-3.

position in relation to the marital status, professional occupation, life stage or the degree of family integration<sup>40</sup>. These criteria are decisive for the historian to problematize women as protagonists of production and consumption, both inside and outside the doors of their homes<sup>41</sup>.

In the urban context and from an intersectional perspective, women alone, single or widowed, were more vulnerable to poverty. Nuclear family coherence, namely the presence of both husband and wife, was one of the structural guarantees for economic stability<sup>42</sup>. A young woman who could not save money for a dowry and position herself in the marriage market<sup>43</sup>, or a woman who did not remarry, would face serious difficulties in supporting herself independently; a situation that worsened in the presence of dependents<sup>44</sup>. The care institutions were protective of the family in a double sense: on the one hand, they reproduced their solidarity by compensating for the economic imbalances caused by changes in the environment and structure, distributing cash or in-kind support; on the other hand, they replaced it, when they protected the public reputation of some of its members<sup>45</sup>, providing places where women could hide from scandal and ensure that they arrived at marriage with their honour preserved. This virtue, which was opposed to the allegedly degenerate condition of women, was attached to the legal, religious and cultural norms of the period.

Seclusion was a “virtue” in itself. André Vauchez highlighted it clearly in the experience of medieval lay religiosity, stating that seclusion and reflection

<sup>40</sup> On the social situation of Portuguese women in relation to work and the performance of economic activities in the European context cfr. the discussion present in Filipa Ribeiro da Silva e Hélder Carvalhal, “Reconsidering the Southern European Model: Marital Status, Women’s Work and Labour Relations in Mid-Eighteenth-Century Portugal”, *Revista de Historia Económica / Journal of Iberian and Latin American Economic History* 38, n. 1 (2020), p. 50-53, <https://doi.org/10.1017/S0212610919000338>, consulted 2020/09/01.

<sup>41</sup> On gender, the roles of men and women in the home, family and domestic and public economy in the European framework, see the conclusions of Raffaella Sarti, *Casa e família: habitar, comer e vestir na Europa Moderna*, trad. Isabel Teresa Santos, Lisboa, 2001, p. 353-366.

<sup>42</sup> The rural family of the municipality of Braga had a similar behaviour: “the lack of one of its elements [of the couple] makes the peasant house fragile not only from an economic but also a social point of view”. Margarida Durães, “A Casa Rural Minhota: Papel e Significado no Contexto Hereditário - Séculos XVIII e XIX”, *Cadernos do Noroeste* I, n. 1 (1987), p. 88.

<sup>43</sup> See, for example, the vulnerability of single women in Galicia (Spain): Serrana Rial García, “Solas y pobres: las mujeres de las ciudades de Galicia ante la marginalidad y la prostitución”, *SEMATA, Ciencias Sociais e Humanidades*, vol. 16 (2004), p. 301-331.

<sup>44</sup> Olwen Hufton, “Mulheres, trabalho e família” in Natalie Zemon Davis and Arlette Farge (ed.), *História das Mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*, trad. João Barrote, vol. 3, Porto, 1994, p. 65-69.

<sup>45</sup> Stuart Woolf, *Pobres en la Europa moderna...*, cit., p. 44.

distanced the human being from his/her instinct and made it possible to encounter God<sup>46</sup>. Laurinda Abreu evidenced that the philosophers and social reformers of the Early Modern Age established a public morality fixed in the apology of humility, seclusion and in the valorisation of institutions, to which they transferred family functions<sup>47</sup>. Bluteau, in the early seventies, in addition to the instrumental function of something that serves to shelter or the religious institution with that name<sup>48</sup>, defined “seclusion” as “a retreat; the not leaving home; the escaping from being seen”. The fellow clergyman associates with this word a set of sayings about female honour and honesty<sup>49</sup>. The virtue of seclusion seems to apply differently in terms of gender. It must be for this reason that, in the middle of the eighteenth century, Father Luís Cardoso identified the Hospital of Santiago as a retreat<sup>50</sup>, despite the fact that the poor did not live in seclusion.

In the *ad limina* visits presented to the pope by the archbishops of Braga D. Frei Agostinho de Jesus (p. 1588-1609), in 1594, and D. Frei Aleixo de Meneses (p. 1612-1617), in 1615, it was referred that inside the city there was a *domicilium* (house) for old women<sup>51</sup>. This institution was certainly different from the *hospitale* (hospital) of São Marcos and its *hospitium* of pilgrims, administered by Misericórdia. Gradually, between the middle of the seventeenth century and the first half of the eighteenth century, the toponymy of the Hospital of Santiago began to contemplate the function more than the invocation<sup>52</sup>, demarcating the social relevance of the assistance it practiced. Luís Cardoso, in 1747, reported that, in the parish of Cividade, there was “a retreat called Hospital das Velhas

<sup>46</sup> André Vauchez, *A espiritualidade na Idade Média Ocidental (séculos VIII to XIII)*, trad. Teresa Antunes Cardoso, Lisboa, 1995, p. 169.

<sup>47</sup> Laurinda Abreu, *O poder e os pobres...*, cit., p. 179.

<sup>48</sup> Seclusion institutions for laywomen who sometimes received *porcionistas* (girls who paid a fee to stay in the institution). The retreats could be formative, contemplative or reformatory. Cf. Laurinda Abreu, *O poder e os pobres...*, cit., p. 216-217.

<sup>49</sup> Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasiliico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos*, vol. 7, Coimbra, 1721, p. 157.

<sup>50</sup> Luís Cardoso, *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades...*, cit., p. 261.

<sup>51</sup> According to these documents, in the city of Braga there was a house where poor women lived, located inside the walls: “aliud est *domicilium intra moenia in quo decrepitae miseraeque annus vitam agunt*”. António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *Relatórios das Visitas Ad Limina da Arquidiocese de Braga (1585-1910)*, vol. I, Braga, 2015, p. 199 and 264.

<sup>52</sup> Throughout the seventeenth century, the institution started to be mainly referred to as *Hospital das Velhas* to the detriment of the use of the term *Hospital de Santiago*.

who [the old women] live in the lower part of a gallery of some noble houses” of the Majorat of Real. At the end of the nineteenth century, the house started to be called Asilo das Velhas (Old Women Asylum) or Casa das Inválidas (Home of the Disabled Women)”<sup>53</sup>.

## **2. Owners of *trapetes* and *farrapinhos*<sup>54</sup>: the hospital’s poor women**

By housing women for alms, the Hospital of Santiago was a mechanism for monitoring honour and constituted a public proclamation on the honesty of its residents. Due to the circumstances of their lives that led to their impoverishment, the women in the hospital were deprived of male guardianship. The experience in the hospital guaranteed that they lived in opposition to their nature, for which they were considered less dignified, more fragile, passive, lustful, cunning and evil than men. This perspective on gender converged from normative structures based on the assumptions of European civil, canonical and common law, on the ancient medicine theories and on Jewish tradition<sup>55</sup>. In order to avoid entropies in the economic-social system, the normative framework, which subordinated the female element to male tutelage, opened a legal opportunity to those outside the domain of *pater familias* (householder), to whom it attributed total contractual and negotiating autonomy. Single women over 25 and widows were legally capable and autonomous to act economically<sup>56</sup>. The poor who sought shelter in the Hospital of Santiago were free to make this choice. The institution replaced the male family guardianship of the father, husband, or children with the guardianship of the administrator of the entail of the Barros Family.

Since women’s work was depreciated in relation to men’s, and women’s wages were lower, their survival was conditioned by the economy of improvisation<sup>57</sup>. In addition to activating local, parochial or institutional solidarities, sharing housing with employers, family members or strangers was one of the possibilities to guarantee the joint sharing of basic expenses. Hufton called the cohabitation strategy of several women without biological ties to

<sup>53</sup> ADB, Paroquial da Cividade, Livro de Registo de Óbitos, 1772-1837, n.º 79, fls. 148 and 171v.

<sup>54</sup> Clothing of little value; mere rags.

<sup>55</sup> António Manuel Hespanha, *O estatuto jurídico da mulher na Época da Expansão*, cit., p. 16.

<sup>56</sup> Elina Guimarães, “A mulher portuguesa na legislação civil”, *Análise Social* XXII, n. 92-93 (1986), p. 558.

<sup>57</sup> Stuart Woolf, *Pobres en la Europa moderna...*, cit., p. 24-25.

each other a spinster clustering<sup>58</sup>. We believe that, by obtaining shelter in the Hospital of Santiago, the poor women guaranteed free access to housing that, simultaneously, publicly proclaimed their status as deserving poor<sup>59</sup>. In this way, it was possible for them to activate supplementary survival mechanisms with institutions specialized in supporting the poor. Margarida Gonçalves, widow, resident at the Hospital of Santiago in 1637, was recognized as poor by Father Pedro Lopes Falcão, who sold her old clothes and the blanket to pay for four masses prayed at the privileged altar of São Pedro de Rates in the Cathedral and three in Church of Cividade<sup>60</sup>. Maria, single, and Juliana, two residents of the hospital, received alms in clothing from Santa Casa da Misericórdia, in 1712 and 1717<sup>61</sup>.

We do not know how the institution's internal experience was governed, namely: how domestic activities were developed; how cohabitation and conflict were managed; or, if there were any productive functions, similar to what happened in other institutions<sup>62</sup>. It is certain that these women did not live in seclusion. For two decades, Francisca Dias, a widow, lived in the institution<sup>63</sup>, maintained the activity of midwife and was the protagonist of several moments in the parish of Cividade. When she was admitted to the institution one of her children was an infant<sup>64</sup>. In the baptisms of Inácia

<sup>58</sup> Olwen Hufton, *Women Without Men...*, cit., p. 373.

<sup>59</sup> On the criteria that distinguished those who deserved it from those who were not entitled to assistance cf. Laurinda Abreu, *O poder e os pobres...*, cit., p. 28-37.

<sup>60</sup> ADB, Paroquial da Cividade, Livro de Registros Misto, 1630-1645, n.º 56, fl. 153.

<sup>61</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, Livro da Despeza do Tesoureiro, 1711-1724, n.º 670, fls.18v. and 209v.

<sup>62</sup> Although with a personal reconversion dimension to combat laziness, there was a house for work in the Recolhimento das Convertidas, in Braga cf. Maria Marta Lobo de Araújo, *Oração, penitência e trabalho...*, cit., p. 121-122. Although we do not know if it was a production aimed at the market, the orphans in Porto embroidered, sewed, spun and made lace in Recolhimento das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança, in Porto. Cf. Elisabete Jesus, “O Recolhimento das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança” in Maria Marta Lobo de Araújo and Helena Osswald (coords.), *Sob o manto da Misericórdia: contributos para História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. 2, Coimbra, 2018, p. 309.

<sup>63</sup> We were able to identify a record of a list of confirmation, dated of 1626, in which Francisca Dias is identified as “now” living in Hospital of Santiago. We deduced that she would have recently become a widow. As a result of her poverty situation, she would have been able to secure a place in the hospital. The woman died in late 1646. Cf. ADB, Paroquial da Cividade, Livro de Registros Misto, 1629-1645, n.º 56, fl. 76 and ADB, Paroquial da Cividade, Livro de Registros Misto, 1645-1688, n.º 57, fl. 5v.

<sup>64</sup> Francisco must have been under the age of five, as prescribed by the Synodal Constitutions of Braga for the sacrament of confirmation. Cf. *Constituiçōens Synodaes do Arcebispado de Braga, Ordenadas anno de 1639, pelo Illustríssimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha:*

(1635) or Serafina (1636), she was the depository of the secret of the identity of the true parents of the girls, protecting the parents of infamy, and, in the case of the second girl, she was responsible for taking her to the wet nurse that the priest determined. She was godmother, and probably midwife, of Catarina (1630), the daughter of a couple from Amares who had come to the city to obtain “goods necessary for their home”. She baptized Francisco (1629) and Eugénia (1642) by her own hands, due to the danger of imminent death at their birth. She sponsored João (1633), Francisco (1639) and Isabel (1646) together with one of her two sons<sup>65</sup>. These boys, Francisco, a shoemaker, living on Rua de Maximinos (in front of the Cathedral), and Frutuoso, a tailor, after being conducted to learning a trade, lived in different places than their mother, but continued to share family and public acts. As a midwife, Francisca Dias participated in exclusively female sociability related to honor and sexuality<sup>66</sup>, and had a common professional occupation among the urban female population in the lower strata<sup>67</sup>. Her consideration as a deserving poor, which allowed her access to free accommodation at the Hospital de Santiago, must have resulted from her husband's death with minor children. Female widowhood and the problem of material and spiritual impoverishment were latent concerns of the paternalistic structures of modern society<sup>68</sup>.

---

e mandadas imprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa, Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas, do Conselho de Sua Magestade & Seu Sumilher da Cortina, & c., Lisboa, 1697, p. 26. The boy was confirmed in Capela de São Geraldo, in the presence of the archbishop in 1626. His godfather was Marcos Gonçalves who also sponsored a foundling named Francisco, who also lived in Hospital of Santiago. See ADB, Paroquial da Cidade, Livro de Registros Misto, n.º 55, 1578-1629, fl. 77.

<sup>65</sup> We managed to trace the name of Francisca Dias in these various events lived in the parish of São Tiago da Cidade. Cf. ADB, Paroquial da Cidade, Livro de Registros Misto, 1578-1629, n.º 55, fl. 77; Livro de Registros Misto Livro Misto, 1629-1645, n.º 56, fls. 3, 5, 6v. 13v., 17, 17v., 23v., 27v., 37, 48, 48v., 52, 62v. 65v. and 76.

<sup>66</sup> Margaret L. King, *A mulher do Renascimento*, trad. Maria José de la Fuente, Lisboa, 1994, p. 16.

<sup>67</sup> The same happened in the city of Évora. Check Rute Pardal, *Práticas de caridade e assistência em Évora...*, cit., p. 267.

<sup>68</sup> On paternalistic concerns about the state of widows cf. Scarlett Beauvalet, *Être veuve sous l'Ancien Régime*, Paris, Belin, 2001, p. 23-52; Stephani Fink De Backer, *Widowhood in Early Modern Spain: Protectors, Proprietors, and Patrons*, Leiden, Boston, Brill, 2010, p. 223-256.

Table 1 – Assets of the poor women of Hospital de Santiago, 1631-1830

Name	Assets
Águeda Teresa	Frail furniture
Beatriz Fernandes	Farrapetes
Catarina	Trapinhos
Catarina Carvalho	A few assets
Catarina Simões	2 boxes, 2 mantéus and 600 réis in cash and suits (8160 réis)
Custódia Jesus	Two pieces of furniture
Francisca Dias	3000 réis for the soul
Inês Gonçalves	Trapinhos
Isabel de Jesus	Some things
Isabel Lopes	Small box and skirt
Margarida Gonçalves	Blanket and old suits (500 réis)
Maria da Costa Freire	She had no money or cloth
Maria de Amorim	She had been richer
Marta Silva	Some rags and more things

Source: ADB, Paroquial da Cividade, Livro de Registos Misto, 1630-1645, n.º 56; Livro de Registos Misto, 1645-1688, n.º 57; Livro de Registo de Óbitos, 1688-1730, n.º 77; Livro de Registo de Óbitos, 1730-1772, n.º 78; Livro de Registo de Óbitos, 1772-1837, n.º 79. ADB, Paroquial da Sé, Livro de Registo Misto, 1642-1657, n.º 313.

Other death records showed that, even though they lived in the hospital, a minority of women had live sons and daughters. Catarina (1734)<sup>69</sup> and Maria dos Santos (1746)<sup>70</sup> were single mothers. The second woman's daughter was raised in the house of Estevão Falcão. Benta, daughter of Maria de Oliveira (1746), served, at the time of her mother's death, in the convent in Vila do Conde<sup>71</sup>. Penitência Jerónima da Silva (1750)<sup>72</sup> was a widow and had two daughters, Catarina and Maria, who were her heirs. Inácia de Amorim (1753)<sup>73</sup> had a niece called Páscoa. But these were exceptional cases. Most of the hospital's poor women were alone and without any social support network at the time of death. These women designated their own soul or the parish priest as heirs, thus giving him the order to sell the few goods and contribute to the salvation of his soul - see Table 1. The few rags or furniture they had could be brought back to new functions and new wearers, in a context of constant reuse of material

<sup>69</sup> ADB, Paroquial da Cividade, Livro de Registo de Óbitos, 1730-1772, n.º 78, fl. 20v.

<sup>70</sup> ADB, Paroquial da Cividade, Livro de Registo de Óbitos, 1730-1772, n.º 78, fl. 90.

<sup>71</sup> ADB, Paroquial da Cividade, Livro de Registo de Óbitos, 1730-1772, n.º 78, fl. 89.

<sup>72</sup> ADB, Paroquial da Cividade, Livro de Registo de Óbitos, 1730-1772, n.º 78, fl. 135v.

<sup>73</sup> ADB, Paroquial da Cividade, Livro de Registo de Óbitos, 1730-1772, n.º 78, fl. 108.

goods. Therefore, the priests intervened as sellers in the second-hand market, which was extremely important for the survival of the poor and the economy of “improvisation”, as has been proven by international studies on the subject<sup>74</sup>.

Though we do not know if any of the babies who Francisca was a godmother to were born in the hospital, we identified children who lived in the institution. Francisco, foundling and resident at the Hospital of Santiago, was confirmed in 1626, together with one of Francisca Dias’ children.<sup>75</sup> Luís, a foundling, was identified as a resident in the institution and received a shroud, mass and grave of Misericórdia<sup>76</sup>. In the middle of the first quarter of eighteen hundreds, Joana da Conceição, aged eight to nine, lived with her mother in the hospital<sup>77</sup>. More than simply a place for elderly women, Hospital das Velhas was also a place where children occasionally lived.

Of the 111 identified women housed in the Santiago hospital, forty-four possess references to their marital status. Of these cases, twenty-four women are identified as widows and twenty as single (see the table in Annex 1). As we have seen, most of the women staying at the hospital had few or no active family networks and lived without the close presence of male guardianship. We have already explained how life paths, the ability to work and the absence of a family influenced the definition of poverty. The demographic structure of the Early Modern Age<sup>78</sup> meant that only a minority of the population reached old

<sup>74</sup> Second-hand goods markets were very important for the survival of the poor, as numerous international studies have attested. Cf. Miles Lambert, “‘Cast-off Wearing Apparel’: The consumption and distribution of second-hand clothing in northern England during the long eighteenth century”, *Textil History* 1, n. 35 (2004), p. 1-26, <https://doi.org/10.1179/004049604225015620>, consulted 2020/09/01; Victoria López Barahona and José A. Nieto Sánchez, “Dressing the Poor: the provision of clothing among the lower classes in the Eighteenth-Century Madrid”, *Textile History* I, n. 43 (2012), p. 23-42, <https://doi.org/10.1179/174329512X13284471321127>, consulted 2020/09/01.

<sup>75</sup> ADB, Paroquial da Cividade, Livro de Registros Misto, 1629-1645, n.º 56, fl. 76.

<sup>76</sup> ADB, Santa Casa da Misericórdia de Braga, Livro de Despeza dos Mordomos, 1679-1682, n.º 679, fl. 39v.

<sup>77</sup> ADB, Paroquial da Cividade, Livro de Registro de Óbitos, 1772-1837, n.º 79, fl. 171v.

<sup>78</sup> In the absence of integrated information in relation to the demographic structure of the Portuguese population, we base these conclusions on the works developed in Spain on the censuses of Aranda (1768), Floridablanca (1787) and Godoy (1797). In comparative terms, in 1864, the date of the first statistical survey of the Portuguese population, the number of people aged over 60 per 100,000 inhabitants was slightly above Spain and Italy, and slightly below Belgium and France. (see *Estatística de Portugal. População. Censo no 1.º de Janeiro. 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. XI). The Spanish aging process was in line with coeval European trends, especially with Mediterranean countries. We believe that the demographics of northern Portugal can be compared to the Spanish population structure, especially in Galicia.

age<sup>79</sup> and, therefore, reached the state of its life that, for natural reasons, was unable to support itself autonomously. Family integration and ownership of properties were decisive for the experience of a dignified and respected old age. To have or not to have property to transfer to those to come was a fundamental condition for guaranteeing close family members who could sympathetically support aging<sup>80</sup>. The scarcity of old people led to their social appreciation, as they were seen as depositories of wisdom and other cultural assets<sup>81</sup>. When they had their own, the elderly kept ownership of the house, conducted their destinies and used that position to guarantee the presence of productive elements that showed solidarity towards their old age<sup>82</sup>. In the middle of the eighteenth century, only a minority of Portuguese women would have this safeguard, since only fourteen percent of the heads of the family were occupied by people of the female gender<sup>83</sup>. Formal care and family networks were structural to the survival of elderly people<sup>84</sup>.

The aging phenomenon affected women and men and urban or rural contexts differently<sup>85</sup>. The demographic structure, the moral disincentive to female remarriage, the biological cycle, the differential age at the date of marriage and the woman's long temporal permanence in widowhood determined that this state was culturally associated with the female gender<sup>86</sup>. Bluteau defined

<sup>79</sup> The peninsular northwest, namely Galicia and the area between the Douro and Minho Rivers, had similar demographic behaviors, especially in terms of mortality. Cf. Maria Norberta Amorim, “Comportamentos demográficos de Antigo Regime na Península Ibérica”, *Ler História*, n. 47 (2004), p. 169.

<sup>80</sup> Margarida Durães evidenced that, in the inheritance strategies of rural populations from Braga, the definition of the transmission of the *prazo* (three lives rent contract) was structural to the maintenance of the house as a productive and solidary unit. The historian pointed out that, more important than varony, the *prazo* tended to always stay with the eldest son, who remained in the same cohabitation with the parents. Cf. Margarida Durães, *A Casa Rural Minhota...*, cit., p. 88.

<sup>81</sup> Pedro Carasa, “Marginación de la vejez en la cultura del liberalismo contemporáneo español” in Francisco García González (coord.), *Vejez, envejecimiento y sociedad en España siglos XVI-XXI*, Cuenca, 2005, p. 106.

<sup>82</sup> Isidro Dubert, “Vejez e envejecimiento en España, siglos XVIII-XX. Fases, distribución espacial e importancia sociofamiliar”, *SEMATA, Ciencias Sociais e Humanidades* 18 (2006), p. 106.

<sup>83</sup> Filipa Ribeiro da Silva e Hélder Carvalhal, *Reconsidering the Southern European Model...*, cit., p. 48.

<sup>84</sup> Susannah R. Ottaway, *The decline of life: old age in eighteenth-century England*, Cambridge, New York, Cambridge University Press, 2004, p. 173-220.

<sup>85</sup> Alberto Marcos Martín, “Viejos en la ciudad. La estructura de edad de la población en los núcleos urbanos españoles del Antiguo Régimen” in Francisco García González (coord.), *Vejez, envejecimiento y sociedad en España siglos XVI-XXI*, Cuenca, 2005, p. 76-77.

<sup>86</sup> Maria de Lurdes Correia Fernandes, “Viúvas ideais. viúvas reais. Modelos comportamentais e solidão feminina (séculos XVI-XVII)”, *Faces da Eva*, n. 1-2 (1999), p. 51.

that widowhood” was “the state of the widower” and that “widower” was the “man who lost his wife”<sup>87</sup>. In turn, “widow” was the woman “whose husband had died” or who had “useless husband”, that is, imprisoned or absent, and “the woman who lives alone and out of wedlock”<sup>88</sup>. To this definition, the author added observations of a moralistic nature, namely that “marrying a widow was a kind of odious bigamy”. In Norwich, England, public authorities treated elderly single women, widows and those abandoned by their husbands in an equal and privileged manner. Young single women who lived alone were not considered poor to be worthy of alms<sup>89</sup>. Marital status and life cycle were moral catalysts for assistance and socio-cultural categorization<sup>90</sup>.

The state of formal or informal widowhood posed enormous challenges to the survival of the families most economically exposed to poverty, whose survival depended on the working capacity of its various elements. In the face of the loss of a family member and the presence of small children in the household, the social situation of the widower or widow was easily degraded<sup>91</sup>. As we have seen, charities acted in these cases, replacing the family in the economic and/or moral dimensions. The professional renewal of the children alleviated this burden, as there were many young girls and boys who were single and who, working as servants or apprentices, hoped to be able to pay a dowry and position themselves in the marriage market, in order to constitute their own family<sup>92</sup>.

The economic and productive system that attracted surplus human resources to the city in the countryside also provided a greater concentration of the elderly population in urban centres. The nature of the migratory movements of the populations, with high rates of male emigration, higher mortality of men and women’s inferior age for marriage, have been pointed out as other factors that favoured that phenomenon. Historical demography has shown that female populations in cities showed less nuptiality and less matrimonial intensity than their rural counterparts, which posed objective challenges in achieving a stable marriage relationship. Cities had higher rates of permanent celibacy for single

<sup>87</sup> Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez...*, cit., vol. 8, p. 541.

<sup>88</sup> Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez...*, cit., vol. 8, p. 540.

<sup>89</sup> cf. Lesley Silvester, “The Experience of Single Women in Early Modern Norwich ‘Rank Beggars, Gresse Maydes and Harlots’” in Anne M. Scott (ed.), *Experiences of Poverty in Late Medieval and Early Modern England and France*, London and New York, 2016, p. 103.

<sup>90</sup> On gender differences in the cultural definition of the old category in the English case, see the work of Susannah R. Ottaway, *The decline of life...*, cit, p. 33-44.

<sup>91</sup> For the association between widowhood and poverty in other European geographical realities Cf. Scarlett Beauvalet, *Être veuve sous l'Ancien Régime*, cit., p. 311-335; Stephani Fink De Backer, *Widowhood in Early Modern Spain...*, cit., p. 223-256.

<sup>92</sup> Margaret L. King, *A mulher do Renascimento...*, cit., p. 35 to 46 and 68.

women and a higher concentration of widows. The great family dependence in the face of conjunctural and structural oscillations could be overcome through cohabitation with younger or “apparent consanguinity” relatives, such as those who the maids established with their employers. The fragility of the old woman and/or poor widow and without a family that framed her won several solidarities, either through charities or fraternal networks<sup>93</sup>.

Charity managers seem to have recognized this situation by directing specific care practices for orphaned women through the granting of dowries, enabling them to take an advantageous position in the marriage market and thus escape from the situation of poverty in which they found themselves. This was an objective way to prevent these young women from seeing their honour affected, from falling socially, slipping into begging or prostitution and affecting the functioning of the established social order. As the ideal maiden was the one who remained honourable until marriage and the ideal widow was the one who did not remarry and who practiced the virtue of seclusion, the efforts directed at these feminine states led by the men who managed the charity are understandable, as in this case of the Barros Family of Real, the local elites, integrated in Misericórdia, or the archbishops, as lords of the city<sup>94</sup>. The powers identified the exercise of their public authority and prestige with the donation. The mental frames of the time valued the support given to women, especially widows, single women and orphans.

The fraternities, brotherhoods, hospitals and individuals, as public agents, created resources that responded to the mismatch between the economic model of “improvisation” and the social valorisation of old age<sup>95</sup>. We identified sick or disabled women who found a roof at Hospital of Santiago. Like the cases of the woman *entrevada*<sup>96</sup> to whom the Misericórdia, in 1671, paid for shroud, mass and grave<sup>97</sup>; Maria Paneta, mad (1737); Custódia de Jesus, blind (1760); and Ana Maria (1803), who died at the age of seventy<sup>98</sup>. It was also a structural poor the sick woman who had been stuck in a tall bed for two years in Hospital

<sup>93</sup> On the population feminization of cities, female old age and exposure to poverty cf. Alberto Marcos Martín, *Viejos en la ciudad...*, cit., p. 80–92.

<sup>94</sup> In “ad limina” visits, these lines of support for widowed and unmarried women in Braga were exalted. See António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *Relatórios das Visitas Ad Limina...*, cit., p. 190-96.

<sup>95</sup> Pedro Carasa, *Marginación de la vejez...*, cit., p. 106-107.

<sup>96</sup> A person who could not get out of bed.

<sup>97</sup> ADB, Santa Casa da Misericórdia de Braga. Livro de Recibo e Despeza do Mordomo, 1660-1672, n.º 687, fl. 316.

<sup>98</sup> ADB, Paroquial da Cividade, Livro de Registo de Óbitos, 1730-1772, No. 78, ff. 29v and 1850; Livro de Registo de Óbitos, 1772-1837, n.º 79, fl. 89v.

of Santiago, for whom Dom Frei Bartolomeu dos Mártires (p. 1559-1590) commissioned alms care to the governor of his archbishopric during the stay of that prelate in the Council of Trento (1545-1563)<sup>99</sup>. Physical inability to work, due to mental/physical illness or age, which made independent survival impossible, was one of the structuring facts of the hierarchy of meritorious poverty in force in the Early Modern Age. The poor in this condition occupied the top of the system of selection and differentiation that mediated access to alms. For this reason, they were provided with regular support given by the assistance agents who operated in Portugal during this period<sup>100</sup>.

In half of the cases identified<sup>101</sup>, women were so poor that they died unable to pay a dignified burial at their own expense. Nevertheless, we identified examples in which poverty was relativized, at the time of death, by the ownership of goods and solidarities that guaranteed a good death, according to the prescriptions of the time. Isabel de Jesus was a *beata*<sup>102</sup>, lived in the hospital and was buried with her own habit<sup>103</sup> and Marta Fernandes, single, had been the housekeeper of a canon<sup>104</sup>. One made a will and the other did not, but in both episodes there was enough assets to pay for services. Marta left the parish priest as her heir, took the habit of São Francisco, was accompanied by the twelve clerics who sang in the choir of the Cathedral and by twenty priests. She was buried in a bier of Santas Chagas, had four masses with the body present at the privileged altar of São Pedro de Rates and thirty masses and a service of three lessons by clerics who sang in the choir of the Cathedral and their six assistants were said for her. Of the goods that devout Isabel had with her, the priest made money, in 1722, to pay for the bier of Confraria das Santas Chagas<sup>105</sup>, to say five masses with the body present at the privileged

<sup>99</sup> Luis Cacegas and Luis de Sousa, *Vida de Dom Frei Bertolameu dos Martyres da Orde[M] dos Pregadores Arcebispo e Senhor de Braga Primas das Espanhas Repartida em Seis Liuros com a Solenidade de sua Tresladação por Frei Luis Cacegas da mesma Orde[M] & Cronista della na Prouincia De Portugal. Reformada em Estilo & Ordem & Ampliada em Sucessos & Particularidades de Nouo Achadas por Frei Luis De Sousa da mesma Ordem & Filho do Conuento De Bemfica*, Viana da Foz do Lima, 1619, p. 63.

<sup>100</sup> Laurinda Abreu, *O poder e os pobres...*, cit., p. 34-35.

<sup>101</sup> Fifty-five of the 111 – see table in the Annex 1.

<sup>102</sup> Woman who made spiritual life with great displays of devotion. Cf. Antonio de Moraes Silva, *Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, vol. 1, Lisbon, 1813, p. 271.

<sup>103</sup> ADB, Paroquial da Cividade, Livro de Registo de Óbitos, 1688-1730, n.º 77, f.77.

<sup>104</sup> ADB, Paroquial da Cividade, Livro de Registros Misto, 1630-1645, n.º 56, f. 141.

<sup>105</sup> This confraternity was one of the few institutions in Braga that, in addition to Misericórdia, had its own bier that it used to bury its fellow clergymen and which it rented to third parties, through the payment of a monetary amount. Irmandade de Santa Cruz, Confraria das Almas

altar of the same confraternity, to pay the accompaniment by seven priests and to have three services of ten priests with masses included said.

If they were structurally poor and the hospital only gave them accommodation, with what did these women eat and how did they dress? We know that Braga had other agents who, in a supplementary way and integrated with Hospital of Santiago, could help these poor women<sup>106</sup>. The ecclesiastical lord regularly attended to the poor and we know that, on certain occasions, the chapter distributed alms<sup>107</sup>. Santa Casa, the largest institution of assistance in Braga, had a charitable activity implemented in the hospital area, since it had been managing Hospital of São Marcos since 1559 and supported women through Recolhimento de Santo António (retreat)<sup>108</sup>, located in Campo da Vinha, in operation since the beginning of the seventeenth century. Misericórdia gave dowries to single girls and practiced ritualized alms, at Easter, Visitation day (2 of July at that time), All Saints' Day and Christmas. It supported pilgrims, prisoners, orphaned or abandoned children, women, the sick or apprentices<sup>109</sup>, through the dispatch of petitions in cash or in kind<sup>110</sup>. Using the royal privilege it had held since the end of the sixteenth century<sup>111</sup>, Santa Casa buried the poor free of charge, carrying out the seventh work of mercy (burying the dead)<sup>112</sup>. The great material scarcity illustrated

---

de São Vítor and Confraria das Almas de São João da Ponte also had this service. Cf. Norberto Tiago Gonçalves Ferraz, "A Morte e a Salvação da Alma na Braga Setecentista", PhD diss., Braga, Universidade do Minho, 2014, p. 212-216.

<sup>106</sup> In the middle of the sixteenth century, *Misericórdia of Viana da Foz do Lima*, despite not having its own hospital, gave alms to poor who were cured in the small hospital in the village. cf. Maria Marta Lobo de Araújo, "A proteção dos arcebispos de Braga à Misericórdia de Viana da Foz do Lima (1527-1615)" in Laurinda Abreu (ed.), *Igreja, caridade e assistência na península Ibérica*, Évora, 2004, p. 5, <https://books.openedition.org/cidehus/203>, consulted 2020/06/04.

<sup>107</sup> Cf. Celeste Dinis and António Francisco Barbosa, "Pobreza e caridade: a acção assistencial do Cabido Bracarense em período de Sé Vacante (1728-1741)", *Cadernos do Noroeste, História* 3, 20, n. 1-2 (2003), p. 497-522.

<sup>108</sup> Besides this retreat, the city of Braga had, on the 18<sup>th</sup> century, five more establishments of a similar nature. About these institutions cf. Maria Marta Lobo de Araújo, "Os recolhimentos femininos de Braga na Época Moderna" in Laurinda Abreu (ed.), *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)*, Bilbau, Universidade del País Vasco, 2007, p. 293-313.

<sup>109</sup> Cf. Maria de Fátima Castro, *A Misericórdia de Braga: assistência material e espiritual (das origens a cerca de 1910)*, vol. 3, Braga, 2006, p. 261-268.

<sup>110</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, "Assistir os pobres e alcançar a salvação" in *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, 2013, p. 447-526.

<sup>111</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, "Rituais fúnebres nas Misericórdias portuguesas de Setecentos", *FORUM*, n. 41 (2007), p. 8.

<sup>112</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, *A oferta assistencial na Braga Setecentista...*, cit., p. 249.

in table 1 and the physical incapacity to work shown in Annex 1 lead us to infer that the women of the Hospital de Santiago survived by articulating family-type care, provided by living with other women within the institution, with the local solidarities, activating possible help in the surroundings of the institution<sup>113</sup>, and formal assistance to the poor provided by the Misericórdia or other brotherhoods of which they belonged<sup>114</sup>. The case of Francisca Dias also proves to us that it would be possible to reconcile institutionalization with work<sup>115</sup>. Although we do not have data to prove it, access to the yard, orange grove and well, outhouses in the back of the house where they lived and property of the Barros family, could allow the production of foodstuffs for self-subsistence.

Half of the women housed in Hospital of Santiago were accompanied and buried free of charge by Misericórdia. Santa Casa had a tomb for the poor that, due to its commitment, had to bury “with decency and Christianity and with respect for the people who died”<sup>116</sup>. The steward of the house was to give a shroud<sup>117</sup> to all the poor who died, thus guaranteeing the minimum dignity to all, regardless of social status<sup>118</sup>. These poor people were buried in the cemetery that the institution had in the cloisters of Santo Amaro da Sé, at the back of its church, next to some olive trees<sup>119</sup>. Burials were moments of consolidation of the public image of Santas Casas, as

<sup>113</sup> Regarding the importance of family and neighborhood networks for the survival of the poor people of Évora cf. Rute Pardal, *Práticas de caridade e assistência em Évora...*, cit., p. 262-266.

<sup>114</sup> Sobre as esmolas das confrarias de Braga aos seus membros cf. Maria Marta Lobo de Araújo, *A oferta assistencial na Braga Setecentista...*, cit., p. 255-256.

<sup>115</sup> In the English case, poor elderly people continued to perform productive and distributive functions as long as physical strength allowed them. They combined the work with the charitable support received. When compared to men, women more easily reconciled aging with work. Cf. L. A. Botelho, *Old Age and The English Poor Law, 1500-1700*, Woodbridge and New York, The Boydell Press, 2004, p. 96-98; Samantha Williams, *Poverty, Gender and Life-Cycle Under the English Poor Law, 1760-1834*, London, Woodbridge, Royal Historical Society, Boydell Press, 2011, p. 148-159.

<sup>116</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, Compromisso da Misericórdia de Braga 1628-1630, n.º 2, fl. 29v.

<sup>117</sup> On the appearance and fabrics of the shrouds of the poor in Braga cf. Luís Gonçalves Ferreira, *Vestidos de caridade: assistência, pobreza e indumentária na Idade Moderna. O caso da Misericórdia de Braga*, Vila Nova de Famalicão, 2020, p. 156-170.

<sup>118</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, Compromisso da Misericórdia de Braga 1628-1630, n.º 2, fl. 22v.

<sup>119</sup> Misericórdia had another cemetery for the hospital to use. Cf. Norberto Tiago Gonçalves Ferraz, *A Morte e a Salvação da Alma...*, cit., p. 218.

their apparatus was illustrated and social respectability was promoted<sup>120</sup>. These deceased were at the end of the line of social representation, which quoted honourability according to the burial apparatus and the number of masses sent to pray after death. The number of masses with the body present and for the soul, the use of the shroud, the quality of priests and accompaniment, the place where the body was deposited showed the condition of the deceased<sup>121</sup>. After they had said the mass offered by Santa Casa, they only had the suffrages of All Souls' Day and the action of Confraria das Almas (Brotherhood of Souls) that had the mission of praying to free all souls from purgatory<sup>122</sup>.

Table 2 – Last address of the poor women of Hospital de Santiago, 1631-1830

Location	Cases (No.)
Church of Cividade (churchyard)	1
Church of Cividade (near the main door)	1
N.d.	1
Church of São João do Souto (churchyard)	1
Church of São Vicente	1
Sé Cathedral	1
Sé Cathedral (Cemetery)	1
Church of Nossa Senhora-a-Branca	1
Hospital's Cemetery	3
Sé (Cloister)	4
Church of Terceiros	4
Church of Cividade (interior)	34
Cemetery of the poor ( <i>Misericórdia</i> ) (a)	58
Total (a)	111

Source: see the table in Annex 1.

Caption: (a) The episode of the alms is not included.

<sup>120</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, *Rituais fúnebres nas Misericórdias...*, cit., p. 9.

<sup>121</sup> Cf. Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa: atitudes e representações 1700-1830*, Lisboa, 1997, p. 361-370.

<sup>122</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, “O Purgatório a estremecer: Capelas largadas e missas atrasadas nas confrarias da Almas de Braga (século XVIII)” in Alexandra Esteves (coord.), *Homens, Instituições e Políticas (séculos XVI-XX)*, coord. Braga e Guimarães, 2019, p. 121.

Table 3 – Bier of the poor women of Hospital de Santiago, 1631-1830

Bier	Cases (No.)
Brotherhood of Espírito Santo	1
Brotherhood of São Crispim	1
Brotherhood of São Francisco da Sé	1
Brotherhood of São Francisco Xavier	1
Brotherhood of São Vicente	1
Third Order of Saint Francis	2
Brotherhood of Santa Ana	2
Brotherhood of Santas Chagas	15
N.d.	29
Brotherhood of Santa Casa da Misericórdia (a)	58
<b>Total</b>	<b>111</b>

Source: see the table in Annex 1.

Caption: (a) The 55 cases of deceased women to whom Misericórdia paid shroud, mass and grave are included.

In addition to “burying the dead”, Santa Casa, as the manager of Hospital of São Marcos, was working at another level as a supplementary resource in alleviating the condition of poverty of the “old women” in Santiago. At that hospital, all admitted sick women found a roof, bed, food, clean clothes, medicine and spiritual comfort<sup>123</sup>. Despite sharing the designation with that institution, Hospital dos Barros did not provide medical assistance. Maria de Freitas (1794), single, and Esperança Francisca (1795), widow, died in Hospital of São Marcos<sup>124</sup>. This small medieval hospital, which in the nineteenth century was supposed to resemble an asylum in order to take this toponym, lived and interacted with a hospital with its own modern medical staff in the sense of that term.

The women from the Hospital of Santiago managed to activate other solidarities. Suffrages for the soul should be carried out in the parish church of the deceased, unless testamentary statement to the contrary<sup>125</sup>. The priests of Cividade made money from some goods to fulfil their wishes (see table 1).

<sup>123</sup> About body care at Hospital de São Marcos cf. Maria Marta Lobo de Araújo, *Memória e quotidiano: as visitas e as devassas ao hospital de S. Marcos de Braga na Idade Moderna*, Braga, 2014, p. 44-78.

<sup>124</sup> ADB, Paroquial da Cividade, Registo de Óbitos, 1772-1837, n.º 79, fls. 61 and 67v.

<sup>125</sup> *Constituições Synodais do Arcebispado de Braga, Ordenadas anno de 1639...*, cit., p. 281-282.

They channelled the economic resources left by the deceased to the services provided within that parish church; in thirty-six of the cases, women were buried inside or outside that temple (see table 2). Confraria das Santas Chagas, which operated in Church of Cividade, was one of the most important brotherhoods of the city of Braga because it had a privileged altar<sup>126</sup> and a bier of its own, which it rented regularly<sup>127</sup>. The privileged altar of Santas Chagas was much in demand by eighteenth century Braga testators. This popularity was based on the belief that the masses said at these altars guaranteed greater benefits to the salvation of the soul<sup>128</sup>. The Chagas' bier was the second most requested in the cases under study (see table 3). Thus, Church of Cividade had a network of services that allowed the death of these women to be lived according to the mental assumptions of the time, that is, in the exact measure of their patrimony.

Apart from those that shrouded themselves at the expense of Misericórdia with a simple sheet in “burel” or “soria”<sup>129</sup>, few poor women managed to pay for a habit and reap the salvific properties of these garments. By dressing like religious orders, the dead person aspired to transport his/her secular, civil and sinful dimension, to the sanctity and sacredness idealized in the hereafter.<sup>130</sup> A habit was a distinct asset, with various prices and qualities, but always quite expensive.<sup>131</sup> As a way to prevent the difficulties and obstacles caused by an eventual social disgrace and fall, individuals could join a fraternity during their life. These institutions, in the context of their assumptions of peer solidarity, gave shrouds, accompanied burials, ordered suffrages for their deceased fellow clergymen, and, in some cases, prescribed visits in case of illness or granted alms to poor fellow clergymen<sup>132</sup>. Margarida Gonçalves, widow, who died on

<sup>126</sup> Norberto Tiago Gonçalves Ferraz, *A Morte e a Salvação da Alma...*, cit., p. 335.

<sup>127</sup> Tiago Ferraz showed that the Confraria das Santas Chagas had its own bier since 1720 (Norberto Tiago Gonçalves Ferraz, *A Morte e a Salvação da Alma...*, cit., p. 214). The parish records show that, already in 1631, Maria Lopes was taken in the bier of this fraternity in exchange for alms. The record of Beatriz Fernandes, who died on January 10, 1632, indicates that the priest paid one cruzado for the rental of that bier of Chagas. Cf. ADB, Paroquial da Cividade, Livro de Registros Misto, 1630-1645, n.º 56, fls. 125v. and 126v.

<sup>128</sup> Norberto Tiago Gonçalves Ferraz, *A Morte e a Salvação da Alma...*, cit., p. 333-335.

<sup>129</sup> Burel and soria are coarse woollen cloths.

<sup>130</sup> Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa...*, cit., p. 444 and 445.

<sup>131</sup> The most requested shroud in the wills of Braga, in the seventeen hundreds, cost 2400 réis and the most economical one thousand réis. Cf. Norberto Tiago Gonçalves Ferraz, *A Morte e a Salvação da Alma...*, cit., p. 140.

<sup>132</sup> On the charitable action of some fraternities from Braga towards their poor fellow clergymen see Maria Marta Lobo de Araújo, “As confrarias de Braga e a ajuda aos pobres na Idade Moderna. Estudo preliminar”, *Revista de Ciências Sociais* 2, n. 1 (2014), p. 15-32; and Ariana Almendra, “A confraria de São Vicente no século XVIII: funcionamento e práticas

September 17, 1637, was transported in the bier of Confraria de Santa Ana, for being its sister<sup>133</sup>. Ana da Silva, widow of António Álvares<sup>134</sup>, buried in the middle of the eighteenth century, was accompanied as a sister by Confraria de Nossa Senhora dos Prazeres<sup>135</sup>.

We believe that some cases illustrate examples of “new poor”. Maria Amorim, widow, who died in December of 1738, seems to be an example of a woman who has seen her social situation altered in the course of her life. The priest said that she was accompanied by Confraria de Santa Ana and Confraria de São Sebastião “in which she had entered in life when she was richer”<sup>136</sup>. Catarina Simões, single, born in Tadim (municipality of Braga), had made a will signed by two witnesses where she stated she wanted to be buried by Irmandade de Santa Cruz, one of the most expensive and prestigious in the city. Fearing that she would not have enough money to fulfil this wish, she confessed to three of her hospital companions that she wanted to be buried in Church of Cividade. She was accompanied by Confraria do Espírito Santo, which had some masses said for her. The sale of two small boxes, two *mantéus*<sup>137</sup> and small clothes made more than 7500 *réis*, which were used to pay the ten priests who accompanied her, in the parish rights of the burial. She had 600 *réis* in cash which, with the remainder of the clothes, allowed 56 masses to be said for her soul<sup>138</sup>. Catarina Simões was, of all the women identified in the hospital, for whom more suffrages were prayed. On average, the deceased women managed to pay only three masses<sup>139</sup>, a number that, together with the other data, illustrates the great poverty of these women.

### Concluding Notes

The Hospital of Santiago housed women in a situation of great economic and social vulnerability, mainly elderly, single or widows with few or no surviving

---

assistenciais aos irmãos” in Maria Marta Lobo de Araújo (coord.), *As confrarias de Braga na época moderna*, Vila Nova de Famalicão, 2016, p. 35-41.

<sup>133</sup> ADB, Paroquial da Cividade, Livro de Registros Misto, 1630-1645, n.º 56, fl. 153.

<sup>134</sup> This was the only case identified whose husband’s name is declared on the death record.

<sup>135</sup> ADB, Paroquial da Cividade, Livro de Registo de Óbitos, 1730-1772, n.º 78, fl. 108.

<sup>136</sup> ADB, Paroquial da Cividade, Livro de Registros Misto, 1630-1645, n.º 56, fl. 158.

<sup>137</sup> Open skirt that crossed over the legs.

<sup>138</sup> ADB, Paroquial da Cividade, Livro de Registo de Óbitos, 1688-1730, n.º 77, fl. 92v.

<sup>139</sup> The value is 3,16 masses per case. In order to avoid the distorting effects of the Misericórdia registers, as they have a type of monitoring for the poor that we do not really know, we only consider the fifty-six cases from the parish registers. We serve those that were performed with the body present or for the soul, without the services, as results were evidenced separately.

family relationships. This care profile justifies the other designation that the institution took, documented as Hospital das Velhas. This evidence reveals the importance of the type of assistance provided, which responded to the processes of feminization of urban poverty and the social vulnerability triggered by the aging and/or widowhood of women in the demographic, social and cultural contexts of the Ancient Regime. Most of the women living in this institution lived in a situation of structural and extreme poverty, which made them unable to pay autonomously for the funeral, the shroud of the body and the suffrage for the soul. In cases where women had some assets that made it possible for them to die more accompanied, the resources available at the time of death had a reduced financial relevance, which only allowed them to ensure what was essential for the payment of the minimum parish service. The fraternal, parochial and vicinal networks were among solidarities activated to minimize the impacts of the change in living conditions that led to impoverishment. The population structure, working conditions and economic activities performed by women make it possible to understand the relevance of the social response of Hospital of Santiago in activating the “improvisation” economy.

### **Acknowledgements**

Our supervisor, Maria Maria Marta Lobo de Araújo, and the anonymous peer reviewers for they readings, suggestions, and reviews of this text. To the Director and staff of Arquivo Distrital de Braga, specially to Sandra Meneses and Luís Araújo, for making the documentation in archive available. To the staff of Arquivo Municipal de Braga, for the support in the unsuccessful research. To Manuela Machado, Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga and Santa Casa da Misericórdia de Braga for their support.

## Annex 1 – Identified cases of residents in Hospital de Santiago, 1631-1830

Year	Name	Condition	Source
1631	Maria Lopes	Widow	Parish register
1632	Beatriz Fernandes	N.d.	Parish register
1634	Marta Fernandes	Single and housekeeper	Parish register
1637	Margarida Gonçalves	Widow	Parish register
1638	Maria da Costa Freire	Widow	Parish register
1638	Maria de Amorim	Widow	Parish register
1644	Inês Gonçalves	N.d.	Parish register
1644	Madalena Lopes	N.d.	Parish register
1646	Francisca Dias	Midwife, widow and nurse	Parish register
1647	Catarina	Single	Parish register
1647	Catarina Carvalho	N.d.	Parish register
1649	Catarina Carvalho	N.d.	Parish register
1650	Ana Francisca	Widow	Parish register
1652	Maria Francisca	N.d.	Expense book
1654	Margarida Gonçalves	N.d.	Expense book
1657	Maria Rodrigues	N.d.	Expense book
1660	Margarida Fernandes	Single	Parish register
1661	Catarina da Silva	N.d.	Expense book
1662	Margarida Ferreira	N.d.	Expense book
1663	Maria Barbosa	N.d.	Expense book
1664	N.d.	The poor woman	Expense book
1666	Juliana Rodrigues	N.d.	Expense book
1666	Leonor	N.d.	Expense book
1666	Isabel Lopes	Single	Parish register
1667	Leonor Duarte	N.d.	Expense book
1667	Catarina de Brito	N.d.	Expense book
1668	Catarina Gonçalves	N.d.	Expense book
1669	Justa Martins	N.d.	Expense book
1670	Ana da Costa	N.d.	Expense book
1670	Francisca Pereira	N.d.	Expense book
1671	Maria Ferreira	N.d.	Expense book
1671	Maria Pires	N.d.	Expense book
1672	Grimaneza (sic)	N.d.	Expense book
1672	Maria Barbosa	N.d.	Expense book
1673 (b)	Luis	Foundling	Expense book
1673 (b)	Marinha Rodrigues	N.d.	Expense book
1674	Maria, a Bocha (sic)	N.d.	Expense book
1674	Maria Pereira	N.d.	Expense book
1675	Andreia	Foundling raised by Carvalha	Expense book
1675	N.d.	A poor woman	Expense book
1677	N.d.	A woman	Expense book
1678	Domingas	N.d.	Expense book

1678	Isabel Francisca	N.d.	Expense book
1679	Isabel Maria	Negra	Expense book
1682	N.d.	Assistant (sic)	Expense book
1683	Águeda de Araújo	N.d.	Expense book
1683	Maria de Barcelos	N.d.	Expense book
1686	Maria da Silva	Widow	Parish register
1687	Maria de Araújo	N.d.	Expense book
1687	Maria Francisca	N.d.	Expense book
1687	N.d.	A poor woman	Expense book
1690	Marta Silva	N.d.	Parish register
1691	Maria de Sousa	N.d.	Expense book
1692	Maria Alves	N.d.	Expense book
1693	N.d.	A poor woman	Expense book
1693	Isabel da Costa	N.d.	Expense book
1693	Joana	N.d.	Expense book
1696	Maria de Abreu	N.d.	Expense book
1696	Ana Gonçalves Silva	N.d.	Expense book
1705	N.d.	A poor woman	Expense book
1708	N.d.	A poor woman	Expense book
1709	Mariana	N.d.	Expense book
1709	Inês	Traveller	Expense book
1710	Maria Gonçalves	N.d.	Expense book
1711	N.d.	Mute	Expense book
1711	Catarina Simões	N.d.	Parish register
1722	Isabel de Jesus	Devout woman	Parish register
1723	Catarina	Single	Parish register
1723	Maria da Silva	Widow	Parish register
1726	Maria Pinto	Single	Parish register
1726	Maria Pereira	Widow	Parish register
1727	Maria Gomes	Widow	Parish register
1734	Marta Pereira	N.d.	Parish register
1734	Catarina	Old and single	Parish register
1737	Maria Paneta	Mad	Parish register
1737	Justa	Single	Parish register
1746	Maria de Oliveira	N.d.	Parish register
1746	Maria dos Santos	Single	Parish register
1747	Maria de Faria	Widow	Parish register
1749	Benta Carreira	Single	Parish register
1750	Ana Silva	Widow	Parish register
1753	Jacinta Giralda	N.d.	Book of services (a)
1753	Inácia Amorim	Single	Parish register
1754	Isabel da Silva	Single	Parish register
1754	Penitência Jerónima da Silva	Widow	Parish register
1755	Francisca Afonso	N.d.	Book of services (a)
1760	Catarina da Pedra	Widow	Book of services (a)

1760	Custódia de Jesus	Blind	Parish register
1761	Maria de Oliveira	Widow	Parish register
1763	Ângela Francisca	Widow	Book of services (a)
1765	Isabel Pires	Widow	Parish register
1770	Jerónima Ribeiro	Widow	Book of services (a)
1774	Domingas do Rosário	Assistant	Book of services (a)
1782	Teresa da Costa	N.d.	Book of services (a)
1783	Águeda Teresa	Single	Parish register
1783	Helena Gomes	Widow	Book of services (a)
1786	Maria Ferreira	Widow	Parish register
1787	Perpétua Loureira	Single	Parish register
1790	Andreia Gomes	Widow	Parish register
1791	Teresa Maria	Widow	Parish register
1792	Maria Teresa	Widow	Parish register
1794	Ana Maria	N.d.	Parish register
1794	Josefa Rodrigues	Single	Parish register
1794	Maria de Freitas	Single	Parish register
1795	Esperança Francisca	Widow and assistant	Parish register
1803	Ana Maria	Old (70 years)	Parish register
1803	Francisca da Mota	Widow	Parish register
1813	Joana Maria Agrela	Single	Parish register
1816	Rosa Maria Vilaça	Single	Parish register
1823	Leonor	Single	Parish register
1830	Joana Da Conceição	Child (8 to 9 years)	Parish register

Source: ADB, Santa Casa da Misericórdia de Braga, Livro das Missas dos Pobres, 1747-1793, n.º 117, fls. 10v., 15, 25v., 30, 50, 63 and 68; Livro de Despeza dos Mordomos, 1679-1682, n.º 679, fls. 39, 39v., 56, 57v., 84, 65v., 105, 152v., 145, 181 and 220; Mordomo - Livro da despesa do Mordomo, 1682-1693, n.º 680, fls. 8v., 19, 99v., 114v., 180v. and 206; Livro de Despesa dos Mordomos, 1693-1717, n.º 681, fls. 10v., 34, 58, 226v., 271, 295, 298v., 307v. and 317; Livro de Recibo e Despesa dos Mordomos, 1651-1660, n.º 686, fls. 37, 106 and 179v.; Livro de Recibo e Despesa do Mordomo, 1660-1672, n.º 687, fls. 17v., 25v., 70v., 114, 157v., 162v., 168, 176v., 206v., 228v., 240v., 263, 313, 315, 316 and 318. ADB, Paroquial da Cividade, Livro de Registos Misto, 1630-1645, n.º 56, fls. 125v., 126v., 141, 153, 156v., 158, 186 and 187; Livro de Registros Misto, 1645-1688, n.º 57, fls. 5v., 8v., 13v., 49v., 61 and 100; Livro de Registo de Óbitos, 1688-1730, n.º 77, fls. 11v., 34v., 92v., 159v., 166v., 169v., 179, 179v. and 186v.; Livro de Registo de Óbitos, 1730-1772, n.º 78, fls. 19v., 20v., 27, 29v., 89, 90, 91v., 102v., 108, 128, 128v., 135v., 172, 185 and 185v.; Livro de Registo de Óbitos, 1772-1837, n.º 79, fls. 30v., 36v., 39v., 44v., 50, 54, 58, 60, 61, 67v., 89v., 89v., 121v., 130v., 148 and 171v. ADB, Paroquial da Sé, Livro de Registo Misto, 1642-1657, n.º 313, fls. 344v. and 350v.

Caption: (a) Records from a book of masses of the poor by the main chaplain of Santa Casa (1753-1783).  
 (b) These expenses do not appear broken down by months and are grouped by the biennium of Misericórdia (July 1673 until June 1674). We assume 1673 to separate these results from those of the first half of the following institutional year (1674-1675).

# **Assistência na doença: as boticas monásticas beneditinas no século XVIII\***

## **Health care: the benedictine monastic apothecaries in the 18Th century**

ANABELA RAMOS\*\*

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares

Anabela.a.silva@uc.pt

<https://orcid.org/0000-0003-3953-1805>

Texto recebido em / Text submitted on: 31/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 18/05/2021

### *Abstract*

The aim of the presente article is to analyse the resolutions of the Saint Benedict Congregation to promote the treatment and patient care, in the benedictine monastic communities. This analysis is focused on the Monasteries of São Martinho de Tibães and São Miguel Refojos de Basto, knowing that the first one only instituted pharmacy in 1797. It is located near Braga, where the medical and pharmaceutical services were quite good, like Carmo and Companhia de Jesus' pharmacies. However, even without a resident apothecary, the nurse monk developed several therapeutic actions. On the other hand, at the Monastery of São Miguel de Refojos de Basto, located away from the city and its major medical services,

### *Resumo*

O objetivo deste trabalho é analisar as determinações da Congregação de São Bento para promover o tratamento e cuidado do doente, nas comunidades monásticas beneditinas. Em especial, observam-se as ações desenvolvidas nos Mosteiros de São Martinho de Tibães e no de São Miguel de Refojos de Basto. O primeiro, localizado junto à cidade de Braga, onde havia um bom serviço médico-farmacêutico, com as boticas do Carmo e da Companhia de Jesus, só vai instituir botica em 1797. Porém, mesmo sem boticário residente, o monge enfermeiro desenvolvia já muitas ações terapêuticas sob prescrição dos médicos que atendiam os doentes. Por outro lado, no Mosteiro de

\*The research of this paper has been carried out in the framework of the ReSEED Project. It has received funding from the European Research Council (ERC) under the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme (grant agreement n°760090) and is hosted by the University of Coimbra at the Centre of Interdisciplinary Studies (UIDB/00460/2020).

This paper reflects only the author's view. The European Commission and European Research Council Executive Agency are not responsible for any use that may be made of the information it contains

\*\* Bolsa do projeto ReSEED – Rescuing seed's heritage (grant agreement n°760090).

a pharmacy was founded in 1745, thanks to Fei João de Jesus Maria, an apothecary monk graduated by the University of Coimbra. Then, we studied this apothecary path and its importance in providing pharmaceutical services in the Benedictine Congregation monasteries. When that monastery was extinguished, in 1834, we also observed the intense pharmaceutical activity and the social role it was developing in the surrounding community, even with new apothecaries foundation.

Keywords: Disease; Pharmacy; Apothecary; Congregation of Saint Benedict.

São Miguel de Refojos de Basto, localizado longe dos centros urbanos e sem serviços médicos de relevo, vai-se fundar uma botica em 1745, pelo impulso de Frei João de Jesus Maria, monge boticário com curso aprovado pela Universidade de Coimbra. A partir daí fazemos o percurso deste boticário e a importância que teve na disponibilização de serviços farmacêuticos nos mosteiros da Congregação. Em 1834, no momento de extinção daquele mosteiro percebemos ainda a intensa atividade farmacêutica aí desenvolvida e o papel social que desempenhava na comunidade envolvente e na formação de novos boticários.

Palavras-chave: Doença; Botica; Boticário; Congregação de São Bento.

## Introdução

Nos alvores da Idade Moderna eram parcós os serviços hospitalares portugueses que prestavam serviço médico às populações. Para além do hospital de Todos-os-Santos, em Lisboa, fundado em 1492, pelas restantes cidades e vilas do país apenas subsistiam pobres e acanhados estabelecimentos para acolher os doentes. Nos inícios de quinhentos, porém, a criação de misericórdias testemunha uma nova esperança às populações, com a fundação de hospitais<sup>1</sup>. D. Manuel I incentiva a criação destas organizações de caridade, reforçando a relação de interdependência entre hospitais, profissionais de saúde e misericórdias. Este rei regulamenta, também, a formação de físicos e cirurgiões, lançando as bases de um novo modelo organizativo da formação e assistência médica, que irá perdurar nos séculos seguintes<sup>2</sup>.

A par das misericórdias subsistiam algumas boticas laicas, na maioria geridas por médicos e boticários que ganharam fama, muitas vezes pelos remédios secretos que desenvolviam<sup>3</sup>. Em épocas em que a igreja tinha grande importância social e económica, também assumiu crescente relevância na assistência aos doentes. Assim, os mosteiros foram ganhando terreno nos cuidados médicos, ampliando uma longa tradição que remontava à Idade Média. Por imposição das próprias normas internas, que determinavam o tratamento dos doentes, e pela ausência ou quase inexistência de cuidados de saúde fora de portas, as ordens religiosas foram fundando as suas próprias boticas que, depois, disponibilizavam às populações próximas que aí recorriam<sup>4</sup>. Os boticários conventuais foram desenvolvendo novos compostos que se tornaram famosos e popularizaram as boticas junto da população e dos hospitais, fazendo disso uma rentável atividade comercial<sup>5</sup>. No século XVIII, acentua-se uma concorrência entre boticas laicas

<sup>1</sup> Para os hospitais das Misericórdias: Maria Marta Lobo de Araújo, “O hospital e a cidade: São Marcos da Misericórdia de Braga” in *História da assistência à saúde e à pobreza*, São Leopoldo, Oikos, 2017; António Magalhães, *Práticas de caridade na misericórdia de Viana de Foz do Lima (sécs XVI-XVII)*, Viana do Castelo, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2013; Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra*, Viseu, Palimage, 2000; Laurinda Abreu, *Memórias da alma e do corpo*, Viseu, Palimage, 1999.

<sup>2</sup> Laurinda Abreu, “Oferta e regulação em saúde: o legado de D. Manuel I (1495-1521)” in Maria Marta Lobo de Araújo (coord.), *As sete obras de misericórdia corporais nas Santas Casas de Misericórdia (séculos XV-XVIII)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2018, p. 35-57.

<sup>3</sup> João Leitão, “Medicamento Secreto da Real Botica de Santa Maria da Vitória (Batalha)” in *Anais leirienses*, vol. 2, 2019 (<http://www.academia.edu/41216483>).

<sup>4</sup> Ricardo Pessa Oliveira, “Para o estudo da saúde conventual no início do século XIX: as boticas”, *Asclépio: revista de história de la medicina e dela ciéncia*, vol. LXIII, nº 1, enero-junio (2011), p. 123-154 (<http://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/viewFile/488/490>).

<sup>5</sup> Paula Bassa, *A farmácia e o medicamento: uma história concisa*, Lisboa, Correios de Portugal, 2004, p. 99.

e conventuais, que apenas terminará com a extinção dos mosteiros em 1834, perante uma discussão pública que as colocava como concorrentes desleais por estarem livres de encargos à Fazenda Real<sup>6</sup>.

Na região do Minho, antes da extinção dos mosteiros, em 1834, entre as boticas conventuais existentes, destacaram-se os Carmelitas Descalços, com duas boticas de grande referência, em Braga e Viana do Castelo<sup>7</sup>; a Companhia de Jesus que, até 1759, tinha uma importante botica em Braga; e os beneditinos, com boticas em Santo Tirso, Paço de Sousa, Rendufe, Refojos de Basto e Tibães. De todas, destaque especial para as boticas do Carmo, de Santo Tirso e de Refojos de Basto que exerceram, a partir da segunda metade do século XVIII, uma importante ação farmacêutica na região, em parte pelo papel dos seus monges boticários, Frei Cristóvão dos Reis e Frei João de Jesus Maria. O primeiro, administrador da botica do convento do Carmo, em Braga, farmacêutico e botânico, publicou, em 1779, *Reflexões experimentaes methodico-botanicas: muito uteis, e necessárias para os professores de medicina e enfermos*. O segundo, foi o grande boticário da Ordem de São Bento, fundador de várias boticas no Minho e não só, sendo o autor da *Pharmacopea Dogmatica Medico-Chimica e Theorico-Pratica*, dada à estampa em 1772.

Neste artigo abordam-se as iniciativas promovidas pela Congregação de São Bento para criar boticas nos mosteiros do Minho, ao longo do século XVIII. O estudo está focado na primeira botica criada por esta congregação, em 1745, que contemplou o Mosteiro de Refojos de Basto. Com a análise deste caso procura-se contribuir para compreender dois aspectos principais associados à ação das organizações religiosas na assistência aos doentes desde meados do século XVIII. Por um lado, a importância dessa assistência numa região onde não havia outros serviços médicos de relevo. Pela documentação produzida no âmbito do processo de extinção daquele mosteiro percebe-se a intensa atividade farmacêutica aí desenvolvida e o papel que continuava a ter na formação de novos boticários. Por outro lado, através do percurso de Frei João de Jesus Maria e da obra que deixou, é possível observar como na época estava a ser abandonado o sistema galénico e como as preocupações de atualização farmacêutica se poderiam manifestar mesmo em zonas mais remotas do Reino.

<sup>6</sup> Ana Paula Azevedo Duarte Araújo, *A arte de curar no Mosteiro de Tibães*. Braga, Universidade do Minho, Dissertação de Mestrado em História, 2010, p. 34 (<https://repositorium.sdm.uminho.pt/handle/1822/28333>).

<sup>7</sup> Marízia M.D. Pereira; Maria do Céu Simões Tereno; António Vitorino Simões, “Boticas dos carmelitas descalços em Portugal: espécies vegetais e fitogeografia” in *A reforma teresiana em Portugal: congresso internacional, 2015: atas*, Marco de Canaveses, Edições Carmelo, 2017, p. 325-343.

Para esta pesquisa recorreu-se às fontes manuscritas e impressas, nomeadamente os textos normativos da Congregação de São Bento, os relatórios trienais de cada um dos mosteiros, assim como os livros de gasto da enfermaria do mosteiro de Tibães<sup>8</sup>. Utilizaram-se, também, os respetivos processos de inventário elaborados no momento da extinção, em 1834<sup>9</sup>.

O artigo está dividido em quatro partes. Começa-se por apresentar as orientações da Ordem Beneditina para a assistência aos enfermos, as quais enquadram a ação dos respetivos mosteiros. A segunda parte refere-se à instalação da botica em Refojos de Basto, procurando perceber as razões que levaram a Ordem a dar prioridade a este mosteiro em detrimento da casa-mãe de Tibães, onde a botica apenas foi criada em 1797. Seguidamente, apresentam-se dados que ajudam a compreender o funcionamento e a relevância social da botica do mosteiro de Refojos de Basto, nesta região remota em que estava localizada. Finalmente, refere-se o percurso de Frei João de Jesus Maria, o impulsor desta e de várias boticas na região e, também, de outras, como a do Mosteiro de São Bento de Lisboa (1752). Salienta-se a importância da perspetiva atualizada da farmácia valorizada por este boticário, na assistência médica-farmacêutica, quer para as comunidades beneditinas quer para as localidades envolventes.

## 1. Assistência beneditina: normas reguladoras

Os deveres de assistência aos doentes estavam consagrados na Regra de São Bento, redigida no século V, por Bento de Núrsia. Esta regra estabelece um conjunto de preceitos que regulam a vivência de cada comunidade monástica. Mais tarde, em 1570, a instituição da Congregação de São Bento de Portugal, vai unir todos os 22 mosteiros beneditinos masculinos existentes, redigindo novos textos constitucionais, em 1590 e 1628, que igualmente manifestam preocupações com o cuidado aos doentes.

A Regra dedica todo um capítulo (36) ao tratamento dos enfermos<sup>10</sup>. Determina que deviam ser tratados com cuidado e carinho e postos em cela própria ou enfermaria. Deveriam ser acompanhados por um *monge temente a Deus, diligente e solícito*, prestando-se-lhes todos os cuidados como se fossem Cristo em pessoa. Antes, no capítulo 31, estabeleceu-se que o celeireiro, entre

<sup>8</sup> Estes foram já parcialmente estudados por Ana Paula Azevedo Duarte Araújo, *A arte de curar..., cit.*

<sup>9</sup> Estes processos encontram-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ex-Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, cx. 2247 (Refojos de Basto) e cx. 2256 (Tibães).

<sup>10</sup> *Regra do glorioso patriarcha Sam Bento*, Lisboa, por António Ribeiro, 1586.

as muitas tarefas que tinha a cargo, deveria cuidar, com toda a solicitude, de enfermos, crianças, hóspedes e pobres.

Esta orientação determina a fundação de enfermarias e boticas e vai ter visibilidade na própria arquitetura monástica, na medida em que os mosteiros beneditinos tinham nas portarias dois armários: um para o pão, outro para os remédios, que se distribuíam a quem batia à porta. Havia, pois, uma necessidade física e espiritual de cuidar dos doentes, fossem quais fossem, internos ou externos.

Seguindo os preceitos da Regra as primeiras Constituições da Congregação de São Bento, datadas de 1590<sup>11</sup>, estipulam que cada mosteiro devia ter, não só *alqua maneira de botica*, médico assalariado, como também drogas ou produtos para socorrer enfermos. Entre as quais, águas destiladas, azeites, canafistulas<sup>12</sup> e alguns xaropes *que algum boticário poderá fazer porque as casas que estam fora do povoado em que não aja físico e botica, têm necessidade de estarem providas*. O físico devia atender às necessidades sem faltar açúcar, amêndoas, passas, roupas de cama, lençóis, toalhas, camisas, panos de cabeça e escapulário de dormir sem capelo para o enfermo, vidros e louça para a enfermaria. Determina-se, ainda, de acordo com a Regra, que os enfermos se curem na enfermaria e não no dormitório, para não perturbar o convento, e haja *sumo silêncio*. O celeireiro e o gastador tinham também a obrigação de prover o necessário aos doentes, mesmo que fossem alimentos caros, de modo a que nada faltasse. Tudo isto era imposto aos prelados, ficando sujeitos a pena de suspensão por três anos por falta de cumprimento.

Estas obrigações sugerem um quotidiano monástico, em que cada mosteiro deveria ser autossuficiente, em termos de cuidados médicos e medicamentosos. Deveria existir uma enfermaria para resguardo dos doentes, havendo um religioso com o cargo de enfermeiro que fosse *caritativo, diligente, paciente, humilde e compassivo*.

Todavia, a realidade que se encontra nos anos seguintes não corresponde a essas determinações. De facto, as atas capitulares dos primeiros tempos da Congregação vão ao encontro do definido nas Constituições, mas apresentam as dificuldades em se cumprir o preceituado, particularmente nos mosteiros mais afastados dos centros urbanos onde a chegada de médicos e boticários era mais

<sup>11</sup> *Constituições da Ordem de Sam Bento destes reynos de Portugal*, Lisboa, por António Alvarez, 1590, p. 132-134,158v.

<sup>12</sup> Nome utilizado para designar *Cassia fistula* L.. Segundo Bluteau é um género de acácia que dá um fruto em vagem com uma polpa líquida, negra e doce que serve “para purgar o estômago dos humores coléricos” (Raphael Bluteau, *Vocabulário português e latino*, Coimbra, Colégio das Artes, 1713, vol. 2, p. 90). Nome também designado para outras espécies da família Fabaceae: *Senna spectabilis* var. *excelsa* (Schrad.) H.S.Irwin & Barneby; *Peltophorum dubium* (Spreng.) Taub.

difícil. Logo em 1580, num capítulo privado realizado em Refojos de Basto e com alguns mosteiros ainda sob a alcada dos abades comendatários, constata-se existirem *muito grandes e urgentes necessidades que padessem os Religiosos dos ditos conventos por serem as reções que lhe dão os ditos comendatarios muito tristes e pobres e que não bastam a se sustentarem e vestirem e comprirem ás obrigações dos officios do dito convento, como o sam medicos, boticas, barbeiros, forneiros, lavandeira, alfaiares, çapateiros, demandas, hospedes, as mulas, e pagas de criado*<sup>13</sup>. No capítulo seguinte, em 1584, estipula-se que nos mosteiros houvesse boticário, açúcar rosado, marmeladas, óleos e águas destiladas<sup>14</sup>. Um aprovisionamento mínimo que ajudava nos tratamentos médicos mais básicos e urgentes, que depois vai ficar plasmado no texto constitucional. Percebe-se, assim, que a Congregação não devia ter boticários suficientes para suprir as necessidades, o que comprometia a criação de boticas.

A escassez de boticários pode estar relacionada com vários fatores. Por esta altura, e até finais do século XVIII, era a Universidade de Coimbra que conferia o título de boticário, nem sempre acessível às novas comunidades monásticas. Ao mesmo tempo, constata-se que a existência de pouca população monástica em alguns mosteiros e a facilidade com que podiam chegar aos medicamentos, em cidades ou vilas mais próximas, poderia obviar esse investimento na formação de boticários para cada mosteiro.

O exemplo mais flagrante é o Mosteiro de Tibães que, tendo uma população monástica considerável e sendo casa-mãe da Congregação de São Bento, só instituiu uma botica nos finais do século XVIII. A proximidade da cidade de Braga, onde havia várias boticas, permitia-lhe alguma facilidade no acesso a medicamentos e médicos. Por esta razão, nas Constituições Monásticas de 1628<sup>15</sup>, são reafirmadas e consolidadas, de acordo com os princípios basílares da *Regra Monachorum*, todas as anteriores determinações, com exceção da obrigatoriedade da existência de botica. Assim, no capítulo referente ao cuidado dos doentes, que era obrigação do Abade de cada mosteiro, determina-se que haja uma enfermaria e um monge para curar os enfermos ministrando-lhe tudo o que fosse necessário. Especifica-se que aí *haverá leitos ornados religiosamente. E tudo o mais necessário ao serviço dos enfermos, ou será de lam ou de linho,*

<sup>13</sup> Anabela Ramos; Paulo João Oliveira, “Mosteiro de São Martinho de Tibães, dos abades comendatários à afirmação da Congregação de São Bento (1530-1601)”, *Património: Estudos*, Lisboa, IPPAR, 5 (2003), p. 51-60.

<sup>14</sup> Maria Olga Portela Gonçalves de Paz Sequeira, “A botica do Mosteiro de S. Miguel de Refojos” in *I seminário internacional “a ordem beneditina, o papel dos mosteiros e o património da Unesco”*: atas, Cabeceiras de Basto, Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, 2016, p. 60.

<sup>15</sup> ADB, Coleção de Manuscritos, 159, fl. 242 e seguintes.

*a saber lenções, colchas, cabeças, panos de cabeça, toalhas e guardanapos, culheres de prata, vasos e vidros que sirvão só para os enfermos. Prato de estanho e tigelas, ataduras de linho pera as sangrias, seringas e alambique pera destilar águas de flores e ervas medicinaes que o enfermeiro mandar fazer em seus tempos.*

Quanto aos remédios, cada enfermaria deveria estar provida de *agoa rosada, agoa de flor e outras, óleo e azeite rosado, asucar, passas de uva e ameixas, amêndoas, marmeladas, asucar rosado e outros doces que o enfermeiro pedir ao celeireiro*. No tratamento e acompanhamento do doente, decide-se que haverá médico e barbeiro com salário e que o boticário, *enquanto for possível, não será cristão novo*. Por fim, impunha-se uma visita diária aos doentes e um cuidado extremo com os convalescentes. Não se exclui a cura do doente na sua cela, impondo-se que nesse caso não *possam estar com elle maes de três monges visitando-o*.

Observando estas determinações comprehende-se, com clareza, a importância da existência de uma enfermaria em cada mosteiro e do cuidado que se devia dar aos doentes. Percebe-se, também, a composição das enfermarias, desde o mobiliário aos atoalhados e a toda uma panóplia de alimentos e medicamentos que permitiam o tratamento de quem se encontrava enfermo. Mas constata-se que as boticas deixam de ser obrigatorias, tornando-se o boticário um assalariado, como o médico e o barbeiro, colocando-se até a possibilidade de poder ter sangue judeu. Ainda assim, mesmo não tendo boticas próprias, ao terem enfermaria e nomearem monge enfermeiro, todos os mosteiros cumpriam com o preceituado na Regra.

A dificuldade em recrutar monges boticários vai-se verificar ao longo de todo o século XVIII, havendo determinações internas que o indicam. Em 1750, numa visitação ao Mosteiro de Refojos de Basto<sup>16</sup> afirma-se a necessidade de que o monge boticário em exercício, frei Bernardo de Nossa Senhora, se *aplique à botica* em detrimento das idas ao coro e outras obrigações próprias do quotidiano monástico, colocando a *continua assistência da botica e ao estudo da sua arte* acima de qualquer outra atividade. Da mesma forma, a Junta Geral, em 1792, contrariando a Regra de só se admitirem monges filhos legítimos de pessoas nobres, determina que se admitissem também todos aqueles que tivessem a prenda de *solfá, órgão e para boticários*, desde que fossem *filhos legítimos sem nota de vileza algua*<sup>17</sup>. Estas são decisões que revelam a importância do monge boticário no interior destas comunidades. A saúde dos monges a isso obrigava.

<sup>16</sup> Maria Olga Portela Gonçalves de Paz Sequeira, “A botica do Mosteiro de S. Miguel de Refojos...”, cit., p. 71; ADB, Congregação de São Bento, Lv. das visitas, 187, fl.2-2v.

<sup>17</sup> ANTT, Ordem de São Bento, Mosteiro de Tibães, Livro das actas capitulares (1780-1795), Lv. 3, Junta Geral de 1792, fl. 2v.

## 2. Instalações locais em Refojos de Basto e Tibães

Perante este quadro legislativo dos mosteiros beneditinos e pela dificuldade que havia em recrutar e formar boticários, a análise mais detalhada dos casos dos mosteiros de Refojos de Basto<sup>18</sup> e de Tibães permite vislumbrar como os beneditinos foram aplicando o preceituado.

Como Refojos de Basto é uma localidade isolada, nos limites da Arquidiocese de Braga, hoje concelho de Cabeceiras de Basto, o acesso a medicamentos e a boticários era mais difícil. Por isso, a Ordem terá dado prioridade à criação de uma botica, com o respetivo boticário, em 1745, no mosteiro desta localidade. Passados mais de 50 anos, surge então uma botica na casa-mãe, o Mosteiro de Tibães, nas proximidades de Braga, e com mais facilidade de acesso a assistência médica e a medicamentos, oferecidos por outras casas religiosas desta cidade. Talvez por isso só vai instituir uma botica em 1797.

De facto, nos séculos XVII e XVIII têm fama em Braga, as boticas do Carmo e a botica jesuítica do colégio de São Paulo. Segundo o estudo de Ana Paula Araújo<sup>19</sup>, o mosteiro provia-se na botica da Companhia de Jesus. Expulsa esta da cidade, em 1759, passam a privilegiar a botica do Carmo que, pela mesma altura, era dirigida por Frei Cristóvão do Reis, um dos boticários mais célebres da região. No entanto, a fama daquela unidade de saúde não desapareceu com a expulsão, pois os monges de Tibães continuam a fazer registos de aquisição de remédios ao *boticário que ficou da companhia, ou por recear que no Carmo o não fazião capazmente ou, ainda, por o não haver no Carmo*<sup>20</sup>.

Ainda que não tivesse botica, em meados do século XVIII, Tibães tinha uma enfermaria bem apetrechada com alfaias necessárias à acomodação dos doentes, como colchões, urinóis, comadres, cadeira de rodas, cadeiras para recosto, mezinhas de comer na cama, escarradeiras, e outra louça necessária. Também aí se encontravam louças e móveis necessários como chocolateiras, vasos, bacias, caldeiras, vidros, funis, balanças, garrafas e pratos. Para os cuidados médicos guardavam-se ataduras, seringas, ventosas, agulhas, lancetas, pratos para as sangrias, alambiques, tinas para banho e, ainda, um instrumento cirúrgico para extraír dentes denominado *boticão para os dentes*<sup>21</sup>.

<sup>18</sup> Para uma análise mais detalhada sobre a botica de Refojos de Basto: Anabela Ramos, *Entre a mesa e a botica: os saberes e os sabores dos monges de Basto (1626-1834)*, Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto (no prelo).

<sup>19</sup> Ana Paula Azevedo Duarte Araújo, *A arte de curar...*, cit., p. 63-64.

<sup>20</sup> *Idem, ibidem*, p. 65.

<sup>21</sup> Toda esta informação analisada por Ana Paula Araújo, p. 50-60, encontra-se registada nos vários livros de obras do mosteiro de Tibães e no *Livro das Alfayas de todas as officinas*

De entre este vasto conjunto de instrumentos, podem destacar-se alguns que exemplificam a amplitude dos cuidados que poderiam ser prestados na época. Regista-se a presença da *comadre*, que constituía o que hoje designamos por botija de água quente. Por essa altura, o médico de D. João V, Francisco da Fonseca Henriques, recomenda que se aqueça a cama com este *barril de estanho a que chamão comadre* prevenindo-se com isso alguns tremores, que podem resultar em febres e dificuldades em conciliar o sono<sup>22</sup>. Da mesma forma a ventosa, instrumento cirúrgico, normalmente em vidro, com fundo largo e a boca estreita e que, aplicada sobre a pele, servia para extrair o humor que estava entre o couro e a carne. Usava-se muitas vezes, a par das sanguessugas, em substituição da sangria, particularmente em doentes debilitados ou com difícil acesso às veias<sup>23</sup>. A existência da chocolateira não deixa de ser surpreendente. Esta presença, que se encontra igualmente no Mosteiro de Refojos, remete para o consumo de chocolate, visto, nesta altura, como um remédio com várias ações terapêuticas. Francisco da Fonseca Henriques, em 1721, enumera as aplicações preventivas e curativas, destacando-o como auxiliar da digestão, nutritivo, revigorante, indicado para fortalecer o sistema nervoso, para febres, cólicas, assim como diurético e expetorante<sup>24</sup>.

A conjugação de informações sobre instrumentos na enfermaria, com os produtos recomendados pelo texto constitucional (amêndoas, uvas passas, ameixas, marmeladas, o açúcar rosado, etc.), permite concluir que o monge enfermeiro deveria ter preparação para elaborar alguns dos remédios indicados pelos médicos. Como se observa também em alguns receituários de cozinha da época<sup>25</sup>, que registam remédios ao lado de receitas de doce, de peixe ou de carne, estas eram aprendizagens que se poderiam adquirir em contextos domésticos comuns. Saber fazer um xarope ou um lambedor, tal como um caldo de galinha ou de carneiro, mais apurado, ou mesmo um manjar branco, eram conhecimentos médicos que qualquer cozinheiro deveria dominar.

---

*e quintas deste Mosteiro de S. Martinho de Tibaens feito no anno de 1750*, localizado no Arquivo de Singeverga.

<sup>22</sup> Francisco da Fonseca Henriques, *Âncora medicinal para conservar a vida com saúde*, 2<sup>a</sup> edição, Lisboa Ocidental, officina de Miguel Rodrigues, 1731, p. 333-334. A comadre devia ser um objeto comum nas enfermarias monásticas encontrando-se, por exemplo, na botica do mosteiro de Santa Ana, em Coimbra, no século XIX (Dina de Sousa, “Comer e curar no convento de santa Ana de Coimbra (1859 a 1871)” in Carmen Soares (coord.), *Mesa dos Sentidos & Sentidos da Mesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 222 (no prelo).

<sup>23</sup> Raphael Bluteau, *Vocabulário português e latino...*, cit., vol.8, p. 408.

<sup>24</sup> Francisco da Fonseca Henriques, *Âncora medicinal...*, cit., p. 448-450; Dina de Sousa, “Comer e curar...”, cit., p. 229 (no prelo).

<sup>25</sup> Dulce Freire (coord.), *Receitas e remédios de Francisco Borges Henriques*, Lousada, Ficta, 2020, p. 33-39.

A existência do alambique, um instrumento que permitia a extração da parte mais pura de determinadas substâncias sólidas como flores, ervas e outras matérias, produzindo águas destiladas, vinhos, tinturas e licores (os chamados espíritos), reforça esta convicção. Na prática quotidiana das casas religiosas, o alambique era usado não só para fins medicinais, como também para destilar flor de laranjeira que tinha muita aplicação na doçaria<sup>26</sup>. De facto, encontram-se alambiques nos mosteiros de Tibães e Refojos de Basto, bem como em outros conventos masculinos e femininos.

Os livros de registo da enfermaria do mosteiro de Tibães, para o período de 1725 a 1801, analisados por Ana Paula Araújo<sup>27</sup>, permitem acompanhar as atividades da enfermaria. Está registada a aquisição de vários tipos de doces (marmeladas e outros doces de fruta, manjares, açúcar rosado, caramelo e doces de ovos); frutos secos (amêndoas, uvas passas, ameixas); várias carnes, particularmente galinha, carneiro e perdiz; ovos, leite e manteiga. Com todos estes ingredientes, com destaque para o açúcar, preparavam-se alimentos que eram também medicamentos, como caldos gordos e longamente cozinhados, bebidas doces, leites cremosos e manjares. Alimentos quentes e húmidos que ajudavam a equilibrar os humores, num tempo onde imperava a medicina galénica. Todos eram servidos como remédios ao doente que estava, como previam as Constituições, acomodado na enfermaria. Mas observa-se também a aquisição de drogas vegetais (sene, mana, quina, salsa parrilha, papoilas, canafistula, chocolate, violeta, capilé, avenca, jalapa, café, aguardente, bútua, flores de sabugueiro, alfazema, noz-moscada, marcela, tabaco, mostarda, tormentina) e algumas composições minerais e químicas, como a água de Inglaterra, vinda da botica de Santo Tirso, a água da rainha da Hungria, o antimónio, o enxofre, o tártero, a pedra hume, os espíritos, como o espírito beneditino e o vitriolo. Regista-se, ainda, com alguma regularidade, a aquisição de aguardente.

Muitas destas drogas seriam para usar simples, mas também poderiam ser usadas para fazer alguns remédios na casa. É certo que não havendo ainda boticário, o monge enfermeiro, em colaboração com o cozinheiro, deveria ter já alguns conhecimentos e proceder a estas preparações.

Finalmente, em 1797, é instituída a botica no Mosteiro de Tibães. É um espaço contido e acanhado junto à barbearia, beneficiando da lareira e da água corrente que esta dispunha. Regista-se no momento da construção que *nesta nova Botica se puseram todos os vasos, drogas, remédios e mais aprestos*

<sup>26</sup> Anabela Ramos, *Viúvas de Braga e outros doces do Convento dos Remédios*, Lousada, Ficta, 2019, p. 32-33.

<sup>27</sup> Ana Paula Azevedo Duarte Araújo, *A arte de curar...*, cit., p. 76-91.

*necessários; na parede (...) se abriu uma fresta e se pôs vidraças à Inglesa para dar luz à mesma: na chaminé da Barbearia se levantaram três fogões com grades de ferro para o uso da mesma Botica e defronte se meteu um registo de água para maior comodidade das duas oficinas<sup>28</sup>.* Os vasos e mobiliário vão ser descritos noutros livros, ficando-se assim a saber que, para além do que já existia na enfermaria, registam-se agora vários tipos de almofarizes, novas balanças mais pequenas, peneiras, coadores e funis, e não um, mas três alambiques. Este número prova uma maior atividade laboratorial, com mais processos de destilação em curso, mais substâncias para triturar, pesar, coar e peneirar.

Quanto ao Mosteiro de Refojos de Basto igualmente se verifica a ausência de botica ao longo de todo o século XVII. Todavia, da mesma forma, cumprem-se os preceitos constitucionais através da existência de uma enfermaria que, em 1629, tinha ao dispor da saúde dos monges sete vidros de águas destiladas, açúcar, amêndoas, passas, ameixas e 10 arráteis de marmelada. Devia ter, inclusive, uma pequena cozinha anexa, com a respetiva lareira, onde se elaboravam alguns xaropes, águas destiladas e lambecedores. Disso é exemplo o tacho pequeno que aí se pôs em 1737-40<sup>29</sup>. Uns anos antes, em 1725-28<sup>30</sup>, observa-se que num dos dormitórios se fez um guarda-roupa com dois armários, duas gavetas e *seus repartimentos (...) a qual serve agora de botica*, onde se guardaram vários vidros com águas destiladas e outros ingredientes. Este era, pois, um pequeno espaço reservado para guardar alguns medicamentos, sempre à mão para tratamento de alguma maleita, o que se impunha pelo facto de ser um mosteiro localizado fora do povoado, longe de locais onde o apoio médico era mais rápido. Os documentos chamam-lhe botica, mas de facto não seria esta a designação mais apropriada, porque não tinha boticário.

A verdadeira botica, com boticário residente, só vai ser edificada no triénio de 1743-46<sup>31</sup> pelas mãos de frei João de Jesus Maria (1716-1795)<sup>32</sup>. Natural de Braga e depois de um percurso que, como se refere mais adiante, passou

<sup>28</sup> ADB, Mosteiro de Tibães, Lv. 606.

<sup>29</sup> *Posse (...) hum taxo piqueno na infirmaria.* (ADB, Congregação de São Bento, Estados, pasta 132, fl. 11).

<sup>30</sup> ADB, Congregação de São Bento, Estados, 132, fl. 10v.

<sup>31</sup> ADB, Congregação de São Bento, Estados, 132, fl.10-10v. Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *O mosteiro de São Miguel de Refojos: joia do barroco em terras de Basto*, Cabeceiras de Basto, Câmara Municipal, 2009, p. 86-90.

<sup>32</sup> A. C. Correia da Silva, “Frei João de Jesus Maria e a pharmacopeia dogmática”, Santo Tirso, s.l., 1979. Sep. de: *Actas do colóquio de história local e regional*, p. 297-305; Ana Isabel Libano Monteiro, “A livraria monástica de Refojos de Basto” in *III Seminário Internacional: “Ora e labora” em Refojos de Basto: espacialidades, materialidades, espiritualidades: atas*, Cabeceiras de Basto, Câmara Municipal, p. 159; Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *O mosteiro de São Miguel de Refojos...*, cit., p. 86-90.

pela Galiza e pela Universidade de Coimbra, entra como noviço no Mosteiro de Refojos<sup>33</sup> a 4 de Julho de 1744, radicando-se neste mosteiro. Tinha 25 anos, a tempo de iniciar uma carreira de sucesso como boticário, começando por edificar a botica, aplicando aí todos os conhecimentos trazidos da Lusa Atenas.

A descrição da obra de instalação da botica indica que se utilizou uma sala que *servia de hospedaria*, localizada próximo da portaria, decorando-se *com todo o ornato percizo e grandeza*. Foram colocadas estantes e um mostrador com vidros, vasos finos e tudo mais que era necessário. Ao lado utilizou-se outra sala, também decorada com estantes, para servir de espaço de arrumação<sup>34</sup>. Daqui abriu-se uma porta que ligava a botica a um outro espaço, a cozinha, que já existia para serviço de apoio à enfermaria.

Da enfermaria teve-se conhecimento de alguns objetos, inclusive daqueles que as Constituições Monásticas consideravam obrigatórios, como vasos de vidro, pratos, tigelas, seringas, alambique, vários tecidos de lã e linho e colheres de prata. Estas últimas justificavam-se por serem de um material nobre, a prata, resistente a elevadas temperaturas e à ação cáustica de alguns produtos, não passando qualquer substância para o produto final. Serviam naturalmente para mexer as várias composições, garantindo uma total inocuidade. Entre os vasos e recipientes, os de vidro eram mais requeridos que os de cerâmica, por serem igualmente impermeáveis e transparentes, permitindo a observação dos produtos e das suas reações químicas. Quanto aos tecidos, de lã e linho, poderiam servir como toalhas, como ligaduras, depois das sangrias, mas também para coar os remédios<sup>35</sup>.

Agora, com a instalação da botica, vão sendo adquiridos mais objetos que estão em consonância com os de outras boticas da Congregação, nomeadamente Tibães<sup>36</sup>. Em 1749-52<sup>37</sup>, adquirem-se um almofariz grande e outro pequeno,

<sup>33</sup> Entra na Congregação a 4 de julho de 1744 e faz profissão a 26 do mesmo mês de 1745, no Mosteiro de Refojos de Basto.

<sup>34</sup> Espaço este que poderá ser o quarto do praticante, descrito e inventariado em 1834, aquando da extinção do Mosteiro. Nessa altura estavam aí alguns utensílios, uma mesa, duas cadeiras e um espaço de dormir com um enxergão, oito mantas e quatro lençóis (Maria Olga Portela Gonçalves de Paz Sequeira, “A botica do Mosteiro de S. Miguel de Refojos...”, cit., p. 86).

<sup>35</sup> Ricardo Pessa Oliveira, “Para o estudo da saúde conventual...”, cit., p. 131, refere a existência de cinco coadores de lã e um de linho para coar os remédios no mosteiro de Santo André de Rendufe e de 13 toalhas de linho para barba e seis panos destinados ao mesmo fim no convento de São Domingos. Também Maria Marta Lobo de Araújo (*Memórias e quotidiano: as visitas e as devassas ao hospital de São Marcos de Braga na Idade Moderna*, Braga, Santa Casa da Misericórdia, 2014, p. 50-66) analisa as roupas do hospital da Misericórdia de Braga.

<sup>36</sup> Ana Paula Azevedo Duarte Araújo, *A arte de curar...*, cit., p. 48-52; A. C. Correia da Silva, *Inventário de uma Botica Conventual do Século XVIII*, Porto, [s.n.], 1972, p.17.

<sup>37</sup> ADB, Congregação de São Bento, Estados, 132.

uma panela grande de cobre e vários vidros. Para a enfermaria compram-se duas toalhas *de agoa às mãos*<sup>38</sup>, em 1743-46, e, mais tarde, tal como também em Tibães, uma bacia de cobre *para banhos de todo o corpo* e uma comadre de estanho<sup>39</sup>. Também se tem notícia da aquisição de um alambique para destilar aguardente<sup>40</sup>.

Em 1834, existe novamente informação do recheio da botica, não muito diferente do que se registou no século XVIII, para aqui e para a enfermaria, embora agora muito mais completo. Volta-se a encontrar a bacia dos banhos e várias outras bacias mais pequenas; inúmeras panelas e vasos de barro e de folha de flandres, muitas garrafas de vidro de vários tamanhos, garrafões, vários tachos de cobre, uma chocolateira de cobre, e quatro redomas, ou seja, vasos de vidro de gargalo comprido e estreito e bojo largo. Para apoio às inúmeras tarefas do boticário (como destilação, macerações, pisaduras, fermentações, filtragens, elaboração de ungamentos, xaropes e emplastros) estavam ainda duas masseiras com tampa, um pipo de quatro almudes, uma prensa, funis de vários tamanhos, almofarizes de chumbo, de mármore e de vidro, várias tiras de pano<sup>41</sup> e cinco alambiques, dois de cobre e três de folha, mais pequenos, e uma longa lista destes espíritos, prontos a serem utilizados na composição dos medicamentos<sup>42</sup>.

Finalmente, regista-se a existência de um *corvo* e de um conjunto de *balanças de prato com um corvo*, ainda que não se saiba onde estava colocado. Este pormenor decorativo não deixa de ser curioso porque na mesma altura a botica do Mosteiro de Tibães tem também *hum Corvo sobre sua peanha, sustendo no bico humas balanças*<sup>43</sup>. Uma questão de moda? Ou tão simplesmente a aquisição conjunta de objetos para decoração das boticas da Congregação de São Bento?

### 3. A ação social da botica de Refojos de Basto

Depois de instituída e nos tempos que se seguem, de quase um século, até 1834, poucas notícias temos da botica de Refojos de Basto, desaparecidos

<sup>38</sup> ADB, Congregação de São Bento, Estados, 132.

<sup>39</sup> ADB, Congregação de São Bento, Estados, 133, 1773-76, fl. 13v.

<sup>40</sup> ADB, Congregação de São Bento, Estados, 132, 1743-46, fl. 11v.

<sup>41</sup> Maria Olga Portela Gonçalves de Paz Sequeira, “A botica do Mosteiro de S. Miguel de Refojos...”, cit., p. 85-86.

<sup>42</sup> *Idem, ibidem*, p. 94-95.

<sup>43</sup> Ana Paula Azevedo Duarte Araújo, *A arte de curar...*, cit., p. 49.

que foram os livros de registo. Foi possível colher algumas informações sobre os boticários, verificando-se que continuam na senda de Frei João de Jesus Maria, particularmente frei Bernardo de Nossa Senhora e Frei João da Graça, que pelas suas capacidades atraiu muita população à botica<sup>44</sup>. Quanto aos restantes são apenas nomes que se sucedem. No entanto, percebe-se que foi uma botica que adquiriu bastante fama, não só pelas populações que socorria, mas também pela competência dos seus boticários que, no século XIX, ainda faziam escola na região. De facto, em 1860, entre os boticários de Arcos de Valdevez dois tinham aprendido o ofício em boticas religiosas: um no convento do Carmo, na cidade de Braga, e o outro, precisamente, em Refojos de Basto<sup>45</sup>.

Quanto à prestação de serviços à comunidade, interna e externa, os relatórios trienais, que vão reportando as receitas e despesas que se foram efetuando, permitem vislumbrar algumas das atividades. Assim, para além das despesas com o provimento da botica, em drogas e alfaias, gastava-se também dinheiro no pagamento de médicos e cirurgiões, em sangrias, em lenha, para aquecer as águas e elaborar os medicamentos, em caminheiros que levavam medicamentos e traziam o que era necessário para o andamento da botica. Registam-se, também, despesas com tratamentos termais e banhos de mar, num tempo em que este tipo de prescrições médicas estava muito em voga e era cada vez mais receitado<sup>46</sup>. Esta forma de tratamento médico ganhou tanto sucesso que a própria Congregação se vê obrigada e refreá-la, por a considerar muito dispendiosa. Disso dão testemunho as actas capitulares de 1816 e 1822, que confirmam os *abuzos, que havia sobre despezas em banhos e caldas e determinam que os prellados enfermeiros não paguem quaisquer reis de banhistas sem que estes se appresentem aos N. Reverendíssimos, para serem por elle aprovados*<sup>47</sup>.

<sup>44</sup> Geraldo José Amadeu Coelho Dias, *O mosteiro de São Miguel de Refojos...*, cit., p. 89.

<sup>45</sup> Alexandra Esteves, *Boticas e boticários no distrito de Viana do Castelo no século XIX*, 2013 (<https://www.academia.edu/9943596/>).

<sup>46</sup> Encontramo-lo já previsto nas Constituições, em 1628, dizendo-se que *nenhum monge deve ir a Caldas sem licença do Reverendíssimo* (ADB, Colecção de Manuscritos, 159, p. 244); Ana Paula Azevedo Duarte Araújo, *A arte de curar...*, cit., p. 100-110.

<sup>47</sup> ADB, Congregação de São Bento, Lv. 320A, 1816, fl. 58v; 1822, fl. 154. (Documentos citados por Ana Paula Azevedo Duarte Araújo, *A arte de curar...*, cit., p.102; 108).

Quadro I  
Rendimento da Botica de Refojos de Basto

Ano	Receitas pagas no ato da compra	Receitas dadas por esmola	Receitas atrasadas e bem paradas
1752	184 466 reis	55 344 reis	568 753 reis
1761	85 900 reis	(muitas receitas)	1 000 000 (pouco mais ou menos)
1770	141 594 reis	4 425 reis	821 270 reis
1773	809 892 reis		437 405 reis (1)
1780	89 040 reis	26 025 reis	322 000 reis
1783	56 835 reis	18 055 reis	
1792	131 855 reis	11 710 reis	303 790 reis
1801		92 520 reis	411 670 reis
1804	233 935 reis	92 505 reis	534 120 reis
1807	706 060 reis	57 445	
1813		46 000 reis	889 180 reis
1819		46 000 reis	1 164 430 reis

(1) *e ficam entre estas muitas que julgo perdidas e antigas perdidas importão em 125405 reis.*

Observa-se que a botica de Refojos de Basto se transformou num dos poucos, se não o único, reduto de fármacos da região, servindo não só a pequena comunidade de 10 a 12 monges que albergava, mas toda a sociedade envolvente<sup>48</sup>. Como indicam os dados reunidos no Quadro I, entre 1752 e 1819, ficam patentes as receitas que entravam pela via da venda de medicamentos e, mais ainda, o que se dava por esmola aos mais pobres gratuitamente. Este conceito de boticas monásticas, embora pensado para tratamento da saúde dos monges, era, por força da própria regra de São Bento, mais uma forma de praticar a caridade cristã, patente, como se viu, na existência de um armário para remédios na portaria de cada mosteiro. O próprio frei João de Jesus Maria diz na sua farmacopeia, em 1772, que o ofício de farmacêutico não é destinado *para pobres, que precizão sustentar-se della; mas sim só para Pessoas abundantes de cabedaes, que sem oppressão das quotidianas urgencias hajão de cumprir com fartura dos urgentes gastos da Botica, de forma a atender os necessitados sem atrelar os ganhos da botica como seu sustento material*<sup>49</sup>.

<sup>48</sup> Ricardo Pessa Oliveira, “Para o estudo da saúde conventual...”, cit., p. 123-154.

<sup>49</sup> Wellington Bernardelli Silva Filho, *Entre as mezinhas lusitanas e plantas brasileiras: iatroquímica, galenismo e flora medicinal da América portuguesa do século XVIII nas farmacopeias de Frei João de Jesus Maria*, Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de

A observação do Quadro I demonstra isso mesmo. Desde o início, a botica de Refojos tratou de atender todos os que precisavam, aviando receitas por esmola e permitindo um acumular de dívidas de gente que, mesmo tendo alguns recursos, não pagavam os medicamentos que vinham buscar. E de tal forma o valor em débito vinha aumentando que, em 1773, se constata uma dívida acumulada de cerca de 400 mil reis acrescentando-se que *ficam entre estas muitas que julgo perdidas e antigas perdidas importão em 125 405 reis<sup>50</sup>*. Dívida que irá crescer para mais do dobro nos inícios do século XIX. Por esta altura as boticas monásticas são fortes concorrentes das boticas civis, que as vêem com muitos maus olhos pela cedência gratuita de medicamentos e pelo não pagamento de impostos. Esta circunstância é aferida pela Congregação, em 1794, numa visita ao mosteiro de Refojos constatando, então, *que há sojeitos de que há três, seis ou mais anos que mandam buscar remédios à botica deste mosteiro, para si e suas famílias sem que no decurso de tantos anos tenham satisfeito causa alguma das receitas que estão devendo<sup>51</sup>*. A situação começa a ser insustentável e por isso o boticário fica obrigado a não aviar qualquer receita, nem dar qualquer remédio a quem tivesse dívidas com mais de três anos, com a ressalva de se continuarem a dar remédios gratuitamente aos mais pobres, sendo o boticário obrigado a registar a dádiva por esmola. Obrigação que se vai repetindo, no mesmo livro de visitas, nos anos seguintes até 1811, o que nos revela uma prática contínua e persistente, de dívidas que se foram juntando, e que, aquando da extinção do mosteiro, tinham atingido valores já muito elevados. Em 1819, por exemplo, a dívida ultrapassa o conto de reis! Muito dinheiro! Mas em terras onde os recursos eram escassos o boticário de Refojos devia ser um oásis, ao qual todos recorriam, e o mosteiro continuava fiel aos princípios de São Bento, o de todos ajudar caritativamente elevando-se espiritualmente.

Esta realidade vai ficar muito clara no momento da nacionalização dos bens eclesiásticos, que leva à realização de um inventário do recheio para se proceder à venda em hasta pública. Percebe-se, então, que a comunicação com a comunidade envolvente era muito intensa contabilizando-se cerca de 500 devedores. Constata-se que passavam por esta botica, desde os mais pobres aos mais endinheirados: senhoras donas, padres, senhores de casas nobres, mulheres pobres e viúvas, capitães, outros boticários, simples homens e mulheres. Este seria porventura o único centro médico na região. Seria muita gente para um

---

Lisboa. Dissertação de doutoramento em História e Filosofia das Ciências, 2017. Disponível em [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34021i1/1/ulsd731769\\_td\\_wellington\\_filho.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34021i1/1/ulsd731769_td_wellington_filho.pdf), p. 82.

<sup>50</sup> ADB, Congregação de São Bento, Estados, 133.

<sup>51</sup> ADB, Congregação de São Bento, Livro das visitas, nº 191, p. 47v.

só boticário. Muito para além da pequena comunidade monástica. A botica extravasou as paredes da clausura e tornou-se um verdadeiro serviço público.

#### **4. Percurso de Frei João de Jesus Maria**

Um dos boticários que se destacou na Congregação de São Bento foi, como referido, Frei João de Jesus Maria que, ao longo do século XVIII, deu um importante impulso na instituição de boticas nos mosteiros da Ordem. Importa, por isso, observar o percurso e a aprendizagem que obteve na Universidade de Coimbra e os conhecimentos que foi adquirindo ao longo da vida.

No tempo em que este monge esteve em Coimbra estavam em vigor dois regimentos. O *regimento do físico mor do reino* imposto por D. Manuel I, em 1521, determinando que o candidato ao exercício da profissão fizesse um exame público, depois de vários anos de prática como aprendiz<sup>52</sup>. O *regimento dos médicos e boticários cristãos velhos*, datado de 1604, estabelecendo que a duração do curso era de seis anos, que incluíam dois anos de latim e quatro de formação numa botica de boa reputação, situada na cidade de Coimbra ou fora dela, mas por decisão do reitor da Universidade. Com exceção do latim, toda a aprendizagem era exclusivamente prática, sem qualquer frequência de aulas na Universidade. Após este período, os alunos eram sujeitos a uma avaliação final na Universidade com um júri composto por professores de medicina e boticários da cidade de Coimbra de reconhecida competência<sup>53</sup>. Considerados aptos, os novos boticários estavam em condições de exercerem a atividade em qualquer ponto do país.

Do percurso académico de Frei João de Jesus Maria sabe-se que estudou humanidades com os padres da Companhia de Jesus, tomando ordens menores em Lugo (Galiza). Depois, como vimos, cursou Farmácia na Universidade de Coimbra, com aproveitamento excelente nas provas finais, em 1741.

Com a formação de boticário chega a Refojos de Basto, em 1744, apto para fundar uma botica. E é isso que vai fazer. Mas não fica por aqui muito tempo. Concluída a obra, parte para outro mosteiro beneditino com o mesmo intuito. Assim, em 1746, funda a botica de Santo Tirso e, nos anos seguintes, as de Paço de Sousa (1748), de São Bento de Lisboa (1752) e de Cucujães (1758). Neste périplo pelos mosteiros da Congregação, a fundar boticas e a trazer melhorias na assistência médica dos monges, frei João de Jesus Maria consolida os conhecimentos e torna-se

<sup>52</sup> Ana Paula Azevedo Duarte Araújo, *A arte de curar...*, cit., p. 25; João Rui Pita, *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*, Coimbra, Minerva, 1996, p. 292.

<sup>53</sup> João Rui Pita, *Farmácia, medicina e saúde...*, cit., p. 285-290.

uma referência na arte e ciência da farmácia. Em Santo Tirso, para onde regressou, e depois de uma longa carreira ao serviço da saúde, vai dar corpo ao *Tratado da Farmacopeia Dogmática Médico-Química e Teórico Prática*, impresso no Porto, em 1772, com dois volumes<sup>54</sup>. Torna-se o boticário mais afamado da Ordem de São Bento, fazendo escola na formação de novos seguidores<sup>55</sup>. Faleceu no Mosteiro de Santo André de Rendufe em 1795. Assim, esta personalidade, tão importante para a congregação de São Bento, não preside à criação da botica em Tibães, o mosteiro central desta Ordem em Portugal, a qual só surge em 1797.

Este percurso de formação, trabalho e escrita decorreu num tempo em que o galenismo estava lentamente a ser questionado perante as descobertas associadas à botânica e ao medicamento químico<sup>56</sup>. Alguns desses conhecimentos foram ficando patentes nas farmacopeias e tratados de medicina que estavam a ser publicados desde finais do século XVII, os quais eram conhecidos por frei João de Jesus Maria e influenciaram a obra deste boticário.

Destes anos de trabalho intenso para além da sua farmacopeia e das boticas que fundou, deixou, também, um bom conjunto de livros na biblioteca da botica de Refojos. Através da análise dessas obras, percebem-se as opções que fez e os conhecimentos científicos que foi adquirindo. São testemunho de uma preocupação constante pela atualização científica num Portugal que, ao longo do século XVIII, caminhou para o abandono das teorias galénicas em prol do medicamento químico, que já se vinha anunciando desde o século XVII. Frei João de Jesus Maria obteve em Coimbra um conhecimento sólido e amadurecido transmitido pelos clássicos, editados em latim durante o século XVI, mas ao longo da sua vida profissional vai trazer, também, para a práxis farmacêutica o novo saber proporcionado pelos iluministas.

Na biblioteca deixada em Refojos de Basto existiam os clássicos Dioscórides Anazarbeo<sup>57</sup>, com várias edições no século XVI, e do médico e botânico italiano Pietro Andrea Mattioli, também do mesmo século. O primeiro, na obra *Materia Médica* faz a descrição de inúmeras plantas, produtos animais e minerais e era,

<sup>54</sup> *Pharmacopea Dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica*, Porto Oficina de Antonio Alvares Ribeiro Guimarães, 1772. Ainda redige mais um terceiro volume dedicado às plantas exóticas, que não chega a publicar (Wellington Bernardelli Silva Filho, *Entre as mezinhas lusitanas...*, cit.).

<sup>55</sup> Wellington Bernardelli Silva Filho, *Entre as mezinhas lusitanas...*, cit., p. 76-97.

<sup>56</sup> João Rui Pita; Ana Leonor Pereira, “A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da botica do convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro)”, *Àgora, estudos clássicos em debate*, 14.1, (2012), p. 227-268 (<http://www2.dlc.ua.pt/classicos/11.Pita.pdf>); Dulce Freire (coord.), *Receitas e remédios...*, cit.

<sup>57</sup> Dioscórides foi impresso pela primeira vez em 1478 por P. d'Abano. No ano de 1499, foi dada à estampa a sua primeira edição em Grego por Roscius.

na época, a maior autoridade farmacológica. Como frei João de Jesus Maria estava atento às atualizações científicas, não deixa também de consultar a *Matéria Médica*, de Etienne François Geoffroy, editada em Veneza em 1742.

Para além destas obras básicas, encontram-se cinco farmacopeias de entre as várias publicadas em Portugal ao longo do século XVIII. Estas eram fundamentais para o bom exercício da profissão de boticário, que compilavam o conhecimento sobre drogas, fórmulas e processos de fabrico dos medicamentos<sup>58</sup>. Entre as de impressão nacional contam-se a *Pharmacopea Lusitana* de D. Caetano de Santo António, editada em Coimbra no ano de 1704, designada no registo desta biblioteca como *Pharmacopea de D. Caetano*. Obra que evidencia a forte influência galénica que predominava em Portugal naquela altura<sup>59</sup>. Este livro irá ter edições em 1711, 1725 e 1754, existindo em Refojos também esta última edição designada por *Pharmacopea Lusitana Reformada*. Aqui o medicamento químico já ocupa uma parte substancial do texto, com a inserção de novas fórmulas farmacêuticas e composições.

Da mesma forma, estão presentes os volumes da *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica*, da autoria do boticário Manuel Rodrigues Coelho (1685-1752), editada em Lisboa no ano de 1735<sup>60</sup>. Existe também a *Pharmacopea Geral para o Reino e Dominios de Portugal*, de Francisco Tavares, editada em 1794 e considerada, por alvará régio, fundamental para os interesses da saúde pública do país sendo, por isso, a primeira farmacopeia oficial portuguesa<sup>61</sup>. Obviamente que também não podia faltar a farmacopeia escrita pelo próprio frei João de Jesus Maria, que trata exaustivamente, tanto as matérias-primas necessárias à produção de medicamentos, como das próprias preparações farmacêuticas<sup>62</sup>.

De edições portuguesas contava-se, ainda, a *Polyanthea Medicinal: notícias Galenicas e Chymicas, repartidas em três tratados*, da autoria de médico João Curvo Semedo, editada em Lisboa em 1697, que foi dos livros mais famosos deste médico e que marcou a medicina em Portugal até meados do século XVIII. Nesta obra Semedo já defende o uso do medicamento químico, embora não exclua a teoria dos humores para explicar e tratar grande número

<sup>58</sup> Wellington Bernardelli Silva Filho, *Entre as mezinhas lusitanas ...*, cit., p. 53-54.

<sup>59</sup> *Idem, ibidem*, p. 55.

<sup>60</sup> Existe ainda uma terceira parte desta farmacopeia, editada em 1751 (Manuel Rodrigues Coelho, *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica*, terceira parte, Lisboa, Oficina de José da Silva da Natividade, 1751).

<sup>61</sup> Wellington Bernardelli Silva Filho, *Entre as mezinhas lusitanas ...*, cit., p. 64-68.

<sup>62</sup> João Rui Pita, *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*, Coimbra, Minerva, 1996, p.174.

de doenças. Também a obra de Duarte Madeira Arrais *Método de conhecer e curar o morbo gálico*, publicado em 1683, com anotações do também célebre médico Francisco da Fonseca Henriques. Trata-se de um livro particularmente importante para tratar uma doença nova, a sífilis, que grassou por toda a Europa depois do século XVI. E, por fim, no que respeita aos livros de botânica, a *História das Plantas*, da autoria de João Vigier, editada em 1718<sup>63</sup>. Este autor (1662-1723), de origem francesa, tinha formação boticária, mas estabeleceu-se como droguista em Portugal, entre os anos de 1677 e 1682, por influência de seu tio, Pedro Donadieu, que ocupava um importante cargo como boticário da Rainha. Destacou-se também pela expressiva quantidade de obras de interesse médico-farmacêutico de que foi autor.

A presença do medicamento químico está patente particularmente nas obras de dois autores: Johann Helfrich Jungken (1648-1726) que escreve *Lexicon chymico-pharmaceuticum*, com edições em 1710 e 1732; e no *Curso chimico*, do médico e químico francês Nicolas Lémery, editado em 1675, que durante todo século XVIII constituiu a maior referência química na Europa, tendo edições em várias línguas.

Todavia, quando mais tarde, em 1772, frei João de Jesus Maria publica a sua *Pharmacopeia dogmática*, faz questão de elencar os livros que considera fundamentais existirem numa botica para o bom exercício farmacêutico. Apresenta uma súmula de 37 livros, ficando patente a erudição que adquiriu ao longo da sua carreira no que respeita à farmácia e aos temas contíguos ao ofício de boticário. Já não se refere aos clássicos, entretanto substituídos por novos autores com um conhecimento científico mais atualizado, na área da química e da botânica, mas faz menção a alguns, existentes na botica de Refojos, que nos fazem concluir que, ou foram comprados por ele ou sob sua indicação<sup>64</sup>. Também já não recomenda os livros de João Vigier sobre botânica, dando agora preferência à obra de Lineu, considerado o pai da taxonomia moderna devido à obra *Sistema naturae*, editada pela primeira vez em 1735 e com sucessivas edições e atualizações ao longo do século<sup>65</sup>.

<sup>63</sup> *História das Plantas da Europa, e das mais uzadas que vem de Asia, de Afrfica, & da America onde se ve suas figuras, seus nomes, em que tempo florem e o lugar onde nacem, com hum breve discurso de suas qualidades e virtudes específicas*, Lion, Oficina de Anisson, Posuel et Rigaud, 1718.

<sup>64</sup> Maria Olga Portela Gonçalves de Paz Sequeira, “A botica do Mosteiro de S. Miguel de Refojos...”, cit., p. 83 e sgs.

<sup>65</sup> Maria Elice Brzezinski Prestes; Patricia Oliveira; Gerda Maísa Jensen, “As origens da classificação de plantas de Carl von Linné no ensino de biologia” in *Filosofia e História da Biologia*, v. 4, (2009), p. 108 (<http://www.abfhib.org/FHB/FHB-04/FHB-v04-04-Maria-Elice-Prestes-et-al.pdf>).

Em cerca de trinta anos, o tempo que medeia entre a constituição da botica de Refojos e a edição da sua farmacopeia, em 1772, muita coisa mudou no pensamento científico europeu. Frei João de Jesus Maria era um homem atento e atualizado, e se, em meados do século XVIII, acabado de sair de Coimbra, ainda trazia consigo o ensinamento dos clássicos e dos humanistas, mais tarde rende-se definitivamente aos iluministas e deixa de recomendar obras que não sejam de publicação mais recente. Predominam agora os tratados de química, mantendo-se a influência determinante de Lémery, e privilegiam-se os novos conhecimentos de botânica, assim como a aprendizagem sempre atualizada das várias farmacopeias que se vão editando.

Frei João de Jesus Maria pela formação, conhecimentos adquiridos e ação científica que desenvolve nos mosteiros da Congregação de São Bento, assume-se como um homem determinante na assistência médica aos monges beneditinos e às comunidades que gravitavam em volta dos mosteiros.

## Conclusão

Era pela portaria das gentes de pé, a principal ligação que os monges beneditinos tinham com o mundo exterior, através dos dois armários aí existentes, que se dava o apoio médico e o sustento alimentar a todos os que acorriam ao mosteiro em busca de alimento e de remédios. A cozinha e a botica tornam-se, assim, locais centrais da espiritualidade beneditina que, fiéis aos princípios de São Bento, impunham o acolhimento de todos. A força deste princípio e a necessidade do cuidado médico dos monges que viviam no interior de um qualquer cenóbio impeliu a Congregação de São Bento à fundação de enfermarias e boticas

No Portugal dos séculos XVII e XVIII, apesar da multiplicação de hospitais laicos e religiosos que se estava a verificar, os cuidados de saúde eram ainda parcos ou quase inexistentes, imperando a dificuldade em recrutar boticários com formação académica adequada. Os mosteiros esqueciam, por isso, os rigores da seleção, permitindo-se que se admitissem homens que não fossem cristãos velhos, ou que não tivessem sangue nobre, desde que tivessem o diploma de boticário. E se não houvesse botica deveria haver enfermaria, apetrechada com os alimentos e as alfaias necessárias ao provimento de alguns remédios, para os tratamentos que o monge enfermeiro, sob prescrição do médico, pudesse efetuar. Assim aconteceu em Tibães, com uma bem aparelhada enfermaria e proximidade às boticas de Braga, o que lhe permitiu adiar a instituição da Botica até aos finais do século XVIII. Já no Mosteiro de Refojos, a Ordem

Beneditina deu prioridade à melhoria da assistência aos enfermos, onde, pelo afastamento da cidade de Braga e pela ausência de outros cuidados médicos na região, a enfermaria se revelou insuficiente. E quando Frei João de Jesus Maria entra como noviço na Congregação, boticário encartado pela Universidade de Coimbra, começa por fundar uma botica neste cenóbio. Outras se lhe seguem, pois os mosteiros beneditinos careciam há muito deste serviço. E Frei João continua a progredir e a enriquecer os seus conhecimentos, fundando boticas e terminando, em 1772, por escrever a sua própria farmacopeia enquanto boticário de Santo Tirso.

A botica do Mosteiro de Refojos de Basto mantém-se em funcionamento por 90 anos, até à extinção das ordens religiosas em 1834, mostrando a relevância que este serviço continuou a ter para assistência aos monges e, também, à comunidade que aqui recorria. Como mostram as listas de devedores existentes em 1834, a esta vinham não apenas os mais carenciados, comprovando a excelência do serviço que a tornava um dos redutos de fármacos mais importantes da região de Basto.

Os dados que se conhecem sobre o funcionamento desta botica e também de outras, indicam que esta ação da Congregação foi fundamental para a assistência médica-farmacêutica da população. Constitui, por isso, um bom exemplo da máxima beneditina de a todos tratar como se fossem Cristo pessoa.

(Página deixada propositadamente em branco)

# **Uma alternativa revolucionária para o Serviço Nacional de Saúde? O jornal *Saúde pelo povo* (1975-1977)**

## **A revolutionary alternative to the National Health Service? The newspaper *Saúde pelo povo* (1975-1977)**

PIERRE MARIE

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais

pierregmarie@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0465-0660>

Texto recebido em / Text submitted on: 08/10/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 18/05/2021

### *Abstract*

The Portuguese revolutionary process (1974-1976) constituted a fundamental break for the construction of democracy in the country. Social movements were organized with a view to overcoming the inheritances of the authoritarian regime. In health, the period saw a set of initiatives emerge. The present article aims to portray the struggles for the conquest of the right to health from the study of the newspaper *Saúde pelo povo* (1975-1977). This publication became a spokesperson for health professionals and users for the construction of a National Health Service. The newspaper expressed an alternative project to the SNS presented in 1979. The study of *Saúde pelo povo* becomes essential to portray this revolutionary path to health in Portugal.

Keywords: Portuguese Revolutionary Process; Newspaper; Health.

### *Resumo*

O processo revolucionário português (1974-1976) constituiu uma ruptura fundamental para a construção da democracia no país. Movimentos sociais organizaram-se com vista a ultrapassar as heranças do regime autoritário. Na saúde, o período viu emergir um conjunto de iniciativas. O presente artigo visa retratar as lutas pela conquista do direito à saúde a partir do estudo do jornal *Saúde pelo povo* (1975-1977). Esta publicação tornou-se num portavoz dos profissionais da saúde e dos utentes para a construção de um Serviço Nacional de Saúde. O jornal exprimiu um projeto alternativo ao SNS apresentado em 1979. O estudo do *Saúde pelo povo* torna-se fundamental para retratar esta via revolucionária para a saúde em Portugal.

Palavras-chave: Processo revolucionário português; Jornal; Saúde.

## Introdução

O 25 de Abril de 1974 e os dois anos de processo revolucionário que se seguiram representaram uma extraordinária abertura de oportunidades para ultrapassar as heranças pesadas deixadas pelo regime autoritário do Estado Novo (1933-1974). Movimentos populares e sociais emergiram nos vários setores da sociedade com vista a democratizar e desenvolver um país fortemente marcado por quase 50 anos de ditadura. A criação de Comissões de Trabalhadores nas empresas, de Comissões de Moradores nos bairros e nas aldeias, o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo contribuíram para a aprendizagem da democracia e concretizaram a rutura com as bases do regime salazarista. A reestruturação do Estado e dos seus serviços veio responder a estes movimentos sociais, marcando o fim do autoritarismo.

A saúde constituiu um dos setores onde a necessidade de mudança se fazia mais premente. A natureza autoritária do regime e a pobreza estrutural no país traduziram-se por uma dramática situação sanitária. Escassas reformas tinham sido feitas no início da década de 1970, todavia foi o processo revolucionário que lançou as bases para a construção de um Serviço Nacional de Saúde (SNS), apesar de este apenas ter sido concretizado legalmente em 1979. O presente artigo procura perspetivar as experiências que alimentaram os projetos do SNS em Portugal a partir da análise do jornal *Saúde pelo povo*. Este periódico publicado entre fevereiro de 1975 e dezembro de 1977 constitui uma fonte rica de informações sobre a organização dos profissionais da saúde, bem como acompanha as iniciativas lançadas pelos movimentos sociais na área da saúde.

Os 20 números publicados pelo jornal – cuja lema era “A saúde não só deve servir o povo mas pertencer ao próprio povo” – não são apenas o espelho destas mobilizações, permitindo igualmente refletir sobre a definição de uma saúde revolucionária no contexto da construção da democracia em Portugal. O SNS desenhado pela lei de setembro de 1979, da autoria de António Arnaut, surge como um dos projetos em debate para a organização da saúde. O jornal *Saúde pelo povo* exprimiu um projeto alternativo para a saúde no futuro regime como expressão do poder popular e do socialismo.

O presente artigo procura mostrar a diversidade das iniciativas e das lutas travadas no setor da saúde com vista a cumprir as esperanças nascidas em 1974 em torno da construção de um Serviço Nacional de Saúde, consagrado no artigo 64º da Constituição de 1976. Este estudo baseia-se principalmente nos números do jornal *Saúde pelo povo* e em comunicados editados pelo coletivo. Este *corpus* foi complementado com o estudo de outros arquivos e de monografias que permitiram reconstituir a trajetória dos movimentos sociais durante o período

revolucionário e nos primeiros anos da democracia em Portugal. Apesar de diversas tentativas, não foi possível identificar os redatores do jornal – cujos artigos não estão assinados – com vista à realização de entrevistas.

A primeira parte do presente texto é dedicada a perspetivar a conquista do direito à saúde como um campo de luta no contexto do processo revolucionário português. Procura reconstituir as iniciativas levadas a cabo por diversos grupos e mostrar a importância da saúde nas reivindicações que emergiram após o 25 de Abril de 1974. A segunda parte centra-se no jornal *Saúde pelo povo*, no seu projeto bem como nas temáticas nele abordadas. A parte final do artigo procura traçar um esboço do projeto alternativo para a saúde expresso nas páginas do jornal e nos movimentos sociais do período. Permite reconstituir uma via revolucionária para a edificação de um Serviço Nacional de Saúde.

### **O direito à saúde como campo de luta**

No dia 25 de abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas colocou termo ao regime do Estado Novo com um golpe militar vitorioso. Ao longo desse dia, a população saiu à rua contrariando as ordens dos militares, transformando assim um golpe de Estado numa revolução. As massivas manifestações do Primeiro de Maio de 1974 contribuíram ainda mais para a concretização de um amplo processo revolucionário. O programa do Movimento das Forças Armadas, apresentado publicamente no dia 25, apontava três objetivos centrais: democratizar, descolonizar, desenvolver. Este programa previa o lançamento de “uma nova política social que, em todos os domínios, ter[ia] essencialmente como objetivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade da vida de todos os Portugueses”<sup>1</sup>.

O 25 de Abril de 1974 representou uma abertura de possibilidades políticas para a construção do novo regime em Portugal. Como notam Ricardo Noronha e Luís Trindade, “por detrás de toda a paixão e intensidade, a revolução foi movida pela convicção de que o futuro estava em aberto e que a sua forma dependeria do desfecho do combate político”<sup>2</sup>. Ao longo do processo revolucionário, diversos projetos políticos entraram em conflito para definir este futuro. Nesta abertura de possibilidade, diferentes cenários eram apontados: o regresso a uma ditadura de extrema direita, a tomada do poder pelo Partido Comunista,

<sup>1</sup> Orlando Neves (ed.), *Textos Históricos da Revolução*, Lisboa, Diabril Editora, 1976, p. 45.

<sup>2</sup> Ricardo Noronha, Luís Trindade, *Portugal, uma retrospectiva: 1974*, Lisboa, Públlico, Tinta-da-China, 2019, p. 22.

a emergência de um socialismo de base assente nos órgãos do poder popular ou uma normalização com uma democracia representativa com economia de mercado. Neste contexto, os movimentos sociais tiveram um papel fundamental na concretização das esperanças do 25 de Abril<sup>3</sup>. As lutas para a construção de um Serviço Nacional de Saúde foram parte integrante destes debates.

Em 1974, a situação sanitária da população era de facto dramática. As condições precárias em áreas como a habitação – com 25% da população a viver em casas sem condições de habitabilidade<sup>4</sup> – o trabalho e a alimentação traduziram-se por grandes falhas na saúde da população. Os surtos recorrentes de tuberculose no país comprovam estas condições de vida insalubres. Doença infeciosa intimamente ligada ao desenvolvimento económico, às condições de habitabilidade e à educação da população, a tuberculose infetou 131,8 casos por 100 000 habitantes em Portugal durante o ano de 1970<sup>5</sup>. Nesse mesmo ano, apenas 37,49% dos partos eram efetuados em estabelecimentos de saúde<sup>6</sup>. Em 1970, o país contava apenas 94 médicos e 158,9 enfermeiros por 100 000 habitantes<sup>7</sup> e, em 1974, as despesas do Estado em saúde representavam somente 0,3%<sup>8</sup> do total do seu orçamento.

Sob o consulado de Marcello Caetano, e de acordo com a doutrina do “Estado social”, o governo implementou em 1971 uma ampla reforma da saúde no país liderada pelo Ministro Baltazar Rebelo de Sousa. Reconhecendo o “direito à saúde”, esta reforma assentou na criação de um Ministério próprio, na implementação de uma rede nacional de centros de saúde e na generalização da Previdência para os trabalhadores<sup>9</sup>. No entanto, a permanência de um regime autoritário limitou em grande medida a concretização deste direito à saúde. A taxa de cobertura da saúde era apenas de 58% em 1974, atingindo os 100% no

<sup>3</sup> Pedro Ramos Pinto, *Lisbon Rising. Urban social movements in the Portuguese Revolution, 1974-75*, Manchester/New York, Manchester University Press, 2013.

<sup>4</sup> José António Bandeirinha, “Serviço Ambulatório de Apoio Local” in António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos (ed.), *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril*, Volume 7, Figueirinhas, Porto, 2018, p. 357-365.

<sup>5</sup> PORDATA, “Tuberculose: casos por 100 mil habitantes”, (<https://www.pordata.pt/Portugal/Tuberculose+casos+por+100+mil+habitantes-608>, consultado em 2020.10.06).

<sup>6</sup> PRODATA, “Partos em estabelecimentos de saúde (%)”, ([https://www.pordata.pt/Portugal/Partos+em+estabelecimentos+de+sa%C3%bade+\(percentagem\)-606](https://www.pordata.pt/Portugal/Partos+em+estabelecimentos+de+sa%C3%bade+(percentagem)-606), consultado em 2020.10.06).

<sup>7</sup> PORDATA, “Médicos e outro pessoal de saúde por 100 mil habitantes”, (<https://www.pordata.pt/Portugal/M%C3%A9dicos+e+outro+pessoal+de+sa%C3%bade+por+100+mil+habitantes-639>, consultado em 2020.10.06).

<sup>8</sup> PORDATA, “Despesas do Estado em saúde: execução orçamental em % do PIB”, (<https://www.pordata.pt/Portugal/Despesas+do+Estado+em+sa%C3%bade+execu%C3%A7%C3%A3o+or%C3%A7amental+em+percentagem+do+PIB-855>, consultado em 2020.10.06).

<sup>9</sup> António de Correia Campos, “Um serviço nacional de saúde em Portugal: aparência e realidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20 (1986), p. 601-618.

ano de 1978<sup>10</sup>, sinal dos bloqueios do autoritarismo e das mudanças introduzidas com o regresso à democracia.

A queda do regime salazarista permitiu a mobilização de inúmeros setores em prol da saúde. Destacam-se três áreas centrais: a reestruturação do aparelho de Estado, as lutas dos profissionais de saúde e as iniciativas dos movimentos sociais. O programa do primeiro governo provisório apresentado a 15 de maio de 1974 projetava o “lançamento das bases para a criação de um serviço nacional de saúde ao qual tenham acesso todos os cidadãos”<sup>11</sup>. Em novembro de 1974, a Secretaria do Estado da Saúde publicou um documento intitulado *Subsídios para o lançamento das bases do Serviço Nacional de Saúde* visando definir uma política global<sup>12</sup>. Iniciou-se uma reorganização do aparelho de Estado com vista a reforçar o papel estatal na prestação de cuidados de saúde<sup>13</sup>. Após 1974, a construção de um Serviço Nacional de Saúde apareceu como “projeto de política de saúde”<sup>14</sup>.

O grande desafio era então o de dotar o aparelho de Estado de meios para esta prestação. Em dezembro de 1974, o Decreto-Lei nº704/74 iniciou a nacionalização dos hospitais distritais e concelhios pertencentes às Misericórdias para a sua inclusão num futuro Serviço Nacional de Saúde<sup>15</sup>. Em fevereiro de 1975 foram criadas as Comissões Integradoras de Serviços de Saúde Locais (CISSL) que contribuíram para a democratização da saúde ao envolver a comunidade e os trabalhadores da saúde na gestão das unidades de cuidados primários<sup>16</sup>. A reorganização das carreiras dos profissionais de saúde também concorreu para a democratização do direito à saúde. Em junho de 1975 foi instituído o Serviço Médico à Periferia (SMP) que irá vigorar até 1982<sup>17</sup>. O SMP tinha como objetivo a colocação de jovens médicos que tinham concluído o primeiro ano do internato em regiões com grandes carências em termos de saúde e constituía uma garantia ao acesso a uma especialidade. O SMP visava implementar uma saúde comunitária, assente na medicina de grupo.

<sup>10</sup> Manuel Valente Alves, “Saúde” in António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos (ed.), *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril*, Volume 7, Figueirinhas, Porto, 2018, p. 325-330.

<sup>11</sup> Orlando Neves (ed.), *Textos Históricos...*, cit., p. 71.

<sup>12</sup> Secretaria de Estado da Saúde, *Subsídios para o lançamento das bases do Serviço Nacional de Saúde*, Lisboa, IN-CM, 1974.

<sup>13</sup> António de Correia Campos, “Um serviço...”, cit., p. 601-618.

<sup>14</sup> Graça Carapinheiro e Margarida Gameiro Pinto, “Políticas de saúde num país em mudança: Portugal nos anos 70 e 80”, *Sociologia*, 3 (1987), p. 79.

<sup>15</sup> Diário do Governo, Decreto-Lei nº704/74, n.º285/1974 (1974), 1º Suplemento, Série I de 7 de dezembro de 1974.

<sup>16</sup> António de Correia Campos, “Um serviço...”, cit., p. 601-618.

<sup>17</sup> Diário da República, Decreto-Lei nº.580/76, n.º169/1976 (1976), Série I de 21 de julho de 1976.

O serviço foi extinto em 1982 com a criação da carreira de Clínico Geral e a implementação de uma rede local no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.

A implementação do Serviço Cívico Estudantil (SCE) em maio de 1975<sup>18</sup> contribuiu para outras iniciativas no setor da saúde. Criado para fazer face à falta de vagas nas universidades portuguesas, o SCE desenvolveu atividades educativas e culturais sob a forma de brigadas estudantis<sup>19</sup>. Os estudantes foram colocados nas regiões rurais do país que apresentavam maiores carências. Desenvolveram atividades de educação sanitária e de saúde comunitária participando assim ativamente na melhoria do acesso à saúde e no esclarecimento da população. Fora do âmbito do SCE, outras organizações de estudantes participaram neste esforço de divulgação de informações sanitárias e no apoio a ações tão importantes como, por exemplo, campanhas de vacinação.

Em abril de 1976 a entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa representou mais um marco fundamental para o projeto de um SNS assente numa visão global da saúde. O artigo 64º do texto constitucional estipula o “direito à proteção da saúde”:

“Pela criação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito, pela criação de condições económicas, sociais e culturais que garantam a proteção da infância, da juventude e da velhice e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo”<sup>20</sup>.

As mobilizações dos trabalhadores da saúde constituíram um segundo polo nestas iniciativas para as bases de um SNS. O caso da Clínica de Santa Cruz sintetiza as lutas destes profissionais. A 28 de dezembro de 1974, os trabalhadores da Clínica de Santa Cruz ocuparam as instalações reivindicando a sua nacionalização num contexto de salários em atraso<sup>21</sup>. A Comissão de Trabalhadores do Hospital de Santa Maria – Hospital universitário de Lisboa – apoiou a ocupação que alcançou a nacionalização do estabelecimento em março de 1975<sup>22</sup>. As outras categorias de profissionais de saúde mobilizaram-se igualmente por melhores condições de trabalho mas também pela conquista do

<sup>18</sup> Diário do Governo, Decreto-Lei nº270/75, n.º124/1975 (1975), Série I de 30 de maio de 1975.

<sup>19</sup> Maria Luísa Brandão Tiago de Oliveira, *O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977): estudantes e povo numa conjuntura revolucionária*, Lisboa, ISCTE, 2000.

<sup>20</sup> Portugal, Constituição da República Portuguesa de 1976, Lisboa, INCM, 1979.

<sup>21</sup> Trabalhadores do Hospital de Santa Cruz, “Os Trabalhadores do Hospital de Santa Cruz alertam, denunciam e apelam a solidariedade”, 1974.

<sup>22</sup> A Capital, “Trabalhadores do Hospital de Santa Maria ocupam Clínica de Santa Cruz”, 15 de março de 1975.

direito à saúde da população. A própria iniciativa de publicar um jornal como o *Saúde pelo povo* enquadra-se neste objetivo duplo. Em março de 1976, os enfermeiros lançaram uma greve maciça que se tornou fundamental para o reconhecimento da categoria profissional<sup>23</sup>.

O Movimento de Saúde Comunitária, criado em abril de 1977, juntou médicos, enfermeiros, assistentes sociais e tinha por objetivo incentivar a participação da população na instalação do Serviço Nacional de Saúde<sup>24</sup>. A maioria dos membros dos órgãos sociais tiveram funções de delegados de saúde no âmbito da primeira rede de centros de saúde criada em 1971. Liderado por António Melich Cerveira, o Movimento de Saúde Comunitária lançou iniciativas que prefiguraram as bases de um serviço público de saúde assente na comunidade.

Os movimentos sociais que emergiram no país tiveram um papel importante nestas iniciativas em prol de uma democratização da saúde. As Comissões de Moradores que foram constituídas nos bairros lutavam por um projeto global que não se limitou à habitação. Desenvolveram atividades de alfabetização, de construção de infraestruturas mas também de educação para a saúde. O movimento associativo contribuiu, por sua vez, para uma democratização das práticas desportivas, recebendo apoio da Direção-Geral dos Desportos na promoção de modos de vida mais saudáveis<sup>25</sup>. O movimento sindical também participou nas reivindicações na área da saúde com a organização do I Congresso Nacional de Saúde em abril de 1975.

O movimento das clínicas populares constituiu um caso fulcral para o entendimento da interligação entre os movimentos sociais e os projetos de democratização do direito à saúde. Segundo os dados recolhidos, a experiência da Clínica Popular Comunal da Cova da Piedade em Almada foi uma das primeiras a surgir no Portugal revolucionário. Iniciou-se quando populares apoiados por militantes da Liga de Unidade e Ação Revolucionária (LUAR) ocuparam o palacete António José Gomes a 28 de fevereiro de 1975<sup>26</sup>. Aí instalaram uma clínica especializada em saúde materno-infantil<sup>27</sup>. A Clínica Popular Comunal da Cova da Piedade procurou também fazer educação sanitária

<sup>23</sup> José Correia Azevedo, *Greve de 1976: A greve que mudou a enfermagem*, Porto, Sindicato dos Enfermeiros, 2006.

<sup>24</sup> Movimento de Saúde Comunitária, “Como surgiu o movimento?”, sem data.

<sup>25</sup> Direcção-Geral dos Desportos, *O desporto na actual sociedade portuguesa: O ENDO e o JUVENDO*, Lisboa, Centro de Documentação e Informação, Ministério de Educação e Investigação Científica, 1975.

<sup>26</sup> Fernando Pereira, “Ocupação de palacete na Cova da Piedade para instalação de uma clínica popular” in Pedro Brinca e Etelvina Baia (ed.), *Memórias da Revolução no distrito de Setúbal. 25 anos depois*, Volume I, “Setúbal na Rede”, 2001, p. 201-204.

<sup>27</sup> Manuela Tavares, *Aborto e contracepção em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

para que a “própria população constitua uma arma na luta pela verdadeira saúde do povo”<sup>28</sup>. Esta experiência desencadeou outras ocupações em março de 1975 como o Centro Popular de Saúde no Barreiro e o Hospital do Povo na Parede.

### ***Saúde pelo povo, um jornal de luta***

A publicação do jornal *Saúde pelo povo* a partir de fevereiro de 1975 inseriu-se nesta preocupação de definir a saúde como uma urgência para o país, bem como um campo de luta no contexto do processo revolucionário. O jornal conheceu um primeiro período de publicação regular entre fevereiro e setembro de 1975 com a publicação de 6 números, tendo havido um intervalo de três meses entre os números 5 e 6. A publicação suspendeu então durante alguns meses para reiniciar com o número 7 em fevereiro de 1976. Esta paragem foi justificada nas colunas do jornal com uma necessária reorganização do coletivo e das suas modalidades de ação no decorrer do 25 de novembro de 1975. Esta segunda série teve uma existência mais errática, embora regular, com a publicação de 13 números até dezembro de 1977, mais um número especial publicado na ocasião das eleições autárquicas de dezembro de 1976.

É de salientar a continuidade do jornal num contexto político e social em que muitas outras publicações tiveram uma existência mais efémera. A extensão do jornal variou entre 6 a 8 páginas, sinal de um trabalho profícuo do coletivo que editou o *Saúde pelo povo*. A partir do número 7, o formato do jornal foi alterado para um tamanho mais pequeno o qual se manteve até ao final da publicação. Dada a sua extensão e os seus ricos conteúdos, a publicação *Saúde pelo povo* fornece uma informação pormenorizada sobre os projetos alternativos para a organização da saúde e sobre as iniciativas levadas a cabo neste setor pelos movimentos sociais e populares. As páginas do jornal, bem como as atividades do coletivo permitem delinear um esboço de um Serviço Nacional de Saúde alternativo.

Apesar de várias pesquisas e contactos, não foi possível identificar os redatores do jornal, que não contam com assinaturas nos artigos. O coletivo definiu-se nos primeiros números como um grupo de trabalhadores da saúde, mas sem nunca providenciar mais pormenores sobre a composição da equipa de redação. Dado o conteúdo do jornal, percebe-se uma proximidade com os movimentos de extremo-esquerda sem, no entanto, aparecer nenhuma referência clara a nenhum deles. O envolvimento deste coletivo nos movimentos sociais da época ficou provado

<sup>28</sup> Clínica Popular Comunal da Cova da Piedade, “Uma conquista do 25 de Abril: Uma realidade do poder popular”, 1977.

com a instalação da sede do jornal em Lisboa. À semelhança de inúmeros grupos políticos e movimentos sociais, o coletivo resolveu ocupar um andar na Avenida 5 de Outubro (176, 5º Esquerdo), informação tornada pública no número 4 de maio de 1975. Os primeiros meses do ano de 1975 foram marcados por ondas de ocupação a nível nacional que se aceleraram no seguimento da tentativa de golpe a 11 de março e da radicalização do processo revolucionário que dele resultou. O coletivo justificou a ocupação da seguinte forma:

“Dado o alargamento do trabalho do jornal e a sua larga difusão e aceitação pelos doentes e trabalhadores da saúde, sentiu-se a necessidade de o jornal funcionar em instalações próprias. Assim, decidiu ocupar uma casa devoluta, à semelhança do que milhares de trabalhadores têm vindo a fazer, uma vez que o jornal apenas vive da sua venda e não possui condições materiais para satisfazer as rendas exorbitantes exigidas pelos senhorios. A ocupação de novas instalações veio não só permitir um trabalho mais rentável aos colaboradores do jornal, mas também possibilitar a utilização das instalações para reuniões, debates, e outras atividades, no campo da saúde”<sup>29</sup>.

A interrupção temporária de alguns meses entre os números 6 (setembro de 1975) e 7 (fevereiro de 1976) deveu-se à alteração do contexto político e social no seguimento do 25 de novembro de 1975. Após as operações militares desse dia, a ala mais radical das Forças Armadas foi afastada definitivamente do poder e a aliança dos moderados e da direita tomou a conduta do processo revolucionário encaminhando-o para o seu fim<sup>30</sup>. No número de reinício, o coletivo do jornal mostrou-se consciente da necessidade de fazer evoluir o seu projeto editorial. Segundo o coletivo, “a modificação da situação depois do 25 de novembro mostrou-nos mais claramente a necessidade de ligação aos órgãos de vontade popular”<sup>31</sup>.

Seguiu-se uma maior aproximação aos órgãos de poder popular para junto deles desenvolver um trabalho de esclarecimento e de organização política. Importava então para os redatores:

“Sair das quatro paredes, contactar directamente com os moradores dos bairros, os trabalhadores das fábricas, os camponeses das herdades e das cooperativas, organizados nos seus órgãos de vontade popular, e ouvir os seus problemas, estudá-los, e pôr directamente ao seu serviço os conhecimentos que já reunimos”<sup>32</sup>.

<sup>29</sup> Saúde pelo povo, ““Saúde pelo povo” já tem sede”, 4, maio de 1975, p. 4.

<sup>30</sup> Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso, *Abril nos quartéis de Novembro*, Amadora, Bertrand, 1979.

<sup>31</sup> Saúde pelo povo, “Editorial: A hora é de luta”, 7, fevereiro de 1976, p. 1.

<sup>32</sup> Saúde pelo povo, “3 iniciativas do jornal”, 7, fevereiro de 1976, p. 2.

A leitura deste *corpus* revela um jornal de luta, profundamente comprometido com as reivindicações dos trabalhadores da saúde e dos movimentos populares para a conquista do direito à saúde. A experiência do *Saúde pelo povo* não se limitou à publicação do jornal mas traduziu igualmente no terreno o projeto dos seus promotores. Editaram e partilharam comunicados, organizaram debates sobre a saúde, cursos de primeiros socorros e ainda exposições. Para além destas atividades multifacetadas, o próprio conteúdo do jornal revela uma proximidade com a realidade retratada, seja ela as condições de cuidados nos serviços hospitalares, as condições de vida nos bairros carenciados, as condições de trabalho em obras ou ainda as lutas contra a instalação de centrais nucleares. Os artigos redigidos pelo grupo tomaram a forma de reportagens que constituem uma fonte rica de informações sobre o período através de inúmeras entrevistas. Traduzem assim um envolvimento direto dos seus redatores, uma ânsia em ir para o terreno de forma a não só reproduzir fielmente a realidade das lutas na saúde mas também nelas participar.

A parte seguinte do presente texto centrar-se-á no esboço de projeto para a saúde expresso nas páginas do *Saúde pelo povo*. Pretende-se aqui apresentar uma estrutura do jornal a partir dos assuntos nele abordados. Para facilitar a análise, os artigos do jornal foram divididos em cinco temáticas construídas no processo de estudo dos seus conteúdos. Estas temáticas pretendem restituir o projeto editorial do jornal. São as seguintes: “Editoriais e atividades do jornal” (33 artigos); “Lutas nos hospitais” (45); “Condições de vida e de trabalho da população” (39); “Organização da saúde” (38); “Informações internacionais” (12). A repartição estatística dos artigos revela um foco particular nas lutas travadas pelos trabalhadores nos hospitais principalmente visível nos primeiros números do jornal.

### **Repartição dos artigos do *Saúde pelo povo* por temáticas**

Nº	Temáticas	Número de artigos (%)
1	Editoriais e atividades do jornal	33 (20%)
2	Lutas nos hospitais	45 (27%)
3	Condições de vida e de trabalho da população	39 (23%)
4	Organização da saúde	38 (23%)
5	Informações internacionais	12 (7%)
-	Total	167 (100%)

Os artigos da primeira temática “Editoriais e atividades do jornal” permitem definir os posicionamentos do jornal através dos editoriais (presentes em cada número) e das descrições das atividades levadas a cabo pelo coletivo como a

dinamização de debates, de sessões de esclarecimento e de cursos de formação junto de organizações populares de base.

Na segunda temática “Lutas nos hospitais”, os artigos abordam as inúmeras lutas que ocorreram nos hospitais após abril de 1974 sobre assuntos como o saneamento das chefias, questões laborais e de acesso à saúde, com foco particular nos estabelecimentos da região de Lisboa.

Os artigos da temática “Condições de vida e de trabalho da população” procuraram abordar uma dimensão mais global da saúde ao questionar temas como a habitação, os acidentes de trabalho, a poluição ou ainda a energia nuclear. Nos artigos sobre a “Organização da saúde” os redatores apontam para as falhas na organização dos cuidados de saúde em Portugal, com foco sobre a Previdência, o Serviço Médico à Periferia, providenciando também artigos de esclarecimento sobre a saúde. Finalmente a temática “Informações internacionais” relata experiências no campo da saúde no Chile, no Vietname, na Albânia, na Argélia, na Tanzânia e em Moçambique.

### **Uma via revolucionária para o Serviço Nacional de Saúde**

O jornal *Saúde pelo povo* contribuiu para a expressão de uma via revolucionária para a organização da saúde no novo regime através do conteúdo do jornal, bem como das atividades realizadas pelo coletivo. O período revolucionário foi propício à exploração de novos caminhos políticos, económicos e sociais que inevitavelmente tiveram consequências no setor da saúde. Para o médico Carlos Leça da Veiga, que participou na experiência da Clínica Popular da Cova da Piedade, surgiu nessa altura uma “concepção nova de saúde”<sup>33</sup>. Trata-se nesta parte do presente texto de dar conta do esboço de definição de uma saúde revolucionária que transpareceu nas páginas do *Saúde pelo povo*. Não se limitando a fazer o diagnóstico do estado da saúde em Portugal entre 1975 e 1977, o coletivo do jornal apontou para uma cura através da construção de um Serviço Nacional de Saúde integrado numa organização socialista da sociedade e da economia.

Nas páginas do jornal *Saúde pelo povo*, destacam-se quatro pilares fundamentais para a definição de uma saúde revolucionária assente na construção deste Serviço Nacional de Saúde alternativo: a saúde definida como um problema político e económico; um Serviço Nacional de Saúde ao

<sup>33</sup> Carlos Leça da Veiga, “A saúde e os movimentos populares: um testemunho”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20 (1986), p. 589.

serviço dos trabalhadores; um trabalho digno para os profissionais da saúde; e finalmente uma saúde definida globalmente, não se limitando à instituição de cuidados mas envolvendo as condições de trabalho, a habitação e as preocupações ambientais.

Em primeiro lugar, os redatores do jornal definiram a saúde como um problema político e económico. Logo no primeiro número enunciaram que “na sociedade capitalista em que vivemos, verificamos que o Hospital é um espelho dessa sociedade, onde existem exploradores e explorados, ainda que o patrão seja o Estado”<sup>34</sup>. Apelaram à organização dos trabalhadores para ultrapassar o sistema capitalista, causa da dramática situação sanitária no país. Para o coletivo, apenas a construção de um sistema socialista permitiria garantir o acesso universal à saúde. As páginas do jornal e as próprias ações realizadas incentivaram a unidade dos trabalhadores da saúde e dos doentes nas lutas contra o capitalismo e o imperialismo.

O *Saúde pelo povo* desenvolveu uma caracterização da medicina burguesa “posta ao serviço do capitalismo, existe para tratar os capitalistas e as suas doenças próprias e para devolver ao operário a sua capacidade de produzir que ele tinha perdido por se encontrar doente”<sup>35</sup>. O jornal definiu assim o seu programa:

“Denunciar o carácter de classe burguesa da medicina, mostrar claramente que todo o sistema da saúde continua a servir a burguesia nacional e os monopólios estrangeiros, mostrar as carências que existem no campo da saúde (seja a inexistência duma Medicina Preventiva, seja a falta de cuidados sanitários e assistenciais, dos mais rudimentares aos mais especializados)”<sup>36</sup>.

Esta medicina de classe produto do sistema capitalista tem, para o coletivo, consequências diretas no perfil dos doentes presentes nos hospitais do país:

“São velhos doentes que já produziram aquilo que tinham a produzir para esta sociedade capitalista. São crianças cujos pais têm ordenados baixos que não lhes permite interná-los nas clínicas caras. São pedreiros, carpinteiros, metalúrgicos, estivadores, camponeses pobres de todo o País, operários das fábricas, mulheres trabalhadoras, etc. que já não estavam em estado de trabalhar e que o seu internamento no hospital mais não pretende que pô-los novamente em condições mínimas de trabalhar”<sup>37</sup>.

<sup>34</sup> Saúde pelo povo, “Editorial: Não podemos cruzar os braços”, 1, fevereiro de 1975, p. 1.

<sup>35</sup> Saúde pelo povo, “Editorial: Condições de trabalho e doença”, 3, abril de 1975, p. 1.

<sup>36</sup> Saúde pelo povo, “Editorial”, 6, setembro de 1975, p. 5.

<sup>37</sup> Saúde pelo povo, “Editorial: Quem são os doentes dos hospitais?”, 2, março de 1975, p. 1.

Para o jornal, a saúde não pode constituir um campo de luta autónomo, mas deve sim ser integrada num combate político global. A meta de um sistema socialista assente numa ampla participação dos trabalhadores representa um horizonte para a concretização do direito à saúde:

“A luta contra a doença começa pela luta contra o desemprego, pelo direito ao trabalho, pela recusa de ritmos exaustivos de trabalho, pela melhoria de todas as condições de trabalho, pela protecção da mulher grávida no trabalho, construção de creches pela luta por cantinas com alimentação gratuita e equilibrada, redução imediata dos preços dos produtos de primeira necessidade, pelo direito à habitação (construção de casas condignas para o Povo que agora vive em barracas e em casas sem condições), construção de redes de esgotos, construção de centros de saúde e profilaxia da doença com esclarecimento ao Povo da necessidade de higiene [sic] e da importância dela no aparecimento de muitas doenças”<sup>38</sup>.

Consequência da integração da saúde numa luta geral para a transformação da sociedade, o *Saúde pelo povo* apelou à organização dos trabalhadores pela conquista do direito à saúde. Para o jornal “ninguém resolverá estes problemas básicos de saúde a não ser as próprias massas organizadas nos seus órgãos unitários de base e cada vez mais unidas numa luta comum”<sup>39</sup>. Esta postura explica o envolvimento do grupo junto das lutas da população, mas, igualmente o apoio dado à candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho à presidência da República em junho de 1976 e às listas de unidades populares nas autárquicas de dezembro do mesmo ano.

O segundo pilar deste projeto passa por garantir o direito à saúde com a construção de um Serviço Nacional de Saúde para os trabalhadores. A concretização deste direito, consagrado na Constituição de 1976, constitui uma meta fundamental para o jornal. Pretende-se assim assegurar o acesso universal aos cuidados de saúde, bem como a qualidade desta assistência nos hospitais e centros de saúde. Um dos apelos recorrentes do jornal foi este: “Lutemos por uma Medicina ao serviço dos TRABALHADORES!”<sup>40</sup>.

Para além das questões de acesso célere aos serviços de saúde, os artigos do *Saúde pelo povo* mostraram uma preocupação com as condições de higiene nos hospitais, ou a qualidade da alimentação fornecida aos doentes. Focaram-se igualmente em problemáticas mais globais, como a gestão da Previdência

<sup>38</sup> Saúde pelo povo, “Editorial”, 4, maio de 1975, p. 1.

<sup>39</sup> Saúde pelo povo, “O ‘Saúde pelo povo’ apoia a candidatura popular de Otelo”, 1976?, p. 1.

<sup>40</sup> Saúde pelo povo, “Editorial: Condições de trabalho e doença”, 3, abril de 1975, p. 2.

e o financiamento da saúde, a organização da indústria farmacêutica ou a sensibilização da população para a importância da vacinação. A construção de um Serviço Nacional de Saúde público e acessível aos trabalhadores constituiu uma meta fundamental para o jornal:

“O problema das análises, assim como o das radiografias e muitos outros, está ligado ao problema geral da saúde.

Só quando se montar um Serviço Nacional de Saúde que funcione tendo em vista a resolução dos problemas de todos e não ser a doença, como o é actualmente, uma fonte de lucros ou de privilégios para alguns, é que aspectos como o das análises e tantos outros serão resolvidos de modo a servirem verdadeiramente a população”<sup>41</sup>.

Uma modalidade fulcral para a construção do SNS apontada pelo jornal encontra-se na necessidade de participação dos doentes e utentes na gestão da saúde no país. O coletivo exprimia assim esta preocupação: “somos levados a pensar que a solução do problema terá de passar pelo principal interessado (e vítima) – o doente. Este tem de tomar consciência daquilo a que tem indiscutivelmente direito – o de ser bem tratado”<sup>42</sup>. Daí uma crítica fundamental colocada aos diversos projetos de SNS apresentados:

“Os partidos da coligação sempre falavam ao Povo em projectos de Serviço Nacionais de Saúde a construir, mas poucas diferenças se notavam entre eles, pois nenhum tinha a participação do Povo na sua elaboração, porque ao fim e ao cabo ninguém pretendia modificar as estruturas de base da saúde”<sup>43</sup>.

E o reforço da necessidade de participação e de informação dos doentes e utentes:

“As condições de saúde e tratamento sejam no hospital ou fora dele só podem ser resolvidas quando houver uma participação dos mais interessados, isto é, dos doentes.

É preciso dizer aos doentes o que se passa, não é escondendo-lhes seja o que for que conseguirmos pôr o hospital ao serviço do Povo e não ao serviço da burguesia, como sempre esteve e continua a estar”<sup>44</sup>.

---

<sup>41</sup> Saúde pelo povo, “Quem lucra com as análises?”, 18, outubro de 1977, p. 4.

<sup>42</sup> Saúde pelo povo, “O médico de chamadas”, 2, março de 1975, p. 5.

<sup>43</sup> Saúde pelo povo, “Editorial”, 4, maio de 1975, p. 1.

<sup>44</sup> Saúde pelo povo, “Editorial: Quem são os doentes dos hospitais?”, 2, março de 1975, p. 2.

O *Saúde pelo povo* militou igualmente por um trabalho digno para todos os profissionais do setor da saúde. Este terceiro pilar assentou no envolvimento dos trabalhadores na gestão dos hospitais, dos centros de saúde, mas igualmente das outras instituições sanitárias. Passou pela garantia de um trabalho digno assente na eliminação das desigualdades entre as diversas categorias de trabalhadores e pelo saneamento das administrações comprometidas com o antigo regime autoritário. O jornal deu voz às classes menos visíveis dos profissionais tal como as empregadas de limpeza, as auxiliares de enfermagem ou ainda as trabalhadoras das cantinas hospitalares, categorias sobretudo constituídas por mulheres.

Foi notória, ao longo das páginas do jornal, uma crítica direta aos privilégios de alguns médicos, acusados de explorar o povo com os lucros realizados nas clínicas privadas. Apelidados de “latifundiários da Medicina”<sup>45</sup>, num paralelo óbvio com o campo de luta da Reforma Agrária, os seus privilégios constituíam um entrave à gestão democrática da saúde e à concretização do direito à saúde. Para o jornal:

“A grande divisão capitalista do trabalho passa-se entre o grupo dos médicos e as outras categorias profissionais. É o passar pela Universidade que dá o poder de decidir sobre o internamento ou a alta de um doente, assim como da terapêutica. [...] A enfermagem é a mera executante das decisões dos senhores Doutores, nunca sendo esclarecida sobre a situação do doente, nem sequer assistindo, na maioria dos casos, à discussão dos casos clínicos, embora na prática seja ela quem contacta mais tempo com os doentes, prestando assim a única forma de assistência durante as restantes 20 horas do dia em que não existem médicos na maioria dos hospitais”<sup>46</sup>.

O saneamento das unidades de saúde representa um passo decisivo para a democratização da sua gestão. Trata-se de concretizar a mudança de regime no seio dos hospitais e dos centros de saúde. O *Saúde pelo povo* apelou assim à necessidade de organização dos trabalhadores da saúde:

“Sem estarmos organizados por locais de trabalho, não podemos ser consequentes na denúncia do tipo de medicina que se pratica, nem sequer apoiar as massas populares na luta por uma medicina que as sirva. [...]”

O jornal continua a apoiar os trabalhadores da saúde na sua luta por aumentos de salários, melhores condições de trabalho, valorização profissional, contra a corrupção e na vigilância anti-fascista nos locais de trabalho, não esquecendo a importância que os trabalhadores da saúde têm na

<sup>45</sup> Saúde pelo povo, “Editorial: A saúde continua doente”, 17, junho/julho de 1977, p. 2.

<sup>46</sup> Saúde pelo povo, “Editorial: Não podemos cruzar os braços”, 1, fevereiro de 1975, p. 1.

modificação da actual relação trabalhador da saúde-doente que muitas vezes assume formas repressivas<sup>47</sup>.

Finalmente, o *Saúde pelo povo* apresenta uma definição global da saúde, longe de se limitar aos cuidados primários. Os artigos publicados pelo jornal revelam uma consciência de que a saúde da população está intimamente ligada às suas condições de vida e de trabalho. Numerosas reportagens publicadas pelo jornal descrevem os acidentes do trabalho em determinadas empresas e a grande precariedade habitacional que afetava as classes populares sobretudo na periferia das cidades.

Mas o jornal também se envolveu na salvaguarda do ambiente como fator de saúde, uma temática emergente na época. O *Saúde pelo povo* denunciou a poluição dos rios e as doenças ligadas às substâncias perigosas. O jornal tomou igualmente uma posição contra a energia nuclear:

“Nós dizemos que não. Hoje em muitos países desenvolvem-se esforços para o aproveitamento de outras formas de energia e para uma utilização mais recional [sic] das usadas hoje em dia. Nós cremos ser esse o sentido em que se deverão orientar os esforços”<sup>48</sup>.

Não se limitando a advogar pela construção de um Serviço Nacional de Saúde em Portugal, o jornal *Saúde pelo povo* apresentou, através dos seus artigos e iniciativas, um esboço para um projeto revolucionário de SNS com vista a materializar o direito à saúde para os trabalhadores.

## Conclusão

Nas páginas do jornal *Saúde pelo povo* transparece um projeto de organização da saúde em Portugal enraizado nos movimentos populares que surgiram durante o processo revolucionário. O coletivo de redatores defendeu assim um Serviço Nacional de Saúde que tomasse o contrapé da “medicina burguesa” produto do sistema capitalista. Este projeto de SNS assentava então nas respostas às necessidades dos trabalhadores e numa visão global da saúde integrando a habitação, as condições de trabalho e ainda as preocupações ambientais. Trata-se de uma via alternativa aos projetos defendidos na altura pelos principais

<sup>47</sup> *Saúde pelo povo*, “Editorial”, 6, setembro de 1975, p. 5.

<sup>48</sup> *Saúde pelo povo*, “Central Atómica de Ferrel: Dois campos se defrontam”, 11, agosto de 1976, p. 7.

partidos políticos. O coletivo mostrava pouco entusiasmo relativamente à concretização do SNS nos moldes previstos pelo governo: “esse SNS é uma coisa muito longínqua muito abstracta e que aparecerá sabe-se lá como, enquanto os problemas de saúde do nosso Povo são muito presentes, muito concretos e muito graves”<sup>49</sup>.

O projeto de Serviço Nacional de Saúde conheceu, no entanto, avanços significativos em setembro de 1979 com a aprovação de uma lei defendida por António Arnaut<sup>50</sup>, Ministro dos Assuntos Sociais do II Governo Constitucional, que terminou o seu mandato no verão de 1978. Abriu-se então um período de governos de iniciativa presidencial, sendo a lei que cria o Serviço Nacional de Saúde aprovada no último, liderado por Maria de Lourdes Pintasilgo. Porém, o projeto de organização da saúde no país entrou em vigor numa altura de recuo das heranças do período revolucionário. Segundo Manuel Valente Alves: “a 15 de setembro de 1979, através da Lei nº56, é criado o Serviço Nacional de Saúde consagrado na Constituição, numa altura em que o projeto político, definido na mesma Constituição (uma sociedade sem classes) já estava ultrapassado”<sup>51</sup>.

Boaventura de Sousa Santos descreve a trajetória da implementação do SNS em Portugal da seguinte forma:

“O período 1976-1980 caracteriza-se por um impasse total em que as várias tentativas de implantar o SNS são sucessivamente bloqueadas. Em 1980 inicia-se um período novo em que o Estado inicia o lançamento de um novo modelo de prestação de cuidados de saúde, diferente do consignado na Constituição e, também, parcialmente diferente do defendido pela Ordem dos Médicos. Trata-se de um modelo cujos contornos se vão definindo com as sucessivas actuações estatais, mas que em geral se propõe “desideologizar” as políticas de saúde, submetendo estas a critérios de rentabilidade económico-financeira”<sup>52</sup>.

Após um período revolucionário marcado por uma multiplicidade de projetos políticos, económicos e sociais – onde se inseriu o projeto defendido pelo *Saúde pelo povo* – os anos 1980 foram marcados pelo afastamento destes projetos revolucionários através de uma normalização da situação nacional e da sua aproximação ao modelo em vigor na Europa comunitária. Em 1982, data de primeira revisão constitucional que marcou o fim do Conselho da

<sup>49</sup> Saúde pelo povo, “Editorial: Ano Novo. Vida nova ou vida velha?”, 14, janeiro de 1977, p. 3.

<sup>50</sup> Diário da República, Lei n.º56/79, n.º214/1979 (1979), Série I de 15 de setembro de 1979.

<sup>51</sup> Manuel Valente Alves, “Saúde...”, cit., p. 330.

<sup>52</sup> Boaventura de Sousa Santos, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-19880)*, Porto, Edições Afrontamento, 1990, p. 231-232.

Revolução, a gratuidade do acesso ao Serviço Nacional de Saúde consagrada na Constituição, foi posta em causa com a introdução de taxas moderadoras em fevereiro. Foram também definidas indemnizações elevadas às Misericórdias devido às nacionalizações de estabelecimentos de saúde que ocorreram durante o período revolucionário<sup>53</sup>.

Num artigo de 1986 em pleno governo de Aníbal Cavaco Silva, Graça Carapinheiro e Margarida Gameiro Pinto identificaram três projetos para a saúde em Portugal:

“No fundo, coexistem três projetos de política de saúde: a lei do SNS, ainda neste momento sem plena execução; um projeto governamental de serviço nacional de saúde que substituiria a lei anterior, defendendo uma “forma mista” para o sistema de saúde português; o projeto de sistema nacional de saúde da Ordem dos Médicos, baseado na chamada “medicina convencionada””<sup>54</sup>.

As autoras identificaram fluxos orçamentais para o setor privado e apontaram para uma forma de reprivatização do setor da saúde. A segunda revisão constitucional de 1989 marcou um novo recuo da herança revolucionária ao permitir a privatização dos setores económicos nacionalizados em 1975. No setor da saúde, a mudança do texto constitucional foi igualmente significativa. O objetivo de um Serviço Nacional de Saúde “gratuito” foi substituído pelo eufemismo “tendencialmente gratuito”. O Estado a quem incumbia “orientar a sua acção para a socialização da medicina e dos sectores médico-medicamentosos” passou desde então a ter como missão “a socialização dos custos dos cuidados médicos e medicamentosos”<sup>55</sup>.

A implementação do Serviço Nacional da Saúde evoluiu assim para um crescente peso do setor privado na prestação de cuidados. A sua trajetória mostra um distanciamento progressivo do espírito contido na primeira lei do SNS de 1979, bem como do texto constitucional na sua versão original de 1976. A leitura do jornal *Saúde pelo povo* mostra que ao lado destes diversos projetos para a organização da saúde em Portugal, existia um esboço, por certo ainda com zonas de sombra, para um Serviço Nacional de Saúde de natureza revolucionária, assente no acesso universal aos cuidados, na participação dos trabalhadores e dos utentes na gestão, mas igualmente na inserção do setor da saúde no campo mais global das lutas políticas para o futuro do país.

<sup>53</sup> Graça Carapinheiro, “Políticas de saúde...”, cit., p. 73-109.

<sup>54</sup> Graça Carapinheiro, “Políticas de saúde...”, cit., p. 88.

<sup>55</sup> Diário da República, Lei Constitucional n.º1/89, n.º155/1989 (1989), 1º Suplemento, Série I de 8 de julho de 1989.

Para as comemorações dos 40 anos do SNS, o site governamental apresentou uma cronologia que aponta 1979 como o “Ano Primeiro do Serviço Nacional de Saúde”<sup>56</sup>. As páginas do *Saúde pelo povo* revelam no entanto que, ao contrário desta narrativa oficial, a história do SNS em Portugal não nasceu com a lei de 1979. Este jornal mostra igualmente que o projeto de SNS que foi escolhido constituía apenas um dos projetos e não a única via para a concretização do direito à saúde em Portugal. Uma destas vias alternativas passava pela apropriação dos meios de prestação de cuidados e pela construção de um Serviço Nacional de Saúde para os trabalhadores. O jornal *Saúde pelo povo* foi uma das vozes que militaram por este projeto revolucionário para a saúde em Portugal.

---

<sup>56</sup> Ministério da Saúde, Serviço Nacional de Saúde, 40 anos do SNS (2020), (<https://40anos.sns.gov.pt/>, consultado em 2020.10.06).

(Página deixada propositadamente em branco)

*Varia*

(Página deixada propositadamente em branco)

# **Gestão financeira em Lisboa entre dois reinados e um terramoto: as despesas municipais (1706-1777)\***

## **Financial management in Lisbon between two reigns and an earthquake: municipal expenses (1706-1777)**

PATRÍCIA COSTA  
Universidade de Lisboa, CSG/GHES – ISEG  
patriciacostavalente@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-8519-5235>

Texto recebido em / Text submitted on: 28/07/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 31/05/2021

### *Abstract*

This study fits into the historiography on the evolution of the management of local public finance and its importance in the construction of Early Modern European States. The analysis of Lisbon, the Portuguese capital, in the 18th century, covering the reigns of D. João V and D. José, a period of political transformations, also marked by the 1755 earthquake, aims to reveal behaviours in terms of financial administration concerning the municipal expenditure. The hypothesis is that the proximity to the Court may contribute to specific behaviours, and also that an extraordinary event (earthquake) may have served as a trigger for new changes. Thus, the evolution of expenditure flows in the main municipality of the kingdom is explored, assessing the undertaken administrative policies and the impact of the conjuncture on those expenses.

**Keywords:** Public finances; Municipal expenditure; Earthquake 1755; Early Modern period; Lisbon.

### *Resumo*

Este estudo enquadra-se na historiografia sobre a evolução da administração das finanças públicas locais e a sua importância na construção dos Estados Modernos Europeus. A análise de Lisboa, a capital portuguesa, no século XVIII, abrangendo os reinados de D. João V e de D. José, um período de transformações políticas, também marcado pelo terramoto de 1755, pretende revelar comportamentos em termos de gestão financeira no que respeita às despesas municipais. A hipótese é a de que uma proximidade à Corte possa contribuir para comportamentos específicos, e ainda de que um evento extraordinário (terremoto) possa ter servido de impulsionador de novas mudanças. Explora-se, assim, a evolução dos fluxos de despesas do principal município do reino, avaliando-se as políticas administrativas enctetadas e o impacto da conjuntura nessas despesas.

**Palavras-chave:** Finanças públicas; Despesa municipal; Terramoto 1755; Período Moderno; Lisboa.

\* Estudo realizado no âmbito de um projeto financiado pela Fundação para Ciência e Tecnologia, com participação pelo POCH/FSE e por Fundos Nacionais do MCTES (SFRH/BPD/116295/2016). A autora agradece os comentários dos revisores.

## Introdução

A historiografia internacional tem destacado a análise das finanças públicas pelo seu papel de relevo na formação dos Estados Europeus, na época moderna. A gestão das finanças públicas locais é, frequentemente, analisada como uma forma de arrecadação do capital necessário à concretização de objetivos políticos<sup>1</sup>. Assim, a concentração de capital nas cidades dava-lhes um certo poder de negociação com o Estado<sup>2</sup>. Estudos das relações entre os Estados e as cidades na Europa Moderna demonstram que, se uma parte considerável da receita do Estado era arrecadada através de impostos, outra procedia de pedidos de verbas às cidades, sendo essa receita investida em questões de política externa. Paralelamente, as cidades financiavam infraestruturas locais, essenciais ao crescimento económico dos Estados<sup>3</sup>.

Em Portugal, a historiografia tem evidenciado uma procura, por parte da coroa, de controlo das finanças municipais no período moderno, com o objetivo de reduzir os abusos das oligarquias locais e de garantir a boa arrecadação da terça régia<sup>4</sup>. Dentro desse período, o reinado de D. José foi marcado por reformas administrativo-financeiras, no sentido de uma crescente centralização e organização administrativa, as quais tiveram impacto nas relações da coroa com os poderes locais<sup>5</sup>. Este é um dos motivos que leva a que grande parte dos

<sup>1</sup> V.g. Richard Bonney (ed.), *Economic Systems and State Finance*, Oxford, Clarendon Press, 1995; Richard Bonney (ed.), *The Rise of the Fiscal State in Europe, c. 1200-1815*, New York, Oxford University Press, 1999; José I. Andrés Ucendo e M. Limberger (ed.), *Taxation and Debt in the Early Modern City*, Londres, Pickering & Chatto, 2012.

<sup>2</sup> Charles Tilly, “Cities and States in Europe, 1000-1800”, *Theory and Society*, v. 18, 5 (1989), p. 563-584; Wim Blockmans, “Voracious states and obstructing cities. An aspect of state formation in Preindustrial Europe”, *Theory and Society*, v. 18, 5 (1989), p. 733-755.

<sup>3</sup> V.g. José I. Andrés Ucendo e M. Limberger, “Introduction” in J. I. Andrés Ucendo e M. Limberger (ed.), *Taxation and Debt in the Early Modern City*, Londres, Pickering & Chatto, 2012, p. 1-11; Agnès Arnaud, “Les travaux publiques en Roussillon au XVIIIe siècle, l’ordonnance de 1757 de l’intendant De bon” in Gilbert Larguier (ed.), *Pouvoirs municipaux et pouvoir royal em Roussillon et en Languedoc XVIe-XVIIe siècle*, Perpignan, Presses Universitaires, 2006, p. 123-130.

<sup>4</sup> A Terça régia correspondia à terça parte das rendas próprias municipais, destinando-se à coroa para defesa do reino (*Ordenações Filipinas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, Lv. I, 62, §67).

<sup>5</sup> V.g. Luís N. Rodrigues, “Um século de Finanças Municipais: Caldas da Rainha (1720-1820)”, *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, 7 (1992), p. 49-69; José V. Capela, “Estudo Introdutório” in J. V. Capela (ed.), *O Minho e os seus municípios: estudos económicos-administrativos sobre o município português nos horizontes da Reforma Liberal*, Braga, Universidade do Minho, 1995, p. 52-172; Margarida S. Neto, “Poder central e poderes locais na época pombalina”, *Revista Século XVIII: as origens do Estado Moderno*, v. I, 1 (2000), p. 177-182; Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo. Évora 1750-1820*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, p. 353-354; Patrícia Costa, *Finanças e Poder na Cidade do Porto (1706-1777). Do registo à fiscalização, estabilidades e ruturas*, Porto, FLUP, 2014

estudos sobre a administração municipal portuguesa se concentre no reinado de D. José e períodos subsequentes<sup>6</sup>.

Neste artigo pretende-se recuar ao reinado de D. João V, de modo a perceber o que mudou (ou não) com as reformas ocorridas no reinado de D. José, usando como observatório o município de Lisboa, entre 1706 e 1777, centro nevrálgico da economia e política do reino. Destaque-se a sua especificidade, o seu posicionamento geográfico no centro do território, e o facto de ser uma cidade portuária, razões que contribuíram para que assumisse “a função de direcção dos destinos do país, o que implicava uma estreita e muito próxima relação com o poder central, característica que irá marcar e acompanhar não só toda a história da evolução administrativa de Lisboa, como as relações entre a sua élite dirigente e o governo do reino”<sup>7</sup>. Lisboa, “uma das maiores cidades europeias”, era o maior centro urbano português, apesar do terramoto no século XVIII, com mais três quartos de população do que o Porto, segunda cidade do reino<sup>8</sup>.

No mesmo sentido, Fonseca analisa a administração da câmara de Lisboa no contexto da política de reforma pombalina pela singularidade do município enquanto capital do reino<sup>9</sup>. O estudo de Costa demonstra que a aplicação das reformas administrativas do reinado de D. José teve diferentes graus de eficácia a nível local, distinguindo-se de forma evidente o município de Lisboa face aos restantes, designadamente pela imposição de legislação específica ao nível da administração financeira<sup>10</sup>. Julga-se que o interesse da coroa pelos recursos financeiros de Lisboa prender-se-ia não só com o facto de esta ter uma potencial receita superior à dos outros municípios<sup>11</sup>, mas também, e principalmente, pela própria necessidade de desenvolvimento, nomeadamente de infraestruturas, de um espaço que era também a Corte do reino. O presente estudo pretende explorar esta segunda hipótese.

(Tese de Doutoramento), p. 63-65, 337-364; Patrícia Costa, “As finanças municipais em Portugal no século XVIII: autonomia vs centralismo”, *Ler História*, 73 (2018), p. 134-135.

<sup>6</sup> V.g. José V. Capela, *Entre-Douro e Minho 1750-1830. Finanças, administração e bloqueamentos estruturais no Portugal Moderno*, Braga, Universidade do Minho, 1987 (Tese de Doutoramento); Teresa Fonseca, *Absolutismo...*, cit.; Ana M. T. Sousa, *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Post-Pombalina*, Funchal, CEHA, 2004.

<sup>7</sup> Paulo J. Fernandes, *As faces de Proteu. Elites Urbanas e o Poder Municipal em Lisboa de Finais do Século XVIII e 1851*, Lisboa, CML, 1999, p. 14. Este estudo apresenta um capítulo (p. 59-84) sobre a administração financeira de Lisboa desde o reinado de D. José, analisando as contas sobretudo a partir de 1765.

<sup>8</sup> José V. Serrão, “O quadro humano” in J. Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, v. 4, p. 62-63.

<sup>9</sup> Teresa Fonseca, “O município de Lisboa na política pombalina de absolutismo esclarecido”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2<sup>a</sup> série, 2 (2014), p. 167-168.

<sup>10</sup> Patrícia Costa, *As finanças...*, cit., p. 123-144.

<sup>11</sup> Veja-se: Paulo J. Fernandes, *As faces...*, cit., p. 61.

Acresce ainda a análise do possível impacto do terramoto de 01/11/1755 nos fluxos e caracterização da despesa municipal, por Lisboa ser amplamente afetada pela destruição, com repercussões, nomeadamente a nível das estruturas de administração económico-financeira, imprescindíveis na reconstrução do espaço concelhio<sup>12</sup>. Uma vertente dos estudos de catástrofes naturais tem demonstrado o seu impacto ao nível de medidas económico-financeiras perante a necessidade de recuperação e de preaver desastres futuros. Nos territórios dos Países Baixos, por exemplo, verifica-se uma mobilização de dinheiro para limitar as perdas económicas causadas pelas cheias do século XVI ao XVIII, embora, ao contrário do terramoto de Lisboa, as cheias fossem uma constante nesses territórios e não um evento pontual. Entre as estratégias de gestão do risco de inundação, o estudo destaca a da recuperação, em que se incluem planos de reconstrução de infraestruturas que obrigam a contrair empréstimos a longo prazo, com baixas taxas de juro, feitos por proprietários de terras às administrações regionais<sup>13</sup>.

Não está entre os objetivos da nossa análise a questão específica de caracterização do crédito municipal, mas antes uma visão mais abrangente da evolução da distribuição das despesas municipais de Lisboa<sup>14</sup>. Coloca-se a hipótese da catástrofe de 1755 ser usada como pretexto para uma maior interferência da coroa na gestão dos fluxos de despesa ao serviço de necessidades prioritárias. Ou seja, aferem-se as decisões e a ação dos poderes públicos face a um momento crítico de recuperação<sup>15</sup>. Que alterações existem no perfil das despesas municipais após a catástrofe? Dar-se-á prioridade às despesas “fixas”, pré-existentes, ou às novas que surgem após o terramoto? Serrão refere, aliás, um grande financiamento das obras de reconstrução da capital por parte da coroa e do município<sup>16</sup>. Segundo Pereira houve um aumento dos preços de materiais de construção e dos salários ligados à reconstrução nos anos imediatos ao terramoto, agravando o custo da reconstrução<sup>17</sup>.

<sup>12</sup> V.g. José V. Serrão, “Os impactos económicos do terramoto” in A. C. Araújo *et al.* (org.), *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 141-163.

<sup>13</sup> Milja Van Tielhof, “After the Flood. Mobilising Money in Order to Limit Economic Loss (the Netherlands, Sixteenth-Eighteenth Centuries)” in G. Nigro (ed.), *Gestione dell’acqua in europa (XII-XVIII Secc.): selezione di ricerche*, Firenze, Firenze University Press, 2018, p. 393-411.

<sup>14</sup> De qualquer modo, remete-se para a análise do mercado de crédito em Lisboa, pós-terremoto, a qual conclui, entre outros aspectos, que “um segmento da população sobrevivente desentesorou níveis extraordinários de ouro” apesar dos sinais de um maior risco para o credor com necessidade de maiores garantias (Leonor F. Costa, M. M. Rocha e P. B. Brito, “Os impactos do terramoto de 1755 no mercado de crédito de Lisboa”, *Ler História*, 72 (2018), p. 99).

<sup>15</sup> Na linha dos estudos que defendem o terramoto como uma oportunidade para a implementação de reformas políticas (v.g.: José Subtil, *O terramoto político (1755-1759): memória e poder*, Lisboa, UAL, 2007; Álvaro S. Pereira, “The Opportunity of a Disaster: The Economic Impact of the 1755 Lisbon Earthquake”, *The Journal of Economic History*, 69, 2 (2009), p. 466-499).

<sup>16</sup> José V. Serrão, *Os impactos...*, cit., p. 158.

<sup>17</sup> Álvaro S. Pereira, *The Opportunity...*, cit., p. 480-484.

Por todo o exposto, pretende-se definir e analisar a evolução da estrutura das despesas municipais de Lisboa enquanto reflexo das políticas administrativo-financeiras levadas a cabo pela câmara de Lisboa e pela coroa, entre os reinados de D. João V e de D. José.

### **Fontes e metodologia**

O *corpus documental* define-se a partir dos registos contabilísticos das despesas, sob administração camarária, e ainda de legislação e correspondência. A presente investigação respeita a organização financeira municipal à época<sup>18</sup>, centrando-se nas séries de despesa do Arquivo Municipal de Lisboa:

- “Livros de folhas de ordenados a cargo do tesoureiro da cidade”: registo anual das despesas ordinárias, fixas (ordenados e propinas de oficiais camarários, juros, esmolas), e de despesas de carácter mais diverso e variável, que a documentação identifica como despesas por mandados (autorizadas por mandado camarário)<sup>19</sup>.

- “Livros de folhas de juros e ordenados a cargo do almoxarife do real de água no vinho” e “Livros de folhas de juros e ordenados a cargo do almoxarife do real de água na carne”: registo das despesas ordinárias relativas a juros, ordenados da administração dos reais de água e pagamentos de cera à Casa de Santo António<sup>20</sup>. Registam ainda despesas diversas autorizadas por mandados, nomeadamente com obras públicas ou festividades, seguindo uma estrutura de registo similar à dos livros do tesoureiro acima descritos<sup>21</sup>.

Os resumos das contas do tesoureiro da cidade, verificadas pelo contador da fazenda da cidade e pelo provedor dos contos da câmara, registam-se frequentemente nos livros de receita geral das rendas da cidade, sendo elaborados

<sup>18</sup> Sobre a organização financeira municipal portuguesa: Patrícia Costa, *As finanças...*, cit., p. 123-144.

<sup>19</sup> No período analisado, há ainda anos, como o de 1746, em que o recebedor da fazenda da cidade assume a administração das contas ao invés do tesoureiro (Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Livro de folhas de ordenados a cargo do recebedor da cidade, 1624-1768). As referências documentais deste arquivo aqui apresentadas permitem a total recuperação da informação, embora não incluam cotas (pelas suas constantes alterações, inclusive no período de execução deste estudo).

<sup>20</sup> O senado da câmara de Lisboa era padroeiro da Casa de Santo António e aí se guardou durante algum tempo o cofre das três chaves (Eduardo F. de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, CML, 1882, v. 10, p. 564 e v. 16, p. 522-525).

<sup>21</sup> Para além das despesas a que se consignavam os reais de água, a câmara podia dispor do seu saldo financeiro para despesas diversas. Assim, em alguns anos, assentam-se nas folhas dos reais de água a entrega dessas verbas ao tesoureiro da cidade (v.g. Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 1, p. 186; AML, Livro de folhas de juros e ordenados a cargo do almoxarife do real de água na carne, 1758-1765, s/fl.).

em função tempo de serviço do tesoureiro, podendo agregar períodos superiores a um ano. Para além dos totais da despesa da folha de ordenados do tesoureiro, constam destes resumos outras parcelas de totais de despesas sob administração camarária, tais como: realete da limpeza, calcadas, rua dos Ourives do Ouro (despesas com obras públicas); luminárias, Corpo de Deus (cerimónias públicas)<sup>22</sup>.

Note-se que, desde 1765, a escrituração das contas municipais de Lisboa passou a seguir o método do “deve” e “há de haver”, juntando receitas e despesas anuais num só livro<sup>23</sup>. No presente artigo, o cruzamento de fontes e o estudo aprofundado dos registos de contas demonstraram que o livro de receita e despesa de 1766, aqui em análise, não compreende as despesas do real de água da carne<sup>24</sup>. A justificação é dada por Oliveira: embora, desde 1765, a gestão da despesa do real de água do vinho passe a estar a cargo do tesoureiro da cidade, só a partir de 1767 sucede o mesmo com o real de água da carne<sup>25</sup>. Logo, apenas desde 1767 estaria completa a centralização das contas municipais de Lisboa.

Em termos metodológicos, optou-se por uma análise das despesas por cortes cronológicos, de um ano em cada década, resultando numa amostra de 8 anos (1706, 1716, 1726, 1736, 1746, 1756, 1766, 1776)<sup>26</sup>. Procedeu-se ainda ao tratamento de informação das despesas em categorias pré-definidas: aplicação da justiça, assistência e obras pias, cerimónias públicas, incêndios, juros, militar, não referido (quando a fonte não refere o motivo da despesa), obras públicas, saúde e trabalho administrativo<sup>27</sup>.

<sup>22</sup> O registo destas despesas remete para livros próprios, os quais não chegaram todos aos nossos dias, impossibilitando o levantamento discriminado e sistemático das mesmas. Também a série dos livros de receita geral se encontra incompleta (AML, Livros da Receita Geral das rendas da Cidade).

<sup>23</sup> Patrícia Costa, *As finanças...,* cit., p. 138.

<sup>24</sup> AML, Livro de receita e despesa, 1766-1767; Livro de folhas de juros e ordenados a cargo do almoxarife do real de água na carne, 1766.

<sup>25</sup> Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 1, p. 187-188.

<sup>26</sup> O ano de 1706 é um ano de transição com o reinado anterior. Por falecimento do almoxarife do real de água da carne de 1746, o registo anual foi dividido em dois semestres, só chegando à atualidade o livro do segundo semestre, a partir do qual se procedeu à reconstituição dos valores anuais: AML, Livro de folhas de juros e ordenados a cargo do almoxarife do real de água na carne, 1746-1747. Apenas em 1766 e 1776 os totais anuais de despesa apresentados nas fontes correspondem à soma das parcelas de despesa analisadas. Nos restantes anos existe, frequentemente, desfasamento entre os valores levantados e os totais das fontes, por vários fatores: erros da época, dificuldade em distinguir as despesas efetivamente pagas das que ficam por pagar, inexistência de registo de valores totais anuais, etc. Os valores apresentados neste artigo correspondem aos valores levantados, de acordo com o que, pela análise do registo, se considerou ter sido pago anualmente.

<sup>27</sup> Ao nível dos cortes cronológicos e das categorias de despesa adotou-se a metodologia de Patrícia Costa, *Finanças e Poder...,* cit., p. 40-52, 189-191.

A esta introdução seguem-se duas partes e considerações finais. Na primeira, define-se e analisa-se a estrutura da despesa de Lisboa no conjunto dos anos. Na segunda, avalia-se e compara-se a evolução da distribuição das despesas municipais nos dois reinados, procurando evidenciar paralelismos e disparidades.

### **Despesa municipal de Lisboa (1706-1777): uma visão de conjunto**

O estudo da distribuição do conjunto das despesas municipais de Lisboa por categorias, ao longo dos cortes temporais definidos, demonstra que mais de 80% dos gastos se concentram em obras públicas, juros e trabalho administrativo; ultrapassando os 90% se lhes juntarmos as despesas com as cerimónias públicas (quadro 1).

Quadro 1: Distribuição das despesas Municipais de Lisboa por categorias (1706, 1716, 1726, 1736, 1746, 1756, 1766, 1776)

Categorias	Valores nominais (réis)	%
Obras Públicas	236.538.956	34
Juros	211.125.985	31
Trabalho Administrativo	141.184.417	21
Cerimónias Públicas	67.210.854	10
Assistência e Obras Pias	7.900.787	1
Militar	7.497.077	1
Saúde	6.278.164	1
Não referido	5.346.315	1
Incêndio	2.210.122	0
Aplicação da Justiça	1.223.429	0
Total	686.516.106	100

Fontes: AML: Livros de folhas de ordenados a cargo do tesoureiro da cidade, 1706-1709; 1716-1717; 1726-1727; 1624-1771 (1736); 1756-1819. Livro de folhas de ordenados a cargo do recebedor da cidade, 1624-1768 (1746). Livros de folhas de juros e ordenados a cargo do almoxarife do real de água na carne, 1706-1707; 1716-1722; 1726-1727; 1727-1728, fl. 119; 1736-1737; 1746-1747; 1756; 1766-1767; Livros de folhas de juros e ordenados a cargo do almoxarife do real de água no vinho, 1706; 1716-1717; 1726-1730; 1736-1737; 1746-1747; 1756-1757. Livros de Receita Geral das Rendas da cidade, 1717-1719, fl. 108; 1747-1748, fl. 77; 1757-1760, fl. 69. Livros de receita e despesa, 1766-1767; 1776-1777.

O somatório das despesas com obras públicas e das despesas com juros representa mais de 60% na despesa total. Na verdade, o impacto das obras públicas é ainda maior se tivermos em consideração que parte dos juros resultam da necessidade de verbas para obras públicas, como se verá adiante.

Como se referiu na introdução, até ao surgimento do registo contabilístico conjunto, em meados da década de 1760, determinadas despesas registavam-se em resumos de contas elaborados de acordo com o tempo de serviço do tesoureiro. Tal impediu a contabilização de algumas despesas com obras públicas, por não ser possível isolar o valor anual relativo aos anos analisados. Assim, por exemplo, na tomada de contas ao tesoureiro Pedro Vicente da Silva, pelos anos de 1704, 1705 e 1706, registam-se despesas com obras do triénio, sem discriminação de valores anuais<sup>28</sup>. Ou seja, atesta-se que a categoria das obras públicas teria uma maior representatividade, mas não se pode afirmar que tal alteraria significativamente o quadro das despesas apresentado nesta investigação, uma vez que a questão se coloca também noutras categorias.

De um modo geral, no período analisado, os registos de despesa evidenciam que o pagamento de obras públicas em Lisboa se destina à construção e manutenção de edifícios públicos, abertura, limpeza e manutenção de estradas e calçadas, melhoramento de cais, abastecimento de água e à reconstrução após o terramoto. O facto de não haver um registo detalhado do destino de cada verba para obras públicas em todos os anos, mas antes valores conjuntos, não permite estabelecer de modo rigoroso as áreas com maiores gastos, embora estudos já realizados permitam identificar algumas tendências, como se verá adiante.

Algumas das despesas enquadradas em obras públicas poderiam também integrar-se em saúde pública, por se destinarem à limpeza das ruas da cidade. Aliás, o imposto do “realete da limpeza”, de dois reais acrescentados na cobrança dos reais de água, foi instituído por D. Pedro II para suportar os elevados custos da limpeza da cidade<sup>29</sup>. À preocupação da coroa e do senado de Lisboa com a saúde pública, nomeadamente com a prevenção da propagação de epidemias, junta-se a necessidade de se manter uma boa circulação e embelezamento, notados pelo rei, sobretudo durante as celebrações públicas<sup>30</sup>. Também a nível

<sup>28</sup> AML, Livro de Receita Geral das Rendas da Cidade, 1704-1720, fl. 36-39v. Embora este registo remeta para os livros das calçadas, a pesquisa no arquivo revelou só existirem livros de registo das folhas das obras e calçadas, em anos intercalados, desde 1708.

<sup>29</sup> *Treslado do Regimento de 22 de dezembro de 1702* in Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 11, p. 534-536 (em nota). Nos anos analisados utilizaram-se os valores totais desta despesa registados em parte dos livros de receita geral e das folhas dos reais de água consultados (*vide Quadro 1*).

<sup>30</sup> António A. S. Barros, “Em defesa do ambiente da cidade: o papel regulador do poder real e do Senado de Lisboa”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2<sup>a</sup> série, 2 (2014), p. 121.

militar a limpeza era relevante, pois, no início do século XVIII, a participação na guerra de Sucessão Espanhola “obrigava a que fossem tomadas medidas de natureza defensiva, o que exigia as praias, trincheiras e fortés da marinha desimpedidos de entulhos, para uma mobilidade eficaz em caso de ataque”<sup>31</sup>.

O endividamento urbano e sua ligação aos pedidos de verbas por parte do Estado têm sido analisados em estudos internacionais, identificando-se uma estreita relação financeira entre as cidades e o Estado. Por exemplo, em Madrid, capital da coroa espanhola, no século XVIII, a dívida ocupava um papel de relevo nos gastos municipais, atestando-se ainda um aumento dos serviços e donativos estabelecidos pela coroa, maioritariamente destinados a despesas militares<sup>32</sup>. Em Antuérpia, no período moderno, a despesa mais representativa era o pagamento da dívida pública (sob a forma de anuidades), a qual teve origem no financiamento de despesas do poder central, de obras públicas e de fortificação<sup>33</sup>.

Em Lisboa confirmam-se práticas similares. Assim, por exemplo, um alvará régio de 1624 autorizou a câmara de Lisboa a vender padrões de juro sobre as rendas da cidade, sendo a verba arrecadada destinada ao apresto das naus do socorro da Índia<sup>34</sup>. Aliás, os impostos dos reais de água na carne e no vinho, sob administração municipal desde o século XVII, destinam-se essencialmente ao pagamento de juros, originados, em parte, por pedidos régios para despesas do Estado<sup>35</sup>.

Entre os credores de juros do município de Lisboa contam-se pessoas particulares e instituições como: Misericórdias do reino, Real Casa de Santo António, Conventos e Congregações, Hospital Real de Todos os Santos, entre outros.

Mas o endividamento municipal é superior ao valor das despesas com juros porque existiam também dívidas acumuladas por falta de pagamento em anos anteriores, não sujeitas a juros, que se integraram neste estudo dentro de cada uma das categorias de despesa. É o caso do pagamento do ordenado ao escrivão das entradas dos vinhos pelo quarto quartel de 1704 (trabalho administrativo) executado no ano de 1706<sup>36</sup>. Ou, em 1736, o pagamento ao vedor das obras públicas pelas várias vistorias que se lhe ficaram a dever do ano de 1734 (obras

<sup>31</sup> Paula Serafim, “Tentativas para uma eficaz limpeza urbana de Lisboa nos princípios do século XVIII”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 1ª série, 10 (2009/10), p. 95.

<sup>32</sup> Carlos de la Hoz García, *Hacienda y fiscalidad en Madrid durante el Antiguo Régimen (1561-1833)*, Madrid, Instituto de Estudios Fiscales, 2007, p. 97-116.

<sup>33</sup> Michael Limberger, “The making of the Urban Fiscal System of Antwerp until 1800” in J. I. Andrés Ucendo e M. Limberger (ed.), *Taxation and Debt in the Early Modern City*, Londres, Pickering & Chatto, 2012, p. 131-147.

<sup>34</sup> AML, Livro 1º de juros do tempo dos Filipes, 1502-1630, fl. 50-50v.

<sup>35</sup> Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 1, p. 185-186.

<sup>36</sup> AML, Livro de folhas de ordenados a cargo do tesoureiro da cidade, 1706-1709, fl. 223.

públicas)<sup>37</sup>. Existem igualmente casos de juros pagos tardiamente, por exemplo, o juro de Francisco António Soares da Silva pelo quarto quartel de 1756 foi pago com 10 anos de atraso, em 1766<sup>38</sup>.

Também ao nível do imposto da décima (com destino ao exército), cobrado sobre determinados gastos com juros e trabalho administrativo, se verificaram falhas no pagamento, ficando em dívida, executada por ordens régias em anos posteriores. Exemplificando: em 1716, o rei ordenou que os almoxarifes dos reais de água e o recebedor da fazenda da cidade entregassem as importâncias da décima procedentes das folhas do ano anterior (1715) aos assentistas do Alentejo<sup>39</sup>. Os registos de pagamentos da décima classificaram-se como despesa militar.

As despesas com a “máquina” burocrática municipal surgem em terceiro lugar, prendendo-se com o pagamento de ordenados dos vários oficiais do senado da câmara, ajudas de custo, compra de materiais para o serviço administrativo (como papel, tinta, cera), entre outros serviços relacionados com a administração municipal. Os ordenados correspondem a cerca de 75% do valor total do trabalho administrativo.

Se é certo que, por um lado, a opção metodológica, por cortes cronológicos, leva a que algumas despesas com cerimónias públicas (nascimentos, casamentos reais...) fora dos anos levantados, não tenham sido contabilizadas, por outro, permite a aferição de valores mais regulares no que respeita às celebrações fixas anuais, como as procissões da cidade (destacando-se a do Corpo de Deus).

As restantes despesas apresentam uma baixa representatividade (quadro 1). As despesas com assistência e obras pias, nomeadamente do sustento dos enjeitados, ou as despesas militares, por exemplo, foram relegadas para segundo plano em Lisboa. Tal contrasta, totalmente, com o que sucedia no município do Porto, em que a maior parte das verbas municipais, no mesmo período, se destinava justamente aos gastos militares (48%) e à assistência e obras pias (31%)<sup>40</sup>.

<sup>37</sup> AML, Livro de folhas de ordenados a cargo do tesoureiro da cidade, 1624-1771, fl. 375v.

<sup>38</sup> AML, Livro de receita e despesa, 1766-1767, fl. 31. Ainda em 1766 existem outros registos de despesas por dívida, não tendo sido possível identificar em alguns casos o motivo da dívida, enquadrando-se na categoria “não referido” (AML, Livro de receita e despesa, 1766-1767, fl. 51, 65, 75, 82, 142, 145, 148).

<sup>39</sup> AML, Livro 4º de registo de cartas do Senado Oriental, doc. 94, fl. 27v, doc. 95, fl. 27v, doc. 96, fl. 28.

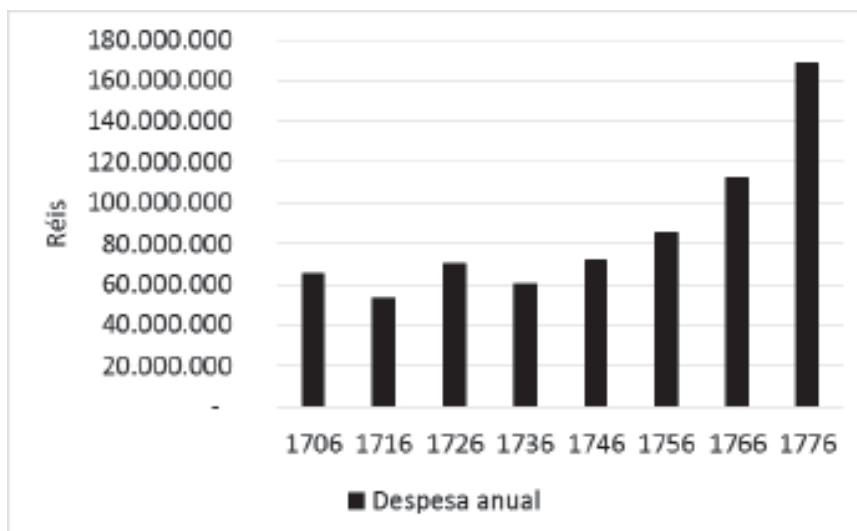
<sup>40</sup> Patrícia Costa, *Finanças e Poder...*, cit., p. 276-277. Embora não seja nosso objetivo uma abordagem comparativa, tendo-se optado por um estudo centrado no caso de Lisboa, não quisemos deixar de apontar aqui esta clara diferença das políticas administrativas de gastos nos dois

### Evolução e comparação da despesa municipal de Lisboa entre D. João V e D. José

A hipótese inicial deste estudo, de diferentes modos de governação consoante os monarcas e do impacto do terramoto de 1755, exige a comparação da distribuição das despesas municipais entre os reinados de D. João V e de D. José.

Uma primeira possibilidade de análise decorre da comparação do montante total da despesa anual (gráfico 1). Por outro lado, e dado ter-se constatado que eram quatro as principais despesas (categorias), estabeleceu-se a comparabilidade das mesmas nos anos selecionados (gráfico 2, quadros 2 e 3).

Gráfico 1: Despesas reais anuais do município de Lisboa  
(preços constantes de 1700=1)

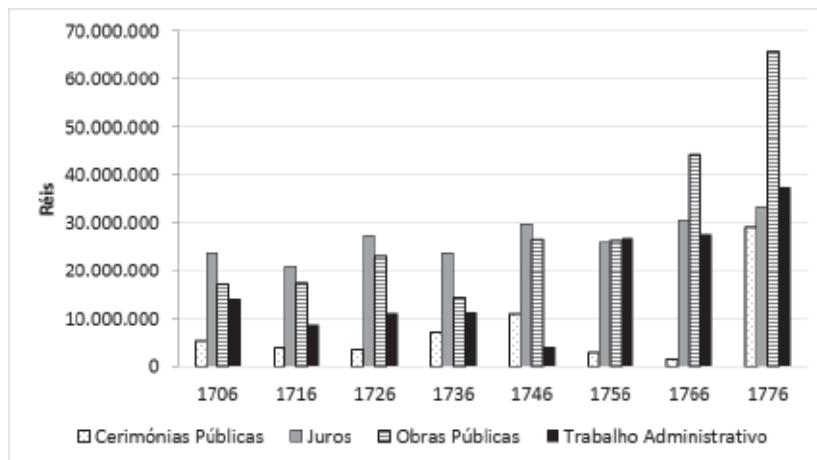


Fontes: Ver quadros 1, 2 e 3. Referência: Preços reais de 1700, CPI (Consumer Price Index), Portugal in Nuno Palma e Jaime Reis, “From Convergence to Divergence: Portuguese Economic Growth, 1527–1850”, *The Journal of Economic History*, 79, nº 2 (2019), p. 477–506. <https://doi.org/10.1017/S0022050719000056>.

---

principais municípios do reino, abrindo caminho para futuros estudos que, entre outros aspectos, implicarão uma análise aprofundada dos diferentes contextos vividos num e noutro espaço.

Gráfico 2: Distribuição das despesas reais anuais de Lisboa pelas quatro principais categorias, 1706-1776 (preços constantes de 1700=1)



Fontes: Ver quadros 1, 2 e 3. Referência: Preços reais de 1700, CPI (Consumer Price Index), Portugal in Nuno Palma e Jaime Reis, From Convergence..., cit., p. 477-506.

No período analisado observa-se, de uma forma geral, uma evolução crescente dos valores reais anuais das despesas municipais de Lisboa. As exceções surgem no âmbito do reinado joanino, em 1716 e 1736, com descida de valores, retomando-se a tendência ascendente em 1746 que se mantém, inclusive, em 1756, ano imediato ao terramoto. Em 1716 verifica-se uma descida em três das categorias principais, com a exceção de um pequeno aumento das obras públicas. No ano de 1736, descem apenas as despesas com juros e obras públicas. Os gastos com cerimónias públicas apresentam um aumento considerável, em parte devido às cerimónias pela morte do infante D. Carlos, já as despesas com trabalho administrativo aumentam de forma pouco significativa (gráficos 1 e 2)<sup>41</sup>.

A diminuição dos totais de despesa nos anos de 1716 e 1736 deve-se principalmente a uma redução dos valores despendidos pela folha do tesoureiro da cidade, sem que se encontre na documentação consultada elementos que expliquem totalmente essas quebras. A correspondência da câmara com a coroa na década de 1710 revela gastos com obras públicas que resultam em dívidas municipais<sup>42</sup>, o que poderá ter levado a não se pagar certas despesas, porém não

<sup>41</sup> AML, Livro de folhas de ordenados a cargo do tesoureiro da cidade, 1624-1771, fl. 378.

<sup>42</sup> V.g. Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 11, p. 127, 203-204.

o conseguimos provar pelo livro de contas. Em 1736, de facto, várias despesas ordinárias da folha do tesoureiro, entre as quais os juros, ficaram por pagar, sendo assinaladas por sinal de cruz<sup>43</sup>.

A comparação de percentagens das categorias de despesa permite apurar que, embora haja diferenças nos dois reinados, em ambos existe uma concentração de gastos nas categorias das obras públicas, juros e trabalho administrativo. As diferenças residem na representatividade de cada uma destas categorias: os valores percentuais dos juros descem do primeiro lugar, no reinado de D. João V, para o terceiro lugar no reinado de D. José, passando as obras públicas a ser a categoria mais representativa, seguida pelo trabalho administrativo. Já pela comparação de valores médios reais, constata-se que as categorias com maior aumento são, em primeiro lugar, o trabalho administrativo e, em segundo, as obras públicas (quadros 2 e 3).

Detendo-nos no reinado de D. João V, verifica-se que os gastos com juros são os mais representativos. Conjuntamente, os juros e as obras públicas representam 70% da despesa municipal, ultrapassando os 80%, se lhes somarmos o trabalho administrativo.

As obras públicas, durante o reinado de D. João V, segundo Nizza da Silva, procuravam transformar “Lisboa num espaço urbano digno da sua corte e do poder da coroa”<sup>44</sup>. O município pagou várias obras da cidade, por iniciativa régia ou do senado da câmara. Se, “da parte da Coroa percebemos a preocupação de mandar fazer as alterações necessárias para se desimpedir o caminho das carruagens pelas estreitas ruas da cidade. (...) Já o Senado insistia principalmente em medidas que facilitassem a limpeza da cidade”<sup>45</sup>.

O estudo da evolução urbana de Lisboa, antes de 1755, aponta ainda para uma forte política de investimento em questões de circulação<sup>46</sup>. Assim, por exemplo, uma consulta de 1750 refere que, anteriormente, D. João V tinha ordenado o pagamento pela “fazenda do Senado” das obras das estradas para Mafra, quer do termo, quer “de fora dele”, e que, na falta de verbas, “resolveu que sobre as rendas da cidade se tomasse a juro” o dinheiro necessário<sup>47</sup>. Ou seja, como se referiu atrás, o pagamento de obras públicas origina o aumento das despesas com juros.

<sup>43</sup> AML, Livro de folhas de ordenados a cargo do tesoureiro da cidade, 1624-1771.

<sup>44</sup> Maria B. Nizza da Silva, *D. João V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 184.

<sup>45</sup> Maria B. N. da Silva, cit., p. 184-188.

<sup>46</sup> Adélia M. C. Carreira, “Evolução urbana de Lisboa antes de 1755: alargamento de ruas”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2<sup>a</sup> série, 1 (2014), p. 19-31.

<sup>47</sup> Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 15, p. 183-185. A conta do triénio de 1731 a 1733 regista um pagamento de 169.536.105 réis pelos “caminhos, calçadas e mais despesas” das Reais obras de Mafra “pelo dinheiro a juro” (AML, Livro da Receita Geral das rendas da Cidade, 1733-1735, fl. 101).

Quadro 2: Distribuição das despesas municipais de Lisboa por categorias (reinado D. João V): valores nominais (VN), valores reais (VR – preços constantes (1700=1)) percentagens (%) e média dos valores reais

Categorias	1706	1716	1726	1736	1746	1706-1746
	VN (réis)	VR (réis)	%	VN (réis)	VR (réis)	%
<b>Cerimónias Públicas</b>	5.298.980	5.523.493	9	4.113.990	4.080.078	8
<b>Juros</b>	22.741.325	23.704.855	36	21.176.315	21.001.757	39
<b>Obras Públicas</b>	16.607.010	17.310.634	27	17.728.472	17.582.335	33
<b>Trabalho Administrativo</b>	13.359.938	13.925.986	21	8.757.667	8.685.477	16
<b>Outras categorias</b>	4.574.882	4.768.716	7	2.460.411	2.440.129	4
<b>Total</b>	62.582.134	65.233.684	100	54.236.853	53.789.776	100
				61.786.241	70.360.709	100
				58.019.755	60.132.787	100
				68.325.892	72.254.622	100
				64.354.316	100	

Fontes: Ver quadro 1. Referência: Preços reais de 1700, CPI (Consumer Price Index), Portugal in Nuno Palma e Jaime Reis, From Convergence..., cit., p. 477-506.

Quadro 3: Distribuição das despesas municipais de Lisboa por categorias (reinado D. José): valores nominais (VN), valores reais (VR – preços constantes (1700=1)) percentagens (%) e média dos valores reais.

Categorias	1756	1766	1776	1756-1776				
	VN (réis)	VR (réis)	%	VN (réis)	VR (réis)	%	Média VR	%
<b>Cerimónias Públicas</b>	3.056.355	3.066.039	4	1.741.540	1.755.511	2	31.995.820	29.246.906
<b>Juros</b>	25.808.534	25.890.310	30	30.158.545	30.400.481	27	36.334.000	33.212.372
<b>Obra Pública</b>	26.441.129	26.524.909	31	43.950.028	44.302.600	39	72.078.475	65.885.867
<b>Trabalho Administrativo</b>	26.649.487	26.733.927	31	27.330.269	27.549.516	25	40.868.710	37.357.483
<b>Outras categorias</b>	3.723.134	3.734.931	4	8.023.195	8.087.558	7	3.406.010	3.113.383
<b>Total</b>	85.678.639	85.950.117	100	111.203.577	112.095.665	100	184.683.015	168.816.011
				100	100		100	100
							122.287.264	100

Fontes: Ver quadro 1. Referência: Preços reais de 1700, CPI (Consumer Price Index), Portugal in Nuno Palma e Jaime Reis, From Convergence..., cit., p. 477-506.

Para além das obras públicas, no reinado de D. João V existem outras medidas de “reorganização do espaço”, destacando-se a divisão administrativa da cidade<sup>48</sup>. O alvará régio de 15/01/1717 estipula que, de acordo com a divisão do Arcebispado de Lisboa em duas dioceses, existindo duas cidades (Lisboa Oriental e Lisboa Ocidental), passasse a haver “dois Senados, cada um com o seu Presidente (fidalgo), três vereadores, um procurador da cidade e dois dos mesteres”<sup>49</sup>. O mesmo alvará aumenta o vencimento anual dos presidentes e vereadores. A divisão termina por alvará régio de 31/08/1741<sup>50</sup>, mantendo-se os valores dos ordenados estipulados em 1717. Acrescente-se que as oscilações apuradas ao nível dos valores do trabalho administrativo no reinado joanino se devem, em parte, à falta de pagamento de despesas em alguns anos, como é o caso de vários ordenados camarários da folha do tesoureiro de 1746, apenas pagos posteriormente, justificando a enorme quebra nesta categoria (gráfico 2)<sup>51</sup>.

Apesar de casos como o supracitado de falta de pagamento de ordenados, os oficiais camarários fazem igualmente exigências em termos de compensação financeira, mostrando o lugar de destaque que o município ocupava<sup>52</sup>. A 23/01/1737 os oficiais do senado da câmara de Lisboa pediram ao rei para receber propinas ordinárias da mesma forma que os ministros do Conselho da Fazenda e dos oficiais dos Contos do Reino e Casa<sup>53</sup>. Por falta de resposta régia, a 23/12/1740, redigiram nova consulta, argumentando: “com diligência dos senados têm crescido as suas rendas (...) pois será justo que experimentem o lucro destas boas diligências aqueles mesmo que, em serviço de V. Majestade e das cidades, as fizeram, servindo-lhes de prémio deste pequeno serviço aquilo mesmo que os outros tribunais graciosamente mereceram”<sup>54</sup>.

Embora ocupem o quarto lugar nas despesas municipais no reinado de D. João V, os gastos com cerimónias públicas originam pedidos de empréstimos

<sup>48</sup> Maria B. N. da Silva, *D. João V*, cit., p. 184.

<sup>49</sup> Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 1, p. 22-23.

<sup>50</sup> Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 13, p. 617-623.

<sup>51</sup> AML, Livro de folhas de ordenados a cargo do recebedor da cidade, 1624-1768.

<sup>52</sup> Aliás, Ferro afirma, para 1716, que a verba dos ordenados camarários de Lisboa, da folha do tesoureiro, é “avultada e equivalente (...) a mais de 15% das rendas de todos os almoxarifados do Reino (...) ou a mais de 6% do rendimento da Casa de Bragança” (João P. Ferro, *Para a História da Administração Pública na Lisboa Seiscentista. O Senado da Câmara (1671-1716)*, Lisboa, Planeta Editora, 1996, p. 59). Ressalve-se que Ferro considera todos os ordenados pagos pela Câmara, alguns dos quais, no presente estudo se integraram em diferentes categorias, como o ordenado dos médicos que entrou na categoria da saúde.

<sup>53</sup> Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 13, p. 219.

<sup>54</sup> Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 13, p. 585-586.

a juro, revelando a sua importância. Por decreto de 28/06/1719 é concedida a “faculdade aos senados da câmara desta cidade [de Lisboa Ocidental e de Lisboa oriental], para que possam tomar, a razão de juro, além dos 30.000 cruzados de principal que já tomaram para a obra que mandei fazer para a procissão de Corpo de Deus, mais 50.000 cruzados, obrigando, para a satisfação do principal e juros, as rendas dos mesmos senados”<sup>55</sup>. As autorizações para a emissão dos padrões de juro para aqueles empréstimos surgem no seguimento de uma decisão régia, para se estabelecer no senado o “rendimento da columnata, e para esse fim alargou o imposto de licença das vendas públicas”, de modo a financiar a festa e procissão do Corpo de Deus. O imposto mostrou-se, mesmo assim, insuficiente, originando as autorizações para os empréstimos suprarreferidos<sup>56</sup>.

Pela análise apresentada até ao momento, justifica-se que nas décadas de 1730 e 1740 se observem medidas administrativas relativas ao endividamento camarário. Vejam-se alguns exemplos.

O decreto de 28/11/1735 determina a suspensão, por um ano, das execuções dos credores sobre as rendas do senado da câmara de Lisboa, para que essas rendas se apliquem a “obras públicas e despesas ordinárias e precisas dos mesmos senados”, cujo pagamento estaria em falta pela penhora das rendas camarárias, sendo o valor remanescente rateado entre os credores<sup>57</sup>. O decreto régio é prorrogado por mais um ano a 26/11/1736<sup>58</sup>. Constata-se, pelo decreto de 1735 e por outros documentos<sup>59</sup>, que as consequências do endividamento (a penhora das rendas) terão levado, provisoriamente, à falta de pagamento das despesas ordinárias municipais, obrigando a uma intervenção régia. Apesar da suspensão provisória das execuções dos credores, estes não deixam de ser parcialmente pagos, concluindo-se a importância para o município em manter uma relação de confiança com os seus credores, dos quais poderia voltar a precisar.

Na década de 1740, o endividamento municipal e a preocupação em pagar aos credores continuam a ser uma realidade. A 30/05/1743 o conservador da cidade informa que executou o decreto de 16/12/1742 pelo qual o rei ordenava o lançamento de editais nos lugares públicos para que todos os credores ao senado da câmara “tanto de juros, como de obras públicas/ excepto os da limpeza, que tem a aplicação particular/ viessem a este juízo da Conservatória liquidar o que se lhe devesse”<sup>60</sup>. Ao conservador competia ordenar ao seu escrivão a

<sup>55</sup> Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 11, p. 328.

<sup>56</sup> Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 1, p. 437 (em nota).

<sup>57</sup> Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 13, p. 134-135.

<sup>58</sup> Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 13, p. 210-211.

<sup>59</sup> Vg. Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 13, p. 97-101.

<sup>60</sup> ANTT, *Negócios...* Ministério do Reino, Mç 491, cx 611, s/fl.

elaboração de duas relações: “uma da importância de juros recursos, que se estivessem devendo, e a que pessoas; e outra das mais dívidas, e a quem se deve”<sup>61</sup>. Distinguem-se bem neste documento as dívidas de juros das restantes.

As dívidas municipais mantêm-se ao longo dos anos, havendo uma incapacidade financeira para as sanar, a qual se comprova por novas iniciativas de resolução do problema no reinado de D. José, analisadas adiante.

No reinado de D. José as despesas com obras públicas assumem a liderança, seguidas pelo trabalho administrativo e os juros. Estas três rúbricas de despesa concentram mais de 80% do total, tal como no período anterior (quadro 3).

A ligação das obras públicas com a destruição causada pelo terramoto parece evidente, sendo necessário, para além da reconstrução de estruturas, um grande trabalho de limpeza e desentulho das ruas da cidade relacionado com questões de saúde pública<sup>62</sup>. Nos registos de despesa analisados, para além da limpeza, destacam-se as obras com as calçadas e chafarizes, a Praça das Hortaliças, o cais da Bica do Sapato, o Terreiro Público, entre outros espaços essenciais à vida municipal, nomeadamente à sua economia<sup>63</sup>.

Verifica-se uma grande subida da despesa com trabalho administrativo no reinado de D. José, a qual reflete, em parte, medidas anteriores ao terramoto. Uma resolução régia de 11/12/1750 determina o aumento dos ordenados do presidente e vereadores, de modo a receberem de “emolumentos o mesmo que os desembargadores do Paço e juízes da Coroa e fazenda”, reforçando a ideia de equidade entre os corpos governativos do município e os das instituições centrais<sup>64</sup>. O alvará de regimento de 23/03/1754 regula e aumenta os ordenados, assinaturas e emolumentos dos oficiais camarários, devido à “moderação dos ordenados”, “antiguidade do tempo em que foram constituídos” e “possibilidade das rendas do Senado”<sup>65</sup>. Os valores estipulados em 1754 mantêm-se depois do terramoto. Acrescente-se, que a 22/03/1756, o rei ordena que a câmara de Lisboa examine o estado dos “cofres e Armazéns da sua Repartição” após o terramoto<sup>66</sup>. Considera-se que os vários pagamentos por serviços prestados

<sup>61</sup> ANTT, *Negócios...* Ministério do Reino, Mç 491, cx 611, s/fl.

<sup>62</sup> Note-se que o ano de 1756, imediato ao terramoto, é o que apresenta maiores gastos com saúde, em que se incluem ajudas de custo por morte ou por doença (AML, Livro de receita e despesa, 1766-1767. Quadro 3).

<sup>63</sup> AML, Livro de folhas de ordenados a cargo do tesoureiro da cidade, 1756-1819; Livro de folhas de juros e ordenados a cargo do almoxarife do real de água na carne, 1756; Livro de folhas de juros e ordenados a cargo do almoxarife do real de água no vinho, 1756. Livros de receita e despesa, 1766-1767; 1776-1777.

<sup>64</sup> Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 1, p. 24-31.

<sup>65</sup> Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 15, p. 500-522.

<sup>66</sup> AML, Livro 9º de consultas, decretos e avisos de D. José I, fl. 175.

à administração camarária registados em 1756, representando cerca de 10% dos gastos administrativos desse ano, resultam de medidas despoletadas pelo terramoto, como a supracitada verificação dos cofres<sup>67</sup>.

A questão da dívida camarária neste período e os esforços para a superar merecem especial atenção<sup>68</sup>. Já para o reinado de D. João V se analisaram tentativas de equilibrar as contas municipais, embora sem aparente maior efeito. Segundo a correspondência da câmara no reinado de D. José, o endividamento resulta de diversos fatores: dívidas provenientes de períodos anteriores, novas dívidas, redução das rendas municipais<sup>69</sup>.

Assim, um exemplo de novas dívidas concerne às celebrações públicas. Com a festa da inauguração da estátua equestre de D. José, símbolo de reforço do poder real, gastaram-se elevadas quantias. O “Mapa dos dinheiros que saíram do Cofre geral do Senado desde março de 1770 (...) até ao fim do ano de 1776 (...)” regista, para 1776, separadamente das despesas de juros (36.000.000 réis), o pagamento do empréstimo feito “para suprir as despesas da Inauguração” no valor de 30.000.000 réis<sup>70</sup>. Este empréstimo, realizado a 27/05/1775, é pago na totalidade em 1776, o que justifica o grande aumento do valor das despesas com cerimónias públicas nesse ano (quadro 3)<sup>71</sup>. Ainda pelo mesmo “mapa” verifica-se que a supracitada parcela de pagamento do empréstimo para a inauguração, juntamente com a das “despesas (...) que se deviam até o fim de 1769” equivalem a 27% (50.334.000 réis) da despesa de 1776<sup>72</sup>. Se a este pagamento de dívidas juntarmos o pagamento dos juros, que representam 20% da despesa do mesmo ano, constata-se que o endividamento camarário representa quase metade (47%) dos gastos de 1776. Ressalve-se,

<sup>67</sup> AML, Livro de folhas de ordenados a cargo do tesoureiro da cidade, 1756-1819.

<sup>68</sup> Como também foi apontado por Paulo J. Fernandes, *As faces...*, cit., p. 72-78 e Patrícia Costa, *As finanças...*, cit., p. 123-144.

<sup>69</sup> Note-se que a aferição de valores da receita municipal não faz parte dos objetivos desta análise, a qual tem por objeto de estudo as despesas municipais. Uma análise quantitativa das receitas municipais, a ser executada no futuro, implicará a resolução de vários problemas metodológicos e uma exaustiva crítica de fonte, quer pelo modo de registo das contas, quer pela falta de livros de receita para determinados anos, entre outros aspectos.

<sup>70</sup> ANTT, *Negócios...* Ministério do Reino, Mç 491, cx 611, s/fl.

<sup>71</sup> AML, Livro de receita e despesa, 1776-1777, fl.49. Em 1775 foram ainda pagos pelo município 73.153.150 réis para as festividades da inauguração (ANTT, *Negócios...* Ministério do Reino, Mç 491, cx 611, s/fl).

<sup>72</sup> ANTT, *Negócios...* Ministério do Reino, Mç 491, cx 611, s/fl. Na presente análise, baseada no livro de contas camarário (AML, *Livro de receita e despesa*, 1776-1777), estas despesas por dívidas integraram-se nas diferentes categorias de despesa, como se explicou ao longo deste estudo. Assim, por exemplo, os 334.000 réis pagos por dívida de juros integraram-se na categoria dos juros (Quadro 3).

porém, que pelos valores de despesa apresentados no mesmo “mapa”, entre 1770 e 1776, se verifica que o pagamento de dívidas no conjunto desses anos, incluindo-se os juros, é de 28% face à despesa total. A diferença em relação ao ano de 1776 justifica-se pelo pagamento nesse ano do valor total do empréstimo da inauguração<sup>73</sup>.

Dias após o terramoto, um decreto régio de 27/11/1755 ordena que a câmara proceda aos trabalhos de desentulho de aquedutos da cidade pela sua “indispensável necessidade”, prevenindo-se futuras inundações. O pagamento deveria ser feito “por qualquer dinheiro da cidade (...) com preferência a todas as outras aplicações, ainda que sejam as do pagamento dos credores, cujo interesse particular deve, em todo o caso, ceder à saúde pública”<sup>74</sup>. Ou seja, a urgência do bem público sobrepõe-se a tudo o resto, tem prioridade. No mês seguinte, o secretário de estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, ordena os pagamentos dos desentulhos dos depósitos públicos e das calçadas, pelas verbas disponíveis da câmara e pelo dinheiro anteriormente consignado às calçadas por contrato<sup>75</sup>. Em resposta, a 23/12/1755, a câmara de Lisboa declara uma diminuição das suas rendas, devido ao terramoto, “pela ruína” de muitas das suas propriedades e do Terreiro do Pão. Segundo a câmara, seriam necessárias elevadas quantias para reerguer os edifícios da sua administração, questionando: “se o senado antes deste lamentável estrago não podia suprir as inevitáveis despesas a que era obrigado, tendo as suas rendas em aumento, pelos grandes empenhos que inculpavelmente contraiu, e como agora, estando tão diminuídas as suas rendas, há de fazer esta despesa de tão grande importância?”<sup>76</sup>.

Nos anos seguintes continuam as tomadas de decisões para se prosseguir com as obras necessárias. Por exemplo, a 18/04/1758 é determinado que a câmara “aplique a renda por que se arrematar o Alqueidão neste triénio, para consignação das obras do termo, pagas primeiro as mercearias e esmolas que se costumam pagar”<sup>77</sup>.

A conjuntura pós-terremoto terá contribuído para um reforço central no sentido de uma efetiva reorganização da administração financeira municipal por iniciativa da coroa. Nomeadamente com o aumento da fiscalização das contas

---

<sup>73</sup> ANTT, *Negócios...* Ministério do Reino, Mç 491, cx 611, s/fl.

<sup>74</sup> Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 16, p. 181.

<sup>75</sup> Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 16, p. 181-182, 186-187.

<sup>76</sup> Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 16, p. 188-192.

<sup>77</sup> Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 16, p. 349.

municipais por oficiais da administração régia e pela obrigação de sistemáticas informações sobre o estado das contas na década de 1760<sup>78</sup>.

Dentro daquela reorganização, com o estabelecimento da Junta da Fazenda do Senado (1773), surge um novo conjunto de medidas de pagamento das dívidas municipais:

“deverá ser outro muito principal objecto da administração da mesma Junta tratar logo dos meios mais oportunos para o desempenho das dívidas preteritas do senado, vencidas até o tempo do terramoto do 1º de novembro de 1755, que, consistindo em somas consideráveis, e necessitando-se de muitos anos para se extinguirem, deve haver um pleno conhecimento da legitimidade delas, reduzindo-se a relação e soma certa a verdadeira importância das mesmas dívidas”<sup>79</sup>.

Este plano de pagamento das dívidas propunha tomar conhecimento da sua totalidade, chamando-se todos os credores a apresentar à câmara a documentação comprovativa das verbas que lhes eram devidas<sup>80</sup>. Determinou-se então o pagamento das “dívidas antigas, pelos sobejos do Cofre do Senado, que ficarem anualmente depois de satisfeitas as obrigações atuais (...) dentro de vinte anos”. Aquele pagamento deveria seguir um “método”, o qual estabelecia uma ordem e condições de pagamento das dívidas, dividindo-as em cinco níveis (“relações”), do menor valor para o maior. O primeiro nível, de dívidas até 100.000 réis, seria “logo” pago na totalidade. Os três níveis seguintes seriam pagos em 2, 3 e 4 anos, respectivamente. As dívidas acima de 400.000 réis, incluídas no quinto nível, seriam pagas em 20 anos, “a razão” de 5% cada ano<sup>81</sup>.

### **Considerações finais**

O presente artigo demonstra e confirma a hipótese avançada na introdução de que o estatuto de capital do reino interfere diretamente nas políticas de gestão

<sup>78</sup> *Vide*: Paulo J. Fernandes, *As faces...*, cit., p. 74-77; Teresa Fonseca, *O município...*, cit., p. 167-182; Patrícia Costa, *As finanças...*, cit., p. 132-133.

<sup>79</sup> “Instrução que El Rei meu Senhor Manda baixar com o seu régio Alvará da Fundação da Junta da Administração da Fazenda do Senado (...)\”, 23/12/1773, nº 21-24 (ANTT, *Negócios...* Ministério do Reino, mç. 491, cx. 611, s/fl); Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 17, p. 421-433.

<sup>80</sup> Medidas semelhantes, no sentido de se tomar conhecimento das dívidas e credores camarários, foram, relembrar-se, também tomadas no reinado anterior, na década de 1740.

<sup>81</sup> “Instrução...”, 23/12/1773, nº 21-24 (ANTT, *Negócios...* Ministério do Reino, mç. 491, cx. 611, s/fl); Eduardo F. de Oliveira, cit., v. 17, p. 421-433.

das despesas municipais de Lisboa no período analisado: seja pela aposta em infraestruturas de desenvolvimento urbano e económico, salubridade pública e embelezamento da Corte, seja por pedidos régios para despesas do Estado (com consequências a longo prazo pelo pagamento de juros), ou ainda pela equidade dos ordenados de oficiais camarários com os de oficiais da administração central.

O impacto da destruição provocada pelo terramoto associado às políticas reformadoras administrativas do reinado de D. José provoca alterações no quadro das principais despesas camarárias da capital. Em ambos os reinados é evidente a concentração de despesas em obras públicas, juros e trabalho administrativo, porém, observa-se que no reinado josefino os gastos com obras públicas e trabalho administrativo sofrem um elevado aumento face ao reinado anterior em que o maior destaque ia para o pagamento de juros.

No que respeita ao exponencial crescimento das despesas com trabalho administrativo no reinado de D. José, este deve-se, em parte, como vimos, a medidas anteriores ao terramoto, do início do reinado, pelo aumento dos ordenados dos oficiais camarários, os quais foram mantidos mesmo após a catástrofe. Paralelamente, nas décadas de 1760 e 1770 existem reformas administrativas na câmara de Lisboa, no âmbito do reforço burocrático da administração central<sup>82</sup>. Além de que, o próprio terramoto originou novas despesas com o expediente em 1756, para se ‘fazer um ponto da situação’.

Ao nível das obras públicas, é igualmente evidente, como seria de esperar, uma subida das despesas. Os trabalhos de desentulho e de reconstrução avançaram por ordens centrais, como prioritários, utilizando-se, no período imediato, as verbas disponíveis no município, mesmo perante queixas de diminuição de rendas pela câmara. Porém, é um facto que esta alocação de verbas para as obras de reconstrução não impediu o grande aumento de gastos com o aparelho administrativo camarário.

Ao longo dos dois reinados, apurou-se que o município, perante necessidades financeiras, acumula dívidas, ‘somando’ credores, de duas formas: deixando de pagar certas despesas, transitando o seu valor em dívida para anos futuros; pedindo empréstimos a juros. Embora haja um decréscimo na representatividade dos gastos com juros no reinado josefino, suplantados pela urgência do financiamento de obras públicas e pelo aumento dos gastos administrativos, o endividamento é ainda uma realidade, levando à criação pela coroa de um plano de pagamento das dívidas camarárias, no contexto do reforço da ingerência central na administração municipal.

---

<sup>82</sup> Patrícia Costa, *As finanças...,* cit., p. 132-133, 138-139.

(Página deixada propositadamente em branco)

## **As finanças da Câmara Municipal de Coimbra nos finais do Antigo Regime (1762-1820) [II]: as despesas**

### **The finances of Coimbra's City Council at the end of the Ancient Regime (1762-1820) [II]: the expenditure**

JOSÉ LUÍS DOS SANTOS BARBOSA \*

Universidade de Coimbra, CHSC, FLUC

jlsb101088@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1459-209X>

Texto recebido em / Text submitted on: 14/11/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 08/07/2021

#### *Abstract*

The present study aims to analyse the structure and evolution of the expenditure of the Coimbra's city council between 1762 and 1820. To this end, we aspire to create a typology to categorise municipal expenditure in the Early Modern Age, which will enable its implementation in future research on municipal finances. We intend to understand to what extent the composition and evolution of expenditure was affected by the evolution of revenue. We aim at implementing a comparative methodology with other Portuguese municipalities of the 18th and early 19th centuries, to determine similarities and differences. And, finally, establish a comparison with the finances of Coimbra's city council in the 17th century, to establish continuities and ruptures. It was concluded that the expenditure council decreased during the second half of the 18th century, because of the decline in revenue and a greater rationalisation of expenditure. The downward trend in expenditure in the 18th and early

#### *Resumo*

O presente estudo pretende analisar a estrutura e evolução da despesa da Câmara Municipal de Coimbra, entre 1762 e 1820. Para tal, aspira-se à criação de uma tipologia de categorização da despesa municipal na Época Moderna, que permita a sua implementação em investigações futuras sobre finanças municipais. Pretendemos compreender em que medida a composição e a evolução da despesa foi afetada pela evolução da receita. Almejamos a implementação de uma metodologia comparativa com outros municípios portugueses do séc. XVIII e inícios do XIX, de forma a apurar semelhanças e diferenças. E, por fim, estabelecer uma comparação com as finanças coimbrãs do séc. XVII, de forma a estabelecerem-se continuidades e rupturas. Concluiu-se que a despesa do município de Coimbra baixou ao longo da segunda metade do séc. XVIII, como consequência da diminuição da receita e de uma maior racionalização na realização da despesa. A tendência de diminuição da

---

\* Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto Ref. FCT: SFRH/BD/143897/2019.

19th centuries contrasts with the 17th century when there was an increase in expenses. The expenditure structure of the Coimbra's city council did not differ from its counterparts, although it is common for municipalities to have local specificities.

Keywords: Expenditure; Finances; City Council; Coimbra; Early Modern Age.

despesa no séc. XVIII e inícios do XIX contrasta com a realidade do séc. XVII, em que se deu um aumento dos gastos. A estrutura da despesa da câmara coimbrã não diferia das suas congêneres, apesar de ser comum os municípios apresentarem especificidades locais.

Palavras-chave: Despesas; Finanças; Câmara Municipal; Coimbra; Época Moderna.

## Introdução

Ao longo da Idade Moderna, os municípios portugueses tiveram uma importância fundamental na governação e administração do território. As suas funções e competências eram próprias ou advinham do poder delegado pela coroa, sendo as mais importantes a cobrança de impostos, particularmente os impostos da coroa, a organização militar, a aplicação da justiça de primeira instância, a defesa sanitária do município e a organização e supervisão da economia local, com o propósito de se garantir o abastecimento em bens alimentares e artesanais<sup>1</sup>.

As investigações que incidiram sobre as finanças municipais revelam que algumas das suas habituais despesas também podem ser consideradas funções importantes levadas a cabo pelos municípios, como por exemplo, a comunicação entre o poder central e o povo e a assistência, por intermédio das esmolas e do cuidado dos expostos. Os estudos sobre finanças municipais podem ajudar a redefinir o conceito de “funções” camarárias na Época Moderna. Para tal, é importante que se olhe para as despesas municipais através de uma visão de conjunto, só possível através de uma análise comparativa.

---

<sup>1</sup> Alberto da Rocha Brito, *As finanças quinhentistas do município Coimbrão*, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1943, p. 94-96; Maria Helena da Cruz Coelho e Joaquim Romero Magalhães, *O poder concelhio, das origens às Cortes Constituintes. Notas de história social*, Coimbra, CEFA, 1986; Francisco Ribeiro da Silva, *O Porto e o seu termo: 1580-1640: os homens, as instituições e o poder*, 2 vols., Porto, Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, 1988; Eduardo Mota, *Administração municipal de Gouveia em finais de setecentos*, Gouveia, Gaudela, cop, 1990; Luís Nuno Rodrigues, “Um século de finanças municipais: Caldas da Rainha (1720-1820)”, *Penélope*, n.º 7 (1992), p. 49-69; Joaquim Romero Magalhães, “As estruturas sociais de enquadramento da economia portuguesa de Antigo Regime: os concelhos”, *Revista Notas Económicas*, nº4 (1994), p. 30-47; José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios: estudos económico-administrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal*, Braga, Universidade do Minho, 1995; Rogério Capelo Pereira Borralheiro, *O Município de Chaves entre o Absolutismo e Liberalismo (1790-1834)*, Braga, Barbosa & Xavier, Limitada, 1997; Teresa Casquilho Ribeiro, *O Município de Alter do Chão nos finais do séc. XVIII: rostos do poder concelhio*, Viseu, Palimage, 1998; Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo. Évora 1750-1820*, Lisboa, Colibri, 2002; Patrícia Costa Valente, *Administrar, Registar, Fiscalizar, Gastar. As despesas municipais do Porto após a Guerra da Restauração (1668-1696)*, Dissertação de Mestrado em Estudos Locais e Regionais apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008; Patrícia Costa, *Finanças e Poder na Cidade do Porto (1706-1777): do registo à fiscalização, estabilidades e ruturas*, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014; José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara Municipal de Coimbra (1601-1660)*, Coimbra, Palimage, 2019.

O presente trabalho pretende dar um contributo para o conhecimento das finanças municipais na viragem do séc. XVIII para o XIX, através da análise da estrutura e da evolução da despesa da Câmara Municipal de Coimbra, entre 1762 e 1820<sup>2</sup>.

As investigações sobre as finanças concelhias realizadas até agora (e citadas anteriormente), apesar de se constituírem como importantes contributos para a compreensão desta temática, evidenciam uma multiplicidade de metodologias de análise, em particular da categorização das diferentes receitas e despesas. A não uniformização destas categorias dificulta a utilização de uma metodologia comparativa. Outros problemas surgem quando se tenta comparar as finanças municipais. A evolução da despesa seguiu tendências próprias e nem sempre convergentes, fruto da relação entre a receita e a despesa, sendo que aquela poderia ser influenciada pelas conjunturas políticas, económicas e financeiras, tanto nacionais como locais. O facto de muitos historiadores não terem deflacionado os valores apresentados, impossibilita uma comparação direta dos quantitativos.

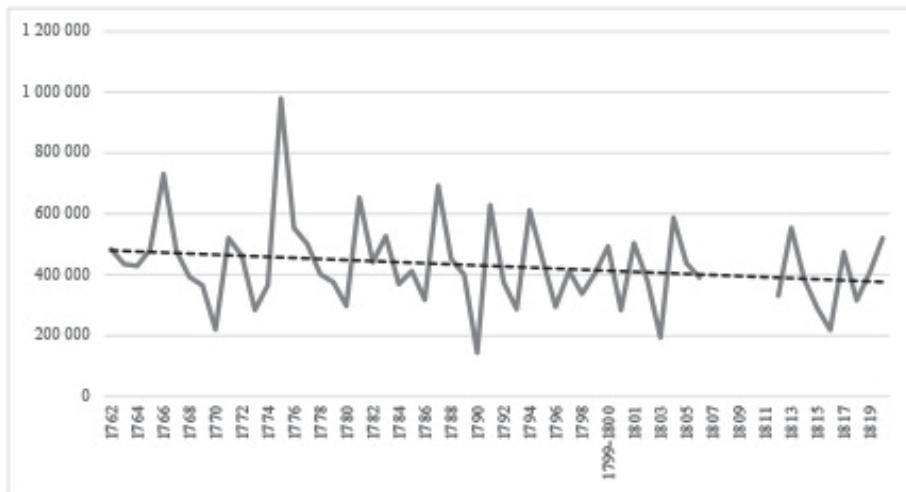
Por essa razão, e com vista a resposta à questão central, pretendemos com este trabalho criar também um modelo de categorização das despesas municipais que possa ser utilizado em estudos futuros e que permita uma metodologia comparativa mais facilitada.

Durante a cronologia analisada, a evolução da receita apresenta um decréscimo nos montantes arrecadados (valores reais). Seria também interessante analisar de que forma a evolução da receita pode ter influenciado a realização da despesa.

---

<sup>2</sup> Trata-se de um período marcado pelo início da atividade do Erário Régio até à data da Revolução Liberal, em que a conceção que se tinha sobre as finanças foi-se alterando, o que é demonstrado pela legislação emanada do poder central. Patrícia Costa, “As finanças municipais em Portugal no século XVIII: autonomia vs centralismo”, *Ler História*, n.º 73 (2018), p. 123-144.

Gráfico I – Receita da Câmara Municipal de Coimbra e Linha de Tendência Linear (LTL), 1762-1820 (Valores reais, deflacionados ao ano de 1762, em réis)<sup>3</sup>



Fonte: José Luís dos Santos Barbosa, “As finanças da Câmara Municipal de Coimbra nos finais do Antigo Regime (1762-1820) [I]: as receitas”, *Revista Portuguesa de História*, t. LI (2020), p. 111 [107-149].

Com vista à concretização destes objetivos, iremos analisar cada uma das categorias de despesa individualmente, examinando posteriormente a evolução do total de gastos com o objetivo de compreender: qual era a estrutura das despesas da Câmara Municipal de Coimbra, entre 1762 e 1820; como evoluíram os gastos; identificar as semelhanças e diferenças existentes entre Coimbra e outras câmaras municipais do mesmo período; que continuidades e ruturas se podem traçar com a realidade financeira coimbrã do séc. XVII.

## 1. Campo em análise

O núcleo de fontes central corresponde aos *Livros de Receita e Despesa*. Estes livros constituíam-se como instrumentos de registo utilizados pelas câmaras para

<sup>3</sup> Para efeitos de deflação, utilizamos o índice de preços de Nuno Palma e Jaime Reis (Nuno Palma e Jaime Reis, “From convergence to divergence: Portuguese economic growth, 1527-1850”, *Journal of Economic History*, 79 (2) (2019), p. 477-506). Contabilizamos todos os rendimentos, exceto os lucros que transitavam do ano anterior.

terem um controlo mais rigoroso sobre os seus rendimentos e gastos, funcionando ainda como um mecanismo de responsabilização do tesoureiro. Por outro lado, serviam como instrumento de fiscalização régia, a cargo do provedor, a quem cabia conferir as receitas e despesas no “Auto de contas”<sup>4</sup>.

Cada livro incluía vários períodos contábeis<sup>5</sup>, que nem sempre corresponderam a um ano civil. A tipologia de registo corresponde ao método de partidas simples<sup>6</sup>. O registo da despesa poderia incluir, para além do montante, a identificação do recebedor e a data do pagamento, apesar de, na generalidade dos casos, a única informação disponível ser a categoria da despesa e o montante.

Tabela I – Períodos contábeis que não correspondem a um ano civil

Período	Início	Fim
1789	01-01-1789	28-02-1790
1790	01-03-1790	31-12-1790
1798	01-01-1798	27-10-1798
1798-1799	27-10-1798	27-02-1799
1799-1800	27-02-1799	09-07-1800
1800	09-07-1800	31-12-1800
1802	01-01-1802	23-02-1803
1803	24-02-1803	30-11-1803

Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Alguns problemas causaram dificuldades à análise dos dados, o que se manifesta através da grande variação nos totais de despesa decorrentes dos atrasos no lançamento de rubricas por parte dos oficiais (os lançamentos atrasados ocorreram, em média, cerca de um ano e meio após a sua realização); a duração irregular de alguns dos períodos contábeis, que em muitos casos não correspondiam a um ano civil; e o registo agregado de despesas de diferentes tipos, sendo impossível efetuar a destrinça. Para contornar essa limitação, recorremos a várias ferramentas de análise estatística, nomeadamente as linhas de tendência, para se apurar a evolução geral na realização da despesa.

<sup>4</sup> António Manuel Hespanha, *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político: Portugal – séc. XVII*, Coimbra, Almedina, 1994, p. 206-212; Patrícia Costa Valente, *Administrar, Registar, Fiscalizar, Gastar...*, cit., p. 55-56.

<sup>5</sup> Intervalo de tempo em que se apresenta a situação financeira da instituição. Situação semelhante à vivida no Porto (Patrícia Costa, *Finanças e Poder na Cidade do Porto...*, cit., p. 107-112).

<sup>6</sup> Miguel Gonçalves, “Relação dos primeiros contabilistas formados em Portugal pela via institucional (1759-1763 Aula do Comércio de Lisboa)”, *DE COMPUTIS*, n. 25, p. 91-111.

### **1.1. A criação de uma metodologia comparativa**

Este estudo tem uma base metodológica quantitativa e serial das fontes (interrompido apenas entre 1807 e 1811, devido à inexistência de livros para esse período, em virtude das Invasões Francesas). De forma a facilitar a recolha e análise da informação, procedeu-se à criação da base de dados [BD] em *Excel*, segundo um modelo conceptual e estrutural orientado ao método, em que os diferentes tipos de despesa foram organizados em categorias, o que permite um estudo mais pormenorizado, analisando desta forma não só a sua estrutura, mas também a sua evolução no tempo. A informatização dos dados permite-nos ainda conferir as contas e corrigir possíveis enganos dos oficiais.

A construção da BD visa atingir três objetivos: permitir o armazenamento de grandes quantidades de informação, possibilitar a ligação entre pessoas, espaços, datas e acontecimentos e agrupar e contar a informação. Para tal, o processo de construção passou pelo recurso a um “questionário” aplicado à BD, que visa responder, se possível, às seguintes questões: Que tipo de despesa a Câmara realizou? A quem pagou? Quando se deu o pagamento? Qual o montante<sup>7</sup>?

Durante este processo é da maior importância a elaboração de uma tipologia dos diferentes tipos de despesa. Esta assenta numa categorização, ou seja, ordenação de entidades (que podem ser pessoas, ideias, objetos... neste caso específico, as despesas correspondem a ações) em grupos ou classes com base na sua similaridade e com um propósito específico. Trata-se de um processo central na investigação, em particular da conceptualização. As categorias utilizadas pelos investigadores nas mais diversas áreas derivam destes processos de agrupamento, sendo as entidades organizadas de acordo com um ou mais atributos. O objetivo final passa por ajudar o investigador no processo de tomada de decisão, através do estabelecimento de uma “linguagem comum” no campo de investigação<sup>8</sup>. A criação de uma tipologia comum permite a implementação de uma metodologia comparativa, porque possibilita uma

<sup>7</sup> Mark Merry, “Designing Databases for Historical Research”, *Databases For Historians* (2011), (<https://port.sas.ac.uk/mod/book/view.php?id=75>, consultado em 2020.08.07) e Dedieu, Jean Pierre “Designing databases for historical research: With special reference to Fichoz”, *Réseaux et Histoire* (2016), ([https://reshist.hypotheses.org/files/2016/07/Dedieu\\_Historical\\_Databases.pdf](https://reshist.hypotheses.org/files/2016/07/Dedieu_Historical_Databases.pdf), consultado em 2020.08.07).

<sup>8</sup> Susann Kluge, “Empirically Grounded Construction of Types and Typologies in Qualitative Social Research”, *Forum: Qualitative Social Research (Sozialforschung)*, Vol. 1, No. 1, Art. 14 (2000), (<http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1124/2499>, consultado em 7.8.2020) e Rebekah Luff, Dorothy Byat e David Martin, “Review of the Typology of Research Methods within the Social Sciences”, *National Centre for Research Methods Report*, 6 (2015), p. 1-12.

comunicação e interpretação entre estudos. A inexistência de uma tipologia “unificada” pode prejudicar a nossa capacidade de compreensão das tipologias de outros investigadores e de avaliar as suas interpretações<sup>9</sup>.

Não existe um método definido para a elaboração de uma tipologia. Uma regra amplamente utilizada consiste na organização de categorias consoante a sua similaridade e homogeneidade. Do ponto de vista estatístico, procura-se minimizar a variação dentro do grupo, enquanto se maximiza a variação entre os grupos. Isso significa que cada grupo deve ser o mais diferente possível dos demais e que cada categoria seja internamente a mais homogênea possível. Este aspecto ajuda a minimizar a diferença dentro do grupo e, consequentemente, a maximizar as diferenças entre as categorias, sem haver sobreposição<sup>10</sup>.

Por seu turno, a definição das características das categorias também não é um processo linear, não existindo uma fórmula específica para a identificação desses atributos. Um aspeto muito importante, e que pode facilitar o processo, passa por construir-se um conhecimento aprofundado do objeto de estudo, em articulação com as questões a que o trabalho pretende dar resposta. No caso prático das finanças municipais, o investigador pode justificar que os gastos com salários diferem dos gastos com as obras empiricamente. Em muitos casos, o processo de classificação consiste numa simples divisão em grupos<sup>11</sup>.

O modelo que pretendemos construir não se pode apoiar apenas na experiência empírica resultante da investigação. Necessita também de uma base metodológica sólida e, por essa razão, é necessário definir-se atributos para se estabelecer uma categoria. Partindo desses atributos, as semelhanças e diferenças entre os elementos de pesquisa (neste caso específico, as receitas e despesas municipais) devem ser compreendidas e as categorias construídas descritas com a ajuda dessas propriedades<sup>12</sup>. Propomos de seguida alguns fatores que importa considerar na definição do modelo de categorização a ser aplicado nos estudos de finanças municipais.

Em primeiro lugar, consideramos necessária a compreensão e inclusão dos conceitos utilizados à época e que se encontram registados nas fontes. As designações utilizadas pelos escrivães e tesoureiros não eram aleatórias nem arbitrárias, correspondendo a uma tipologia que derivava do suporte normativo

<sup>9</sup> John Whittaker e D. Douglas Caulkins, “Evaluating consistency in typology and classification”, *Journal of Archaeological Method and Theory*, Vol. 5, No. 2 (1998), p. 130 [129-164].

<sup>10</sup> Kenneth Bailey, *Typologies and taxonomies: An Introduction to Classification Techniques*, London, SAGE Publications, 1994, p. 1-4.

<sup>11</sup> Kenneth Bailey, *Typologies and taxonomies...*, cit., p. 1-4.

<sup>12</sup> Susann Kluge, “Empirically Grounded Construction of Types...”, cit.

que atribuía a legitimidade à transação. Este poderia ter origem na legislação emanada do poder central ou do poder local (ordenações, estatutos, posturas...) e assumia o formato de contrato, alvará, postura, ordem, mandado, etc.<sup>13</sup>. Estes documentos contêm um conjunto de informações e cláusulas que delimitam a ação (quem a faz, quando a faz, de que forma a faz, o montante...) e que a ajudam na sua definição, diferenciando-a das demais<sup>14</sup>. A análise serial dos livros de receita e despesa revela que as categorias utilizadas se perpetuavam durante longos períodos, o que demonstra uma grande estabilidade na sua utilização. Deve-se realçar que as categorias representam ações, que consistem no pagamento, por parte de uma entidade, de um bem ou serviço, fornecido por outra – uma categoria não pode corresponder a duas ações distintas, ou seja, a dois tipos de pagamentos diferentes.

O segundo aspecto a levar em conta prende-se com o fator “representatividade”. Algumas rubricas, em particular despesas, (conforme já referido) eram raras ou casos únicos. Noutros casos, o seu valor monetário, no cômputo geral, é pouco significante. A representatividade é relevante, no sentido em que mesmo que um conjunto de rubricas cumpra o requisito anterior, a criação de demasiadas categorias pode provocar uma excessiva fragmentação, o que dificulta a tarefa do historiador<sup>15</sup>. A solução para este problema passa pela categorização em dois (ou mais) níveis<sup>16</sup>, que consiste na transformação destes grupos em subcategorias, enquanto subdivisões das categorias principais. Outra solução passa pela inclusão das categorias menos representativas num grupo mais genérico, designado “outras”.

---

<sup>13</sup> Algumas das categorias estavam estabelecidas, pelo menos, desde os sécs. XVI e XVII (Alberto da Rocha Brito, *As finanças quinhentistas...*, cit. e José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 179-184).

<sup>14</sup> Como por exemplo, o ordenado do escrivão da almotaçaria, determinado pelas *Ordenações Filipinas* (*Ordenações Filipinas*, Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro de 1870, Livro 1 Tit. 72: Do Escrivão da Almotaçaria, Item 4, p. 165). O *Livro I da Correia*, da Câmara Municipal de Coimbra, regula as funções de alguns oficiais, assim como as despesas que deviam efetuar, como é o caso do ofício de porteiro (*Livro I da Correia*, transcrição de José Pinto Loureiro, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1938, Itens 1137 e 1213-1232). Por exemplo, os contratos de arrendamento definiam vários aspectos que ajudam à categorização: o montante, a duração do contrato, a periodicidade de pagamento e as ordinárias (pagamentos extraordinários, por vezes em género) (José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 83-85).

<sup>15</sup> Kenneth Bailey, *Typologies and taxonomies...*, cit., p. 4.

<sup>16</sup> O que foi realizado em Patrícia Costa Valente, *Administrar, Registar, Fiscalizar, Gastar...*, cit., p. 67, 89-126. A autora elaborou uma metodologia de categorização da despesa sólida e bem argumentada, baseada em “tipos, ou setores, de despesa”, classificados em três níveis. Optamos por não utilizar a sua metodologia porque foi criada a pensar no caso prático do Porto, contendo algumas categorias (como as despesas com o ensino, por exemplo) que são praticamente inexistentes noutras municípios.

O terceiro fator passa pela inclusão e uniformização dos conceitos utilizados na literatura. Apesar das diferenças encontradas nas tipologias utilizadas nos diferentes estudos de finanças municipais, é possível encontrar-se alguns pontos de contacto. Este aspecto deriva do facto de os historiadores basearem os seus estudos em fontes primárias que, apesar das diferentes geografias e tipologia, apresentam uma certa regularidade ao nível dos conceitos. Por outro lado, é frequente que os estudos mais recentes tenham como base os trabalhos mais antigos, o que pode levar à incorporação de metodologias e conceitos.

## 1.2. A definição de uma tipologia<sup>17</sup>

Tendo em conta o exposto, apresentamos as categorias de despesas que podem ser aplicadas à generalidade dos estudos. Realçamos que, devido à sua representatividade, não se justifica em todos os casos a existência de todas as categorias da forma que aqui estão representadas, podendo algumas ser inexistentes, ou serem incorporadas na categoria “outras”.

*Funcionalismo.* As câmaras municipais dispunham de um corpo de oficiais alargado, responsável pela administração do concelho, além de também serem responsáveis pelo sustento de alguns oficiais régios que se deslocavam ou trabalhavam no seu município. Estes poderiam auferir rendimentos de diversos tipos, como aposentadorias (ajuda com os gastos de residência dos oficiais da corregedoria, provedoria e que participavam na arrecadação de impostos, como os oficiais das décimas), emolumentos, pagamentos de vistorias, propinas públicas (que derivavam da participação em procissões religiosas – em alguns casos, como o dos vereadores e do procurador da câmara, eram os únicos rendimentos que poderiam auferir, visto estarem proibidos pela lei de auferir salário), salários/ordenados (pagos aos oficiais que não participavam na governação, caso do escrivão, tesoureiro, guarda, porteiro...), ajudas de custo, mercês (recompensas pelos bons serviços), rubricas de livros, pagamentos pela realização de eleições e outras prestações de serviços.

*Administração.* Os municípios tinham a seu encargo uma grande diversidade de gastos administrativos, com vista ao cumprimento das funções de que estavam incumbidos. Estes poderiam corresponder a aferimentos de pesos e medidas, gastos com a administração de rendas, consumíveis, eleições, lançamento de

---

<sup>17</sup> Este é um estudo exploratório e, por essa razão, as categorias apresentadas são provisórias e abertas a reinterpretações e reorganizações e não invalida a incorporação de novas categorias na lista. A bibliografia utilizada para a categorização encontra-se citada na Introdução.

impostos, gastos de representação, trabalhos de escrita diversos e despesas com vistorias de obras. É uma categoria difícil de definir por ter características um pouco mais heterogéneas, comparativamente às restantes.

*Obras.* Os municípios tinham como uma das suas funções zelar pelo bom estado e preservação das infraestruturas da cidade: as casas da câmara, açougue, muralhas, torres, castelos, cadeias, estradas, caminhos, calçadas, pontes, fontes, chafarizes, etc. A realização de obras e restauros nestes edifícios eram investimentos vistos como importantes, apesar de nem sempre os municípios possuírem os recursos necessários para a sua realização.

*Festividades e celebrações.* A Câmara Municipal estava incumbida de organizar os momentos altos de envolvência social e política municipal, caso da celebração das principais datas religiosas e dos momentos mais marcantes da vida política e da casa real, como os casamentos e nascimentos. Estas celebrações poderiam implicar o recurso a músicos, organização de jogos e corridas de touros, realização de sermões, colocação de luminárias pelas cidades, entre outras despesas.

*Comunicações e transportes.* Numa época em que as comunicações eram dificultadas pela falta de meios e pelas fracas vias de comunicação, as câmaras municipais realizavam vários gastos com o transporte de pessoas e bens, além da troca de correspondência, entrega de recados e realização de viagens com vista à resolução de negócios relacionados com o município. Estes correspondiam a pagamentos a correios e despesas com diligências, onde se incluem os salários e viáticos de caminheiros e gastos com cavalgaduras.

*Assistência.* Gastos com o cuidado das crianças abandonadas, conhecidas por expostos ou enjeitados, mas também com as esmolas atribuídas aos mais necessitados (pobres, soldados que passavam pelo município, religiosos, presos...).

*Justiça.* Gastos relacionados com a aplicação da justiça (e execução de sentenças), com os custos de processos judiciais e de demandas e com as levas dos presos.

*Militar.* Dizem respeito a gastos com as levas dos soldados, eleições militares (do capitão-mor e sargento-mor), realização de arrolamentos de soldados e despesas com o abastecimento e alojamento das tropas.

*Empréstimos à câmara.* Esta categoria corresponde aos montantes emprestados aos municípios, em particular o dinheiro emprestado pelo tesoureiro no final do período contábil, quando as câmaras não tinham dinheiro suficiente para cobrir todos os gastos.

*Outras despesas* (menos representativas). Nesta categoria incluem-se os gastos pouco representativos, além dos referentes a devoluções de receitas cobradas indevidamente.

*Não identificadas.* Esta categoria engloba as despesas que, devido à ausência de informação, são impossíveis de identificar, além dos gastos que correspondem

a aglomerados de categorias, lançados numa só rubrica, mas sem informação que permita a sua destrinça.

Deve-se fazer menção à terça régia, que, apesar de não ser uma despesa em si, é considerado por muitos historiadores como tal. Esta consistia no pagamento de 1/3 do total das receitas próprias camarárias para a coroa. Devido à sua proporcionalidade é mais pesada quanto maior for o produto da receita. Alguns concelhos tinham partes dos seus rendimentos isentos do pagamento das terças<sup>18</sup>. Mais raras eram as isenções totais, como era o caso de Coimbra<sup>19</sup>. A terça era retirada à receita, pelo que não necessita de constar na análise das categorias de despesa.

## 2. O contexto

A cronologia em análise corresponde a um período conturbado da História de Portugal. Em 1762, ainda se sentiam os efeitos do terramoto de 1755 e Portugal estava a braços com uma guerra com a Espanha e a França. Ainda assim, o Pombalismo correspondeu a um período de equilíbrio das finanças públicas. Por sua vez, na viragem do século, os saldos negativos foram-se acumulando. As Invasões Francesas e a instabilidade que se seguiu até à Revolução Liberal, tiveram um impacto profundo no país, não só nas finanças públicas, mas também em todos os setores económicos do reino<sup>20</sup>, apesar da decadência económica portuguesa ter origens mais profundas. Desde 1750 que o PIB *per capita* em Portugal diminuiu<sup>21</sup>.

Os séculos XVIII e XIX corresponderam, no entanto, a um período de crescimento populacional. De acordo com Palma, Reis e Zhang, a província da Beira foi uma das regiões portuguesas que mais cresceu demograficamente, entre 1530 e 1864. A segunda metade do séc. XVIII e inícios do séc. XIX correspondeu a um dos períodos de crescimento mais acelerado<sup>22</sup>. Observando mais atentamente o intervalo entre 1750 e 1820, constatamos que, à exceção do período entre 1750-1758 e entre 1810-1812, a população cresceu.

<sup>18</sup> José Viriato capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 55-59.

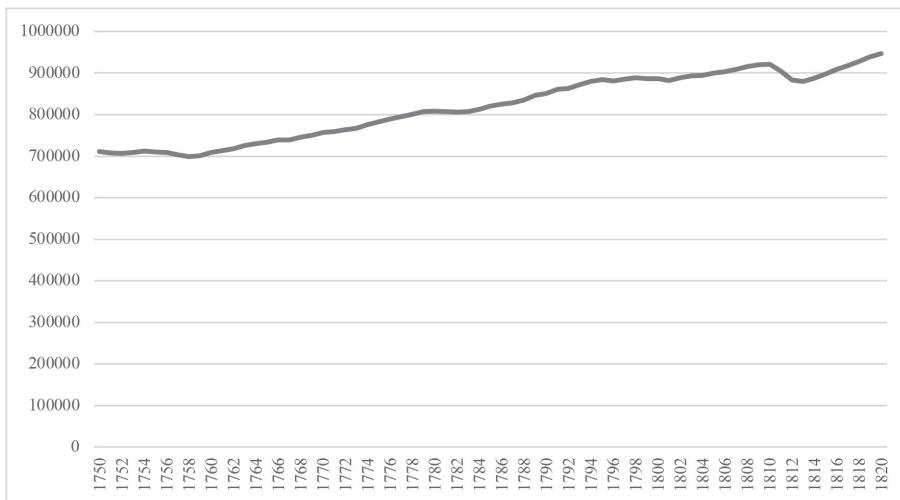
<sup>19</sup> Sobre esta isenção, ver José Luís dos Santos Barbosa, “As finanças da Câmara Municipal de Coimbra nos finais do Antigo Regime...”, cit., p. 111.

<sup>20</sup> Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Munch Miranda, *História Económica de Portugal, 1143-2010*, 3<sup>a</sup> ed., Lisboa, Esfera dos Livros, 2014, p. 290-300.

<sup>21</sup> Nuno Palma e Jaime Reis, “From convergence to divergence...”, cit., p. 477-506.

<sup>22</sup> Nuno Palma, Jaime Reis e Mengtian Zhang, “Reconstruction of regional and national population using intermittent census-type data: The case of Portugal, 1527–1864”, *Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History*, (2019), p. 10 [1-16].

Gráfico II – Evolução da população na província de Beira, 1750-1820



Fonte: Nuno Palma, Jaime Reis e Mengtian Zhang, “Reconstruction of regional and national population…”, cit.

A análise mais específica do caso de Coimbra demonstra que a cidade conheceu um crescimento populacional na segunda metade do séc. XVIII: de cerca de 13 500 habitantes, em 1756, para 15 830, em 1798. Na viragem para o séc. XIX, houve uma ligeira diminuição no número de efetivos populacionais, contabilizando-se, em 1826, cerca de 14 000 habitantes<sup>23</sup>.

Pelos livros de recrutamento militar, criados no seguimento das reformas do Conde de Lipe, conhecemos um pouco mais da estrutura económica da cidade<sup>24</sup>.

<sup>23</sup> Ana Isabel Ribeiro, *Nobreza e Governança. Identidades e perfis sociais (Coimbra, 1777-1820)*, Coimbra, Tese de doutoramento em História, na especialidade de História Moderna, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012, p. 55-58, citando Armando Carneiro da Silva, “Evolução da população coimbrã”, *Arquivo Coimbrão*, vol. XXIII, (1968), Coimbra, p. 193-305.

<sup>24</sup> Estas fontes consistem em listas com (supostamente) todos os agregados familiares do distrito militar de Coimbra (área de recrutamento da Capitania-mor) onde viviam homens, independentemente do seu estado civil, idade ou profissão. A cidade de Coimbra foi organizada em quatro companhias: S. Pedro, S. João e S. Salvador; St. Justa e St. Cruz; S. Bartolomeu e S. Tiago; e Celas. A freguesia da Sé não é mencionada.

Tabela II – Atividades económicas na cidade de Coimbra, 1764

	S. Pedro, S. João e S. Salvador	St. Justa e St. Cruz	S. Bartolomeu e S. Tiago	Celas	TOTAL
Primário	29,45%	4,75%	1,18%	57,43%	24,10%
Secundário	35,96%	60,25%	46,36%	26,97%	41,13%
Terciário	34,59%	35,00%	52,45%	15,60%	34,76%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100%

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Coimbra [AHMC], *Registo Militar: I.*

Em comparação com o séc. XVI e XVII, estudados por António de Oliveira<sup>25</sup>, a estrutura económica da cidade, no séc. XVIII, tinha um peso maior do setor primário, como consequência da expansão da cidade fora da zona murada, em particular nas imediações de Celas e de Santo António dos Olivais.

No que concerne às finanças municipais na Época Moderna, convém realçar que havia três tipos de contabilidades/finanças diferentes: as provenientes de receitas próprias, as receitas extraordinárias e as receitas consignadas<sup>26</sup>. As primeiras tinham origem nos rendimentos que eram de facto camarários, ou seja, que as câmaras geriam com maior autonomia. Eram as rendas mais regulares e, por essa razão, as mais importantes para o pagamento das despesas habituais.

As receitas extraordinárias dizem respeito aos sobejos, em particular das sisas, que sobravam sempre que a arrecadação ultrapassasse o valor estipulado no cabeção das sisas. Incorporaram também os impostos extraordinários, conhecidos por fintas. Por fim, as receitas consignadas estavam limitadas a uma aplicação específica, para a qual estava designada, caso do donativo de D. Afonso de Castelo Branco atribuído à Câmara Municipal de Coimbra<sup>27</sup>. Era comum que cada uma destas contabilidades tivesse uma escrituração e cofres próprios<sup>28</sup>. A nossa análise incide exclusivamente no estudo da aplicação da receita própria municipal. Por razões de economia de espaço, não incluímos o estudo do donativo de D. Afonso de Castelo Branco.

<sup>25</sup> António de Oliveira, *A Vida Económica e Social em Coimbra de 1537 a 1640*, Coimbra, Palimage, 2016, p. 361-372 e 1015-1029.

<sup>26</sup> José Viriato capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 27-35.

<sup>27</sup> Este consistia no rendimento de um juro de 6 000 cruzados e estava consignado à Câmara Municipal para gastos nas obras das calçadas e fontes e com as levas de soldados e presos. Cf. Alberto da Rocha Brito, *As finanças quinhentistas...*, cit., p. 81-82.

<sup>28</sup> Patrícia Costa, *Finanças e Poder...*, cit., p. 189-191.

### **3. A despesa da Câmara Municipal de Coimbra: estrutura e evolução**

Após uma análise pormenorizada dos gastos e tentando implementar a tipologia estabelecida na secção anterior, optamos por organizar a despesa da Câmara de Coimbra da seguinte forma, por ordem de grandeza: *funcionalismo, não identificadas, administração, obras e reparos, empréstimos à Câmara, outras despesas, celebrações e festividades e justiça*. As categorias menos representativas ficam incluídas na categoria *outras*.

Tabela III – Composição da despesa da Câmara Municipal de Coimbra, 1762-1820

Década	1762-1770	1771-1780	1781-1790	1791-1800	1801-1806	1812-1820	1762-1820
Funcionalismo	70,26%	66,50%	72,05%	58,36%	31,47%	46,80%	60,12%
N. i.	1,78%	0,91%	0,03%	7,40%	42,69%	21,17%	9,35%
Administração	3,51%	9,44%	4,37%	4,26%	3,10%	13,24%	6,47%
Obras e reparos	1,42%	4,70%	5,75%	9,80%	13,14%	6,29%	6,32%
Empréstimos à Câmara	12,48%	4,70%	4,32%	9,30%	0,00%	1,62%	6,02%
Outras	3,12%	2,71%	5,20%	5,87%	4,04%	6,80%	4,57%
Celebrações e festividades	5,47%	5,60%	5,28%	3,37%	1,30%	2,31%	4,17%
Justiça	1,97%	5,43%	3,00%	1,64%	4,26%	1,77%	2,98%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Os gastos com o funcionalismo equivaleram a 60% do total, no período analisado. Correspondem ao pagamento de salários, propinas, mercês, ajudas de custo, despesas com as aposentadorias dos oficiais régios, tomadas de contas da provedoria e rubricas de livros. Estes pagamentos eram a prioridade da Câmara e o senado tentava, dentro do possível, cumprir, mesmo que implicasse um saldo negativo no final do ano<sup>29</sup>.

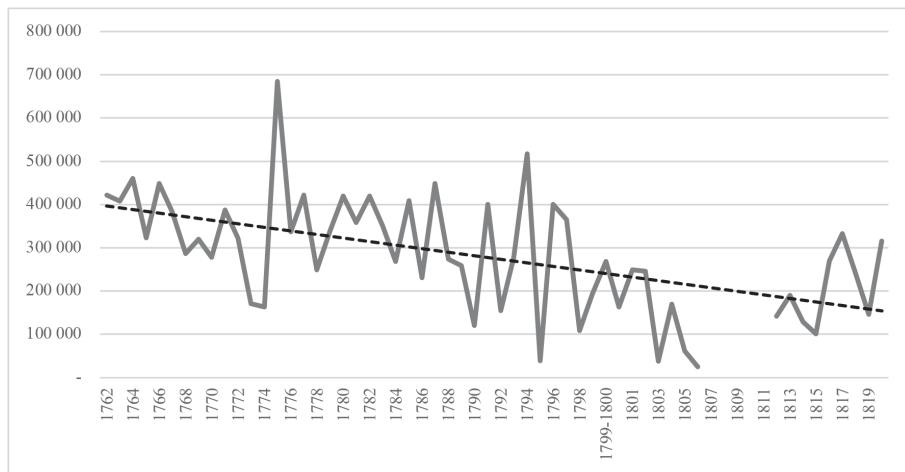
O pagamento desta categoria foi bastante irregular. A justificação para tal prende-se com os atrasos no pagamento. A título de exemplo, em 1774, foi pago o ordenado do síndico, relativo aos anos de 1772 e 1773<sup>30</sup>. Em 1780, satisfez-se o ordenado do escrivão da Câmara referente aos anos de 1774 e

<sup>29</sup> Sérgio Cunha Soares, *O município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo*, vol. III, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2004, p. 82-83.

<sup>30</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1748-1780, fl. 116.

1779<sup>31</sup>. Com o tempo, os gastos com o funcionalismo foram diminuindo e todas as suas subcategorias baixaram. O crescimento da categoria de “despesas não identificadas” foi uma das causas, porque se desvirtuou a proporção gasta em cada uma das restantes categorias. O facto de as fontes não conterem muito detalhe sobre os oficiais que recebiam e o período relativo ao pagamento, não nos permite realizar uma análise mais aprofundada. Tendo em conta que, conforme vamos verificar mais à frente, os saldos positivos aumentam um pouco, a falta de dinheiro não se afigura como responsável por esta diminuição.

Gráfico III – Gastos com o funcionalismo da Câmara Municipal de Coimbra e LTL, 1762-1820 (Valores reais, deflacionados ao ano de 1762, em réis)



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Comparando com a realidade do séc. XVII, entre 1601 e 1660 o funcionalismo representou 54,09%<sup>32</sup> das despesas municipais coimbrãs (em comparação com 60% na segunda metade do séc. XVIII e inícios do XIX), conhecendo um crescimento de aproximadamente 40% nesse período, motivado pelo aumento do número de mercês atribuídas e pelo aparecimento de novos cargos<sup>33</sup>. O séc. XVII foi um período de implementação de novos

<sup>31</sup> AHMC, Receitas e Despesas, 1780-1802, fl. 11.

<sup>32</sup> José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 144-149.

<sup>33</sup> Devemos realçar que as categorias que constituem este estudo contêm algumas diferenças relativamente à organização utilizada no estudo da Câmara Municipal de Coimbra no séc. XVII. Essas diferenças vão sendo referidas ao longo do trabalho.

impostos (real de água, décima, aumento do cabeção das sisas), o que levou ao aparecimento de despesas com a arrecadação dos mesmos, nomeadamente salários de oficiais<sup>34</sup>.

Uma das razões para o aumento do peso do funcionalismo no total das despesas no séc. XVIII, relativamente ao XVII, prende-se com a metodologia, ou seja, com os grupos que constituem a categoria. Neste trabalho, optamos por incluir as despesas com as tomadas de conta, rubricas e eleições no funcionalismo, por se tratar de pagamentos realizados a oficiais da Câmara ou régios. No que diz respeito à diminuição dos gastos com o funcionalismo ao longo do séc. XVIII e inícios do XIX, a justificação prende-se com o desaparecimento de algumas despesas, como as mercês e as aposentadorias de oficiais, em particular régios, muito presentes no séc. XVII.

Em comparação com outras câmaras portuguesas do mesmo período, constatamos que o funcionalismo era, regra geral, a maior despesa. Contudo, a proporção deste gasto variava bastante, estando dependente da estrutura do oficialato local, que determinava uma maior ou menor percentagem desta despesa.

Tabela IV – Gastos com o funcionalismo em Portugal, séc. XVIII e inícios do séc. XIX

Município	Período	Percentagem
Braga	1820	64%
Braga	1801-1810	50%
Guimarães	1789-1812	47%
Viseu	1770	45,6%
Gouveia	1780-1799	40,63%
Penafiel	1782-1820	33,31%
Vila Nova de Cerveira	1786-1795	24,6% <sup>35</sup>
Évora	1750-1820	24,2%
Braga	1760	20%

Fonte: Elaboração própria<sup>36</sup>.

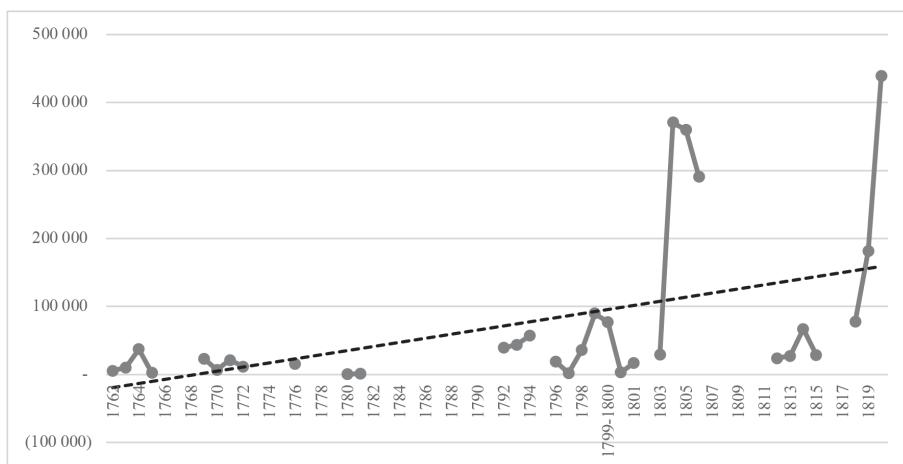
<sup>34</sup> José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 147-149.

<sup>35</sup> Não inclui os salários dos oficiais régios, como os do corregedor e provedor. Estes, por sua vez, estão agrupados aos restantes gastos de provedoria e corregedoria, que corresponderam a 1,4% e 3,4%, respetivamente. José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...* cit., p. 222.

<sup>36</sup> Dados retirados de: José Viriato Capela, *Fidalgos, Nobres e Letrados no governo do município Bracarense: A administração económica e financeira da Câmara no apogeu e crise do “Antigo Regime”*, ICS-Universidade do Minho, Braga, 1999, p. 137; José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 285; Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo...*,

As despesas não identificadas incluem os registos que contêm pouca ou nenhuma informação, não sendo possível a sua identificação (72%) e os gastos lançados em conjunto, numa rubrica só, não sendo possível realizar a destriňa (28%). Correspondem a 9,35% do total da despesa, apesar de, em alguns, ter representado a quase totalidade das despesas, como ocorreu em 1805 e 1806.

Gráfico IV – Gastos com as despesas não identificadas da Câmara Municipal de Coimbra e LTL, 1762-1820 (Valores reais, deflacionados ao ano de 1762, em réis)



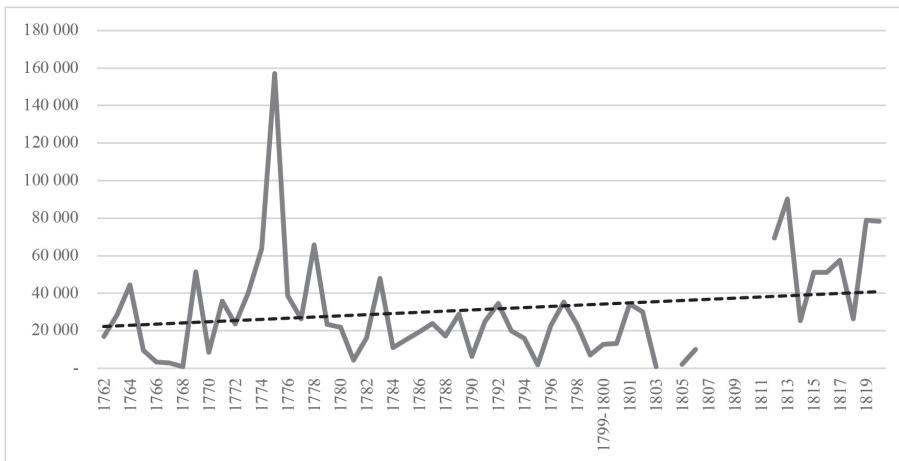
Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Os gastos administrativos representam 6,47% das despesas. Tal como ocorreu com o funcionalismo, o pagamento desta despesa não foi regular, chegando a desaparecer em 1804, devido ao crescimento da categoria “Não identificadas”. Os gastos administrativos aumentaram com o tempo, em particular a seguir ao período das Invasões Francesas, o que se refletiu no seu peso no cômputo geral. Este crescimento justifica-se, essencialmente, com o aumento das despesas de administração das rendas, que representavam um valor que correspondia à terça parte do total arrecadado<sup>37</sup> e com o maior custo no lançamento de impostos (em particular, da décima), as maiores subcategorias deste grupo.

cit., p. 378-388; Sérgio Cunha Soares, “Aspectos da Política Municipal Pombalina...”, cit. p. 96; Eduardo Mota, *Administração municipal de Gouveia...*, cit., p. 125; José Luís Barbosa, “As receitas e despesas...”, cit., p. 203-204.

<sup>37</sup> O regime de administração consistia num modelo de exploração de um rendimento em que o administrador, nomeado pela Câmara, auferia uma percentagem do total arrecadado.

Gráfico V – Gastos com a administração da Câmara Municipal de Coimbra e LTL,  
1762-1820 (Valores reais, deflacionados ao ano de 1762, em réis)



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

No séc. XVII, a Câmara Municipal de Coimbra alocou nas despesas administrativas 5,61% do total<sup>38</sup>. Nesse período, o principal gasto administrativo correspondia à realização de vistorias – 47% do total. A grande diferença para o séc. XVIII e XIX está também no crescimento dos gastos com o lançamento de impostos e consumíveis e os já referidos gastos com a administração das rendas. Por outro lado, e conforme foi referido anteriormente, as subcategorias tomadas de conta, rubricas e eleições foram inseridas na categoria funcionalismo, estando anteriormente na categoria administração. Sendo uma categoria difícil de definir, nem sempre se encontra presente noutros estudos de finanças municipais. A sua proporção varia bastante entre os municípios, fruto da definição do tipo de despesas que pode constar na categoria.

Este regime contrastava com o arrendamento, prática mais em voga à época, em que o rendeiro se comprometia a pagar um valor fixo por ano de contrato, independentemente do valor arrecadado. Podemos encontrar alguns exemplos nos livros de *Notas e de Receita e despesa*: AHMC, Notas, 1700-1721, fl. 53 e AHMC, Receita e Despesa, 1780-1802, fl. 47-47v, 193.

<sup>38</sup> José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 179-184.

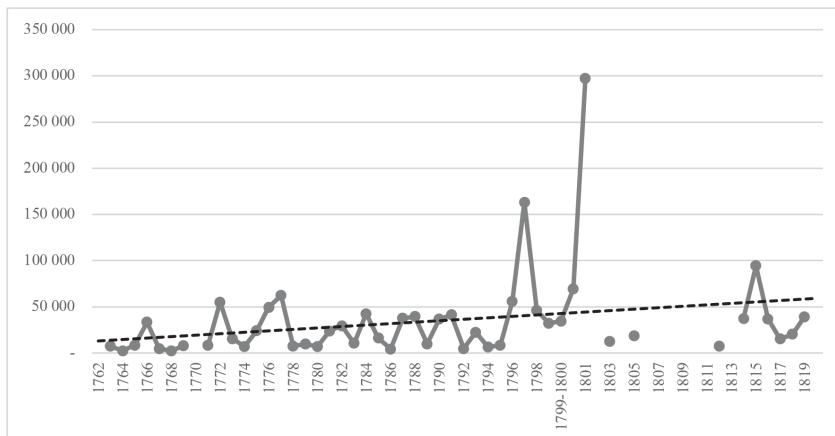
Tabela V – Gastos com a administração em Portugal, séc. XVIII e inícios do séc. XIX

Município	Período	Percentagem
Viseu	1770	14,5%
Vila Nova de Cerveira	1786-1802	12,8% <sup>39</sup>
Gouveia	1780-1799	12,93%
Évora	1750-1820	1,7% <sup>40</sup>

Fonte: Elaboração própria<sup>41</sup>.

Os gastos com as obras representaram 6,3%. Conforme referido, o município de Coimbra usufruía do Donativo de D. Afonso de Castelo Branco que suportava algumas despesas relacionadas com as obras, o que retirava alguma responsabilidade à Câmara na aplicação das receitas próprias nesse tipo de despesa<sup>42</sup>. A grande despesa verificada no ano de 1801 não se encontra explicitada pelo escrivão, tendo uma designação genérica<sup>43</sup>.

Gráfico VI – Gastos com obras da Câmara Municipal de Coimbra e LTL, 1762-1820  
(Valores reais, deflacionados ao ano de 1762, em réis)



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

<sup>39</sup> Designada pelo autor como “outros encargos municipais” – onde constam também as esmolas e gastos militares, entre outros.

<sup>40</sup> Em Évora consideramos como despesas administrativas as “despesas miúdas”.

<sup>41</sup> Dados retirados de: Sérgio Cunha Soares, “Aspectos da Política Municipal Pombalina...”, cit., p. 103; Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo...*, cit., p. 376; José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 222; Eduardo Mota, *Administração municipal de Gouveia...*, cit., p. 125.

<sup>42</sup> Alberto da Rocha Brito, *As finanças quinhentistas...*, cit., p. 81-82.

<sup>43</sup> AHMC, Receitas e Despesas, 1800-1812, fl. 16.

Em Coimbra, no séc. XVII, a Câmara alocou para as despesas com obras apenas 1,6% dos seus rendimentos<sup>44</sup>, o que significa que, para o séc. XVIII, houve um grande aumento nos gastos municipais com obras públicas. A principal razão para o aumento dos gastos com as obras era a disponibilidade de dinheiro. A realização deste tipo de investimentos, apesar de ser considerado fundamental, não tinha a mesma importância que o pagamento de salários e propinas, considerados sempre prioritários. Por isso, a realização de obras só era efetuada mediante a existência de dinheiro. Apesar da diminuição da receita, a despesa mais importante (funcionalismo) também diminuiu, o que permitiu uma canalização do dinheiro para esta categoria.

Em comparação com as outras câmaras portuguesas do séc. XVIII e XIX, constatamos que a percentagem aplicada variava muito, dependendo da necessidade/capacidade em se investir nas obras e reparos no concelho.

Tabela VI – Gastos com as obras em Portugal, séc. XVIII e inícios do séc. XIX

Município	Período	Percentagem
Chaves	1790-1834	48%
Caminha	1811-1820	32,9%
Alter do Chão	1775-1797	19,65%
Guimarães	1789-1812	16%
Vila Nova de Cerveira	1786-1795	11,6%
Penafiel	1782-1820	10%
Viana do Castelo	1740-1770	9,3%
Gouveia	1780-1799	7%
Porto	1706-1777	5%
Viseu	1770	2,2%
Évora	1750-1820	2,2%

Fonte: Elaboração própria<sup>45</sup>.

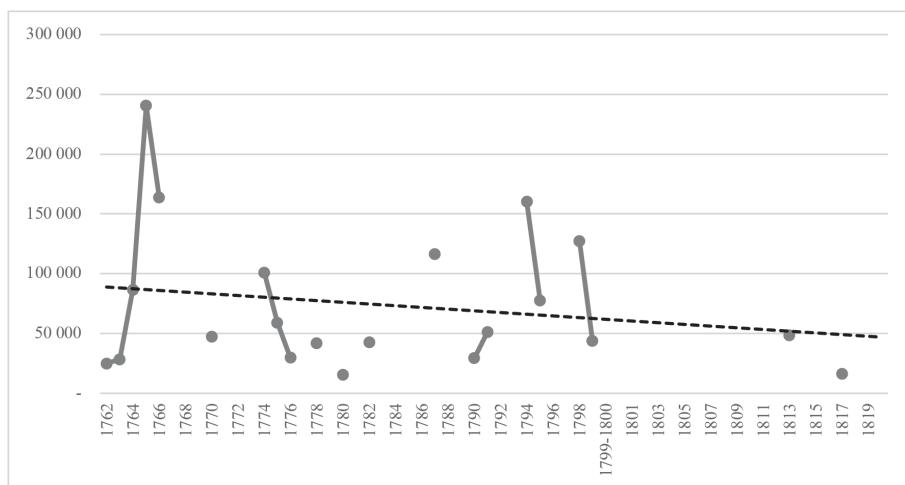
Os empréstimos à Câmara significaram 6,02%. Na sua maioria dizem respeito aos empréstimos do tesoureiro sempre que a Câmara não tinha dinheiro suficiente no final de um período contábil. Apenas numa ocasião a Câmara recorreu a um

<sup>44</sup> José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 189.

<sup>45</sup> Dados retirados de: Sérgio Cunha Soares, “Aspectos da Política Municipal Pombalina...”, cit., p. 103; José Luís Barbosa, “As receitas e despesas...”, cit., p. 204; Eduardo Mota, *Administração municipal de Gouveia...*, cit., p. 125; Patrícia Costa, *Finanças e Poder...*, cit., p. 276-277; Rogério Capelo Pereira Borralheiro, *O Município de Chaves...*, cit., p. 185; Teresa Casquilho Ribeiro, *O Município de Alter...*, cit., p. 213; Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo...*, cit., p. 390; José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 193, 222, 242 e 289.

empréstimo que não teve origem no tesoureiro. Aconteceu em 1799 e o dinheiro emprestado teve origem no cofre do Donativo de D. Afonso de Castelo Branco, no valor de 43 475 réis (nominal). Entre 1762 e 1820, correspondeu a 6,02% do total. Trata-se de uma “despesa” irregular, mas que em alguns anos teve um peso muito significativo nas finanças municipais. Os montantes declarados nem sempre correspondem ao valor do saldo negativo do ano anterior<sup>46</sup>, como ocorre em 1774, ano em que a Câmara pagou ao tesoureiro o dinheiro que este emprestara nos anos de 1772 e 1773<sup>47</sup>.

Gráfico VII – Gastos com os empréstimos à Câmara Municipal de Coimbra e LTL, 1762-1820 (Valores reais, deflacionados ao ano de 1762, em réis)



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Em Évora, os empréstimos à Câmara corresponderam à quarta maior despesa, representando 11,8% do total<sup>48</sup>. Em Penafiel, as dívidas ao tesoureiro e escrivão (que em alguns anos assumiu os prejuízos), ascenderam a 9,6% das despesas<sup>49</sup>. No séc. XVII, a Câmara gastou 4,57% do seu rendimento a saldar as dívidas ao tesoureiro<sup>50</sup>.

<sup>46</sup> Por essa razão, estes valores podem não coincidir com aqueles apresentados nas tomadas de contas.

<sup>47</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1748-1780, fl. 115v.

<sup>48</sup> Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo...*, cit., p. 376.

<sup>49</sup> José Luís Barbosa, “As receitas e despesas...”, cit., p. 205.

<sup>50</sup> José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 176-179. Neste estudo esta despesa está inclusa numa categoria maior, intitulada “dívidas e devoluções”.

Tabela VII – Gastos com os empréstimos às câmaras em Portugal, séc. XVIII e inícios do séc. XIX

Município	Período	Percentagem
Évora	1750-1820	11,8%
Penafiel	1782-1820	9,6%

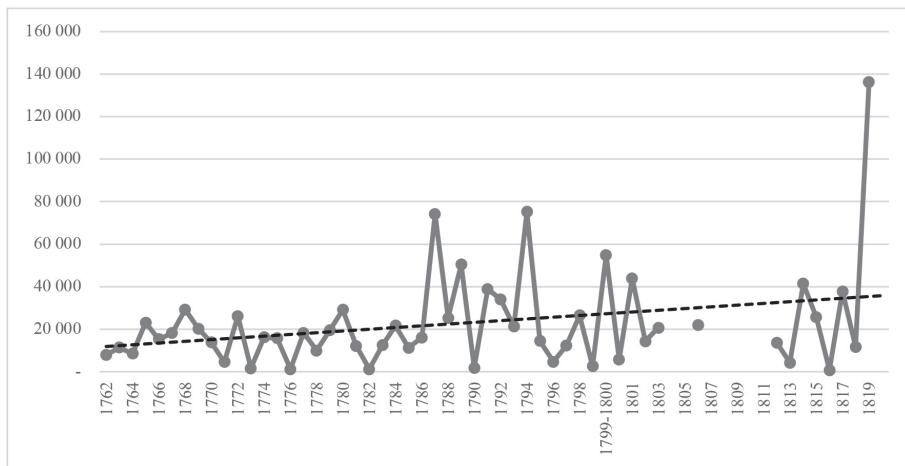
Fonte: Elaboração própria<sup>51</sup>.

A categoria “Outras despesas” inclui os gastos pouco representativos, como por exemplo despesas com o abastecimento (nomeadamente, dinheiro adiantado aos marchantes da câmara para abastecer a cidade de carne), compras de utensílios utilizados na limpeza da câmara e da cadeia, pagamentos de alguns foros e despesas de iluminação da cidade. Incorpora ainda as despesas com as comunicações e transportes (correios e diligências), a assistência (esmolas a pobres) e gastos militares, que correspondem a 0,53%, 0,10% e 0,09% do total de despesas, respetivamente, que poderiam constituir-se como despesas independentes, não fosse a sua pequena representatividade<sup>52</sup>. Totalizou 4,57% do total.

<sup>51</sup> Dados retirados de: Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo...*, cit., p. 384-385; José Luís Barbosa, “As receitas e despesas...”, cit., p. 205.

<sup>52</sup> No séc. XVII, a Câmara de Coimbra gastou 5,15% dos seus rendimentos com as comunicações e transportes. Os gastos com esta categoria baixaram muito, do séc. XVII para o XVIII, devido a duas razões principais. Em primeiro lugar, houve uma menor necessidade da Câmara em recorrer a caminheiros, devido à criação de um sistema nacional de correios (Cf. Margarida Sobral Neto, *As comunicações na Idade Moderna*, Lisboa, Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005). Em segundo lugar, achamos mais apropriado incluir, neste trabalho, as levas com os prisioneiros na categoria justiça e as levas dos soldados na categoria militar, duas despesas que no séc. XVII constavam das comunicações e transportes. A comparação com outros municípios é dificultada pelo facto de, na maior parte dos casos, estes gastos estarem incorporados noutros tipos de categorias. No que diz respeito à assistência, no séc. XVII correspondia à segunda maior despesa da Câmara Municipal de Coimbra, sendo que o cuidado dos expostos equivalia a cerca de 90% do total dessa categoria (José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p.149-152). Contudo, na segunda metade do séc. XVIII e inícios de XIX, essa categoria é praticamente inexistente. Apesar de ser um período de aumento do custo de vida e, consequentemente, da pobreza, as funções assistenciais municipais diminuíram (Leonor Freire Costa et al., *História Económica de Portugal...*, cit., p. 280-282 e Maria Antónia Lopes, *Protecção social em Portugal na Idade Moderna. Guia de estudo e de investigação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 82). Na nossa opinião, a justificação para tal está na transferência da responsabilidade do cuidado dos expostos da Câmara para a Misericórdia de Coimbra, em 1708 (Cf. Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência social e controlo social em Coimbra (1750-1850)*, Vol. I, Viseu, Palimage, 2000, p. 178).

Gráfico VIII – Outras despesas da Câmara Municipal de Coimbra e LTL, 1762-1820  
 (Valores reais, deflacionados ao ano de 1762, em réis)

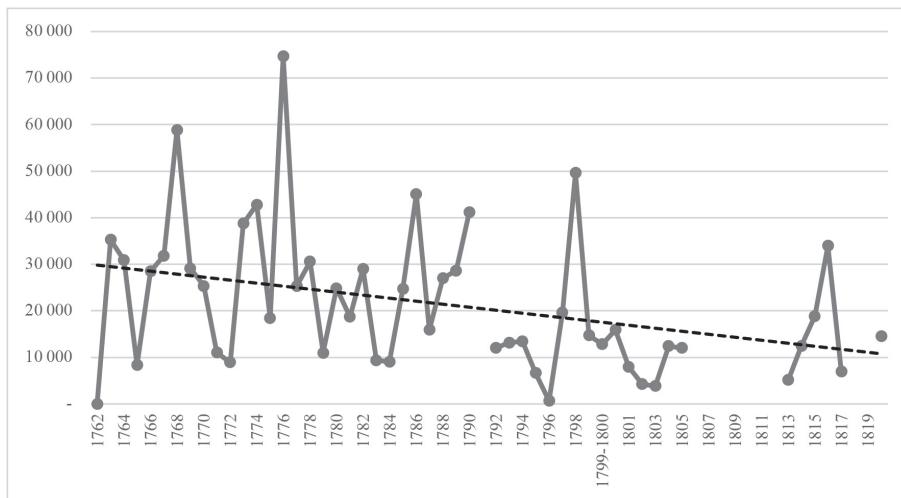


Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

A Câmara Municipal estava incumbida de assinalar as efemérides relacionadas com a vida da família real e celebrar as datas religiosas mais importantes. Normalmente, estas implicavam o pagamento a músicos, a padres (que realizavam sermões) e a compra de cera, entre outras despesas. Correspondeu a 4,17% do total de despesas. A irregularidade apresentada no gráfico prende-se com os atrasos no pagamento. Com o crescimento de outras despesas, o seu peso no cômputo geral diminuiu. No séc. XVII, a Câmara de Coimbra gastou 11,22% dos seus rendimentos em festas e celebrações<sup>53</sup>, sendo a sua terceira maior despesa, o que demonstra um claro contraste com a realidade dos séculos XVIII e XIX.

<sup>53</sup> José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...,* cit., p. 159.

Gráfico IX – Despesa com celebrações e festividades da Câmara Municipal de Coimbra e LTL, 1762-1820 (Valores reais, deflacionados ao ano de 1762, em réis)



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Tal como ocorre para as outras despesas, a sua representatividade noutras câmaras varia consideravelmente. As diferenças justificam-se com as especificidades locais, assim como a disponibilidade de dinheiro existente num determinado período que poderia limitar os gastos disponíveis para uma determinada festa.

Tabela VIII – Gastos com as festividades e celebrações em Portugal, séc. XVIII e inícios do séc. XIX

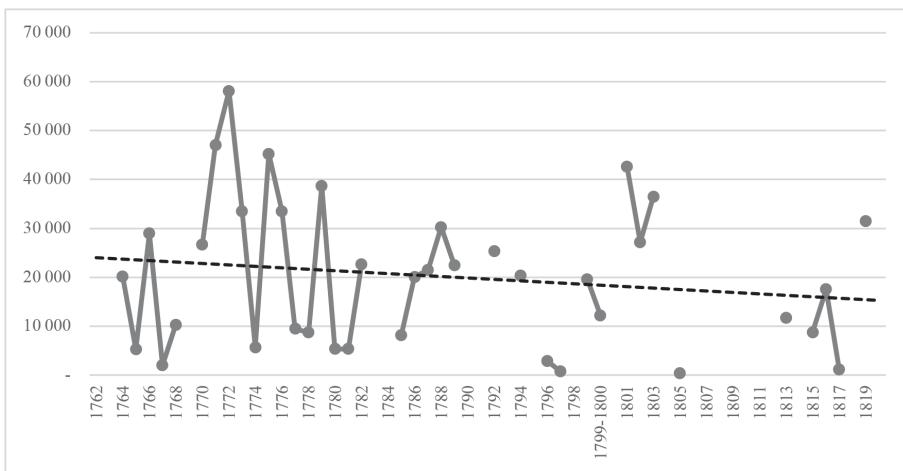
Município	Período	Percentagem
Penafiel	1782-1820	27%
Évora	1750-1820	17,4%
Gouveia	1780-1799	17,17%
Porto	1706-1777	6%
Alter do Chão	1775-1797	3,36%
Viseu	1770	1,9%

Fonte: Elaboração própria<sup>54</sup>.

<sup>54</sup> Dados retirados de: Eduardo Mota, *Administração municipal de Gouveia...*, cit., p. 120; Patrícia Costa, *Finanças e Poder...*, cit., p. 292; Teresa Casquilho Ribeiro, *O Município de*

Por fim, a aplicação da justiça. Totalizou 2,98% das despesas e correspondia, para além da aplicação de penas (execuções), a levas dos prisioneiros para outras localidades (normalmente Tomar e Lisboa) e à realização de vários procedimentos jurídicos, nomeadamente apelações, arbítrios, auditorias, causas, citações, condenações, consignações, demandas, devassas, inquirições, ordens, penhoras, persecutórios, petições e suplicações.

Gráfico X – Despesa com a aplicação da justiça da Câmara Municipal de Coimbra e LTL, 1762-1820 (Valores reais, deflacionados ao ano de 1762, em réis)



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Trata-se de uma despesa irregular e, por essa razão, pouco representativa nas despesas camarárias, apesar da sua importância para o bom funcionamento municipal. A grande diferença relativamente ao séc. XVII está na inclusão das levas dos prisioneiros nesta categoria<sup>55</sup>.

Alter..., cit., p. 213; Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo...*, cit., p. 378; José Luís Barbosa, “As receitas e despesas...”, cit., p. 204-205; Sérgio Cunha Soares, “Aspectos da Política Municipal Pombalina...”, cit. p. 103.

<sup>55</sup> José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 193.

Tabela IX – Gastos com a aplicação da justiça em Portugal, séc. XVIII e inícios do séc. XIX

Município	Período	Percentagem
Évora	1750-1820	1,23%
Alter do Chão	1775-1797	0,60%

Fonte: Elaboração própria<sup>56</sup>.

Em suma, os estudos apresentados revelam que, apesar das diferentes metodologias utilizadas para categorizar as despesas municipais no séc. XVIII e inícios do XIX, a estrutura das finanças apresenta traços em comum e é possível fazer leituras de conjunto. As grandes diferenças ocorrem ao nível da proporção que cada categoria tem no cômputo geral das despesas. Há duas razões para tal. Em primeiro lugar, como já foi referido, a categorização utilizada, mais especificamente, o que foi incluído em cada categoria. Em segundo lugar, as especificidades locais. Cada câmara tem uma estrutura financeira independente e as forças uniformizadoras, como a legislação régia, não foram suficientes para padronizar e homogeneizar o panorama financeiro municipal em Portugal na época moderna<sup>57</sup>.

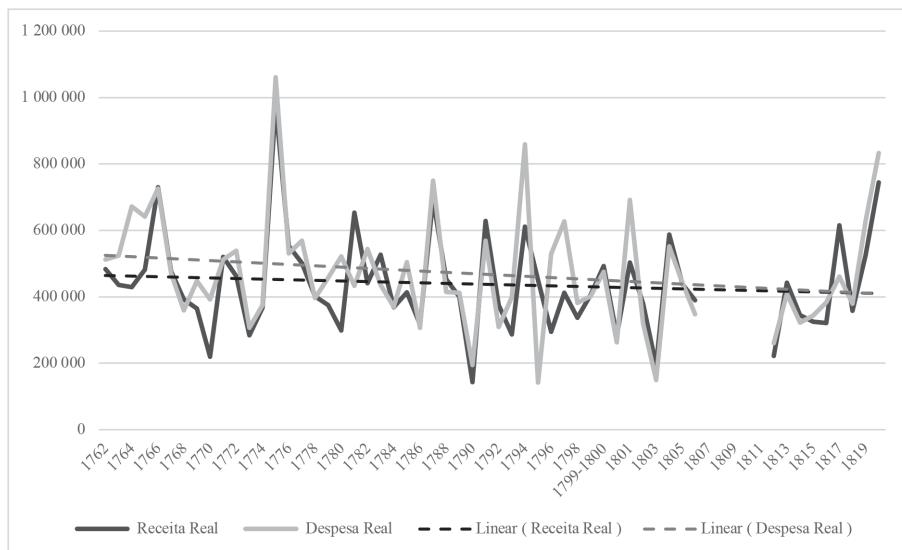
A análise da estrutura da despesa revela que esta estava orientada para o funcionamento da máquina administrativa, ou seja, proporcionar aos oficiais as condições necessárias para exercerem as suas atividades.

A evolução geral da despesa aponta para uma diminuição. Esta tendência segue a receita, conforme apresentado no início deste trabalho. Tal como a receita, o atraso no lançamento de algumas despesas ajuda a justificar esta variação.

<sup>56</sup> Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo...*, cit., p. 378; Teresa Casquilho Ribeiro, *O Município de Alter...*, cit., p. 213.

<sup>57</sup> Patrícia Costa Valente refere que as finanças da Câmara Municipal do Porto, na segunda metade do séc. XVII, apresentam muitas diferenças relativamente aos restantes municípios portugueses do séc. XVIII, o que “seria de esperar”, devido às reformas administrativas adotadas no período do Pombalismo (Patrícia Costa Valente, *Administrar, Registar, Fiscalizar, Gastar...*, cit., p. 65-66). Na nossa opinião, para além deste aspecto, é necessário levar em conta que as diferenças também resultam de especificidades e características locais e da instituição. Por exemplo, o caso de Coimbra pouco mudou do séc. XVII para o XVIII, demonstrando, inclusive, que a estrutura da despesa se manteve sólida ao longo do tempo. Por outro lado, voltamos a referir que as diferentes metodologias de análise também são responsáveis por essas alterações.

Gráfico XI – Receita e despesa da Câmara Municipal de Coimbra e LTL, 1762-1820 (Valores reais, deflacionados ao ano de 1762, em réis)



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Em alguns momentos a Câmara não possuía dinheiro para fazer face às suas despesas, o que motivou atrasos em alguns pagamentos<sup>58</sup>. Este procedimento já se verificara no séc. XVII, havendo várias indicações da parte do escrivão de que algumas despesas não se tinham realizado porque a Câmara não tinha dinheiro<sup>59</sup>. Parece-nos que, numa perspetiva de curto prazo, era a receita que comandava a realização da despesa, devido ao facto de esta se realizar mediante a existência de dinheiro no cofre<sup>60</sup>. Normalmente, a Câmara não recorria ao crédito externo junto de outras entidades. Quando era necessário efetuar algumas despesas importantes, o tesoureiro emprestava o montante em falta no final do ano, sem

<sup>58</sup> Não é possível apresentar uma estatística segura sobre a percentagem de despesas pagas em atraso, devido às limitações apresentadas pelas fontes. Ainda assim, são vários os atrasos declarados pelo escrivão. Em média, o pagamento atrasado das despesas ocorria um ano e meio após a data da realização da despesa.

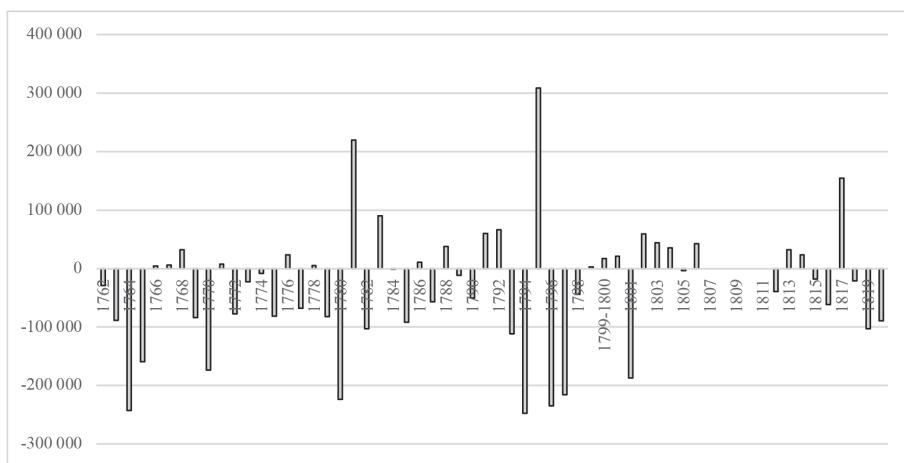
<sup>59</sup> José Luís Barbosa, *As finanças da Câmara...*, cit., p. 22-26.

<sup>60</sup> A provisão do Desembargo do Paço de 10 de janeiro de 1650 determinou que o tesoureiro não adiantasse dinheiro aos vereadores para as despesas, sem que se verificasse em primeiro lugar a percepção das receitas para esse ano. Sérgio Cunha Soares, *O município de Coimbra...*, cit., vol. III, p. 83.

juros. Mas numa perspetiva de média/longa duração, acreditamos ser a despesa a “pressionar” a obtenção de novas receitas, com vista ao equilíbrio das contas.

Sobre o impacto das Invasões Francesas nas finanças, conhecemos muito pouco através dos livros de receita e despesa, devido ao facto de entre 1807 e 1811 não haver registos. Sabemos, ainda assim, que nos anos seguintes às Invasões, a Câmara pagou algumas despesas efetuadas durante esse período<sup>61</sup>, mas que não evidenciam um grande endividamento da instituição.

Gráfico XII – Saldos da Câmara Municipal de Coimbra, 1762-1820 (Valores reais, deflacionados ao ano de 1762, em réis)



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

A evolução das finanças camarárias demonstra que os saldos positivos aumentaram um pouco com o tempo, mas a realidade não se alterou significativamente. No total, entre 1762 e 1820, a Câmara teve 23 saldos positivos (42%) e 32 negativos (58%). A receita e a despesa diminuíram ao longo da cronologia em análise e, em muitos anos, os rendimentos não foram suficientes para acudir a todas as despesas. As duas últimas décadas do séc. XVIII e a primeira do séc. XIX, conheceram um aumento dos saldos positivos, havendo novo agravamento entre 1812 e 1820.

<sup>61</sup> Por exemplo, as aposentadorias do Juiz de Fora e Provedor da Comarca e a cera adquirida para a festa de Nossa Senhora das Candeias, em 1810, no valor de 67 820 réis. AHMC, Receita e Despesa, 1815-1820, fl. 15, fl. 26.

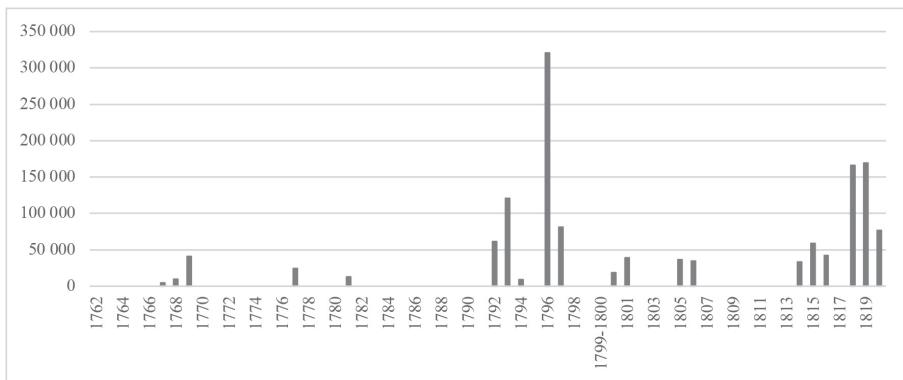
Tabela X – Saldos da Câmara Municipal de Coimbra por década, 1762-1820

Década	Saldos positivos	Saldos negativos
1762-1770	33%	67%
1771-1780	30%	70%
1781-1790	40%	60%
1791-1800	55%	45%
1801-1806	67%	33%
1812-1820	33%	67%

Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Por outro lado, é importante referir que os montantes de receita apresentados não levam em conta os lucros que transitavam para os anos seguintes. Estes foram aumentando ao longo da cronologia e, em alguns anos, foram tão significativos que, se fossem contabilizados, tornariam os saldos negativos em positivos, em particular entre 1812 e 1820.

Gráfico XIII – Lucros lançados em receita, 1762-1820 (Valores reais, deflacionados ao ano de 1762, em réis)



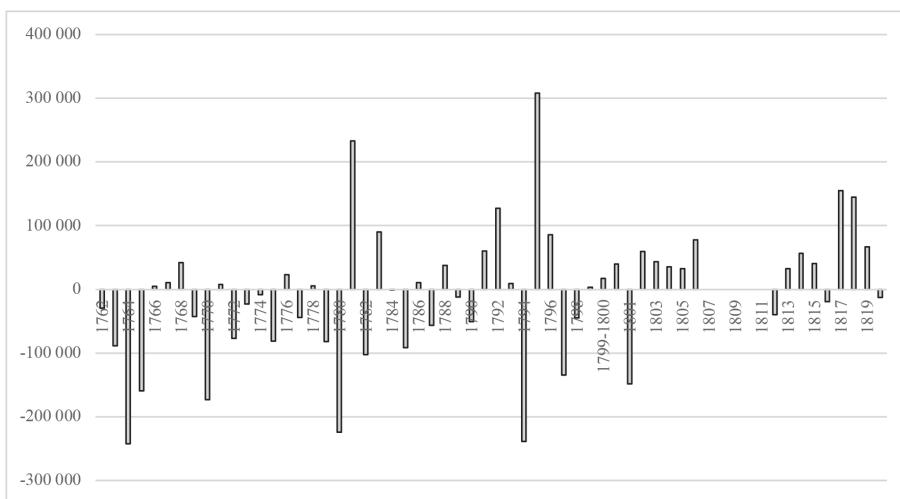
Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Este é um aspecto muito relevante, no sentido em que estes montantes permitiram à Câmara contrair alguns saldos negativos sem necessitarem de recorrer ao empréstimo do tesoureiro. Por essa razão, consideramos que a quebra nas despesas não se pode apontar exclusivamente à diminuição da receita, porque havia mais dinheiro disponível, em virtude de haver mais saldos positivos e mais dinheiro a transitar para os anos seguintes. Acreditamos que, por um lado,

o menor peso dos saldos negativos e, consequentemente, dos empréstimos do tesoureiro à Câmara, constituiu-se como um aspecto relevante, porque a curto e médio prazo proporciona à Câmara uma disponibilidade maior de dinheiro. Há que levar em conta também que houve uma diminuição nas despesas com mercês e aposentadorias, em particular de oficiais régios.

Por outro lado, acreditamos que a Câmara pode ter sido mais racional na realização da despesa, apesar do aumento dos saldos positivos. O senado poderia facilmente ter aplicado os lucros em aumentos de salários, em obras ou festas, mas optou por não o fazer. O caso particular dos salários e das festividades evidencia que foi gasto cada vez menos dinheiro nesse tipo de despesas.

Gráfico XIV – Saldos da Câmara Municipal de Coimbra com os lucros lançados em receita, 1762-1820 (Valores reais, deflacionados ao ano de 1762, em réis)



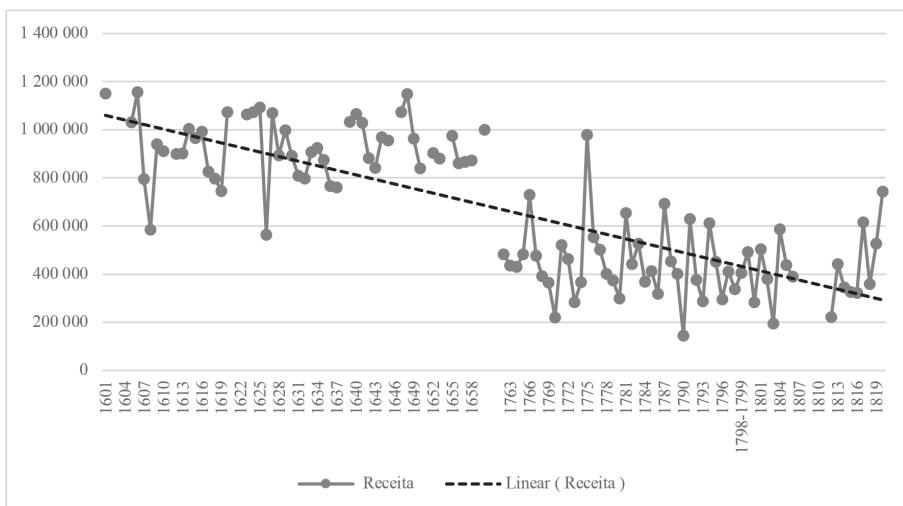
Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1762-1820.

Conforme referido anteriormente, o tesoureiro emprestou ao município os montantes em falta em todos os anos com saldos negativos, se não houvesse dinheiro em caixa do ano anterior. Por essa razão, o Gráfico VII, referente aos empréstimos realizados à Câmara, em particular pelo tesoureiro, demonstra que o pagamento dessa despesa não acompanhou a evolução dos saldos negativos. Podemos levantar também a hipótese de o senado não ter pagado os montantes emprestados na altura devida e as dívidas terem-se acumulado e não terem sido saldadas completamente até 1820. Por outro lado, tendo em conta que os lucros lançados em receita também não coincidiam com os lucros do ano anterior, há

também a possibilidade desses valores terem sido utilizados para abater essas dívidas, ficando a transação por registar.

Comparativamente a outros concelhos portugueses, Guimarães conheceu saldos negativos em 65% dos períodos contábeis (1789 e 1813)<sup>62</sup>, Évora obteve 60,5% de saldos negativos, entre 1750-1820<sup>63</sup> e o Município de Alter do Chão registou saldos negativos 17,4% dos casos<sup>64</sup>.

Gráfico XV – Receita da Câmara Municipal de Coimbra e LTL, 1601-1820  
(Valores reais, deflacionados ao ano de 1660, em réis)



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1601-1820.

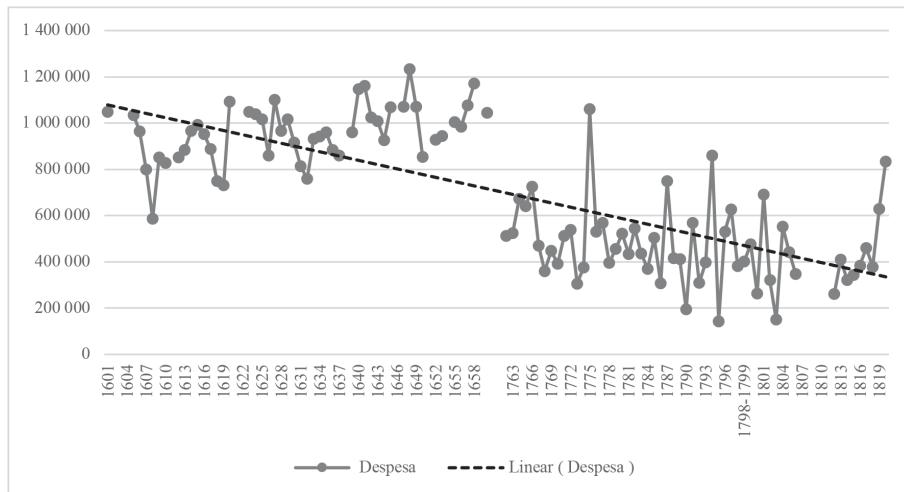
Em comparação com o séc. XVII, constatamos que tanto a receita como a despesa diminuíram de forma significativa. As razões de fundo são difíceis de determinar. Consideramos que a principal justificação reside na diminuição do valor proveniente das rendas e nos gastos com salários. Eram as duas maiores categorias de receita e de despesa, respetivamente, e a evolução dos rendimentos e dos gastos estava dependente dessas categorias em particular. A análise dos livros de receita e despesa entre 1660 e 1762 (trata-se de um período incompleto, pois faltam muitos livros) pode ajudar a resolver esse problema, assim como a realização de um estudo de conjunto das finanças municipais coimbrãs para toda a Época Moderna.

<sup>62</sup> José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios...*, cit., p. 293.

<sup>63</sup> Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo...*, cit., p. 358.

<sup>64</sup> Teresa Casquilho Ribeiro, *O município de Alter do Chão...*, cit., p. 106.

Gráfico XVI – Despesa da Câmara Municipal de Coimbra e LTL, 1601-1820  
(Valores reais, deflacionados ao ano de 1660, em réis)



Fonte: AHMC, Livros de Receita e Despesa, 1601-1820.

## Conclusão

Este trabalho propôs-se a analisar a estrutura e a evolução da despesa da Câmara Municipal de Coimbra. O primeiro passo consistiu na criação de uma tipologia de despesa, a partir dos estudos das fontes e dos contributos historiográficos. A aplicação deste modelo de categorização permitiu uma análise das diferentes componentes da despesa camarária coimbrã. Concluímos que a estrutura das despesas não diferia muito das suas congêneres. A maior diferença deu-se ao nível da proporção aplicada a cada uma das despesas. Esta dependeu muito das especificidades de cada município e da conjuntura económica.

Houve uma diminuição da despesa no período analisado. Esta tendência seguiu a receita, conforme apresentado no início deste trabalho. O atraso no lançamento de algumas despesas ajuda a justificar a grande variação anual. O facto de a Câmara raramente recorrer a crédito externo, além dos empréstimos do tesoureiro, sugere que a realização da despesa estava associada à existência de dinheiro em cofre. Na eventualidade do dinheiro não ser suficiente para fazer face a todas as despesas, recorria-se aos empréstimos do tesoureiro – era a escolha preferencial, devido à proximidade e ao não pagamento de juros.

Apesar da despesa diminuir, alguns gastos específicos aumentaram: os administrativos, indispensáveis para o funcionamento da instituição, em particular as despesas com a cobrança das rendas e os gastos com as obras, passíveis de ser realizadas devido à maior disponibilidade de dinheiro. A análise da estrutura da despesa revela que esta estava orientada para o funcionamento da instituição, ao nível do pagamento de salários e da realização de despesas administrativas.

O ligeiro aumento nos saldos positivos e a acumulação dos lucros que transitaram para o ano seguinte sugerem, no entanto, uma gestão mais eficiente por parte dos oficiais da câmara, apesar da diminuição da receita. Este decréscimo dos rendimentos não é a única causa para a diminuição da despesa, porque o facto de haver mais saldos positivos, possibilitou à Câmara contar com mais dinheiro. O menor peso dos saldos negativos e, consequentemente, dos empréstimos do tesoureiro à Câmara, constituiu-se como um aspeto relevante para a diminuição da despesa. Outra razão prende-se com uma maior racionalização na gestão do dinheiro. O senado poderia ter aplicado os lucros em algumas despesas, mas optou por não o fazer para salvaguardar o equilíbrio das contas.

Em comparação com o séc. XVII, constatamos que tanto a receita como a despesa diminuíram de forma significativa no período em análise. A principal justificação para esta diminuição reside nas duas maiores categorias de receita e de despesa, as rendas e os salários. O estudo do período entre 1660 e 1762 pode ajudar a compreender melhor esta diminuição. O aumento das despesas “não identificadas” tem como consequência o desvirtuamento das restantes categorias.

Com o término deste trabalho, concluímos na convicção de se ter dado um passo importante no sentido de se facilitar a aplicação de metodologias comparativas em estudos futuros e que contribuímos para melhor conhecimento da aplicação dos rendimentos camarários de Coimbra. Acreditamos que este trabalho também se constitui como um contributo para o conhecimento da conjuntura económica e financeira dos finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX.

## Onde era Lisboa (séculos XIX a XXI)?

## Where was Lisbon (19th-21st centuries)?

ANA TOMÁS

Universidade de Lisboa, GHES, CSG, ISEG

tomas.anamaria@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6705-6012>

NUNO VALÉRIO

Universidade de Lisboa, GHES, CSG, ISEG

valerio@iseg.ulisboa.pt

<https://orcid.org/0000-0003-0658-103X>

Texto recebido em / Text submitted on: 13/10/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 12/07/2021

### *Abstract*

The purpose of this text is to identify the extension of the urban space of the city of Lisbon between the early 19th and the early 21st centuries, using a methodology that may be homogeneously applied during the whole period under consideration. The approach is based on data from population censuses made during these centuries and information on the transport network of the region of Lisbon during the same period. We identify the area with population of urban density around a central core formed by the city according to its legal and administrative definition; the area where economic activities of an urban nature, that is to say the secondary and tertiary sectors, predominate, around the same central core; and the area served by the public transportation system of the Lisbon region. We conclude that the urban area of Lisbon lived a stagnation period during the first half of the 19th century, a period of moderate and intensive expansion between mid-19th and mid-20th centuries and a period of accelerated and extensive expansion since the mid-20th century, with significant changes in the distribution within that area.

### *Resumo*

O objetivo deste texto é identificar o espaço urbano da cidade de Lisboa entre os princípios do século XIX e os princípios do século XXI recorrendo a uma metodologia que possa ser aplicada de forma homogénea ao longo do todo o período considerado. Para essa abordagem, tomam-se como base os dados dos recenseamentos da população realizados ao longo desses séculos e informações sobre a rede de transportes da região de Lisboa no mesmo período. Identifica-se a área com população de densidade urbana em torno do núcleo central constituído pela cidade na sua definição legal e administrativa; a área onde predominam atividades económicas de natureza urbana, isto é, dos setores secundário e terciário, em torno do mesmo núcleo central; e a área abrangida pelo sistema de transportes públicos da região de Lisboa. Conclui-se que a área urbana de Lisboa viveu um período de estagnação durante a primeira metade do século XIX, um período de expansão moderada e intensiva entre meados do século XIX e meados do século XX e um período de expansão acelerada e extensiva desde meados do século XX, alterando-se significativamente a distribuição no interior desse espaço.

Palavras-chave: Lisboa; cidade; área metropolitana.

Keywords: Lisbon; city; metropolitan area.

## Introdução

À primeira vista, a pergunta ‘onde era Lisboa?’ é ociosa. Por um lado, sempre existiu, durante os já quase nove séculos em que Lisboa tem sido território de Portugal, uma definição legal e administrativa da extensão da cidade de Lisboa e, mais recentemente, uma definição legal e administrativa da extensão da área metropolitana de Lisboa<sup>1</sup>. Por outro lado, vários trabalhos geográficos se debruçaram já sobre este problema<sup>2</sup>. Porém, a definição legal não é suficiente para identificar o espaço urbano<sup>3</sup>; e os trabalhos referidos ou se baseiam exclusivamente em dados administrativos e eclesiásticos, ou realizam a identificação do espaço urbano para períodos relativamente recentes e curtos. O que se propõe neste texto, em contrapartida, é identificar os limites da cidade de Lisboa para um período relativamente longo, aplicando uma metodologia que recorre a uma abordagem com base em diversas variáveis, mas pode ser utilizada de forma homogénea ao longo do todo o período considerado.

Essa metodologia assenta em três tipos de informação:

---

<sup>1</sup> A cidade é hoje identificada com o conjunto das freguesias do concelho de Lisboa (Lei n.º 56/2012 de 8 de novembro) e a área metropolitana com os concelhos de Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra, Vila Franca de Xira, Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal (Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro).

<sup>2</sup> Sublinhem-se, nomeadamente, contribuições como: Augusto Vieira da Silva, *Dispersos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1968; Luís Vicente Baptista, “Dominação demográfica no contexto do século XX português: Lisboa, a capital”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 15 (1994), p. 53-77; Jorge Gaspar, “Lisbon Metropolitan Area: structure, function and urban policies” in M. L. Fonseca (coord.), *Lisboa: Abordagens Geográficas*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1995, p. 81-104; Jorge Gaspar, “Lisbon, the site: occupation and organizational territory” in *Subterranean Lisbon*, Lisboa, Museu de Arqueologia, 1995, p. 13-19; Jorge Gaspar, “Área Metropolitana de Lisboa – Permanência e Renovação em torno do Estuário do Tejo” in *Estoriales*, n.º 6, 2001; Lucinda Fonseca, “Immigration and Spatial Change: The Lisbon Experience” in *Études Migrations*, 2002; Jorge Gaspar, “Área Metropolitana de Lisboa” in *Desafio de las Areas Metropolitanas en un mundo globalizado – uma Mirada a Europa e a América Latina*, Barcelona, Institut d’Estudis Territorials, 2003, p. 139-161; Jorge Gaspar, “Inserção da área metropolitana de Lisboa no País, na Península Ibérica e na Europa” in *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, Área Metropolitana de Lisboa, 2003, p. 31-43; e Maria Alexandra Lousada e João Freire, *Roteiros da Memória Urbana – Lisboa*, Lisboa, Colibri, 2013.

<sup>3</sup> Vejam-se, nomeadamente: Lewis Mumford, *The city in History*, Harmondsworth, Penguin, 1966; Paul Bairoch, *De Jericho à Mexico*, Paris, Gallimard, 1985; Ad Van der Woude et alii (editors), *Urbanization in History: a Process of Dynamic Interactions*, Oxford, Oxford University Press, 1990; J. Vernon Henderson, “City and economic development” in Steven Durlauf e Lawrence Blume, *The New Palgrave Dictionary of Economics*, 2008; J. Vernon Henderson, “Systems of cities”, *ibidem*; e John M Quigley, “Urban economics”, *ibidem*.

- qual o espaço em que habitou uma população com densidade urbana;
- qual o espaço onde predominaram atividades económicas de natureza urbana, isto é, dos setores secundário e terciário;
- qual o espaço abrangido pelo sistema de transportes públicos urbanos.

O trabalho baseia-se no tratamento e na análise de:

- dados retirados dos numeramentos e recenseamentos da população realizados para a região de Lisboa durante o período em consideração;
- informações retiradas de fontes variadas sobre a evolução do sistema de transportes da região de Lisboa.

### Noções operatórias e metodologia

Precisando as noções operatórias utilizadas, pode dizer-se que resulta dos estudos citados que existem três critérios principais para identificar a existência de comunidades urbanas:

- a) O critério administrativo formal – de acordo com este critério, são consideradas urbanas as comunidades como tal declaradas por norma legal.
- b) O critério demográfico – de acordo com este critério, são consideradas urbanas as comunidades que atingem, num espaço que há que identificar, um limiar mínimo de habitantes e um limiar mínimo de densidade populacional. Adotam-se neste trabalho os limiares de 10 mil habitantes para a população e de 10 habitantes por hectare (ou 1000 habitantes por quilómetro quadrado) para a densidade populacional. Trata-se, é claro, de limiares convencionais e discutíveis, mas que parecem adequados no contexto português, europeu e mundial atual.
- c) O critério económico – de acordo com este critério, são consideradas urbanas as comunidades nas quais predominam atividades económicas dos setores secundário ou industrial e terciário ou dos serviços (e não do setor primário, ou agrícola em sentido lato).

Nestas circunstâncias, procura-se determinar a extensão da cidade ou da área metropolitana de Lisboa de três formas:

- a) Identificando a área contínua com densidade populacional que excede o limiar escolhido em torno do núcleo central constituído pela cidade na sua definição legal e administrativa.

- b) Identificando a área contínua onde predominam atividades económicas dos setores secundário e terciário, em torno do mesmo núcleo central.
- c) Identificando a área abrangida pelo sistema de transportes públicos urbanos da região de Lisboa.

Nas secções seguintes, procura-se realizar esta identificação em cinco momentos, correspondentes às viragens e meados dos séculos, entre princípios do século XIX e princípios do século XXI.

### **Lisboa na viragem do século XVIII para o século XIX**

A principal base para a identificação da extensão da cidade de Lisboa na viragem do século XVIII para o século XIX é o numeramento sistemático da população do Reino, então coincidente com o espaço hoje habitualmente denominado Continente, realizado no primeiro ano do século XIX. Nessa altura, a cidade de Lisboa estava legalmente definida como abrangendo um conjunto de 39 freguesias.

O primeiro passo da análise, a avaliação das características urbanas das freguesias da cidade de Lisboa tal como definida legal e administrativamente em 1801, está sintetizado no quadro seguinte.

Quadro 1 – Área e população da cidade de Lisboa em 1801

<b>cidade / freguesias</b>	<b>população</b>	<b>área (ha)</b>	<b>densidade</b>
<b>Lisboa</b>	167689	3715	45
[Nossa Senhora da] Ajuda (ver nota)	12800	859	15
[São Miguel Príncipe dos] Anjos	7767	49	159
Basílica [de Santa Maria] + São João [Batista Degolado] da Praça	4346 = 2426 + 1920	12	362
[Santa Cruz do] Castelo	1049	6	175
[Sagrado] Coração de Jesus	2993	56	53
[Nossa Senhora da] Encarnação	9157	19	482
[Nossa Senhora da] Lapa	5898	74	80
[Santa Maria] Madalena	2400	12	200
[Nossa Senhora dos] Mártires	3373	10	337
[Nossa Senhora das] Mercês	6857	27	254
[Nossa Senhora da] Pena	6794	50	136
[Santíssimo] Sacramento	3669	9	408
Santa Catarina [do Monte Sinai]	8891	21	423

<b>cidade / freguesias</b>	<b>população</b>	<b>área (ha)</b>	<b>densidade</b>
Santa Engrácia	7575	206	37
Santa Isabel [Raína de Portugal]	10732	443	24
Santa Justa [e Santa Rufina]	4845	25	194
Santo André [da Graça] + Santa Marinha [do Outeiro]	1987	35	57
Santo Estêvão [de Alfama]	3643	23	158
Santos [Mártires Veríssimo, Máxima e Júlia]	10135	53	191
São Cristóvão + São Lourenço	$3009 = 1421 + 1588$	8	376
São Jorge [de Arroios]	2014	360	6
São José [de Entre as Hortas]	5962	33	181
São Mamede [do Vale do Pereiro]	4878	61	80
São Miguel [de Alfama]	2173	5	435
São Nicolau + [Nossa Senhora da] Conceição + São Julião	$10223 = 3772 + 3347 + 3104$	26	393
São Paulo	5109	44	116
São Pedro [em Alcântara]	6388	601	11
São Sebastião [da Pedreira]	2878	539	5
São Tiago + São Martinho	$2545 = 2147 + 398$	6	424
São Vicente [de Fora] + São Salvador [da Mata] + São Tomé [do Penedo]	$2261 = 1597 + 664$	32	71
[Nossa Senhora do] Socorro	5338	11	485

Fontes:

População – Instituto Nacional de Estatística, Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849, edição crítica coordenada por Luís Nuno Espinha da Silveira <[www.ine.pt](http://www.ine.pt)>.

Área – Instituto Geográfico Português, Carta Administrativa Oficial de Portugal 2011 <[www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)>.

Observações:

- A área calculada para as freguesias é apenas aproximada devido a alterações dos limites verificadas entre 1801 e 2011.
- As áreas das freguesias ribeirinhas estão estimadas por excesso devido à conquista de terrenos ao Rio Tejo entretanto verificada.

Nota sobre a população da freguesia de Senhora da Ajuda – o valor apresentado na fonte é 128, presumivelmente uma gralha, ou erro do original. Admitiu-se um valor 100 vezes superior, o qual é verosímil como aproximação à realidade.

Em termos demográficos, não pode haver dúvidas de que a esmagadora maioria das freguesias administrativamente integradas na cidade de Lisboa tinha características urbanas (densidade populacional superior a 10 habitantes por hectare). As exceções eram duas freguesias periféricas – São Jorge de Arroios e São Sebastião da Pedreira. Mesmo descontando a população dessas

duas freguesias, a população da cidade de Lisboa pode ser computada em cerca de 160 mil habitantes, valor perfeitamente razoável para a definição de uma cidade, até de média dimensão na Europa da época. A superfície desta área urbana, compreendida aproximadamente no espaço limitado a leste pela ribeira de Chelas, a sul pelo rio Tejo, a oeste pela ribeira de Algés e a norte pela linha de festo que separa as ribeiras que desaguam diretamente no rio Tejo entre as duas ribeiras citadas e as ribeiras que fazem parte da bacia do rio Trancão, era de cerca de 20 quilómetros quadrados.

O espaço administrativamente considerado como constituindo a cidade de Lisboa não coincidia com o concelho de Lisboa, o qual abrangia ainda mais 32 freguesias contíguas, cujo conjunto era correntemente denominado termo de Lisboa. O concelho de Lisboa estava limitado pelo Rio Tejo e por oito concelhos limítrofes (de leste para oeste, Alverca do Ribatejo, Alhandra, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Enxara dos Cavaleiros, Sintra, Belas e Oeiras). Na margem sul do Rio Tejo, existiam sete concelhos ribeirinhos no que é correntemente denominado Outra Banda (de oeste para leste, Almada, Coina, Barreiro, Lavradio, Alhos Vedros, Moita de Ribatejo e Aldeia Galega de Ribatejo). Ora, nenhuma freguesia do termo de Lisboa, nenhuma freguesia dos concelhos limítrofes na margem norte do Rio Tejo e nenhuma freguesia dos concelhos ribeirinhos da margem sul do Rio Tejo tinha densidade populacional urbana. Pode, por isso, identificar-se a cidade de Lisboa sob o ponto de vista demográfico com o núcleo central de freguesias da sua definição administrativa referido acima.

Não é possível confirmar esta identificação com dados sobre a atividade económica da população. Entretanto, esta identificação é confirmada pela ausência de qualquer serviço público organizado de transportes urbanos que pudesse facilitar a circulação no espaço urbano, a qual se realizava a pé e, para as pessoas de grupos social e economicamente privilegiados, utilizando montadas animais e veículos próprios ou alugados de tração humana ou animal.

### **Evolução de Lisboa durante a primeira metade do século XIX**

Sob o ponto de vista administrativo, ao longo da primeira metade do século XIX, a cidade de Lisboa foi alargada em 1826 com a inclusão da freguesia de Xabregas, anteriormente do termo de Lisboa. Em meados da década seguinte, a freguesia de São Tomé, em 1801 anexada a São Tiago, foi transferida para Salvador, enquanto São Martinho foi anexada a São Tiago; além disso, a freguesia de Belém foi separada da freguesia da Ajuda; e a freguesia da Basílica passou a denominar-se Sé.

## Lisboa em meados do século XIX

Em termos demográficos, o numeramento de 1849 forneceu os resultados seguintes para as freguesias do que era administrativamente definido como cidade de Lisboa.

Quadro 2 – Área e população da cidade de Lisboa em 1849

cidade / freguesias	população	área (ha)	densidade
Lisboa	149568	4514	33
Ajuda	4146	286	14
Anjos	6366	49	130
Castelo	583	6	97
Coração de Jesus	2975	56	53
Encarnação	7759	19	408
Lapa	4769	74	64
Madalena	1736	12	145
Mártires	2240	10	224
Mercês	7802	27	289
Pena	5061	50	101
Sacramento	3784	9	420
Santa Catarina	8021	21	382
Santa Engrácia	7653	206	37
Santa Isabel	8764	443	20
Santa Justa	4695	25	188
Santa Maria de Belém	5320	573	9
Santo André + Santa Marinha	1663	35	48
Santo Estêvão	2293	23	100
Santos	8193	53	155
São Bartolomeu [de Xabregas]	2647	799	3
São Cristóvão + São Lourenço	2611	8	326
São Jorge	1014	360	3
São José	7785	33	236
São Mamede	4172	61	68
São Miguel	1815	5	363
São Nicolau + Conceição + São Julião	9248	26	356
São Paulo	3622	44	82
São Pedro	4056	601	7
São Sebastião	3671	539	7
São Tiago + São Martinho	1418	6	236

cidade / freguesias	população	área (ha)	densidade
São Vicente + São Salvador + São Tomé	3298	32	103
Sé + São João da Praça	3285	12	290
Socorro	7103	11	646

Fontes:

Instituto Nacional de Estatística, Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849, edição crítica coordenada por Luís Nuno Espinha da Silveira <[www.ine.pt](http://www.ine.pt)>.

Instituto Geográfico Português, Carta Administrativa Oficial de Portugal 2011 <[www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)>.

Observações:

- A área calculada para as freguesias é apenas aproximada devido a alterações dos limites verificadas entre 1849 e 2011.
- As áreas das freguesias ribeirinhas estão estimadas por excesso devido à conquista de terrenos ao Rio Tejo entretanto verificada.

A freguesia de Xabregas acrescentada administrativamente à cidade de Lisboa não tinha manifestamente densidade populacional urbana. Também São Jorge de Arroios e São Sebastião da Pedreira continuavam a não a ter. São Pedro em Alcântara tinha-a perdido e a nova freguesia de Santa Maria de Belém também não a apresentava. É, por isso, indubitável uma retração da área urbana de Lisboa, recuando a oeste da ribeira de Algés para a ribeira de Alcântara. Essa área tinha agora cerca de 14 quilómetros quadrados e a sua população era de menos de 130 mil habitantes.

O termo de Lisboa, os concelhos limítrofes (agora, de leste para oeste, Vila Franca de Xira, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Azueira, Mafra, Sintra, Belas e Oeiras) e os concelhos ribeirinhos da margem sul do Rio Tejo (agora, de oeste para leste, Almada, Seixal, Barreiro, Moita e Aldeia Galega de Ribatejo) continuavam a não ter freguesias com densidade populacional urbana.

Igualmente continuavam a não existir dados sobre a ocupação da população. E, em termos de transportes, a situação também não se tinha alterado, não existindo qualquer serviço público organizado de transportes urbanos, apesar de algumas iniciativas privadas de os criar ao longo da primeira metade do século XIX, as quais se frustraram<sup>4</sup>.

Em síntese, é razoável dizer que a evolução demográfica e económica da cidade de Lisboa durante a primeira metade do século XIX foi de estagnação, ou mesmo ligeiro recuo.

<sup>4</sup> Sobre o assunto, veja-se Gustavo Matos Sequeira (organizador), *Lisboa – oito séculos de história*, Lisboa, C. M. L., 1947.

## Evolução de Lisboa durante a segunda metade do século XIX

As mudanças administrativas, demográficas, económicas e de transportes verificadas na região de Lisboa durante a segunda metade do século XIX foram significativas.

Logo em 1852, o termo de Lisboa foi extinto, sendo transformado, com parte da cidade administrativa, em dois concelhos: Belém e Olivais. O concelho de Lisboa, a partir de então administrativamente coincidente com a cidade de Lisboa, ficou, deste modo, reduzido a 34 freguesias<sup>5</sup>. Em 1885, o concelho de Belém foi extinto, sendo a maior parte integrada no concelho de Lisboa<sup>6</sup>. Em 1886, uma parte do concelho dos Olivais foi igualmente integrada no concelho de Lisboa, passando o resto a constituir o concelho de Loures<sup>7</sup>. Em 1895, os limites entre os concelhos de Lisboa e de Loures sofreram ainda um ligeiro ajustamento<sup>8</sup>. O concelho (e formalmente a cidade) de Lisboa receberam, deste modo, a extensão administrativa que perdurou até hoje<sup>9</sup>. No seu interior, as freguesias de Salvador e São Tomé foram integradas na freguesia de São Vicente em 1856, a freguesia de São João da Praça foi anexada à freguesia da Sé em 1885 e a freguesia de São Lourenço foi anexada à freguesia de São Cristóvão em 1886.

<sup>5</sup> Deixaram de fazer parte da cidade de Lisboa as freguesias de Ajuda e Belém. Quatro freguesias – Alcântara, Arroios, Santa Isabel e São Sebastião – foram divididas entre o concelho de Lisboa – partes intramuros – e os concelhos vizinhos – partes extramuros.

<sup>6</sup> As freguesias de Ajuda e Belém e as partes extramuros das freguesias de Alcântara, Arroios, Santa Isabel e São Sebastião voltaram a fazer administrativamente parte da cidade. As freguesias de Benfica e de Carnide foram divididas entre o concelho de Lisboa – partes intramuros – e os concelhos vizinhos – partes extramuros. As partes extramuros das freguesias de Benfica e Carnide nunca fizeram administrativamente parte da cidade.

<sup>7</sup> Foram integradas na cidade de Lisboa as freguesias de Beato António (antiga Xabregas), Camarate, Campo Grande, Charneca e Olivais. Três freguesias – Ameixoeira, Lumiar e Sacavém – foram divididas entre o concelho de Lisboa – partes intramuros – e os concelhos vizinhos – partes extramuros. As partes extramuros das freguesias de Ameixoeira, Lumiar e Sacavém nunca fizeram administrativamente parte da cidade.

<sup>8</sup> As freguesias de Camarate e de Sacavém intramuros foram transferidas do concelho de Lisboa para o concelho de Loures. Nem a freguesia de Camarate, nem a parte anteriormente intramuros da freguesia de Sacavém voltaram a fazer parte do concelho de Lisboa (exceto a área desta última transferida do concelho de Loures para o de Lisboa para fazer parte da freguesia do Parque das Nações em 2012). A freguesia dos Olivais foi dividida entre o concelho de Lisboa – parte intramuros – e o concelho de Loures – parte extramuros. A parte extramuros da freguesia dos Olivais não voltou a fazer parte do concelho de Lisboa (exceto a área transferida do concelho de Loures para o de Lisboa para fazer parte da freguesia do Parque das Nações em 2012).

<sup>9</sup> Exceto pela transferência de partes das freguesias de Moscavide e de Sacavém do concelho de Loures para a freguesia do Parque das Nações do concelho de Lisboa pela Lei n.º 56/2012 de 8 de novembro.

### Lisboa na viragem do século XIX para o século XX

O concelho e a cidade de Lisboa passaram, assim, a compreender 42 freguesias, cuja população, segundo o recenseamento do último ano do século XIX, era a que consta do quadro seguinte.

Quadro 3 – Área e população do concelho e cidade de Lisboa em 1900

<b>cidade / freguesias</b>	<b>população</b>	<b>área (ha)</b>	<b>densidade</b>
<b>Lisboa</b>	352610	8498	41
Ajuda	10762	286	38
Ameixoeira	396	160	2
Anjos	19891	49	406
Beato António	10395	799	13
Benfica	4030	794	5
Campo Grande	2209	719	3
Carnide	1813	407	4
Castelo	2691	6	448
Charneca	1024	172	6
Coração de Jesus	7115	56	127
Encarnação	9969	19	525
Graça	3501	35	100
Lapa	11773	74	159
Lumiar	2405	611	4
Madalena	2151	12	179
Mártires	3088	10	309
Mercês	11353	27	420
Pena	12412	50	248
Sacramento	5021	9	558
Santa Catarina	11517	21	548
Santa Engrácia	18006	206	87
Santa Isabel	31957	443	72
Santa Justa	6179	25	247
Santa Maria de Belém	12975	573	23
Santa Maria dos Olivais	6887	1121	6
Santiago	2955	6	492
Santo Estêvão	5345	23	232
Santos	20044	53	378
São Cristóvão e São Lourenço	5815	8	727
São Jorge	12072	360	34
São José	9540	33	289
São Mamede	8973	61	147
São Miguel	3774	5	755
São Nicolau + Conceição + São Julião	8911	26	343

<b>cidade / freguesias</b>	<b>população</b>	<b>área (ha)</b>	<b>densidade</b>
São Paulo	7349	44	167
São Pedro	22725	601	38
São Sebastião	11907	539	22
São Vicente	7647	32	239
Sé e São João da Praça	6055	12	505
Socorro	10058	11	914

Fontes:

Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento Geral da População de 1900 <[www.ine.pt](http://www.ine.pt)>.

Instituto Geográfico Português, Carta Administrativa Oficial de Portugal 2011 <[www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)>.

Observações:

- A área calculada para as freguesias é apenas aproximada devido a alterações dos limites verificadas entre 1900 e 2011.
- As áreas das freguesias ribeirinhas estão estimadas por excesso devido à conquista de terrenos ao Rio Tejo entretanto verificada.

De uma forma sucinta, pode dizer-se que, as freguesias que constituíam a cidade de Lisboa em termos administrativos em 1849 e as freguesias de Ajuda, Alcântara e Belém, tinham em 1900 densidade populacional urbana e que, as que tinham sido acrescentadas à cidade de Lisboa em termos administrativos durante a segunda metade do século XIX, não tinham (ainda) densidade populacional urbana. Em qualquer caso, mesmo considerando apenas as freguesias com densidade populacional urbana, o crescimento da área e da população de Lisboa foi muito significativo na segunda metade do século XIX. Lisboa tinha agora mais de 330 mil habitantes, isto é, mais duas vezes e meia do que meio século antes. A superfície da área urbana tinha também aproximadamente triplicado, para cerca de 45 quilómetros quadrados, sobretudo pela retomada da expansão para oeste para o espaço entre as ribeiras de Alcântara e de Algés e do início da expansão para leste, para além da ribeira de Chelas, e para norte, para além da linha de festo das ribeiras diretamente tributárias do rio Tejo entre as ribeiras de Alcântara e de Chelas. Entretanto, vale a pena notar que do aumento de cerca de 200 mil habitantes, mais de metade tinha ocorrido no espaço que já tinha características urbanas em meados do século XIX, pelo que o crescimento da cidade de Lisboa na segunda metade desse século pode ser caracterizado como intensivo.

Os dados sobre a ocupação da população, apenas disponíveis para o conjunto do concelho, confirmam o caráter urbano desta comunidade: quase dois terços dos ativos (62%) estavam ocupados no setor terciário, como seria de esperar numa capital, onde se situava a maior parte do aparelho central do Estado; mais de um terço dos ativos (34%) estavam ocupados no setor secundário,

como seria de esperar numa cidade que experimentara um processo, ainda que moderado, de industrialização; e apenas uma pequena minoria dos ativos (4%) estavam ocupados no setor primário, sendo de supor que isso acontecia sobretudo na atividade piscatória ou na atividade agrícola nas freguesias periféricas ainda não urbanas.

Os concelhos limítrofes (agora, de leste para oeste, Loures e Oeiras) e os concelhos ribeirinhos da margem sul do Rio Tejo (de oeste para leste, Almada, Seixal, Barreiro, Moita e Aldeia Galega de Ribatejo) continuavam a não ter freguesias com características urbanas.

Ao alargamento da área urbana correspondera uma transformação em termos de transportes: desenvolvera-se um serviço público organizado de transportes urbanos, especialmente a partir do início do funcionamento em 1873 das linhas da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa criada no ano anterior e que viria a tornar-se a única companhia de transportes públicos na cidade a partir de 1892. Na viragem do século XIX para o século XX, esse serviço ainda consistia em veículos de tração animal (popularmente conhecidos como americanos). Já existia, porém, um contrato de subarrendamento da concessão da Carris a uma empresa britânica, a Lisbon Electric Tramways, com o objetivo, como o próprio nome indicava, de eletrificar a rede de transportes urbanos de Lisboa, o que começaria a verificar-se a partir de 1901<sup>10</sup>.

### Evolução de Lisboa durante a primeira metade do século XX

Durante a primeira metade do século XX, as mudanças administrativas quase desapareceram na cidade de Lisboa, mas as demográficas, económicas e de transportes continuaram a ser significativas.

Sob o ponto de vista administrativo, a única mudança relevante foi a criação da freguesia da Penha de França, separada das freguesias de

<sup>10</sup> Sobre o desenvolvimento dos transportes públicos de Lisboa neste período, vejam-se: António Lopes Vieira, “Investimentos britânicos nos transportes urbanos e suburbanos em Portugal na segunda metade do século XIX”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 7 (1981), p. 61-92; Irisalva Moita, *O livro de Lisboa*, Lisboa, Horizonte, 1994; Maria Ioannis Baganha e Maria Margarida Marques, “Lisbon: Social Differentiation and the Formation of Labour Markets” in Pedro Telhado Pereira e Maria Eugénia Mata (org.), *Urban Dominance and Labour Market Differentiation of a European Capital City*, Lisboa 1890-1990, Boston, Kluwer, 1996; e Dejanirah Couto, *Histoire de Lisbonne*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 2000; e os elementos apresentados na estação da Carris na Internet <[www.carris.pt](http://www.carris.pt)>.

Arroios e de Monte Pedral em 1918. De resto, houve várias mudanças de denominação, todas durante o período da Primeira República e de manifesta inspiração republicana: a freguesia de Coração de Jesus passou a denominar-se Camões em 1912; a freguesia de São Pedro passou a denominar-se Alcântara em 1912; a freguesia de Santa Engrácia passou a denominar-se Monte Pedral em 1913; a freguesia de São Paulo passou a denominar-se Marquês de Pombal em 1913; a freguesia de Santa Justa passou a denominar-se Restauradores em 1913; a freguesia de São Jorge passou a denominar-se Arroios em 1916; a freguesia de São Vicente passou a denominar-se Escolas Gerais em 1916; e a freguesia de Santo André passou a denominar-se Graça em 1920.

### Lisboa em meados do século XX

A população das agora 43 freguesias do concelho e da cidade de Lisboa era, em meados do século XX, a que consta do quadro seguinte.

Quadro 4 – Área e população da cidade de Lisboa em 1950

cidade / freguesias	população	área (ha)	densidade
Lisboa	777065	8498	91
Ajuda	34420	286	120
Alcântara	34161	601	57
Ameixoeira	1080	160	7
Anjos	34746	49	709
Arroios	71104	292	244
Beato António	22555	799	28
Benfica	17843	794	22
Camões	19486	56	348
Campo Grande	31294	719	44
Carnide	3351	407	8
Castelo	2091	6	348
Charneca	4646	172	27
Encarnação	10981	19	578
Escolas Gerais	9666	32	302
Graça	4629	35	132
Lapa	16095	74	218
Lumiar	10336	611	17
Madalena	1433	12	119
Marquês de Pombal	6828	44	155
Mártires	2438	10	244

<b>cidade / freguesias</b>	<b>população</b>	<b>área (ha)</b>	<b>densidade</b>
Mercês	13384	27	496
Monte Pedral	48458	206	235
Pena	13573	50	271
Penha de França	48035	68	706
Restauradores	3714	25	149
Sacramento	3929	9	437
Santa Catarina	13342	21	635
Santa Isabel	72377	443	163
Santa Maria de Belém	24637	573	43
Santa Maria dos Olivais	23409	1121	21
Santiago	2804	6	467
Santo Estêvão	4808	23	209
Santos	23739	53	448
São Cristóvão e São Lourenço	5980	8	748
São José	10496	33	318
São Mamede	17100	61	280
São Miguel	3550	5	710
São Nicolau + Conceição + São Julião	4244	26	170
São Sebastião	86584	539	161
Sé	6164	12	514
Socorro	7555	11	687

Fontes:

Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento Geral da População de 1950 <[www.ine.pt](http://www.ine.pt)>.

Instituto Geográfico Português, Carta Administrativa Oficial de Portugal 2011 <[www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)>.

Observação:

- A área calculada para as freguesias é apenas aproximada devido a alterações dos limites verificadas entre 1950 e 2011.

A distribuição da população ativa do concelho não se alterou significativamente ao longo da primeira metade do século XX: em 1950, o setor terciário ultrapassava ligeiramente dois terços dos ativos (67%); em contrapartida, o setor secundário descera para um pouco menos de um terço dos ativos (30%) e o setor primário mantinha-se muito pequeno (3% dos ativos).

Novidade importante é três freguesias de concelhos limítrofes na margem norte do Rio Tejo (Moscavide e Sacavém do concelho de Loures e Carnaxide do concelho de Oeiras) e quatro freguesias de concelhos ribeirinhos na margem sul do Rio Tejo (as freguesias sede dos concelhos de Almada, Seixal e Barreiro e a Cova da Piedade do concelho de Almada) apresentarem já densidade populacional urbana, como mostram os dados do quadro 5.

Quadro 5 – Área e população de freguesias urbanas vizinhas de Lisboa em 1950

freguesia	população	área (ha)	densidade
Carnaxide	20136	1370	15
Moscavide	8911	110	81
Sacavém	6488	640	12
Almada	17804	473	38
Cova da Piedade	11467	925	12
Barreiro	22190	671	33
Seixal	4661	373	12

Fontes:

Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento Geral da População de 1950 <[www.ine.pt](http://www.ine.pt)>.

Instituto Geográfico Português, Carta Administrativa Oficial de Portugal 2011 <[www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)>.

Observação:

- A área calculada para as freguesias é apenas aproximada devido a alterações dos limites verificadas entre 1950 e 2011.

As restantes freguesias dos concelhos limítrofes de Lisboa na margem norte do Rio Tejo e dos concelhos ribeirinhos da margem sul do Rio Tejo (os mesmos de 1900 com a nova denominação de Montijo para Aldeia Galega de Ribatejo) não tinham densidade populacional urbana.

Em síntese, e acrescentando a população das freguesias contíguas com características urbanas, Lisboa tinha em meados do século XX uma população da ordem dos 860 mil habitantes, numa área da ordem de 125 quilómetros quadrados. Tal como durante a segunda metade do século XIX, ao longo da primeira metade do século XX Lisboa mais que duplicou a população e a superfície. A área urbana começava a ultrapassar os limites da área administrativamente compreendida na cidade e no concelho de Lisboa, tanto na margem direita como na margem esquerda do rio Tejo.

Uma vez mais, o crescimento da população do espaço urbano de Lisboa ao longo da primeira metade do século XX deve ser caracterizado como intensivo. Na verdade, do aumento total de mais de 500 mil habitantes do espaço urbano de Lisboa, uma parcela de mais de 100 mil tinha-se verificado no espaço que já tinha características urbanas em meados do século XIX e uma parcela de mais de 200 mil tinha-se verificado no espaço que adquirira características urbanas na segunda metade do século XIX.

Concomitantemente, tinha-se verificado uma evolução dos transportes públicos da região de Lisboa correspondente a este alargamento da extensão da cidade. Todas as freguesias de Lisboa foram abrangidas pela rede de

transportes públicos da Carris, operada pela Lisbon Electric Tramways, com elétricos a partir da primeira década do século e com autocarros a partir da década de 40. As freguesias de Moscavide, Sacavém e Carnaxide estavam ligadas a Lisboa por linhas de caminho de ferro, as duas primeiras pela tranvia da Azambuja, a terceira pela linha de Cascais na localidade de Algés. As freguesias de Almada, Seixal e Barreiro estavam ligadas a Lisboa por carreiras fluviais e o mesmo se pode dizer, embora apenas indiretamente, da Cova da Piedade.

### **Evolução de Lisboa durante a segunda metade do século XX**

O espaço legal e administrativo de Lisboa foi alvo de uma reforma administrativa significativa em 1959, permanecendo depois sem alterações. As mudanças de 1959 consistiram na criação de doze freguesias – Alto do Pina, separada de Arroios e Penha de França; Alvalade, separada de Campo Grande; Campolide, separada de Santa Isabel e São Sebastião da Pedreira; Marvila, separada de Beato; Nossa Senhora do Rosário de Fátima, separada de Campo Grande; Prazeres, separada de Alcântara; Santo Condestável, separada de Santa Isabel; São Domingos de Benfica, separada de São Sebastião da Pedreira; São Francisco Xavier, separada de Santa Maria de Belém; São João, separada de Penha de França e Santa Engrácia; São João de Brito, separada de Campo Grande; e São João de Deus, separada de Arroios – e na supressão de duas freguesias – Conceição e São Julião – incorporadas em São Nicolau (além da reversão da maior parte das mudanças de denominação verificadas durante a Primeira República). Nas regiões limítrofes da margem norte do Rio Tejo e nas regiões ribeirinhas das margem sul do Rio Tejo as modificações foram muito mais profundas, envolvendo a criação de dois novos concelhos – Amadora, separado de Oeiras; e Odivelas, separado de Loures – e de muitas novas freguesias. Estas criações foram resultado da aquisição por partes significativas dessas regiões de características urbanas, comprovadas pelos resultados do recenseamento do primeiro ano do século XXI.

### **Lisboa na viragem do século XX para o século XXI**

Estes resultados foram os seguintes para as agora 53 freguesias do concelho e da cidade de Lisboa.

Quadro 6 – Área e população da cidade de Lisboa em 2001

concelho / freguesia	população	área (ha)	densidade
Lisboa	564657	8499	66
Ajuda	17958	286	63
Alcântara	14443	444	33
Alto do Pina	10253	84	122
Alvalade	9620	60	160
Ameixoeira	9644	160	60
Anjos	9738	49	199
Arroios	17404	116	150
Beato	14241	162	88
Benfica	41368	794	52
Campo Grande	11148	245	46
Campolide	15927	277	57
Carnide	18989	407	47
Castelo	587	6	98
Charneca	10509	172	61
Coração de Jesus	4319	56	77
Encarnação	3182	19	167
Graça	6960	35	199
Lapa	8670	74	117
Lumiar	37693	611	62
Madalena	380	12	32
Mártires	341	10	34
Marvila	38767	637	61
Mercês	5093	27	189
Nossa Senhora de Fátima	15291	191	80
Pena	6068	50	121
Penha de França	13722	68	202
Prazeres	8492	157	54
Sacramento	880	9	98
Santa Catarina	4081	21	194
Santa Engrácia	5860	55	107
Santa Isabel	7270	63	115
Santa Justa	700	25	28
Santa Maria de Belém	9756	343	28
Santa Maria dos Olivais	46410	1121	41
Santiago	857	6	143
Santo Condestável	17553	103	170
Santo Estêvão	2047	23	89
Santos	4013	53	76
São Cristóvão e São Lourenço	1612	8	202
São Domingos de Benfica	33678	431	78
São Francisco Xavier	8101	230	35

concelho / freguesia	população	área (ha)	densidade
São João	17073	151	113
São João de Brito	13449	223	60
São João de Deus	10782	93	116
São José	3278	33	99
São Mamede	6004	61	98
São Miguel	1777	5	355
São Nicolau	1175	26	45
São Paulo	3521	44	80
São Sebastião	5871	108	54
São Vicente	4267	32	133
Sé	1160	12	97
Socorro	2675	11	243

Fontes:

Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento Geral da População de 2001 <[www.ine.pt](http://www.ine.pt)>.

Instituto Geográfico Português, Carta Administrativa Oficial de Portugal 2011 <[www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)>.

Todas as freguesias da cidade de Lisboa apresentavam já densidades confortavelmente acima do limiar de 10 habitantes por hectare, aqui considerado como indicador de inclusão no espaço urbano. E o mesmo ocorria com um número significativo de freguesias de concelhos limítrofes ou próximos – correspondendo ao concelho de Oeiras, ao concelho da Amadora, ao concelho de Odivelas, ao sul do concelho de Loures, ao sul do concelho de Cascais<sup>11</sup>, ao sueste do concelho de Sintra<sup>12</sup>, ao oeste do concelho de Vila Franca de Xira<sup>13</sup>, ao norte do concelho de Almada<sup>14</sup>, ao norte do concelho do Seixal, ao norte do concelho do Barreiro e ao oeste do concelho da Moita<sup>15</sup> – como mostra o quadro 7.

---

<sup>11</sup> No Recenseamento de 2011, também o norte do concelho de Cascais, correspondente à freguesia de Alcabideche, apresentava já uma densidade superior a 10 habitantes por hectare.

<sup>12</sup> No Recenseamento de 2011, além das freguesias mencionadas, também a de Belas apresentava já uma densidade superior a 10 habitantes por hectare.

<sup>13</sup> No Recenseamento de 2011, além das freguesias mencionadas, também as de Sobralinho e Vialonga apresentavam já uma densidade superior a 10 habitantes por hectare.

<sup>14</sup> No Recenseamento de 2011, também o sul do concelho de Almada, correspondente à freguesia de Charneca da Caparica, apresentava já uma densidade superior a 10 habitantes por hectare.

<sup>15</sup> No recenseamento de 2011, também as freguesias de Afonsoeiro e Montijo do concelho do Montijo apresentavam já uma densidade superior a 10 habitantes por hectare.

Quadro 7 – Área e população de freguesias urbanas vizinhas de Lisboa em 2001

<b>concelho / freguesia</b>	<b>população</b>	<b>área (ha)</b>	<b>densidade</b>
<b>Amadora</b>	<b>175872</b>	<b>2378</b>	<b>74</b>
Alfornelos	14305	84	170
Alfragide	8740	133	66
Brandoa	15647	222	70
Buraca	16061	168	96
Damaia	20590	141	146
Falagueira	14436	148	98
Mina	18915	281	67
Reboleira	15543	76	205
São Brás	20694	518	40
Venda Nova	11334	118	96
Venteira	19607	488	40
Cascais	138882	5763	24
Carcavelos	20037	451	44
<b>Cascais</b>	<b>33255</b>	<b>2032</b>	<b>16</b>
Estoril	23769	884	27
Parede	17830	360	50
São Domingos de Rana	43991	2036	22
<b>Loures</b>	<b>153427</b>	<b>4021</b>	<b>38</b>
Apelação	6043	143	42
Bobadela	8577	356	24
Camarate	18821	566	33
Moscavide	12184	110	111
Portela	15441	99	156
Prior Velho	6683	132	51
Sacavém	17659	409	43
Santa Iria de Azoia	17571	756	23
Santo António dos Cavaleiros	21947	363	60
São João da Talha	17970	639	28
Unhos	10531	448	24
<b>Odivelas</b>	<b>133847</b>	<b>2637</b>	<b>51</b>
Caneças	10647	596	18
Famões	9008	457	20
Odivelas	53449	508	105
Olival Basto	6246	136	46
Pontinha	24023	464	52
Póvoa de Santo Adrião	14704	124	119
Ramada	15770	352	45
<b>Oeiras</b>	<b>162128</b>	<b>4588</b>	<b>35</b>
Algés	19542	198	99
Barcarena	11847	901	13
Carnaxide	21354	651	33
Cruz Quebrada-Dafundo	6591	292	23

<b>concelho / freguesia</b>	<b>população</b>	<b>área (ha)</b>	<b>densidade</b>
Linda-a-Velha	21952	229	96
Oeiras e São Julião da Barra	34851	673	52
Paço de Arcos	23496	680	35
Porto Salvo	13724	734	19
Queijas	8771	230	38
<b>Sintra</b>	<b>278419</b>	<b>5181</b>	<b>54</b>
Agualva-Cacém	81845	1043	78
Algueirão-Mem Martins	62557	1600	39
Casal de Cambra	9865	217	45
Massamá	28176	183	154
Monte Abraão	22041	126	175
Queluz	27913	363	77
Rio de Mouro	46022	1649	28
<b>Vila Franca de Xira</b>	<b>71367</b>	<b>3085</b>	<b>23</b>
Alhandra	7025	234	30
Alverca do Ribatejo	29086	1935	15
Forte da Casa	10979	456	24
Póvoa de Santa Iria	24277	460	53
<b>Almada</b>	<b>140407</b>	<b>4707</b>	<b>30</b>
Almada	19513	137	142
Cacilhas	6970	109	64
Caparica	19327	1101	18
Costa da Caparica	11708	1018	12
Cova da Piedade	21154	142	149
Feijó	16072	395	41
Laranjeiro	21175	388	55
Pragal	7721	227	34
Sobreda	10821	617	18
Trafaria	5946	573	10
Barreiro	76212	2262	34
Alto do Seixalinho	20522	176	117
<b>Barreiro</b>	<b>8823</b>	<b>371</b>	<b>24</b>
Lavrário	13051	403	32
Santo André	11319	418	27
Santo António da Charneca	10983	770	14
Verderena	11514	124	93
<b>Moita</b>	<b>36072</b>	<b>642</b>	<b>56</b>
Baixa da Banheira	23712	400	59
Vale da Amoreira	12360	242	51
<b>Seixal</b>	<b>126075</b>	<b>5164</b>	<b>24</b>
Amora	50991	2436	21
Arrentela	28609	1017	28
Corroios	46475	1711	27

Fontes:

Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento Geral da População de 2001 <[www.ine.pt](http://www.ine.pt)>.

Instituto Geográfico Português, Carta Administrativa Oficial de Portugal 2011 <[www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)>.

Pode, assim, dizer-se que a cidade de Lisboa tinha na viragem do século XX para o século XXI uma população de mais de 2 milhões de habitantes, de novo mais do que duplicando num período de cerca de meio século, numa área de quase 500 quilómetros quadrados, neste caso quadruplicando aproximadamente no mesmo período de cerca de meio século. A área urbana de Lisboa compreendia agora na margem direita do rio Tejo toda a região entre a serra de Sintra, a lezíria do Tejo e o rio Tejo e na margem esquerda do rio Tejo todo o norte da península de Setúbal.

Entretanto, o crescimento da população no espaço urbano de Lisboa durante a segunda metade do século XX deixou de ter características intensivas, para se tornar puramente extensivo. Na verdade, a população do espaço que tinha características urbanas em meados do século XIX reduziu-se em cerca de 200 mil habitantes e a população do espaço que tinha adquirido características urbanas na segunda metade do século XIX reduziu-se também em cerca de 150 mil habitantes. Essas reduções foram quase totalmente compensadas por um crescimento aproximadamente equivalente no espaço que tinha adquirido características urbanas na primeira metade do século XX, mas todo o crescimento líquido de mais de um milhão de habitantes no espaço urbano de Lisboa ocorreu no espaço que só adquiriu características urbanas na segunda metade do século XX.

Os dados sobre a ocupação da população, em 2001 ainda apenas disponíveis a nível de concelho confirmam a ocupação da maioria da população ativa nos setores terciário e secundário, mesmo nos concelhos em que uma parte significativa da população ainda vivia em freguesias que não atingiam o limiar de 10 habitantes por hectare.

Quadro 8 – Atividade económica da população em 2001

concelho	setor primário (%)	setor secundário (%)	setor terciário (%)
Lisboa	1	16	83
Amadora	1	24	75
Cascais	1	19	80
Loures	1	26	73
Odivelas	+0	23	77
Oeiras	1	17	82
Sintra	1	28	71
Vila Franca de Xira	1	29	70
Almada	1	23	76
Barreiro	1	27	72
Moita	1	34	65
Seixal	1	27	72

A evolução dos transportes públicos da região de Lisboa ao longo da segunda metade do século XX acompanhou o alargamento da extensão da cidade e sofreu algumas mudanças estruturais importantes.

O núcleo central constituído pela cidade e concelho de Lisboa manteve uma rede de transportes públicos específica através de elétricos e de autocarros e viu ser criada uma rede de comboio metropolitano.

A rede do comboio metropolitano foi criada na década de 1950 e estendeu-se gradualmente à maior parte das freguesias da cidade<sup>16</sup>.

A rede de transportes através de autocarros estendeu-se gradualmente a todas as freguesias da cidade a partir da sua criação na década de 1940.

Pelo contrário, a rede de transportes através de elétricos, na sequência do desenvolvimento das redes do comboio metropolitano e dos autocarros, restringiu-se gradualmente à zona ribeirinha entre o centro tradicional da cidade (hoje freguesia de Santa Maria Maior) e a sua zona ocidental (freguesia de Belém).

Nas regiões limítrofes da cidade e do concelho desenvolveu-se gradualmente uma rede de transportes públicos através de autocarros, um conjunto de carreiras de transporte fluvial no Rio Tejo através de barcos e uma estrela de transportes através de caminho-de-ferro.

A rede de transportes através de autocarros fora da cidade e concelho de Lisboa na margem direita do rio Tejo organizou-se em coroas tarifárias abrangendo aproximadamente os seguintes territórios:

- Coroa 1 – freguesias de Algés, Carnaxide, Cruz Quebrada-Dafundo e Linda-a-Velha do concelho de Oeiras; concelho da Amadora; freguesias de Famões, Odivelas, Olival Basto, Pontinha, Póvoa de Santo Adrião e Ramada do concelho de Odivelas; e freguesias de Apelação, Bobadela, Camarate, Moscavide, Portela, Prior Velho, Sacavém e Santo António dos Cavaleiros do concelho de Loures.
- Coroa 2 – freguesias de Barcarena, Caxias, Paço de Arcos, Porto Salvo e Queijas do concelho de Oeiras; freguesia de Caneças do concelho de Odivelas; freguesias de Frielas, Loures, Santa Iria de Azoia, Santo Antão do Tojal, São João da Talha, São Julião do Tojal e Unhos do concelho de Loures; e freguesias de Belas, Casal de Cambra, Massamá, Monte Abraão e Queluz do concelho de Sintra.
- Coroa 3 – freguesia de Oeiras e São Julião da Barra do concelho de Oeiras; freguesias de Bucelas e Fanhões do concelho de Loures;

<sup>16</sup> E, já no século XXI, ainda aos concelhos limítrofes da Amadora, de Odivelas e de Loures, este na freguesia de Moscavide.

freguesias de Cacém, Mira Sintra e São Marcos do concelho de Sintra; e freguesias de Forte da Casa, Póvoa de Santa Iria e Vialonga do concelho de Vila Franca de Xira.

As carreiras de transporte fluvial no rio Tejo desenvolveram ligações de Lisboa a:

- Cacilhas, Porto Brandão e Trafaria no concelho de Almada.
- Seixal no concelho do Seixal.
- Barreiro no concelho do Barreiro.
- Montijo no concelho do Montijo.

A margem esquerda do rio Tejo foi ligada ao núcleo central da cidade de Lisboa não só por estas carreiras fluviais mas também por duas pontes sobre o rio Tejo, a primeira, entre Alcântara e Cacilhas, inicialmente denominada Ponte Salazar e depois Ponte 25 de Abril, inaugurada em 1966, a segunda, entre Sacavém e Montijo, denominada Ponte Vasco da Gama, inaugurada em 1998.

A rede de transportes através de autocarros da margem esquerda do rio Tejo articulou-se com a da margem direita utilizando os terminais dos transportes fluviais e as pontes, organizando-se igualmente em coroas tarifárias abrangendo aproximadamente os seguintes territórios:

- Coroa 1 – freguesias de Cacilhas e Trafaria do concelho de Almada.
- Coroa 2 – freguesias de Almada, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda do concelho de Almada; e freguesias de Corroios e Seixal do concelho do Seixal.
- Coroa 3 – freguesias de Charneca da Caparica e Costa da Caparica do concelho de Almada; freguesias de Aldeia de Paio Pires, Amora e Arrentela do concelho do Seixal; concelho do Barreiro; freguesias de Alhos Vedros, Baixa da Banheira e Vale da Amoreira do concelho da Moita; freguesias de Afonsoeiro e Montijo do concelho do Montijo; e freguesias de Alcochete e Samouco do concelho de Alcochete.

A estrela de transportes através de caminho-de-ferro organizou-se nas seguintes linhas:<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Deve notar-se que estas linhas ferroviárias datam de finais do século XIX, com exceção da travessia ferroviária do rio Tejo através da Ponte 25 de Abril, apenas construída em finais do século XX, mas mudaram gradualmente a sua vocação no sentido de se tornarem primordialmente

- Linha de Cascais – ligando Lisboa a Algés, Cruz Quebrada, Caxias, Paço de Arcos e Oeiras no concelho de Oeiras; e Carcavelos, Parede, Estoril e Cascais no concelho de Cascais.
- Linha de Sintra – ligando Lisboa ao concelho da Amadora e a Queluz, Monte Abraão, Massamá, Cacém, Agualva, Mira Sintra, Rio de Mouro, Algueirão e Sintra no concelho de Sintra.
- Linha da Azambuja – ligando Lisboa a Moscavide, Sacavém, Bobadela, Santa Iria de Azoia e Póvoa de Santa Iria no concelho de Loures; Alverca, Alhandra, Vila Franca de Xira e Castanheira do Ribatejo no concelho de Vila Franca de Xira; e Carregado, Vila Nova da Rainha e Azambuja no concelho da Azambuja.
- Linha de Setúbal – ligando Lisboa a Pragal e Corroios no concelho de Almada; Foros de Amora e Fogueteiro no concelho do Seixal; Coina no concelho do Barreiro; Pinhal Novo e Palmela no concelho de Palmela; e Setúbal no concelho de Setúbal.
- Linha do Sado – ligando o Barreiro e o Lavradio no concelho do Barreiro; a Baixa da Banheira, Alhos Vedros e Moita no concelho da Moita; Pinhal Novo e Palmela no concelho de Palmela; e Setúbal no concelho de Setúbal.

É possível dizer que a área urbana de Lisboa identificada através de indicadores demográficos e económicos é servida pelo sistema de transportes públicos descrito, o qual se estende para outras freguesias contíguas, que tendem, naturalmente, a adquirir as características neste texto consideradas tipicamente urbanas, ou a articular-se mais profundamente com a cidade de Lisboa no caso da, por enquanto ainda claramente distinta, cidade de Setúbal.

## Conclusão

O quadro 9 sintetiza a evolução do espaço urbano de Lisboa, o qual nunca coincidiu nem com a cidade, nem com o concelho, nem com a área metropolitana, definidos em termos legais. Esse espaço está cartografado no mapa anexo – extensão da cidade de Lisboa em termos demográficos e económicos.

---

linhas de comutação quotidiana entre a residência e o trabalho, o que não foi a sua vocação até meados do século XX.

Quadro 9 – Evolução do espaço urbano de Lisboa

Lisboa		extensão 1800 e 1850	extensão 1900	extensão 1950	extensão 2001
área (ha)		1356	4514	12493	48927
1801	população	143609	—	—	—
	densidade	105	—	—	—
1849	população	128714	—	—	—
	densidade	95	—	—	—
1900	população	253010	333846	—	—
	densidade	187	74	—	—
1950	população	363610	685106	864291	—
	densidade	268	152	69	—
2001	população	147068	350536	793670	2057365
	densidade	108	78	64	42

A síntese apresentada no quadro confirma que:

- a primeira metade do século XIX foi um período de estagnação e mesmo de recuo para a cidade de Lisboa, período aliás concomitante com uma época também de estagnação económica para a sociedade portuguesa;
- a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX foram períodos de expansão moderada e intensiva para a cidade de Lisboa, períodos concomitantes com uma época também de arranque económico não consolidado para a sociedade portuguesa; o caráter intensivo do crescimento comprova-se pelo aumento da densidade populacional em todas as zonas do espaço urbano ao mesmo tempo que se alarga esse espaço;
- a segunda metade do século XX foi um período de expansão acelerada e extensiva para a cidade de Lisboa, período concomitante com uma época também de crescimento e desenvolvimento económico para a sociedade portuguesa; o caráter extensivo do crescimento comprova-se pela diminuição da densidade populacional nas zonas mais antigas e internas do espaço urbano ao mesmo tempo que se alarga esse espaço.

Pode sugerir-se que o processo de expansão da cidade de Lisboa continuou nas duas primeiras décadas do século XXI, apesar de alguma travagem do dinamismo do crescimento e do desenvolvimento económico da sociedade portuguesa, o que pode ser confirmado pelo alargamento do número de freguesias com características urbanas em 2011, conforme já assinalado acima<sup>18</sup>.

<sup>18</sup> Ao contrário do que seria de prever, o recenseamento realizado no início da terceira década do século XXI não testemunhou um novo alargamento da área com características urbanas.

## Problemas em aberto

O texto identifica o espaço urbano de Lisboa, mas não discute os mecanismos da sua expansão. São, entre outros, particularmente relevantes:

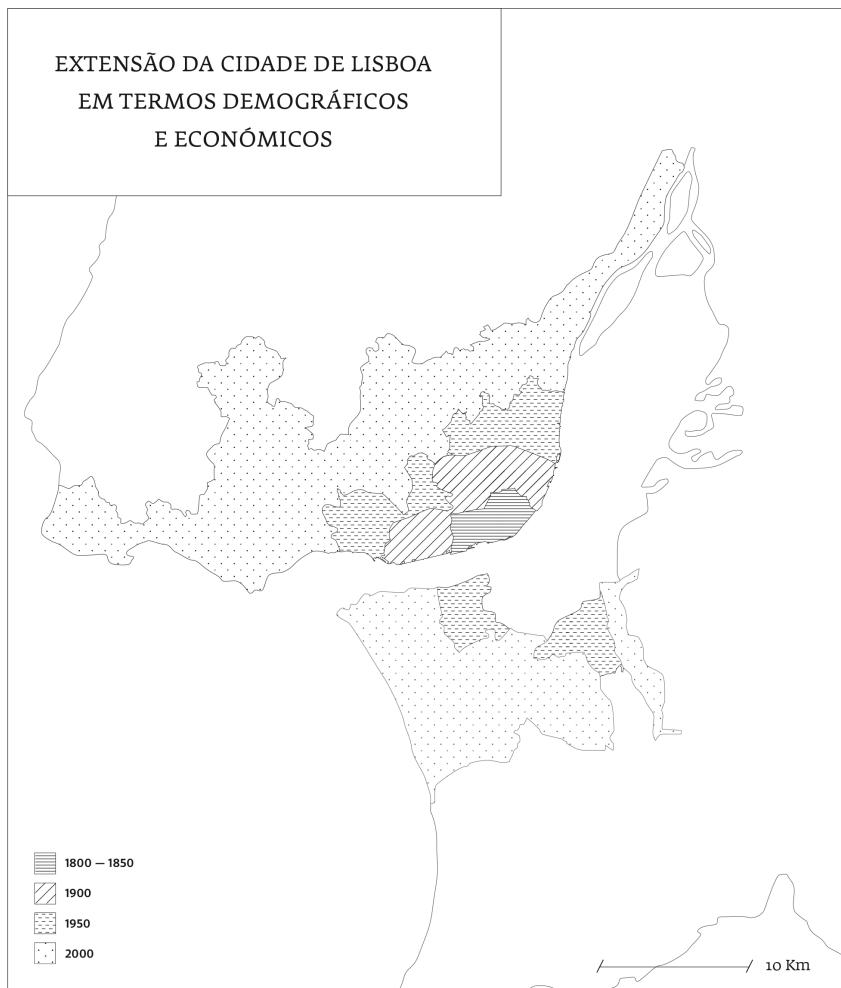
- o problema das causas do caráter intensivo ou extensivo da expansão do espaço urbano – o estudo deste problema implica a análise da evolução com intervalos mais curtos nos períodos de expansão, o que é possível com base nos recenseamentos decenais da população e da evolução mais pormenorizada do mapa dos transportes;
- o problema da relação entre a expansão do espaço urbano e a disponibilidade de transportes – a cidade expandiu-se para determinadas áreas porque havia transportes para elas (como parece ter ocorrido ao longo das linhas férreas tornadas intraurbanas), ou a expansão para determinadas áreas gerou procura e oferta de transportes para elas (como parece ter ocorrido com zonas acessíveis pelo transporte rodoviário para as quais foi depois construído transporte ferroviário ou de comboio metropolitano)?

Estas são questões importantes, que o espaço disponível não permitiu desenvolver e que deverão ser alvo de atenção no futuro.

Anexo – correspondência entre as freguesias dos numeramentos de 1801 e 1849 e dos recenseamentos de 1900 e 1950 e as freguesias com extensão ou denominação diferentes em 2011 utilizada para o cálculo das respetivas áreas

freguesias antigas	época	área (ha)	freguesias em 2011
Ajuda	1801	$859 = 286 + 343 + 230$	Ajuda + Belém + São Francisco Xavier
Basílica / Sé + São da Praça	1801 — 1849	12	Sé
Santa Engrácia / Monte Pedral	1801 — 1849 — 1900 — 1950	$206 = 55 + 151$	Santa Engrácia + São João
Santa Isabel	1801 — 1849 — 1900 — 1950	$443 = 63 + 103 + 277$	Santa Isabel + Santo Condestável + Campolide
Santo André + Santa Marinha	1801 — 1849 — 1900	35	Graça
São Cristóvão + São Lourenço	1801 — 1849	8	São Cristóvão e São Lourenço

freguesias antigas	época	área (ha)	freguesias em 2011
São Jorge	1801 — 1849 — 1900	$360 = 84 + 68 + 92 + 116$	Alto do Pina + Penha de França + São João de Deus + Arroios
São Nicolau + Conceição + São Julião	1801 — 1849 — 1900 — 1950	26	São Nicolau
São Pedro / Alcântara	1801 — 1849 — 1900 — 1950	601 = 444 + 157	Alcântara + Prazeres
São Sebastião da Pedreira	1801 — 1849	$539 = 431 + 108$	São Domingos de Benfica + São Sebastião
São Tiago + São Martinho	1801 — 1849	6	Santiago
São Vicente + São Salvador + São Tomé / Escolas Gerais	1801 — 1849 — 1900 — 1950	32	São Vicente
Santa Maria de Belém	1849 — 1900 — 1950		Belém + São Francisco Xavier
São Bartolomeu / Beato António	1849 — 1900 — 1950	$799 = 162 + 637$	Beato + Marvila
Campo Grande	1900 — 1950 1950	$719 = 60 + 245 + 191 + 223$	Alvalade + Campo Grande + Nossa Senhora do Rosário de Fátima + São João de Brito
Camões	1950	56	Coração de Jesus
Marquês de Pombal	1950	44	São Paulo
Restauradores	1950	25	Santa Justa
Carnaxide	1950	$1620 = 651 + 198 + 292 + 229$	Carnaxide + Algés + Cruz Quebrada-Dafundo + Linda-a-Velha
Sacavém	1950	$640 = 409 + 99 + 132$	Sacavém + Portela + Prior Velho
Almada	1950	$473 = 137 + 109 + 227$	Almada + Cacilhas + Pragal
Barreiro	1950	$671 = 371 + 176 + 124$	Barreiro + Alto do Seixalinho + Verderena
Cova da Piedade	1950	$925 = 142 + 395 + 388$	Cova da Piedade + Laranjeiro + Feijó
Agualva-Cacém	2001	$1043 = 483 + 217 + 115 + 228$	Agualva + Cacém + Mira-Sintra + São Marcos
Paço de Arcos	2001	$680 = 339 + 341$	Paço de Arcos + Caxias



### Legenda do mapa – extensão da cidade de Lisboa em termos demográficos e económicos

#### Extensão em 1800 e 1850

- Atuais freguesias de Arroios, Campo de Ourique, Estrela, Misericórdia, Penha de França, Santa Maria Maior, Santo António e São Vicente do concelho de Lisboa.

#### Extensão em 1900

- Extensão em 1800 e 1850.
- Atuais freguesias de Ajuda, Alcântara, Alvalade, Areeiro, Avenidas Novas, Beato, Belém, Campolide, Marvila e São Domingos de Benfica do concelho de Lisboa.

### **Extensão em 1950**

- Extensão em 1900.
- Atuais freguesias de Benfica, Lumiar e antigas freguesias de Charneca (hoje parte de Santa Clara) e Olivais (hoje Olivais e parte de Parque das Nações) do concelho de Lisboa.
- Atuais União das Freguesias de Moscavide e Portela e União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho do concelho de Loures.
- Atual União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada–Dafundo e antiga freguesia de Carnaxide do concelho de Oeiras.
- Atuais União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas e União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó do concelho de Almada.
- Antiga freguesia do Barreiro e atual União de Freguesias de Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena do concelho do Barreiro.
- Antiga freguesia do Seixal do concelho do Seixal.

### **Extensão em 2000**

- Extensão em 1950.
- Atual freguesia de Carnide e antiga freguesia de Ameixoeira (hoje parte de Santa Clara) do concelho de Lisboa.
- Concelho da Amadora.
- Atuais União das Freguesias de Carcavelos e Parede, União das Freguesias de Cascais e Estoril e freguesia de São Domingos de Rana do concelho de Cascais.
- Atuais União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela e União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas do concelho de Loures.
- Concelho de Odivelas.
- Atuais freguesias de Barcarena e Porto Salvo, União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e antiga freguesia de Queijas do concelho de Oeiras.
- Atuais União das Freguesias de Agualva e Mira-Sintra, União das Freguesias de Cacém e São Marcos e União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e freguesias de Algueirão-Mem Martins e Casal de Cambra e antiga freguesia de Queluz do concelho de Sintra.
- Atual União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa e antigas freguesias de Alhandra e Alverca do concelho de Vila Franca de Xira,
- Atuais União das Freguesias de Caparica e Trafaria e freguesia da Caparica e antiga freguesia de Sobreda do concelho de Almada.
- Atual freguesia de Santo António da Charneca e antiga freguesia do Lavradio do concelho do Barreiro.
- Atual União das Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira do concelho da Moita.
- Antigas freguesias de Aldeia de Paio Pires, Amora, Arrentela e Corroios do concelho do Seixal.

(Página deixada propositadamente em branco)

# **Os “homens bons” da terra: a Corporação da Lavoura e a política agrária do Estado Novo**

## **The “good men” of the land: the Corporação da Lavoura and the Estado Novo’s agrarian policy**

LEONARDO ABOIM PIRES  
Universidade de Coimbra, CEIS20  
leonardo.a.pires@uc.pt  
<https://orcid.org/0000-0001-6033-350X>

Texto recebido em / Text submitted on: 27/01/2021  
Texto aprovado em / Text approved on: 09/06/2021

### *Abstract*

The *Corporação da Lavoura*, created in 1957, was the ultimate embodiment of the corporate regime in Portugal, more than 20 years after its beginning. The goal of this article is to explore the effects of this new organism on the agrarian policies, without forgetting, the ruling elite and its influence in the political scene. Preliminary results indicate that the Corporation was more a body for consultation and ratification of government decisions. Observing at a sectorial level, there was a greater attention to economic activities that were more dynamic and connected with changes in food consumption but also with greater demand from the expanding industry.

Keywords: Agriculture; Corporatism;  
*Estado Novo*; *Corporação da Lavoura*.

### *Resumo*

A *Corporação da Lavoura*, criada em 1957, foi a concretização do regime corporativo em Portugal, mais de vinte anos após o seu início. O objetivo deste artigo é explorar os efeitos desse novo organismo nas políticas agrárias, sem esquecer, a sua elite dirigente e a sua influência no cenário político. Os resultados preliminares indicam que a Corporação foi mais um órgão de consulta e ratificação das decisões governamentais. Observando a um nível sectorial, houve uma maior atenção a ramos económicos mais dinâmicos e vinculados às mudanças no consumo alimentar, mas também com maior procura pelo sector industrial em expansão.

Palavras-chave: Agricultura; Corporativismo;  
*Estado Novo*; *Corporação da Lavoura*.

## Introdução

A criação das corporações era, teoricamente, o desfecho do estabelecimento de um verdadeiro Estado Corporativo, coroando todo o sistema e constituindo o topo da almejada pirâmide corporativa. Entre os seus principais objetivos, as corporações tinham atribuições políticas, económicas e sociais, de forma hierarquizada, no sentido de organizar e defender os interesses dos respetivos sectores, mediar conflitos, promover mecanismos de previdência social, através de um arranjo administrativo e de representação pretensamente harmonioso.

Poucos anos depois da instauração do Estado Novo, as corporações são projetadas no Decreto-Lei nº 29.110, de 12 de novembro de 1938. Contudo a concretização de tal desígnio só encontrará eco 25 anos depois da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional de 1933. Foi entre 1957 e 1966 que surgiram, primeiramente, as corporações económicas (Lavoura, Indústria, Comércio, Transportes e Turismo, Crédito e Seguros e Pescas e Conservas) e depois as corporações não económicas (Imprensa e Artes Gráficas, Espectáculos, Assistência, Ciências, Letras e Artes e Educação Física e Desportos). Segundo Philippe Schmitter, as Corporações revelaram uma “actividade relativamente modesta [que] girava em torno de assuntos de interesse para o patronato, principalmente a elaboração de relatórios técnicos e a transmissão de informações fornecidas pelo governo”<sup>1</sup>. Mas em que moldes essa ação se traduziu e quais os fatores que conduziram a que conclusões como estas fossem retiradas?

Tal como investigações recentes demonstraram<sup>2</sup>, reforçando conclusões feitas por estudos pioneiros<sup>3</sup>, o corporativismo foi uma fórmula de regular a economia, reordenar grupos laborais e aplacar conflitos e problemas sectoriais, além da sua faceta de controlo social. Apesar da multiplicidade de organismos criados, continuam a faltar no plano historiográfico análises detalhadas sobre alguns deles, como por exemplo, as corporações que existiram no Estado Novo.

<sup>1</sup> Philippe C. Schmitter, *Portugal: do autoritarismo à democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999, p. 131.

<sup>2</sup> Para um enquadramento da questão ver: Álvaro Garrido, *Queremos uma economia nova!: Estado Novo e corporativismo*, Lisboa, Círculo de leitores/Temas & Debates, 2016; Dulce Freire e Nuno Estevão Ferreira, “A construção do sistema corporativo em Portugal (1933-1974)”, *Tempo*, 25, n. 1 (2019), p. 257-276.

<sup>3</sup> Manuel de Lucena, *A evolução do sistema corporativo português*, Lisboa, Perspetivas & Realidades, 1976, 2 volumes.

Neste estudo<sup>4</sup> será analisado um desses organismos, a Corporação da Lavoura, criada nos termos da Lei nº 2086, de 22 de agosto de 1956 e do Decreto nº 41.287, de 23 de setembro de 1957, encumeando a pirâmide da “Organização Corporativa da Lavoura”. Visamos dar um contributo exploratório para o conhecimento da história dos organismos corporativos, compreendendo, não apenas o seu lugar dentro da estrutura corporativa, mas, igualmente, perceber qual o seu nível de influência na política agrária do regime autoritário. Esta pesquisa encontra-se alicerçada, além de publicações periódicas, em vários fundos documentais do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, tendo sido dada atenção à correspondência oficial de António de Oliveira Salazar, à correspondência particular, de forma a examinar uma dimensão mais privada dos debates sobre a agricultura, e aos relatórios produzidos pela Inspeção dos Organismos Corporativos. Também no Arquivo Histórico do Ministério da Economia foi efetuado um levantamento de informação mais centrado na problemática estritamente económica e das políticas públicas para o sector primário.

Distinguem-se quatro partes neste texto. Na primeira, é feita a contextualização sobre o lugar das corporações no seio da doutrina e organização corporativa, atendendo ao contexto em que a Corporação da Lavoura foi criada. Seguidamente, alguns aspectos sociológicos da estrutura interna deste organismo e quais os seus reflexos nas instituições políticas. As duas últimas partes partem da conjuntura económica: uma delas trata a influência e a capacidade intervintiva da Corporação na política agrária; por seu turno, a outra aborda as visões desta sobre o processo de industrialização em articulação com o sector primário.

Tendo por referência os objetivos elencados, as páginas seguintes desenvolvem-se, em suma, em torno dos seguintes pontos: análise das funções da Corporação da Lavoura; da sua estrutura administrativa; das suas intervenções públicas; e as iniciativas realizadas em torno da agricultura. Precisar os termos do projeto encetado por esta instituição e periodizar as suas tentativas e sucessos até ao seu final nos anos 70 são, portanto, os propósitos desta investigação.

### **O lugar da Corporação na “Organização Corporativa da Lavoura”**

Entre o fim da II Guerra Mundial e o fim da ditadura foram criadas as condições para a afirmação de uma política económica mais pragmática, no

<sup>4</sup> A primeira versão deste texto foi apresentada no II Seminário NETCOR Portugal, a 27 de novembro de 2018. Agradecemos os comentários e sugestões de pesquisa feitas pelos Professores Doutores Álvaro Garrido e Nuno Estevão Ferreira nessa ocasião.

sentido de prover respostas a um quadro nacional e internacional nos antípodas do que havia caracterizado o percurso inicial do regime. O reformismo agrarista dos anos 30 assumiu-se como uma corrente de modernização económica, reestruturação fundiária e de estabilização social no mundo rural, com uma ideologia inicial de fronteiras algo dúbias relativamente a aspectos programáticos do tradicionalismo ruralista. Mas os intentos reformistas evoluíram para um discurso de nítido recorte tecnocrático e que embaterão com a resistência política bem-sucedida por parte da oligarquia rural tradicional. Essa oligarquia encontrou nos organismos corporativos uma plataforma para cimentar essa visão conservadora sobre a atividade do sector primário.

A guerra havia exposto as fragilidades do corporativismo, suscitando opiniões que defendiam uma nova abordagem na construção deste regime socioeconómico. De acordo com Gonçalves de Proença, Ministro das Corporações, entre 1961 e 1970, o que se assistiu nestes anos foi que “o espírito corporativo de tempos idos volta a impor-se, não como ressurreição de doutrina velha mas como nova manifestação da tendência natural do homem”<sup>5</sup>. Na corporativização da agricultura era visível que “o esqueleto da organização está incompleto: na doutrina e na prática. Quer na aglutinação dos órgãos primários, quer na ausência da cúpula indispensável”<sup>6</sup>. Na sociedade civil era notado que existiam “dificuldades de várias ordem que, em diversos pontos do país, são levantadas por entidades políticas ou administrativas à expansão e consolidação do sistema corporativo”<sup>7</sup>. Essa demora foi “o principal desvio do sistema corporativo português”<sup>8</sup>. Até 1957, ano da criação da Corporação da Lavoura, se verificarmos o movimento de criação das principais organizações corporativas na sociedade rural – Casas do Povo e Grémios da Lavoura – é possível observar um assinalável crescimento no período inicial da ditadura que se intensificará nos anos da guerra, com uma clara primazia das Casas do Povo<sup>9</sup>. Contudo, na criação dessa presença estatista nas zonas rurais, vê-se uma paralisação no início da década de 1950 (ver Gráfico 1).

<sup>5</sup> *A Voz da Lavoura: órgão da Corporação da Lavoura*, ano I, 2 (fevereiro de 1959), p. 2.

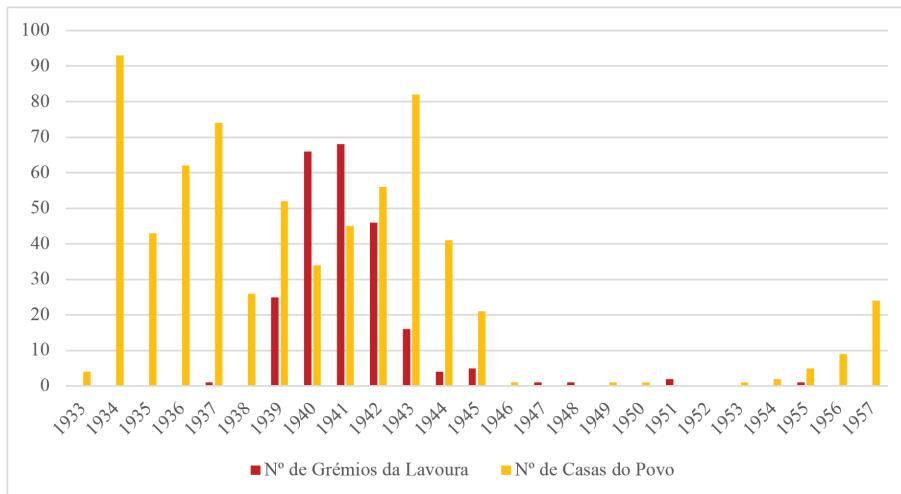
<sup>6</sup> Luís Quartin Graça, “O corporativismo na agricultura”, *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, 2 (abril-junho de 1950), p. 12-15.

<sup>7</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], União Nacional, cx. 452, mç. 1005, fl. 183.

<sup>8</sup> Álvaro Garrido, “O Estado Novo português e a institucionalização da «economia nacional corporativa»”, *Estudos do Século XX*, 10 (2010), p. 297-316.

<sup>9</sup> Sobre esta questão ver: Dulce Freire, “Estado Corporativo em acção: sociedade rural e construção da rede de Casas do Povo” in Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coord.), *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*, Coimbra, Almedina, 2012, p. 273-302.

Gráfico 1. Criação de organismos corporativos rurais  
(Grémios da Lavoura e Casas do Povo)



Fonte: *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*.

Além deste problema, a matriz do regime corporativo – as corporações – ainda não se tinha concretizado, apesar da sua organização e funcionamento se encontrarem fixados pelo Decreto-Lei nº 29.110, de 12 de novembro de 1938. Tal facto justificava-se pela eclosão da II Guerra Mundial, em 1939, que criou “um estado de coisas” que não deixou de afetar “a evolução da vida económica e o desenvolvimento do sistema corporativo”<sup>10</sup>.

O âmago da análise reporta-se a uma instituição criada nos finais dos anos 50, contudo, algumas considerações que tragam a terreiro o fascismo italiano são necessárias. A constituição das corporações foi algo que acompanhou o regime de Mussolini de uma forma tão presente como em Portugal. O Ministério das Corporações italiano, criado em 1926, antecedeu o Conselho Nacional das Corporações (*Consiglio Nazionale delle Corporazioni*), fundado em 1930. Este Conselho, ainda que tivesse carácter consultivo, “assumiu diversos poderes normativos e de intervenção no comércio de Estado e nas relações económicas entre as instituições sindicais fascistas”<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XXV, 3 (15 de fevereiro de 1958), p. 67.

<sup>11</sup> Álvaro Garrido, “O corporativismo económico como doutrina e dispositivo: o sistema português em perspectiva comparada (1933-1974)”, *História Económica & História de Empresas*, vol. 23, n. 1 (2020), p. 39-62.

Cumprindo o que estava consignado na *Carta del Lavoro*, o regime de Mussolini criou as corporações com a Lei nº 163, de 5 de fevereiro de 1934. Partindo de uma base de tecnocracia e princípios de solidariedade, estas foram estabelecidas com um critério geral baseado no conceito de ciclo produtivo, chamando todas as categorias de empregadores, trabalhadores e profissionais a participar. A colaboração das elites foi feita sob o controlo do regime, de forma a alcançar o objetivo de poder imposto pela ditadura, preservando a propriedade privada e a divisão de classes<sup>12</sup>. Neste aspeto, os paralelismos com Portugal são claros, uma vez que as corporações italianas “se concentraram em assuntos altamente específicos relacionados com os seus sectores de produção”<sup>13</sup> que, como se verá, foi a matriz das corporações portuguesas. As semelhanças também podem ser referidas quanto à estrutura de representação política, uma vez que tal como a Câmara Fascista e das Corporações (*Camera dei Fasci e delle Corporazioni*), a Câmara Corporativa englobou as corporações. Também se sentiram em Itália alguns revezes na concretização dos objetivos programáticos do corporativismo.

Só na segunda metade dos anos 50 é que esta situação conheceria uma mutação. Foi na busca pela renovação dos princípios fundamentais do salazarismo que ocorreu um forte investimento da revitalização doutrinária, resgatando-se o projeto de criação das corporações. Destarte, a Corporação da Lavoura foi criada pelo Decreto nº 41.287, de 23 de setembro de 1957, ação vista como um indício de que “depois da paralisação forçada e imposta por circunstâncias [...] o regime corporativo retoma, entre nós, a sua rota”<sup>14</sup>. O surgimento das Corporações, além de outros organismos, era para Henrique Veiga de Macedo, “um dos mais reconfortantes sintomas desta face de revigoramento da orgânica corporativa”<sup>15</sup>, além de que “o momento é oportuno e que não deve protelar-se por mais tempo a efectivação da iniciativa”<sup>16</sup>. De salientar um aspeto: o surgimento da Corporação combinou uma dimensão ideológica – era a chegada à derradeira fase da criação do regime corporativo –

<sup>12</sup> Sobre o papel do direito na doutrina corporativa e sua estruturação político-económica ver: Gian Claudio Spattini, “Il diritto amministrativo dell’economia tra ideologia corporativa e dirigismo” in Piero Barucci, Piero Bini e Lucilla Conigliello (ed.), *Il Corporativismo nell’Italia di Mussolini: dal declino delle istituzioni liberali alla Costituzione repubblicana*, Firenze, Firenze University Press, 2018, p. 53-94.

<sup>13</sup> Alessio Gagliardi, “The corporatism of Fascist Italy between words and reality”, *Estudos Ibero-Americanos*, 42, n. 2 (2016), p. 409-429.

<sup>14</sup> *A Voz da Lavoura: órgão da Corporação da Lavoura*, ano I, 2 (fevereiro de 1959), p. 4.

<sup>15</sup> *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XXVI, 18 (30 de setembro de 1959), p. 677.

<sup>16</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, CR-3, cx. 86, capilha 4, fl. 76.

com uma dimensão prática – era um centro auxiliador na definição de políticas públicas para o sector agrícola. Sobre este último ponto, basta referir o agrado com que os organismos corporativos de Santarém, entre os quais os Grémios da Lavoura e as Casas do Povo, louvavam “o ilustre titular da pasta das Corporações Doutor Veiga de Macedo pela grandiosa e notável obra que vem realizando”<sup>17</sup>. Também o Grémio da Lavoura de Oeiras, na pessoa do seu presidente Simões Gouveia, manifestou “seu júbilo [pela] Criação [da] Corporação [da] Lavoura”<sup>18</sup>.

A inexistência de um Ministério da Agricultura, extinto em 1940, pode ser vista como fator de pressão para a criação de um organismo com capacidade representativa dos interesses agrários. Mas não deixa de ser relevante que, estando ainda a Corporação a dar os seus primeiros e hesitantes passos, os presidentes das direções das Federações dos Grémios da Lavoura da Beira Alta, da Beira Litoral e do Ribatejo, em representação das restantes federações, tenham solicitado a Oliveira Salazar o restabelecimento desse ministério. Tal facto constituiria “um primeiro importante passo no caminho da conveniente, equilibrada revisão das posições económicas do sector que representamos”, além de que, no rescaldo das presidenciais de 1958, “foram ainda, como sempre, os homens da Terra que votaram no sentido da estabilidade política e social”<sup>19</sup>.

Os debates parlamentares demonstram as dúvidas existentes sobre a essência funcional da Corporação da Lavoura. A natureza representativa das secções era uma das questões elencadas. Mário de Figueiredo não via problema se “a secção dos cereais da Corporação da Lavoura integrar a produção, a transformação e o comércio”<sup>20</sup>. Mas não se tratava apenas dos elementos da cadeia de produção que suscitavam dúvidas. Já o deputado José Sarmento declarou que “não entendo que se integrem todas as actividades agrícolas numa só corporação” acrescentando que “assimilaria na sua secção de vinhos a lavoura do Douro, como se houvesse de se reconhecer afinidades entre os seus problemas e os da restante lavoura vinícola”<sup>21</sup>, propondo a criação da Corporação do Vinho do Porto. Antes ainda e noutro local, Valentim Xavier Pintado mostrava ser favorável à existência, não de uma, mas de cinco corporações: a do Vinho, a dos Cereais, a dos Produtos Florestais, a do Azeite e das Frutas e ainda a Produção Agrícola Indiferenciada<sup>22</sup>. Esta destrinça acabou

<sup>17</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, CR-3, cx. 86, capilha 4, fl. 78.

<sup>18</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, CR-3, cx. 86, capilha 4, fl. 79.

<sup>19</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, EC-19, cx. 86, capilha 20, fls. 528-529.

<sup>20</sup> *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 165 (12 de julho de 1956), p. 1300.

<sup>21</sup> *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 164 (11 de julho de 1956), p. 1279.

<sup>22</sup> Valentim Xavier Pintado, “Integração corporativa da agricultura”, *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, 14 (abril-junho de 1953), p. 138-152.

por não ser consagrada, vingando a visão de Mário de Figueiredo, defensora de que as Corporações representariam não “um complexo de produtos” mas sim “um ramo da produção”<sup>23</sup>. De qualquer modo, estas divergências são sintomáticas de como os interesses agrários instalados na Assembleia Nacional se defrontavam na defesa grupal, materializando um apurado sentido do lugar social.

Perante as opiniões defensoras de que em vez de uma Corporação da Lavoura, com as secções diferenciadas, existisse “uma corporação para cada cultura”, Melo Machado afirmava que lhe ocorria “a ideia de que a vida na lavoura não é assim. A vida na lavoura é quase sempre um conjunto de culturas, todas dirigidas pelo mesmo empresário”<sup>24</sup>. Uma visão integradora da realidade agrária era entendida como uma forma modernizadora do sector e em que o empresariado dinamizaria esse processo.

No que diz respeito à sua organização interna, esta contava com um conselho da Corporação (presidente do organismo e representantes das federações e organismos corporativos primários), os conselhos das secções, a direção (presidente, vice-presidente e vogais efetivos) e a junta disciplinar (um juiz e dois vogais, eleitos para cada secção pelo conselho da Corporação). Como espinha dorsal encontravam-se seis secções, representativas dos vários ramos do sector agrícola: azeite, cereais, frutas e produtos hortícolas, pecuária, produtos florestais e vinhos que, através de determinação governamental, poderiam constituir os órgãos representativos dos organismos de coordenação económica (juntas nacionais, institutos, comissões reguladoras).

De acordo com os ditames da teoria corporativa e olhando para o Decreto-Lei nº 26.757, de 1936, que regula os organismos de coordenação económica, é afirmado que estes serão integrados nas corporações logo que estas fossem criadas, permanecendo como vínculos institucionais entre o Estado e os sectores económicos regulados. Tal afirmação é renovada no Decreto-Lei nº 29.110, de 1938, acrescentando que os referidos organismos poderiam ser substituídos quer pelas corporações, quer por outros serviços administrativos. A Lei nº 2086, de 23 de setembro de 1956, faz uso das mesmas considerações apresentando os organismos de coordenação económica como elementos transitórios. O próprio regimento da Corporação da Lavoura<sup>25</sup> dá conta dessa transitoriedade, no seu artigo 7º, estabelecendo que organismos “funcionarão, enquanto forem julgados necessários, como elementos de ligação entre o Estado e a Corporação da Lavoura”.

<sup>23</sup> *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 169 (18 de julho de 1956), p. 1376.

<sup>24</sup> *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 164 (11 de julho de 1956), p. 1280.

<sup>25</sup> *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XXV, 18 (30 de setembro de 1958), p. 630-640.

Na Assembleia Nacional foi defendido que “se, uma vez constituídas e a funcionar as corporações económicas, lhes pertence regular e dirigir a economia das actividades que integram, não se comprehende, na verdade, a existência, ao lado delas, dos organismos de coordenação económica”<sup>26</sup>. Segundo algumas vozes, as Corporações “não sendo elemento de Governo são elementos de complementaridade à acção governativa”, formavam “a opinião da dinâmica da Nação e são o contributo mais válido para que o Governo possa governar bem”<sup>27</sup>. O dinamismo económico vivido colidia com uma realidade em que, por efeitos “da corrosão do tempo, do efeito da burocratização, da progressiva desactualização de métodos e de processos, da crescente inadaptação às novas exigências”<sup>28</sup>, tornava os organismos de coordenação económica anacrónicos, uma vez que já existia a Corporação da Lavoura. A extinção das juntas nacionais, institutos nacionais e comissões reguladoras era uma “tarefa que exige planeamento cuidado e execução ponderada e realista”<sup>29</sup>, persistindo e conhecendo poucas alterações até ao fim do regime, excetuando a reforma de 1972.

Este convívio surgiu na impossibilidade de “dispensar instituições que dispunham de meios suficientes que para equilibrar o mercado e controlar os preços”<sup>30</sup>, o que no entender de Manuel de Lucena, era um sinal de como “a conjuntura económica é suficientemente delicada para que o Estado queira conceder cartas de alforria aos organismos de coordenação”<sup>31</sup>. A amplitude de funções a diversos níveis, desde o controlo de produção à previdência social, o seu enraizamento nas práticas económicas, o aparato burocrático por si criado, tornava a absorção dos organismos pela Corporação uma tarefa de tal modo complexa que não conheceu uma concretização até 1974.

### **Elites em ação: o universo sociopolítico da Corporação da Lavoura**

Iniciada a retoma do ideário corporativo, a retórica política acentuava que “sempre que a ideia corporativa encontra homens que a sirvam devotamente acaba por triunfar”<sup>32</sup>. Vejamos então quem eram estes homens dentro da

<sup>26</sup> *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 164 (12 de julho de 1956), p. 1280.

<sup>27</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, CR-3, cx. 83, capilha 19, fl. 503.

<sup>28</sup> *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 60 (6 de janeiro de 1971), p. 1249.

<sup>29</sup> *As corporações na economia nacional*, Lisboa, Corporação do Comércio, 1971, p. 126.

<sup>30</sup> Álvaro Garrido, *Queremos uma economia nova...*, cit., p. 115.

<sup>31</sup> Manuel de Lucena, *A evolução do sistema corporativo português...*, cit., vol. II, p. 98.

<sup>32</sup> *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XXV, 8 (30 de abril de 1958), p. 221.

Corporação da Lavoura. A sua primeira direção foi constituída em 24 de abril de 1958, de que resultou a eleição do Eng.<sup>º</sup> António Pereira Caldas de Almeida<sup>33</sup>, que se manteria no cargo até 1964, a quem sucedeu Manuel de Almeida e Vasconcelos<sup>34</sup> que, por seu turno seria rendido, em 1973, por Francisco Xavier Barreto Caldeira Castelo Branco<sup>35</sup>. Atentando à composição da Corporação, esta foi claramente um grupo social pois a sua constituição está alicerçada nas fronteiras de prestígio, construídas a partir da importância no seio de determinados sectores ligados à agricultura. Estes grupos revelam-se particularmente importantes na definição política dos regimes autoritários, na medida em que a cooptação, adaptação ou criação de elites são essenciais na organização de compromissos, criando a base social de apoio.

A Corporação pode ainda ser vista sob o ângulo de uma comunidade de ação, ou seja, os membros partilham um conjunto de valores que compõem uma mundividência que confere coesão ao grupo, cultivando relações de proximidade e estabelecendo uma rede na regulação dos interesses económicos. Poucos diferendos internos surgiram no que concerne ao acesso à estrutura diretiva. Em 1965, detetou-se uma pequena oposição, por parte do Grémio da Lavoura de Alcochete, quanto à forma de eleição do Presidente, à qual concorriam Manuel de Almeida e Vasconcelos e Luiz Margaride<sup>36</sup>.

É possível afirmar que a extração social dos dirigentes da Corporação da Lavoura correspondia a um grupo conotado com a grande burguesia, de que os grandes proprietários, latifundiários e dirigentes da administração pública faziam parte. A esse respeito, em carta enviada a Salazar, o Secretário de Estado da Agricultura, João Mota Campos, referiu que “o Caldas de Almeida, Presidente da Corporação tem, só em Mora, uma herdade de 3.000 hectares e

<sup>33</sup> Licenciado em Agronomia, pelo Instituto Superior de Agronomia, foi presidente do Grémio da Lavoura de Mora, Diretor da Federação dos Grémios da Lavoura da Província do Alto Alentejo e vogal da Junta Nacional da Cortiça. Enquanto Presidente da Corporação da Lavoura, foi, por inerência, procurador à Câmara Corporativa.

<sup>34</sup> Proprietário agrícola, foi membro de vários organismos corporativos de Viseu, de onde era natural: Presidente do Grémio da Lavoura, Presidente da Junta Diretiva da Federação dos Grémios da Lavoura da Beira Baixa e vogal da Junta Nacional do Azeite. Foi procurador à Câmara Corporativa e diretor da revista *Pela Terra!*

<sup>35</sup> Licenciado em Medicina Veterinária, foi presidente da Câmara Municipal de Alter do Chão (1944-1959), concelho no qual presidiu à Comissão Municipal de Assistência e ao Grémio da Lavoura, além de ser proprietário da Herdade da Selada, em Sela. Mais tarde, dirigiu a Federação dos Grémios da Lavoura do Distrito de Portalegre, tendo feito parte da direção, na qualidade de vogal, da Junta Nacional do Azeite e da Junta Nacional da Cortiça. Teve assento na Câmara Corporativa, entre 1969 e 1974.

<sup>36</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, CR-5, cx. 70, capilha 9, fls. 190-192.

não é dos maiores latifundiários”<sup>37</sup>. Seguindo este entendimento, para lá de um grupo social e uma comunidade de ação, a Corporação da Lavoura é uma elite e, seguindo a definição proposta por Anthony Giddens, esta é constituída por “indivíduos que ocupam formalmente posições de autoridade definidas no topo de uma organização social ou instituição”<sup>38</sup>. Este grupo estrutura-se a partir do capital económico que se transforma, consequentemente, em capital político, num “misto de *connubium* e *convivium*”<sup>39</sup>.

O facto de os presidentes da Corporação terem interesses económicos localizados numa região e liderarem um organismo com a intenção de representar todas as regiões criou problemas. Isto pode ser verificado em 1962, quando o presidente do Grémio da Lavoura de Viseu e Vila Nova de Paiva, António dos Santos Beirão, enviou ao presidente da Corporação o seu pedido de demissão. Este pedido inscreve-se no quadro da aprovação da lei do emparcelamento rural, apresentada pelo Governo, entendida como “a única defensora dos interesses da lavoura”, e que Caldas de Almeida terá tido uma “maneira incorrecta e pouco própria” sobre “as pessoas e aos organismos oficiais que defendem a proposta do Governo”<sup>40</sup>. Tal problema seria encarado pelo Secretário de Estado da Agricultura como prova que “documenta as estranhas tentativas a que se entregou a Lavoura do Sul para prejudicar a proposta governamental”<sup>41</sup>. A pressão dos interesses da agricultura alentejana continuaria. Entendia-se que “certos arautos da grande Lavoura do Sul, com posição na Organização Corporativa, já se não contentam com arremeter contra o Secretário de Estado da Agricultura” pois estavam “seguros de uma inexplicável impunidade, entregaram-se a campanhas demagógicas cada vez mais perigosas”<sup>42</sup>.

Entender a Corporação da Lavoura como uma elite permite demonstrar uma imagem de superioridade social pois, não obstante os métodos de integração nas suas estruturas, isto é, era um processo eletivo, o seu acesso resguardava-se na importância económica que cada um dos elementos possuía. A presidência da

<sup>37</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CP- 46, cx. 903, fl. 289.

<sup>38</sup> Anthony Giddens, “Elites in the British class structure” in Phillip Stanworth e Anthony Giddens (ed.), *Elites and power in the British Society*, Cambridge, Cambridge University Press, 1974, p. 1-21.

<sup>39</sup> Manuel Villaverde Cabral, “Classes sociais” in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal: suplemento (1926-1974)*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. 7, p. 328-336.

<sup>40</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CP- 46, cx. 903, fl. 297.

<sup>41</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CP- 46, cx. 903, fl. 288.

<sup>42</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CP- 46, cx. 903, fl. 326.

Corporação operacionaliza esta questão. Foi um cargo ocupado por figuras com um vasto lastro profissional na área da agricultura, na gestão de propriedades agrícolas ou na aquisição de competências académicas na área da agronomia ou da veterinária. Um natural requisito era a demonstração da capacidade de comando à frente de organismos corporativos. É neste sentido que todos os presidentes estiveram ligados à direção de grémios da lavoura e federações de grémios da lavoura.

Uma questão que se deve colocar nesta análise é qual a ligação da Corporação da Lavoura com o restante associativismo patronal, ou seja, como explicar a relação estabelecida com a Associação Central de Agricultura Portuguesa (ACAP)? Desde logo, é necessário compreender que a ACAP conheceu, durante o Estado Novo, a perda de influência que teve no período da Monarquia e da I República. É precisamente este declínio que explica a sua permanência, ou seja, “num regime fortemente institucionalizado, que dava primazia aos canais oficiais e/ou corporativos de ligação entre a sociedade civil e os poderes públicos, e desprovido de liberdade de imprensa como a ACAP não puderam evitar a queda num certo limbo”<sup>43</sup>. Ao Estado Novo não conviria afrontar uma organização que, apesar de se manter a custo, ainda continha um capital simbólico que não seria de descurar. O surgimento da Corporação da Lavoura não veio perturbar o funcionamento da ACAP, confirmando a perda de influência desta última, “uma vez que grande parte dos seus dirigentes associativos desempenhavam funções directivas”<sup>44</sup> na Corporação. Não existindo incompatibilidades visíveis, as duas agremiações cooperaram em algumas iniciativas, como foi o caso da realização das Jornadas Cerealíferas e Leiteiras, entre 12 e 14 de junho de 1963, na Sociedade de Geografia de Lisboa, contando com cerca de 1000 participantes<sup>45</sup>.

No campo da influência política direta, exemplo disso é o acesso à Câmara Corporativa, local onde, por inerência, tomava assento o Presidente da Corporação da Lavoura. O próprio desenho institucional se transformou a partir de 1957, estabelecendo uma representação parlamentar de interesses da agricultura correspondente à estrutura da referida corporação. Desta mudança verificou-se “uma paridade entre as entidades patronais e os trabalhadores

<sup>43</sup> Luciano Amaral, “Associação Central de Agricultura Portuguesa (ACAP)” in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand, 1996, vol. I, p. 73.

<sup>44</sup> Raul Miguel Rosado Fernandes, “Associação Central de Agricultura Portuguesa” in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal: suplemento (1926-1974)*, Porto, Figueirinhas, 1999, vol. 7, p. 137-138.

<sup>45</sup> *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, 18 (abril-junho de 1963), p. 53.

“sendo “reduzidas as representações das entidades patronais (de 17 para 12). Em compensação, aumentam os lugares dos procuradores do trabalho (de sete para 12)”<sup>46</sup>. Partindo ainda dos princípios plasmados na lei orgânica da mesma, passaram a funcionar seis secções, em vez das quatro existentes, a que, em 1964, se acrescentaria mais uma, representando os assuntos agrários das províncias ultramarinas, num total de sete subsecções.

### **Entre atavismos e inovações: a Corporação da Lavoura no processo de transformação económica**

Quando a intenção de construir o topo da pirâmide corporativa se tornou palpável, as consequências e alcance das funções reservadas às corporações desencadearam algumas hesitações, como por exemplo, “Qual irá ser a actividade prática da Corporação? [...] Não se sabe. Quer no campo administrativo quer, sobretudo, no desempenho de funções políticas, económicas, técnicas e sociais que legalmente exercer, abre-se para as Corporações, vasto e complexo campo de acção onde são possíveis inúmeras iniciativas”<sup>47</sup>. Do ponto de vista programático, e se antedermos à primeira intervenção de Caldas de Almeida na Câmara Corporativa, o princípio basilar que regeria o seu funcionamento seria “coordenar a acção dos organismos corporativos que a constituem e regular as relações sociais ou económicas entre eles tendo em vista os seus interesses próprios e os fins superiores da organização”<sup>48</sup>.

Surgindo no período do segundo pós-guerra, este organismo teve de lidar com algumas mudanças. Entre elas conta-se a perda da primazia da agricultura em detrimento da indústria, em termos de população ativa e contribuição para o Produto Interno Bruto, tornando-se o sector primário recetor de bens e serviços de origem industrial e terciária e fornecendo matérias-primas para a indústria agroalimentar. Era evidente a necessidade do incremento da produção e um melhor regime distribuidor para que o sector conseguisse corresponder às alterações dos hábitos de consumo, proporcionada pelo aumento de rendimentos e os níveis de crescimento económico. Constava-se, e seguindo Eugénio Castro

<sup>46</sup> Nuno Estevão Ferreira, *A Câmara Corporativa no Estado Novo: composição, funcionamento e influência*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade em Sociologia Política, apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009, p. 177.

<sup>47</sup> ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 159, proc. 4, fl. 22.

<sup>48</sup> *Actas da Câmara Corporativa*, 31 (26 de novembro de 1958), p. 482.

Caldas, que este período ficou pautado por “duas agriculturas, a velha e a nova, que vivem ainda a par no nosso País Rural”<sup>49</sup>.

Face a este panorama, a Corporação da Lavoura afirmava que atuava na “vigilância constante, acção firme na defesa da economia agrária, na defesa dos direitos do trabalho rural”<sup>50</sup>. Acrescentava ainda que defendia “uma política realista de preços que [...] não imponha à empresa rural um nível de rendimento muito abaixo do razoável e, por isso, um salário agrícola absolutamente insuficiente”<sup>51</sup>. Este será o principal esteio da sua intervenção nas questões da política agrária. Uma atuação mais incisiva da Corporação da Lavoura revelava-se difícil considerando algumas condicionantes que eram comuns a muitos organismos corporativos, ou seja, saldos irregulares nas contas. Num relatório de 1963 é apontado “um déficit de valor algo expressivo” que advinha “de dificuldades de cobrança”<sup>52</sup> e das “dificuldades financeiras com que lutam as cooperativas e os grémios da lavoura”<sup>53</sup>. Apesar dos pedidos em sede parlamentar referirem que, “dentro do respeito devido ao nosso regime corporativo”, deveriam ser facilitadas à Corporação “as suas variadas e importantes funções, garantindo-se-lhe o poder financeiro para bem as poder levar a cabo”<sup>54</sup>, tal problema arrastar-se-ia até aos anos 70. Em 1971 foi pedido, junto da Inspeção dos Organismos Corporativos, a fixação de um mecanismo capaz de obrigar a liquidação das dívidas que os organismos primários e secundários tinham para com a Corporação da Lavoura. Porém, a superação desta realidade era, segundo os inspetores, quase inatingível, duvidando-se “da eficácia da proposta” além de que “outro processo possa ser adoptado, além da persuasão”<sup>55</sup>.

Apesar dos problemas e de acordo com algumas vozes que consideravam que se viviam tempos de “destruição de conceitos empíricos, que têm de ceder aos progressos técnicos, à busca de novas fontes de produção ou melhoramento das existentes”<sup>56</sup>, vejamos a política defendida pela Corporação para dois grupos de sectores, um ligado às culturas mais tradicionais – cereais, azeite, vinho – e outro associado à produção agrícola cujo consumo se tornou mais corrente – frutas, legumes, carne e leite.

<sup>49</sup> Eugénio Castro Caldas, *Modernização da agricultura*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1960, p. 201.

<sup>50</sup> *A Voz da Lavoura: órgão da Corporação da Lavoura*, ano VII, 83 (dezembro de 1965), p. 25.

<sup>51</sup> *Actas da Câmara Corporativa*, 31 (26 de novembro de 1958), p. 482.

<sup>52</sup> ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 159, proc. 4, fl. 7.

<sup>53</sup> ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 159, proc. 4, fl. 9.

<sup>54</sup> *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 110 (12 de dezembro de 1967), p. 2095.

<sup>55</sup> ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 159, proc. 44, fl. 4.

<sup>56</sup> *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, 2 (abril-junho de 1959), p. 25.

### Cereais, azeite e vinho

A questão cerealífera continuou a ter, dentro do conjunto da política agrária, uma significativa importância, estando ainda ancorada num discurso de pendor autárquico cuja fragilidade era evidente. As novas necessidades do mercado suscitaram novas interpretações sobre o desempenho económico do sector dos cereais. Como explicita Luciano Amaral, “a incapacidade da lavoura em corresponder às solicitações do consumo durante a guerra e nos anos imediatamente subsequentes foi conduzindo o governo a uma progressiva retração, ou pelo menos a um suporte mais condicional da cultura do trigo”<sup>57</sup>. Outros cereais passam a ter uma atenção mais significativa. A Corporação focou-se, essencialmente, em dois domínios: a política de preços e a concessão de subsídios aos produtores. Daqui resultou a elaboração de vários pareceres e, consequentemente, alguns despachos da Secretaria de Estado do Comércio. Em 1962, após reuniões realizadas em Estremoz e no Porto, a direção da Corporação solicitou “uma subida no preço do trigo para 3\$60/Kg e uma garantia de preço mínimo concedida ao milho de 2\$55, ao centeio 2\$80, à cevada 2\$20 e à aveia 2\$10”<sup>58</sup>. Mais tarde, a precária situação vivida na cerealicultura levou à criação, em 1965, de três grupos de trabalho na secção dos cereais: a Comissão do Arroz, a Comissão do Milho e a Comissão do Trigo-Aveia-Cevada-Centeio. A correspondência da produção face ao consumo levou também a Corporação da Lavoura a defender a importação de sementes, nomeadamente de arroz oriundas de França, dando em alguns momentos pareceres desfavoráveis no que toca à importação de cevadas e aveias. Da sua ação resultou a concessão de subsídios na venda da produção cerealífera, mas também facilidade na liquidação de débitos à Caixa Nacional de Crédito, como ocorreu em setembro de 1960, 1962 e 1969.

A olivicultura foi um dos sectores que mais atenção mereceu por parte da Corporação da Lavoura. Estando visto o “caminho gravemente preocupante para o futuro do azeite”<sup>59</sup>, foi um assunto recorrente nas reuniões da direção, visto que, à época, era visível que o agravamento dos custos, como com a remuneração da mão de obra, e a concorrência de outros óleos comestíveis, poderiam levar ao abandono de alguns olivais menos produtivos. Logo em

<sup>57</sup> Luciano Amaral, *O país dos caminhos que se bifurcam: política agrária e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo, 1930-1954*, Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX-XX – secção do séc. XX, apresentada à FCSH/UNL, 1993, p. 57.

<sup>58</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, EC-22, cx. 83, capilha 15, 1ª subdivisão, fl. 560.

<sup>59</sup> Nordeste: boletim da organização da lavoura, 9 (novembro de 1965), p. 19.

1959, a proposta da Corporação para um novo regime de comércio de azeite foi acolhida pela Secretaria de Estado de Comércio, de que resultou uma nova tabela de preços, para evitar “a todo o custo que a rigidez dos preços provoque distorções de carácter económico”<sup>60</sup>. Na base desta solução, a que se seguiram outras propostas no mesmo sentido, estava a atribuição estatal de preços de garantia ao azeite na produção, algo determinado no início de cada campanha oleícola. Deste modo, os preços satisfariam as reivindicações da maioria dos produtores, não obstante a diferenciação entre os diversos tipos de óleos, de forma a valorizar uns face a outros, devido à introdução de produtos destinados a substituir o tradicional azeite, como o óleo de amendoim<sup>61</sup>, cujo consumo anual, em 1956 foi de 9216 toneladas, passando, em 1960, para 17.303 toneladas<sup>62</sup>. A receção positiva por parte do governo levou o presidente da Corporação a dar o “testemunho de gratidão e da esperança que a nova tabela de preços de azeite provocou nas centenas de milhares de olivicultores portugueses”<sup>63</sup>.

Tal situação obrigou a que a Junta Nacional do Azeite tivesse de intervir no mercado nacional para baixar os preços, facto que se confirmaria durante a existência da Corporação. Outras questões eram igualmente equacionadas. Entre elas a embalagem obrigatória de azeite e outras gorduras de origem vegetal e animal, a proibição da mistura azeite-óleo, salvaguardando a qualidade do produto, além da atribuição de prémios à exportação e o condicionamento da importação<sup>64</sup>. A crise vivida pelo sector no final dos anos 60 levou a que a secção do azeite da Corporação, numa reunião em novembro de 1967, apresentasse ao Ministro da Economia um “programa de nove pontos essenciais, em que se deixam indicadas concisamente as medidas de maior relevância para dar remédio aos gravíssimos males de que está a sofrer a produção do azeite”<sup>65</sup>.

O sector vinícola fez também parte do espaço de atuação da Corporação. Tal não poderia deixar de acontecer. Alguns apelos, como o da Federação dos Grémios da Lavoura da Província da Estremadura, pediam o reforço das políticas

<sup>60</sup> *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XXVI, 19 (15 de outubro de 1959), p. 728.

<sup>61</sup> Dada a elevação do preço sentida, “o consumo de óleo de amendoim aumentou da campanha oleícola de 1959/60 para a de 1960/61 cerca de 1/3” (ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, EC-25, cx. 86, capilha 1, 2<sup>a</sup> subdivisão, fl. 36).

<sup>62</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, EC-25, cx. 86, capilha 1, 2<sup>a</sup> subdivisão, fl. 39.

<sup>63</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CP-006, cx. 863, fl. 56.

<sup>64</sup> *A Voz da Lavoura: órgão da Corporação da Lavoura*, 117 (outubro de 1968), p. 3.

<sup>65</sup> *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 144 (6 de março de 1968), p. 2636.

para a vinicultura. Em 1957, declarou: “a aspiração desta Federação consiste numa Corporação dirigida efectivamente por uma Lavoura cada dia mais consciente, não só da sua posição como actividade diferenciada mas também como elemento da Nação”<sup>66</sup>. Este pedido, feito em reuniões de produtores em Torres Vedras e Évora, consistia na constituição da Corporação “cuja secção diferenciada de vinhos absorva, com maior brevidade possível, os serviços da Junta Nacional do Vinho”<sup>67</sup>, de forma a reforçar a intervenção corporativa para a compra de maiores quantidades de vinho evitando maiores quedas nos preços de mercado.

Na vinicultura denota-se uma atenção mais apurada às questões das exportações e da sua regulação, quer para as províncias ultramarinas, quer para os países europeus. A intervenção no mercado dos vinhos foi também pedida, várias vezes, através da Junta Nacional do Vinho, continuando um modelo que fazia parte da natureza programática deste organismo que teve, ao lado da Federação Nacional dos Produtores de Trigo, “desde o início, um forte poder intervintivo no mercado”<sup>68</sup>. Na cronologia em foco, por exemplo, em 1960/61, “os diferentes organismos foram chamados a intervir, adquirindo vultosas quantidades que estancaram as suas possibilidades financeiras e de armazenagem”<sup>69</sup>. Foi identicamente demonstrada alguma atenção na questão do álcool com a criação de uma tabela de graduações alcoólicas mínimas para vinhos comuns de pasto e de consumo. Este é um dos aspetos a que se deu maior cuidado, sobretudo em dois âmbitos: a melhoria da qualidade dos vinhos lançados no mercado e uma maior eficiência técnica da vinificação, em que as adegas cooperativas foram um elemento central, aumentando a capacidade comercial e o número de vendas. Tal facto está em conformidade com a política do governo que defendia o plantio da vinha em condições favoráveis e que se adaptasse “às exigências da colocação do produto, exigências essas que obrigam a produção a subordinar-se tanto à qualidade como ao preço”<sup>70</sup>.

<sup>66</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, EC-19, cx. 86, capilha 8, 1<sup>a</sup> subdivisão, fl. 266.

<sup>67</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, EC-19, cx. 86, capilha 8, 1<sup>a</sup> subdivisão, fl. 265v.

<sup>68</sup> Luciano Amaral e Dulce Freire, “Policy, growth and demise, 1930-2000” in Dulce Freire e Pedro Lains (ed.), *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000*, Leiden, Brill Publishers, 2016, p. 245-276.

<sup>69</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, EC-25, cx. 86, capilha 1, 2<sup>a</sup> subdivisão, fl. 65.

<sup>70</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, EC-22, cx. 83, capilha 16, fl. 700.

## Frutas, legumes, carne e leite

Noutras vertentes, a fruticultura é dos sectores em que a política agrária teve maior interesse pois, nas palavras do então Ministro da Economia, Correia de Oliveira, “a fruta, que dantes era um luxo, é hoje necessidade corrente”<sup>71</sup>. Notava-se ainda que, na realidade, o “consumo destes bens aumenta, entre nós, mais nas cidades que no resto do País”<sup>72</sup>. A resposta do sector frutícola não deveria centrar-se apenas na demanda dos mercados internacionais, mas também nas modificações que os regimes alimentares sofriam. A sua modernização era necessária a vários níveis como na estrutura de propriedade para contrabalançar “o peso dos pomares antigos, constituídos por numerosas variedades dispersas”<sup>73</sup>. A Corporação da Lavoura mostrou estar presente nestas questões. Apesar de “algumas objeções de pormenor postas especialmente pelo Presidente [da Corporação]”<sup>74</sup>, consentiu a implantação do Plano de Fomento Frutícola, lançado em 1962<sup>75</sup>.

Na horticultura, o principal objeto de discussão foi a produção e comércio de batata, uma cultura com cada vez maior importância no quadro do consumo e da política para o sector agrícola. Se em 1935-39, a produção fora de 565.000 toneladas, já em 1952-56, os números chegaram a 1.094.410 toneladas<sup>76</sup>, um aumento de 93,7%. Os assuntos referentes a este tubérculo adquiririam contornos muito específicos e com implicações que, por vezes, extrapolaram o domínio económico<sup>77</sup>. Uma das vertentes da ação da Corporação foi o fornecimento de batata de semente considerando-se que “o êxito deste esforço foi palpável, introduzindo-se, quando oportuno, mas com grande prudência, novas e mais

<sup>71</sup> *Diário de Lisboa*, ano 46, 15678 (10 de agosto de 1966), p. 14.

<sup>72</sup> Maria Margarida Câmara Pires, “Estudo sobre as estruturas do consumo”, *Planeamento e integração económica: boletim do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho*, X-XI (janeiro-abril de 1966), p. 15-27.

<sup>73</sup> *A Voz da Lavoura: órgão da Corporação da Lavoura*, ano VIII, 94 (novembro de 1966), p. 10.

<sup>74</sup> *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, 13 (janeiro-março de 1962), p. 54.

<sup>75</sup> Sobre este plano ver: Leonardo Alexandre Aboim Pires, *A Junta Nacional das Frutas: corporativismo, desenvolvimento industrial e modernização agrícola no Estado Novo (1936-1974)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, apresentada à FCSH/UNL, 2018, pp. 95-97.

<sup>76</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, EC-19, cx. 86, capilha 13, fl. 524.

<sup>77</sup> Por exemplo, nas eleições presidenciais de 1958, em algumas comunidades do Norte de Portugal, sobretudo em Trás-os-Montes, o apoio dado ao candidato da oposição, Humberto Delgado, advinha do “magnó problema da batata que está no fundo da economia regional” (ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, EC-22, cx. 83, capilha 1, fl. 2v).

recomendáveis variedades”<sup>78</sup>. Mas no que toca ao papel da Junta Nacional das Frutas eram dirigidas críticas, concluindo que “a intervenção adoptada tem-se revelado ineficaz”<sup>79</sup>. Devem destacar-se algumas operações com carácter económico como o escoamento de batata, como por exemplo no primeiro semestre de 1961, com “produtores nortenhos, sobretudo transmontanos, que alarmados com a escassa procura se dispunha[m] a entregá-la, a preços inferiores dos custos de produção, aos intermediários oportunistas”<sup>80</sup>.

Sobre a pecuária, a Corporação observava o sector atentamente, como foi aquando do encerramento da empresa Carlos da Costa Frescata & Filhos, Ltda. Nesta ocasião, alertou para que “a economia da Lavoura Nacional assenta em grande parte na suinicultura, que vive momentos de alta preocupação”<sup>81</sup> devido ao seu fecho, indicando a importância dada à iniciativa privada no desenvolvimento agrícola. Do ponto de vista da intervenção estatal, e à semelhança do que ocorreu na fruticultura, também foi criado um programa de revitalização do sector, o Plano de Fomento Pecuário, em 1962, apresentando “objectivos económicos e fins sociais”<sup>82</sup>. Este foi motivado, entre outros, pela “produção de carne insuficiente para as necessidades de abastecimento” e as “baixíssimas capitações em leite e lacticínios”<sup>83</sup>, a que se poderia acrescentar as “flutuações cíclicas características da nossa oferta de animais de açougue”<sup>84</sup>. Esta era uma atividade que contava com o empenho de José Ferreira Dias, que, enquanto ocupou a pasta da Economia, entre 1958 e 1962, defendeu que “se intensificasse o melhoramento zootécnico para termos animais com maior produção de leite, de carne de ovos ou de lã”<sup>85</sup>.

De forma mais genérica, a atuação da Corporação visava assegurar preços mínimos de garantia concedidos à produção, como se deu, em 1960, quando foi possível baixar o preço do quilograma de carne em Lisboa, de 2\$00 para 1\$50, “como compensação do preço mais alto atingido pelo produto durante a semana da Páscoa”<sup>86</sup> desse ano. Já nos subsídios e dada a dificuldade no escoamento, a Corporação promoveu, em maio de 1962, uma subvenção de

<sup>78</sup> Arquivo Histórico do Ministério da Economia (AHME), Secretaria-Geral, Expediente Geral (1959-1973), Dossier N01207/025/086, Processo 20.14/7.

<sup>79</sup> *A Voz da Lavoura: órgão da Corporação da Lavoura*, ano II, 15 (15 de março de 1960), p. 6.

<sup>80</sup> ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 159, proc. 4, fl. 12.

<sup>81</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, EC-18A, capilha 6, fl. 162.

<sup>82</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CP- 46, ex. 903, fl. 310.

<sup>83</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, EC-25, ex. 86, capilha 2, fl. 137.

<sup>84</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, EC-19, ex. 86, capilha 5, fl. 220.

<sup>85</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CP-096, ex. 953, fl. 352v.

<sup>86</sup> *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, 6 (abril-junho de 1960), p. 36.

12\$00 por quilograma de carne de porcos de montanheira “com o primeiro subsídio no momento da entrega, ficando a liquidação total dependente da venda de todas as carcaças e porcos”<sup>87</sup> ainda na posse dos produtores. A intervenção do estado teria de ser feita de forma a “retirar do mercado o excedente da oferta”<sup>88</sup> e para tal a existência de infraestruturas adequadas era primordial. Dentro da relação entre a Corporação e o sector pecuário encontrava-se a proteção das raças pecuárias autóctones, tendo apoiado a criação de agremiações como a Associação Portuguesa de Criadores de Toiros de Lide, em 1966, e a Associação Portuguesa de Criadores de Gado Hereford, em 1967.

O consumo de leite tornou-se cada vez mais assíduo, sendo encarado como “um alimento completo e precioso como factor de equilíbrio num regime de nutrição racional” apesar da “falta de confiança num alimento que se sabe ser meio fácil à cultura e disseminação de microrganismos perniciosos”<sup>89</sup>. Sobre o sector leiteiro, a Corporação assumiu uma posição idêntica ao que defendia em relação à olivicultura, isto é, debruçou-se sobre os impactos do preço pago à produção, de modo a salvaguardar os interesses dos produtores. Neste sentido, “as organizações da lavoura estão pugnando pelo exclusivo abastecimento aos grandes centros”<sup>90</sup>, defendendo ainda que só “a generalização da recolha de leite pelas organizações da Lavoura poderá melhorar e aumentar a produção e resolver situações injustas, como seja a importação de leite do Norte para Lisboa”<sup>91</sup>. A referida organização procedeu também à análise de outras medidas como a reorganização que a indústria dos lacticínios da Madeira sofreu com o Decreto nº 44.183, de 9 de fevereiro de 1962, estabelecendo um diálogo com outras instituições como foi o caso da secção de alimentação da Corporação da Indústria.

### **A “frente verde” e a sua relação com a industrialização e internacionalização económica**

Atendendo ao que já foi indicado, o sector primário vivia momentos de redefinição quanto ao seu lugar no conjunto da atividade produtiva nacional, no sentido de uma diminuição da sua importância em termos laborais e de

<sup>87</sup> *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, 14 (abril-junho de 1962), p. 72.

<sup>88</sup> *A Voz da Lavoura: órgão da Corporação da Lavoura*, ano VII, 78 (julho de 1965), p. 3.

<sup>89</sup> *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, 3 (julho-setembro de 1959), p. 43.

<sup>90</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, EC-18A, capilha 12, fl. 660.

<sup>91</sup> *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, 16 (outubro-dezembro de 1962), p. 66.

rendimentos. A agricultura portuguesa do pós-guerra situou-se na encruzilhada entre a permanência do atraso e o desenhar de uma visão de desenvolvimento. Era notório que existiam diversos aspetos que, como era referido à época, “condicionam as possibilidades de comércio e que de modo algum podem ser preteridos se se quiser acompanhar o ritmo de acelerado progresso que se verifica noutros países”<sup>92</sup>. É neste período que se presenciou a passagem de uma agricultura de autoconsumo para uma agricultura de carácter industrial, passando as unidades familiares a estar dedicadas à satisfação das necessidades de uma vasta atividade comercial. Para Vasco Leónidas, Secretário de Estado da Agricultura, “a indústria alimentar poderá, assim, representar para a agricultura uma fonte de serviços, de investimento de promoção comercial e um decisivo factor de povoação dos meios rurais criando actividades capazes de fixar mão-de-obra”<sup>93</sup>. Também o antigo Ministro da Agricultura, Rafael Duque, em 1957, escreveu a Salazar dizendo que “mais 15 anos de progresso industrial – criação de novas indústrias e remodelação das existentes – e de progresso agrícola dariam ao Paiz um fácie económico diferente”<sup>94</sup>. A realidade provava a assertividade desta reflexão.

Alguns exemplos de maior dimensão e espalhados pelo país são demonstrativos dessa mudança de paradigma. Entre eles pode-se incluir o empreendimento hidroagrícola da Cova da Beira, no Fundão, o complexo agroindustrial do Cachão, em Mirandela, ou o aproveitamento hidroagrícola do Caia, este último contava “com a atenção atenta e desvelada da Federação dos Grémios da Lavoura do distrito de Portalegre e até mesmo da própria Corporação da Lavoura”<sup>95</sup>. Para tal, o sector primário e as estruturas a si associadas, nomeadamente as que se inseriam na estrutura corporativa, desenvolveram ações e projetos para suprir as falhas que eram notadas.

Novas soluções eram necessárias. De acordo com a Corporação da Lavoura, “a industrialização da agricultura tem um papel decisivo a desempenhar no seu processo de desenvolvimento e não vale a pena continuar a iludir por mais tempo essa realidade”<sup>96</sup>. Consentindo sobre a irreversibilidade das mudanças era visível para esta organização que “uma nova mentalidade está a surgir [...] Novos empresários agrícolas estão a surgir. Os que abandonam um absentismo displicente e improdutivo para se colocarem à frente das suas casas

<sup>92</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, CR-5, cx. 70, capilha 9, fl. 191.

<sup>93</sup> Vasco Leónidas, *Preparando a agricultura do futuro*, Lisboa, Edição do Autor, 1972, p. 160.

<sup>94</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CP-100, cx. 957, fl. 321.

<sup>95</sup> *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 11 (18 de janeiro de 1966), p. 162.

<sup>96</sup> *A Voz da Lavoura: órgão da Corporação da Lavoura*, ano X, 120 (janeiro de 1969), p. 3.

agrícolas”<sup>97</sup>. Por estas afirmações é possível concluir que o voluntarismo próprio do *engenheirismo* começou a ramificar-se noutras áreas da vida económica, encontrando-se um discurso próprio desta corrente no seio da élite agrária.

Face ao processo de industrialização, a Corporação da Lavoura não deixou de se manifestar em diversas ocasiões, demonstrando o seu apoio à construção de unidades fabris, contando-se a apreciação de alguns pedidos de instalação como, em 1959, de uma fábrica de refinação, destilação e esterificação de óleos de bagaço de azeitona. Mais tarde, em 1966, “verificando a riqueza florestal, actual e potencial, da bacia do rio Tâmega, [a Corporação] entendeu recomendar que na escolha definitiva da localização de alguma das fábricas já autorizadas ou a autorizar”<sup>98</sup>. Também promoveu a realização de estudos como o que foi efetuado para a localização de armazéns frigoríficos para o acondicionamento de frutas e integrou ainda alguns departamentos oficiais ligados ao sector secundário como a Comissão Permanente da Indústria de Abate, a partir de 1970. Ainda dentro da indústria e da sua relação com a agricultura, a Corporação da Lavoura foi uma das vozes defensoras da colocação da cultura da batata em circuitos industriais como “uma das soluções possíveis para o problema da transformação dos excedentes da produção nacional”<sup>99</sup>, algo aliás patente já em alguns discursos durante a II Guerra Mundial.

Não obstante este apoio, o presidente da Corporação alertava para que “a agricultura portuguesa caracteriza-se por um desajustamento acentuado em relação aos restantes sectores de actividade”<sup>100</sup>, opinião veiculada nas reuniões da própria direção onde se alertava para a “inferiorização da produção perante a indústria transformadora” e a “falta de equidade na repartição de benefícios”<sup>101</sup>. O diagnóstico feito, mais tarde, por Francisco Pereira de Moura reforça essa ideia, indicando que o sector agrícola “não foi arrastado pelo desenvolvimento industrial, mantendo-se na estagnação tradicional e arcaizante”<sup>102</sup>. Alguns organismos estatais, como a Comissão de Coordenação Económica, solicitaram a ajuda da Corporação da Lavoura, estabelecendo colaboração com outras

<sup>97</sup> *A Voz da Lavoura: órgão da Corporação da Lavoura*, ano XI, 130 (novembro de 1969), p. 3.

<sup>98</sup> *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 44 (9 de dezembro de 1966), p. 799.

<sup>99</sup> AHME, Secretaria-Geral, Expediente Geral (1961-1973), Dossier NO1207/025/083, processo 20.14/13.

<sup>100</sup> *A Voz da Lavoura: órgão da Corporação da Lavoura*, ano VIII, 92-93 (setembro-outubro de 1966), p. 25.

<sup>101</sup> *Nordeste: boletim da organização regional da lavoura*, 16 (janeiro-fevereiro de 1967), p. 15.

<sup>102</sup> Francisco Pereira de Moura, *Por onde vai a economia portuguesa?*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1969, p. 23.

instituições como o Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Gulbenkian que desembocou em algumas atividades, como por exemplo, uma visita de estudo realizada, em Itália, entre maio e junho de 1969<sup>103</sup>.

A ação da Corporação da Lavoura não se esgotava em território nacional sendo assídua em eventos internacionais que visavam a presença portuguesa em determinadas organizações e a participação em feiras para divulgar os avanços e as particularidades da agricultura nacional. Por vezes, era o próprio Presidente da Corporação da Lavoura que assumia a representação deste organismo noutros países, como em abril de 1959, onde Caldas de Almeida esteve em Paris numa reunião sobre o intercâmbio académico de jovens agricultores ou estudantes de agricultura<sup>104</sup>. A Corporação contactava com a Organização Internacional do Trabalho, a EFTA, a Comissão Nacional e a Comissão de Produção de Sementes da Food and Agriculture Organization e a Confederação Europeia da Agricultura (CEA). A sua participação em reuniões internacionais destas instituições foi algo que se fez notar nas Assembleias-Gerais da CEA, como a que ocorreu em Madrid, em 8 e 13 de outubro de 1962, na qual também participaram as Federações dos Grémios da Lavoura e a ACAP, e onde se discutiu “a adopção pela CEE duma decisão condizente em matéria de política agrícola comum”<sup>105</sup>.

## Conclusões

De um modo geral, cada grupo tem os seus próprios interesses, resultando invariavelmente em modos de ação coletiva, que podem dar origem a instituições ou não. O encontro entre os anseios dos grupos de interesses económicos e o regime autoritário conseguiu isso através do corporativismo. Com os organismos corporativos criados pelo Estado Novo foi possível “fomentar a construção de uma realidade laboral em que o interclassismo deveria presidir a quaisquer intenções”<sup>106</sup>. Essa era a pretensão inicial e conduziu as iniciativas políticas no período antes da II Guerra Mundial. Era esperado que tal norma se mantivesse

<sup>103</sup> *A Voz da Lavoura: órgão da Lavoura*, ano X, 120 (janeiro de 1969), p. 6.

<sup>104</sup> *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, 2 (abril-junho de 1959), p. 59.

<sup>105</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, EC-22, cx. 83, capilha 15, 1ª subdivisão, fl. 561.

<sup>106</sup> Leonardo Aboim Pires, “Discurso(s), ideologia e construção social: As imagens do mundo do trabalho na doutrina corporativa portuguesa”, *Locus - Revista de História*, vol. 25 n. 1 (2019), p. 86-106.

nos anos vindouros, embora a realidade, de forma paulatina, fosse desmentindo essa vontade.

A tensão entre teoria e prática pode ser observada na Corporação da Lavoura. Ao longo da sua existência, entre 1957 e 1974, o que se deu em vários momentos foi a procura de um equilíbrio entre a resposta aos desafios que as alterações sociais do segundo pós-guerra impunham e a preservação dos carismas suscitados pela defesa dos sectores agrícolas tradicionais. A sua atuação gravitava na resolução dos problemas económicos dos grandes produtores, sendo notória a primazia pela questão dos proventos materiais oriundos das culturas agrícolas. Tal conclusão demonstra a consonância com a política agrária definida pelo governo, apontando para uma curta margem de manobra para intentos que rompessem o paradigma ditado pelo Estado Novo. O que existiu foi “uma afirmação do Estado perante a ordem corporativa, não possibilitando a sua vida tendencialmente autónoma”<sup>107</sup>. Através do breve exercício comparativo com o caso italiano, é possível ver a atitude e as funções reservadas à Corporação da Lavoura apontando como, em Portugal, se instituiu uma versão de corporativismo de estado, em que a ingerência governativa era a norma.

Foi mais um organismo de consulta e ratificação das diretrizes governativas do que um elemento de mediação entre os trabalhadores e a classe patronal. Desde a importância da integração do sector primário no desenvolvimento industrial até ao apoio demonstrado na internacionalização da produção agrícola, este organismo corporativo foi mais técnico do que orgânico, contrariando o que era pretendido pelos arautos da “escola corporativa” portuguesa e algumas opiniões expendidas pelos intervenientes no debate corporativo.

---

<sup>107</sup> Luís Reis Torgal, “Estado Novo: “República corporativa””, *Revista de História das Ideias*, 27 (2006), p. 445-470.

# **Relações diplomáticas entre Portugal e a UNESCO. A visita de Amadou-Matar M'Bow a Portugal em agosto de 1977**

## **Diplomatic relationships between Portugal and UNESCO. Amadou-Mahtar M'Bow travel to Portugal in August 1977**

RAQUEL VALENTE DOS SANTOS  
Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE  
[raquelvalentedossantos@gmail.com](mailto:raquelvalentedossantos@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0001-5727-4406>

Texto recebido em / Text submitted on: 31/01/2021  
Texto aprovado em / Text approved on: 31/05/2021

### *Abstract*

With the democratization of Portuguese society and the decolonization process started, efforts were made to reinforce Portugal's presence in the international community.

Portugal returned to UNESCO in 1974, after having abandoned the status of a Member State in 1972, following the approval by UNESCO, of a set of resolutions condemning its colonial policy.

Using archival documentation, namely the Historical-Diplomatic Archives, and the Oliveira Salazar Archive, as well as by consulting Portuguese journals, the article focuses on the relevance of the visit by UNESCO Director-General, Amadou-Mahtar M'Bow, Portugal in 1977, seeking to verify which contacts were established and progress in areas under the domain of the international organization.

**Keywords:** Amadou-Mahtar M'Bow; United Nations; Portuguese Foreign Policy; Portugal; UNESCO.

### *Resumo*

Com a democratização da sociedade portuguesa e iniciado o processo de descolonização, procurou-se reforçar a presença de Portugal junto da comunidade internacional.

Portugal regressa à UNESCO em 1974, após ter abandonado o estatuto de Estado-Membro no ano de 1972, em sequência da aprovação, por parte da UNESCO, de um conjunto de resoluções condenando a sua política colonial.

Através do recurso a documentação de arquivo, nomeadamente, do Arquivo Histórico-Diplomático, e Arquivo Oliveira Salazar, bem como pela consulta de periódicos portugueses, o artigo centra-se na relevância da visita do Diretor-geral da UNESCO, Amadou-Mahtar M'Bow, a Portugal em 1977, procurando-se verificar quais os contactos estabelecidos, e os progressos alcançados em áreas sob domínio da referida organização internacional.

**Palavras-chave:** Amadou-Mahtar M'Bow; Nações Unidas; Política Externa Portuguesa; Portugal; UNESCO.

## Introdução

Segundo Manuel de Almeida Ribeiro e Mónica Ferro, “o surgimento das organizações internacionais constitui um dos factos mais marcantes da história das relações internacionais no século XX”.<sup>1</sup>

Após o término da Segunda Guerra Mundial, tendo como finalidade “preservar as gerações futuras do flagelo da guerra” foi estabelecida a 24 de outubro de 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU). Com o objetivo de “manter a paz e a segurança internacionais”, através da existência de “medidas colectivas eficazes para prevenir e afastar as ameaças à paz e reprimir os actos de agressão”<sup>2</sup>, a Carta atribuiu às Nações Unidas, através de organizações especializadas, “o objectivo de promover a cooperação internacional no campo económico, social, cultural, educacional, de saúde e conexos.”<sup>3</sup>.

Em contexto multilateral, a cooperação intelectual foi concebida como um dos aspetos mais importantes do sistema das Nações Unidas. No seguimento dessa prioridade, a 4 de novembro de 1946, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) foi assim fundada. Enquanto agência internacional, a UNESCO dedica-se a contribuir para a paz e a segurança mundiais incentivando a colaboração entre as nações e defendendo uma paz baseada “na solidariedade intelectual e moral da humanidade.”<sup>4</sup>.

Desde a sua criação, a organização tornou-se uma das principais agências das Nações Unidas com alcances em diversos domínios. Apesar de fundada em 1946 conclui-se que a ideia de formar um organismo de cooperação intelectual remonta aos anos 1920, com a criação do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, que vigorou entre 1922 e 1946<sup>5</sup>. Entre as décadas 1920 a 1940, o Instituto criou vários Centros que se dedicaram a analisar variadas questões, de que são exemplos: os intercâmbios universitários, a educação de adultos, a divulgação de estudos em áreas como a ciência, a matemática, a biologia

<sup>1</sup> Manuel de Almeida Ribeiro e Mónica Ferro, *A Organização das Nações Unidas*, Coimbra, Almedina, 2004, p. 17.

<sup>2</sup> Preâmbulo da Carta das Nações Unidas (1945), ([http://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/unchart.asp](http://avalon.law.yale.edu/20th_century/unchart.asp), consultado em 2020.02.10).

<sup>3</sup> Artigo 57 da Carta das Nações Unidas (1945), ([http://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/unchart.asp](http://avalon.law.yale.edu/20th_century/unchart.asp), consultado em 2020.02.10).

<sup>4</sup> Artigo Primeiro da Constituição da UNESCO (1946), (<http://www.unesco.org/new/unesco/about-us/who-we-are/history/constitution/>, consultado em 2020-02-10).

<sup>5</sup> Jean-Jacques Renollet, “L’existence de L’OCI: Une Longue Maturation Pour Une Rapide Disparition” in *L’UNESCO Oubliée. La SDN et la Coopération Intellectuelle (1919-1946)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1999, p.11-76.

e a física, a livre circulação de obras, e por fim, a questão da proteção dos direitos de autor<sup>6</sup>.

Desde 1946, a organização tem-se dedicado a desenvolver iniciativas no domínio das ciências sociais, da cultura e da educação, as quais são transmitidas e implementadas nos Estados-Membros, verificando-se um forte impacto nas mentalidades junto das populações que as adotam<sup>7</sup>.

Apesar dos sucessos alcançados, a localização da sede em Paris e o papel importante dos Estados europeus na organização conduziram a que muitas das suas ações, durante os seus primeiros anos, se concentravam, essencialmente, no continente europeu, tendência que se alterou a partir da década de 1970, em que as atividades da organização universalizaram-se<sup>8</sup>. No entanto, alguns estudos apontam para um conjunto de falhas da UNESCO, que continuam a persistir, nomeadamente: demasiada burocracia e tensões entre os membros, relativamente às nomeações de cargos, a escolha dos locais onde as conferências devem ser realizadas, e os idiomas a serem utilizados<sup>9</sup>.

Sobre a participação portuguesa na UNESCO conclui-se que desde a fundação da organização, o Governo português refletiu sobre as vantagens e as desvantagens inerentes à nossa participação. Depois de muitas hesitações, Portugal solicitou a adesão no ano de 1965, com o objetivo “de minorar as críticas de que vinha a ser alvo no seio daquela organização” e de participar como “membro de pleno direito nas reuniões e conferências gerais da UNESCO.”<sup>10</sup>.

Infelizmente, devido às fortes pressões da organização sobre a política colonial portuguesa, o Governo português decidiu abandonar o estatuto de membro em 1972. Já depois da instauração da democracia portuguesa, a ação da delegação portuguesa na UNESCO sob liderança de Maria de Lourdes Pintasilgo entre os anos de 1975 e 1981 não teve dificuldades de maior em afirmar-se junto da organização, (re)estabelecendo as ligações diplomáticas com os restantes Estados-Membros e participando, ativamente, nas diversas iniciativas da UNESCO<sup>11</sup>.

<sup>6</sup> Fernando Valderrama, “Historical Background” in *A History of UNESCO*, Paris, UNESCO, 1995, p.1-17.

<sup>7</sup> Poul Duedahl, *A History of UNESCO: Global Actions and Impacts*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2016.

<sup>8</sup> Chloé Maurel, “L’UNESCO entre Européocentrisme et Universalisme (1945 - 1974)”, *Les Cahiers Irice*, 9 (2012), p. 61-66.

<sup>9</sup> Chloé Maurel, *Histoire de l’UNESCO : Les Trente Premières Années 1945-1974*, Paris, L’Harmattan, 2010.

<sup>10</sup> Luís Nuno Rodrigues, “Da criação da UNESCO à adesão de Portugal (1946 - 1965)”, *Relações Internacionais*, 12, (2006), p. 179.

<sup>11</sup> Raquel Valente dos Santos, *Maria de Lourdes Pintasilgo na UNESCO (1975-1981)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Especialidade de Política,

Sendo a UNESCO uma agência especializada das Nações Unidas, as relações de Portugal com a organização permaneceram, sobretudo entre a década de 1960 até à instauração da democracia em Portugal, interligadas às relações portuguesas com a ONU e com a questão colonial portuguesa. Num primeiro momento, logo após a criação das Nações Unidas, verificou-se por Oliveira Salazar, um forte interesse que Portugal integrasse o sistema das Nações Unidas, tentando recolher a máxima informação, nomeadamente, junto das embaixadas portuguesas em Londres e nos Estados Unidos<sup>12</sup>. Essa pretensão rapidamente foi substituída por fortes reservas, nomeadamente, pelos constrangimentos que uma adesão a uma organização multilateral, com a dimensão da ONU, poderia representar. As Nações Unidas representam valores democráticos, defendendo a independência e autodeterminação dos territórios colonizados, enquanto Portugal mantinha-se intransigente em abdicar do seu império colonial<sup>13</sup>. Após uma primeira tentativa de adesão a 2 de agosto de 1946, vetada pelo voto soviético, Portugal tornou-se membro de pleno direito da ONU, somente, a 14 de dezembro de 1955<sup>14</sup>.

Com a adesão às Nações Unidas, o colonialismo português ganhou maior visibilidade, sendo Portugal confrontado, constantemente, pela manutenção de um império colonial, quando “impérios mais poderosos se haviam desintegrado.”<sup>15</sup> Ao longo da década de 1960, a ONU adotou, nitidamente, um espírito anticolonialista, com a aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de três resoluções (1514, 1541 e a 1542) que condenavam a política colonial portuguesa e defendiam a independência e autodeterminação dos territórios em África sob o seu domínio. Mesmo perante as constantes condenações internacionais, o Governo português mantinha-se intransigente “a um velho sonho do passado: conservar um império colonial solidamente amarrado à metrópole.”<sup>16</sup>.

Só com o reconhecimento e declaração oficial do regime português da independência dos territórios africanos, após a promulgação da Lei 7/74, o

---

Cultura e Cidadania, Lisboa, ISCTE, 2018, p. 43-50.

<sup>12</sup> David Castaño, “Portugal e a ONU. A Primeira Aproximação”, *Relações Internacionais*, 47 (2015), p. 14-19.

<sup>13</sup> Fernando Martins, “A crise da Paz -Portugal e a Organização das Nações Unidas. Das Origens à Admissão (1945-1955)”, *Relações Internacionais*, 47 (2015), p. 53.

<sup>14</sup> Sobre o assunto ver: José Calvet de Magalhães, *Portugal e as Nações Unidas: A Questão Colonial (1955-1974)*, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, 1996.

<sup>15</sup> Carlos Martins Branco e Francisco Proença Garcia, *Os Portugueses nas Nações Unidas*, Lisboa, Prefácio, 2005.

<sup>16</sup> António Duarte Silva, “O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”, *Análise Social*. Vol. XXX (1995), p. 38.

fortalecimento de ligações diplomáticas com as organizações internacionais, de que é exemplo a UNESCO, foi possível.

O presente artigo analisa em que medida a proximidade à UNESCO foi relevante para o Governo português após a instauração da democracia, e de que importância se revestiu a visita do Diretor-geral da organização a Portugal em agosto de 1977, no fortalecimento dessa relação. Pretende-se responder às seguintes questões: como surgiu o convite para Amadou-Mahtar M'Bow visitar Portugal? Com que personalidades portuguesas reuniu durante a sua estadia em Lisboa? Quais os principais temas debatidos, durante as conversações realizadas? Quais os progressos verificados em Portugal nas áreas sob domínio da UNESCO?

Para uma melhor compreensão optou-se por dividir o artigo em três partes. Depois do capítulo introdutório, uma primeira secção, onde se contextualizam as relações diplomáticas entre Portugal e a UNESCO desde a criação da organização, às motivações da candidatura a Estado Membro em 1965, até à opção portuguesa de abandonar a UNESCO em 1972. Ainda nesta secção analisam-se as motivações e os procedimentos realizados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros para o regresso à organização ainda no ano de 1974 procurando-se esclarecer os principais objetivos da Missão Permanente em Paris. Por fim, a segunda secção dedica-se à visita de Portugal de Amadou-Mahtar M'Bow, nomeadamente, os locais visitados, as personalidades com que reuniu durante a sua estadia, os principais debates e alcances verificados. O artigo termina com as conclusões a que o estudo permitiu-nos alcançar.

Além de bibliografia de apoio, as conclusões apresentadas baseiam-se em documentação de arquivo, nomeadamente, o fundo de Repartição das Relações Culturais externas, consultado no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Arquivo Oliveira Salazar e a documentação consultada, digitalmente, pelo Arquivo da UNESCO, bem como pelos National Archive. De mencionar a consulta de periódicos portugueses, nomeadamente o *Diário de Notícias*, o *Diário de Lisboa*, o *Diário Popular*, *A Capital*, o *Jornal Novo* e o *Primeiro de Janeiro*.

## **Portugal na UNESCO (1946-1974)**

Após a criação da UNESCO em novembro de 1946, o Governo português considerou, desde o primeiro momento, a possibilidade de candidatura a Estado-Membro da organização como um “um mecanismo compensatório do desaire sofrido na ONU”<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Luís Nuno Rodrigues, “Da criação da UNESCO...”, cit., p. 168.

Antes de avançar com uma proposta, o Chefe de Estado português, António de Oliveira Salazar, decidiu aconselhar-se, em novembro de 1946, junto de Júlio Dantas, ex-representante de Portugal no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual. Rapidamente, Júlio Dantas alertou-o que Portugal, não sendo à data membro da ONU, só poderia tornar-se membro da UNESCO, conforme o Ato Constitutivo da organização, “mediante recomendação especial do Conselho Executivo e voto de dois terços dos membros da Conferência Geral da UNESCO.”<sup>18</sup>. Com receio de não recolher os votos necessários, e de modo a evitar um novo voto internacional, Oliveira Salazar optou, durante os anos quarenta e cinquenta, por uma “estratégia de desvalorização das instituições associadas à ONU”<sup>19</sup>, onde se incluía as suas agências especializadas, nomeadamente, a UNESCO.

De referir, que apesar do voto na ONU, ainda na década de 1940, Portugal conseguiu integrar-se em alguns projetos internacionais, nomeadamente, em julho de 1947 foi convidado para participar no Plano Marshall, e em abril de 1949, foi membro fundador da NATO. A nível bilateral, destacou-se o acordo com os Estados Unidos no ano de 1947, sobre a utilização das bases das Lajes nos Açores, pelos americanos<sup>20</sup>. Estes acontecimentos acabaram por contribuir para a inclusão portuguesa na comunidade internacional, “atenuando” o insucesso ocorrido junto das Nações Unidas.

Durante a década de 1950, e mesmo após a entrada nas Nações Unidas a 14 de dezembro de 1955, o Governo português mantinha-se inalterável na sua posição de manter-se afastado da UNESCO, justificando a sua posição pela “excessiva proliferação de organismos internacionais que consomem atividades sem fornecer rendimento correspondente”, procurando o Governo Português concentrar a sua “atenção e participação só em alguns organismos que mais interesse nos apresentem e ainda aqui a UNESCO não está contemplada.”<sup>21</sup>.

É necessário compreender que a política externa portuguesa tinha como prioridade central a manutenção da política colonial, a qual em virtude do

<sup>18</sup> Arquivo Histórico Diplomático, (doravante AHD), RNP, M. 679, Carta de Júlio Dantas para Oliveira Salazar, 22 novembro de 1946.

<sup>19</sup> AHD, RNP, M. 679, Nota de Oliveira Salazar, 28 janeiro de 1947.

<sup>20</sup> Sobre o assunto ver: António José Telo, *Portugal e a NATO. O Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996; Fernanda Rollo, *Portugal e o Plano Marshall. Da Rejeição à Solicitação da Ajuda Financeira Norte-Americana (1947-1952)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994; Luís Nuno Rodrigues, *No Coração do Atlântico: Os Estados Unidos e os Açores 1939-1948*, Lisboa, Prefácio, 2005.

<sup>21</sup> AHD, RNP, 2.º P, A-3, M. 679, Relato da Conversa entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, e Paulo Carneiro, Presidente do Conselho Executivo da UNESCO, 1952.

movimento descolonizador iniciado após 1945, passou a ser discutida com frequência na comunidade internacional. Consequentemente, com a entrada de Portugal nas Nações Unidas em 1955, os países africanos com forte representação na Assembleia Geral da ONU exigiram a descolonização e independência das colónias sob domínio português<sup>22</sup>.

Em dezembro de 1960, a Assembleia Geral da ONU aprovou três resoluções que marcavam, com evidência, a sua posição anticolonial: a Resolução 1514, que condenava todas as formas de colonialismo e declarou que “todos os povos têm direito à livre determinação”; a Resolução 1541, que especificou o critério de definição de um território não autónomo; e por fim, a Resolução 1542, que apresentava uma lista de territórios considerados não autónomos, na qual constavam Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Goa e o restante do Estado Português da Índia, Macau e Timor<sup>23</sup>.

Os novos desenvolvimentos internacionais, em clara condenação da política colonial, conduziram a que o Governo português decidisse, através do Decreto-Lei n.º 44.017 de 8 de fevereiro de 1961, nomear um observador junto da UNESCO. Para os representantes portugueses, a participação portuguesa nas atividades da organização poderia ser útil e ajudar a esclarecer algumas dúvidas sobre “a nossa cultura, sistemas de ensino e criações intelectuais, científicas e artísticas.”<sup>24</sup>

A presença de Portugal como observador, rapidamente, trouxe grande contestação, sendo negado o direito de intervir nos debates ao observador português, Manuel de Anselmo Castro<sup>25</sup>, e em julho de 1963 foi aprovada uma moção proposta pelos países africanos, para excluir a participação portuguesa em todas as reuniões da organização<sup>26</sup>.

Em novembro de 1964, o Governo português decidiu, finalmente, candidatar-se a membro da UNESCO. O embaixador de Portugal em Londres, Manuel Rocheta, esclareceu ao Ministério dos Negócios Estrangeiros Português, que conforme o artigo segundo da Constituição da UNESCO, “todos os Estados-Membros das Nações Unidas têm o direito de se tornarem membros da

<sup>22</sup> Carlos Santos Pereira, “Portugal e as Nações Unidas” in Carlos Martins Branco e Francisco Proença Garcia, *Os Portugueses nas Nações Unidas*, Lisboa, Prefácio, 2005, p. 154.

<sup>23</sup> General Meeting Resolutions (1960), (<http://research.un.org/en/docs/ga/quick/regular/15>, consultado em 2021.05.01).

<sup>24</sup> AHD, RNP, M. 683 A, Decreto-Lei No. 44 017, 8 fevereiro de 1961.

<sup>25</sup> Manuel Anselmo de Castro foi nomeado Observador Permanente de Portugal junto da UNESCO em novembro de 1961, exercendo funções até 1964.

<sup>26</sup> AHD, RNP, M. 685, Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 25 fevereiro de 1964.

UNESCO”. O embaixador explicou a Franco Nogueira<sup>27</sup>, que bastava Portugal aceitar o documento de aceitação da Convenção de 1945, no Ministério dos Negócios Estrangeiros em Londres, para ser considerado membro da organização “a partir do dia em que o Director-geral recebe a notificação do depósito do referido documento.”<sup>28</sup>

A 11 de março de 1965 Portugal tornou-se o 119.<sup>º</sup> membro da UNESCO. Na perspetiva portuguesa, o estatuto de membro traria vários benefícios para Portugal “desde a muito importante colaboração técnica e científica, ao grande apoio financeiro da organização para o desenvolvimento de várias iniciativas nacionais.”<sup>29</sup> Por outro lado, a adesão tinha como principal objetivo frustrar a Resolução 1.116 aprovada na 13.<sup>a</sup> Sessão da Conferência Geral da UNESCO que subordinava, unicamente, “o endereçamento dos convites para as conferências convocadas pela UNESCO a membros da organização.”<sup>30</sup>

O estatuto de Estado-Membro não diminuiu a intensidade das críticas contra Portugal. No Ato Constitutivo da UNESCO foi definido que “a liberdade e a paz são indispensáveis à dignidade humana e constituem um dever sagrado que todas as nações devem cumprir com espírito de assistência mútua.”<sup>31</sup> Nesse sentido, a organização adotou uma postura, fortemente, anticolonialista, o que ficou demonstrado no conjunto de resoluções adotadas pela UNESCO, entre os anos de 1966 a 1970.

No ano de 1966, durante a sua 14.<sup>a</sup> Sessão, a Conferência Geral da UNESCO aprovou a Resolução XI que defendia a ausência de assistência a Portugal, à República da África do Sul e à Rodésia no domínio da educação, ciência e cultura, e a não participação destes países em atividades da UNESCO, até “renunciarem à política de dominação colonial e discriminação racial.”<sup>32</sup>

Dois anos depois, na sua 15.<sup>a</sup> Sessão, a UNESCO endureceu a sua posição contra a política colonial portuguesa, com a aprovação de mais duas resoluções: a Resolução 9.12, que considerava os regimes coloniais e todas as formas de

<sup>27</sup> Ocupou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 4 de maio de 1961 a 6 de outubro de 1969.

<sup>28</sup> AHD, CLT, M. 410, Carta de Manuel Rocheta para Marçal de Almeida, 25 novembro de 1964.

<sup>29</sup> Arquivo Oliveira Salazar, CO/NE-26, PT 09, Carta do Observador Português junto da UNESCO, Manuel Anselmo Castro ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, 30 janeiro de 1962.

<sup>30</sup> AHD, CLT, M. 410, Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 10 de novembro de 1970.

<sup>31</sup> Acto Constitutivo da UNESCO (1946), (<http://www.unesco.org/new/unesco/about-us/who-we-are/history/constitution/>, consultado em 2020.30.10).

<sup>32</sup> AHD, CLT, M. 410, Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 10 de novembro de 1970.

discriminação racial “uma ameaça à paz e segurança internacionais, e um crime contra a humanidade”; e a Resolução 9.14, que convidava os Estados-Membros da organização a suspenderem toda a cooperação com Portugal no domínio da educação, ciência e cultura, solicitando ao Diretor-geral o aumento da ajuda e da assistência aos refugiados africanos de territórios ainda sob domínio português<sup>33</sup>.

Por fim, em 1970, a 86.<sup>a</sup> Sessão do Conselho Executivo da UNESCO definiu que Portugal continuaria sem receber convites para as conferências convocadas pela organização e determinou a “assistência a populações e organizações nas regiões dos territórios já libertados.”<sup>34</sup>

Na sequência da pressão realizada pela UNESCO contra a sua política colonial, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Rui Patrício<sup>35</sup>, em carta de 18 de junho de 1971, informou o Diretor-geral que Portugal decidiu retirar-se da organização. Por conseguinte, René Maheu<sup>36</sup> informou os restantes membros da saída portuguesa, e que o Delegado português cessava as suas funções em junho de 1971<sup>37</sup>.

Após a Revolução de abril de 1974, uma das grandes prioridades da nova Política Externa portuguesa<sup>38</sup> foi a vontade de cooperar com organismos multilaterais, e garantir a plena inserção de Portugal no sistema internacional. Com o reconhecimento oficial do Governo português do direito dos povos à sua autodeterminação e independência, através da promulgação da Lei 7/74, Portugal encontrava-se, finalmente, disponível para reforçar as relações bilaterais e negociar com as organizações internacionais.

Numa conferência de imprensa realizada no Palácio das Necessidades, em setembro de 1974, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares<sup>39</sup>,

<sup>33</sup> “Actes De La Conférence Générale Quinzième Session- Résolutions” (1968), (<https://unesdoc.unesco.org/home>, consultado em 2020.22.12).

<sup>34</sup> AHD, CLT, M. 166, Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 24 outubro de 1970.

<sup>35</sup> Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 15 de janeiro de 1970 a 25 de abril de 1974.

<sup>36</sup> Diretor-geral da UNESCO entre 1961 e 1974.

<sup>37</sup> “Report of the Director-General on The Activities of The Organization” (1971), (<https://unesdoc.unesco.org/home> consultado em 2020-21-12).

<sup>38</sup> Sobre a política externa portuguesa após o 25 de abril de 1974 ver: Nuno Severiano Teixeira, “O 25 de Abril e a Política Externa Portuguesa”, *Relações Internacionais*, 1 (2004) p. 5-12; José Medeiros Ferreira, “O 25 de Abril no Contexto Internacional”, *Relações Internacionais*, 2 (2004) p.143-158; António Costa Pinto, “Da África a Europa” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 5, Lisboa, Temas e Debates, 2000, p. 414-420; Tiago Moreira de Sá, *Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015.

<sup>39</sup> Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 15 de maio de 1974 a 26 de março de 1975 e posteriormente de 12 outubro de 1977 a 30 janeiro de 1978.

reforçou que com a democratização, o Governo português adotou uma posição “radicalmente anticolonialista e anti-racista”, e que pretendia “ser activo na sua participação em organismos internacionais que tivessem recomendação económica e técnica.”<sup>40</sup>

Especificamente sobre a UNESCO, em carta datada de 30 de agosto de 1974, Mário Soares notificou o Diretor-geral da UNESCO, René Maheu, sobre a intenção portuguesa de regressar à organização, bem como o seu compromisso de “cumprir, fielmente, todas as estipulações contidas no Ato Constitutivo.”<sup>41</sup>. Nas palavras do Ministro dos Negócios Estrangeiros, esse regresso permitiria “uma cooperação leal e frutuosa, pautada pelos nobres ideais da UNESCO.”<sup>42</sup>.

Uma questão relevante a resolver após o regresso português à UNESCO, prendia-se com as dívidas portuguesas à organização. Segundo o Ato Constitutivo da UNESCO, a “notificação de saída em nada modifica as obrigações financeiras do Estado para com a Organização à data em que a mesma se torna efectiva.”<sup>43</sup>. Consequentemente, Portugal ficou devedor de uma quantia de \$169.123.50, correspondente aos períodos de 1969-1970 e 1971-1972, quantia, que por decisão do governo da altura, não foi paga.

O pagamento da referida quantia devia ser realizado com toda a urgência, sendo que no mês seguinte, em outubro de 1974, realizar-se-ia a 18.<sup>a</sup> Conferência Geral da UNESCO e um membro “cujo total das contribuições em atraso exceda a soma das contribuições correspondentes ao ano em curso e ao ano civil que, imediatamente, o precedeu”<sup>44</sup>, ficava sem exercer o seu direito de voto. Perante essa situação, Portugal saldou a dívida, mediante cheque enviado ao Diretor-geral da UNESCO, a 10 de outubro de 1974.

Durante a 18.<sup>a</sup> Conferência Geral da UNESCO realizada em Paris, Portugal regressou, formalmente, à organização, sendo acolhido com satisfação pelos demais Estados-Membros<sup>45</sup>. A delegação portuguesa foi chefiada pelo Ministro da Educação e Cultura, Magalhães Godinho, que ao longo da conferência

<sup>40</sup> Mário Soares, *Nova Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1974, p. 8-9.

<sup>41</sup> AHD, CLT, M. 411 A, Carta de Mário Soares para René Maheu, 30 agosto de 1974.

<sup>42</sup> AHD, CLT, M. 411 A, Nota de Fernando de Magalhães Cruz, 26 setembro de 1974.

<sup>43</sup> Artigo Segundo da Constituição da UNESCO (1946), (<http://www.unesco.org/new/unesco/about-us/who-we-are/history/constitution/>, consultado em 2020.30.10).

<sup>44</sup> Artigo Quarto da Constituição da UNESCO (1946), (<http://www.unesco.org/new/unesco/about-us/who-we-are/history/constitution/>, consultado em 2020.30.10).

<sup>45</sup> César Oliveira, “O 25 de Abril na Abertura da Política Externa Portuguesa”, *Portugal dos Quatro Cantos do Mundo à Europa. A Descolonização, 1974-1976*, Lisboa, Cosmos, 1996, p. 66.

reforçou a importância de Portugal “recuperar o seu lugar” na organização, após uma “saída voluntária” decidida pelo regime anterior<sup>46</sup>.

No seguimento do pedido realizado pelo Ministro português, o IV Comité da UNESCO, numa reunião realizada a 5 de dezembro de 1974, informou as agências especializadas das Nações Unidas que reiniciassem a cooperação com Portugal, e prestassem toda a assistência possível aos povos que estiveram sob o seu domínio colonial. Salientava-se, que Portugal “passou da categoria de regime racista e colonialista”, para um regime que aceita e “valida a descolonização.”<sup>47</sup>.

A 30 de junho de 1975, o Presidente da República, Francisco da Costa Gomes, através do Decreto-Lei 329/75, proclamou a criação em Paris de uma Missão Permanente junto da UNESCO, dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “com o desejo de intensificar e melhorar” as relações portuguesas com a organização<sup>48</sup>.

Ainda em setembro do mesmo ano, em carta enviada ao Diretor-geral da UNESCO, Amadou-Mahtar M'Bow<sup>49</sup>, Ernesto Melo Antunes<sup>50</sup>, responsável pela pasta dos Negócios Estrangeiros, informou que o Governo português nomeou Maria de Lourdes Pintasilgo como delegada responsável pela Missão Permanente junto à UNESCO<sup>51</sup>. Para apoio da Missão em Paris procedeu-se à criação de um Grupo de Trabalho Preparatório da futura Comissão Nacional da UNESCO. Este grupo seria responsável por estudar a experiência de outros países, e recolher as informações necessárias “para propor o modelo de constituição e funcionamento da Comissão Nacional da UNESCO.”<sup>52</sup>.

A Missão Permanente definiu como objetivos, assegurar o contacto dos portugueses com outras culturas “afirmando-se na sua própria identidade” e contribuir e participar, ativamente, na organização. Uma das prioridades era

<sup>46</sup> National Archives and Records Administration (doravante NARA), Telegrama da Embaixada em Lisboa para o Secretário de Estado em Washington, 18 outubro de 1974.

<sup>47</sup> NARA, Telegrama da Missão Americana junto das Nações Unidas para o Secretário de Estado em Washington, 6 dezembro de 1974.

<sup>48</sup> Diário do Governo nº 148, 30 de junho de 1975 (<https://dre.pt/>, consultado em 2021.04.01).

<sup>49</sup> Sucedendo René Maheu, foi nomeado para o cargo de Diretor Geral da UNESCO em 1974, cargo que ocupou até 1987.

<sup>50</sup> Assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros entre 26 de março de 1975 a 8 agosto de 1975.

<sup>51</sup> Sobre o percurso de Maria de Lourdes Pintasilgo recomendam-se as leituras: Luísa Beltrão e Barry Katton, *Uma História para o Futuro. Maria de Lourdes Pintasilgo*, Lisboa, Tribuna da História, 2007; Maria Reynolds de Souza, “Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo” in João Esteves e Zília Osório de Castro (Dir.), *Feminae. Dicionário Contemporâneo*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2013, p. 587-594.

<sup>52</sup> AHD, CLT, M. 414, Carta de Maria de Lourdes Pintasilgo para José Medeiros Ferreira, 17 dezembro de 1976.

o restabelecimento dos contactos com as ex-colónias, prevendo-se o envio de técnicos de língua portuguesa a Guiné e a Moçambique, preencher a quota de portugueses na UNESCO, através da seleção dos mais competentes, e por fim, participar em todas as reuniões da organização<sup>53</sup>.

Enquanto membro da UNESCO, a participação portuguesa a partir de 1975 foi ativa e competente. De referir, o contributo da delegação portuguesa em importantes debates, nomeadamente, na 19.<sup>a</sup> Conferência Geral de Nairobi, em 1976, com enfoque nos meios de comunicação. A contribuição portuguesa foi tão relevante, que várias delegações de outros países apoiaram as críticas e sugestões feitas por Portugal, e quando foram realizadas eleições para os membros do Conselho Executivo, a delegada portuguesa, Maria de Lourdes Pintasilgo foi eleita, obtendo um total de 122 votos<sup>54</sup>.

As relações diplomáticas com a UNESCO, progressivamente, fortaleceram-se, e cabe nesse sentido mencionar, como exemplo, a visita em agosto de 1977, do Diretor-geral da UNESCO, Amadou-Mahtar M'Bow, a Portugal.

### **Amadou-Mahtar M'Bow em Portugal**

A 8 de julho de 1977, o Ministério dos Negócios Estrangeiros Português, José Manuel de Medeiros Ferreira, foi informado por Maria de Lourdes Pintasilgo de que foi sugerida, a convite da Missão Portuguesa em Paris, uma visita do Diretor-geral da UNESCO, Amadou-Mahtar M'Bow a Lisboa.

Dias depois, a dia 26 de julho, a Missão Permanente referiu que a visita de Amadou-Mahtar M'Bow teria a duração de três dias, chegando a Lisboa na tarde do dia 7 de agosto, e partindo no dia 10 do mesmo mês para férias em Espanha. Nestas circunstâncias, e sendo a visita decorrente de um convite do Governo português, caberia a Portugal financiar todas as despesas de estadia. Nesse sentido, a Missão Portuguesa solicitou junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o financiamento necessário para toda a estadia e execução do programa da visita do Diretor-geral da UNESCO, o qual foi, desde logo, aprovado.

Maria de Lourdes Pintasilgo salientava o interesse político desta visita, recordando que o Diretor-geral da organização era uma personalidade que exprimia com frequência o seu “grande interesse e apoio a Portugal.”<sup>55</sup>.

---

<sup>53</sup> AHD, CLT, M. 414, “Missão Permanente na UNESCO”, sem data.

<sup>54</sup> Raquel Valente dos Santos, *Maria de Lourdes Pintasilgo na UNESCO...*, cit., p. 72.

<sup>55</sup> AHD, CLT, M. 473, Telegrama de Maria de Lourdes Pintasilgo para o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Portugal, 8 de julho de 1977.

Amadou-Mahtar M'Bow chegou ao aeroporto de Lisboa na tarde do dia 7 de agosto de 1977, acompanhado pelo Dr. John Labor, adjunto para o Desenvolvimento das Relações internacionais da UNESCO. O Diretor-geral da UNESCO foi recebido ainda no aeroporto pela embaixadora Maria de Lourdes Pintasilgo e por um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros. No local, em declarações à imprensa portuguesa, Amadou-Mahtar M'Bow afirmou que Portugal desempenhava já um papel importante na UNESCO, e expressava a sua certeza de que “esse papel seria reforçado no futuro”<sup>56</sup>. O Diretor-geral demonstrou ainda a sua satisfação pelo convite oficial do Governo português de “travar conversações sobre as relações de cooperação, actualmente, existentes com a UNESCO”<sup>57</sup>.

Fig. 1 – Chegada de Amadou-Mahtar M'Bow a Lisboa.



Fonte: *Primeiro de Janeiro*, 9 de agosto de 1977, p. 5.

Maria de Lourdes Pintassilgo referiu-se a M'Bow como “a alma de todo o programa que se executa e se prepara na UNESCO”, declarando que a visita permitia “a antecipação de possíveis acordos e de realizações” com interesse para Portugal que se poderão fazer “sob égide da UNESCO.”<sup>58</sup>. A embaixadora portuguesa considerou que a visita do Diretor-geral

<sup>56</sup> *A Capital*, 8 de agosto de 1977, p. 20.

<sup>57</sup> AHD, CLT, M. 474, Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 8 de agosto de 1977.

<sup>58</sup> *Diário de Notícias*, 8 de agosto de 1977, p. 3 e 11.

exprimiu o reconhecimento, por parte da UNESCO, da “transformação radical de Portugal e da vontade inequívoca que houve para proceder à descolonização”<sup>59</sup>.

No que concerne à visita, o dia 8 de agosto de 1977 iniciou-se com uma reunião com o Secretário de Estado da Investigação Científica, Tiago de Oliveira, no Ministério da Educação e da Investigação Científica. Ao Secretário de Estado, Amadou-Mahtar M'Bow, mostrou o seu interesse em ter toda a informação possível sobre os problemas portugueses em matéria de educação, de modo que a UNESCO pudesse colocar à disposição portuguesa, todo o seu apoio no domínio educativo. Este auxílio seria muito importante, num momento em que se verificava que em Portugal não foram ainda erradicados “os vícios do anquiloso e retrógrado regime pedagógico anterior ao 25 de Abril” e, simultaneamente, se procurava alargar o período de escolaridade obrigatória, o que teria as suas dificuldades, tendo em conta os programas, bem como as técnicas de ensino que esse alargamento implicava.

O campo das novas técnicas educacionais, desde o audiovisual ao ensino integrado, foram os principais temas debatidos na reunião de trabalho, entre o Diretor-geral e Tiago de Oliveira. As duas personalidades conversaram ainda sobre assuntos relacionados com a realização da Conferência Internacional da Educação, em Genebra, entre 30 de agosto e 8 de setembro de 1977, onde seriam analisadas as tendências de desenvolvimento, e os problemas de informação e documentação em matéria de educação, em todo o mundo<sup>60</sup>. Durante a conversa, foram ainda abordadas outras importantes reuniões internacionais a efetuar nos próximos anos, nomeadamente, a Conferência Europeia sobre Políticas Científicas e Tecnológicas, e a Conferência das Nações Unidas sobre a Ciência e a Técnica do Desenvolvimento a qual teria lugar em 1979<sup>61</sup>. Amadou-Mahtar M'Bow, garantiu ao Secretário de Estado e da Investigação Científica, que faria tudo o que estivesse ao seu alcance para que a cooperação entre a UNESCO e Portugal “se estreitasse cada vez mais”<sup>62</sup>.

<sup>59</sup> *A Capital*, 8 de agosto de 1977, p. 20.

<sup>60</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 9 de agosto 1977, p. 5.

<sup>61</sup> *Jornal Novo*, 8 de agosto 1977, p. 16.

<sup>62</sup> AHD, CLT, M. 474, Carta de Amadou-Matar M'Bow a Tiago de Oliveira, 19 de agosto de 1977.

Fig. 2 – Reunião de Amadou-Matar M'Bow com o Secretário de Estado da Investigação Científica, Tiago de Oliveira.



Fonte: *Jornal Novo*, 8 de agosto de 1977, p. 16.

Depois da reunião, seguida de almoço com o Secretário de Estado da Investigação Científica, a tarde do dia 8 de agosto iniciou-se com uma visita do Diretor-geral ao Museu de Etnologia.

Acompanhado por elementos da sua comitiva, pela embaixadora Maria de Lourdes Pintasilgo, e pelo Secretário de Estado da Investigação Científica, Tiago de Oliveira, M'Bow foi recebido pelo Diretor do referido Museu, Ernesto Veiga de Oliveira, e pelo Vice-Presidente do Instituto Nacional de Investigação Científica, César Viana.

A visita iniciou-se pela sala onde se encontrava patente, desde setembro de 1976, a exposição “Modernismo e Arte Negro Africana”, promovida pela Secretaria de Estado da Cultura e pela Fundação Gulbenkian. Esta visita foi importante para demonstrar a ausência de peças nas restantes salas, completamente vazias “o que não deixa de constituir chocante contraste com as 26 mil peças que estão armazenadas”, apesar de catalogadas e preservadas na cave do edifício do Museu. A maioria das peças, muitas das quais raras, e de grande valor “encontravam-se guardadas em armários ou, precariamente, arrumadas em prateleiras”. A realização da visita demonstrou as dificuldades materiais do Museu, que refletiam “o desinteresse do Estado para com aquela instituição cultural”, que carecia “de toda a espécie de equipamento” não

podendo cumprir a função para que foi criada, e que por esse motivo “não passa de um edifício, decerto magnífico e funcional, mas vazio”.

Da visita de Amadou-Mahtar M’Bow ficou a esperança de que a UNESCO fornecesse ajuda material ao Museu de Etnologia, para que este possa cumprir as funções pedagógicas, artísticas e de investigação para que foi criado<sup>63</sup>.

Fig. 3 – Visita de Amadou-Mahtar M’Bow ao Museu de Etnologia.



Fonte: *Jornal Novo*, 9 de agosto de 1977, p. 10.

O dia 8 finalizou-se com M’Bow a ser recebido pelo Presidente da República, Ramalho Eanes e pelo Primeiro-Ministro, Mário Soares, verificando-se um debate com as autoridades portuguesas sobre “os problemas da cooperação internacional no quadro da UNESCO, e da colaboração específica entre Portugal e a organização.”<sup>64</sup> Ao Presidente, Ramalho Eanes, M’Bow agradeceu a receção portuguesa durante a sua visita ao país, a qual “permitiu reforçar a sua convicção de que os laços de cooperação existentes entre Portugal e a UNESCO apenas se tornarão mais fortes no futuro”<sup>65</sup>. Já a Mário Soares, o Diretor-geral referiu que a colaboração entre Portugal e a UNESCO “será da maior utilidade para a comunidade internacional.”<sup>66</sup>.

<sup>63</sup> *Jornal Novo*, 9 de agosto de 1977, p. 10.

<sup>64</sup> *A Capital*, 8 de agosto de 1977, p. 20.

<sup>65</sup> AHD, MNE, CLT, M. 474, Carta de Amadou-Mahtar M’Bow a Ramalho Eanes, 19 agosto de 1977.

<sup>66</sup> AHD, MNE, CLT, M. 474, Carta de Amadou-Mahtar M’Bow a Mário Soares, 19 de agosto de 1977.

Fig. 4 – Reunião de Amadou-Mahtar M'Bow com o Presidente da República,  
General Ramalho Eanes.



Fonte: *Diário de Notícias*, 9 de agosto de 1977, p. 1.

Fig. 5 – Reunião de Amadou-Mahtar M'Bow com o Primeiro-ministro, Mário Soares.



Fonte: *Diário de Notícias*, 9 de agosto de 1977, p. 1.

Durante a manhã do dia 9 de agosto, o Diretor-geral da UNESCO realizou uma visita à Fundação Calouste Gulbenkian. A José de Azeredo Perdigão, Presidente da Fundação, Amadou-Mahtar M'Bow agradeceu o acolhimento nas instalações, indicando a enorme satisfação de ter oportunidade de conhecer melhor “as suas actividades e realizações, que lhe interessam em muito”, e demonstrando vontade de num futuro próximo desenvolver uma estreita cooperação entre a Fundação Gulbenkian e a UNESCO<sup>67</sup>.

No entanto, o dia 9 ficou marcado pela reunião e almoço oficial<sup>68</sup> oferecido pelo Secretário de Estado da Emigração, José Lima. No discurso para o almoço com o Diretor-geral da UNESCO, o Secretário de Estado começou por referir que a sociedade portuguesa, após o 25 de Abril, “supõe uma abertura ao mundo”. Esses esforços traduziam-se não só no desenvolvimento das relações bilaterais com todos os países, mas também no “compromisso com as principais plataformas multilaterais”, imprescindíveis para a “construção da solidariedade internacional”. A cooperação de Portugal com a UNESCO iria, futuramente, basear-se no reconhecimento do papel do sistema das Nações Unidas para a manutenção da paz e da “compreensão internacional” bem como o papel da UNESCO como uma “entidade de diferentes culturas, garantidora dos valores”. Nas palavras de José Lima, a visita de Amadou-Mahtar M'Bow a Portugal simbolizava o reconhecimento de um Portugal “universalista”, integrado numa ordem internacional que “as Nações Unidas, e particularmente, a UNESCO, estão constantemente proclamando”. O Secretário de Estado da Emigração referiu-se a M'Bow, como um “Homem de cultura”, que impulsiona e realiza novas iniciativas no âmbito da investigação, pesquisa, educação e cultura<sup>69</sup>.

A viagem a Portugal terminou com uma visita de automóvel por Alcobaça onde foi possível uma visita ao Mosteiro, passando por Óbidos e pela Nazaré, sempre com a assistência de um funcionário do protocolo<sup>70</sup>. Amadou M'Bow partiu de automóvel para Espanha a 10 de agosto de 1977.

Durante a sua permanência em Lisboa, entre os dias 7 a 10 de agosto de 1977, em conversações realizadas com as diferentes personalidades com quem reuniu, Amadou-Mahtar M'Bow manifestou a intenção de estreitar os laços e

<sup>67</sup> AHD, CLT, M. 474, Carta de Amadou-Mahtar M'Bow a José de Azeredo Perdigão, 19 de agosto de 1977.

<sup>68</sup> Segundo o *Jornal Novo* de 10 de agosto de 1977, no almoço estiveram presentes, o Ministro do Estado, Henrique de Brós, os secretários de investigação científica, Tiago de Oliveira e Gomes Guerreiro, José de Azeredo Perdigão, bem como funcionários do Ministério Estrangeiro.

<sup>69</sup> AHD, CLT, M.452, Discurso do Secretário de Estado da Emigração, José Lima, 9 agosto 1977.

<sup>70</sup> AHD, CLT, M.474, Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 29 de julho de 1977.

a cooperação entre Portugal e a UNESCO, definindo-se linhas prioritárias em áreas sob domínio da organização.

No domínio da Educação, com o Secretário de Estado da Investigação Científica apresentaram-se as linhas gerais da política educacional do Ministério, e definiram-se as áreas prioritárias, nomeadamente, o desenvolvimento da educação pré-escolar, a extensão da escolaridade obrigatória, e a reforma do ensino secundário e universitário. Para alcançar estes objetivos, a organização apostou na criação de cursos de formação para administradores de ensino, a nível central e regional, no lançamento de uma campanha nacional de alfabetização, que incluía a educação básica de adultos, e por fim, na criação de um centro nacional de animação cultural.

Algumas atividades de cooperação entre Portugal e a UNESCO, no domínio da educação foram realizadas, de que são exemplos, o estágio em França de dois técnicos do Instituto de Tecnologia Educativa ainda durante o ano de 1977, para aperfeiçoamento de técnicas de áudio visual. De referir que a secção de educação de adultos da UNESCO contactou com Portugal no sentido de esta produzir um reportório de todas as associações de cultura e de educação populares em funcionamento no nosso país.

A Divisão de Alfabetização e Desenvolvimento Rural concedeu ao Movimento Internacional da Juventude Agrícola e Rural Católica o montante de 5.800 dólares para um projeto de alfabetização na Madeira, e dois bolseiros portugueses frequentaram o Instituto Internacional para o Planeamento do Ensino, durante os anos de 1977 e 1978.

Foram ainda realizadas várias visitas de funcionários da UNESCO, na qualidade de consultores, a Portugal e representantes portugueses participaram em diversas conferências sob a égide da UNESCO, nas quais tiveram ocasião de orientar a redação de recomendações no sentido dos nossos interesses, como o caso da educação de adultos, destacando-se o contributo do Conselho Científico da Missão Permanente, Alberto Melo, ou sobre o ensino de engenharia, com a participação de Luís Sousa Lobo, Conselheiro Científico nas reuniões de especialistas da UNESCO<sup>71</sup>.

A nível científico, a UNESCO comprometeu-se a ajudar Portugal no domínio da coordenação e reorientação da política científica, em projetos que o Governo português demonstrou interesse em participar, nomeadamente o Projecto Regional de Previsão Sismológica Ibero-Maghrébin, em que vários especialistas portugueses participaram em reuniões em Paris, Madrid e nos Açores, sendo esta última reunião organizada pelo governo português. Definiu-se ainda a realização

---

<sup>71</sup> AHD, MNE, CLT M. 474, Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, agosto 1977.

em Portugal no ano 1979, de um curso sobre engenharia para sísmica, sob a responsabilidade do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Portugal participou no Programa Hidrológico Internacional, definindo-se uma missão a Portugal de um especialista da UNESCO, para a modernização e automatização da rede nacional de informação hidrológica. A organização forneceu apoio a dois projetos: o Projecto POR/75/016 de estudo científico das águas do estuário do Tejo, e o Projecto POR/77/015, relativo às águas da Península de Setúbal, para apresentação ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Uma área em que Portugal continuou a participar ativamente, foi a Comissão Oceanográfica Intergovernamental, com o contributo do nosso delegado, Mário Ruivo<sup>72</sup>.

Em assuntos relativos ao ambiente, Portugal pretendia criar um Comité Nacional para participação no programa MAB-The Man And the Biosphere<sup>73</sup> com a maior brevidade. Foram definidas a realização de duas missões a Portugal de especialistas da UNESCO, para definição de níveis de qualidade do ambiente e para o estudo ecológico das zonas costeiras. A organização colocou à disposição portuguesa “a experiência dos seus especialistas em hidrologia, ciências marinhas, ecologia e gestão de projectos” para garantir a boa execução dos mesmos, bem como garantir o envolvimento português nas demais atividades científicas e tecnológicas que a organização realizava<sup>74</sup>.

O Diretor-geral conversou também com as autoridades portuguesas sobre o desenvolvimento dos museus. Como mencionado anteriormente, Amadou-Mahtar M'Bow efetuou duas visitas: uma ao Museu de Etnologia de Lisboa, na qual a importância, a diversidade e a originalidade das peças constataram-se requerer “um esforço especial de pesquisa e uma assistência externa considerável”; e ao Museu de Alcobaça, que a seu ver justificava a criação de um centro de atividade cultural, propondo-se a UNESCO a subsidiar a ida de um consultor para estudar essa possibilidade.

De referir, a deslocação a Portugal, por um período de um mês, de um consultor do International Council of Museums<sup>75</sup>, para estudar as possibilidades de desenvolvimentos dos museus portugueses, de Estremoz, Chaves e

<sup>72</sup> Ver biografia sobre Mário Ruivo disponibilizada no Instituto dos Mares da Lusofonia (<http://www.ilmusofonia.org/index.php/actividades/congresso-2008/moderadores/81-prof-dr-mario-ruivo>, consultado em 2021.05-01).

<sup>73</sup> Sobre o Programa MAB – The Man and the Biosphere ver: (<https://en.unesco.org/mab>, consultado em 2021.05.01).

<sup>74</sup> AHD, CLT, M.474, Aide Memoire, agosto 1977, p. 3.

<sup>75</sup> Sobre a missão do International Council of Museums ver (<https://icom.museum/en/>, consultado em 2020.20.12).

Guimarães, de modo a adaptar os programas e atividades desses museus às necessidades das populações locais.

A organização colocou ainda à disponibilidade portuguesa, a concessão de bolsas para a frequência de cursos, a realizar em Veneza, para formação de especialistas em conservação da pedra e restauração de locais históricos, bem como a elaboração de projetos destinados à identificação, proteção, conservação e restauração do seu património cultural. Por fim, a UNESCO disponibilizou ainda o seu auxílio, sob a forma de peritos, equipamento e participação financeira, em situações em que o património cultural, ou natural fosse deteriorado, ou se encontrasse em risco, devido a fenómenos naturais ou pela ação do Homem<sup>76</sup>.

No que respeita ao desenvolvimento cultural, a UNESCO estava interessada, através do Fundo Internacional para a Promoção da Cultura, em contribuir para a criação de um centro de desenvolvimento da cultura popular portuguesa. Para este projeto, o referido fundo colocou à disposição das autoridades portuguesas a importância de 7.000 dólares. O centro especializar-se-ia na recolha, assistência à produção, difusão, investigação, e possível comercialização dos diferentes produtos da cultura popular. No ano de 1978, com a ajuda financeira da UNESCO, Portugal elaborou uma monografia sobre a política cultural portuguesa, à semelhança das monografias elaboradas por diversos Estados, que a UNESCO publicava regularmente.

Ainda a nível cultural, a organização disponibilizou serviços consultivos postos à disposição dos Estados-Membros, para auxiliar as administrações nacionais a avaliar os seus sistemas culturais e a elaborar planos de desenvolvimento cultural, em função dos objetivos e prioridades de uma política nacional de cultura<sup>77</sup>.

Por fim, o Comité Científico para a redação da História Geral em África<sup>78</sup> bem como o Diretor-geral, solicitaram a colaboração de Portugal nos seus trabalhos, através dos seus arquivos históricos e de alguns historiadores portugueses. Estes trabalhos revestiam-se de grande importância, na perspetiva da compreensão internacional, pela “apreciação mútua de culturas, pelos aspectos interculturais

<sup>76</sup> AHD, CLT, M. 473, “Notas sobre formas de cooperação entre Portugal e a UNESCO”, 1977.

<sup>77</sup> AHD, CLT, M. 473, Apontamento do Conselheiro Cultural da Embaixada de Portugal em Londres, Dr. José Cutileiro, sobre a cooperação entre Portugal e a UNESCO, 1977.

<sup>78</sup> Projeto iniciado em 1964, constituído por 8 volumes. Disponível em Português e para acesso gratuito, através da Fundação Calouste Gulbenkian (<https://proximofuturo.gulbenkian.pt/blog/colecao-historia-geral-da-africa-em-8-volumes-traduzidos-para-portugues-e-totalmente>, consultado em 2020.22.12).

e pela evidência dos laços históricos e da solidariedade contemporânea entre as diferentes culturas.”<sup>79</sup>.

No domínio das relações internacionais, a UNESCO promove vários congressos e um Estado-Membro pode propor-se a ficar responsável pela sua organização. A esse propósito, foram vários os exemplos de manifestações de carácter cultural no âmbito da UNESCO que decorreram em Portugal, desde reuniões, como “Ciência e Mundo Contemporâneo”, realizada no Porto e em Lisboa, de 16 a 19 de outubro de 1977 e “Riscos que Incorrem os Bens Culturais Mobiliários” que decorreu em Lisboa de 4 a 12 de abril de 1978, na Fundação Calouste Gulbenkian, patrocinada pela UNESCO; a congressos, como o “Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património de Alcobaça” que decorreu em abril de 1978; e por fim, diversas missões de estudo como a Missão de Estudo do Consultor François Rouçardes sobre a “Reabertura do Teatro Nacional Dona Maria II”, e a Missão de Estudo do Professor André Casadevall sobre “Organização e Gestão dos Estabelecimentos do Ensino Superior”, ambas realizadas em 1977<sup>80</sup>.

De destacar, que parte da sessão de outubro do Conselho Executivo da UNESCO, entre 7 e 10 de outubro de 1977 foi realizada em Portugal, constituindo “uma distinção excepcional feita ao nosso país”. O número total de visitantes foi de 130, porque apesar de o Conselho ser constituído por 45 membros, a delegação incluiu, igualmente, os respetivos cônjuges e funcionários do secretariado, ficando a cargo do Governo português as despesas de transporte aéreo entre Paris e Lisboa, o alojamento e o regresso.<sup>81</sup>

Por fim, em termos de cooperação, o Diretor-geral demonstrou o seu interesse em receber mais candidaturas de especialistas portugueses para ocupar cargos de consultores ou peritos na UNESCO, e reforçou o compromisso da criação da Comissão Nacional, num futuro muito próximo, o que acabou por suceder em 1979, pelo Decreto-Lei 218/79 de 17 de julho<sup>82</sup>.

Em carta remetida à delegada permanente em Paris, Maria de Lourdes Pintasilgo, datada de dezembro de 1977, M'Bow referiu que a sua estadia em Lisboa, embora breve, revelou-se “um prazer pessoal e uma experiência extremamente enriquecedora”. A consciência da importância depositada na

<sup>79</sup> AHD, CLT, M.474, Aide Memoire, agosto 1977, p. 4.

<sup>80</sup> AHD, CLT, M 425 A, “Manifestações de Carácter Cultural no Âmbito da UNESCO que Decorreram em Portugal”, 5 de julho de 1978.

<sup>81</sup> AHD, CLT, M 425, Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 15 julho de 1977.

<sup>82</sup> Diário da República n.º 77/2003, Série I-A de 2003-04-01 (<https://dre.pt/>, consultado em 2020.22.12).

UNESCO por todas as altas personalidades com quem reuniu em Portugal, “constitui encorajamento e estimulação”<sup>83</sup>.

Já Maria de Lourdes Pintasilgo destacou a importância da colaboração portuguesa em programas de âmbito mundial, referindo que Portugal dispõe de técnicos e intelectuais com capacidade para darem todo o seu contribuído nas diversas áreas da organização.

Recordando que se, poucos anos antes, nomeadamente, nas Conferências Gerais de 1966 a 1968, nunca palavras “tão duras foram dirigidas a nenhum país como aquelas que foram dirigidas a Portugal”, esta visita permitiu ao Diretor-geral da UNESCO ter um contacto próximo com a nova realidade sociocultural portuguesa, conhecendo de perto os problemas “com que se debate o nosso país e o projecto de sociedade em transição para o socialismo, que estamos a criar”.

Nas palavras de Maria de Lourdes Pintasilgo, a visita de Amadou-Mahtar M'Bow exprimia o interesse que a UNESCO tem por Portugal depois das profundas transformações que o país passou nos últimos três anos<sup>84</sup>.

## Conclusão

A readmissão de Portugal na UNESCO deu-se em outubro de 1974, durante a 18.<sup>a</sup> Conferência Geral, realizada em Paris. Contrariamente ao verificado durante os regimes salazarista e marcelista, em que foi alvo de duras críticas nas mais importantes reuniões da organização, Portugal enfrentava agora um novo caminho junto da UNESCO.

Enquanto Estado-Membro, a participação portuguesa a partir de 1975 foi ativa e competente. As relações diplomáticas com a UNESCO foram-se, progressivamente, fortalecendo, exemplo disso foi a visita a Portugal do Diretor-geral da UNESCO, Amadou-Mahtar M'Bow, em agosto de 1977, por convite da delegação permanente.

Durante a visita de três dias, M'Bow reuniu com importantes personalidades como o Secretário de Estado da Investigação Científica, Tiago de Oliveira, o Presidente da República, Ramalho Eanes, o Primeiro-Ministro, Mário Soares, e o Secretário de Estado da Emigração, José Lima.

A visita destacou-se pela confiança por parte da UNESCO, num novo Portugal, democrático e defensor da autodeterminação e liberdade dos povos,

<sup>83</sup> AHD, CLT, M.474, Carta de Amadou-Mahtar M'Bow a Maria de Lourdes Pintasilgo, 20 de dezembro de 1977.

<sup>84</sup> *Diário de Notícias*, 8 de agosto de 1977, p. 11.

plenamente disponível para quebrar o isolamento e as dificuldades que impediam outrora o país de se integrar, totalmente, no seio de organização.

Esta visita permitiu o desenvolvimento de importantes áreas sob domínio da organização, através da visita de funcionários da UNESCO na qualidade de consultores a Portugal, no auxílio na coordenação e reorientação da política científica portuguesa, e ainda colocando a UNESCO à disposição portuguesa, os seus especialistas, bolsas e estágios de formação, equipamentos e financiamento para vários projetos.

Para além de definidas as várias formas de cooperação entre Portugal e a UNESCO, esta visita permitiu ao Diretor da UNESCO contactar de perto com a nova realidade portuguesa, conhecendo quais os problemas e necessidades em cada área, demonstrando a intenção da organização em garantir o envolvimento português nas demais atividades sob o seu domínio.

# **Los sellos de validación de los concejos de Córdoba, Sevilla y Cádiz (siglos XIII-XIV)**

## **The validation seals of the councils of Córdoba, Sevilla and Cádiz (13th-14th centuries)**

PABLO ALBERTO MESTRE NAVAS  
Universidad Complutense de Madrid  
pamestre@ucm.es  
<https://orcid.org/0000-0002-9415-7329>

Texto recibido em / Text submitted on: 12/12/2020  
Texto aprovado em / Text approved on: 31/05/2021

### *Abstract*

The diffusion of the seal as an instrument of documentary validation, coincided with the creation of the Andalusian council institutions on the occasion of the Castilian conquest of the Guadalquivir valley. The establishment of the council model in Andalusia led to the creation of new institutions, which required diplomatic seals for the issuance of their documents. This paper delves into the imprints of the councils of Córdoba, Sevilla and Cádiz, their creation and their use as guarantee instrument of the documented facts, analyzing some of their most significant representative characteristics.

Keywords: Sigillography; Diplomatic; Council; Andalusia; Late Middle Ages.

### *Resumen*

La difusión del sello como instrumento de validación documental, coincidió con la creación de las instituciones concejiles andaluzas con ocasión de la conquista castellana del valle del Guadalquivir. La instauración del modelo concejil en Andalucía supuso la creación de nuevas instituciones, que necesitaron de sellos diplomáticos para la expedición de sus documentos. En este trabajo se ahonda sobre las improntas de los concejos de Córdoba, Sevilla y Cádiz, su creación y su uso como instrumento garante del negocio documentado, analizándose algunas de sus particularidades representativas más significativas.

Palabras clave: Sigilografía; Diplomática; Concejo; Andalucía; Baja Edad Media.

## 1. Los fundamentos jurídicos del sello como instrumento de validación

Con el nacimiento de la sigilografía como ciencia auxiliar de la Historia a mediados del siglo XIX, vieron la luz algunos trabajos de carácter monumental que trataron de recoger, sistematizar y poner en valor los sellos como objetos de estudio. Sería en esa centuria cuando Léon de Laborde, director de los archivos de Francia entre 1856 y 1868, ayudara a Louis Douët d'Arcq y Germain Demay a dar forma a sus emblemáticos trabajos orientados al conocimiento de los sellos franceses<sup>1</sup>. El interés por esta disciplina auxiliar se extendió a otros países europeos que, pronto, comenzaron a publicar series completas en las que, en forma de inventario o catálogo, se acopiaron colecciones sigilográficas que han resultado determinantes para el conocimiento de improntas y matrices empleadas por instituciones y particulares durante el Antiguo Régimen.

En España, a pesar de la existencia de importantes trabajos que han tratado de este particular, siguen constatándose significativas lagunas. Algunos autores han hecho énfasis en que, los sellos, continúan siendo “una materia desconocida para muchos y, en general, poco desarrollada”<sup>2</sup>. Si bien la labor de algunos académicos, como Faustino Menéndez Pidal<sup>3</sup>, han supuesto un auténtico revulsivo para la disciplina, no hay duda que todavía quedan muchos aspectos que necesitan ser tratados con profundidad. Quizás, entre ellos, se encuentre el estudio de los sellos concejiles, temática que, como alguna autora ha indicado, “merecería un trabajo monográfico”<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Dominique Delgrange, “A la recherche des sceaux de Jean de Flandre-Dampierre”, *Annales du Comité Flamand de France*, 67 (2011), p. 129.

<sup>2</sup> Mariano García Ruipérez y Juan Carlos Galende Díaz, “Los sellos pendientes en documentos del Archivo Municipal de Toledo” en Nicolás Ávila Seoane y Bárbara Santiago Medina (eds.), *De sellos y blasones: miscelánea científica*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2012, p. 255-256.

<sup>3</sup> Faustino Menéndez Pidal de Navascués (1924-2019) contribuyó notablemente al estudio de los sellos españoles, publicando un buen número de artículos y monografías en los que trazó las líneas maestras de la sigilografía hispánica junto a otros autores con los que colaboró estrechamente. Entre su producción académica conviene resaltar: Faustino Menéndez Pidal y Elena Gómez Pérez, *Matrices de sellos españoles (siglos XII al XVI)*, Madrid, Ministerio de Cultura, 1987; Faustino Menéndez Pidal, *Apuntes de Sigilografía española*, Guadalajara, Aache, 1993; Faustino Menéndez Pidal, Mikel Ramos Aguirre y Esperanza Ochoa de Olza Eguirau, *Sellos medievales de Navarra. Estudio y corpus descriptivo*, Pamplona, Gobierno de Navarra, 1995; y Faustino Menéndez Pidal, *Los sellos en nuestra historia*, Madrid, Boletín Oficial del Estado, 2018.

<sup>4</sup> María Josefa Sanz Fuentes, “De diplomática concejil. Estado de la cuestión” en Pilar Pueyo Colomina (coord.), *Lugares de escritura: la ciudad*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 2015, p. 22.

En 1945, Julio González, publicó un artículo que supuso un primer acercamiento al sello concejil medieval en España, clasificando las improntas según sus tipologías y ofreciendo datos de su materialidad, representación y evolución<sup>5</sup>. Aunque buena parte de las improntas estudiadas por este autor estaban depositadas en el Archivo Histórico Nacional de Madrid, años más tarde vería la luz el catálogo de la sección de sigilografía del citado archivo, cuyo tercer tomo recoge las improntas conservadas de las instituciones concejiles<sup>6</sup>.

Hace algunos años, Ángel Riesco señaló que en el sello diplomático concurren tres aspectos que deben ser objeto de análisis: el material, el simbólico y el jurídico<sup>7</sup>, a los que algunos añaden el valor artístico<sup>8</sup>. Exceptuando el primero, cuyo interés siempre ha estribado en el conocimiento del sello como elemento identificativo para conocer su evolución en el tiempo, al resto se le han prestado una menor atención ya que, la naturaleza de muchos catálogos e inventarios no es otra que la de dar a conocer el sello como objeto material, desligado de su naturaleza jurídica y diplomática, consustancial al mismo. Esta anomalía suele estar motivada por el hecho de que, muchas de las improntas, fueron cercenadas de los documentos que validaban, conservándose en colecciones públicas o privadas y permaneciendo como objetos descontextualizados de su esencia documental<sup>9</sup>.

Sin embargo, como señalaba Faustino Menéndez Pidal, dicha limitación debe superarse para dar paso a una visión integradora que entienda al sello en su contexto histórico desde una amplia perspectiva<sup>10</sup>, explicando su origen, el motivo que justifica la representación del campo sigilar y el fundamento jurídico que enmarca la práctica de su aposición en determinados documentos.

<sup>5</sup> Julio González González, “Los sellos concejiles de España en la Edad Media”, *Hispania: Revista española de Historia*, 20 (1945), p. 339-382.

<sup>6</sup> Araceli Guglieri Navarro, *Catálogo de sellos de la Sección de Sigilografía del Archivo Histórico Nacional. Sellos de: órdenes militares, corporaciones, particulares y varios*, Madrid, Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural, 1974, t. III.

<sup>7</sup> Ángel Riesco Terrero, “Sellos pontificios de plomo. Diversidad, tipología y escasa evolución de los componentes de sus improntas”, *Hidalguía*, 292-293 (2002), p. 466.

<sup>8</sup> Manuel Vaquerizo Gil, *Catálogo de sellos del Archivo Histórico Provincial de Cantabria*, Santander, Diputación Regional de Cantabria, 1987, p. 18.

<sup>9</sup> Faustino Menéndez Pidal de Navascués y Elena Gómez Pérez, *Matrices de sellos...*, cit., p. 12.

<sup>10</sup> Faustino Menéndez Pidal de Navascués, “La sigilografía española: una revisión crítica”, *Hispania: Revista española de Historia*, 175 (1990), p. 987. Recientemente, se ha publicado un interesante estudio que pone de manifiesto el tratamiento que ha experimentado la sigilografía en la Península Ibérica: Rosario Morujão y Manuel Salamanca López (dirs.), *A investigação sobre heráldica e sigilografía na Península Ibérica: entre tradição e inovação*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2018.

Aunque los sellos de validación habían hecho su irrupción en la práctica documental durante el siglo XII, la generalización y difusión de su uso se produjo en España en el siglo XIII<sup>11</sup>, coincidiendo con la etapa de expansión protagonizada por la Corona de Castilla, que terminaría con la incorporación del valle del Guadalquivir. En esta centuria se produjo un gran desarrollo del sello diplomático, extendiéndose la práctica del sellado por todas las capas sociales y siendo habitual su aposición como instrumento probatorio y refrendo de la voluntad manifestada por escrito<sup>12</sup>.

Los sellos que empiezan a ser empleados durante el siglo XIII habían superado la mera significación de símbolos materiales de la expresión del poder, con el que se daba constancia de la intervención del autor<sup>13</sup>, para transformarse en parte sustantiva e indispensable de la génesis documental pública y privada, con la finalidad de que los actos documentados tuvieran un reconocimiento oficial y sirviesen de garantía a efectos jurídicos y administrativos<sup>14</sup>. Esta nueva realidad viene atestiguada por Alfonso X en el código de las *Siete Partidas*, texto jurídico que trató de algunos aspectos circunscritos al sello, su custodia y aposición. El monarca castellano no era ajeno a la extraordinaria difusión que este instrumento de validación había experimentado en el siglo XIII –“ca según el vso deste tiempo”–, subrayando que su uso servía como prueba y garantía de los hechos documentados –“ayuda para ser cumplida la prueua e creýda la carta quando es sellada”– y otorgando al escrito mayor firmeza y estabilidad –“las han firmes, e seguras”–, expresiones que se introducirían en multitud de documentos en los anuncios de validación<sup>15</sup>.

En el siglo XIII también se experimentaron cambios significativos en las instituciones concejiles que afectaron a su estructura orgánica y a su capacidad jurídica, modificaciones nacidas al calor de nuevas necesidades. Los concejos andaluces no fueron ajenos a estos cambios y, durante la reconquista de Andalucía, los reyes castellanos aplicaron diferentes marcos jurídicos que fundamentaron la práctica judicial y administrativa de las instituciones

<sup>11</sup> Robert-Henri Bautier, “Le cheminement du sceau et de la bulle des origines mésopotamiennes au XIII<sup>e</sup> siècle occidental”, *Revue française d’Héraldique et de Sigillographie*, 54-59 (1984-1989), p. 63.

<sup>12</sup> Faustino Menéndez Pidal, Mikel Ramos Aguirre y Esperanza Ochoa de Olza Eguiraun, *Sellos medievales de Navarra...*, cit., p. 27.

<sup>13</sup> Ángel Riesco Terrero, *Introducción a la Sigilografía*, Madrid, Hidalguía, 1978, p. 12.

<sup>14</sup> Ángel Riesco Terrero, “Sellos pontificios de plomo...”, cit., p. 471-472.

<sup>15</sup> *Las Siete Partidas de Alfonso X el Sabio*, Partida III, tit. XX, ley I.

municipales, añadiéndose otras disposiciones emanadas de la autoridad regia en virtud de peticiones elevadas por los municipios<sup>16</sup>.

Aunque, en 1982, Manuel González Jiménez advertía que, en buena medida, la historia de los concejos andaluces en la Edad Media estaba en ciernes – “está por hacer” –<sup>17</sup>, sobre todo la de los años inmediatos a la conquista cristiana, es evidente que en este tiempo se ha producido un avance historiográfico que permite un acercamiento más exhaustivo a estas instituciones desde amplias perspectivas, prevaleciendo trabajos que tienen como marco cronológico los siglos XIV-XV<sup>18</sup>, centurias de las que se conservan un mayor número de fuentes que posibilitan un análisis más sistemático e integral.

Desde un punto de vista legal, hay quien ha definido a los concejos “como sujetos de derecho” que generan “un orden de relaciones jurídicas”<sup>19</sup>. Como tales, en Andalucía, su institución estuvo ligada a la liberalidad de los monarcas,

<sup>16</sup> Las instituciones concejiles fueron esenciales para la administración y el gobierno de los reinos, razón que justificaría las generosas atenciones que los monarcas les brindaron durante la Edad Media (Agustín Bermúdez Aznar, “Los concejos y la administración del reino”, *Concejos y ciudades en la Edad Media hispánica. II Congreso de Estudios Medievales*, Móstoles, Fundación Sánchez-Albornoz, 1990, p. 569-600).

<sup>17</sup> Manuel González Jiménez, “Los municipios andaluces a fines de la Edad Media: el caso de Córdoba” en Bibiano Torres Ramírez y José J. Hernández Palomo (coords.), *Andalucía y América en el siglo XVI. Actas de las II Jornadas de Andalucía y América*, La Rábida, Universidad de Santa María de la Rábida, 1982, vol. I, p. 17.

<sup>18</sup> Algunos de ellos se han esforzado por ofrecer una aproximación a los aspectos del gobierno urbano (Manuel González Jiménez, “Ciudades y concejos andaluces en la Edad Media: gobierno urbano”, *Concejos y ciudades en la Edad Media hispánica...*, cit., p. 237-274; José Luis del Pino García, “El concejo de Córdoba a finales de la Edad Media: estructura interna y política municipal”, *Historia. Instituciones. Documentos*, 20 (1993), p. 355-402; Manuel García Fernández, “Poder y gobierno municipal en Marchena a finales de la Edad Media”, *Actas de las VI Jornadas sobre Historia de Marchena: política e instituciones. El concejo de la villa y la casa de Arcos*, Marchena, Ayuntamiento de Marchena, 2002, p. 9-30; y Enrique José Ruiz Pilares, “El gobierno de la ciudad: el concejo de Jerez de la Frontera a fines de la Edad Media” en Manuel Antonio Barea Rodríguez *et alii* (dirs.), *750 aniversario de la incorporación de Jerez a la Corona de Castilla: 1264-2014*, Jerez de la Frontera, Ayuntamiento de Jerez de la Frontera, 2014, p. 65-85), mientras que otros han ahondado en la institución concejil desde una perspectiva más amplia (Manuel González Jiménez, *El concejo de Carmona a fines de la Edad Media (1464-1523)*, Sevilla, Diputación Provincial de Sevilla, 1973; Alfonso Franco Silva, *El concejo de Alcalá de Guadaíra a finales de la Edad Media (1426-1533)*, Sevilla, Diputación Provincial de Sevilla, 1974; Rosa María Domínguez Domínguez *et alii*, “El concejo de Gibraleón de la Edad Media a la Moderna”, *Huelva en su Historia*, 2 (1988), p. 231-318; y Deborah Kirschberg Schenck y Marcos Fernández Gómez, *El concejo de Sevilla en la Edad Media (1248-1454)*, Sevilla, Ayuntamiento de Sevilla, 2002, 2 vols.).

<sup>19</sup> José Miguel López Villalba, “Estudio diplomático de la “Fe” como documento de relación del concejo medieval. Guadalajara (1457-1469)”, *Anales de Calatayud*, IV (1996), p. 149.

quienes los dotaron de fuero, tierras y privilegios. Los reyes comenzaron, tan pronto como les fue posible, la organización del territorio, procediendo a la restauración eclesiástica y a la instauración de las instituciones concejiles. Un sistema que había ido perfeccionándose gracias a la dilatada experiencia que se había ido acumulando con el transcurso del tiempo<sup>20</sup>.

Precisamente, es en el régimen foral donde pueden encontrarse algunas referencias al sello concejil. Fernando III, siguiendo la política de sus antecesores, otorgó el fuero de Cuenca a algunas localidades como Andújar (1228-1241), Baeza (1230-1247), Úbeda (1233-1235), Segura de la Sierra (1243) o Quesada (1245), produciéndose un cambio cuando el monarca rindió la ciudad de Córdoba (1236), momento en el que parece decantarse por el modelo foral toledano, concedido a esta capital en 1241. No faltan voces autorizadas que han visto en este hito la intención de dotar a las grandes capitales andaluzas de un legado jurídico proveniente del antiguo reino visigodo<sup>21</sup>. Además del carácter simbólico del *Liber Iudiciorum*, el monarca tenía otras razones para poner en puesta su aplicación, como recuperar la *pleinitudo potestatis*, que consagraba la autoridad regia<sup>22</sup>.

Aunque en algunos fueros como en el de Soria quedaron reglamentados algunos aspectos del sello concejil, como su custodia y aposición<sup>23</sup>, en otros no existió ningún tipo de referencia, omisión que no impidió a los concejos que hiciesen uso de ellos. Por lo general, parece que los concejos andaluces tardaron algún tiempo en idear la representación que debía figurar en sus respectivas matrices, no existiendo prueba documental que atestigüe que dispusiesen de sello con carácter inmediato a la conquista. Los concejos necesitaron de tiempo para funcionar autónomamente con normalidad. No extraña que la mayoría de los concejos ni siquiera contasen con un edificio propio para ventilar las cuestiones de gobierno y administración; en Córdoba, solían reunirse en la antigua mezquita o en la iglesia de San Francisco hasta el siglo XV<sup>24</sup>, lo mismo ocurrió en Sevilla, de donde se sabe, por las ordenanzas

<sup>20</sup> María Antonia Carmona Ruiz, “La restauración de la diócesis de Baeza-Jaén en el siglo XIII”, *Anuario de Historia de la Iglesia andaluza*, 11 (2018), p. 131.

<sup>21</sup> Miguel Ángel Chamocho Cantudo, “Fuero de Toledo y privilegios en los reinos medievales de Andalucía (1241-1344)”, *Anuario de Historia del Derecho español*, 86 (2016).

<sup>22</sup> Emiliano González Díez, “Del Fuero de la ciudad de Sevilla” en Manuel González Jiménez (coord.), *Sevilla 1248. Congreso internacional conmemorativo del 750 aniversario de la conquista de la ciudad de Sevilla por Fernando III, rey de Castilla y León*, Sevilla, Ramón Areces, 2000, p. 294.

<sup>23</sup> Julio González González, “Los sellos concejiles de España...”, cit., p. 9.

<sup>24</sup> José Manuel Escobar Camacho, “La ciudad de Córdoba a fines de la Edad Media: funciones urbanas”, *Boletín de la Real Academia de Córdoba de Ciencias, Bellas Letras y Nobles Artes*, 127 (1994), p. 206.

del gremio de colmeneros (1254), que se reunían en el mismo lugar que lo hacían los canónigos<sup>25</sup>.

## **2. Los sellos concejiles de Córdoba, Sevilla y Cádiz: la creación de una identidad impregnada del ideal de reconquista**

La conquista de Córdoba había supuesto un cambio en la percepción que los castellanos tenían de los reinos andaluces y de los problemas que conllevaba la reorganización territorial y la repoblación de unos espacios urbanos que superaban las expectativas de los conquistadores. Con objeto de dar solución a las dificultades que se estaban planteando, Fernando III regresó a la ciudad andaluza en 1240, donde permaneció durante más de un año para organizar el repartimiento y el concejo – “de forma muy breve, pero muy concisa” –<sup>26</sup>. Un lustro después de su conquista, el 3 de marzo de 1241, concedía el fuero, en cuyo tenor legal el monarca ordenaba la creación de un sello propio para el concejo – “mando etiam et concedo quod concilium cordubense habeat sigillum cognitum et comune” –<sup>27</sup>, dejando al juez como responsable de su guarda y custodia<sup>28</sup>.

Aunque las improntas más antiguas que se han conservado proceden de la segunda mitad del siglo XIV, se conoce que el sello cordobés existió con anterioridad. En 1894, Adolfo Herrera daba a conocer el sello concejil de Córdoba, cuya impronta logró identificar en una carta de confirmación que la ciudad había otorgado el 12 de enero de 1360 a Martín López de Córdoba, agraciado por Pedro I con un villar propiedad de la ciudad<sup>29</sup>. El sello, de doble impronta y módulo de 105 mm., recogía en su reverso un león rampante coronado de cuatro florones que miraba hacia la izquierda, representándose en el anverso una vista monumental de la ciudad. Existen fuentes que confirman que este sello tenía esta misma representación en 1284, año del que se conserva

<sup>25</sup> Deborah Kirschberg Schenck y Marcos Fernández Gómez, *El concejo de Sevilla en la Edad Media...*, cit., p. 148-149.

<sup>26</sup> Manuel González Jiménez, “Fernando III y la repoblación de Andalucía” en Carlos Estepa Díez y María Antonia Carmona Ruiz (coords.), *La Península Ibérica en tiempos de las Navas de Tolosa*, Madrid, Sociedad Española de Estudios Medievales, 2014, p. 225.

<sup>27</sup> Joaquín Mellado Rodríguez, “El fuero de Córdoba: edición crítica y traducción”, *Arbor: Ciencia, pensamiento y cultura*, 654 (2000), p. 214.

<sup>28</sup> Miguel Ángel Chamondo Cantudo, *Los fueros de los reinos de Andalucía: de Fernando III a los Reyes Católicos*, Madrid, Boletín Oficial del Estado, 2017, p. 36.

<sup>29</sup> Adolfo Herrera, “Sello de Córdoba de mediados del siglo XIV”, *Boletín de la Sociedad Española de Excusiones*, 12 (1894), p. 184.

copia de un privilegio de Sancho IV en el que se alude al león rampante y a la vista de la ciudad con su río y puente<sup>30</sup>, ignorándose sus aspectos morfológicos.



Fig. 1 – Anverso y reverso del sello del concejo de Córdoba (1360). *Boletín de la Sociedad Española de Excusiones* nº 12, 1894.

Más difícil es averiguar el momento exacto en el que el concejo comenzó a emplearlo. El hecho de que, en un documento fechado el 18 de septiembre de 1246, los alcaldes solicitasen que se sellase una carta, ha llevado a José Valverde Madrid a afirmar la existencia del mismo en esta fecha<sup>31</sup>. Sin embargo, no hay que descartar que se tratase de los sellos personales de los alcaldes y no del concejo. Eso parece deducirse de una confirmación expedida por Alfonso X en Madrid, el 11 de diciembre de 1258, en la que confirmaba a la catedral la posesión del donadío de Castellar de Río Anzur, entregado por la ciudad el 22 de septiembre de ese mismo año. El privilegio inserta copia del tenor documental expedido por la institución concejil, recogiéndose el anuncio de validación – “mandamos poner en esta carta nuestros seellos colgados por mandado del concejo” –<sup>32</sup>, que hace pensar en la aposición de los sellos personales de los alcaldes y alguacil.

<sup>30</sup> José Valverde Madrid, “El sello del municipio de Córdoba”, *Actas del I coloquio de Sigilografía*, Madrid, Dirección de Archivos Estatales, 1990, p. 377.

<sup>31</sup> José Valverde Madrid, “El sello del municipio de Córdoba...”, cit., p. 377.

<sup>32</sup> Manuel González Jiménez (ed.), *Diplomatario andaluz de Alfonso X*, Sevilla, El Monte, 1991, p. 242, doc. 216.

Uno de los aspectos más determinantes del sello cordobés es su estabilidad en lo referente a las representaciones monumentales y heráldicas. A este respecto, podría afirmarse que sufrió algunas modificaciones a finales del siglo XIV que afectaron a la composición que figuraba en el campo del reverso, desapareciendo el león rampante por un grifo acompañado del busto de un rey<sup>33</sup>. No resulta sencillo determinar cuáles fueron las motivaciones que tuvieron los municipios para cambiar esta representación heráldica, pero es posible que hiciese alusión a la conquista de la ciudad por Fernando III. Quizás esta sea la explicación más plausible para entender el cambio efectuado en el reverso del sello, máxime si se tiene presente que la anterior parece haber sido impuesta por voluntad real<sup>34</sup>, teniendo unas características análogas al sello utilizado por el concejo de León<sup>35</sup> y que, según algunos, pudo estar relacionado con la concesión del fuero toledano, tributario del Fuero Juzgo leonés<sup>36</sup>. A este cambio se sumó el de la leyenda sigilar, que pasó del latín a lengua romance, manteniendo los caracteres góticos mayúsculos en los que se advierte la presencia de algunas letras unciales – “E” y “M” – y otras minúsculas agrandadas – “n” –.

El desgaste de las improntas conservadas impide una lectura paleográfica que permita analizar con detalle la significación de la misma y su carácter identificativo con las imágenes representadas<sup>37</sup>. En el caso del sello cordobés, esta información resulta esencial para conocer las motivaciones, aspiraciones

<sup>33</sup> Julio González González, “Los sellos concejiles de España...”, cit., p. 45. Juan Menéndez Pidal aseguraba que el rey estaba montado en el grifo (Juan Menéndez Pidal, *Sellos españoles de la Edad Media*, Madrid, Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos, 1918, p. 188), mientras que otros apuestan porque la escena sea la de un rey montado sobre un grifo que está hollando a un hombre (Miguel Ángel Ortí Belmonte, “Informe sobre el pendón y el escudo de armas de Córdoba”, *Boletín de la Real Academia de Córdoba, de Ciencias, Bellas Letras y Nobles Artes*, 78 (1958), p. 323-324).

<sup>34</sup> Adolfo Herrera, “Sello de Córdoba de mediados del siglo XIV...”, cit., p. 183 y Julio González González, “Los sellos concejiles de España...”, cit., p. 16.

<sup>35</sup> Desde fecha temprana, el león quedó como imagen identificativa de este reino, siendo constante su representación en los sellos, en los que se constata su presencia en el anverso – 1214 – en forma de león pasante (Julio González González, “Los sellos concejiles de España...”, cit., p. 43) y, desde 1301, en el reverso como león rampante (Araceli Guglieri Navarro, *Catálogo de sellos...*, cit., vol. III, p. 75). Con todo, la principal diferencia existente con el cordobés estriba en la dirección que adopta el animal, siendo a la derecha en la ciudad leonesa y a la izquierda en la andaluza.

<sup>36</sup> José Valverde Madrid, “El sello del municipio de Córdoba...”, cit., p. 378.

<sup>37</sup> Ya, en 1881, el diplomatógrafo Jesús Muñoz y Rivero indicó la importancia de este elemento para el análisis de los sellos medievales (Jesús Muñoz y Rivero, *Nociones de Diplomática española*, Madrid, La Guirnalda, 1881, p. 81).

y reivindicaciones simbólicas de la institución concejil entre los siglos XIII y XIV<sup>38</sup>. En la impronta de 1360, puede leerse parte de la leyenda de su reverso – “SIGNVM FORMA LEONIS” –, habiéndose perdido la gran mayoría de los caracteres del anverso – “CORDVBA MIL...” –<sup>39</sup>, donde se adivina un texto más largo circunscrito entre líneas como gráfilas. La alusión al león en la leyenda del reverso se modificó con ocasión de los cambios experimentados en su representación a finales del siglo XIV – “[SV]SCEPIT REX FORTIS ET EQVS” –<sup>40</sup> y puede ser el mismo que empleó el concejo como lema de sus armas – “Hanc, qui gryphus, equus, coepit, rex fortis et equus” –<sup>41</sup>. Lo mismo puede afirmarse del anverso – “[+C]ORDVBA MILI... DOMVS INCLITA FONSQVE...IE” –<sup>42</sup>, cuyo texto parece adecuarse a otros de los emblemas empleados por el concejo históricamente – “Corduba militae domus, inclyta fonsque sophiae” –<sup>43</sup>.

Ambas leyendas conformaban una honda declaración de intenciones por parte de la ciudad, vindicando su pasado romanista y el esplendor de algunos de sus más ilustres hijos, pues la referencia “fonsque sophia” aludiría al papel desempeñado por algunos pensadores cordobeses como Séneca<sup>44</sup>.

La alusión al pasado visigótico o romano constituyó una temática sugerente que tuvo eco en la sigilografía concejil andaluza y que bebía de la ideología que se estaba desarrollando con ocasión de la reconquista<sup>45</sup>. De esta forma, otros sellos, como el de Sevilla y Cádiz, serán instrumentos transmisores de un mensaje elaborado por los concejos en el que representen y testimonien un pasado alejado de la realidad inmediata, protagonizada por la presencia islámica.

<sup>38</sup> En efecto, las leyendas sigilares constituyen el complemento explicativo de la carga simbólica de la representación y, frecuentemente, los titulares expresan su posición social o sus aspiraciones y reivindicaciones (Michel Pastoreau, *Una historia simbólica de la Edad Media occidental*, Buenos Aires, Katz Editores, 2006, p. 249).

<sup>39</sup> Adolfo Herrera, “Sello de Córdoba de mediados del siglo XIV...”, cit., p. 183.

<sup>40</sup> Juan Menéndez Pidal, *Sellos españoles de la Edad Media...*, cit., p. 188.

<sup>41</sup> Miguel Ángel Ortí Belmonte, “Informe sobre el pendón...”, cit., p. 323-324.

<sup>42</sup> Juan Menéndez Pidal, *Sellos españoles de la Edad Media...*, cit., p. 188.

<sup>43</sup> Luis María Ramírez y de las Casas-Deza, *Indicador cordobés. Manual histórico-topográfico de la ciudad de Córdoba*, Córdoba, Imprenta de Fausto García Tena, 1856, p. 142.

<sup>44</sup> Si bien en Córdoba florecieron otros pensadores como Averroes, Abraham ibn Daud o Maimónides, es posible que la ciudad se refiriese al filósofo romano, descartando a otros de religión musulmana o hebrea.

<sup>45</sup> Recientemente, se ha publicado un trabajo que ahonda en estas y otras cuestiones vinculadas a la conquista cristiana (Carlos de Ayala Martínez, Isabel Ferreira Fernandes y J. Santiago Palacios Ontalva (coords.), *La reconquista. Ideología y justificación de la Guerra Santa peninsular*, Madrid, La Ergástula, 2019).

Con la capitulación de Sevilla el 23 de noviembre de 1248, dieron comienzo los preparativos para la organización de su concejo y la restauración eclesiástica, trabajos que, en este último caso, se demoraron más de lo habitual. Una demora inexplicable para algunos autores – “una larga pausa difícil de explicar”<sup>46</sup> y que estaría motivada por el deseo personal de Fernando III de reservar la prelatura hispalense para su hijo el infante don Felipe<sup>47</sup>.

La implementación institucional del municipio siguió la modalidad de un concejo cerrado<sup>48</sup>, otorgándose el 15 de junio de 1251 el fuero toledano como marco jurídico para el gobierno de la ciudad<sup>49</sup> y el Fuero Juzgo como norma vertebradora para los derechos civiles<sup>50</sup>. Sin embargo, a diferencia del caso cordobés, el texto hispalense hacia omisión a la existencia de un sello para la validación de las cartas expedidas por el concejo. Esta anomalía fue solventada por Alfonso X; así, en Murcia, se ha conservado un cuaderno en el que se recogen varias disposiciones y ordenanzas sevillanas<sup>51</sup> que han sido datadas a finales del citado reinado. Dichas ordenanzas proporcionan una importante información sobre algunos aspectos del sello mayor del concejo sevillano, tales como su morfología – “son dos tablas” –, su custodia – “e tienen las dos caualleros de la

<sup>46</sup> José Sánchez Herrero, “La Iglesia de Sevilla durante los siglos bajomedievales (1248-1474)”, *Historia de las diócesis españolas. Iglesias de Sevilla, Huelva, Jerez y Cádiz y Ceuta*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, t. X, p. 66.

<sup>47</sup> Isabel Montes Romero-Camacho, “El nacimiento del cabildo-catedral de Sevilla en el siglo XIII (1248-1285)”, *Fernando III y su época. Actas de las IV jornadas nacionales de Historia Militar*, Sevilla, Cátedra General Castaños, 1995, p. 418. El gobierno de Felipe de Castilla en la sede hispalense revistió un carácter provvisorio, siendo designado por Inocencio IV como procurador de la Iglesia y arzobispo electo en 1251. Sin embargo, en 1258 se produjo su renuncia al estipularse su matrimonio con Cristina de Noruega, véase Miguel Ángel Núñez Beltrán, “Cristina de Noruega y Felipe de Castilla, un matrimonio de alianza política en la Europa medieval”, *Hespérides: anuario de investigaciones*, 17-18 (2009-2010), p. 127-136.

<sup>48</sup> Aunque algunos autores pensaron en la posibilidad de la existencia primigenia de un concejo abierto (Nicolás Tenorio Cerero, *El concejo de Sevilla. Estudio de la organización político-social de la ciudad desde su reconquista hasta el reinado de don Alfonso XI (1248-1312)*, Sevilla, Imprenta de E. Rasco, 1901, p.35-36), esta hipótesis ha sido descartada por la historiografía reciente (Miguel Ángel Ladero Quesada, *Historia de Sevilla. La ciudad medieval (1248-1492)*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1989, p. 165), verificándose un proceso por el que la mayoría de las instituciones concejiles quedaron dominadas por sectores concretos de la población – “los caballeros y hombres buenos” – a partir de la segunda mitad del siglo XIII (Julio Valdeón Baruque, “Las oligarquías urbanas”, *Concejos y ciudades...*, cit., p. 514).

<sup>49</sup> Manuel González Jiménez, Mercedes Borrero Fernández e Isabel Montes Romero-Camacho, *Sevilla en tiempos de Alfonso X el Sabio*, Sevilla, Ayuntamiento de Sevilla, 2000, p. 101.

<sup>50</sup> Nicolás Tenorio Cerero, *El concejo de Sevilla...*, cit., p. 36.

<sup>51</sup> Archivo Municipal de Murcia (Murcia) – Serie 3, doc., nº 51.

çibdat” – y las condiciones de su aposición – “deuen ser otorgadas en conceio general o cabillo... puesta en este escriuano... e el seella la carta”<sup>52</sup>.

Su uso parece estar documentado, al menos, desde 1258, año del que se conservaba un documento en el archivo del convento de Santa Clara por el que se asignaban algunos molinos de Alcalá de Guadaíra, figurando como firmantes el almirante Ruiz López de Mendoza, Pedro Bermúdez, alcaide de los reales alcázares, el alcalde Rodrigo Estébanez y el alguacil mayor Domingo Muñoz, entre otros. Este documento, hoy perdido, pudo ser estudiado por el cronista Diego Ortiz de Zúñiga, que aseguraba que pendía un sello circular al que le faltaban algunas partes, identificándolo como el sello del concejo de Sevilla<sup>53</sup>.

Como en Córdoba, se desconoce el momento en el que se creó un sello para uso exclusivo del concejo. Lo que sí está atestiguado es el uso de sellos personales para la validación de documentos concejiles en 1257. De esta forma, por una carta, intitulada por la institución – “nos, el concejo de Seuilla, e los alcaldes e el alguacil” –, los municipios instituían en la catedral la festividad de las santas Perpetua y Felicidad “por el alma del muy noble e muy alto e muy onrrado nuestro sennor, el rey don Fernando e porque dé Dios gran uida e grand salut al muy noble e muy alto e muy onrrado nuestro sennor el rey don Alfonso”<sup>54</sup>. En la plica del pergamino hay tres orificios, pero ninguno de ellos servía para el sello municipal, advirtiéndose en el anuncio de validación la aposición de los sellos personales de los alcaldes y alguacil – “et rogamos a los alcaldes e alguazil que pusiesen (*sic*) sus seellos en ella” –. Este hecho confirma que, o todavía no se había creado el sello concejil o que la validación de documentos municipales podía revestir diferentes formalidades dependiendo del negocio que se despachase. Diego Ortiz de Zúñiga advertía que el concejo emitía sus provisiones de dos formas distintas, dependiendo de la solemnidad del asunto. La hipótesis del cronista, que se fundamentaba en la *intitulatio* y *validatio*, carece de argumentos que hagan pensar en la existencia de provisiones mayores o menores, apelativo con el que algún autor se ha referido a ellas<sup>55</sup>. La aposición de sellos personales en documentos concejiles está atestiguada en otras ciudades; en Toledo se siguió

<sup>52</sup> José Damián González Arce, “Cuadernos de ordenanzas y otros documentos sevillanos del reinado de Alfonso X”, *Historia. Instituciones. Documentos*, 16 (1989), p. 103 y 112.

<sup>53</sup> Diego Ortiz de Zúñiga, *Anales eclesiásticos y seculares de la muy noble y muy leal ciudad de Sevilla*, Madrid, Imprenta Real, 1677, p. 87.

<sup>54</sup> Archivo General del Arzobispado de Sevilla (Sevilla) – Fondo capitular, Secc. IX, leg. 108, doc. 35.

<sup>55</sup> Nicolás Tenorio Cerero, *El concejo de Sevilla..., cit.*, p. 66-67.

esta modalidad de validación. De hecho, en el tenor documental de una carta de 1258 expedida por el concejo a los vecinos de Los Yébenes – “nuestros vasallos” – quedó reflejada la aposición de los sellos de los alcaldes y alguacil como instrumentos de validación del mismo – “vos fue dado sellado con los nuestros sellos de los alcaldes e el alguacil, como siempre fue costumbre de Toledo”<sup>56</sup>.

Presumiblemente, hasta 1257 las cartas del concejo se validaron por la suscripción y los sellos de los alcaldes y alguacil, creándose un año después un sello propio para la institución. Algunos pergaminos posteriores confirman que el sello ya era una realidad. No en vano, cuando en 1267 el concejo eximió del pago del montazgo a los vecinos de Almonaster que fuesen a residir en la capital, el concejo emitió una carta en cuyo anuncio de validación se explicitó la aposición del sello de la ciudad – “et porque esto sea firme e estable e ellos sean sin dubda, mandámosle ende dar esta nuestra carta abierta seellada de nuestro seollo pendiente del conceio”<sup>57</sup>. La misma formalidad se observa en otros instrumentos posteriores, como en la carta partida por ABC suscrita entre el arzobispo Remondo de Losana y los municipios el 27 de julio de 1273 para rematar la cuenta por la renta del camino de Almadén, en cuyo tenor se advierte la presencia del sello – “que sea sellada del sello del conceio”<sup>58</sup>.

Aunque su existencia queda probada desde 1258, el hecho de que no se haya conservado ninguna impronta impide conocer sus características. A este respecto, el cronista Ortiz de Zúñiga hizo una lacónica descripción de la impronta que halló en el monasterio de Santa Clara de Sevilla, indicando que era de cera y que pendía de hilos de seda amarilla y colorada. En una de sus caras se representaba una vista de la ciudad, quedando en la otra la efigie del rey Fernando III<sup>59</sup>. El cronista aseguraba que la ciudad habría usado un sello anterior en el que mostraba un trono vacío sin la efigie del monarca cuando este estaba vivo. Tal afirmación haría suponer que el concejo habría tenido sello al menos desde 1252, fecha en la que se produjo el fallecimiento del rey conquistador. Pero esta hipótesis parece estar más fundamentada en una tradición con fines retóricos que en una realidad

<sup>56</sup> Miguel Ángel Chamorro Cantudo, *Los fueros del reino de Toledo y Castilla la Nueva*, Madrid, Boletín Oficial del Estado, 2017, p. 168.

<sup>57</sup> Archivo General del Arzobispado de Sevilla (Sevilla) – Fondo capitular, Secc. IX, leg. 180, doc. 32.

<sup>58</sup> Archivo General del Arzobispado de Sevilla (Sevilla) – Fondo capitular, Secc. IX, caja 11.070, doc. 43.

<sup>59</sup> Diego Ortiz de Zúñiga, *Anales eclesiásticos...*, cit., p. 29.

contrastada, por más que algunos autores se hayan hecho eco de la misma<sup>60</sup>. En cualquier caso, la descripción del cronista se adecua a una impronta conservada en el Instituto Valencia de don Juan, descontextualizada al estar desprendida del documento al que validaba. Este sello circular – al que le falta su parte superior –, de doble impronta y cera verde, era de módulo grande – quizás rondase los 110 mm. – y ha sido datado entre fines del siglo XIII o principios del XIV<sup>61</sup>.



Fig. 2 y 3 – Anverso y reverso del sello del concejo de Sevilla (S. XIII). *Instituto Valencia don Juan, Madrid.*

En su anverso quedó recogida la representación de un rey entronizado que sostiene en su mano derecha una espada y en la izquierda un orbe coronado por una cruz, imagen que se identifica con la del rey conquistador en actitud mayestática<sup>62</sup>. La elección de la ciudad de esta imagen constituye una decisión que radicaba en la notoriedad e importancia de este monarca, que había unido las coronas castellano-leonesas y que había protagonizado

<sup>60</sup> Francisco Collantes de Terán, “Sobre el escudo de armas de Sevilla”, *Homenaje al profesor Carriazo*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1972, vol. 2, p. 133 y Eduardo Pardo de Guevara y Valdés, “Armas de reyes y armas de reinos. La materia heráldica en el atlas de Pedro Texeira”, *Atlas de Pedro Texeira. Descripción de España y de las costas de sus reynos (siglo XVII)*, Burgos, Gil de Siloé, 2008, p. 97.

<sup>61</sup> Marcos Fernández Gómez, *Los sellos de la ciudad de Sevilla*, Sevilla, Ayuntamiento de Sevilla, 1996, p. 31.

<sup>62</sup> El trono, la espada y el orbe conforman los elementos constitutivos del poder regio, que empezarían a ser frecuentes en este tipo de representaciones, véase Teófilo F. Ruiz, “L’image du pouvoir à travers les sceaux de la monarchie castillane”, *Génesis medieval del Estado Moderno. Castilla y Navarra (1250-1370)*, Valladolid, Ámbito, 1987, p. 217-227.

la conquista del valle del Guadalquivir. Sin duda, la identificación de Sevilla con Fernando III también tuvo que estar motivada por el hecho de que el monarca decidiese ser enterrado en ella y la política propagandística de su hijo, Alfonso X, quien, en el epitafio del monarca, además de resaltar las virtudes de su padre, ensalzó a Sevilla, que al calificarla como “cabeza de toda Espanna”, le confería el rol que la ciudad debía jugar en la nueva realidad peninsular.

Junto a la regia efigie se observan dos figuras más, de las que se conservan sus túnicas y la parte inferior de dos báculos. Estas imágenes vienen siendo identificadas con las de los santos Isidoro y Leandro, obispos de la ciudad y cuyo papel determinante fue esencial en el antiguo reino visigodo. La inserción de dos prelados de tiempos visigodos era un sustento más de la ideología de reconquista que resaltaba el papel predominante de la ciudad y que aludía a la restauración eclesiástica. San Isidoro y San Leandro fueron utilizados deliberadamente por la ciudad y sus prelados para posicionar a Sevilla en el nuevo mapa político resultante de las campañas fernandinas<sup>63</sup>. De hecho, en el reverso del sello usado por el cabildo de la catedral hispalense se utilizó una representación tripartita, análoga a la usada en el anverso del sello concejil, en el que aparecían los santos Isidoro, Leandro y Laureano, de pie y revestidos con los atuendos propios de su dignidad. Tres metropolitanos hispalenses con los que la institución eclesiástica quería reivindicar su posición como primada de las Españas frente a Toledo<sup>64</sup>. El sello eclesiástico se acuñó en la segunda mitad del siglo XIII, aunque solo se han conservado dos improntas parcialmente mutiladas que penden de dos cartas de 1345<sup>65</sup>, motivo que dificulta saber si este sirvió de modelo al sello concejil o viceversa.

<sup>63</sup> Peter Linehan, “La conquista de Sevilla y los historiadores” en Manuel González Jiménez (coord.), *Sevilla 1248..., cit.*, p. 230.

<sup>64</sup> Pablo Alberto Mestre Navas, “Los sellos diplomáticos del cabildo catedral de Sevilla y sus prelados (siglos XIII-XIV)”, *Hispania Sacra* (en prensa).

<sup>65</sup> Archivo General del Arzobispado de Sevilla (Sevilla) – Fondo capitular, Secc. IX, caja 10.908, docs. 4/2 y 12.



Fig. 4 – Reverso del sello capitular de la catedral de Sevilla (1345). *Archivo General del Arzobispado de Sevilla (Sevilla) – Fondo capitular, Secc. IX, caja 10.908, docs. 4/2.*

En Córdoba también se advierten ciertas similitudes entre los sellos concejiles y capitulares. En este sentido, en el sello más antiguo conservado de la catedral de Córdoba – 1244 –, de impronta simple y doble ojiva, aparece en la parte superior del campo la figuración de Nuestra Señora, quedando en la parte inferior cuatro personajes de pie que miran a María<sup>66</sup>. Esta imagen, que adolece de cierto carácter esquemático y que viene siendo considerada como la primera iconografía mariana hecha en Andalucía<sup>67</sup>, fue modificada hacia 1257, fecha de la que se conserva una carta por la que el deán y el cabildo informan al arzobispo de Toledo de la muerte del obispo electo Lope Pérez, nombrándose unánimemente al capellán real Fernando Mesa como prelado<sup>68</sup>. En la representación, idéntica a la que aparece en sellos posteriores – 1262 –<sup>69</sup>, aparece en la parte superior Nuestra

<sup>66</sup> Archivo de la Catedral de Córdoba (Córdoba) – Fondo Capitular, Cajón T, doc. 437.

<sup>67</sup> Manuel Nieto Cumplido, “La sigilografía y el arte en Córdoba en el siglo XIII”, *Boletín de la Real Academia de Córdoba de Ciencias, Bellas Letras y Nobles Artes*, 97 (1977), p. 71.

<sup>68</sup> Archivo de la Catedral de Toledo (Toledo) – Fondo capitular, sign. X. 1 C. 1. 8.

<sup>69</sup> Archivo de la Catedral de Córdoba (Córdoba) – Fondo Capitular, Cajón T, doc. 434.

Señora y abajo cuatro figuras arrodilladas en actitud orante, representación del capítulo de canónigos, delimitándose el espacio del campo por una estructura que podría identificarse con el puente romano. Esa misma figuración monumental es la que aparecía en el sello concejil, solo que el del cabildo sustituye el edificio de la mezquita-catedral por la de Nuestra Señora.



Fig. 5 – Anverso del sello capitular de Córdoba (1257). *Archivo de la Catedral de Toledo, fondo capitular, sign. X.I.C.1.8.*

La eliminación de este elemento pudo responder a la fisionomía del edificio, de arquitectura islámica, subrayándose, en cambio, el puente, con el que el cabildo se valía para establecer una conexión con el pasado romano de la ciudad. En este lenguaje simbólico nada aparece o desaparece de manera fortuita, sino que todo tiene un significado elaborado que se incardina en un mensaje cargado de contenido.

El carácter monumental de los sellos de Córdoba y Sevilla se manifiesta por la figuración de las ciudades y su carácter amurallado, que constituyen la frontera material que lo urbano establece con el campo<sup>70</sup>. En ambos casos, la

<sup>70</sup> Jacques Le Goff, *La civilización del Occidente medieval*, Barcelona, Paidós, 1999, p. 260.

iconografía de la ciudad queda completada con la inclusión del Guadalquivir como elemento vertebrador de su comercio<sup>71</sup>. Además, en el sello de Córdoba se incluyen otros aspectos urbanos de gran detallismo, como la noria del molino de la Albolaifa, máquina de extracción de agua erigida por los musulmanes que sería eliminada en tiempos de Isabel la Católica<sup>72</sup>.

Diferentes connotaciones se encuentran el sello instituido por el concejo de Cádiz, que prescinde de todo artificio para poner énfasis en un personaje mitológico con el que reivindicó su antigüedad. Una circunstancia que ya resaltó Alfonso X cuando, el 30 de marzo de 1266, concedió varias alquerías a la ciudad, a la que calificó como “uiella vieja de Cádiz”<sup>73</sup>, aludiendo a su histórico y mítico pasado.

Aunque sigue ignorándose el año en el que se produjo la conquista de la ciudad por las tropas castellanas, desde antiguo viene afirmándose que esta se habría producido el 14 de septiembre de 1262<sup>74</sup>, consagrándose su templo mayor en honor de la Santa Cruz. Precisamente, la transformación de Cádiz en sede episcopal en 1266 a ruego del monarca –“ad supplicationem carissimi in Christo filii nostri regis Castelle ac Legionis”<sup>75</sup> supuso un cambio en su estatus jurídico al convertirse en ciudad de pleno derecho<sup>76</sup>. La tarea organizadora del monarca castellano estuvo orientada a la dotación del concejo y su organización.

Hasta 1993 no se tenía noticia del sello que pudo emplear la institución concejil<sup>77</sup>, aunque la historiografía tradicional siempre defendió que la ciudad usó como blasón la efigie de Hércules – “Cádiz ilustre desde sus principios abrazó uno y otro modo gravando en el escudo de sus armas la imagen de Hércules Egypcio”<sup>78</sup>. Esta representación es la que pudo identificar Faustino Menéndez Pidal cuando, fortuitamente, encontró una impronta “que yacía

<sup>71</sup> Antonio Collantes de Terán Sánchez, “Las ciudades de Andalucía desde el siglo XIII a comienzos del XV”, *Una gran ciudad bajomedieval. Sevilla*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2008, p. 226.

<sup>72</sup> Adolfo Herrera, “Sello de Córdoba...”, cit., p. 183.

<sup>73</sup> Manuel González Jiménez (ed.), *Diplomatario andaluz...*, cit., p. 333, doc. nº 310.

<sup>74</sup> Adolfo de Castro, *Historia de Cádiz y su provincia desde los remotos tiempos hasta 1814*, Cádiz, Imprenta de la Revista Médica, 1858, p. 246.

<sup>75</sup> Santiago Domínguez Sánchez, *Documentos de Clemente IV (1265-1268) referentes a España*, León, Universidad de León, 1966, p. 25.

<sup>76</sup> La sede episcopal se trasladó de Medina Sidonia a Cádiz por disposición pontifícia el 2 de febrero de 1266, encargándose a Domingo Suárez, obispo de Ávila, la creación del obispado véase Luis Charlo Brea y María Belén Piqueras García, “Bulas fundacionales de la diócesis de Cádiz (II). Las bulas de Clemente IV”, *Documenta & Instrumenta*, 4 (2006), p. 24.

<sup>77</sup> Faustino Menéndez Pidal, “El sello de la ciudad de Cádiz”, *Estudios de Historia y Arqueología medievales*, IX (1993), p. 81-93.

<sup>78</sup> Jerónimo de la Concepción, *Emporio de el orbe, Cádiz ilustrada*, Ámsterdam, Joan Bus, 1690, p. 322.

arrumbada” en uno de los depósitos del Instituto Valencia don Juan. Sería él quien diera a conocer este singular sello de placa desprendido de su documento, ignorándose la fecha de su expedición y su naturaleza jurídica.



Fig. 6 – Sello de placa del concejo de Cádiz (S. XIV?). *Instituto Valencia don Juan, Madrid.*

Su morfología circular –módulo de 88 mm.–, en cuyo campo se representa a Hércules de frente, revestido con una loriga reforzada con chapas alargadas y en ademán de estrangular a dos leones erigidos sobre sus patas traseras, confirmó lo que hasta la fecha había sido una mera tradición<sup>79</sup>. Dicha iconografía recogía el tercer trabajo del héroe mitológico, enfrentándose a los leones de Nemea, escena que algunos autores del siglo XV interpretaron como el triunfo de la virtud sobre el enojo y los vicios<sup>80</sup>.

Esta temática pagana llevó a pensar a Julio González que las armas concejiles se habían formado en el siglo XV<sup>81</sup>, cronología que Menéndez Pidal no rebatió, señalando que el sello pudiera ser una copia de un modelo del siglo XIV<sup>82</sup>. Sin embargo, no habría que descartar que esta representación fuera la que originariamente empleara la ciudad desde fecha temprana.

La Edad Media no fue ajena a la figura de Hércules<sup>83</sup> y el propio Alfonso X usaría su periplo hispánico a la hora de reconstruir la genealogía de los reyes de

<sup>79</sup> Faustino Menéndez Pidal, “El sello de la ciudad de Cádiz...”, cit., p. 81.

<sup>80</sup> Biblioteca Nacional de España (Madrid) – Enrique de Aragón, *Trabajos de Ércules y libro de la guerra*, S. XV, MSS., 6.526, f. 12v.

<sup>81</sup> Julio González González, “Los sellos concejiles de España...”, cit., p. 45.

<sup>82</sup> Faustino Menéndez Pidal, “El sello de la ciudad de Cádiz...”, cit., p. 88.

<sup>83</sup> Numerosos trabajos han puesto de manifiesto el tratamiento iconográfico de Hércules en la Edad Media, ahondando en su introvertido carácter simbólico, como A. Nascimento Aires,

España, entroncando su linaje dinástico con el aguerrido personaje y sirviendo como instrumento de legitimación para sus proyectos políticos<sup>84</sup>. De este modo, teniendo en cuenta que la *General Estoria* fue redactada entre 1272 y 1282 y que en el manuscrito aparece una miniatura análoga a la del sello gaditano<sup>85</sup>, es posible que el concejo emplease esta imagen pagana y simbólica, única en la sigilografía medieval hispánica, como argumento de su pretérita historia, reflejándose en la leyenda sigilar, escrita en caracteres góticos mayúsculos, capitales romanas y unciales –“+: GADIS: FVNDATOR: FVIT: HERCVLES: ET DOMINATOR:”–, el papel del héroe en la fundación de la ciudad.

Tan vivo había permanecido en el recuerdo colectivo la empresa hercúlea que, Adolfo de Castro, en 1858, se hacía eco de la noticia de que, todavía en el siglo XIII, quedaban vestigios materiales de algunos monumentos erigidos con anterioridad al famoso personaje. Según recoge, en 1279 un caballero noruego que iba a Jerusalén manifestó haber visto una estatua derribada en la que reconocía al personaje, aludiendo a la efigie que estuvo en origen sobre una columna y que había sido destruida por los musulmanes<sup>86</sup>.

Los sellos concejiles fueron, además de un signo de su capacidad jurídica<sup>87</sup> con el que se validaban documentos, un símbolo con un carácter pragmático<sup>88</sup> que recogía, en lenguaje iconográfico y convencional, las aspiraciones políticas o la identidad de la ciudad, entendida como una individualidad colectiva<sup>89</sup>.

---

“O mito de Hercules: Etimología e recuperão no tempo antiguo na historiografía medieval hispánica”, *Humanitas*, 47 (1995), p. 671-684; José Luis Senra Gabriel y Galán, “Hércules vs Cristo. Una posible simbiosis iconográfica en el románico hispánico”, *Quintana*, 1 (2002), p. 275-283; y Kirk Ambrose, “Samson, ¿Davix or Hercules? Ambiguous identities in some Romanesque Lion-Fighter Sculptures”, *Konsthistorisk tidskrift*, 3 (2005), p. 131-147.

<sup>84</sup> Ana Domínguez Rodríguez, “Hércules en la miniatura de Alfonso X el Sabio”, *Anales de Historia del Arte*, 1 (1989), p. 96.

<sup>85</sup> Biblioteca del Real Monasterio de El Escorial (San Lorenzo de El Escorial, Madrid) – MSS., Y. 1. 2, f. 4r.

<sup>86</sup> Adolfo de Castro, *Historia de Cádiz...*, cit., p. 85.

<sup>87</sup> M<sup>a</sup> del Carmen Carlé, *El Concejo medieval castellano-leonés*, Buenos Aires, Instituto de Historia de España, 1968, p. 98.

<sup>88</sup> Rafael Cómez Ramos, *Imagen y símbolo en la Edad Media andaluza*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1990, p. 2-3.

<sup>89</sup> Antony Black, “The individual and society” en J. H. Burns (ed.), *The Cambridge history of medieval political thought c. 350- c. 1450*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988, p. 603.

# O corso francês contra a Carreira da Índia na primeira metade do século XVI

## French privateering and the *Carreira da Índia* in the first half of the sixteenth century

MARCO OLIVEIRA BORGES  
Universidade de Lisboa, Centro de História  
[marcoliveiraborges@gmail.com](mailto:marcoliveiraborges@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-1547-4554>

Texto recebido em / Text submitted on: 22/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 18/05/2021

### *Abstract*

This article analyses French privateering in relation with the carreira da Índia, in the first half of the sixteenth-century. Deriving its argument from a wide array of differing sources, it is shown that Portuguese vessels sailing from India were a primary target for the French, in a scope not always fully grasped by traditional historiography. In fact, long before the 1580s, Portuguese ships loaded with spices faced an organized network of enemies, which acted on intelligence collected by espionage networks operating within Portugal.

Keywords: French privateering; *Carreira da Índia*; Spices.

### *Resumo*

Neste artigo é feita uma análise do corso francês contra a carreira da Índia na primeira metade do século XVI. Com base no estudo de documentação diversa, comprova-se que os navios portugueses vindos da Índia foram um alvo central dos franceses e que o assunto é muito mais complexo do que aquilo que tem sido perspetivado pela historiografia tradicional. De facto, muito antes da década de 1580, já os navios portugueses carregados de especiarias enfrentaram uma rede organizada de inimigos e que, a fim de recolher informação para melhor atuar, também envolviam espionagem em Portugal.

Palavras-chave: Corso francês; Carreira da Índia; Especiarias.

## Introdução

O corso francês contra a navegação portuguesa<sup>1</sup>, na primeira metade do século XVI, foi estudado por Ana Maria Pereira Ferreira. Apenas para uma curta cronologia de trinta anos, entre 1508 e 1538, a investigadora apresentou um total alarmante de 423 roubos franceses a navios portugueses, abarcando uma geografia bastante diversa: Cabo Verde, Canárias, Madeira, Açores, costa africana, Terra Nova, Brasil, Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Irlanda, Flandres, etc.<sup>2</sup>.

No exemplo concreto da carreira da Índia, à exceção de alguns estudos de caso e do corso neerlandês, abrangendo uma cronologia que vai de 1595 a 1625<sup>3</sup>, faltam investigações aprofundadas sobre o tema. Por conseguinte, isso faz com que não se possa tecer com grande segurança qualquer tipo de interpretação sobre o assunto para a centúria quinhentista e parte da seguinte. Em todo o caso, a historiografia tradicional tem avançado que só a partir da década de 1580 é que o corso passou a ser um problema sério para a carreira da Índia, através das ações inglesas, e que, até aí, o número de navios tomados havia sido insignificante.

Seguindo esta perspetiva, Vitorino Magalhães Godinho referiu que o corso contra os navios vindos da Ásia apenas havia começado a ter grande relevo na década de 1580, período em que as ameaças encastelaram-se. Assim, havia sido por essa altura que surgiram “verdadeiras esquadras de guerra” organizadas, tendo estas substituído “os corsários isolados”<sup>4</sup>.

A mesma linha de pensamento foi veiculada por André Murteira: “foi só na década de 80 do século XVI que a navegação da Carreira principiou a ser afetada seriamente pelo corso, na sequência da guerra anglo-hispânica de 1585-1604”<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão revista e corrigida de uma parte de uma tese de doutoramento intitulada *O trajecto final da Carreira da Índia na torna-viagem (1500-1640). Problemas da navegação entre os Açores e Lisboa: ações e reações*, 2 vols., Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2020.

<sup>2</sup> Ana Maria Pereira Ferreira, *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Cascais, Patrimónia, 1995, p. 349-365. Porém, a esse número é preciso subtrair o assalto de Mondragón, já que este seria da Biscaia e não um assaltante francês (cf. Andreia Martins de Carvalho e Pedro Pinto, “Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII”, *Anais de História de Além-Mar*, 13 (2012), p. 221-331).

<sup>3</sup> André Murteira, *A carreira da Índia e o corso neerlandês, 1595-1625*, Lisboa, Tribuna da História, 2012; e *A navegação portuguesa na Ásia e na rota do Cabo e o corso neerlandês, 1595-1625*, Tese de Doutoramento em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2016.

<sup>4</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a economia mundial*, 2.ª ed. corr. e ampl., vol. III, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 48.

<sup>5</sup> André Murteira, *A carreira...*, cit., p. 47.

Luís Falcão Fonseca, desvalorizando a ameaça francesa, referiu que, até à Monarquia Hispânica, o principal perigo provinha das dificuldades da própria navegação entre Lisboa e a Índia e vice-versa. Neste seguimento, “as esporádicas incursões francesas no Atlântico, normalmente limitadas à Guiné e ao Brasil, podiam cruzar-se, mas dificilmente defrontar-se, com os navios da carreira da Índia”<sup>6</sup>.

Por sua vez, Saturnino Monteiro admitiu que os navios franceses, pelo seu alegado menor porte, não estavam em condições de rivalizar com as grandes naus retornadas do Índico. Neste sentido, os corsários franceses dedicavam-se, num contexto geral, ao ataque de embarcações de menores dimensões e de pouco valor comercial, caso das que navegavam na costa do Brasil ou nas proximidades da ilha da Madeira<sup>7</sup>.

Explorando sobretudo o universo estatístico e o movimento de navios pela rota do Cabo, Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso e António Lopes escreveram que, “nos mares, a concorrência das potências do noroeste europeu” só surgiu de forma organizada a partir da década de 1580. Neste contexto, defenderam que, antes de 1585, foram raros os ataques a naus da Índia, ainda que, nesses casos, a origem dos atacantes fosse normalmente francesa. Segundo os mesmos autores, foi com o advento da Monarquia Hispânica e a conveniente identificação de interesses entre as duas Coroas ibéricas que os navios vindos da Ásia “passaram a merecer o mesmo tipo de tratamento que antes era reservado quase em exclusivo aos galeões espanhóis”<sup>8</sup>.

Por seu turno, Francisco Contente Domingues também desvalorizou os ataques contra a carreira da Índia, tendo referido que as perdas portuguesas no século XVI devido a investidas inimigas eram “simplesmente despiciendas”<sup>9</sup>.

Apesar destas perspetivas, muito focadas em dados estatísticos que nem sempre são vistos com a devida cautela, é preciso ter presente que, entre um total de 219 perdas de navios da carreira da Índia que se conhecem para um período entre 1497 e 1650 (ida e volta), não se sabe a causa da perda de 84.

<sup>6</sup> Luís Falcão Fonseca, *Guerra e navegação a remos no Mar Oceano. As galés na política naval hispânica (1550-1604)*, Tese de Doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2012, p. 22.

<sup>7</sup> Saturnino Monteiro, *Batalhas e combates da marinha portuguesa*, vol. II, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991, p. 11.

<sup>8</sup> Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso e António Lopes, *Naufrágios e outras perdas da «Carreira da Índia»*. Séculos XVI e XVII, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação, 1998, p. 169-170.

<sup>9</sup> Francisco Contente Domingues, “A carreira da Índia. Percursos comparativos de uma empresa marítima” in Amândio Barros (coord.), *Os descobrimentos e as origens da convergência global*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 2015, p. 118.

Ora, este número representa, nada mais nada menos, 38,4% desse total de perdas, valor que atinge a percentagem mais alta nas categorias de perda<sup>10</sup>. Logo, é perfeitamente possível que algumas dessas perdas incluídas na categoria de causa desconhecida, a qual tem sido bastante subestimada, possam estar relacionadas com ataques inimigos, havendo que averiguar o assunto.

Neste sentido, ao longo deste artigo discutiremos se o corso francês foi, efetivamente, algo secundário, ou se, por outro lado, foi mais alarmante e complexo do que aquilo que se julga, tendo ou não causado sérios problemas aos navios da carreira da Índia.

## 1. O corso francês: algumas intenções e movimentações

No reinado de Luís XII (1498-1515) já existiam planos para se tomar naus vindas da Índia, algo que se veio a intensificar com Francisco I (1515-1547). Logo em 1512, Jean Ango e outros franceses poderosos já atenuavam as dificuldades em chegar aos novos mercados ultramarinos e de poderem ter algum lucro direto ao organizarem cercos às naus portuguesas<sup>11</sup>. Porém, a primeira notícia de uma expedição organizada para atacar navios da carreira da Índia surge associada a escoceses, ainda que tendo envolvido França. Em 1513, o corsário escocês João Bretão, fazendo-se valer de uma carta de marca, estava a armar uma nau de 300 tonéis no porto francês de Honfleur, tendo como intenção ir esperar os navios vindos da Índia e da Mina<sup>12</sup>.

Contudo, é preciso ter em conta que Portugal não era um alvo exclusivo das depredações em curso, pois os corsários franceses atacavam igualmente a navegação castelhana. Esta situação, aliás, era estimulada pelo repetido estado de guerra entre Castela e França desde o último quartel quatrocentista<sup>13</sup>. Mas no que respeita a Portugal, a política externa francesa, ainda que não houvesse uma guerra aberta com os portugueses, apoiava-se numa estratégia que visava

<sup>10</sup> Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso, António Lopes, *Naufrágios...*, cit., p. 115-116.

<sup>11</sup> Michel Mollat, *Le commerce maritime normand à la fin du Moyen Age*, Paris, Librairie Plon, 1952, p. 500; Ana Maria Pereira Ferreira, *Problemas...*, cit., p. 239.

<sup>12</sup> Mário Brandão, *O processo na Inquisição do Mestre João da Costa*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1944, p. 280.

<sup>13</sup> João Paulo Oliveira e Costa, “Portugal e França no século XVI. Aliados tácticos na Europa e rivais discretos no Atlântico” in Avelino de Freitas de Meneses e João Paulo Oliveira e Costa (coord.), *O Reino, as ilhas e o Mar Oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, vol. II, Lisboa; Ponta Delgada, Centro de História de Além-Mar; Universidade dos Açores, 2007, p. 431.

quebrar a influência lusa na navegação e no comércio ultramarino, acabando por prejudicar igualmente a passagem de mercadorias para a Flandres<sup>14</sup>.

Perante um cenário complexo e com vários ataques corsários pelo Atlântico, é natural que as naus da carreira da Índia tenham sido alvo de procura e perseguidas pelos franceses, podendo algumas ter sido apresadas sem que se tenha conhecimento. Note-se que, para além do desconhecimento sobre o local e razão de perda de diversos navios, em muitos casos não se sabe se retornaram ao Reino. Para 1523, por exemplo, não tem sido contabilizada a chegada de naus da Índia a Lisboa<sup>15</sup>. No entanto, pelo menos duas aportaram na capital em inícios de agosto. A informação foi escrita a 19 de outubro por Juan de Zuñiga, embaixador de Castela em Portugal. Todavia, Zuñiga indicou que outras três que tinham partido da Índia, anteriormente àquelas duas, não haviam chegado até então e que já não eram esperadas até à primavera seguinte<sup>16</sup>.

## 2. Um ataque de Jean Florin (1523)

Vejamos um assalto ocorrido em 1523. Depois do ataque de Mondragón, sucedido em 1508<sup>17</sup>, é precisamente para 1523, em dia e mês desconhecidos, que temos informação sobre outro assalto a uma nau que retornava da Índia. O Estreito de Gibraltar foi o local onde ocorreu o ataque, tendo este sido perpetrado por corsários normandos. O capitão da armada atacante foi Jean Florin, que trabalhava para o famoso armador normando Jean Ango, tendo a presa ascendido aos 180.000 ducados<sup>18</sup>. Face ao local da ocorrência, é de crer que a nau portuguesa viesse rumo à costa algarvia, por vir em dificuldades ou para exercer transações ilegais, e, entretanto, tenha sido surpreendida e capturada pelos atacantes quando tentava escapar em direção ao Estreito de Gibraltar<sup>19</sup>. Por

<sup>14</sup> Maria Margarida Ribeiro Garcez da Silva, *João da Silveira. Diplomata português do século XVI*, Dissertação de Licenciatura em História, vol. I, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1974, p. 27-28 e 56.

<sup>15</sup> Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso e António Lopes, *As armadas da Índia, 1497-1835*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, p. 101-102.

<sup>16</sup> Archivo General de Simancas (=AGS), *Estado*, 367-97; pub. Maria Margarida Ribeiro Garcez da Silva, *João da Silveira...*, cit., vol. II, p. 49.

<sup>17</sup> Andreia Martins de Carvalho e Pedro Pinto, “Da caça...”, cit., p. 221-331.

<sup>18</sup> Eugène Guénin, *Ango et ses pilots. D'apres des documents inédits tires des Archives de France, de Portugal et d'Espagne*, Paris, Librairie Maurice Preudhomme, 1901, p. 33; AGS, *Estado*, 368-21; apud Ana Maria Pereira Ferreira, *Problemas...*, cit., p. 352 e 367.

<sup>19</sup> Sobre a passagem dos navios da carreira da Índia pelo Algarve e o consequente descaminho e contrabando de mercadorias, cf. Marco Oliveira Borges, *O trajecto...*, cit., vol. I, p. 581-585.

saber fica se estamos apenas perante um caso de assalto ou se o navio também foi tomado. Isto é bastante importante, visto que a não compreensão deste tipo de casos pode levar a interpretações que distorçam o problema do corso contra a carreira da Índia, especialmente quando as abordagens são focadas apenas no resultado de quantificações baseadas na perda efetiva dos navios.

Há um outro aspecto muito importante que importa aduzir: quando os navios e mercadorias roubadas por franceses não rumavam a França, isto para se tentar evitar os espiões ao serviço de Portugal e os consequentes processos judiciais levantados pelos portugueses, poderiam ser levados para a Escócia ou a Dinamarca, algo que era conhecido dos portugueses antes de 1523<sup>20</sup>. Neste sentido, o trabalho dos espiões que corriam os portos franceses poderá ter sido por diversas vezes contornado.

### **3. O ataque à nau *Madalena* (1524)**

Logo no ano seguinte, outra nau da Índia foi tomada de assalto, acabando 1524 por ser um ano em que há registo de – pelo menos – mais 38 navios portugueses terem sido atacados por corsários franceses dentro e fora de águas reinóis<sup>21</sup>. Segundo os dados fornecidos por Zuñiga, que não indica a data e o local do ataque, a informação sobre a tomada da nau da Índia, que acabaria por aportar em Lisboa a 12 de julho, chegou a Évora no dia 14, onde estava a Corte<sup>22</sup>. Ali foi decidido que se enviassem informações para Lisboa, de modo a que se embargassem todas as mercadorias de franceses que fossem levadas à cidade ou a outras partes da comarca. Por outro lado, havia vontade de que os franceses encontrados fossem presos, mas o facto de que o embaixador João da Silveira, uma vez a desempenhar funções em França, estava numa situação bastante complicada e podia ser alvo de represálias, acabou por abrandar os intentos de Portugal. Contudo, naquele mesmo dia 14 também se prepararam cartas para enviar ao imperador Carlos V e a França<sup>23</sup>.

<sup>20</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo (=ANTT), *Corpo Cronológico*, pt. I, mç. 29, n.º 29; pub. Ruy de Albuquerque, *As represálias. Estudo de história do Direito português (sécs. XV e XVI)*, vol. II, Lisboa, [s.n.], 1972, p. 1275; Maria Margarida Ribeiro Garcez da Silva, *João da Silveira...*, cit., vol. II, p. 38.

<sup>21</sup> *Liuro dos Roubos que os Franceses e Vasalos del Rej de França fezeram aos Moradores desta Vila da Guimarães e seu Termo*. Ed. e proem. de Alfredo Pimenta, Guimarães, Arquivo Municipal de Guimarães, 1940, p. VII-VIII; Ana Maria Pereira Ferreira, *Problemas...*, cit., p. 353-354.

<sup>22</sup> AGS, *Estado*, 367-125; pub. Maria Margarida Ribeiro Garcez da Silva, *João da Silveira...*, cit., vol. II, p. 65.

<sup>23</sup> AGS, *Estado*, 367-125; pub. Maria Margarida Ribeiro Garcez da Silva, *João da Silveira...*, cit., vol. II, p. 65.

Fica por aprofundar o assunto com base em fontes castelhanas, até mesmo com recurso à documentação francesa, mas uma fonte portuguesa indica igualmente um assalto a uma nau da Índia em 1524. O caso é conhecido através de um rol de queixas de 1532, no âmbito de uma inquirição mandada levantar por D. João III. A fonte em questão sumaria os roubos perpetrados por franceses e vassalos do rei de França, entre 1513 e 1530, aos moradores da vila de Guimarães e de seu termo<sup>24</sup>.

Quanto ao assalto à nau vindia da Ásia, o acontecimento foi dado a conhecer por um prior do mosteiro de S. Domingos de Guimarães que passou a escrito as indicações de fr. João de Guimarães, sendo que este último vinha embarcado na nau atacada e que era capitaneada por Job Queimado. O ataque havia ocorrido em junho ou julho, algures entre a ilha da Madeira e o cabo de S. Vicente, sendo que o navio atacante era de franceses da armada de Francisco I, tendo roubado “os que vinham na dita não de todo o que traziam”<sup>25</sup>. Fr. João de Guimarães perdeu 2.000 cruzados em dinheiro, ouro e prata, bem como muita roupa vindas da Índia. Se num primeiro momento é referido que durante a tomada não houve maus-tratos e mortes, mais adiante refere-se que Guimarães foi levado no navio francês, tendo sido mal tratado e largado numa terra deserta. Ainda assim, o frade vimaranense conseguiu salvar-se e, não sabendo como, alcançar a cidade de Lisboa. Apesar de não existirem dúvidas de que se estava perante um ataque de franceses, não foi indicada a origem dos assaltantes, acrescendo que o local onde foi armado o navio agressor e o nome da nau portuguesa também ficaram incógnitos<sup>26</sup>.

Parece que este caso tratou-se somente de um ataque com o consequente saque dos bens que vinham a bordo, não se tendo perdido o navio para os assaltantes. Note-se que, mais adiante, é referido que fr. João de Guimarães, depois de ter sido questionado, em Lisboa, e não sabendo os nomes dos outros tripulantes, excetuando o de Job Queimado, argumentou que essa lacuna poderia ser colmatada com o testemunho do próprio capitão e, já na Casa da Índia, com a consulta do livro da descarga da dita nau e com os autos de prisão e livramento de Queimado<sup>27</sup>. Assim, tendo havido descarga na capital, parte da mercadoria que a nau transportava não foi roubada. É verdade que, pelo facto de Job Queimado não vir referido como capitão de armada que partiu

<sup>24</sup> *Liuro dos roubos...*, cit., p. VI, VIII, XIV-XV e 42-43; Ana Maria Pereira Ferreira, *Problemas...*, cit., p. 303, n. 123.

<sup>25</sup> *Liuro dos roubos...*, cit., p. 42.

<sup>26</sup> *Liuro dos roubos...*, cit., p. 42-43.

<sup>27</sup> *Liuro dos roubos...*, cit., p. 43.

para a Índia em anos anteriores<sup>28</sup>, poderíamos ser levados a pensar que pudesse haver alguma confusão e este assalto dissesse respeito ao que ocorreu em 1508, executado por Mondragón. Porém, a distância cronológica entre os dois e a referência à descarga da nau da Índia em Lisboa mostram que se está perante um caso distinto.

O assunto termina referindo-se que os priores do dito mosteiro não se deslocaram a França, nem enviaram pessoas para que requeressem justiça do assalto, visto que naquele Reino “se nam faz justiça de semelhantes roubos”<sup>29</sup>.

Dois documentos de 1538 atestam, parcialmente, as informações de fr. João de Guimarães, colhendo-se ainda diversos dados complementares e até divergentes. Algumas testemunhas do assalto indicaram que a nau, que tinha como nome *Madalena*<sup>30</sup>, foi atacada em finais de junho de 1524, a 80 ou 100 léguas ao largo de Aveiro. Além disso, referiram que os agressores haviam sido 2 galeões do almirante de França, que vinham em conserva de uma armada liderada por Jean Florin<sup>31</sup>. A nau, que chega a ser referida como pertencendo a diferentes armadores, era pilotada por João Fernandes e capitaneada por Diogo Calvo. Após o ataque, os franceses rumaram a Brest, sendo que ao capitão da fortaleza desta vila, a mando do almirante francês, foi entregue a maior parte do roubo. As vítimas alegaram o seguinte roubo: 300 quintais de cravo, 300 de seda, 50 de “retros torcido”, 3.000 cruzados em porcelana, 3 quintais de almíscar em pó, ouro e prata no valor de 6.000 cruzados, 10.000 cruzados em aljôfar e pedraria, 12.000 cruzados em damascos e tafetás, 12.000 cruzados em anéis de ouro, braceletes e outras joias de ouro com pedraria, uma pérola avaliada em 2.000 cruzados, muitos cofres dourados e outras mercadorias da China que valiam 15.000 cruzados<sup>32</sup>.

Presume-se que a *Madalena* viesse a ser perseguida – provavelmente desde os Açores – quando foi atacada. Desta investida resultou apenas o assalto, sendo que o navio, pelos dados fornecidos, alcançou Lisboa, o que ajuda a confirmar as indicações de fr. João de Guimarães. Este último também vem referido em 1538, tendo sido indicado como uma de duas pessoas que foi levada pelos franceses até Brest<sup>33</sup>, situação que entra em contradição com as indicações de 1532, que diziam que o frade havia sido abandonado numa terra deserta.

<sup>28</sup> Cf. *Relações da carreira da Índia. Navios da carreira da Índia (1497-1653)*, códice anônimo da British Library. Governadores da Índia, pelo Pe. Manuel Xavier, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 18-22.

<sup>29</sup> *Liuro dos roubos...*, cit., p. 43.

<sup>30</sup> Na documentação é referida como Madanelha.

<sup>31</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. II, mç. 219, n.º 39; mç. 220, n.º 52.

<sup>32</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. II, mç. 219, n.º 39.

<sup>33</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. II, mç. 219, n.º 39.

Vejamos outras incoerências entre o rol de queixas de 1532 e os documentos de 1538. Baseado no testemunho recolhido do fraude de Guimarães, o ataque havia sido levado a cabo apenas por um navio francês, algures entre a Madeira e o cabo de S. Vicente, enquanto que os documentos de 1538 indicam que foram dois navios agressores e que o acontecimento teve lugar a 80 ou a 100 léguas da costa de Aveiro. Por outro lado, nestes dois últimos documentos, se vimos que a nau *Madalena* chega a ser indicada como pertencendo a diferentes armadores, a verdade é que também é apontada como sendo de D. Nuno Manuel. Além destas contradições, e como foi referido com base nos documentos de 1538, a nau tinha como capitão Diogo Calvo<sup>34</sup>, pelo que a informação entra em antinomia com o conteúdo do rol de queixas de 1532, que dá Job Queimado como capitão. É possível que, algures durante a viagem, tenha havido uma troca de capitão. Apesar de algumas contradições pudessem sugerir que estávamos perante dois ataques distintos ocorridos em 1524, note-se que o fraude de Guimaraes é indicado como estando a bordo tanto no rol de queixas de 1532 como na documentação de 1538, o que prova que se estava apenas perante um navio atacado.

Numa petição presente numa compilação de documentos de 1539, surge novamente a referência ao ataque à *Madalena*. Feita pelas vítimas e seus familiares, a fim de que os bens roubados pelos franceses fossem restituídos, surgem alguns aspectos complementares e contraditórios relativamente ao que já vimos. Nesse documento é indicado que D. Nuno Manuel, senhor de Salvaterra, e D. Álvaro Peres tinham armado aquela nau para fazer comércio na Índia e outras partes remotas. O capitão havia sido Diogo Calvo e o piloto João Fernandes<sup>35</sup>. Após ter comerciado na Índia, a nau retornou ao Reino com uma carga cujo valor ascendia a 400.000 ducados de ouro: pimenta, canela, veludo, seda, porcelana decorada, almíscar, várias peças de ouro e prata, pérolas de aljôfar, pedras preciosas (diamantes, rubis, esmeraldas, safiras, etc.), um cofre de ouro, várias peças da China, tecidos de Siracusa, tafetás de Bengala, ouro de Jocália, anéis de ouro com incrustações de pedras preciosas, benjoim, âmbar e outras coisas<sup>36</sup>.

Acontece que, em agosto de 1524, estando a 80 léguas da costa portuguesa, a nau foi tomada – segundo a petição – por uma armada francesa e conduzida ao porto de Brest, no ducado da Bretanha, onde foi espoliada. Os homens

<sup>34</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. II, mç. 220, n.º 52.

<sup>35</sup> As gavetas da Torre do Tombo, t. V, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1965, p. 649 e 652.

<sup>36</sup> As gavetas..., cit., vol. V, p. 650.

envolvidos na captura da nau foram João Fama, capitão da nau *Salamandra*, cujo contramestre era Carlos Pontenim, morador em Dieppe, e Jean Florin, capitão-mor de uma armada de vários navios aprestada à custa do almirante francês e de Jean Ango. Eis os 6 navios que são indicados: a nau *Maria*, propriedade e capitaneada por João Bom, a nau *Lingoteia*, capitaneada por Guilherme Gondim, o galeão *Le Papa*, ou *Citara*, e as naus *Serpens* e *Pitipanca*. Por fim, a nau *Salamandra* fora armada por Jean Ango, seu proprietário<sup>37</sup>. Todavia, a armada não seria de 6, mas sim de 8 navios, já que, em 1524, Jean Florin saiu de Dieppe igualmente na companhia de *L'Espagnole* e *Le Dragon*. Apenas nesse ano, agindo periodicamente em distintas áreas, esta armada capturou mais de 30 navios ibéricos<sup>38</sup>.

Mas voltando à dita petição, alguns dos culpados pelo referido assalto já estavam mortos em 1539, pelo que a lista dos implicados indica não só os responsáveis pelo ato, mas também os seus herdeiros. Assim, entre os envolvidos, direta ou indiretamente, estavam Jean Ango, Carlos Pontenim, Pedro Vinet e Luís Barbet, mercadores de La Rochelle, André Chapeiron, capitão da Torre Pequena de La Chaine, em La Rochelle, Pedro Ricardo, morador em Tours, João Fama, nas pessoas dos seus herdeiros por já ter falecido, mestre Guilherme Berguer, doutor em Medicina, e Pedro Alberto, chamado *Le Gram Pierre*, igualmente nas pessoas dos seus herdeiros<sup>39</sup>.

Muito embora certas contradições vistas nas fontes, e se tenha chegado a referir que duas naus vindas da Índia tinham sido assaltadas por franceses em 1524<sup>40</sup>, os dados conhecidos, sobretudo alusivos a fr. João de Guimarães e às testemunhas envolvidas, confirmam que se estava apenas perante um ataque. Contudo, tal não significa que outra nau vinda da Índia não tivesse sido assaltada naquele ano, mas quando se alude à *Madalena*, ou *Santa Maria Madalena*, tem de se ter em conta que era apenas um navio. Conduzida a Brest, onde foi espoliada, a nau acabaria por ser libertada, chegando a alcançar Lisboa.

Por fim, numa carta de 1525, que deverá ser de janeiro, D. João III alude a uma nau da Índia que havia sido assaltada por franceses, naquilo que será uma alusão à *Madalena*. Além disso, refere as medidas postas em prática nos portos gauleses para que as justiças locais embargassem as mercadorias roubadas<sup>41</sup>.

<sup>37</sup> *As gavetas...*, cit., vol. V, p. 650-651.

<sup>38</sup> Michel Mollat, *Le commerce...*, cit., p. 501-502.

<sup>39</sup> *As gavetas...*, cit., vol. V, p. 649-651.

<sup>40</sup> Michel Mollat, *Le commerce...*, cit., p. 502; Maria Margarida Ribeiro Garcez da Silva, *João da Silveira...*, cit., vol. II, quadro.

<sup>41</sup> ANTT, *Cartas Missivas*, mç. 4, n.º 452; pub. Maria Margarida Ribeiro Garcez da Silva, *João da Silveira...*, cit., vol. II, p. 76.

#### **4. O ataque à nau *Santa Catarina do Monte Sinai* (1525)**

Gaspar Correia e fr. Luís de Sousa, aludindo a 1525, indicam que um navio da carreira da Índia foi assaltado neste ano. O alvo foi a nau de D. Luís de Meneses, a *Santa Catarina do Monte Sinai*, que havia partido de Cochim em janeiro. Vinha em conserva da nau *São Jorge*, esta última trazendo D. Duarte de Meneses, seu irmão, e da nau de Duarte Tristão, transportando os filhos do vice-rei da Índia<sup>42</sup>. Após uma tormenta e de se ter apartado durante a torna-viagem, Gaspar Correia e fr. Luís de Sousa contam que a *Santa Catarina do Monte Sinai* chegou à costa portuguesa a meter muita água, tendo pedido ajuda a um navio francês que avistou. Em vez de prestarem auxílio, os franceses aproveitaram a situação, apoderaram-se da nau, saquearam o que conseguiram, puseram-lhe “fogo e a fizeram arder com tudo e com todos os que dentro vinham”<sup>43</sup>, não deixando “cousa viva porque nom fosse sabido”<sup>44</sup>.

D. João III, passados dois anos, e vendo como o capitão português não chegava, ordenou que Diogo Pereira levasse dois navios para correr a costa desde o cabo da Boa Esperança até ao cabo das Correntes, e daí à ilha de São Lourenço, a ver se havia novas de D. Luís de Meneses e de João Melo da Silva<sup>45</sup>. Porém, há muito que o assalto havia ocorrido sem que se tivesse conhecimento disso, pelo que sempre se pensou que a nau havia naufragado com uma tormenta.

De qualquer modo, Gaspar Correia conta que passado muito tempo após o assalto “morreo em hum lugar de França hum piloto português que lá andaua, e deixou em seu testamento que dessem a ElRey de Portugal seis mil cruzados, de que lhe era em cargo de certa fazenda que ouvera da nao de dom Luiz que vinha da India; o que nom declarou por maneyra que ElRey o podesse demandar a França”<sup>46</sup>. Contudo, prossegue o cronista, em 1536 – Fr. Luís de Sousa refere 1538<sup>47</sup> – os portugueses ficaram a saber o que realmente havia acontecido à nau de D. Luís de Meneses. É que, por esta altura, Diogo da Silveira servia como capitão-mor da armada da costa quando se aprisionou uma nau de corsários franceses cuja tripulação forneceu importantes informações. Para se tentar salvar, parte dos homens referiram a Diogo da Silveira que o capitão do navio

<sup>42</sup> Gaspar Correia, *Lendas da Índia*. Introd. e rev. de M. Lopes de Almeida, vol. II, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1975, p. 853-855; Fr. Luís de Sousa, *Anais de D. João III*. Pref. e notas de M. Rodrigues Lapa, vol. I, liv. III, cap. I, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1951, p. 191-193.

<sup>43</sup> Fr. Luís de Sousa, *Anais...*, cit., vol. I, liv. III, cap. I, p. 191-193.

<sup>44</sup> Gaspar Correia, *Lendas...*, cit., vol. II, p. 855.

<sup>45</sup> Fr. Luís de Sousa, *Anais...*, cit., vol. II, liv. IV, cap. I, p. 2.

<sup>46</sup> Gaspar Correia, *Lendas...*, cit., vol. II, p. 855.

<sup>47</sup> Fr. Luís de Sousa, *Anais...*, cit., vol. I, liv. III, cap. I, p. 193.

francês então apresado havia estado envolvido, mais de dez anos antes, no ataque à nau de D. Luís de Meneses, sendo inclusive irmão do capitão do navio atacante desse ano de 1525. O corsário foi sujeito a interrogatório, confessando o assalto e referindo que a nau portuguesa vinha a meter muita água e que acabou por se render. A vingança foi inevitável. Diogo da Silveira ordenou que se tomasse da nau francesa tudo o que era aproveitável, mandando cortar as mãos a todos os franceses, que acabariam por ser queimados vivos<sup>48</sup>.

É verdade que os acontecimentos podem não ter ocorrido exatamente como a cronística refere, sendo que chegou a ser posta em causa a veracidade do ataque<sup>49</sup>, mas não sabemos o que se passou com diversos navios da carreira da Índia que, ao longo do tempo, não chegaram a Lisboa. Assim, como se tem vindo a enfatizar, alguns poderão ter sido tomados ou afundados por corsários sem que isso tenha chegado a ser conhecido. Este caso de 1525 aponta nesse sentido, valendo, até ao presente, os testemunhos de Gaspar Correia e de fr. Luís de Sousa.

Na rotineira depredação que acontecia entre portugueses e franceses, muitos navios eram metidos no fundo, ação que era acompanhada da morte das tripulações, precisamente para se evitar testemunhas. Foi o próprio Jean Ango a referir que, se os seus corsários encontrassem navios portugueses ricamente carregados, tomariam todas as mercadorias e os meteriam no fundo juntamente com os embarcados<sup>50</sup>.

## 5. Navios franceses no corso

Os três ataques franceses a naus da Índia indicados até ao momento, tendo ocorrido em anos consecutivos (1523, 1524 e 1525), mostram que, afinal, o problema do corso contra os navios vindos da Ásia é muito mais sério do que tem sido perspetivado pela historiografia, que chegou a indicar que o menor porte dos navios gauleses fazia com que fosse difícil tomar um navio da carreira

<sup>48</sup> Gaspar Correia, *Lendas...*, cit., vol. II, p. 855; Fr. Luís de Sousa, *Anais...*, cit., vol. I, liv. III, cap. I, p. 193.

<sup>49</sup> José Virgílio Pissarra, “A nau Santa Catarina do Monte Sinai. 1516-1525”, comunicação apresentada na Academia de Marinha (16/02/2016). Inversamente, sobre os autores que seguiram as versões de Gaspar Correia e fr. Luís de Sousa, cf. Ignacio da Costa Quintella, *Annaes da Marinha Portugueza*, t. I, Lisboa, Na Typographia da Mesma Academia, 1839, p. 377-378 e 383; Saturnino Monteiro, *Batalhas...*, cit., vol. II, p. 11; Ana Maria Pereira Ferreira, *Problemas...*, cit., p. 355; Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso e António Lopes, *Naufrágios...*, cit., p. 199, e *As armadas...*, cit., p. 103.

<sup>50</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. III, mç. 14, n.º 37; pub. Manuel Alberto Carvalho Vicente, *Le Madagáscar et le Portugal (1521-1557)*, Lisboa, CLEPUL, 2014, p. 251.

da Índia. Todavia, qual era a tonelagem dos navios franceses que andavam ao corso e, mais especificamente, daqueles que haviam atacado as naus da Índia? Por outro lado, qual a composição e tipologia das armadas francesas preparadas para atacar a navegação ibérica?

Michel Mollat mostrou que, na maior parte do tempo, os navios de Jean Ango operavam em grupo, formando armadas que variavam entre 5 a 12 navios<sup>51</sup>. Diversos documentos que estudámos atestam esses números.

Se vimos que em 1513, no porto de Honfleur, João Bretão estava a armar uma nau de 300 tonéis, tendo como intenção ir esperar os navios vindos da Índia e da Mina, dez anos volvidos Jean Florin liderava uma armada corsária de 8 unidades que teve êxito contra navios ibéricos, sendo que o navio almirante, *Le Dieppe*, tinha 300 tonéis<sup>52</sup>. No ano seguinte, conforme indicámos, a armada sob comando de Florin era igualmente de 8 navios<sup>53</sup>.

Um caso bastante curioso ocorreu em abril de 1528, quando 3 naus francesas bem armadas foram embargadas junto à torre de Belém, por se suspeitar que fossem de corsários e que se tinham deslocado ao Tejo para recolher informações. Haviam partido de França na companhia de outras 3, suspeitando-se que aquelas naus presas no Tejo, uns dias antes, tivessem praticado atos corsários nas Berlengas<sup>54</sup>. Em finais de junho deste mesmo ano, 12 navios de franceses andavam pelas Berlengas, 6 pertencendo ao vice-almirante da Bretanha e 6 de corsários, tendo tomado, até essa altura, 4 ou 5 navios portugueses<sup>55</sup>.

São diversos os casos que se colhem na documentação e que poderiam ser explorados. Em agosto de 1531, D. António de Ataíde informava que João Vaz havia recolhido informações nos portos franceses que davam conta do aprestamento de 25 ou 30 navios à custa de Jean Ango, sendo ainda de acrescentar os próprios navios desse armador e diversos outros da Bretanha<sup>56</sup>. Algures no mesmo ano, D. António de Ataíde revelou que 10 naus de França chegaram a estar nos Açores à espera das naus da Índia<sup>57</sup>.

Chegados a 1540, o espião português João Fernandes Pacheco deu conta a D. João III de que uma armada francesa estava em preparação junto a Rouen,

<sup>51</sup> Michel Mollat, *Le commerce...*, cit., p. 502.

<sup>52</sup> Charles de La Roncière, *Histoire de la marine française*, t. III – *Les guerres d'Italie. Liberté des mers*, Paris, Plon-Nourrit, 1906, p. 249.

<sup>53</sup> *As gavetas...*, cit., vol. V, p. 650-651; Michel Mollat, *Le commerce...*, cit., p. 501-502.

<sup>54</sup> *As gavetas...*, cit., vol. X, p. 135-139.

<sup>55</sup> AGS, *Estado*, 368-154.

<sup>56</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. I, mç. 47, n.º 37.

<sup>57</sup> *Coleção de São Lourenço*. Pref. e notas de Elaine Sanceau, t. I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973, p. 248.

sendo composta por 5 navios: uma nau de 320 tonéis, outra de 180, uma de 90 ou 100 tonéis, acrescendo ainda duas naus de 200 tonéis pertencentes a mercadores<sup>58</sup>. Por carta de 1557, D. Luís de Ataíde indicou que uma frota de 30 navios corsários franceses andava ao largo de Peniche e das Berlengas, sendo que c. 10 naus grossas incorporavam esse grupo, enquanto que o resto dos navios era de menores dimensões<sup>59</sup>.

É certo que a tonelagem das naus da Índia, por norma, era algo superior aos navios de corsários que vimos, mas é preciso ter em conta vários aspectos que debilitavam fortemente a navegação feita pela rota do Cabo, podendo facilitar a ação dos inimigos. Num contexto geral, os navios da carreira da Índia chegavam ao Atlântico em condições estruturais muito precárias, sobrecarregados, sendo ainda de referir que grande parte das pessoas vinham doentes e extremamente cansadas da viagem<sup>60</sup>. Assim, era frequente haver poucos elementos da tripulação disponíveis para as tarefas náuticas, chegando a ser necessário ter de se carregar escravos em Angola e Cabo Verde que pudessem suprir as necessidades e assegurar os trabalhos que eram essenciais realizar até se chegar a Lisboa. É preciso ter igualmente em conta que havia uma tendência para que as naus navegassem apartadas propositalmente, situação que as tornava mais vulneráveis perante um encontro com inimigos. Todos estes fatores, entre outros, contribuíram para um problema crónico da carreira da Índia e que esteve presente desde o início da ligação com a Ásia<sup>61</sup>.

Se todos estes aspectos podiam pesar fortemente no caso de se ter de enfrentar inimigos, que, como vimos, chegaram a atuar, em 1528, com 12 navios ao largo das Berlengas, ainda se pode acrescentar que alguns navios vindos do Índico navegavam com pouca artilharia, ou até mesmo sem ela, tal como veremos no caso do ataque francês à nau de D. Pedro de Castelo Branco. Até mesmo aqueles que traziam artilharia, em diversas ocasiões não podiam fazer uso dela, ora por virem excessivamente carregados e sem espaço para fazer uso das bombardas, ora por falta de gente sã e com conhecimentos do ofício<sup>62</sup>.

Perante tudo o que foi sendo demonstrado, é natural que navios inimigos de 300 tonéis ou até mais pequenos, como os que estavam a ser preparados e

<sup>58</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. III, mç. 14, n.º 37; pub. Manuel Alberto Carvalho Vicente, *Le Madagáscar...*, cit., p. 243.

<sup>59</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. I, mç. 101, n.º 62.

<sup>60</sup> Marco Oliveira Borges, *O trajecto...*, cit., vol. I, p. 121-206.

<sup>61</sup> Marco Oliveira Borges, *O trajecto...*, cit., vol. I, p. 121-264.

<sup>62</sup> Marco Oliveira Borges, *O trajecto...*, cit., vol. I, p. 121-165.

usados para atacar naus da carreira da Índia entre 1513 e a década de 1550, conseguissem mais facilmente obter bons resultados. Aliás, muito tempo depois, nas décadas de 1580 e 1590, os ingleses atacavam e tomavam naus vindas da Ásia com navios de 300 a 400 tonéis<sup>63</sup>.

## 6. O problema das perdas ocorridas em contexto e local desconhecido

Chegados a este ponto, não há dúvida de que são inúmeros os aspectos que precisam de ser tidos em conta quando se aborda um assunto tão complexo quanto o corso. E há que voltar de novo, ainda que brevemente, ao caso de navios vindos da Ásia que se perderam em local e circunstâncias desconhecidas.

Para 1530 tem sido indicado o retorno seguro de 2 naus a Lisboa, sendo que uma aportou no Tejo a 14 de julho<sup>64</sup>. Porém, a 20 de agosto desse ano, Lope Hurtado, embaixador castelhano em Portugal, escreveu ao imperador dando conta da chegada de 3 naus da Índia à capital portuguesa<sup>65</sup>, perfazendo assim um total de 5. Não sabemos se estas naus haviam sido as únicas que, nesse ano, vinham em viagem da Ásia para o Reino<sup>66</sup>.

Dois anos depois, duas naus da Índia desapareceram durante a torna-viagem, não se sabendo em que local e circunstâncias<sup>67</sup>, situação que também se parece repetir para o caso de uma nau em 1537<sup>68</sup>. Em 1543, vinda na armada que fez a viagem de retorno dentro da época normal de chegada, mas não se sabendo em que circunstâncias, a nau *Grifo*, capitaneada por Baltasar Jorge, perdeu-

<sup>63</sup> Marco Oliveira Borges, *O trajecto...*, cit., vol. I, p. 419-435.

<sup>64</sup> Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso e António Lopes, *As armadas...*, cit., p. 106-107.

<sup>65</sup> AGS, *Estado*, 369-50; pub. Maria Margarida Ribeiro Garcez da Silva, *João da Silveira...*, cit., vol. II, p. 209.

<sup>66</sup> Em maio do ano seguinte, Diogo de Gouveia, escrevendo de Rouen, aludia a uma nau da Índia que havia sido assaltada, mas sem indicar a data da ocorrência. Porém, pelo conteúdo do documento, o assalto foi anterior a 1527. É possível que fosse uma alusão à *Santa Maria Madalena* (ANTT, *Col. S. Lourenço*, t. I, fl. 367-368; pub. Mário Brandão, *O processo...*, cit., p. 305-306; Maria Margarida Ribeiro Garcez da Silva, *João da Silveira...*, cit., vol. II, p. 220).

<sup>67</sup> Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso, António Lopes, *Naufrágios...*, cit., p. 205, e *As armadas...*, cit., p. 108. A 20 de julho de 1532, Lope Hurtado referiu que nesse ano eram esperadas 5 naus da Índia e que, entretanto, os corsários franceses já haviam tomado 3 caravelas portuguesas. Seis dias depois, o embaixador dava conta da chegada de duas naus da Índia a Lisboa, referindo que ainda se esperavam pelas outras (Aude Viaud, *Correspondance d'un ambassadeur castillan au Portugal dans les années 1530. Lope Hurtado de Mendoza*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 545 e 555).

<sup>68</sup> Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso, António Lopes, *Naufrágios...*, cit., p. 206, e *As armadas...*, cit., p. 111.

se “na volta da ilha Terceira”<sup>69</sup>. Entre 1543 e 1553 surgem diversos dados de atividade corsária francesa contra navios portugueses no Atlântico, bem como notícias sobre a preparação de expedições aos Açores para fazerem emboscadas às naus da Índia<sup>70</sup>, mas, até ao momento, para além do ataque à nau de D. Pedro de Castelo Branco, não se consegue confirmar um outro caso em que uma nau vindia da Ásia tenha sido atacada neste período.

Além do que foi referido, são vários os documentos e indícios que aludem a problemas relacionados com navios tomados por franceses e que levavam especiarias, não se sabendo exatamente se diziam respeito à carreira da Índia ou a navios que seguiam para a Flandres ou para outras partes. Numa carta de 1531, dirigida por Diogo de Gouveia a D. António de Ataíde, e entre vários assuntos, alude-se a uma nau da Índia tomada<sup>71</sup>, parecendo tratar-se de uma referência a um dos dois navios atacados entre 1523 e 1524.

## 7. O ataque à nau de D. Pedro de Castelo Branco (1543)

Confirma-se um novo ataque a um navio da carreira da Índia para 1543, tendo envolvido uma nau capitaneada por D. Pedro de Castelo Branco<sup>72</sup>. A 30 de abril desse ano, o fidalgo havia chegado à barra de Faro, tendo referido que havia sido assaltado, no dia 23 desse mês, por uma nau de corsários franceses a 25 léguas do cabo de S. Vicente. Se o navio inimigo foi descrito como tendo muita gente e artilharia, a nau portuguesa chegava do Índico sem artilharia, com poucas pessoas e doentes<sup>73</sup>. D. Pedro queixou-se ao juiz de Faro de que os franceses lhe haviam roubado as suas peças pessoais de ouro, de prata e algumas sedas, sendo que o valor total andava à volta de 40.000 cruzados, referindo ainda que a tripulação foi roubada em dinheiro e peças num valor aproximado de 60.000 cruzados. Foi igualmente indicado que os franceses

<sup>69</sup> *Relações da carreira...*, cit., p. 29; Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso, António Lopes, *Naufrágios...*, cit., p. 208.

<sup>70</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. I, mç. 73, n.º 95; mç. 80, n.º 110; pub. Carlos Malheiro Dias (dir.), *História da colonização portuguesa do Brasil*, vol. III, Porto, Litografia Nacional, 1924, p. 259.

<sup>71</sup> Mário Brandão, *O processo...*, cit., vol. I, p. 305; *Coleção...*, cit., t. I, p. 223.

<sup>72</sup> Sobre este fidalgo, cf. Andreia Martins de Carvalho, “D. Pedro de Castelo Branco, capitão de Ormuz” in João Paulo Oliveira e Costa (coord.), *A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, Cascais, Patrimónia, 2000, p. 319-338.

<sup>73</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. I, mç. 73, n.º 81.

roubaram 4.000 pardaus, que a nau trazia 75 pipas de salitre, mas que os franceses só levaram 15 pipas, raptando ainda 3 portugueses “honrados”<sup>74</sup>.

Deste caso há que destacar que a nau vinha fora da sua época normal de chegada, apartada dos outros navios da Índia e que, em vez de rumar aos Açores – como era habitual –, alegou-se que havia sido atacada a 25 léguas da costa algarvia, subentendendo-se assim que teria sido esse motivo que levou ao desvio da viagem até aquela área. Porém, é muito provável que a passagem de D. Pedro de Castelo Branco pela costa algarvia já estivesse em mente. Contudo, as coisas não correram bem e a nau portuguesa foi assaltada, possivelmente mais perto da costa portuguesa do que aquilo que foi referido. A própria data apontada para o ataque e a consequente chegada a Faro, apenas sete dias depois da suposta ocorrência, são aspectos para se desconfiar.

Outro aspecto a ter em conta é o facto de que a nau vinha a navegar sem artilharia. Não crendo que tenha rumado à Índia sem bocas de fogo, qual teria sido o destino das peças que teriam sido embarcadas em Lisboa? É bem possível que tenham sido vendidas na Índia, onde, posteriormente, não terão havido exemplares para artilhar o navio, pois parece que havia um problema crónico a esse respeito<sup>75</sup>. Por outro lado, também é preciso ter em conta que se chegava a lançar artilharia ao mar, sobretudo quando as naus vinham muito carregadas e em más condições ou quando ocorriam tempestades, aliviando-se as embarcações.

Apesar das várias incertezas que ficam no ar, o caso do ataque à nau de D. Pedro de Castelo Branco terá despoletado mais um incidente diplomático entre Portugal e França, já que o fidalgo, chegando à capital portuguesa e fazendo-se valer de cartas de D. João III, decidiu viajar até Paris para requerer a sua fazenda<sup>76</sup>. Durante o moroso tempo em que esteve na corte francesa, e enquanto Francisco I fazia diligências dissimuladas, D. Pedro pôde observar que o monarca francês usava bens roubados no assalto de 1543 e que, ironia das ironias, eram do próprio fidalgo. Certo dia, estando “em práticas” com Francisco I, o qual se desculpava dizendo que não se achava rastro dos bens tomados no assalto, D. Pedro fez ver que umas estribearias de ouro que o monarca havia usado dias antes, bem como uns “anneis ricos” que tinha nos dedos, haviam sido mandados fazer pelo próprio fidalgo na Ásia<sup>77</sup>.

<sup>74</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. I, mç. 73, n.º 81.

<sup>75</sup> Coleção..., cit., t. II, p. 309.

<sup>76</sup> Diogo de Couto, *Da Ásia de Diogo de Couto*, déc. V, pt. II, liv. VIII, cap. II, Lisboa, Na Regia Officina Typographica, 1780, p. 181.

<sup>77</sup> Diogo de Couto, *Da Ásia...*, cit., p. 182.

Data	Navio	Local	N.º de navios inimigos	Desfecho/consequência
1523		Estreito de Gibraltar	Armada de Jean Florin	Roubo de 180.000 ducados. Apenas saqueado ou tomado?
1524 (Junho?)	Santa Maria Madalena	A 80 léguas de Aveiro	Armada de Jean Florin	Tomada e levada para Brest, onde foi saqueada, mas conseguiu chegar a Lisboa
1525	Santa Catarina do Monte Sinai	Costa portuguesa		Saqueado e incendiado
1543 (Abril)		A 25 léguas do cabo de São Vicente		Saqueado. Trazia D. Pedro de Castelo Branco

Quadro 1 – Ataques franceses contra a carreira da Índia.

## Conclusão

Até ao presente, são conhecidos 4 ataques franceses a navios vindos do Índico, destacando-se o facto de que 3 ocorreram na década de 1520, ainda por cima em anos seguidos (1523, 1524 e 1525). Estes números podem muito bem não corresponder ao total das reais ocorrências, visto que, recorde-se, não se conhecem quais as causas da perda de pelo menos 84 navios (ida e volta) até 1650. Não se sabendo o que aconteceu a muitos dos navios que não retornaram a Lisboa, há que ter séria cautela e relativizar abordagens superficiais e generalizadoras que se centram exclusivamente na quantificação de dados sobre as perdas globais da carreira da Índia, sem terem devidamente em conta o fator “desconhecido”, tal como sem desenvolverem investigações aprofundadas sobre o tema em questão.

Para os casos de 1523 e 1524, confirma-se que os ataques foram levados a cabo pelas armadas de Jean Florin, corsário ao serviço de Jean Ango, mostrando a importância da iniciativa privada nos atos corsários, se bem que estes fossem apoiados por Francisco I.

Outro destaque vai para o facto de haver uma tendência para o saque e não para a tomada efetiva do navio, se bem que não saibamos o que aconteceu exatamente em 1523 e, dois anos depois, ao assalto da *Santa Catarina do Monte Sinai* tenha acrescido o seu incêndio e consequente afundamento. A possibilidade de se afundarem navios na sequência de assaltos, até mesmo nos dias seguintes, depois de asseguradas as mercadorias em determinado ponto costeiro, é um aspeto fundamental e que poderá estar a encobrir alguns ataques e perdas de embarcações.

Pelo caminho ficam várias suspeitas de outras investidas e registos de navios que desapareceram sem que se saiba em que circunstâncias, pelo que é bem provável que os ataques franceses tenham feito outras vítimas vindas do Índico e que, como vimos, poderão não ter sido levadas para França, mas sim metidas no fundo ou levadas para a Escócia ou Dinamarca.

Muito embora a tonelagem das naus da Índia, por norma, fosse algo superior aos navios de corsários, os navios da carreira da Índia, de uma forma geral, chegavam ao Atlântico em condições estruturais muito precárias, sobrecarregados, sendo ainda de referir que grande parte das pessoas vinham doentes e extremamente cansadas da viagem. Refira-se, ainda, a tendência para que as naus navegassem apartadas propositadamente, situação que as tornava mais vulneráveis perante um encontro com inimigos. Todos estes fatores contribuíam para um problema crónico da carreira da Índia e que esteve presente desde o início da ligação com a Ásia, podendo pesar fortemente no caso de se ter de enfrentar inimigos que chegaram a atuar, em 1528, com 12 navios ao largo das Berlengas. Ainda se pode acrescentar a isto que alguns navios da carreira da Índia navegavam com pouca artilharia, ou até mesmo sem ela, tal como se viu no caso do ataque francês à nau de D. Pedro de Castelo Branco.

Assim, importa enfatizar igualmente que o corso francês não se manifestou apenas através de 2, 3 ou 4 navios isolados que esperavam para atacar a navegação portuguesa. Esse mesmo número de navios poderia fazer parte de armadas bem maiores, mas que se iam dividindo por áreas para se obterem melhores resultados. A estratégia francesa, evidentemente, também passaria por essa divisão de navios e pelo envio de certas unidades para determinados sítios estratégicos de passagem da navegação ibérica.

O problema do corso francês contra a navegação portuguesa e as expedições ultramarinas gaulesas foram tão graves durante o reinado de D. João III que Portugal se viu obrigado a recorrer a subornos e a tentar comprar os próprios navios franceses, como aconteceu em 1532, visando evitar futuras investidas<sup>78</sup>. E, neste contexto, é sempre necessário ter presente os elevados gastos verificados com a fortificação de pontos estratégicos, com a formação de armadas de defesa e o despacho de navios de aviso, assim como com as tarefas de vigia do território e a espionagem<sup>79</sup>.

Em suma, o conjunto dos dados analisados mostra, afinal, que o corso contra a carreira da Índia não é algo que se tornou grave apenas com as investidas inglesas, na década de 1580. Inversamente, é muito mais sério, mais complexo, mais marcante e mais antigo do que aquilo que tem sido perspetivado pela historiografia. Contudo, há que prosseguir investigações.

<sup>78</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. I, mç. 46, n.º 64; pub. Mário Brandão, *O processo...*, cit., p. 316-317; Visconde de Santarém, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal [...]*, t. III, Pariz, Em Casa de J.P. Aillaud, 1843, p. 251-252.

<sup>79</sup> Marco Oliveira Borges, *O trajecto...*, cit., vol. II, p. 729-1026.

(Página deixada propositadamente em branco)

# **Estratégias femininas para solucionar problemas amorosos: processos de feitiçaria da Inquisição de Lisboa (séc. XVII)**

## **Feminine strategies to solve love problems: witchcraft processes of the Lisbon Inquisition (17th century)**

INDIRA LEÃO

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

indiraventileao@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4962-1006>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 18/05/2021

### *Abstract*

Witchcraft was one of the crimes punished by Inquisition between the 16th and 18th centuries. Through the analysis of the inquisitorial processes against the witches, we are able to understand which practices were and what were the reasons that led them to resort to practices worthy of condemnation.

The existence of women who resorted to superstitions and magical practices in order to solve love problems, triggered denunciations against them and condemnations. Based on the analysis of five cases of women convicted of witchcraft by the Court of the Holy Office of Lisbon between 1664 and 1698 we will understand what were the magical practices used by the defendants to maintain romantic relationships, which were shared among them, forming a possible women's solidarity network to resolve everyday issues.

The inquisitorial sources will be essential to understand what the institution's position in the cases studied, besides showing strategies of personal resistance on the part of the defendants in relation to the charges against them.

In short, we intend to contribute to the expansion of historiographical knowledge

### *Resumo*

A feitiçaria foi um dos delitos com os quais a Inquisição se ocupou entre o século XVI e XVIII. Através da análise dos processos inquisitoriais contra as feiticeiras, conseguimos compreender melhor de que práticas eram acusadas e quais os motivos que as levavam a recorrer a superstições entre outras práticas dignas de condenação.

A existência de mulheres que recorriam a superstições e práticas mágicas, objetivando solucionar problemas amorosos, desencadeou denúncias contra elas e condenações. Será com base na análise de cinco processos de mulheres condenadas por feitiçaria pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, entre 1664 e 1698, que iremos compreender quais eram as práticas mágicas utilizadas e partilhadas pelas rés para manter relacionamentos amorosos, formando uma possível rede de solidariedade feminina destinada a resolver questões quotidianas.

As fontes inquisitoriais serão essenciais para compreender qual era o posicionamento da instituição nos casos estudados, além de evidenciarem estratégias de resistência pessoal por parte das rés relativamente às acusações de que eram alvo.

about the magical practices shared among women convicted of witchcraft and reflecting on their resistance strategies in the course of their processes.

Keywords: Court of the Holy Office; Modernity; Women.

Em suma, pretendemos contribuir para o alargamento do conhecimento historiográfico sobre as práticas mágicas partilhadas entre mulheres condenadas por feitiçaria, e refletir acerca das suas estratégias de resistência no decurso dos seus processos.

Palavras-chave: Tribunal do Santo Ofício; Modernidade; Mulheres.

## Introdução

A existência de estratégias femininas para solucionar problemas amorosos, recorrendo a superstições e práticas mágicas, é um assunto estudado por autores como Francisco Bethencourt<sup>1</sup>, Ronaldo Vainfas<sup>2</sup> e José Pedro Paiva<sup>3</sup>. As mulheres que recorriam a estas práticas incorriam no delito de feitiçaria, considerado de foro misto e, por isso, eram condenadas pelos tribunais episcopais, seculares e do Santo Ofício<sup>4</sup>.

Será com base na análise de cinco processos inquisitoriais realizados em Lisboa entre 1664 e 1698, que tentaremos perceber quais eram as práticas mágicas utilizadas para resolver problemas amorosos, se estas eram partilhadas pelas condenadas dos nossos processos, e quais os motivos que as moviam a executá-los. A nossa amostragem, embora pequena, é rica em informações sobre o quotidiano e a vida de cada uma destas cinco acusadas de feitiçaria que se interligam no mesmo espaço: Lisboa. Além disso, a nossa documentação é elucidativa das suas visões acerca do crime cometido, que divergiam da percepção inquisitorial. Todos estes aspectos serão tidos em consideração na análise da documentação.

Antes de nos centrarmos nas fontes inquisitoriais, recorrendo aos estudos de Michael D. Bailey<sup>5</sup>, Francisco Bethencourt<sup>6</sup> e José Pedro Paiva<sup>7</sup> apresentaremos uma visão diacrónica do fenómeno da feitiçaria e abordaremos brevemente a associação da mulher ao diabo, de acordo com a literatura religiosa, apontando dados historiográficos dos dois últimos autores relativos à repressão inquisitorial contra os feiticeiros. Incluiremos ainda nesta parte o *Regimento* de 1640<sup>8</sup>, no qual faremos um breve enquadramento da feitiçaria segundo a normativa inquisitorial, para perceber quais eram as condenações previstas para este crime. No final, teceremos algumas considerações de cariz conclusivo.

<sup>1</sup> Francisco Bethencourt, *O Imaginário da Magia. Feiticeiras, Saludadores e nigromantes no século XVI*, Lisboa, Universidade Aberta, 1987.

<sup>2</sup> Ronaldo Vainfas, *Trópico dos Pecados, Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1997.

<sup>3</sup> José Pedro Paiva, *Bruxaria e superstição num país sem “Caça às Bruxas”*, Lisboa, Poliedro da História, 2002.

<sup>4</sup> José Pedro Paiva, *Bruxaria...*, cit., p. 11.

<sup>5</sup> Michael D. Bailey, “From Sorcery to Witchcraft: Clerical Conceptions of Magic in the Later Middle Ages”, *Speculum*, 76 (2001), p. 960-961.

<sup>6</sup> Francisco Bethencourt, *O Imaginário...*, cit.

<sup>7</sup> José Pedro Paiva, *Bruxaria...*, cit.

<sup>8</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), *Regimento do Santo Ofício da Inqüição dos Reynos de Portugal*, Livro V, Título XIV, 1640.

### A mulher como principal agente da feitiçaria

O fenómeno de “caça às bruxas”, iniciado no século XV na Europa Ocidental resulta da mudança das conceções clericais acerca de como se operavam as práticas mágicas, que se registou desde o início do século XIV até ao início do século XV<sup>9</sup>. Entre o final do século XII e início do século XIV as autoridades religiosas estavam empenhadas em condenar a feitiçaria concernente à necromancia letrada, encarada como uma potencial ameaça, que recorria a instrumentos de magia mais complexos como imagens, anéis e espelhos para fins malignos. No entanto, no século XV a Igreja passará também a temer que homens e mulheres não letRADOS pudessem realizar terríveis feitiços demoníacos através de uma só palavra, toque ou sinal<sup>10</sup>.

No entender de Michael D. Bailey, a confusão e a mistura ideológica clerical entre necromancia letrada e as formas mais comuns da feitiçaria, protagonizadas por indivíduos iletrados, aliada à crescente demonização destas práticas, irão culminar na ideia de bruxaria<sup>11</sup>. A percepção de que um pacto demoníaco, estabelecido entre o feiticeiro ou a bruxa e o demónio, associado a uma conspiração diabólica por parte de um culto organizado predominantemente por bruxas, dirigido por Satanás, seria o mais temível pela Igreja. Além de se acreditar que as bruxas exerciam magia com a ajuda de demónios, elas eram acusadas de apostasia e heresia, por rejeitarem a sua fé e entregarem as suas almas a Satanás em troca de poderes malignos. Nas suas reuniões noturnas, conhecidas como *sabbats*, elas reuniam-se na presença do seu mestre diabólico, adorando-o como troca da promessa de poder mágico<sup>12</sup>.

O processo de feminização da bruxaria contrapõe-se ao sistema de magia da necromancia letrada, tendencialmente associado à figura masculina<sup>13</sup>. Como as mulheres não possuíam o treinamento nem o conhecimento formal para praticar tais atos, foram associadas à prática da bruxaria. Autores como Johannes Nider (1380-1438), Heinrich Kramer (c. 1430-1505) e James Sprenger (1435-1495), que elaboraram os respetivos tratados demonológicos: *Formicarius* (1475) e o *Malleus Maleficarum* (1487), determinaram que os poderes das bruxas não derivavam do seu conhecimento e capacidade, mas da sua completa submissão ao diabo, ligando a bruxaria à fraqueza espiritual

<sup>9</sup> Michael D. Bailey, “From Sorcery...”, cit., p. 960-961.

<sup>10</sup> Michael D. Bailey, “From Sorcery...”, cit., p. 984.

<sup>11</sup> Michael D. Bailey, “From Sorcery...”, cit., p. 967.

<sup>12</sup> Michael D. Bailey, “From Sorcery...”, cit., p. 962.

<sup>13</sup> Michael D. Bailey, “From Sorcery...”, cit., p. 986.

feminina e à sua particular suscetibilidade para as tentações carnais do diabo<sup>14</sup>. Estes tratados afiguraram-se essenciais para que a cultura letrada promovesse a demonização da mulher, legitimando, deste modo, processos de perseguição e condenação contra estas mulheres<sup>15</sup>.

Anne Jacobson, que se centrou na Inquisição veneziana, alude também a um processo de feminização da heresia no século XVII. Até 1580, os homens representavam o foco da atenção inquisitorial veneziana, utilizando objetos sacros para procederem às suas práticas mágicas. No entanto, o aumento dos casos de práticas mágicas, que se inicia no final do século XVI, pode explicar o maior percentual de réus do sexo feminino na atividade da Inquisição no século XVII. É neste momento que se regista um processo de feminização da heresia, em que mais mulheres, oriundas predominantemente de estratos sociais mais baixos, muitas delas prostitutas, são condenadas por feitiçaria recorrendo a práticas mágicas para manter ou trazer de volta um amante<sup>16</sup>. Contrariamente ao fenômeno da “caça às bruxas”, existiu uma indiferença por parte da Inquisição veneziana aos acusados de feitiçaria, que se materializou na atribuição de penas mais leves às condenadas, comparativamente com os condenados homens. Esta maior tolerância para com as mulheres explica-se pelo entendimento inquisitorial de que os homens religiosos, que usavam elementos sacros para as práticas mágicas, estariam mais cientes dos seus atos, sendo mais poderosos e instruídos e, por isso, mereciam punições mais duras<sup>17</sup>.

Atendendo à normativa inquisitorial portuguesa acerca do delito de feitiçaria, o *Regimento* de 1640, documento que regulava as normas de funcionamento do Tribunal do Santo Ofício, declara como heresia o “fezer feitiçarias, sortilégios, ou adivinhações, uzando de couzas, & superstições hereticaes”, “& contra ella procederão os Inquisidores, na mesma forma, que procedem contra os hereges, & apostatas de nossa S. Fé”<sup>18</sup>. Existindo prova legítima para ser condenado, a pena ordinária seria a morte na fogueira.

<sup>14</sup> Michael D. Bailey, “From Sorcery...”, cit., p. 988.

<sup>15</sup> Marcus Vinícius Reis, *Mulheres de seus corpos e de suas crenças: relações de gênero, práticas mágico-religiosas e Inquisição no mundo português (1541-1595)*, dissertação de Doutoramento em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018, p. 60.

<sup>16</sup> Anne Jacobson Schutte, “I processi dell’Inquisizione veneziana nel Seicento: la femminilizzazione dell’eresia” in *L’Inquisizione Romana in Italia nell’Età Moderna. Archivi, problemi di metodo e nuove ricerche*, Roma, Ministerio per i beni culturali e ambientali, 1991, p. 163-166.

<sup>17</sup> Anne Jacobson Schutte, “I processi...”, cit., p. 166-167.

<sup>18</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), *Regimento...*, cit., p. 180.

Nos casos em que os réus confessassem as suas culpas, seriam recebidos “ao gremio, & união da S. Madre Igreja”, e estariam sujeitos às penas de confisco de bens, ao degredo para as galés, “& sendo mulher, para a Ilha do Príncipe, S. Thomé, ou Angôla”. Tanto homens como mulheres teriam pena de açoites e as demais penas espirituais que parecessem necessárias aos inquisidores<sup>19</sup>. Havia, claro, exceções para as pessoas “de qualidade”, que podiam ser poupadadas da pena de açoites e do degredo para as galés, substituível pelo degredo para Angola, São Tomé ou partes do Brasil<sup>20</sup>.

As condenações de degredo eram aplicadas de acordo com a gravidade do delito: a mais leve seria o degredo para fora da localidade ou região da residência da pessoa e a mais grave seria para terras remotas do reino de Portugal e suas colónias, para toda a vida<sup>21</sup>. Devido à gravidade que constituía o crime de feitiçaria, o *Regimento* previa a forma de degredo preferencialmente para as colónias, considerada mais penosa para os condenados.

De acordo com o estudo de Francisco Bethencourt para o período de 1550-1559, houve 49 casos de feitiçaria, concentrando-se a maioria na Inquisição de Évora (com 45 processos), sendo este o tribunal responsável pelo maior número de processos envolvendo esse delito. Esta evidência, segundo o autor, pode ser explicada pelo facto de o inquisidor-geral D. Henrique exercer a função de arcebispo em Évora. No entanto, Bethencourt conclui que no universo global de atuação do Santo Ofício estes processos não ultrapassam os 2%<sup>22</sup>. O baixo número, bem como as sentenças aplicadas, nas quais nenhum indivíduo acusado de feitiçaria foi condenado à morte na fogueira, leva a crer que a feitiçaria beneficiou de uma “brandura inquisitorial”<sup>23</sup>.

Bethencourt verificou que entre os processos de feitiçaria 72,3% envolviam mulheres. Uma das justificações apontadas é a ideia generalizada dentro das instituições e veiculada pelas elites letreadas de que “o encantamento perigoso ou o mau-olhado, seria praticado por mulheres”<sup>24</sup>.

Os preconceitos médicos e teológicos quanto ao corpo feminino calcados na crença de que qualquer doença que atingisse uma mulher seria um indício da “ira celestial contra pecados cometidos, um sinal demoníaco, ou feitiço

<sup>19</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), *Regimento...*, cit., p. 180.

<sup>20</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), *Regimento...*, cit., p. 180.

<sup>21</sup> Timothy J. Coates, *Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português: 1550-1755*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 56-57.

<sup>22</sup> Francisco Bethencourt, *O Imaginário...*, cit., p. 283.

<sup>23</sup> Marcus Vinícius Reis, *Mulheres...*, cit., p. 81.

<sup>24</sup> Francisco Bethencourt, *O Imaginário...*, cit., p. 206.

diabólico”<sup>25</sup>, contribuíram para aumentar a ação persecutória inquisitorial contra mulheres, fortalecida pela convicção da existência de um pacto com o demónio, noção que configurava heresia.

Todavia, na prática, os inquisidores lidaram com mulheres denunciadas por feitiçaria que recorriam a feitiços, fervedouros ou outras superstições para ajudar na sua maioria mulheres, em problemas relacionados com interesses amorosos, curas de doenças, entre outros, segundo dados de Marcus Reis<sup>26</sup>. O mesmo autor encontrou mulheres na maioria das denúncias envolvidas neste delito<sup>27</sup>, o que, de acordo com Ronaldo Vainfas, evidencia a existência de uma possível rede de solidariedade feminina na resolução de problemas do dia a dia<sup>28</sup>. Contudo, esta rede estava longe de qualquer “consciência grupal” contra o modelo patriarcal vigente, pois bastava algum fator de cariz misógino que as virasse umas contra as outras (ciúme, inveja, desentendimentos), ou até mesmo o medo de serem acusadas de feitiçaria, para quebrarem essa união e se denunciarem<sup>29</sup>.

José Pedro Paiva, que estudou processos de feitiçaria entre 1600 e 1774 constata que, ao contrário do que sucedeu na Europa Moderna, não houve um movimento de “caça às bruxas” em Portugal, por diversos motivos, com destaque para o conservadorismo da elite lusa e uma Igreja portuguesa que se manteve forte face ao protestantismo. Além destes, refere outros com um peso menos significativo como o enfoque na perseguição aos cristãos-novos, associado à tradição portuguesa antijudaica plasmada nos tribunais portugueses, e a dificuldade encontrada pelos inquisidores em extrair dos acusados de feitiçaria uma confissão de pacto diabólico<sup>30</sup>. Paiva justifica a sua delimitação cronológica até ao ano de 1774, quando é publicado o último *Regimento da Inquisição*, porque, na sua opinião, este acontecimento “marca o fim da perseguição dos agentes de práticas mágicas em Portugal”<sup>31</sup>.

<sup>25</sup> Luisa Stella de Oliveira Coutinho Silva, *História do Direito e Colonização do Brasil: as Mulheres da Capitania da Paraíba 1661-1822*, dissertação de Doutoramento em Ciências Histórico-Jurídicas, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2018, p. 66-67.

<sup>26</sup> Marcus Vinícius Reis, *Mulheres...*, cit., p. 193-194.

<sup>27</sup> Marcus Vinícius Reis, *Mulheres...*, cit., p. 154.

<sup>28</sup> Ronaldo Vainfas defende que foi por intermédio das mulheres que a tradicional magia erótica portuguesa se estabeleceu no Brasil, “protagonizando em vários sentidos a vida amorosa na Colônia”, Ronaldo Vainfas, *Trópico...*, cit., p. 142.

<sup>29</sup> Ronaldo Vainfas, *Trópico...*, cit., p. 142-144. Segundo o autor o modelo religioso e patriarcal assente na desconfiança e desprezo para com o sexo feminino, seria igualmente absorvido pelas mulheres na colónia brasileira, levando-as a vingarem-se umas das outras, através da delação.

<sup>30</sup> José Pedro Paiva, *Bruxaria...*, cit., p. 361-362.

<sup>31</sup> José Pedro Paiva, *Bruxaria...*, cit., p. 12.

## Processos inquisitoriais de feiticeiras condenadas em Lisboa (1664-1698)

Os processos inquisitoriais de que dispomos correspondem a cinco mulheres condenadas por feitiçaria pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa e que ouviram publicamente as suas sentenças nos autos da fé realizados entre 1664 e 1698: Francisca de Sá<sup>32</sup>, auto da fé de 17 de agosto de 1664; Catarina Craesbeck<sup>33</sup>, auto da fé de 21 de junho de 1671; Luísa da Silva<sup>34</sup>, auto da fé de 8 de agosto de 1683; Maria da Conceição<sup>35</sup>, auto da fé de 16 de maio de 1694; e Dona Leonor de Barros<sup>36</sup>, auto da fé de 9 de novembro de 1698.

Todas estas rés foram denunciadas maioritariamente por mulheres da sua confiança, que presenciaram situações em que elas recorreram a superstições, fervedouros e outras práticas consideradas mágicas para solucionar problemas amorosos. Em todos os casos, algumas denunciantes tinham recorrido aos serviços das rés com o objetivo de resolverem problemas inerentes aos seus relacionamentos amorosos e, posteriormente, as denunciaram ao Tribunal. Estamos perante grupos femininos de entreajuda, o que nos remete para a ideia de Ronaldo Vainfas sobre a existência de uma frágil rede de solidariedade feminina<sup>37</sup>, facilmente corrompida por invejas, ciúmes, medo de estarem associadas a atos condenáveis pelo Santo Ofício, ou até mesmo, coagidas pelos confessores que pressionavam as mulheres a delatarem à Inquisição.

De facto, os confessores ocupavam um lugar essencial no universo das mulheres estudadas, exortando-as a delatar delitos relacionados com superstições, os quais muitas vezes passavam despercebidos às próprias denunciantes, que não associavam esses atos a pecados. Jaime Ricardo Gouveia sustenta que a confissão representa um quadro de intensa cooperação entre a máquina eclesiástica diocesana e o tribunal inquisitorial. Os administradores do sacramento da penitência eram obrigados a perceber se os fiéis tinham cometido ou sabiam de alguém que tivesse cometido um delito pertencente ao Santo Ofício, e no caso de a resposta ser afirmativa “os confessores deveriam

<sup>32</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 2687.

<sup>33</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 3475.

<sup>34</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 1244.

<sup>35</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 3950.

<sup>36</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 1294.

<sup>37</sup> Ronaldo Vainfas, *Trópico...*, cit., p. 142-144.

suspender a administração do sacramento e negar (...) [ao fiel] a absolvição, ordenando-lhe sob pena de excomunhão que fosse depor na Inquisição”<sup>38</sup>.

Adriano Prosperi, centrando-se no caso italiano, discorreu sobre a confissão como mecanismo de controlo individual protagonizado pelo corpo eclesiástico<sup>39</sup>. Existia um controlo mais direcionado para as mulheres, que se confessavam mais do que os homens, sendo obrigadas a fazê-lo para conservar a sua honra, essencial para se manterem no mercado matrimonial e para preservarem a reputação de toda a família. Se a mulher não se confessasse, a sociedade automaticamente deduzia consequências ruinosas para o seu bom nome. Deste modo, os confessores exerciam um grande poder sobre estas mulheres, conferindo-lhes oportunidade para terem condutas impróprias. A maioria das vítimas não denunciava este tipo de comportamentos, que configuravam o delito de solicitação, com o receio de mancharem a sua honra, bem como a da sua família<sup>40</sup>.

Os nossos casos, centrados em mulheres denunciadas à Inquisição de Lisboa por protagonizarem práticas mágicas destinadas a resolver problemas amorosos, divergem dos analisados por Oscar di Simplicio no seu estudo sobre a Inquisição em Siena de 1580 a 1780. Segundo o autor, o *maleficium* foi o principal delito condenado pela instituição, estando no cerne das preocupações das pessoas oriundas de estratos sociais mais baixos nas áreas rurais de Siena. Os denunciantes deste crime, que eram maioritariamente vizinhos das denunciadas, estavam mais preocupados com o dano que uma bruxa podia infligir a alguém do que com os seus aspectos demoníacos. Como resultado desta percepção, as denúncias de pessoas envolvidas no *sabbat* ou de manterem pactos com o diabo são inexistentes, ao contrário do que sucedeu com o fenômeno da “caça às bruxas”<sup>41</sup>.

Por forma a simplificar a compreensão dos processos, dividiremos a nossa análise da seguinte forma: num primeiro momento, iremos comparar em cada processo as práticas mágicas referidas pelos denunciantes, com as confessadas por cada ré e referir possíveis estratégias de defesa usadas por cada uma das condenadas; de seguida, centrar-nos-emos na postura inquisitorial face a estes casos de feitiçaria que influenciou a aplicação das penas.

<sup>38</sup> Jaime Gouveia, “Dois galhos, um só tronco, na salvaguarda da “pureza da fé”: a vigilância e disciplinamento da luxúria heresiarca do clero” in Yllan de Mattos e Pollyanna G. Muniz (org.), *Inquisição & Justiça Eclesiástica*, Jundiaí, Paco Editorial, 2013, p. 310.

<sup>39</sup> Adriano Prosperi, “Confessori e donne” in *Tribunale della coscienza: Inquisitori, confessori, missionari*, Turim, Einaudi Editores, 1996, p. 540.

<sup>40</sup> Adriano Prosperi, “Confessori...”, cit., p. 523-527.

<sup>41</sup> Oscar di Simplicio, *Autunno della stregoneria. Maleficio e magia nell’Italia moderna*, Bologna, Il Mulino, 2005.

Começaremos com o processo de Francisca de Sá<sup>42</sup> que se destaca dos demais por envolver Sua Alteza D. Pedro II<sup>43</sup>. Várias criadas de Francisca Botelha, referida como “mulher dama”, vão a Tribunal denunciá-la, juntamente com Francisca de Sá, por esta a ter ajudado a manter o relacionamento ilícito com D. Pedro.

As criadas presenciaram várias superstições e práticas mágicas realizadas por Francisca de Sá para beneficiar a relação de Francisca Botelha com “Sua Alteza”. De acordo com as delatoras, as superstições usadas por Francisca de Sá para ajudar Botelha são as seguintes: o uso de quatro rolos de cera que ardiam, enquanto Sá estava na janela a dizer palavras imperceptíveis; o abrir e fechar por algumas vezes a mão, realizado por Botelha, declarando que era para ela “se senhorear do coração de SA”; e lançar pós na “Camera de S.A.” para que “quando elle se levantasse da cama lhe posesse os pes em sima porque servia para que SA não olhasse pera outra mulher mais que para ella Francisca Botelha”. Ainda é referido um ritual no qual Francisca de Sá passeava pela casa despida da cintura para cima e desgadelhada, enquanto lançava pedaços de queijo pela janela dizendo “vai e torna logo”.

Além destas práticas, as delatoras referiram outras, como o uso de uma lasca de pedra de ara, buço de lobo, uma migalha de corda que seria de enforcado e uma lasca de pau da forca. Estes objetos teriam de ser tocados em Sua Alteza, e que assim Francisca Botelha “alcansaria o seu intento de sua Alteza a não largar, e [Francisca de Sá] lhe ensinou hūas pallavras a respeito da pedra (...):

“eu te embuço<sup>44</sup> eu te rebuço<sup>45</sup> com o buço de lobo, com o osso do homem morto, com o pao da forca e corda do enforcado, para que tu Infante Dom Pedro andes a meu mandado, tu me digas o que souberes, tu me des quanto tiveres, tu me ames mais que a todas as mulheres, todas quantas vires te pareção burras velhas so eu te pareça hūa Dama bella”.

<sup>42</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 2687.

<sup>43</sup> D. Pedro II (1648-1706) atuou como regente do irmão D. Afonso VI a partir de 1668 até à sua ascensão ao trono em 1683, Maria Paula Marçal Lourenço, *D. Pedro II*, Lisboa, Temas e Debates, 2010.

<sup>44</sup> Embuço é disfarce, simulação, Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos... / pelo Padre D. Raphael Bluteau*, Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, vol. III, 1712-1728, p. 49.

<sup>45</sup> Rebuçar-se significa “cobrir alguma parte do rosto com a capa, lançando-a sobre o rosto”, Rafael Bluteau, *Vocabulário...*, cit., vol. VII, p. 139.

As palavras que acompanhavam a prática mágica, que seriam invocadas por Francisca Botelha, denotam a ideia de rivalidade feminina transposta no desejo de que todas as mulheres pareçam feias e desagradáveis para que a pessoa amada, neste caso D. Pedro II, só tenha olhos para si.

De acordo com outra delatora, Francisca de Sá lançava sortes com três favas, um dado e outras coisas para vários propósitos: ter conhecimento de quem tinha roubado alguns objetos desaparecidos, e declarar se algumas pessoas gostavam ou faziam bem a outras. Neste sentido, começamos a aperceber-nos da culpabilidade da ré, quando, no momento da sua prisão, lhe é encontrada uma algibeira “como as regateiras costumão a trazer”, e no seu interior havia dois dados de jogar, dois dedais contendo uns pós e um pequeno papel com um pedaço de corda, uma migalha de pedra de ara, “hūas favas brancas e outras ordinarias”, uns retalhos de pano de linho e de outros panos diversos todos muito pequenos, e uma tesoura. Francisca de Sá revelou que “os dados e favas erão para hūas sortes que com elles fazia e que as mais couzas trazia acazo por ser costureira e como tal lhe pertencerem aquellas cousas”.

Quando foi ouvida, Francisca de Sá confessou que lançou umas sortes com umas favas “como quem joga dados”, tal como lhe havia ensinado uma mulata que morava em Alfama, para saber se o seu marido Manoel Galego de Oliveira estava vivo ou morto, e que usou as mesmas “sortes” para Francisca Botelha. Além de lançar as sortes, a ré confirmou que fez “hūa devação as almas” usando velas e pós para que Sua Alteza não se afastasse de Botelha. Todavia, negou as outras acusações de fervedouros de vinagre, utilização de pedra de ara e o buço de lobo. Fica claro que a ré não acreditava nas superstições que tinha feito, e que só as realizava para proveito económico: “nenhūa das ditas couzas entendia que servia para aquelle effeito e que tudo fes enganando a dita Francisca e com o interesse do que esperava receber della”. Esta resposta não convenceu os inquisidores que insistiam que ela realizava pactos com o demónio, o que ela negou de forma veemente.

Já Catarina Craesbeck<sup>46</sup>, foi denunciada por uma família que a acusou de fazer um fervedouro quando esteve hospedada em sua casa. Mesmo com os detalhes contraditórios registados pelo Tribunal nos relatos dos três membros da família, existiam elementos em comum: a realização do fervedouro e a invocação de demónios, factos que levaram o Conselho Geral a aceitar o mandato de prisão do promotor para Catarina.

---

<sup>46</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 3475.

Posteriormente, um outro delator que aprendera o ofício de impressor com o marido de Catarina, disse que ela lhe pediu para ir a uma tenda a horas de Ave Marias<sup>47</sup> comprar pão e queijo para fazer um feitiço a Isabel da Costa, tendo-o advertido a ir com um pé descalço e outro calçado, e que quando desse o dinheiro à tendeira, o arremessasse sem dizer quanto era, proferindo as palavras seguintes “Pão, e queijo vou buscar para Barrabás, Satanás, o deabo coxo cearem”. Além destas práticas, Catarina é acusada de fazer a “oração do urinol”, que consistia em lançar para o urinol umas cruzes de palha, enquanto orava a São Cipriano, para saber se a filha iria casar.

No momento em que Catarina é interrogada pelo inquisidor, percebemos que era uma mulher letrada, viúva de Pedro Crasbeck que era impressor e natural da Antuérpia. A ré corrobora o depoimento do aprendiz de impressor e confessa que foi persuadida por Isabel da Costa a fazer uma devoção com pão e queijo para que ela voltasse a ter “huma amizade ilícita de huma pessoa, que se havia apartado della, e era a que se nomeava na ditta chamada devação”. A devoção consistia em lançar na rua um pedaço de pão e queijo mastigados dizendo algumas destas palavras: “Pão e queijo vou buscar, para Barrabas, Satanás, e o Deabo coxo cear”. Infelizmente para Isabel a devoção não surtiu efeito porque nunca mais teve contacto com a pessoa com a qual mantinha uma relação extramarital. Catarina revelou que aprendeu esta devoção com uma mulher francesa, quando estava no recolhimento de Santa Isabel do Mocambo<sup>48</sup>. A ré confirmou que fez fervedouros com enxofre, sal e pimenta para Isabel manter a sua amizade ilícita, e que auxiliou outras mulheres com fervedouros de vinho, pão e alecrim para ajudá-las a manterem as suas relações amorosas. Enquanto preparava os fervedouros dizia o seguinte: “Vinho, assim como frades, clérigos, e Papas, e Cardeaes, não podem dizer missa sem ti, assim fulano não possa estar sem mi”.

Catarina confessou que a oração do pão e queijo era errada porque invocava Satanás e Barrabás, mas que essas palavras não refletiam o seu

<sup>47</sup> A Hora do Angelus ou Hora das Ave-Marias são as orações católicas que correspondem às 6h00, 12h00 ou 18h00, (<https://www.vaticannews.va/pt/papa-francisco/angelus.html>, consultado em 2020.01.20).

<sup>48</sup> O recolhimento de Santa Isabel do Mocambo, cuja designação oficial é Recolhimento de Santa Isabel da Hungria, localiza-se na Madragoa e foi fundado por Isabel de Jesus em data anterior a 1578. A partir de 1612 mulheres da ordem dos Padres Terceiros dos Cardais passaram a habitar no recolhimento, que prosseguiu ativo pelo menos até ao início da segunda metade do século XVII. Informação encontrada na base de dados do “Projecto LxConventos”, (<http://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=682&lang=pt>, consultado em 2020.05.18).

pensamento. Reconhece que pecou ao fazer essa oração, e pediu perdão. Contesta as acusações contra ela que não correspondiam à sua confissão, e forma contraditas de defesa, nas quais declara a sua inimizade com algumas pessoas, inclusive com Pedro Carneiro, pai de um dos delatores, de modo a descredibilizar alguns denunciantes e poder usufruir de atenuantes na sua pena. A origem da sua má relação com Pedro deve-se ao facto de um dia, ao impedir-lo de entrar em sua casa, ele lhe ter dado uma bofetada e ter tentado matá-la com uma adaga. Catarina teve de nomear testemunhas que fortalecessem a sua defesa, e o Tribunal advertiu-a para as características que as testemunhas dignas de crédito deviam possuir

“estas lhe convem mais que sejam homens, do que mulheres, e que sejam Christãos Velhos, e que não sejam parentes, nem familiares seus, nem morem em partes tão remotas que com dificuldade possão ser perguntadas e prometendo de assim o fazer nomeou”.

Este trecho claramente elucida-nos para a conceção inquisitorial face às testemunhas femininas: que seriam menos credíveis do que os homens, e por isso, alvo de maior desconfiança por parte da instituição.

Cinco denunciantes (todas mulheres) recorreram aos serviços de Maria da Conceição<sup>49</sup> e acusaram-na de fazer feitiços para saber se o marido estava vivo ou morto, tratar de problemas amorosos, obrigando a vontade do amante, e curar uma pessoa doente. Grande parte das denunciantes declarou que pagou a Maria da Conceição e que ela era uma “embusteira”, porque nenhum dos feitiços fez o efeito desejado. Os feitiços referidos pelas delatoras são os seguintes: fervedouros com vinho e alecrim, usando o coração de um frango trincado “entre os dentes” e pregado de alfinetes; e a devoção do pão e do queijo, recorrendo às palavras “Barrabás, e satanáz e dona Maria de Padilha<sup>50</sup>”.

Maria da Conceição pediu audiência para fazer confissão e declarou que estando em sua casa com Maria Rodrigues, já defunta, esta ajudou-a a fazer uma cerimónia para evitar que o seu segundo marido, Manoel Fernandes, que na altura estava na Índia, a matasse, porque a acusava de ter “comettido adulterio”. Na cerimónia foi usada a cabeça de um carneiro e um vintém de açougue, e desta forma se fez a devoção,

<sup>49</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 3950.

<sup>50</sup> Possível referência a María Padilla (1337-1361) feiticeira e amante do rei Pedro I de Castela (1334-1369), (<http://dbe.ra.es/biografias/7727/maria-de-padilla>, consultado em: 15.09.2020).

“assim lhe cozeo os olhos com húa linha enfiada em húa agulha dizendo estes olhos cozo pera que meu marido Manoel Fernandez não veja o que eu faço, e despois lhe cozeo a boca dizendo esta boca cozo pera que meu marido me não agrave e logo lhe metteo o azougue nos ouvidos dizendo e estes ouvidos tapo pera que meu marido não ouça dizer mal de mim e depois foi lançar na praia a ditta cabeça havendo primeiro descosido tudo o que havia cozido”.

A ré não soube se a superstição teve bom ou mau efeito porque o seu marido morreu na nau antes de chegar ao Reino. Mais adiante no seu relato, lembrou-se que uma cigana muito velha chamada Monteira lhe tinha ensinado a devoção do pão e do queijo “pera Barrabáz, Satanáz e caifaz” que eram lançados da janela das dez para as onze da noite. Além de recorrer a esta superstição, fazia fervedouros e orações para ajudar outras mulheres, que queriam “obrigar as vontades” dos seus amantes para manterem os seus relacionamentos.

Das sete mulheres que denunciaram Leonor de Barros<sup>51</sup>, encontram-se cinco que já tinham sido suas criadas, ou no momento em que ela fora presa a serviam. Todas, sem exceção, disseram que ela fazia diferentes tipos de fervedouros usando sal e alecrim, para obrigar as vontades dos homens com quem tinha relacionamentos extramaritais. No momento em que preparava os fervedouros, dirigia palavras a “Satanás e Barrabas, e Diabo coxo da Ribeira”, o que assustava algumas das criadas, sendo que uma delas, amedrontada com a oração de Leonor, chegou a invocar o nome de Jesus e da Santíssima Trindade, e Leonor disse-lhe: “não fales agora em Deos”, o que pode indicar uma tentativa da ré em não misturar o sagrado com o profano.

Confrontando as denúncias das criadas, denota-se a imagem negativa que tinham da própria ama: o trato ilícito com vários homens, os fervedouros para obrigar as suas vontades, os quais “lhe davão muito dinheiro e pessas, e por isso lhe chamão a Dama dos Diamantes, e a feiticeira”. Entre esses homens estavam “Manoel Monteiro de Lims” escrivão dos armazéns e Álvaro Pereira, cavaleiro do Hábito de Cristo. Uma outra denunciante, Domingas da Silva, que não era sua criada, refere-se a Leonor como “solteira que uza mal do seu corpo”, recriminando a sua conduta socialmente indesejada, de mulher solteira que mantinha relacionamentos fora do casamento. Segundo um dos relatos das denunciantes, Leonor tinha consciência de que as suas práticas eram alvo de condenação, pois quando soube que uma criada sua tinha sido presa pela Inquisição, teria dito que “estava perdida” porque, caso fosse denunciada, também ela seria presa, como de facto aconteceu.

<sup>51</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 1294.

O medo da ama como justificação por não a terem denunciado mais cedo está presente nas denúncias de todas as criadas. Algumas delas aproveitaram a prisão de Leonor para a denunciar à Mesa do Santo Ofício. Guiomar de Oliveira, que havia servido Leonor, confessou que não a denunciou mais cedo na Mesa por medo “de que a ditta Leonor de Barros lhe pudesse mandar fazer algum dano por ser mulher de mao viver”, acusando-a de ter pedido a um homem, de quem era amante, para cortar a cara a uma mulher como “com effeito se fez”, e por essa razão tardou a denunciá-la. O argumento do medo não foi empregue despropositadamente. Quase no final do processo, quando Leonor forma contraditas de defesa, afirma que teve conflitos com várias pessoas, por exemplo com Joana, que fora sua criada e tornara-se sua inimiga porque uma vez lhe “deu tantas pancadas que a deixou toda negra de nodoas e pizaduras”. Leonor procedeu da pior maneira com Ana, uma outra criada: quando soube que ela teve umas “peleijas” com um criado da casa, a ré castigou-a dando-lhe muita “pancada de sorte que esteve sangrada ha deitou fora de caza”. Esta situação é de grande violência, depois de Leonor lhe ter batido, deixou-a ensanguentada fora de casa. Estes episódios evidenciam o medo sentido por muitas criadas de Leonor, e provam que ela era uma pessoa violenta.

Leonor pediu audiência para confessar as suas culpas. Declarou que para ajudar a sua criada Isabel Correia, que mantinha trato ilícito com um soldado de cavalo, Manoel Freire, da tropa do duque, fez um fervedouro com cinco réis de vinagre, cinco réis de pimenta, duas pontas de mexas de enxofre e um pouco de sal. Mais tarde, recorreu a esse mesmo fervedouro e ao uso das palavras do sal e da sodomia, invocando Barrabás e Satanás para segurar a vontade de uma pessoa eclesiástica, bem como a de outros homens. Na sessão de *genealogia* a ré esclareceu os inquisidores quanto à mudança do seu nome: usou o nome Dona Francisca de Barros até aos 15 anos, quando saiu do recolhimento de São Cristóvão<sup>52</sup> em Lisboa no qual esteve durante um ano por ordem de Dom João Manoel “que nelle a deixou recolhida quando foi pera Malta”. Leonor saiu do recolhimento, porque o dinheiro que esse homem lhe deu, e com quem mantinha trato ilícito, tinha-se esgotado; mudou de nome por respeito aos seus pais, pessoas honradas, não querendo que estes tivessem conhecimento do “modo de sua vida e estado de seu mao procedimento, e por isso senão tratava nem dava a conhecer com os dittos seus parentes”. A vergonha de ser uma mulher pública levou-a à mudança de nome para não manchar a honra da família.

<sup>52</sup> O recolhimento de São Cristóvão designado oficialmente por Recolhimento de Nossa Senhora do Amparo, foi fundado em 1599 nas Escadinhas da Achada, não tendo sido gerido por ordem religiosa, *in base de dados do “Projeto LxConventos”*, (<http://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=646&lang=pt>, consultado em 2020.05.18).

Luísa da Silva<sup>53</sup> é a única ré da nossa amostra que fez fervedouros e lançou pós para resolver um caso de violência doméstica extremo. Ela corrobora o testemunho da sua denunciante, Isabel João que andava “magoada na má vida que seu genro Antonio Fernandez Atafoneiro dava a sua filha Domingas Pedroza”, e solicitou ajuda a Luísa para fazer um fervedouro que serviria para Antonio “quererlhe bem, e darlhe boa vida”, acrescentando que o fervedouro teve efeito

“porque o ditto seu genro estava já em muita paz com sua mulher, e assim na verdade sucedeo, porque havendo (...) piores guerras entre elles de tal sorte que em húa occazião lhe deu muita facada em que a deixou por morta, e a deixava fechada em caza, o que agora não faz vivendo com a porta aberta, e com muita quietação com o ditto seu marido”.

De acordo com a própria Luísa, compadecida com o choro de Isabel, ajudou-a a fazer um fervedouro com vinho, alecrim e um coração de frango, rezando trinta e seis Padres Nossos, trinta e seis Ave Marias, trinta e seis Credos, trinta e seis *glorias patris* “para que elles fizeçem com Deus Nosso Senhor tocassee de sua grassa ao ditto atafoneiro, para que não desse em sua mulher”. A ré mencionou que o fervedouro resultou, ficando “o ditto atafoneiro com sua mulher em grande amizade”.

Nestes processos encontramos mulheres com muitos pontos em comum: a partilha do mesmo espaço de residência centrado na cidade de Lisboa, os fervedouros, o lançar sortes com favas, a devoção do pão e queijo lançados em pedaços pela janela complementada com a invocação de Barrabás e Satanás. Estas referências dão conta da existência de uma transmissão oral destes conhecimentos, tratando-se de práticas difundidas para solucionar problemas pessoais. O pão e o queijo, além de serem bens que não eram caros, poderiam simbolizar complementaridade, ou seja, a união entre masculino e feminino.

Alguns denunciantes quando relataram os momentos em que as supostas feiticeiras faziam os fervedouros, descreveram-nas com os cabelos desgrenhados ou semivestidas, o que poderia reforçar a ideia de possessão diabólica; no mesmo sentido, deduzimos que o alimentar o diabo com pão e queijo pudesse reverter em recompensa à vontade expressa de obrigar as vontades.

O posicionamento inquisitorial em relação às práticas confessadas pelas cinco rés focava-se na existência de um pacto demoníaco. Todavia, apercebemo-

<sup>53</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 1244.

nos que, na realidade, as causas que estavam na origem dos seus atos baseavam-se em superstições femininas para resolver problemas amorosos pessoais ou de outras mulheres, em troca de recompensas que pudessem garantir a sua sobrevivência.

Quanto à condenação, o *Regimento* de 1640 estipulava que a pena para as mulheres que confessassem o delito de feitiçaria seria o degredo para São Tomé e Príncipe e partes do Brasil, acompanhado de penitências espirituais e açoites. Constatámos nos nossos processos uma maior variabilidade de destinos de degredo, centrando-se em Castro Marim, Brasil e Angola; além do degredo, açoites e penitências espirituais, as nossas rés tiveram de arcar com os custos dos seus processos. D. Leonor de Barros foi a única ré que viu a sua pena ser atenuada por ter provado que existiam inimizades com as delatoras, que colocariam em causa a veracidade das denúncias, obtendo degredo por 3 anos para fora do Arcebispado de Lisboa.

Após a publicação das sentenças, algumas das condenadas, contestaram-nas: D. Leonor de Barros conseguiu convencer o Tribunal a suspender o seu degredo, porque após um ano e meio a cumprir-lo estava a passar por muitas dificuldades, encontrando-se muito doente e “sem ter hum pão pera comer (...);” Catarina Craesbeck não se convenceu com o degredo de cinco anos para o Brasil e conseguiu uma comutação da pena e uma dispensa de dois meses do Tribunal para não ir sozinha para o degredo, porque sendo pobre, “aleijada e cega” desejava cumprir o seu degredo na companhia de outra mulher chamada Maria Rodrigues, “que tambem vai pera o ditto degredo (...) por não poder ir só em rezão de sua pouca saude, e pobreza”. Mantendo-se inconformada com a sentença de degredo, talvez pelo seu estado de saúde frágil, Catarina faz um último pedido à Inquisição a 5 de abril de 1672, para que o seu degredo fosse perdoado, por “ser molher de mais setenta annos e estar muito pobre aleijada dos pes e mãos e não poder ir comprir o dito degredo”. Um mês depois, o pedido foi indeferido pelo Tribunal, que argumentou “porque a idade não he tanta que lhe impida a jornada. E há informação que a supplicante anda muito bem disposta e passeando nesta cidade”.

### **Considerações finais**

Como acabámos de demonstrar, a documentação mobilizada para este estudo, não sendo volumosa, é, ainda assim, muito reveladora da existência de superstições e práticas mágicas visando solucionar problemas de cariz amoroso. Tendo em conta o número exíguo de documentos que consultámos,

as conclusões extraídas dessa documentação são necessariamente provisórias e carecem de um aprofundamento, só suscetível de ser realizado no âmbito de investigações mais abrangentes assentes numa amostra mais vasta.

Seja como for, este *corpus* permite extraír várias ideias. Primeiramente, percebemos que existia uma partilha de conhecimentos femininos para a resolução de problemas amorosos. A maioria das nossas rés confessou que aprendeu superstições e orações, como a do pão e do queijo, com outras mulheres recorrendo a estas para, além de manter os seus relacionamentos amorosos, identificar a localização de objetos perdidos e curar doenças.

Os relatos destas mulheres dão conta do empenho feminino em manter relacionamentos extramaritais, os quais lhes garantiam proteção social e económica. Quando confrontadas com a possibilidade de serem abandonadas pelos amantes, recorriam a mulheres entendidas em superstições e fervedouros que poderiam ajudá-las. Já foi referido que a união destas seria facilmente quebrada pelo medo da condenação, ou pelos conselhos dos seus confessores, essenciais às delações. Muitas das delatoras desconheciam que estavam a cometer um pecado, e só se apercebiam que estavam a fazer algo moralmente errado quando falavam com os confessores.

Os inquisidores esforçaram-se em provar que nos casos de feitiçaria existia um pacto explícito com o demónio. Constatámos que não se tratava de casos com esses contornos. Estamos a falar de mulheres que faziam feitiços ora para resolverem os seus problemas pessoais, ora para garantirem a sua sobrevivência económica, ajudando outras mulheres em troca de compensações económicas. Contudo, a possível satisfação em ajudar o próximo, no caso de Luísa da Silva, não deve ser desvalorizada neste quadro de entendimento. Mais do que uma intenção em pactuar com o diabo, seriam necessidades económicas e pessoais que “empurriam” estas mulheres a recorrer a práticas supersticiosas.

Quanto ao procedimento inquisitorial nestes casos, apercebemo-nos que as informações obtidas através das delações seriam juridicamente mais credíveis do que as das próprias rés: mesmo que negassem alguns detalhes de práticas fornecidas pelos denunciantes, estes eram tidos em consideração no momento da aplicação da sentença. Recorrendo à defesa e nomeando testemunhas que comprovassem que existiam inimizades entre os delatores e as rés, estas usufruíam de atenuantes nas suas penas, como foi o caso de Leonor de Barros. Quanto às testemunhas de defesa das rés, apercebemo-nos pelo caso de Catarina Craesbeck, que o Tribunal dava preferência às que fossem cristãs-velhas e do sexo masculino, denotando uma maior desconfiança e descrédito aos depoimentos femininos. A descredibilização inquisitorial

face aos testemunhos femininos não é inédita, tendo já sido desenvolvida por Jaime Gouveia nos casos de solicitação<sup>54</sup>.

Estes processos evidenciam também várias situações de violência física. O processo de Luísa da Silva, que fez fervedouros e lançou pós para resolver um caso de violência conjugal, mostra-nos uma realidade comum na época. A violência era tal que o marido da vítima chegou a dar-lhe uma facada, colocando a sua vida em risco. Felizmente para todos os envolvidos, as práticas de Luísa, segundo o processo, conseguiram suavizar os comportamentos do marido violento e criar estabilidade no matrimónio. Não sabemos até que ponto e durante quanto tempo este período de estabilidade durou. No caso de Leonor de Barros, temos situações de violência extrema contra as suas criadas para as castigar. No fundo, são demonstrações de exercício do poder sobre o outro através da violência.

Ainda relativamente a Leonor de Barros, a sua confissão alertou-nos para a situação marginalizada e difícil em que se encontrava. Desde cedo, a troco de relações sexuais, estava dependente de homens abastados, que com certeza se aproveitavam da sua situação de fragilidade. Consciente do seu comportamento mundano, intollerado na sociedade na qual se inseria, mudou de nome para não manchar a honra da família. O medo de perder as suas dependências masculinas, fê-la recorrer a superstições e feitiços. Por um lado, criamos empatia por esta mulher, devido à sua difícil realidade social, por outro o seu processo revelou que se tratava de uma pessoa muito violenta com as suas criadas, o que remete para as relações de abuso existentes entre patrões e criados. Inferimos que Leonor de Barros tinha consciência de que estaria a incorrer em práticas que poderiam levá-la a Tribunal através de uma denunciante que havia referido que, quando Leonor teve conhecimento que uma das suas criadas fora ao Santo Ofício, ficou com muito receio de ser denunciada.

O facto de algumas das condenadas terem escolhido usufruir dos recursos proporcionados pelo Santo Ofício para formarem as suas defesas com procurador, e terem pedido comutação das suas penas, revelam estratégias de sobrevivência e resistência pessoais. Catarina Craesbeck soube resistir, lutando em Tribunal contra a sua sentença de degredo para o Brasil, cujo cumprimento cremos que fosse difícil para esta mulher de 60 anos. Todavia, o facto de o Santo Ofício ter aceitado duas das suas petições, impedindo-a de concretizar o degredo num espaço completamente novo e desconhecido, já foi vantajoso para ela. A documentação apresenta mulheres com um papel

<sup>54</sup> Jaime Gouveia, “Costelas de Adão: a desacreditação dos depoimentos femininos na Inquisição portuguesa”, *Mátria Digital*, nº 5 (novembro 2017 – outubro 2018), p. 221-244.

interventivo ao longo dos seus julgamentos, o que em alguns casos foi vantajoso na atenuação das suas condenações, provando que não se tratavam de indivíduos passivos.

Em suma, estes e outros dados instigam à realização de estudos mais abrangentes capazes de abordar, de forma mais complexa, o perfil das mulheres como agentes históricos ativos na sociedade portuguesa durante a Época Moderna.

# **“Ofensivo da sua honra e consideração”: os processos judiciais de injúrias e ofensa à moral pública da comarca de Coimbra em finais do século XIX\***

## **“Ofensivo da sua honra e consideração”: lawsuits of insults and offense to public moral from the judicial district of Coimbra in the late 19th century**

RITA PAIVA COSTA\*\*

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

ritadepcosta@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8075-5547>

Texto recebido em / Text submitted on: 28/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 09/06/2021

### *Abstract*

When society's linguistic behaviour is analysed through historical perspective, we realize the importance of the meaning of words and its intentional use as a superior manifestation of sensibility. The historical retrospective is, in that sense, essential to understand not only changes through times, but to recognize the continuities that subsist in language and, consequently, in mentalities.

Lawsuits of insults and offense to public moral reflect, mostly, circumstances where the interpersonal relations are exasperated and words gain a critical significance that is perceived by those involved, the community

### *Resumo*

Quando se perspetiva historicamente o comportamento linguístico de uma sociedade percebemos a importância do teor das palavras e o seu uso intencional como superior manifestação de uma sensibilidade. A retrospetiva histórica é, nesse sentido, essencial para compreendermos não só as transformações ao longo do tempo, mas sobretudo para reconhecer as continuidades que subsistem na linguagem e, assim sendo, nas próprias mentalidades.

Os processos judiciais de injúrias e ofensa à moral pública refletem, na sua maioria, situações em que as relações interpessoais

---

\* Este trabalho é financiado por fundos nacionais e comunitários através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia pela bolsa de doutoramento – SFRH/BD/143220/2019.

Este estudo teve origem na investigação que estamos a realizar para a tese de doutoramento sobre violência conjugal (1850-1926), construindo-se, sobretudo, através da análise de processos judiciais de divórcio. A breve leitura de alguns processos de injúrias e ofensas à moral pública evidenciou a conformidade ao nível da linguagem e comportamentos. Esta concordância, a vários níveis, levou a que considerássemos pertinente examinar um conjunto destes processos por forma a complementar a nossa percepção das mentalidades oitocentistas, não só tendo por base as violências do corpo, mas apoiando-nos também aqui na violência das palavras.

\*\* Investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.

and the law as an insult. The analyses of this documentation allows us to identify, for the late 19th century, the usual mechanisms of personal affront, with its public nature, through the most common words, the complainant's considerations, that fall in notions of honour and perception before others, the witnesses and the judge's deliberation. The study of the historical meaning of language, that works as a weapon and as a crime in itself, allow the apprehension of a common social code, especially in orality, that with due differences and proximities is, still, understood by all.

Keywords: Insults; Lawsuits; 19th century; Coimbra.

estão exasperadas e as palavras ganham, assim, um significado crítico que é entendido pelos envolvidos, pela comunidade e pela lei como um insulto. A análise desta documentação permitir-nos-á identificar, para os finais do século XIX, os mecanismos usuais da afronta pessoal, com o necessário cariz público, através das palavras injuriosas mais comuns, as considerações dos queixosos, que recaem nas noções de honra e percepção perante os outros, as testemunhas e a resolução do juiz. O estudo do significado histórico da linguagem, que funciona aqui como arma e como crime, possibilita a apreensão de um código social comum, sobretudo ao nível da oralidade, que com as devidas diferenças e aproximações é, ainda, compreendido por todos.

Palavras-chave: Injúrias; Processos Judiciais; Século XIX; Coimbra.

## Estado da Arte e Terminologia

“Why should a cultural historian write about language? Why not leave the topic to the linguists?”<sup>1</sup>. É logo no prefácio de uma das suas obras que Peter Burke questiona o estudo da linguagem pelos historiadores, defendendo que a linguagem é sempre um indicador sensível, embora não um simples reflexo, da mudança cultural e, consequentemente, do processo histórico. As fronteiras do estudo da linguagem são complexas porque importando primeiramente ao campo da Linguística vão interessando a outras ciências, como a História, enquanto elemento intrínseco da experiência humana. A história social da linguagem funciona não como um campo próprio, mas como um cruzamento de disciplinas e, assim, embora beneficie desta convergência interdisciplinar também padece dos desencontros próprios de ciências distintas<sup>2</sup>.

Relativamente à história da violência verbal os estudos são restritos, circunscrevendo-se a contextos específicos onde se estuda a evolução do conceito de honra e das conceções sociais e atribuições de género, onde as palavras ofensivas são, talvez, a mais concreta demonstração de um quadro de valores vigente. No campo historiográfico português, os trabalhos acerca desta temática iniciaram-se, a partir dos anos 80, através do estudo de processos judiciais com incidência na violência e nos conflitos dentro das comunidades com obras e artigos de João Fatela (1989), Irene Vaquinhas (1996), José Luís Mendes d’Amaral (1997) e, mais recentemente, Isabel Drummond Braga (2004), Alexandra Esteves (2011) ou Maria João Vaz (2014).

As ofensas verbais, designadas também como injúrias, não podem ser dissociadas dos conceitos de honra e vergonha que, como defende J. G. Peristiany, são valores característicos das sociedades mediterrânicas funcionando como dois polos da mesma avaliação sendo o reflexo da personalidade social no espelho dos ideais da sociedade<sup>3</sup>. Julian Pitt-Rivers reforça esta ideia referindo que a honra providencia o nexo entre os ideais sociais e a sua reprodução no indivíduo através da sua aspiração em personificar tais ideais, não só pelo seu comportamento, mas pela expectativa

<sup>1</sup> Peter Burke, *Languages and Communities in Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004, p. I.

<sup>2</sup> Peter Burke, *Towards a Social History of Early Modern Dutch*, Amsterdam, Amsterdam University Press, 2005, p. 5.

<sup>3</sup> J. G. Peristiany, *Honour and Shame. The Values of Mediterranean Society*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1965, p. 9.

de um tratamento condizente. A honra é o valor da pessoa não só aos seus olhos, mas perante o olhar da sociedade, exibindo parâmetros definidos e particulares a uma dada cultura e a um dado tempo<sup>4</sup>. A partir desta noção, que significado tinham estes termos para finais do século XIX? Talvez a forma mais direta de o entender seja procurá-los nos dicionários da época onde se apresenta uma definição necessariamente generalista e, por isso, compreensível a um quadro de valores mais abrangente.

A definição de “honra” no *Thesouro da Língua Portuguesa*, de 1871, é uma “acção ou demonstração interior, com que alguém dá a conhecer a veneração, o respeito, e a estima que tem pela sua dignidade, ou pelo seu mérito (...) gloria, apreço, estima que acompanha a virtude, a probidade, os talentos (...) honestidade, recato, bom procedimento das mulheres, e o conceito e boa estimação pública que gozam por estas virtudes (...) desejo constante de merecer a estimação publica”<sup>5</sup>. O *Diccionario Contemporâneo da Língua Portugueza*, de 1881, repete a noção de honra enquanto “sentimento habitual de dignidade própria que leva o homem a procurar a boa opinião ou a merecer o bom conceito publico”<sup>6</sup>. Relativamente ao termo “consideração” ambos os dicionários o equivalem a noções de respeito, estima, reputação que um indivíduo goza, esclarecendo que “pouca consideração = pouco merecimento”<sup>7</sup>.

Apoiando-nos nos mesmos dicionários sabemos que “injúria” era, segundo o *Diccionario Contemporâneo*, “acção ou dicto com que se ofende alguém, offensa, agravo, insulto (...) contra o bom nome e reputação”<sup>8</sup>, já no *Thesouro* de 1871, injúria seria “dito ou feito capaz de macular a reputação ou a honra, ou de aviltar a dignidade das pessoas a quem se dirige”<sup>9</sup>. Faz-se mesmo alusão nesta definição a apreciações de figuras relevantes da história da Igreja portuguesa como Manuel Bernardes, considerando este que “cuidão os homens que o desagravarse das injurias he acção de honrado; e o dissimular e perdoar por amor de Deos he cousa infame”<sup>10</sup>.

<sup>4</sup> Julian Pitt-Rivers, “Honour and Social Status” in J. G. Peristiany, *Honour and Shame. The Values of Mediterranean Society*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1965, p. 21-22.

<sup>5</sup> Domingos Vieira, *Grande diccionario portuguez, ou Thesouro da lingua portuguesa*, Porto, E. Chardron e B. H. de Moraes, 1871, vol. 3, p. 982.

<sup>6</sup> Caldas Aulete, *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 1209.

<sup>7</sup> *Thesouro da Lingua Portuguesa*, cit., vol. 1, p. 435.

<sup>8</sup> *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portugueza*, cit., vol. 2, p. 63.

<sup>9</sup> *Thesouro da Lingua Portuguesa*, cit., vol. 3, p. 1113.

<sup>10</sup> *Idem, ibidem*.

## Contextualização histórica e legislação portuguesa

Fazendo uma breve retrospectiva da legislação portuguesa acerca do crime de injúrias diz-nos Humberto Baquero Moreno que os primeiros documentos da época medieval onde encontramos este comportamento criminalizado são os forais da Guarda (1199) e de Castelo Rodrigo (1209). Em ambos os casos, são listados os nomes injuriosos que para o caso da Guarda são “falsso, ou aleivoso, ou o nome castellao, ou puta, ou cegonha, ou mulher boa, ou aleivosa” e no caso de Castelo Rodrigo “cornudo, fudundicul, gafo, judeo, traydor (...) puta, ceguladera, gafa”<sup>11</sup>. Em 1355, D. Afonso IV, por meio das Ordenações Afonsinas, irá uniformizar a lei para todo o reino estabelecendo acerca das injúrias que “daqui em diante os Juizes das terras dos nossos Regnos conheçam dos feitos das injurias, das palavras e doestos, que alguns demamdem a outros (...) os julgem com direito e aguisado, segundo os feitos e as pessoas forem”<sup>12</sup>. Para o século XVI, as Ordenações Manuelinas irão estipular que “os juízes conheçam dos feitos das injurias verbaes, que alguus demandem a outros, e os façam conclusos em breve nao fazendo longos processos”<sup>13</sup>. Este processo deveria ser decidido nas Câmaras Municipais pelos Vereadores de Primeira Instância podendo receber o acusado uma multa de 6 mil reis. As Ordenações Filipinas, que como José António Barreiros afirma serão o “principal repositório de leis criminais portuguesas até 1852”<sup>14</sup>, não introduzirão neste ponto alterações algumas limitando-se a copiar o disposto anteriormente.

Será o Código Penal de 1852 a modernizar a antiga lei sobre a injúria, estabelecida agora no Título IV relativo aos crimes contra as pessoas e, concretamente, no capítulo V referente aos crimes contra a honra, difamação, calúnia e injúria. O primeiro artigo, artigo 407º, é respeitante ao crime de difamação declarando que “Se alguém difamar outrem publicamente, de viva voz, ou por escripto publicado, ou por qualquer meio de publicação, imputando-lhe um facto ofensivo da sua honra e consideração, ou reproduzindo a imputação,

<sup>11</sup> Humberto Baquero Moreno, “Injúrias e Blasfêmias proferidas pelo Homem Medieval Português na sua vida de relação social”, *Revista de Ciências Humanas*, Vol.5, série A (1972), p. 111-130.

<sup>12</sup> Ordenações do Senhor Rey D. Afonso V, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1792, Livro V, Título 59, art.º 3, p. 226, e citado por Humberto Baquero Moreno, “Injúrias e Blasfêmias...”, cit., p. 119.

<sup>13</sup> Ordenações do Senhor Rey D. Manuel, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1797, Livro I, Título 44, art.º 45, p. 301.

<sup>14</sup> José António Barreiros, “As instituições criminais em Portugal no século XIX: subsídios para a sua história”, *Análise Social*, vol. XVI (63) (1980), p. 587-612.

será condenado a prisão por seis dias a seis meses, e multa correspondente<sup>15</sup>. Diferente do crime de difamação, onde havia a imputação de alguma ação ou facto, o crime de injúria “não se imputando facto algum determinado, se fôr commettido contra qualquer pessoa publicamente, de viva voz, ou por escripto publicado, ou por qualquer meio de publicação, será punido com três dias a três meses de prisão, e multa correspondente”<sup>16</sup>. Em ambos os casos, se o crime fosse praticado contra “corporação que exerça autoridade pública” a pena era agravada podendo ir de 15 dias a um ano de prisão<sup>17</sup>. Não havendo publicidade no crime, a pena iria de 3 dias a 3 meses de prisão.

De qualquer forma, se a pessoa fosse individualmente injuriada, sendo então um crime particular, não poderia haver lugar a procedimento judicial sem a queixa do ofendido<sup>18</sup>. Já no crime de ofensa à moral pública, enquanto crime público devido à sua necessária publicidade, a queixa poderia ser intentada por quem se tivesse sentido ofendido pela gravidade das palavras, mesmo podendo não ser o visado, sendo promovido este processo pelo Ministério Público, com punição de prisão de três dias a dois meses e multa até um mês<sup>19</sup>. O crime era agravado se fosse cometido por escrito em qualquer meio de publicação a uma pena de prisão de um mês a três anos e multa correspondente.

O novo Código Penal de 1886 ao nível do conteúdo do Código Penal anterior não apresenta, à primeira vista, grandes alterações, no entanto, a comparação entre ambos permite evidenciar algumas mudanças<sup>20</sup>. Em primeiro lugar, a introdução do “desenho” como um dos meios possíveis de ofensa a par, agora, dos escritos. É uma perspetiva interessante, tendo em conta a proliferação para este período de publicações onde a caricatura e o desenho satírico imperavam. Outra evidência, relativamente ao código anterior, foi a alteração das penas sendo que a maioria foi reduzida, por exemplo, o crime de injúria passou de uma pena de 3 meses para 2 meses, na ofensa contra autoridade pública a punição máxima foi desagravada de 1 ano para 6 meses. O crime de ultraje à moral pública foi o único delito que sofreu um aumento da pena máxima passando de prisão de 2 meses para 3 meses, embora o mesmo crime na forma

<sup>15</sup> *Código Penal Portuguez. Aprovado por carta decreto de 10 de Dezembro de 1852*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855, artigo 407º, p. 120.

<sup>16</sup> *Idem*, artigo 410º, p. 121.

<sup>17</sup> *Idem*, artigo 411º, p. 121.

<sup>18</sup> *Idem*, artigo 416º, p. 122.

<sup>19</sup> *Idem*, artigo 420º, p. 123.

<sup>20</sup> *Código Penal Portuguez. Decreto de 16 de Setembro de 1886*, Sétima Edição, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919, livro II, título IV, capítulo V, p. 119-121.

escrita, sofresse a redução da pena de um máximo de 3 anos de prisão para 6 meses de prisão.

As penas alteradas em 1886, e que foram estabelecidas inicialmente pelo Código Penal de 1852, serão retomadas mais de um século depois com a elaboração do novo Código Penal em 1982, e com nova reformulação em 1995. A legislação mantém-se assim nos mesmos moldes até aos dias de hoje, permanecendo o crime de injúria com as mesmas considerações oitocentistas de atos “ofensivos da sua honra ou consideração”<sup>21</sup>, conservando-se Portugal como um dos últimos países do espaço europeu a considerar o ato de injúria como crime. Pelo contrário, o crime de ofensa à moral pública deixa de constar na lei.

## **Os processos judiciais de Coimbra**

### **O processo**

A denúncia acerca do crime de injúrias deveria ser feita diretamente ao juiz de direito da comarca, por ser um crime particular que carecia da promoção do queixoso. Ao contrário, o crime de ofensa à moral pública, crime público, e por isso promovido pelo Ministério Público, era denunciado perante as autoridades policiais. O auto da queixa era remetido pelo Comissário da Polícia para o Delegado do Procurador Régio, representante do Ministério Público na comarca.

O conteúdo da queixa apresentava normalmente uma estrutura definida. Em primeiro lugar, é apresentado o nome do queixoso, a sua ocupação e residência fazendo depois a descrição do ato ofensivo que se pretendia denunciar apresentando as circunstâncias desta ocorrência, ou seja, o autor, a data e local da ofensa e a enunciação dos nomes injuriosos que sofreu. Não diferem até aqui os processos de injúrias dos processos de ofensa à moral pública, embora, como referimos, fossem iniciados de formas distintas. Mas, seguidamente, se no processo de injúrias se alega que o ato constitui uma ofensa à honra e consideração do queixoso, no processo de ofensa à moral pública refere-se sobretudo o escândalo público que tal procedimento provocou constituindo por isso um crime público. Conclui-se o requerimento com a nomeação de testemunhas que possam provar as ofensas em juízo, e se fosse o caso, demonstrar o ultraje à moral pública.

<sup>21</sup> *Código Penal Português: anotado e comentado: legislação complementar*, 10<sup>a</sup> edição. Coimbra, Livraria Almedina, 1996, livro II, título I, capítulo IV, artigo 181º.

Iniciado o processo, o juiz de direito requeria então o exame de corpo delito indireto, intimando as testemunhas para este procedimento. Neste processo, a prova das testemunhas era fundamental, não só corroborando os atos ou palavras ofensivas, mas sobretudo, como elementos da sua comunidade, para confirmar o escândalo público. Nesse sentido, consoante o conteúdo dos testemunhos o juiz teria três alternativas: se as testemunhas comprovassem os factos o processo prosseguia para julgamento; se as testemunhas comprovassem os factos mas o juiz não visse matéria criminal, em especial o escândalo e ofensa à moral pública, o processo era arquivado; se as testemunhas não provassem os factos, ou o fizessem de forma lacunar, o processo era remetido para cartório até o queixoso nomear outras testemunhas.

Apenas se o processo seguisse para julgamento é que o réu era chamado a juízo no momento da audiência de julgamento. Aqui era interrogado acerca da matéria da participação, tendo oportunidade de negar, alegar outras circunstâncias ou a reciprocidade para sua defesa. Estando presentes tanto o queixoso como o réu, poderia haver acordo entre as partes para a desistência do processo. Se não proceder-se-ia à deliberação da sentença com a determinação da pena de prisão e/ou multa pecuniária.

## Dados Gerais

Foi feito o levantamento de 158 processos judiciais da Comarca de Coimbra, sendo 74 processos de ofensas à moral pública e 84 processos de injúrias, distribuídos pelas décadas finais do século XIX, concretamente 16 processos na década de setenta, 83 processos na década de oitenta e 59 processos na década de noventa<sup>22</sup>. A distribuição geográfica deste conjunto processual evidencia a variedade de regiões alocadas judicialmente à comarca de Coimbra, em que 48% dos casos pertencem à zona urbana da cidade, 16% dizem respeito à área limítrofe citadina (Santa Clara, São Martinho do Bispo, Couselhas, Portela, Olivais, Tovim, entre outros) e 36% dos casos encontram-se em zonas já predominantemente rurais, como Souselas, São João do Campo, Antuzede, Castelo Viegas, Antanhол ou Botão.

O fator geográfico interessa sobretudo para percebermos a extensão da própria denúncia e as autoridades a quem, por este motivo, se poderia recorrer. Como foi aludido anteriormente o processo de ofensa à moral pública enquanto

<sup>22</sup> Esta distribuição prende-se não com nenhuma opção particular, mas com a própria casuística do trabalho de arquivo, que como referimos, se centra em outra temática diferente.

crime público era denunciado às autoridades policiais. Já o processo de injúrias era dirigido diretamente ao juiz de direito, sem queixa na polícia. É percutível, neste conjunto, que quando nos afastamos do centro urbano, a queixa perante a esquadra da polícia, que existia apenas na cidade, tornava-se menos uma opção<sup>23</sup>. Se em Coimbra, 64% dos casos analisados foram reportados às autoridades policiais, na zona limítrofe este valor passa para 38% e na zona rural desce para 28%. A distribuição geográfica dos processos de ofensa à moral pública é então a seguinte: 65% encontram-se na zona urbana, 14% na zona limítrofe e 21% na zona rural. A repartição dos processos de injúrias é inversa, ou seja, 32% dos casos no centro urbano, 19% na zona limítrofe e 49% na zona rural.

Através da distribuição específica na zona urbana da cidade, percebemos que dos 75 casos denunciados, 60 são referentes à baixa da cidade (80%), historicamente local dos estratos populares, com particular incidência na zona do Terreiro da Erva e ruas adjacentes como a rua Direita, rua João Cabreira, azinhaga do Carmo e Montarrio. Os casos referentes à alta da cidade situam-se sobretudo no eixo que ligava esta zona à baixa, ou seja, a rua das Figueirinhas, a rua do Corpo de Deus e a Couraça dos Apóstolos.

Relativamente aos intervenientes, podemos também tirar várias ilações deste conjunto processual. O maior grupo, correspondente a 63 processos, diz respeito a ofensas entre homens, seguido de 36 processos de ofensas entre mulheres. Relativamente às interações entre sexos, temos 18 processos onde a mulher insulta o homem e em 14 processos o homem injuria a mulher. Há ainda processos iniciados contra várias pessoas, sendo em 8 casos o queixoso homem e em 4 casos a queixosa mulher. Encontramos também, circunstância contrária, em que o queixoso é mais do que uma pessoa, normalmente casais ou pais e filhos, correspondendo este conjunto a 12 processos. Por fim, o grupo menor com 3 processos, onde temos vários queixosos contra vários acusados.

Considerando a inserção socioeconómica deste conjunto de indivíduos podemos dizer que pertencem todos, com algumas exceções, ao estrato popular. Estrato este que, podendo ser mais ou menos abonado, é aquele que, de facto, desenvolve o seu quotidiano na rua, que se encontra diariamente, que convive pelas ligações de família, de trabalho, de vizinhança e de circunstância inscritas na própria vivência da cidade e das localidades à sua volta. Como Michelle

<sup>23</sup> Como evidenciou Irene Vaquinhas: “A maior concentração de efectivos policiais na cidade de Coimbra, sobretudo desde 1876, não só permitiu assegurar uma vigilância mais apertada sobre as populações como facilitou o processo de apresentação de queixas ou de denúncias.”, Irene Vaquinhas, *Violência, justiça e sociedade rural: os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, Porto, Edições Afrontamento, 1996, p. 292.

Perrot afirma “a rua constitui o espaço de interconhecimento”<sup>24</sup>. As lavadeiras, os cocheiros, as criadas, os jornaleiros, os pastores, as meretrizes, os sapateiros, os oleiros, as peixeiras, os taberneiros, os fogueteiros, enfim, um rol de profissões muito diversificado que mantém a economia urbana e periférica e se entrecruza constantemente em vários momentos e locais. Existência esta que promovendo encontros, potencia também, quando as relações estão melindradas ou são frágeis, a provocação, o confronto, os conflitos verbais e físicos. E assim, em quase nenhum caso, o fortuito foi contexto de ofensa. O interconhecimento era essencial para o insulto ser mais concreto, mais incisivo e, assim, mais lesivo para o ofendido e mais credível para os presentes. Saber quem o outro é, implica também saber o que ele não quer ser.

As exceções que encontramos neste grupo de pessoas são referentes a alguns negociantes que vão a juízo contra outros negociantes, por ofensas verbais sobre a ética negocial e calúnias de fraudes e burlas<sup>25</sup>. Contudo, a evidente diferenciação social é encontrada nos processos de injúrias em que a ofensa se faz por escrito em publicações periódicas, como descobrimos em cinco processos onde se confrontam juízes, conselheiros, advogados, bacharéis, ou lentes da Universidade, membros de uma elite local. Esta amostra é suficiente para comprovar uma distinta e gradativa consideração da ofensa, uma diferente sensibilidade consoante a posição, a educação e a instrução de cada um dos envolvidos, encarando assim de forma mais ou menos grave as palavras e expressões que lhe foram dirigidas.

Tendo em conta as testemunhas e o seu depoimento que, como dissemos, era essencial para provar o escândalo público, em 75% dos processos as testemunhas corroboraram o que estava na participação da pessoa queixosa, sendo que nos restantes 25%, as testemunhas ou nada sabiam, ou contrariavam o ocorrido, evidenciando a reciprocidade dos insultos e as circunstâncias que levaram a tais procedimentos. O depoimento das testemunhas oscilava, como alude Irene Vaquinhas, entre a cumplicidade, a indiferença ou a hostilidade<sup>26</sup>. As testemunhas são sempre pessoas conhecidas de ambos, da mesma rua, da mesma aldeia, das mesmas convivências e que conhecendo a vida e temperamento dos intervenientes tentam corrigir, através do juízo, os maus procedimentos que destabilizam toda a comunidade. A maioria das testemunhas

<sup>24</sup> Michelle Perrot, “Personagens e papéis” in Philippe Ariès, Georges Duby (dir.) e Michelle Perrot (org.), *História da Vida Privada. Volume 4: Da Revolução à Grande Guerra*, Porto, Afrontamento, 1990, p. 177.

<sup>25</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Fundo Judicial, Comarca de Coimbra, maço 8, processo 52, 1888, cota VI-I-D-14-2-7, ou maço 6, processo 67, 1877, cota VI-I-D-14-2-5.

<sup>26</sup> Irene Vaquinhas, *Violência, justiça...*, cit., p. 439.

vai a tribunal por afinidade e solidariedade com o ofendido, no entanto, algumas são resarcidas da perda do dia de trabalho com o salário que ia de 200 (crianças e algumas mulheres) a 300 réis, importância que entraria nas custas do processo.

Considerando o local e hora da ofensa, não encontramos aqui constância suficiente que evidencie um modo de proceder da ofensa recorrente e pré-estabelecido. Relativamente ao horário da ofensa, apenas 98 processos (62%) o referem especificamente e a distribuição pelas diferentes horas do dia não é uniforme existindo, no entanto, um período mais presente a partir das 19h e até às 21h, tempo já pós-laboral, do caminho para casa, do regresso ao entorno vizinho, do copo na taberna, do descanso e da conversa na soleira da porta. Quando as situações de conflito se geravam e o insulto surgia, sempre com um motivo, mas, muitas vezes, sem premeditação, o local da ofensa acabava por não ser relevante ou decisivo para o desenrolar da situação sendo, por isso, qualquer um onde se encontrassem, a rua, um caminho, a loja, a fonte, a oficina, a taberna, a casa, ou entre casas pelas janelas. No entanto, este local contribuía definitivamente para a publicidade da ofensa, talvez a pior ofensa, agravada pelas altas vozes, pelos gestos excessivos, pelo alvoroço dos envolvidos que despertavam o imediato interesse dos transeuntes e da vizinhança, sendo potenciada, no caso citadino, pela malha urbana densa onde muita gente compartia exíguas áreas e onde poucos sítios eram verdadeiramente privados.

Terminando a visão geral deste conjunto de processos de Coimbra vemos, por fim, a conclusão processual. Dos 158 processos estudados, 84 foram arquivados, em 40 processos houve desistência, em 26 processos não sabemos a conclusão porque terminam os procedimentos sem lhes dar continuidade, e apenas oito processos serão levados a julgamento e sentenciados, sendo duas sentenças de multa, duas sentenças de multa e de prisão, e quatro sentenças de prisão. Convém referir que destes oito processos sentenciados, seis são da década de setenta, um da década de oitenta e outro de 1896. Podemos dizer que se para a década de setenta, o processo de injúrias poderia levar à sentença do acusado (37% dos casos) para as décadas de oitenta e noventa esse valor cai para apenas 1% dos casos analisados. Como Michel Foucault reforça, ao longo do século XIX uma nova atitude judicial irá surgir, que separa o crime praticado da pena a receber, deixando de ser “uma relação de consequência legítima”<sup>27</sup>, um valor de troca da transgressão praticada, mas sim um meio de reabilitação do indivíduo, ou pelo menos, do não agravamento da sua condição de delinquência. Esta perspetiva resultará na diminuição da taxa de condenação geral sobretudo neste tipo de

---

<sup>27</sup> Michel Foucault, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, Lisboa, Edições 70, 2013, p. 70.

crimes, menos importantes, que se julgam comportamentos admitidos e próprios de certos estratos sociais mais propensos ao conflito e aos impropérios.

Relativamente ao arquivamento, 100% dos processos de ofensa à moral pública (74) foram arquivados, isto porque o Ministério Público, que promovia este processo, entendeu sempre que o crime de ofensa apresentado se tratava de um crime particular alegando o delegado do procurador régio que “o ministério publico não tem competência para promover o prosseguimento do presente processo, por isso que d’elle se tracta d’um crime de injurias e não de offensas à moral. Requeiro portanto que elle se archive ficando a queixosa direito salvo para promover o que tiver por conveniente”<sup>28</sup>. O processo de ofensa à moral pública por ser promovido pelo Ministério Público não tinha custas judiciais, ao contrário do processo de injúrias, o que talvez potenciasse as vítimas a denunciar a ofensa como crime público uma vez que, como vimos, a taxa de condenação era muito baixa independentemente do tipo específico de crime. Dessa forma, defendiam a sua honra em juízo, desagravando-se da ofensa, mesmo sabendo que nada adviria em termos penais ao acusado, já que nada fazer era alternativa socialmente bem pior, como que uma anuência das injúrias atribuídas, e esquivavam-se assim das custas judiciais que nunca ficavam em menos de alguns milhares de reis. Ora se, como vimos, um dia de trabalho para este período era cotado ao valor de 300 reis, o queixoso teria de despender várias semanas de trabalho para pagar tais quantias. No processo de injúrias, nos casos em que havia a desistência do queixoso por ter entrado em acordo com o acusado, este para além de se retratar do que lhe disse, poderia ter de pagar as custas ou dividi-las com o queixoso, no entanto, se o processo fosse arquivado, as custas recaiam todas sobre o queixoso.

## Os insultos

As palavras ofensivas, talvez mais do que qualquer outro tipo de linguagem, patenteiam os valores e as normas de determinada cultura e época. No estudo de Irene Vaquinhas<sup>29</sup>, e também no de Alexandra Esteves<sup>30</sup>, é evidenciada uma bipartição clara dos insultos para o século XIX: a sexualidade e a propriedade. A mulher ofendida na sua honra através de imputações de cariz sexual, o homem

<sup>28</sup> AUC..., cit., maço 5, processo 58, 1886, cota VI-I-D-14-2-4.

<sup>29</sup> Irene Vaquinhas, *Violência, justiça...*, cit., p. 474.

<sup>30</sup> Alexandra Esteves, “A duas palavras, três porradas: a violência verbal como expressão da conflitualidade social no Alto Minho de oitocentos” in Fátima M. Ferreira, Francisco A. Mendes, José V. Capela (coord.), *Justiça na Res Publica (Sécs. XIX-XX)*, Vol. 2, 2011, p. 129.

ofendido por acusações de roubo e furto, desrespeitando assim a propriedade privada alheia, um dos maiores valores liberais. O nosso estudo também assim o comprova, e os insultos aqui encontrados seguem esta mesma lógica da conceção de honra oitocentista, demonstrando assim um conjunto de normas de uso e interpretação da linguagem comum a todos. Encontramos também muitos insultos que não se inserem nesta dualidade, sendo mais referentes ao comportamento e carácter do ofendido. Dos 268 nomes insultuosos presentes nos processos analisados, 37% dizem respeito a ofensas de cariz sexual, 19% de desrespeito da propriedade e 36% ofensas ao comportamento e carácter.

As ofensas de cariz sexual são dirigidas maioritariamente à mulher e ao seu comportamento. Como refere Julian Pitt-Rivers: “The honour of a man and of a woman therefore imply quite different modes of conduct. This is so in any society. A woman is dishonoured, loses her verguenza, with the tainting of her sexual purity, but a man does not”<sup>31</sup>. Mesmo quando o homem é visado com epítetos de “corno” e “filho da puta” é a mulher o objeto do insulto, a pessoa cujo comportamento é reprovável. No entanto, ao contrário dos estudos anteriores, encontramos neste conjunto processual, alguns insultos de cariz sexual dirigidos ao homem como “punheta”, “punheteiro”<sup>32</sup> e “paneleiro”<sup>33</sup> ou expressões como “que lhe ia ao cu”<sup>34</sup>, práticas sexuais reprovadas e reprimidas e por isso facilmente ofensivas, como o onanismo e a homossexualidade, e opostas ao conceito de masculinidade do século XIX.

Em Coimbra, os insultos de índole sexual dirigidos à mulher são os mais numerosos, sendo os mais comuns: “puta” (39 processos), “coirão” (21 processos) aparecendo, mais pontualmente, outros nomes como “bandalho” (7), “relaxada” (7), “porca” (6) ou “alcoviteira” (4). Pretendia-se com esta linguagem ferir a mulher na sua reputação e, sobretudo, lançar uma aura de suspeição sobre a sua honestidade e a sua conduta moral<sup>35</sup>, vulnerabilizando-a perante o olhar dos outros. Foi assim que, em 1877, em São Martinho do Bispo, uma mulher se dirige a outra dizendo-lhe “puta, coirão, puta mas puta das examinadas, grande porca e um grande estupor, que tinha ensinado a filha a trabalhar-se por forma a que não emprenhasse”<sup>36</sup>. Alguns anos mais tarde, em 1887, no Terreiro da Erva, Mariana de 18 anos foi insultada por Luís dizendo-lhe este, para além de

<sup>31</sup> Julian Pitt-Rivers, *Honour and Social Status...*, cit., p. 42.

<sup>32</sup> AUC..., cit., maço 2, processo 14, 1894, cota VI-I-D-14-2-1.

<sup>33</sup> AUC..., cit., maço 5, processo 57, 1886, cota VI-I-D-14-2-4.

<sup>34</sup> AUC..., cit., maço 4, processo 63, 1889, cota VI-I-D-14-2-3.

<sup>35</sup> Alexandra Esteves, *A duas palavras, três porradas...*, cit., p. 129.

<sup>36</sup> AUC..., cit., maço 6, processo 70, 1877, cota VI-I-D-14-2-5.

nomes injuriosos, que “tinha uns brincos porque andava a trabalhar pelas lojas com os caixeiros a fazer toda a qualidade de pouca vergonha”<sup>37</sup>.

Da mesma forma, também uma criada diz à filha menor de Manuel que ela “ia todos os dias à baixa (...) E está oferece-la ou mostra-la aos estudantes”<sup>38</sup>. Outras criadas, na rua dos Anjos, vociferam uma para a outra “que seria puta, mas não era ladra e que não admittia que puta como ella ou igual a ella lhe chamassem ladra e que não era tao puta como a queixosa que já tinha tido no hospital um filho podre, ao que esta replicou que não era como a arguida que deixava o amigo na cama e ia fallar com outro”<sup>39</sup>. Em alguns casos, nestas altercações entre criadas e até outras ocupações, os patrões intervinham em juízo, já que a honra de uma criada tocava na dignidade da casa onde trabalhava, sendo aqui referido que “ainda mesmo que a dita Vicentina de Jesus tivesse aquelles todos defeitos, ellas lavadeiras não estavam autorizadas a chama-la assim mesmo que razão tivessem para isso”<sup>40</sup>.

Era sobretudo nas relações de proximidade na vizinhança que se desenvolviam os piores ódios. Na rua do Páteo, em 1893, houve uma zanga de vizinhos que chegou aos tribunais porque um casal estava “dirigindo cantigas picantes (...) fui insultada publicamente fazendo me manguinho isto tanto o homem como a mulher e dizendo-me que fosse para a puta que me pariu (...). Estes senhores me têm posto em má reputação às pessoas a quem se dirigem, para com a dignidade que eu devo guardar ao meu marido chamando-me puta e coirão, em summa teem-me tornado igual as mulheres meretrizes”<sup>41</sup>. Ora esta expressão, assim como as insinuações das ofensas anteriores, é clarificadora do grau de honra e consideração social que tinham as prostitutas<sup>42</sup>, já que a mulher honesta não podia ser equiparada a uma delas e, assim, arriscaríamos pensar que estas mulheres se consideravam elas próprias desprovidas de honra e do direito de se sentirem ofendidas com injúrias semelhantes. No entanto, encontramos também neste conjunto documental processos onde estas se insurgem de terem sido insultadas como Maria Joaquina, meretriz, que se queixa contra Maria da Nazaré, taberneira, por estar “proferindo a dita Nazareth todo

<sup>37</sup> AUC..., cit., maço 7, processo 46, 1887, cota VI-I-D-14-2-6.

<sup>38</sup> AUC..., cit., maço 7, processo 93, 1887, cota VI-I-D-14-2-6.

<sup>39</sup> AUC..., cit., maço 2, processo 91, 1894, cota VI-I-D-14-2-1.

<sup>40</sup> AUC..., cit., maço 2, processo 15, 1894, cota VI-I-D-14-2-1.

<sup>41</sup> AUC..., cit., maço 9, processo 93, 1893, cota VI-I-D-14-2-8.

<sup>42</sup> Referindo Irene Vaquinhas que “A prostituta encarna um contra-ideal feminino, o modelo de como não deve ser uma mulher «conveniente» e «bem procedida», alicerçando-se em seu torno, os conceitos de honra, de pudor e de honestidade femininos, bem como padrão dos comportamentos «normais»”. Irene Vaquinhas, *Violência e justiça...*, cit., p. 328.

a casta de obscenidades, com offensas à moral, chamando a atenção de grande numero de pessoas que passavam, chamando-lhe puta”<sup>43</sup>. E altercações entre meretrizes eram também denunciadas dizendo “se queixou Maria da Conceição (...), meretriz, moradora no terreiro da Erva, de que fora insultada com palavras obcenas que offendem a moral por Thereza de Jesus (...), meretriz, moradora no mesmo terreiro. Esta mulher é desordeira e provocadora e tem já por uso e costume praticar todos estes factos, nao só de insultar a vizinhança assim como provocar os tranzeuntes”<sup>44</sup>.

Como referido, a ofensa mais comum dirigida ao homem era “ladrão”, presente em 26 processos. Insulto recorrente, importava aqui, de facto, o contexto e quem o disse<sup>45</sup>, passando a grave injúria se fosse reforçado com a calúnia de roubos e atos de desrespeito à propriedade alheia. Em São Paulo de Frades, Inácio insulta Manuel dizendo-lhe “ladrão, comedor e maroto e que elle era capaz de lhe arrancar as barbas uma a uma”, por este regar a sua propriedade com água que não lhe pertencia naquele dia<sup>46</sup>. Em São João do Campo, Manuel insulta outro Manuel e o filho dizendo “que se arranjavam bem porque roubavam no campo”<sup>47</sup>. Em São Martinho do Bispo, um jornaleiro chamando ladrão ao marido da queixosa, vem mais tarde pelo termo de desistência do processo afirmar que “retira as palavras offensivas à dignidade do supplicante como sendo uma verdadeira calunia pois o considera como um homem honrado e incapaz de praticar o facto que falsamente lhe atribuiu”<sup>48</sup>. A mulher também é ofendida com esta terminologia com o termo “ladra”, “ladrisca”, “ladrona”, “comedora” como o foi Maria Emília, em Ardazubre, por Francisca C. dizendo que esta era “comedeira e lambareira dos seus cachos”<sup>49</sup>.

As ofensas ao caráter podiam-se somar aos anteriormente mencionados. Na agitação do momento da ofensa não havia lugar a uma compartimentação da injúria, fazendo uso do poder de palavras variadas para ofender o mais gravemente possível. Nomes que aqui feriam o proceder e a natureza do ofendido como Francisco P. que chama a Francisco C. “bruto e burro, epitatos que o supplicante considera ofensivo da sua dignidade quanto mais

<sup>43</sup> AUC..., cit., maço 2, processo 8, 1894, cota VI-I-D-14-2-1.

<sup>44</sup> AUC..., cit., maço 6, processo 1, 1897, cota VI-I-D-14-2-5

<sup>45</sup> David Garrioch, “Verbal insults in eighteenth-century Paris” in Peter Burke e Roy Porter, *The social history of language*. Cambridge, Cambridge Univ. Press., 1994, p. 105.

<sup>46</sup> AUC..., cit., maço 2, processo 84, 1894, cota VI-I-D-14-2-1.

<sup>47</sup> AUC..., cit., maço 3, processo 6, 1896, cota VI-I-D-14-2-2.

<sup>48</sup> AUC..., cit., maço 5, processo 4, 1894, cota VI-I-D-14-2-4.

<sup>49</sup> AUC..., cit., maço 8, processo 39, 1888, cota VI-I-D-14-2-7.

o supplicante nao deu causa a tal offensa<sup>50</sup> ou, em Cernache, onde José foi insultado de “burro, bruto e selvagem e dizendo que sua família andava pelas fazendas d’elle a roubar”<sup>51</sup>, e, outra situação, no Arieiro, onde se “offendeo gravemente o supplicante com palavras injuriosas chamando-lhe filho da puta, maroto, tractante, maleriado e macaco, dizendo ainda que lhe borrrava nas barbas que tinha na cara, isto premeditadamente, sem que o supplicante lhe dirigesse qualquer palavra”<sup>52</sup>. Também o presbítero no seu caminho para a paróquia de Pé de Cão, em 1888, vai ser insultado por um grupo de jovens que cantavam músicas difamantes “com intuito manifesto de mesquinhar e escarnecer o supplicante na sua qualidade de padre (...), mostraram bem os ruins sentimentos que os animam contra os padres e assim é que diziam às pessoas que encontravam que fossem para casa e que não fossem ouvir missa desses malandros”<sup>53</sup>.

A noite, aliada à bebida, também produzia distúrbios e desacatos que desrespeitavam a moral pública e o descanso da população, sendo fortemente reprimidos. Em Alcarraques, em 1877, pelas três da manhã, um grupo perturba a vizinhança “jogando as cartas a vinho e aguardente, praticando à porta de Maria Amara os maiores desacatos à honestidade e moral pública, rinchando, apupando, chamando-a e proferindo palavras tão obscenas que a honestidade e o pudor não permitem escrever, acompanhando esta orgia de pancadas e empurrões à porta”<sup>54</sup>. Numa noite de 1887, em Coimbra, um grupo de oito rapazes “pela 1 hora da noute, pelo facto de andarem em grande arruaça pelas ruas cantando obscenidades (...) fazendo grandes distúrbios em casa das toleradas, sendo preciso entrar na referida casa para os fazer sahir indo em seguida para a Azinhaga do Carmo e ali estacionaram tocando e cantando em alta voz proferindo palavras obscenas”<sup>55</sup>. Outra noite, foi um grupo de estudantes preso em 1894 “pelo facto de estarem hontem próximo das 12 horas da noite em uma casa de meretrizes na rua direita fazendo grande arruaça e sendo intimados pelos guardas nº21 e nº22 deste corpo de policia para que não fizessem barulho, não só lhe não obedeceram mas os insultaram refugiando-se debaixo das camas para não sahírem”<sup>56</sup>.

---

<sup>50</sup> AUC..., cit., maço 7, processo 16, 1887, cota VI-I-D-14-2-6.

<sup>51</sup> AUC..., cit., maço 7, processo 83, 1887, cota VI-I-D-14-2-6.

<sup>52</sup> AUC..., cit., maço 9, processo 1, 1887, cota VI-I-D-14-2-8.

<sup>53</sup> AUC..., cit., maço 8, processo 81, 1888, cota VI-I-D-14-2-7.

<sup>54</sup> AUC..., cit., maço 6, processo 66, 1877, cota VI-I-D-14-2-5.

<sup>55</sup> AUC..., cit., maço 7, processo 4, 1887, cota VI-I-D-14-2-6.

<sup>56</sup> AUC..., cit., maço 5, processo 21, 1894, cota VI-I-D-14-2-4.

Os ataques contra a autoridade eram feitos na sua maioria, como vimos nas transcrições anteriores, durante a noite, já sob o efeito do álcool. Por outro lado, o insulto era também frequente quando as autoridades iam no exercício das suas funções, principalmente, nos atos de fiscalização em que multavam e apreendiam mercadorias e bens. O soldado António A. foi ofendido pelo taberneiro Albano A. dirigindo “ao participante e a outro praça que o acompanhava insultos no exercício de suas funções, faltando-lhes ao respeito e cumprimento da lei, por occasiao dos mesmos praças lhe aprehenderem 35 litros de vinho que tinha em dois pipos descaminhado ao imposto do real d’agua, (...) chamando-lhes grandes patifes e comedores”<sup>57</sup>. José S., guarda a pé, faz queixa contra Francisco R. por ter sido “ali publicamente insultado (...) o qual o chamou canalha, garoto, comilão, se queria comer que fosse cavar com uma enchada”<sup>58</sup>.

Concluindo a apresentação das ofensas no conjunto processual estudado vamos, por fim, expor algumas das queixas por ofensas escritas. Um dos processos é apresentado pelos membros da junta fiscal administrativa do Hospital de São João na Lousã que num artigo do jornal *Defensor do Povo* é acusada de má gerência<sup>59</sup>. Outro processo ocorre em 1896, em que o Dr. Henrique S., juiz de direito, processa o Dr. Manuel C., advogado, pelas “expressões diffamatorias e injuriosas, offensivas da honra e consideração do supplicante” presentes no processo de nomeação de testamenteiros que ocorre depois da morte do irmão do referido juiz, sobretudo pela interferência deste dizendo “que por não ter que fazer, se intrem a incomodar quem está sossegado”<sup>60</sup>. Juiz este que anos antes aparece noutro processo, nesta ocasião, como acusado de proferir palavras injuriosas contra o advogado Dr. Adolpho G., mais uma vez por questões relacionadas com o irmão já que “é porem de todos sabido que o noticiado envolve no odio que tem a seu irmão todos quantos o patrocinam ou defendem, nao cessando de lhes derigir todas as insinuações e injurias que lhe acodem ao espirito desvairado por aquella ruim paixao”<sup>61</sup>. Este advogado conclui a sua queixa de uma forma verdadeiramente reveladora para o entendimento não só da injúria mas do ato processual, e do seu impacto social mais gravoso noutros estratos da sociedade, onde os escândalos públicos tem implicações e consequências maiores, já que refere que “não lhe respondeu com palavra alguma injuriosa, antes, conservando todo o sangue frio, apenas deplorou o seu genio, lastimando que um homem na posição do noticiado descesse a taes excessos e

<sup>57</sup> AUC..., cit., maço 2, processo 54, 1894, cota VI-I-D-14-2-1.

<sup>58</sup> AUC..., cit., maço 4, processo 98, 1896, cota VI-I-D-14-2-3.

<sup>59</sup> AUC..., cit., maço 3, processo 24, 1896, cota VI-I-D-14-2-2.

<sup>60</sup> AUC..., cit., maço 3, processo 4, 1896, cota VI-I-D-14-2-2.

<sup>61</sup> AUC..., cit., maço 7, processo 104, 1887, cota VI-I-D-14-2-6.

pedindo-lhe que nunca mais se lhe dirigisse (...) o supplicante nao procedeu ha muito contra o suplicado porque lhe repugnava o trazer para o banco dos réus um homem que foi juiz de direito em diferentes comarcas do país”<sup>62</sup>.

## Considerações Finais

Como sintetiza David Garrioch, a ofensa verbal é uma realidade de todas as sociedades em qualquer espaço e tempo estudado, produto perene e indicador do conflito humano<sup>63</sup>. Reflexo das normas e dos medos produzidos pela estrutura social onde os indivíduos se inserem, a ofensa foi sofrendo alterações ao longo do tempo e, nesse sentido, reflete também o sistema de valores vigente ou, pelo menos, um tipo de socialização preferencial. Talvez um dos exemplos mais claros da tese defendida por Norbert Elias acerca da imposição social de autocoações no processo civilizacional seja o refreamento do uso da ofensa na interação com o outro, tendo os limites do autocontrolo sido expandidos. A ofensa não desapareceu, mas a sua utilização tornou-se mais controlada, menos precipitada sendo este domínio das palavras apenas traído pela crua natureza das emoções que, por vezes, se experimenta.

Para o século XIX, este controlo era induzido pelo corpo legislativo, produto de uma burguesia liberal, e a ela referente, que tentava imiscuir-se na vida e no melhoramento de todo o corpo social, reproduzindo modos de vida, normas e valores. No entanto, as ofensas entre gente popular eram comportamentos tidos como próprios da sua origem e educação, não tendo a gravidade necessária para resultar em sentença judicial pois, como verificamos, a taxa de condenação era muito reduzida. Percebemos, no entanto, que esta circunstância não demovia os ofendidos de iniciar o processo, já que o mais importante era desagravar-se da injúria através do juízo, reforçando assim publicamente a indignação sentida por tal ultraje pessoal.

Por mais que o contexto da ofensa encontrado neste conjunto processual seja variado, ao nível dos envolvidos e das circunstâncias, os processos apresentam elementos análogos que reforçam a ideia da existência de um sistema de valores comum. Este estudo corroborou a conceção da bipartição da ofensa em injúrias de cariz sexual, maioritariamente atribuídas à mulher, e de injúrias de apropriação indevida, direcionadas ao homem, e consubstanciadas, muitas vezes, com referências insultuosas relativas ao caráter e atitude do indivíduo.

<sup>62</sup> AUC..., cit., maço 7, processo 104, 1887, cota VI-I-D-14-2-6.

<sup>63</sup> David Garrioch, *Verbal Insults...*, cit., p. 104.

Se o conteúdo legislativo existente na atualidade relativo à injúria vai beber aquele definido em 1852, com os mesmos termos, as mesmas penas e, nesse sentido, a mesma apreciação valorativa e sancionatória de oitocentos, será que encontramos evidentes diferenças na própria ofensa? A nossa resposta é sim e não. Sim, porque os meios através dos quais se concretiza hoje uma ofensa se multiplicaram, sendo a transmissão e a publicidade muito maior. Sim, porque naturalmente alguns dos vocábulos insultuosos perderam relevância e foram abandonados como “tratante”, “comedor”, “coirão”, “relaxada”, por exemplo, ou foram desagravados como “garoto”, “maroto”, “miúdo” sendo substituídos por outros. Sim, porque deixou de haver uma bipartição tão clara relativamente às ofensas dirigidas a homens e mulheres. A conduta masculina já não é, majoritariamente, sancionada com relação ao seu respeito pela propriedade, mas através do seu carácter e ações, com grande incisão agora também nos seus comportamentos sexuais. Não, porque a mulher continua a ser ofendida, preferencialmente e como sempre o foi, com alegações referentes à sua reputação e conduta sexual, sobretudo como “puta”, insulto que desde tempos antigos não perdeu significância, nem gravidade. Não, porque, pese embora os anos que passaram, continuamos a compreender, sem dificuldade e sem risco de anacronismos, o sentido dos nomes injuriosos, os fins que pretendiam atingir e, fundamentalmente, o sentimento de indignação e mágoa que causavam. É aqui, não só, um código social que sofrendo alterações significativas ao longo dos anos, permanece, ao mesmo tempo, estruturalmente constante, é, também, a humanidade comum que nos aproxima. Tal como Paul Ricoeur declarou a história é uma maneira de os homens repetirem a sua pertença à mesma humanidade<sup>64</sup>. A linguagem enquanto parte essencial e intrínseca dessa humanidade, é um meio preferencial de nos relacionarmos, e é, na mesma medida e desde sempre, uma arma eficaz para nos atingir.

---

<sup>64</sup> Paul Ricouer, *Histoire et vérité*, Paris, Éditions du Seuil, 1964, p. 32.

(Página deixada propositadamente em branco)

# **Estatísticas agrícolas regionais em Portugal (séculos XIX a XXI): fontes, problemas e historiografia\***

## **Regional agricultural statistics in Portugal (19th and 20th centuries): sources, problems and historiography**

DULCE FREIRE\*\*

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares, Faculdade de Economia  
dulce.freire@fe.uc.pt  
<https://orcid.org/0000-0003-2969-4440>

CARLOS MANUEL FAÍSCA \*\*\*

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares, Faculdade de Letras  
carlos.faisca@uc.pt  
<https://orcid.org/0000-0001-7501-021X>

Texto recebido em / Text submitted on: 28/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 09/06/2021

### *Abstract*

The Portuguese historiography, following a European trend with several decades, has in recent years built long-term statistical series on the most diverse themes, thus enabling a greater accuracy of the interpretations of the past. Due to its high historical relevance, agriculture is one of the most pertinent themes, especially considering that, until the middle of the 20th century, it occupied the daily lives of

### *Resumo*

Nos últimos anos, seguindo uma tendência europeia com várias décadas, a historiografia portuguesa tem construído séries estatísticas de longa duração para diversos indicadores económicos e sociais. Ainda que a agricultura seja uma das atividades historicamente mais relevantes, esses indicadores continuam a faltar. Resultando de uma longa pesquisa que tem tentado colmatar algumas das lacunas

---

\* The research presented in this paper has been carried out in the framework of the ReSEED Project ([reseed.uc.pt](http://reseed.uc.pt)). It has received funding from the European Research Council (ERC) under the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme (grant agreement n°760090), and is hosted by the University of Coimbra, Centre of Interdisciplinary Studies (UIDB/00460/2020). This paper reflects only the author's view. The European Commission and European Research Council Executive Agency are not responsible for any use that may be made of the information it contains.

\*\* Investigadora Principal do projeto *ReSEED – Rescuing seed's heritage* (grant agreement n°760090), Investigadora no Centro de Estudos Interdisciplinares e Professora Auxiliar na Faculdade de Economia, da Universidade de Coimbra.

\*\*\* Bolsheiro de pós-doutoramento do projeto *ReSEED – Rescuing seed's heritage* (grant agreement n°760090), Investigador no Centro de Estudos Interdisciplinares, Professor Auxiliar Convidado na Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

the majority of the Portuguese people. In this article we present the most recent historical series of agricultural statistics, detailing the archives and the sources that were the basis for their construction. In addition to expose these statistics, we intend to stimulate further investigations that can broaden the chronology, the products and the themes of the historical series of the Portuguese agricultural statistics. Therefore, we present a historical contextualization of the production of the Portuguese agricultural statistics, followed by a source guide and several suggestions for future research in different archives and sources. With this effort we aim to stimulate further research that, hopefully, will contribute to deepening the historical knowledge about Portuguese agriculture.

**Keywords:** Agriculture; Agricultural statistics; Portugal.

identificadas, apresentam-se as primeiras séries de produção agrícola regional para Portugal Continental. A análise começa no século XIX, quando os serviços oficiais passaram a recolher sistematicamente alguns dados estatísticos. O artigo está focado no processo de produção destas fontes históricas, avaliando como as mudanças no enquadramento institucional e nos objetivos do Estado podem ter influenciado a qualidade dos dados existentes para cada região. Seguidamente, traça um roteiro dos fundos documentais guardados e disponíveis nos arquivos nacionais e distritais, facilitando o desenvolvimento de futuras investigações.

**Palavras-chave:** Agricultura; Estatística Agrícola; Portugal.

## Introdução

As estatísticas definem as tendências e influenciam as decisões políticas em muitas áreas da vida coletiva, como a economia. Basta recordar a importância dada ao Produto Interno Bruto para classificar o desenvolvimento dos países, um indicador construído a partir de dados recolhidos e analisados por serviços devidamente credenciados por entidades nacionais ou internacionais. Esta orientação tem sido associada à consolidação da estatística enquanto disciplina autónoma, verificada na segunda metade do século XX<sup>1</sup>. Todavia, a estatística não está apenas a configurar as percepções sobre o presente, mas também a contribuir para reinterpretações do passado, suportando leituras agregadas das tendências do crescimento económico para cronologias cada vez mais longas. Desenvolver análises estatísticas, sobretudo para períodos anteriores ao século XX, exige que se considerem dados com origens diversas, muitas vezes com lacunas e que foram produzidos e/ou coligidos com critérios variáveis.

Neste contexto, este artigo tem dois objetivos principais. Por um lado, visa contribuir para aprofundar o conhecimento sobre as circunstâncias em que foram produzidos dados estatísticos em Portugal durante os séculos XIX e XX. Esta indagação implica considerar as mudanças no funcionamento do Estado, tendo em conta a articulação dos serviços centrais e desconcentrados. Por outro lado, esclarece-se como foram construídas as primeiras séries regionais contínuas de produção agrícola portuguesa<sup>2</sup> para 150 anos. A importância de conhecer as variações da produção regional decorre de a agricultura ser uma atividade que depende das condições agroecológicas locais e, também, de ter sido o principal setor económico em Portugal até à segunda metade do século XX<sup>3</sup>. E, como esse passado agrícola e alimentar está a ganhar crescente relevância em processos locais de reconstrução identitária e justificação de várias atividades económicas, torna-se ainda mais pertinente alargar o conhecimento sobre essas heranças<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Ver Fernando de Sousa, *História da Estatística em Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1995; e Rui Santos, *A Estatística Tem uma História*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estatística, 2013.

<sup>2</sup> Parte da pesquisa foi realizada no âmbito do projeto *Agricultura em Portugal: alimentação, desenvolvimento e sustentabilidade (1870-2010)*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT-PTDC/HIS-HIS/122589/2010) e coordenado por Dulce Freire (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2012-2015). As séries estão disponíveis em: <http://www.ruralportugal.ics.ul.pt/>

<sup>3</sup> Para uma síntese desse percurso ver Dulce Freire and Pedro Lains, *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000: Economic Development on the European Frontier*, Leiden, Brill, 2017.

<sup>4</sup> Sobre estas heranças, ver, por exemplo, Monica Truninger and Dulce Freire, “Unpacking the Mediterranean Diet: agriculture, food and health” in Nuno Domingos, José Manuel Sobral and

A partir deste caso, sublinha-se a relevância de construir séries que suportem análises desagregadas, permitindo compreender os impactos locais das diversas atividades económicas.

Ainda que a análise das tendências da História Económica das últimas décadas indique que continuam a prevalecer os estudos relacionados com a designada revolução industrial inglesa e de outras economias centrais<sup>5</sup>, têm-se multiplicado as análises sobre países e regiões menos bem-sucedidas<sup>6</sup>. Nesta renovação de perspetivas, tem-se produzido investigação mais abrangente e coesa, que procura documentar as fontes endógenas relacionadas com o crescimento e a estagnação, tanto nas regiões centrais, como nas periferias europeias. Considera-se que, para compreender as condições de expansão e as diferentes velocidades das economias, é necessário responder a uma variedade mais alargada de questões, explorando tanto os séculos anteriores à industrialização, como as regiões que se tornaram periféricas.

Contudo, ao atraso económico da periferia europeia corresponde, frequentemente, um certo atraso historiográfico<sup>7</sup> que se materializa, também, na inexistência ou na insuficiência de séries estatísticas que permitam uma maior solidez das interpretações. Portugal não é exceção. Verifica-se que acesso a dados quantitativos, que documentem aspectos com relevância económica e social, tem surgido com alguns anos de atraso em relação a outros países. Assim, por exemplo, em França o uso de métodos quantitativos é uma das propostas inovadoras do movimento dos *Annales*, cujos primeiros trabalhos são da década de 1930<sup>8</sup>. Já nos Estados Unidos da América, desde a década de 1950 que o estudo do passado recorre frequentemente a dados quantitativos<sup>9</sup>. A investigação quantitativa,

H. West, *Food between the country and the city: ethnographies of a changing global foodscape*, London, Bloomsbury, 2014, p. 191-206; Elisabete Figueiredo, “Rural Provenance Food as Cultural Heritage: a way of promoting territorial development?” in L. Oliveira, A. Amaro and A. Melro, *Handbook of Research on Cultural Heritage and Its Impact on Territory Innovation and Development*, Hershey, IGI Global, 2021, p. 114-137.

<sup>5</sup> Martina Cioni, Giovanni Federico and Michelangelo Vasta, “The long term evolution of economic history: evidence from the top five field journals (1927-2017)”, *Cliometrica*, 14 (2020), p. 1-39.

<sup>6</sup> Dulce Freire and Pedro Lains, “Introduction” in D. Freire and P. Lains (ed.), *An Agrarian...*, cit., p. 1-9.

<sup>7</sup> José Luís Cardoso, “Entrevista a Jaime Reis”, *Análise Social*, XLVI, 200 (2011), p. 494.

<sup>8</sup> Patrice Bourdelais, “French Quantitative History: Problems and Promises”, *Social Science History*, 8, 2 (1984), p. 179-192. Tratava-se da chamada História Serial à qual, mais tarde, se irá contrapor a História Quantitativa, termo usado pela segunda geração dos *Annales*, nomeadamente, por Labrousse e Braudel.

<sup>9</sup> Louis P. Cain and Robert Whaples, “Economic History and Cliometrics” in Robert Whaples and Randall E. Parker (eds.), *Routledge Handbook of Modern Economic History*, London; New York, Routledge, 2013, p. 3-14.

muito por iniciativa do norte-americano Simon Kuznets, alarga então o espectro internacional, sobretudo a partir de 1956. Neste ano, o *Social Science Research Council* cria um fundo especial para apoiar a recolheção de dados históricos quantitativos. Os primeiros resultados, apresentados em 1959, cobrem nove países europeus, mas com a ausência de Portugal<sup>10</sup>. A par da agenda historiográfica, para esta situação tem contribuído também a dificuldade em reunir os dados, quer porque não foram sequer recolhidos na época, quer porque a documentação histórica desapareceu ou continua inacessível. Apesar disto, o estudo da História de Portugal conta já com o auxílio de diversas séries estatísticas construídas (ou reconstruídas) recentemente e que podem abranger vários séculos do passado nacional<sup>11</sup>.

Para Portugal, vislumbra-se incontornável aprofundar o conhecimento histórico sobre a agricultura, quer em termos macroeconómicos, quer nas trajetórias regionais e locais. Até meados do século XX, o setor foi o maior contribuinte para o Produto Interno Bruto e, até meados da década de 1960, deu ocupação à maior parte da população ativa e foi o principal dinamizador económico e social nos territórios rurais<sup>12</sup>. No setor agrícola, à semelhança do que ocorreu em outros países, uma das primeiras preocupações historiográficas foi a determinação da evolução da produção, ou seja, o que se produzia, em que locais e em que quantidades. Essas análises foram confrontadas com a escassez e/ou o pouco rigor das informações disponíveis, exigindo o desenvolvimento de diferentes metodologias de recolha e análise dos dados<sup>13</sup>. Como se refere mais adiante, em parte essa escassez de dados está relacionada, quer com a emergência do “pensamento estatístico”, quer com as condições de inserção das tarefas relacionadas com a recolha e tratamento de dados quantitativos no funcionamento dos diversos serviços do Estado.

<sup>10</sup> Jean Marczewski, *Introduction a l'Histoire Quantitative*, Genève, Librairie Droz, 1965, p. 41-43. Países europeus representados: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, França, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suécia e Jugoslávia.

<sup>11</sup> Além das séries sobre agricultura, refiram-se, entre outras, as séries de preços, salários e rendas decorrentes do projeto Prices, Wages and Rents in Portugal, 1300-1900 (PTDC/HIS-HIS/123046/2010).

<sup>12</sup> Pinheiro et al., *Séries Históricas Anuais para a Economia Portuguesa no período pós-Segunda Guerra Mundial*, Vol. I - séries estatísticas, Lisboa, Banco de Portugal, 1997.

<sup>13</sup> Por exemplo, Albert Silbert na tese de doutoramento (defendida em 1966 e publicada em 1978), apesar de apresentar dados quantitativos, estes cobrem cronologias relativamente curtas. A determinação da geografia da produção de trigo e centeio no Alentejo baseia-se na produção de um único ano: 1823. Albert Silbert, *Le Portugal Méditerranéen à la Fin de L'Ancien Régime: Contribution à l'Histoire Agraire Comparée*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1978, p. 487-489. A escassez destes dados na História Económica de Portugal é salientada por Jaime Reis em 1986, já 30 anos depois destes estarem generalizados em muitos países europeus. Jaime Reis, “A Produção Industrial Portuguesa, 1870-1914: primeira estimativa de um índice”, *Análise Social*, XXII, 94 (1986), p. 903-928.

Apesar de tudo, nos últimos anos têm sido disponibilizadas séries que visam abranger períodos históricos cada vez mais longos. Após a publicação de dados parciais ou correspondendo a cronologias curtas<sup>14</sup>, no final do século XX foi disponibilizada a primeira estimativa da produção agrícola nacional abrangendo toda a segunda metade do “longo” século XIX<sup>15</sup>. Esta série juntou-se aquela que já existia para o século XX, alargando a cronologia macroeconómica das análises.

Mais recentemente, no âmbito da execução o projeto *Agricultura em Portugal: alimentação, desenvolvimento e sustentabilidade (1870-2010)*<sup>16</sup>, foram construídas duas séries estatísticas com a produção agrícola portuguesa, abrangendo entre meados do século XIX e início do século XXI. A primeira, apresentando a produção agrícola agregada a nível nacional, propôs-se completar, atualizar e alargar o âmbito cronológico das séries já existentes.

A segunda, corresponde a uma nova forma de apresentar a agricultura portuguesa, pois a produção agrícola surge agrupada regionalmente. Ainda que há muito se reconheçam as especificidades regionais e mesmo locais da agricultura em Portugal, faltavam representações quantitativas que contribuissem para aprofundar a análise histórica de cada caso e, também, facilitassem a comparação. A construção de séries regionais de produção agrícola, discriminando os diferentes produtos e abrangendo 150 anos, exigiu a construção de uma metodologia de pesquisa específica e a resolução de diversos problemas interpretativos. Neste artigo apresentam-se e discutem-se esses procedimentos.

A pertinência em se analisar a agricultura do ponto de vista regional tem, pelo menos, duas justificações sólidas. Primeiro, a história das desigualdades económicas e sociais do território português (e ibérico), que tem suscitado diversos estudos com carácter regional<sup>17</sup>. Ora, nenhuma análise económica e

<sup>14</sup> David Justino, *A formação do espaço económico nacional*, Lisboa, Veja, 1989; Conceição Andrade Martins, “A filoxera na vitivinicultura nacional”, *Análise Social*, XXVI, 112-113 (1991), p. 653-688; Helder Fonseca, *O Alentejo no século XIX: economia e atitudes económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.

<sup>15</sup> Pedro Lains e Paulo Silveira e Sousa, “Estatística e produção agrícola em Portugal: 1848-1914”, *Análise Social*, XXXII, 149 (1998), p. 935-968.

<sup>16</sup> As informações sobre este projeto estão disponíveis em: <http://www.ruralportugal.ics.ul.pt/>

<sup>17</sup> Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey: Transport and job mobility in Portugal, 1890-1950”, *Journal of Transport History*, 29, 2 (2008), p. 173-192; Luís Espinha da Silveira, Daniel Alves, Nuno Miguel Lima e Josep Puig-Farré “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”, *Ler História*, 61 (2011), p. 7-37; Marc Badia-Miró, Jordi Guilera e Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, *Journal of Iberian and Latin American Economic History*, 30, 2 (2012), p. 225-244; Carlos Manuel Faísca, “Desigualdade regional na Península Ibérica. Ensaio

social de longo prazo pode ignorar o setor agrícola pela predominância que este teve até às últimas décadas do século XX. Segundo, apesar de corresponder a um território relativamente pequeno com pouco mais de 90.000 km<sup>2</sup>, Portugal apresenta grande heterogeneidade agroecológica e económico-social. De facto, as diferenças climáticas, por exemplo, entre o Minho e o Algarve, influenciaram as disparidades nas práticas agrícolas, a desigual distribuição da propriedade entre o Norte e o Sul do Tejo ou os ritmos de disseminação de inovações agrícolas. A disponibilização de dados de produção agrícola com uma organização regional torna-se, assim, uma mais valia inestimável para compreender as dinâmicas diferenciadas da agricultura regional e, consequentemente, de grande parte da economia portuguesa<sup>18</sup>.

Contribuindo para consolidar o conhecimento sobre essas dinâmicas regionais, depois desta introdução, neste artigo traça-se a trajetória da produção de estatística agrícola oficial em Portugal, contextualizando as condições históricas em que os dados foram coletados. Seguidamente, descrevem-se as fontes, os fundos e os arquivos que se mostraram mais úteis na recolha de dados, sobretudo para o período em que persistem mais lacunas (a segunda metade do século XIX). Referem-se, também, os obstáculos encontrados e a forma como foram superados, ambicionando que outros investigadores, conhecendo estas opções e os caminhos tomados, possam aprofundar a pesquisa. Excluiu-se o século XX desta descrição porque, como se sublinha, está melhor documentado, sobretudo após a publicação de estatísticas retrospetivas por parte do Instituto Nacional de Estatística (INE). Depois apresentam-se e justificam-se os critérios que orientaram a construção destas séries regionais. Por último, nas conclusões, salientam-se as potencialidades de aprofundamento, alargamento e diversificação das séries estatísticas regionais, reafirmando a necessidade de conjugar contributos de diferentes proveniências para melhorar a qualidade dos dados. No conjunto, deseja-se que este artigo, e o trabalho de coleta e análise de dados que lhe está subjacente, possa fomentar novas investigações.

---

bibliográfico”, *História - Revista da FLUP*, IV, 3 (2013), p.201-206; Joan Ramón Rosés and Nikolaus Wolf (eds.), *The Economic Development of Europe's Regions: A quantitative History since 1900*, London, Routledge, 2019 (com capítulos sobre Espanha e Portugal).

<sup>18</sup> Estas séries têm sido utilizadas em várias obras, como Dulce Freire, “Como alimentar Portugal? Produção Agrícola desde 1850” in João Ferrão e Ana Horta (ed.), *Ambiente, Território e Sociedade. Novas Agendas de Investigação*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2015, p. 135-142; Dulce Freire e Pedro Lains (eds.), *An Agrarian...*, cit.; Dulce Freire, “Changing the olive oil value chain: Food Regime and Development in Portugal” in Monica Trünninger et al. (eds.), *Transforming the rural: Global processes and local futures*, United Kingdom, Emerald Publishing Limited, 2017, p. 197-220; Carlos Manuel Faísca, “A produção agrícola no Alentejo (1929-2018): uma primeira abordagem”, *Revista de Estudios Económicos y Empresariales*, 31 (2019), p. 39-64.

## 1. Estatística agrícola em Portugal: produzir e analisar

A implementação de mecanismos para conhecer os diferentes aspectos do território que administra está no âmago do Estado moderno. No processo de alargamento e consolidação do Estado, a quantificação de indicadores económicos e sociais (como população, produção agrícola ou impostos cobrados) foi uma das prioridades, ganhando crescente relevância na definição de estratégias de ação dos diferentes poderes públicos. A génesis destas preocupações modernas de quantificar tem sido situada entre os séculos XVI e XVII, revelando-se primeiro nos meios científicos como instrumento de pesquisa<sup>19</sup>, tornando-se depois uma das atribuições do Estado e um suporte da ação governativa<sup>20</sup>.

Em Portugal, é possível reportar as primeiras preocupações de quantificar dados económicos e sociais aos finais do século XV, aquando das tentativas de contabilização da população residente no Reino, nomeadamente, no reinado de D. Afonso V, em 1475<sup>21</sup>. Nos séculos seguintes, outras iniciativas com algum pendor estatístico foram lançadas, como o Numeramento, em 1527, ou as Memórias Paroquiais, em 1758. Esta última insere-se já num período de reforço do poder central, acentuado a partir da ação do Marquês Pombal, quando o conhecimento do território e a inventariação de recursos disponíveis se tornaram eixos mais relevantes para orientar as decisões governativas<sup>22</sup>. Boa parte desse trabalho foi confiado aos Engenheiros Militares, como exemplificam as obras de Sande de Vasconcelos sobre o Algarve, apresentando dados quantitativos sobre a economia regional<sup>23</sup>. Neste contexto, a promulgação, em 1790, da Lei da Reforma das Comarcas levou à produção de um vasto corpo de informações estatísticas sobre as diferentes regiões portuguesas, novamente a partir do trabalho da Engenharia Militar<sup>24</sup>. Um pouco mais tarde surge, em

<sup>19</sup> J. Adam Tooze, *Statistics and the German State, 1900-1945*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001, p. 1-2.

<sup>20</sup> Esta questão é, por exemplo, tratada em James C. Scott, *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*, New Haven, Yale University Press, 1998.

<sup>21</sup> Teresa Ferreira Rodrigues e Maria João Guardado Moreira, “A quantificação das almas” in Teresa Ferreira Rodrigues (Coord.), *História da População Portuguesa*, Porto, Afrontamento, 2009, p. 143.

<sup>22</sup> João Maria de Vasconcelos Piroto, Aniceto Afonso e José Vicente Serrão, *Conhecimento e definição do território: os engenheiros militares (séculos XVII-XIX)*, Lisboa, 2003, p. 62.

<sup>23</sup> Um caso paradigmático será o *Mappa Geral de Differentes Objectos e Notícias do Reyno do Algarve* que contém dados numéricos relativos à situação económica do Algarve em 1788.

<sup>24</sup> Luís Miguel Moreira, “Lousada em finais do século XVIII: uma análise de geografia histórica”, *Oppidum*, 10, 9 (2016), p. 97-114.

1801, o primeiro Censo da população. Dessas experiências, que estão em consonância com as tendências verificadas em outros Estados do Ocidente<sup>25</sup>, resultaram informações que, apesar das lacunas, permitem vislumbrar algumas das diferenças regionais que caracterizavam o Reino.

De facto, no panorama internacional, ainda que tenha havido experiências anteriores, “foram as revoluções de finais do século XVIII que deram forma aos serviços oficiais de estatística como hoje os conhecemos”<sup>26</sup>. Os primeiros serviços do género foram criados nos Estados Unidos da América em 1787, seguindo-se nos inícios do século XIX a emergência de vários na Europa: França 1800, diversos estados germânicos entre 1805 e 1820, Holanda em 1826. Na década de 1830, estes novos serviços multiplicaram-se (Bélgica 1831, Reino Unido 1832, Dinamarca 1833, Rússia 1834, Noruega 1837) e outros foram apenas criados bastante mais tarde (por exemplo, Finlândia em 1865 e Espanha 1873). Em Portugal, foi após a implantação da Monarquia Constitucional, na sequência da Revolução de 1820, que a orgânica do Estado dispôs de uma entidade dedicada exclusivamente à recolha estatística. Corria o ano de 1836 quando se criou, na dependência do Ministério do Reino, a Comissão Permanente de Estatística e Cadastro do Reino. Neste âmbito, o país estava assim a acompanhar o movimento Europeu.

Ainda que a atuação desta Comissão Permanente de Estatística e Cadastro do Reino seja pouco conhecida, sabe-se que se procedeu à promulgação de diversa legislação que determinou a recolha de dados estatísticos incluindo os de cariz agrícola<sup>27</sup>. Verifica-se que a lógica da construção estatística então delineada irá perdurar até, pelo menos, aos primeiros anos da Ditadura Militar (1926-1933), não obstante as várias mudanças nos organismos responsáveis pelo processo<sup>28</sup>.

Assim, desde a década de 1830, encontrava-se estabelecido um fluxo hierárquico piramidal que, a partir de Lisboa, articulava a Administração Central, com as Administrações Centrais Desconcentradas de nível distrital e com as Administrações dos Concelhos<sup>29</sup>. Inicialmente, nos serviços centrais, a tutela

<sup>25</sup> Stuart Wolf, “Statistics and the Modern State”, *Comparative Studies in Society and History*, 31, 3 (1989), p. 588-604.

<sup>26</sup> J. Adam Tooze, *Statistics...*, cit., p.2.

<sup>27</sup> Paulo Silveira e Sousa, “A Produção de Estatística Agrícola e a Construção do Estado Liberal em Portugal 1834-1926”, *Estudos e Relatórios do ICS* (2014), p. 9-11.

<sup>28</sup> Por exemplo, a Administração do Concelho de Tavira produziu estatística agrícola que remeteu ao Governo Civil de Faro até 1927. As administrações do concelho foram extintas em 1936 (Decreto-Lei n.º 27 424, de 31 dezembro). Município de Tavira, *A Administração do Concelho de Tavira: inventário e contributos para o seu estudo*, Tavira, Município de Tavira, 2018, p. 103.

<sup>29</sup> Uma descrição da evolução dos organismos responsáveis pela estatística agrícola até ao Estado Novo encontra-se em Paulo Silveira e Sousa, “A Produção...”, cit..

pertencia ao Ministério do Reino, passando mais tarde para o Ministério das Obras, Públicas, Comércio e Indústria. Os serviços ministeriais faziam a ligação ao distrito, divisão administrativa criada em 1836. Essa ligação começou por ser estabelecida com os Governos Civis, cabendo ao governador civil reunir os dados a nível concelhio na respetiva circunscrição e enviá-los para a tutela em Lisboa. A partir de 1885, essa ligação passou a ser feita com as Comissões Distritais de Estatística, as quais recorriam ao novo cargo de agrónomo distrital para acolher e organizar os dados locais enviados para os serviços centrais. Em qualquer dos casos, na base desta hierarquia de competências estavam as Administrações do Concelho, cabendo-lhes enviar os dados estatísticos recolhidos localmente para uma ou outra autoridade distrital. Assim, à semelhança do que começou por acontecer em outros casos europeus, a recolha dos dados estatísticos acabava por assentar em grande parte na ação dos notáveis locais, que não tinham uma formação específica para exercer essas funções.

Esta organização dos serviços teve consequências nas modalidades de recolha dos dados e, como se refere mais adiante, devido à forma como decorre hoje o acesso a esta documentação histórica, continua a influenciar a construção de séries estatísticas disponíveis. Sabe-se que esta orgânica já estava estabelecida legalmente em 1837, quando uma portaria governamental determinava a contabilização da produção e do consumo de cereais a nível distrital<sup>30</sup>. No entanto, esta informação não foi, até ao momento, encontrada, pelo que datam da década de 1840 os primeiros dados quantitativos conhecidos sobre a produção agrícola regional.

Os diferentes organismos centrais, que ao longo do século XIX foram responsáveis pela estatística agrícola, só esporadicamente publicaram estatísticas de âmbito nacional. Foi o caso, para a década de 1840, dos *Relatórios do Ministério dos Negócios do Reino* há muito refletidos nos trabalhos de David Justino<sup>31</sup>, e, um pouco mais tarde, dos *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública*, publicados pela Imprensa Nacional, entre 1857 e 1865<sup>32</sup>. Posteriormente, é publicado, pela primeira vez em 1877, o *Anuário Estatístico de Portugal*, mas referente ao ano de 1875<sup>33</sup>. Contudo, ao contrário do que seria expectável, esta publicação não apresenta qualquer tipo de estatística agrícola. Foi necessário esperar por novo número desta publicação em 1886, mas referente a 1884, para

<sup>30</sup> Paulo Silveira e Sousa, “A Produção...”, cit., p. 11.

<sup>31</sup> David Justino, *A formação...*, cit..

<sup>32</sup> Portugal, *Relatórios sobre o estado da administração pública nos districtos administrativos do continente e ilhas adjacentes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857-1868.

<sup>33</sup> Portugal, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Repartição de Estatística, *Anuário Estatístico de Portugal: 1.º anno*, 1875, Lisboa, Imprensa Nacional, 1877.

se encontrar uma nova compilação da estatística agrícola portuguesa. Logo na introdução, a Repartição de Estatística<sup>34</sup> reconhece não ter conseguido cumprir a sua missão na edição de 1875<sup>35</sup>, que inclui dados relativos ao aproveitamento calculado e útil dos elementos que a natureza proporciona, isto é, a agricultura<sup>36</sup>. Apesar da periodicidade que o título desta publicação pressupõe, a verdade é que o documento só voltou a ser publicado para mais três anos do século XIX (1885, 1886 e 1892). Além dos anos em falta, na edição relativa a 1885 não existem quaisquer dados para cinco distritos, pois os respetivos Governos Civis não os enviaram atempadamente<sup>37</sup>. Já nos Anuários dos anos de 1886 e 1892 não se encontram dados de produção para além dos vinícolas.

A inexistência de publicações não significa que o sistema de recolha não funcionasse e, de facto, existem várias evidências de que assim ocorria. Em primeiro lugar, é de referir algumas publicações a nível distrital, encontrando-se entre as mais notórias os *Annaes Agrícolas*, editados pelos Conselhos de Agricultura Distritais. Conhecem-se, entre meados da década de 1870 e da de 1880, *Annaes Agrícolas* relativos aos distritos de Bragança, Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre e Porto<sup>38</sup>. Em segundo lugar, mesmo nas publicações periódicas da responsabilidade da Administração Central, como o *Archivo Rural*, encontram-se, de forma algo isolada, estatísticas agrícolas de âmbito distrital e local. Por último, e quiçá a maior prova de funcionamento do sistema, são as informações contidas nos fundos documentais disponíveis. A nível distrital nos fundos dos Governos Civis, existentes em diferentes Arquivos Distritais. A nível central, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), onde se guardam os fundos do Ministério do Reino e do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que superintenderam os organismos responsáveis pela recolha estatística, e do Ministério da Agricultura, que herdou

<sup>34</sup> A Repartição de Estatística do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria era, desde 1859, o organismo responsável pela estatística do Estado. Paulo Silveira e Sousa, “A Produção...”, cit., p. 16.

<sup>35</sup> Portugal, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Repartição de Estatística, *Anuário Estatístico de Portugal 1884*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, p. I.

<sup>36</sup> Portugal, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Repartição de Estatística, *Anuário...*, cit., p. X.

<sup>37</sup> Tratam-se dos Distritos de Coimbra, Leiria, Lisboa, Santarém e Horta. Portugal, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Repartição de Estatística, *Anuário Estatístico de Portugal 1885*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887, p. VIII.

<sup>38</sup> Por exemplo, os *Annaes Agrícolas* do Distrito de Portalegre foram publicados anualmente entre 1878 e 1886.

esse tipo de documentação<sup>39</sup>. Nos arquivos municipais também poderá existir a documentação relacionada com este âmbito de atividade das administrações dos concelhos, ainda que esses fundos não tenham sido considerados nesta investigação<sup>40</sup>.

Fig. 1 – Mapa da produção agrícola do Distrito de Leiria.

Cadeias	Cereais					Leguminosas					Tuberculosas		Observações	
	Trigo desálvios	Milho desálvios	Cávado desálvios	Cereais desálvios	Arroz desálvios	1.º Grão desálvios	Cebolinha desálvios	Fava desálvios	Safada desálvios	Trevoejo desálvios	Beterraba desálvios	Ibatame desálvios		
Alecrim.....	130.555	327.560	1.802	23.402	860	60	4.560	1.809	x	2.720	15.100	27.760	x	
Anchieta.....	3.587	4.950	112	1.225	175	62	23	73	50	x	312	1.620	x	
Alvorada.....	2.439	3.229	466	9.135	213	13	118	35	15	x	213	937	x	
Batânia.....	72.088	95.060	293	8.164	562	20	1.125	773	132	x	1.157	4.903	x	
Caldas da Rainha.....	12.113	19.630	207	11.312	115	13	1.860	620	56	x	4.350	10.853	x	
Eugenéia dos Vales.....	1.865	12.649	6.501	4.682	x	30	180	x	x	120	100	650	x	
Latac.....	11.010	731.967	4.910	6.219	1.591	19	1.083	375	391	x	10.925	431.619	x	
Olaria.....	336.600	3.198.956	2.950	52.680	16.200	4	4.193	6.065	8.250	x	39.950	715.500	8.250	
Penedo.....	1.612	59.859	105	13.150	48	5	505	361	15	x	877	10.320	x	
Pedra Branca Grande.....	5.840	95.120	18.103	1.630	270	60	50	x	35	x	120	9.660	x	
Pombal.....	16.173	11.750	4.236	6.676	587	65	155	612	87	x	1.855	8.290	x	
Porto da Mós.....	46.600	1.140.000	x	7.520	x	0	300	200	90	x	9.000	10.000	x	

Fonte: Annaes Agrícolas 1881<sup>41</sup>.

Mostrando a relevância que os dados estatísticos estavam a assumir em Portugal, a par do funcionamento destes serviços, outras estratégias foram implementadas. Em simultâneo, outros agentes da administração pública, envolvidos em diferentes projetos, acabaram por produzir estatísticas agrícolas, ainda que abrangendo parcialmente o território nacional. Foi o caso dos trabalhos realizados pela Comissão Geológica e Mineralógica do Reino, chefiada por Charles Bonnet, que recolheu as mais diversas informações de cariz agrícola,

<sup>39</sup> Ainda que só tenha sido criado em 1918, o fundo do Ministério da Agricultura existente no ANTT inclui documentação da Direcção-Geral de Agricultura, criada em 1886. Sobre as mudanças nesta tutela, ver Ana Margarida Rodrigues, *Estudo orgânico-funcional das entidades tutelares da agricultura (1918-2013): Uma contribuição para o Ficheiro Nacional de Autoridades Araquivísticas (FNAA)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Dissertação de Mestrado, 2013.

<sup>40</sup> Em alguns fundos dos Governos Civis guardados nos Arquivos Distritais, como em Bragança, existem mapas com as produções agrícolas concelhias remetidas para o Governador Civil. O mesmo acontece no fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (subfundo Direção-Geral de Agricultura), existente no ANTT.

<sup>41</sup> Conselho de Agricultura do Distrito de Leiria, *Annaes Agricolos do Districto de Leiria*, Leira, Conselho de Agricultura Districtal, 1881.

sobretudo para o Alentejo, com o objetivo final de publicar a *Carta Física e Geológica de Portugal*<sup>42</sup>. Tratava-se da continuação do trabalho que este Engenheiro de origem francesa tinha efetuado para o Algarve e que fora apresentado ao governo em 1848<sup>43</sup>. Ainda que a *Carta Física e Geológica de Portugal* não tenha sido concluída, sabe-se que a atividade desta comissão gerou dados estatísticos que, provavelmente, se encontram dispersos por diferentes arquivos portugueses. É o caso, por exemplo, de documentação existente no Arquivo Histórico Municipal de Ponte de Sor, referindo a produção agrícola e florestal daquele concelho, para o ano de 1851, que resultou do trabalho dessa comissão. Assim, é possível saber, para aquele ano e território, a produção de cereais (trigo, milho e centeio), azeite, cortiça, lenha e bolota<sup>44</sup>.

Volvidas três décadas, a equipa liderada por Gerardo Pery, Engenheiro Militar responsável por elaborar a *Carta Agrícola de Portugal*, procedeu a intensas recolhas estatísticas novamente com ênfase o Alentejo. Apesar de esta carta ser mais um projeto inacabado<sup>45</sup>, algumas estatísticas foram publicadas em monografias<sup>46</sup>, durante a década de 1880, ou no *Boletim da Direcção-Geral de Agricultura*, na década de 1890<sup>47</sup>. É provável que nem todos os resultados do trabalho chefiado por Pery tenham sido publicados, podendo existir na ANTT documentação ainda incógnita associada a esse projeto. É o caso, por exemplo, da monografia agrícola sobre Santiago do Cacém<sup>48</sup>, datada de 1894. Os fundos dos ministérios oitocentistas estão repletos de informações estatísticas de finais do século XIX que, aparentemente, nunca foram devidamente divulgadas, devendo continuar a ser explorados.

<sup>42</sup> Vanda Leitão, *As primeiras Comissões Geológicas portuguesas (1848-1868)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004, Tese de Doutoramento, p. 58.

<sup>43</sup> Vanda Leitão, *As primeiras...*, cit., p. 58.

<sup>44</sup> Arquivo Histórico Municipal de Ponte de Sor, Administração do Concelho de Ponte de Sor, Correspondência expedida, 1851.

<sup>45</sup> A primeira Carta Agrícola foi publicada em 1902, já após a morte de Pery em 1893. Maria Helena Dias (coord.), *Os mapas em Portugal: da tradição aos novos rumos da cartografia*, Lisboa, Cosmos, 1995.

<sup>46</sup> Caso das monografias referentes aos concelhos de Beja, Cuba e Alvito, em três volumes debaixo do título Estatística Agrícola do Distrito de Beja. Gerardo Pery, *Estatística Agrícola do Distrito de Beja, Vol. 1: concelho de Beja*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1883.

<sup>47</sup> Caso das estatísticas agrícolas referentes aos concelhos de Aljustrel, Moura e Portel, publicadas, respetivamente, no *Boletim da Direcção-Geral de Agricultura* n.º 12 de 1890, n.º 15 de 1892 e n.º 2 de 1894.

<sup>48</sup> Documentação disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção-Geral de Agricultura, NP 901, Documentos 1 e 19.

A partir de 1900, com a publicação quase contínua do *Anuário Estatístico de Portugal*, o panorama da estatística agrícola melhora substancialmente. Nesta primeira edição, a secção agrícola apenas contempla a vitivinicultura<sup>49</sup>. Depois não será mais assim. Logo na edição referente a 1903, mas publicada em 1913, disponibiliza-se a produção agrícola, nacional e regional, para cereais, leguminosas, batatas, azeite, vinho, incluindo dados retrospectivos até 1901<sup>50</sup>. A partir daqui, praticamente todos os anos serão cobertos, pois mesmo para aqueles em que o *Anuário...* não é publicado, os dados surgem retrospectivamente em edições posteriores<sup>51</sup>.

Esta melhoria significativa deve-se à criação, pouco depois da implantação da República, logo em 1911, da Direcção-Geral de Estatística, dependente do Ministério das Finanças. Este organismo foi o responsável pela publicação de estatística agrícola em quase todos os anos das décadas de 1910 e 1920. Durante a Primeira República, outras fontes foram surgindo, como o *Boletim do Ministério da Agricultura* (1919 a 1932). Todavia, neste *Boletim...* a informação estatística foi sendo publicada de forma bastante irregular<sup>52</sup>. As lacunas ainda existentes na publicação dos dados para os anos da Primeira República foram, finalmente, suprimidas em finais da década de 1960.

De facto, em 1968, foram publicadas nas *Estatísticas Agrícolas*, do Instituto Nacional de Estatística, tabelas retrospectivas de produção agrícola, abrangendo todo o período de 1915 a 1967<sup>53</sup>. Deverá ter sido o acesso a documentação coeva que permitiu aos técnicos do INE reconstruir as séries para mais de 50 anos. Uma vez mais, depreende-se que o sistema de recolha estatística funcionava, mesmo quando os dados não foram publicados com regularidade.

O Instituto Nacional de Estatística surgiu em 1935, resultando da transformação da Direcção-Geral de Estatística, que a Primeira República tinha criado dentro do Ministério das Finanças. Acompanhando a tendência internacional da época para profissionalizar a coleta destes dados, a partir desta década, Portugal conta com uma agência oficial especializada na produção e no arquivo de estatísticas que o Estado considera relevantes. Quanto aos

<sup>49</sup> Portugal, Ministério da Fazenda, *Annuario Estatistico de Portugal 1900*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907, p. XV.

<sup>50</sup> Portugal, Ministério das Finanças, *Annuario Estatistico de Portugal 1903: Vol II*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, p. 110-113.

<sup>51</sup> É o caso de 1920, cujos dados são publicados no *Anuário...* de 1921, ou 1918, em que a produção agrícola daquele ano está no *Anuário...* de 1919.

<sup>52</sup> Paulo Silveira e Sousa, “A Produção...”, cit., p. 44.

<sup>53</sup> Portugal, Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Agrícolas e Alimentares 1967*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1968, p. 80-81.

dados agrícolas, a partir de 1943, este instituto produz anualmente até hoje as *Estatísticas Agrícolas*, bem como outras publicações com informações relevantes para analisar diversas dimensões do setor primário.

Assim, com as publicações da Direcção-Geral de Estatística, a inclusão das estatísticas agrícolas (a partir de 1901) no *Anuário Estatístico de Portugal*, as *Estatísticas Agrícolas* da responsabilidade do INE (desde 1943) e com a publicação (em 1968) dos dados retrospetivos a 1915, tornou-se, possível, finalmente, obter algumas séries contínuas para a agricultura portuguesa. Esta regularização da disponibilização de dados permite proceder, para o século XX, tanto a observações agregadas, para todo o país, como desagregadas por regiões. Ainda assim, como referido mais adiante, para incluir o século XX numa série contínua de longa duração foi necessário superar vários obstáculos decorrentes, quer das lacunas dos dados anteriores a 1901, quer das mudanças de critérios na recolha e/ou publicação dos mesmos verificadas desde meados do século XIX.

## **2. Séries de estatística agrícola para o século XIX: roteiro documental**

### **2.1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

Seguindo as indicações decorrentes do estudo orgânico e funcional das entidades responsáveis pela coleta e publicação de dados estatísticos relacionados com a produção agrícola em Portugal, a pesquisa de documentação associada à ação dos serviços centrais com essa tutela centrou-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. É neste arquivo que se encontram os principais fundos ministeriais produzidos durante o século XIX e, para alguns ministérios, também do XX. Assim, nestes fundos procuraram-se informações que foram enviadas desde os concelhos, através dos distritos, para os serviços centrais.

Neste arquivo nacional, percorreram-se exaustivamente alguns subfundos incluídos nos fundos do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, concretamente o subfundo Direcção-Geral de Agricultura; do Ministério da Agricultura, nomeadamente o subfundo Direcção-Geral de Economia e Estatística Agrícola; e o enorme e diversificado fundo do Ministério do Reino. Embora a norma arquivística vigente no início da década de 2010 de organização intelectual da informação obedecesse a um critério orgânico-funcional, na realidade, os dois primeiros fundos contêm documentação que em muito extravasa os limites cronológicos dos organismos que os designam. Assim, ainda que a Direcção-Geral de Agricultura só tenha sido criada em 1886, e o

Ministério da Agricultura em 1918, são frequentes as séries e subséries com extremos cronológicos que, no conjunto, são anteriores à fundação destes organismos. Note-se que ficou por explorar o fundo do Ministério da Fazenda/Finanças que, como se explicará, poderá conter documentação com importância para a agricultura, assim como para outras dimensões estatísticas da sociedade portuguesa de finais de oitocentos.

**a) Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria – subfundo Direção-Geral de Agricultura**

Criado em agosto de 1852, foi no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria que surgiu o primeiro serviço diretamente ligado à agricultura na orgânica do Estado português. Tratou-se da Repartição de Agricultura que, desde o início, esteve incumbida de proceder à produção de estatística agrícola. Ainda que este subfundo esteja intitulado como *Direção-Geral de Agricultura* que, como já referido, apenas foi criada em 1886, a data extrema inicial da documentação é 1852. Como está reunida no citado subfundo bastante documentação produzida pela Repartição de Agricultura, vislumbrou-se oportuno iniciar a pesquisa precisamente por aqui.

A pesquisa incidiu nas séries e subséries cuja designação deixava antever a existência de documentação com informação pertinente, como a série *correspondência relativa a estatística geral agrícola* ou a subsérie *avaliação de áreas e reconhecimento agrícola*. Mas incluiu também a exploração de diversas séries contendo correspondência trocada entre este Ministério, os governos civis e os serviços agronómicos regionais. Procurava-se verificar se estas organizações, sobretudo os governos civis, teriam continuado a enviar, tal como fizeram na década de 1850 e inícios da década de 1860, informações estatísticas à administração central, mas que por algum motivo, quiçá orçamental, esta tivesse deixado de publicar.

De facto, à semelhança do que acontece nos fundos dos Governos Civis depositados nos Arquivos Distritais, neste subfundo encontram-se numerosos manuscritos com dados estatísticos municipais. Estes dados são muito dispersos, apresentando grandes lacunas espaciais e temporais, o que torna muito difícil, tanto a agregação a nível municipal, como regional. Todavia, uma pesquisa sistemática destes dados, cruzando-os com os que existem nos fundos dos Governos Civis dos Arquivos Distritais e com os guardados nos Arquivos Municipais, poderá revelar informações importantes para fazer a história da agricultura e da alimentação desde perspetivas locais.

Ainda assim, alguns documentos encontrados entre esta correspondência forneceram uma visão de conjunto e, particularmente, um manuscrito<sup>54</sup> permitiu completar todos os hiatos até então existentes na década de 1860. Este apresenta a produção agrícola de 14 produtos<sup>55</sup>, entre 1861 e 1870, agregada em torno dos 17 distritos de Portugal Continental existentes à época, acrescidos ainda dos 4 distritos relativos aos arquipélagos dos Açores e da Madeira. No entanto, não é indicado nem o produtor da informação, nem as unidades de volume e/ou peso com que são apresentados os dados, nem tão pouco a forma como se procedeu às respetivas recolhas, pelo que a fiabilidade dos dados estatísticos é, à primeira vista, bastante frágil. A análise desses dados revelou que estes eram perfeitamente plausíveis, por comparação com alguns valores já conhecidos na historiografia, como também se mostraram iguais aos apresentados por alguns relatórios publicados na época por diferentes Governos Civis. Por exemplo, a produção do distrito de Portalegre para 1870 é igual à encontrada numa publicação daquele Governo Civil existente no fundo do Ministério do Reino, o mesmo se verificando com o relatório do Governador Civil da Horta, para 1863. Assim, o processo de crítica das fontes permitiu validar o documento e utilizar esta importante informação.

**b) Fundo do Ministério da Agricultura, subfundo da Direção Geral de Economia e Estatística Agrícola**

No fundo do *Ministério da Agricultura* e, mais concretamente, no subfundo da *Direção Geral de Economia e Estatística Agrícola* encontram-se diversas séries e subséries que remontam cronologicamente ao final do século XIX e que, portanto, deveriam estar integradas no fundo do *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*. São, entre outros, os casos das séries *correspondência com os Governos Civis* (1892-1905); *mapas de consumo e produção agrícola* (1890-1921); *boletins agrícolas* (1854-1886). Contudo, apesar de títulos promissores, ao contrário do subfundo da *Direção-Geral de Agricultura*, a pesquisa revelou-se, quase sempre, infrutífera. Recolheram-se apenas alguns dados contendo preços e salários agrícolas. Todas as estatísticas de produção e consumo alimentar apresentaram-se bastante parcelares, quer quanto ao âmbito geográfico, restringindo-se apenas ao

<sup>54</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, NP 970, Doc. 26.

<sup>55</sup> Entre os produtos apresentados estão os principais cereais (Milho, Trigo, Centeio, Cevada e Aveia), leguminosas (Feijão, Fava, Grão-de-Bico, Ervilha, Lentilha, Tremoço e Chicháro) e tubérculos (Batata e Inhame).

espaço concelhio, quer em relação à duração temporal, já que, frequentemente, indicavam apenas alguns resultados mensais.

### c) Fundo do Ministério do Reino

O papel central que o Ministério do Reino desempenhou na administração do Estado português oitocentista justificou a pesquisa neste fundo. Por exemplo, na orgânica deste foi criado, em 1836, o primeiro serviço oficial de estatística, a já mencionada Comissão Permanente de Estatística e Cadastro do Reino. Adicionalmente, nos termos do artigo 209.<sup>º</sup> do Código Administrativo de 1842, em vigor até 1878, os governadores civis estavam obrigados a apresentar no primeiro dia da sessão anual da Junta Geral de Distrito, um relatório sobre o estado do Distrito, que incluía uma secção dedicada à agricultura, aí apresentando por vezes dados estatísticos<sup>56</sup>. Foi, precisamente, por se terem encontrado novos dados em alguns destes relatórios que se avançou mais um pouco na construção das séries estatísticas regionais. Destacam-se, apenas, dois casos: um relatório sobre o distrito de Portalegre<sup>57</sup> e um outro dedicado ao distrito de Viseu<sup>58</sup>. O primeiro, publicado em 1878, fornece os valores da produção distrital para 13 produtos<sup>59</sup>, com dados retrospetivos que remontam a 1867. Este relatório, conjuntamente com a informação reunida por Paulo Silveira e Sousa<sup>60</sup> e aquela que já tinha sido recolhida no fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, permite que este distrito tenha séries bastante completas para os principais produtos agrícolas. Já o relatório sobre Viseu apresenta as mesmas características do anterior, contudo, não dispõe de dados retrospetivos, pelo que se limita a manifestar a produção agrícola distrital de 1877.

As condições de pesquisa neste fundo apresentam algumas particularidades. Tratando-se de um fundo com mais de 10 mil unidades de instalação (a designação arquivística para o que vulgarmente se refere por caixas ou maços), a pesquisa só se pode realizar de uma forma minimamente eficaz se algum instrumento de descrição documental indicar, com uma margem de erro relativamente reduzida, onde se podem encontrar estes relatórios. Como para

<sup>56</sup> Paulo Silveira e Sousa, “A Produção...”, cit., p. 11.

<sup>57</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Maço 2568, Processo 754.

<sup>58</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Maço 2568, Processo 749.

<sup>59</sup> Entre os produtos apresentados estão os principais cereais (Milho, Trigo, Centeio, Cevada e Aveia), leguminosas (Feijão, Fava, Grão-de-Bico, Ervilha, Lentilha, Tremoço e Chicharo) e Inhame.

<sup>60</sup> Paulo Silveira e Sousa, “A Produção...”, cit..

este fundo não existe este nível de descrição nos instrumentos de recuperação de informação, a pesquisa afigura-se bastante complicada. Não havendo outra forma de orientar o investigador na pesquisa nestes milhões de documentos produzidos pela atividade deste Ministério, para uma parte foi possível recorrer aos registos de entrada de correspondência elaborados, à época, pelos próprios funcionários da 2ª Repartição do Ministério do Reino. Mas estes registos, apenas se encontram descritos para o período entre 1870 e 1884, na série *correspondência recebida* da subsecção *2ª Repartição em 1870*. Note-se que para as datas posteriores e para outras séries, os serviços do Arquivo Nacional da Torre do Tombo não dispõem da respetiva relação realizada na época, nem procederam à elaboração de um qualquer instrumento de pesquisa que permita aceder aos documentos que estão na maior parte destas unidades de instalação. Assim, apesar de este fundo estar há décadas depositado no ANTT, milhares de documentos continuam inacessíveis, o que limita consideravelmente o aprofundamento das análises sobre o século XIX em Portugal.

#### **d) Fundo do Ministério da Fazenda/Finanças – subfundo Direção Geral de Estatística e Próprios Nacionais**

Em 1898, o Ministério da Fazenda criou a Direção Geral de Estatística, organismo que funcionou ininterruptamente até à implantação da República, em 1910. Nesta Direção Geral foram integradas as Comissões Distritais de Estatística, até então dependentes do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Sugerido pelo conhecido exemplo de Angra do Heroísmo<sup>61</sup>, supõe-se que existiu uma comunicação regular entre as diversas Comissões e o Ministério da Fazenda. Supõe-se que esta documentação se encontra perdida, especulando-se sobre o seu paradeiro ou a eventual eliminação.

No entanto, verificou-se que num dos inventários do fundo documental *Ministério da Fazenda/Finanças* consta o envio de mapas distritais de produção agrícola na série *registo do movimento de correspondência (1884-1911)*<sup>62</sup>. Ao consultá-la constatou-se que, de facto, as organizações distritais enviaram informação estatística sobre a produção agrícola, visto que essa informação se encontra devidamente registada. Apresentam-se, a título exemplificativo, alguns casos. No dia 16 de maio de 1891, o Governo Civil do Porto enviou para o Ministério da Fazenda o respetivo mapa de produção agrícola distrital

<sup>61</sup> Paulo Silveira e Sousa, “A Produção...”, cit., p. 40.

<sup>62</sup> Inventário L 682(3) do Fundo Documental do *Ministério da Fazenda/Finanças*, 75.

relativo a 1890<sup>63</sup>. Os *mappas do consumo das carnes verdes no anno de 1890*, remetidos a 23 de julho de 1891 pelo Governo Civil de Santarém<sup>64</sup>. Os mapas expedidos pelo Governo Civil de Angra do Heroísmo, contendo toda a estatística agrícola daquele distrito<sup>65</sup>.

A documentação do antigo Ministério da Fazenda está integrada no ANTT desde o início dos anos de 1990. Contudo, apesar da notória relevância deste fundo documental, este apenas se encontra parcialmente descrito e tem-se revelado impossível, quer a localização intelectual da documentação, quer o acesso físico direto aos milhares de unidades de instalação do mesmo. Não foram ainda criados instrumentos que permitam localizar os documentos. Desta forma, à semelhança do que se verifica com o fundo do Ministério do Reino, o acesso a esta importante documentação continua, infelizmente, fora do alcance da investigação. As pesquisas já desenvolvidas levam a suspeitar que neste fundo se poderão encontrar estatísticas sobre os mais variados assuntos relacionados com a sociedade e economia oitocentista<sup>66</sup>.

## 2.2. Arquivos Distritais

Esgotadas as possibilidades de pesquisa nos fundos da administração central que se revelavam mais pertinentes, o foco orientou-se para cada um dos 17 Arquivos Distritais de Portugal Continental<sup>67</sup>, que guardando documentos de organismos intermédios ou locais, poderiam ter informações relevantes sobre a respetiva área de atuação. Não existindo para todos os arquivos distritais instrumentos de acesso aos fundos que guardam, procedeu-se ao contacto com os técnicos de cada um, procurando averiguar se existiam fundos relevantes para a construção de estatísticas regionais de produção agrícola. Para alguns destes arquivos, as informações recebidas, indicavam a existência de séries bastante promissoras, incluídas quase sempre nos fundos dos respetivos Governos Civis.

<sup>63</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo do Ministério da Fazenda/Finanças, Livro 9635, fl. 248.

<sup>64</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo do Ministério da Fazenda/Finanças, Livro 9635, fl. 257.

<sup>65</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo do Ministério da Fazenda/Finanças, Livro 9635, fl. 276.

<sup>66</sup> Encontram-se referências ao envio das mais variadas estatísticas: demográficas, criminais, migratórias ou relacionadas com a assistência social.

<sup>67</sup> Apenas não foi contemplado o Distrito de Setúbal, criado em 1926. Os distritos dos Arquipélagos Autónomos dos Açores e da Madeira não faziam parte do âmbito do projeto de pesquisa em que a construção destas séries se inseriu.

Assim, a fase seguinte da pesquisa correspondeu à consulta da documentação identificada em cada um destes arquivos distritais do Continente.

De uma forma geral, as séries relevantes estão inseridas numa secção destinada à coordenação das atividades económicas e, em alguns casos, de subsecções relativas à agricultura ou à agropecuária. Por exemplo, no Arquivo Distrital de Guarda, existe uma série documental intitulada *Mapas de Produção Agrícola (1855-1959)*, enquanto que no Arquivo Distrital de Viseu se encontram séries com a designação de *Mapas da colheita de cereais no distrito (1847-1864)*; *Mapas Demonstrativos da produção de Castanhas, Nozes, Amêndoas e Avelãs (1851-1878)*; ou ainda *Mapas Demonstrativos da produção e consumo de cereais e legumes (1849-1878)*.

No caso do Arquivo Distrital de Évora, a subsérie *Mapas de Produção de Géneros (1834-1905)*, incluída na série *Agricultura*, subsecção *Agropecuária, Secção Coordenação das atividades económicas* do fundo do *Governo Civil de Évora*, permitiu completar a informação estatística relativa à produção agrícola deste distrito para quase toda a década de 1870, que já tinha sido recolhida nos fundos do ANTT. Por este motivo, o distrito de Évora, a par do distrito de Portalegre, apresenta poucas lacunas nas séries, pelo que se espera que a continuação da investigação permita concluir, com uma elevada percentagem de sucesso, o quadro da produção agrícola distrital eborense da segunda metade do século XIX.

Contudo, em vários distritos as pesquisas revelaram-se praticamente infrutíferas, o que poderá estar relacionado com dois fatores. Por um lado, devido à eliminação da documentação, por incúria humana ou fruto de algum acidente (incêndios ou derrocadas nos edifícios, por exemplo), que criaram lacunas profundas na documentação de alguns distritos. Por outro, como se refere adiante, pelo facto dos fundos dos Governos Civis não se encontrarem ainda devidamente tratados arquivisticamente, o que torna inacessíveis aos investigadores amplos conjuntos documentais.

### **2.3. Arquivo Histórico da Economia**

A documentação histórica do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria que, como já mencionado, durante várias décadas coordenou os serviços estatais agrícolas, não se encontra somente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Na realidade, o Arquivo Histórico da Economia, devido à incorporação documental proveniente da extinta Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, também tem fundos de

elevado interesse para a estatística e outros assuntos agrícolas oitocentistas. Assim, neste Arquivo, é de consultar, pelo menos, os fundos da Direcção-Geral do Comércio, Agricultura e Manufacturas; Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria; e da Direcção-Geral de Agricultura.

### **3. Séries de estatística agrícola regional: obstáculos e possibilidades**

#### **3.1. Critérios para uniformização dos dados**

Depois de exploradas as fontes disponíveis, o processo de sistematização e análise dos dados exigiu que fossem resolvidos vários problemas. Como referido, o período abrangido por estas séries corresponde a diferentes fases de definição dos critérios e procedimentos de tratamento de dados quantitativos, aos quais se juntam, também, as diferentes condições de conservação e de acesso aos documentos históricos.

##### **a) Produtos agrícolas referidos nas fontes**

A sistematização dos dados recolhidos na documentação produzida nos séculos XIX e XX tornou evidente a impossibilidade de incluir na série alguns produtos agrícolas. É de salientar que se no século XX a estatística agrícola em Portugal adquiriu um carácter sistemático e regular, acabou por perder diversidade agrícola relativamente às primeiras recolhas realizadas no século XIX.

Nos mapas produzidos nas cronologias mais recuadas é comum encontrarem-se não só mais variedades de produtos, como também alguns especificamente produzidos em certos locais. É o que ocorre, por exemplo, no Distrito de Faro quando se discrimina a produção de frutos característicos daquela região, que inclui alfarroba, amêndoas e figo<sup>68</sup>. Mais a norte, no Distrito de Leiria, identifica-se a produção de inhame. Além destas especificidades regionais, há um conjunto de produtos que, durante muito tempo ou permanentemente, deixam de estar refletidos nas Estatísticas Agrícolas do INE. É o que se passa com leguminosas (lentilha e tremoço), frutos secos (castanha, noz, avelã e amêndoas) ou citrinos (limão e laranja), os quais não voltarão a ser incluídos nas estatísticas oficiais ou

<sup>68</sup> Em termos biológicos, o figo que é consumido é uma flor e não um fruto, mas por uma questão de convenção cultural manteve-se dentro da categoria de frutos.

apenas o serão em alguns períodos. A ausência sistemática destes produtos nos dados oficiais prejudica a análise das dinâmicas económicas regionais<sup>69</sup>. Resta determinar, em alguns casos, se se tratou de uma mera opção estatística ou se existiu uma perda de biodiversidade agrícola devido à especialização produtiva, decorrente de mudanças de uma agricultura que privilegiava o auto-abastecimento para outra mais vocacionada para satisfazer as solicitações do mercado.

Assim, para construir estas séries regionais de longa duração foi necessário retirar os produtos para que há dados do século XIX, mas para os quais estes não foram recolhidos ou desagregados durante o século XX. Desta forma, as séries acabam por fornecer informações para os produtos que, a partir do século XX, foram considerados pelo Estado como os mais relevantes para a economia<sup>70</sup> e, como tal, merecedores de recolha e tratamento sistemáticos por parte das entidades oficiais responsáveis pelos serviços de estatística.

### b) Conversão de pesos e medidas

As séries estatísticas têm início, como referido, em 1850. Nessa data, o atual sistema métrico decimal ainda não se encontrava em vigor, tendo sido imposto, em 1852, que essa vigência começaria no prazo máximo de dez anos<sup>71</sup>. Na realidade, a transição ocorreu passados 8 anos, tornando-se o sistema métrico decimal o único legalmente reconhecido a partir de 1 de janeiro de 1860, no caso de Lisboa, e de 1 de março do mesmo ano para as restantes povoações do Reino<sup>72</sup>. Perante a necessidade de transformar uma década de dados expressos em medidas de Antigo Regime (almudes, alqueires, etc.) nas atuais medidas decimais, recorreu-se a uma tabela de conversão dos pesos e das medidas publicada em 1868<sup>73</sup>.

Devido à multiplicidade de fontes consultadas, surgiu uma outra necessidade de uniformização, já que algumas apresentam os valores de produção em medidas

<sup>69</sup> Como exemplo, referia-se que as Estatísticas Agrícolas de 1968 indicam a produção de avelã, mas não de laranja. Já as de 1980 incluem a produção de citrinos, entre muitos outros frutos. Atualmente, o leque de produtos é outra vez bastante alargado, sobretudo com um grande número de hortícolas. A lentilha e o tremoço continuam ausentes.

<sup>70</sup> Nomeadamente trigo, milho, centeio, arroz, aveia, cevada, fava, feijão, grão-de-bico, batata, vinho e azeite.

<sup>71</sup> Decreto de 13 de dezembro de 1852.

<sup>72</sup> Decreto de 20 de junho de 1859.

<sup>73</sup> Joaquim Fradesso da Silveira, *Mappa das medidas do novo sistema legal comparadas com as antigas nos diversos concelhos do Reino e ilhas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

de capacidade (hectolitros por exemplo), enquanto outras utilizam medidas de peso. Seguindo o Sistema Internacional, optou-se pela conversão das medidas de capacidade em peso, nomeadamente toneladas, como aliás é seguido também pelo INE. Para tal, recorreu-se a tabelas existentes em diversa bibliografia especializada<sup>74</sup>, que expressam soluções já consensualizadas entre os investigadores.

#### c) Colmatar lacunas dos dados

Enquanto novas investigações não coletarem os dados em falta, para criar séries contínuas é necessário aplicar métodos que permitam superar as lacunas. Assim, recorreu-se ao método da interpolação linear para colmatar a ausência de determinados valores anuais de produção agrícola. Esta técnica de análise estatística tem sido utilizada frequentemente na historiografia, sobretudo na económica, estando amplamente testada e criticada. Tem sido considerado que, desde que exista uma continuidade temporal suficiente para permitir aferir as tendências subjacentes<sup>75</sup>, a interpolação não afeta os atributos dos dados. Após a extensa pesquisa documental, verificou-se que as lacunas nos dados se concentravam particularmente nas últimas décadas do século XIX. Não foi possível averiguar inteiramente as causas desta falta de dados, mas constata-se que ocorrem no período em que houve mudança na organização da recolha a nível distrital (com a criação das Comissões Distritais de Estatística e do cargo de agrónomo distrital) e com a transferência de competências a nível central para a Direção Geral de Estatística do Ministério da Fazenda. Tendo em conta que por vezes a mudança de competências tem sido acompanhada de uma transferência de documentação, talvez seja possível colmatar boa parte dessas lacunas quando estiverem acessíveis os fundos do Ministério da Fazenda/Finanças depositados no ANTT.

#### d) Critérios de divisão geográfica

Para apresentar os dados desagregados por região para todo o período considerado (1850-2010), foi necessário proceder à uniformização da unidade

<sup>74</sup> Nomeadamente, David Justino, *A formação...*, cit., p. 972; e Helder Fonseca, *O Alentejo...*, cit., p. 248-249.

<sup>75</sup> Método usado, por exemplo, por Pedro Lains e Paulo Silveira e Sousa, “Estatística...”, cit. e Jan Luiten Van Zanden and Bas Van Leeuwan, “Persistent but not consistent: The growth of national income in Holland 1347-1807”, *Explorations in Economic History*, 49, 2 (2012), p. 119-130.

geográfica de representação dos mesmos. Desde a criação da Comissão Permanente de Estatística e Cadastro do Reino, em 1836, a base territorial de agregação dos dados foi o distrito. Como estas divisões administrativas se mantiveram relativamente estáveis durante os séculos XIX e XX<sup>76</sup>, foi possível tomá-las como referência para construir as séries desagregadas.

Mas, ao fim de mais de 150 anos mantendo o mesmo critério, o INE procedeu a alterações. A primeira ocorreu em 1989, quando os dados passaram a ser apresentados de acordo com as diferentes Regiões Agrárias. Pouco depois, a partir de 2005, em virtude da uniformização imposta pela União Europeia, passou a usar as Nomenclaturas de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos de tipo II (NUTS II).

Assim, uniformizar a base territorial dos dados foi um dos problemas que foi necessário ultrapassar para construir as séries de produção agrícola desagregadas. Para permitir estabelecer a mesma unidade geográfica, que admitisse uma leitura de longa duração, recorreu-se a uma metodologia baseada na utilização do Sistema de Informação Geográfica (SIG). Resumidamente, o uso de SIG possibilitou identificar as diferenças de área entre as diversas unidades territoriais utilizadas para expressar a produção agrícola regional. Desta forma, tornou-se viável fazer os ajustamentos necessários para adaptar a produção expressa em NUTS II e Regiões Agrárias a Distritos, a unidade que durante mais tempo foi empregue e, por esse motivo, a escolhida.<sup>77</sup> Como este problema da mudança da representação geográfica dos dados se coloca também para a construção de outras séries temáticas de longa duração, a solução encontrada para as séries regionais de produção agrícola poderá ser replicada para outros casos.

### **3.2. Possibilidades para continuar a pesquisa**

Apesar dos milhares de dados reunidos sobre a produção agrícola nacional e regional entre 1850 e 2020, não só se mantêm algumas lacunas, como também alargar os assuntos que se podem explorar. Tendo em conta as tendências dos

<sup>76</sup> A principal exceção foi a criação do Distrito de Setúbal em 1926, resultando da desagregação de território que pertencia ao Distrito de Lisboa.

<sup>77</sup> Para uma descrição detalhada do método usado, ver Cláudia M. Viana, Dulce Freire and Jorge Rocha, “Regional agricultural production statistics for 160 years using the geographic information system and the spatial analytical technique” in P. Kyriakidis, D. Hadjimitsis, D. Skarlatos and A. Mansourian (eds.), *Geospatial Technologies for Local and Regional Development: short papers, posters and poster abstracts of the 22nd AGILE Conference on Geographic Information Science*, Lymassol, Cyprus University of Technology, 2019.

debates académicos em curso, que procuram indagar as condições para o crescimento e o desenvolvimento económico no longo prazo nas diferentes regiões europeias, torna-se pertinente, não só melhorar a qualidade dos dados disponibilizados, como ampliá-los. Neste sentido, para além do que tem vindo a ser referido, apresentam-se algumas indicações que podem ser úteis para continuar a investigação.

### a) Revisitar e aumentar as fontes

É necessário encetar novas pesquisas documentais. Nesse sentido, será oportuno, em primeiro lugar, que se procure averiguar o que terá acontecido à documentação produzida pela Direcção-Geral de Estatística, explorando a possibilidade de se encontrar à guarda do ANTT no fundo do Ministério da Fazenda/Finanças, que, como referido, não está ainda totalmente descrito arquivisticamente<sup>78</sup>. Ainda no ANTT, todos os fundos antes apontados podem ser novamente consultados caso se vise reunir outro tipo de informações, nomeadamente, sobre preços, salários, áreas cultivadas, consumo de géneros agrícolas e quantidades de sementes reservadas para futuras colheitas. Cruzando este tipo de informações, bem como com as já disponíveis relativamente à produção, multiplicam-se as oportunidades de colocar questões e de obter respostas. Tornar-se-á possível, por exemplo, calcular a evolução da produtividade da terra (relação entre área cultivada e a produção) ou da produtividade física de cada cultivo (relação entre a quantidade de semente lançada à terra e a produção).

O mesmo se poderá aplicar aos fundos dos Arquivos Distritais, como se pode verificar na figura 2. É de salientar que o potencial de dados e informações neste tipo de arquivos, sobre distintos assuntos incluindo a agricultura, aumentou imenso recentemente em virtude do depósito da documentação que, aquando da suspensão da atividade dos Governos Civis em 2011, ainda se encontrava nos edifícios em que funcionavam estes serviços administrativos. No entanto, o respetivo acesso obedece a procedimentos que facilitam o acesso dos investigadores: apesar de estes fundos já estarem depositados nos respetivos Arquivos Distritais, a consulta depende da prévia autorização da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna. Acresce que, ao contrário do que foi anunciado em 2012/2013, este extenso conjunto documental não está ainda devidamente descrito arquivisticamente, o que quase sempre inviabiliza o acesso à documentação, que tantas vezes se tem revelado essencial para o avanço da pesquisa histórica.

---

<sup>78</sup> Paulo Silveira e Sousa, “A Produção...”, cit., p. 40.

Fig. 2 – Mapa da colheita e consumo de cereais no Distrito de Évora incluindo a produção reservada para sementeira.

Conselhos	Collectas				Consumo			
	Freg.	Molho	Centro	Fazenda	Socorros para o consumo doméstico		Socorros empregados nos serviços comunitários	
					Padelaria	Padaria	Padaria	Padaria
Almada	20.972,00	22.367,00	24.426,00	2.979,00	15.124,00	15.124,00	15.124,00	15.124,00
Arruda	22.970,00	22.970,00	22.970,00	22.970,00	22.970,00	22.970,00	22.970,00	22.970,00
Braga	16.479,40	17.625,20	17.625,20	2.000,00	16.479,40	16.479,40	16.479,40	16.479,40
Carvalho	16.331,40	16.331,40	16.331,40	9.351,00	9.351,00	9.351,00	9.351,00	9.351,00
Coimbra	99.279,40	10.200,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00
Condeixa-a-Nova	16.370,80	16.370,80	16.370,80	16.370,80	16.370,80	16.370,80	16.370,80	16.370,80
Faria	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Gouveia	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Lamego	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Penacova	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Pombal	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Portalegre	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Portugal	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Porto	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Vila Viçosa	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Total	333.282,40	37.622,80	37.622,80	2.880,00	333.282,40	333.282,40	333.282,40	333.282,40
Almada	86.150,00	86.150,00	86.150,00	86.150,00	86.150,00	86.150,00	86.150,00	86.150,00
Arruda	86.150,00	86.150,00	86.150,00	86.150,00	86.150,00	86.150,00	86.150,00	86.150,00
Braga	16.479,40	16.479,40	16.479,40	16.479,40	16.479,40	16.479,40	16.479,40	16.479,40
Carvalho	16.331,40	16.331,40	16.331,40	16.331,40	16.331,40	16.331,40	16.331,40	16.331,40
Coimbra	99.279,40	10.200,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00
Condeixa-a-Nova	16.370,80	16.370,80	16.370,80	16.370,80	16.370,80	16.370,80	16.370,80	16.370,80
Faria	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Gouveia	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Lamego	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Penacova	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Portalegre	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Portugal	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Porto	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Vila Viçosa	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Total	333.282,40	37.622,80	37.622,80	2.880,00	333.282,40	333.282,40	333.282,40	333.282,40
Almada	86.150,00	86.150,00	86.150,00	86.150,00	86.150,00	86.150,00	86.150,00	86.150,00
Arruda	86.150,00	86.150,00	86.150,00	86.150,00	86.150,00	86.150,00	86.150,00	86.150,00
Braga	16.479,40	16.479,40	16.479,40	16.479,40	16.479,40	16.479,40	16.479,40	16.479,40
Carvalho	16.331,40	16.331,40	16.331,40	16.331,40	16.331,40	16.331,40	16.331,40	16.331,40
Coimbra	99.279,40	10.200,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00
Condeixa-a-Nova	16.370,80	16.370,80	16.370,80	16.370,80	16.370,80	16.370,80	16.370,80	16.370,80
Faria	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Gouveia	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Lamego	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Penacova	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Portalegre	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Portugal	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Porto	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Vila Viçosa	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
Total	333.282,40	37.622,80	37.622,80	2.880,00	333.282,40	333.282,40	333.282,40	333.282,40

Fonte: Arquivo Distrital de Évora, Governo Civil de Évora, Agricultura, Agropecuária, Secção Coordenação das atividades económicas, Mapas de Produção de Géneros (1834-1905).

Uma tipologia de arquivos que merece ser devidamente explorada são os Arquivos Municipais. Sabendo-se que as Administrações do Concelho foram a base da pirâmide do sistema de recolha de informação estatística, presume-se que estes Arquivos sejam um dos principais eixos a explorar, nomeadamente para colmatar as lacunas que persistem. Assim indicam alguns dos casos concretos explorados com mais detalhe, como os Arquivos Municipais de Ponte de Sor e Tavira. Refira-se, por exemplo, que este último Arquivo tem, desde 2018, todo o fundo da Administração do Concelho descrito, existindo uma série, dentro da secção de *Agricultura*, dedicada exclusivamente aos manifestos de produção agrícola<sup>79</sup>. Adicionalmente, poderá ser também nestes Arquivos que se poderão encontrar mais informações produzidas pelos grupos de trabalhos liderados por Charles Bonnet e Gerardo Pery.

No entanto, a pesquisa nos Arquivos Municipais apresenta, pelo menos, dois constrangimentos que se devem assinalar. Primeiro, nestes arquivos tendencialmente dever-se-ão apenas recolher dados com um âmbito geográfico

<sup>79</sup> Município de Tavira, *A Administração do Concelho de Tavira: inventário e contributos para o seu estudo*, Tavira, Município de Tavira, 2018, p. 103.

municipal, o que poderá afetar a reconstrução de séries regionais, ou até nacionais, devido à elevada heterogeneidade, quer dos dados existentes, quer do acesso à documentação oferecida pelos diferentes Arquivos Municipais. Adicionalmente, ainda há vários Municípios que não têm um serviço de arquivo devidamente organizado e disponível à investigação, o que exclui os respetivos territórios de análises a partir de um suporte documental local.

Ainda assim, explorar estes arquivos abre amplas possibilidades para conhecer em detalhe as condições agroecológicas, económicas e sociais em que decorreram as atividades agrícolas. Essa pesquisa permitirá também esclarecer melhor os impactos locais das políticas agrárias e, ainda, as tendências do mercado em diferentes momentos do processo de globalização. Estas são explicações necessárias para compreender as diferentes incidências territoriais das dinâmicas que têm atravessado a contemporaneidade.

### **b) Mudanças na produção agrícola regional**

Entre as temáticas agrícolas que se podem explorar, pode salientar-se um aspeto que emerge como particularmente importante nos debates científicos atuais: a biodiversidade agrícola. Como já referido, a recolha de estatísticas agrícolas da segunda metade do século XIX tinha em consideração, tanto produções que deixaram de ser registadas no século XX, como aquelas que têm um carácter mais regional. A figura 3, em que se inclui a produção de figos, amêndoas e alfarroba no Algarve, é um exemplo disso mesmo. Ora, este facto coloca diversas questões que permanecem por esclarecer. Desde logo, será que a supressão na recolha de determinados géneros agrícolas correspondeu a uma perda efetiva da sua importância agrícola ou económica? Em caso afirmativo, será uma consequência de uma especialização produtiva decorrente de uma maior integração da agricultura portuguesa na economia de mercado? Tratou-se apenas de uma opção estatística, por exemplo, para uniformizar os dados a nível nacional, omitindo-se desta forma as especificidades regionais? Considerando esta hipótese, será necessário esclarecer por que decidiram os serviços estatísticos, para mais já numa fase em que estavam profissionalizados, reduzir a recolha desses dados? Estas e outras questões continuam por esclarecer, merecendo o desenvolvimento de diferentes projetos de investigação<sup>80</sup>.

<sup>80</sup> Algumas dessas questões estão a ser exploradas no âmbito do projeto ReSEED – *Rescuing seed's heritage* <http://reseed.uc.pt/>

Fig. 3 – Estatística agrícola contendo produtos regionais algarvios (1874).

N.º 40

DISTRICTO DE FARO

*Mappa da colheita do figo, amendoa, alfarroba e preço medio dos mesmos generos no anno de 1874.*

CONCELHOS	Colheita de			Preço medio da cultura annual			Preço medio no mercado de			OBSERVAÇÕES					
	FIGO		AMENDOA	ALFARROBA	Figo	Amendoa	Alfarroba	FIGO		AMENDOA	ALFARROBA				
	Peso de 15 kilogrammas	Decalitros	Peso de 15 kilogrammas	Figo	Amendoa	Alfarroba	Peso de 15 kilogrammas	Decalitros	Peso de 15 kilogrammas						
	Conadre	Mercador	Dura	Coca	Molar		Conadre	Mercador	Dura	Coca	Molar				
Albufeira .....	18.364	9.182	8.000	650	80	12.023	13 p. %	10 p. %	5 p. %	750	400	350	550	450	300
Alcoutim .....	416	832	1.230	—	—	620	20 p. %	10 p. %	5 p. %	800	600	230	—	—	—
Aljezur .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Castro-mariam	540	1.080	39	—	—	2.368	19 p. %	10 p. %	5 p. %	800	600	—	—	—	250
Faro .....	500	6.200	1.400	640	270	3.000	20 p. %	15 p. %	8 p. %	1.000	700	350	550	450	280
Lagóa .....	103.353	11.166	20.185	4.221	12.500	800	15 p. %	10 p. %	8 p. %	750	550	200	650	500	240
Lagos .....	120.000	34.000	3.800	1.200	1.600	3.000	25 p. %	8 p. %	6 p. %	750	300	600	600	400	300
Loulé .....	100	25.000	300	80	110	966.606	22 p. %	16 p. %	12 p. %	900	600	500	800	600	240
Monchique .....	—	—	—	—	—	9.000	—	—	—	—	—	—	—	—	280
Olhão .....	3.513	23.466	5.000	4.400	—	3.216	25 p. %	10 p. %	6 p. %	900	600	340	550	300	300
Silves .....	98.000	27.000	7.645	4.235	2.011	76.810	13 p. %	10 p. %	7 p. %	720	400	300	1.110	700	300
Tavira .....	2.410	15.250	16.500	13.000	2.350	70.650	20 p. %	20 p. %	20 p. %	800	600	280	320	350	220
Vila do Bispo .....	800	700	—	—	—	—	13 p. %	—	—	800	700	—	—	—	—
Vila Nova de Foz Côa .....	23.000	10.466	480	2.825	480	15.000	23 p. %	8 p. %	6 p. %	650	400	200	650	500	180
Vila Real de Santo António .....	2.250	4.300	—	269	—	2.480	23 p. %	13 p. %	13 p. %	800	600	—	900	—	300
	374.295	168.782	64.579	32.421	10.572	1.161.343									
	543.008			116.272											
Colheita em 1873 .....		880.604		80.120		183.315									
Diferença .....		337.896		7.213		981.098									

Governo civil em Faro, 26 de fevereiro de 1875.

o SECRETARIO GERAL  
Custodio Joaquim Freire.

Fonte: Beires 1875<sup>81</sup>.

## Conclusão

Seguindo as tendências da pesquisa europeia, nos últimos anos tem aumentado a quantidade e diversidade de dados estatísticos históricos disponíveis sobre Portugal. O setor agrícola, que abrange a parte mais significativa das atividades da sociedade portuguesa até à segunda metade do século XX, não é exceção. Nas últimas décadas, tem-se assistido à publicação, revisão e ampliação de séries históricas agregadas a nível nacional. A construção das séries de produção agrícola regional apresentadas neste artigo enquadra-se nesse esforço coletivo de disponibilizar dados estatísticos relevantes para a interpretação historiográfica.

Apesar das lacunas apresentadas pela documentação produzida em diferentes períodos, as potencialidades de aprofundamento deste assunto,

<sup>81</sup> José de Beires, *Relatorio apresentado à Juntas Geral do Distrito de Faro na sessão ordinaria de 1877: resoluções e consultas da Junta Geral*, Faro, Typ. do Distrito de Faro.

assim como o alargamento a outros, continuam a ser imensas. Como se demonstra neste artigo, os dados estatísticos e outras informações contidos nos fundos documentais guardadas nos arquivos públicos oferecem múltiplas possibilidades de pesquisa, sendo passíveis de guardarem dados relevantes para completar estas séries regionais de produção agrícola ou sobre outras temáticas. Ainda que a cabal interpretação dos dados quantitativos não possa dispensar as informações de carácter qualitativo, a exploração das possibilidades de construção de boas séries estatísticas é essencial para produzir conhecimento histórico sólido sobre Portugal.

# **Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica**

## **The use of newspapers as historical sources – a methodological synthesis**

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

jose.d.assun@globomail.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

<https://orcid.org/0000-0002-3974-0263>

Texto recebido em / Text submitted on: 06/08/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 29/06/2021

### *Abstract*

The article discusses the use of newspapers as historical sources, and intends to propose a set of procedures applicable to the historiographic analysis of this type of sources. The exemplifications – with a view to illustrating each of the aspects that were before discussed in a theoretical perspective – focuses on Brazil at the beginning of the 19th century, in which newspapers had mainly a political purpose and still dealt with short runs, usually commanded by a small group of people. Meanwhile, the most typical situation of other moments in the history of the Press, such as those in which we already have a network of markets and newspapers start to deal with greater circulation, is also addressed. The purpose of the article is in line with a methodological discussion on this type of historical source, which is the newspaper.

Keywords: Newspapers; Press; Methodology; Historical Sources; Historiography.

### *Resumo*

O artigo aborda o uso dos jornais como fontes históricas, e tem a intenção de propor um conjunto de procedimentos aplicáveis à análise historiográfica deste tipo de fontes. A exemplificação – com vista a ilustrar cada um dos aspectos que foi discutido em uma perspectiva teórica – incide sobre o Brasil do princípio do século XIX, no qual os jornais tinham principalmente um propósito político e lidavam ainda com pequenas tiragens, habitualmente comandadas por um pequeno grupo de pessoas. Entretanto, é abordada ainda a situação mais típica de outros momentos na história da Imprensa, como aqueles em que já temos uma rede de mercados e os jornais passam a lidar com maiores tiragens. O propósito do artigo sintoniza-se com uma discussão metodológica sobre este tipo de fonte histórica que é o jornal.

Palavras-chave: Jornais; Imprensa; Metodologia; Fontes Históricas; Historiografia.

## **Periódicos: forma impressa, periodicidade e disponibilização pública**

Os jornais são objetos que estiveram muito presentes na vida urbana nos últimos três séculos. Há quatro décadas, os historiadores começaram a se aproximar cada vez mais deles como um tipo mais específico de fonte histórica, capaz de oferecer inúmeras informações, discursos e indícios para a análise das sociedades que os produziram e dos meios nos quais eles circularam. Para vislumbrar todas as potencialidades e desafios que os jornais apresentam aos historiadores como fontes históricas, devemos ultrapassar o senso comum e essa sensação de franca familiaridade que os habitantes das cidades modernas têm em relação a estes meios de comunicação e de produção de discursos que habitam a nossa vida diária e já fazem parte da paisagem urbana desde os três últimos séculos. Para ter de fato um ponto de vista historiográfico sobre os jornais, é preciso compreender mais a fundo o que eles são no seu dia a dia, no mundo da cultura, no interior da sociedade que os gera e reatualiza como uma forma específica de comunicação, informação, poder e instrumento de sociabilidade. Para tal propósito, algumas perguntas já se colocam à partida. Que tipo de objeto é um jornal? Que finalidades cumpre? Que práticas a ele se filiam? A que demandas atende? Como afeta a vida dos homens e mulheres em sociedade e na sua vida particular?

Antes de mais nada, este ‘meio de comunicação’, ‘instrumento produtor de discursos’ e ‘produto cultural’ destinado à leitura – tão típico da idade moderna e contemporânea – deve ser adequadamente incluído no grupo mais amplo dos ‘periódicos’ – categoria que também inclui outras modalidades de publicações, como os boletins, almanaques, catálogos e revistas. Estas últimas, diga-se de passagem, rivalizam em importância com os jornais diários, constituindo ambos os principais modelos básicos de periódicos dos quais, de alguma maneira, todos os outros derivam ou se aproximam<sup>1</sup>. Os periódicos são, efetivamente, todos aqueles tipos de publicação impressa que são postos a circular, publicamente, com algum tipo de periodicidade, seja esta diária, semanal, anual ou qualquer outra. Se serão vendidos ou distribuídos livremente, e se serão expostos em bancas de jornal ou disponibilizados em circuitos mais específicos, isto ainda não importa muito para que esta e aquela publicação possam ser classificáveis

---

<sup>1</sup> O preço um pouco mais elevado, a regularidade mais espaçada de sua publicação, o tipo de papel, o formato mais similar ao dos livros, a encadernação com capa, e a possibilidade de uma maior especialização para certos tipos de leitores (nos casos em que não temos a abrangência temática típica da ‘revista de variedades’) costumam ser indicados como aspectos que podem demarcar bem o objeto-revista em relação ao objeto-jornal. Quanto mais adentramos o século XX, este contraste tende a se reforçar.

como periódicos. O essencial – as características matriciais que definem os periódicos – está na ‘periodicidade’ e ‘forma impressa’, embora com a recente era digital tenham surgido novos modos de divulgação integral ou parcial para os periódicos, muitas vezes complementares ao modelo impresso. Ao lado disso, é oportuno lembrar que, para além da ‘forma impressa’ e ‘periodicidade’, a ‘publicização’ – ou a disponibilização a algum tipo de público – constitui a terceira característica essencial dos periódicos<sup>2</sup>.

A relação do tipo de periódico com cada um destes aspectos – o formato ou materialidade da ‘forma impressa’, o ritmo de disponibilização que define a ‘periodicidade’, e o modo ou abrangência da ‘publicização’ – permite compreender a combinação de fatores que define a diversidade de periódicos disponíveis nos tempos modernos. Mencionei atrás, como exemplos iniciais, os jornais, revistas, boletins, almanaque e catálogos, que são modelos de periódicos mais relacionados com os formatos, ou ainda com o tipo de periodicidade que rege sua publicização. Se considerarmos a abrangência e os tipos de públicos a que se destinam, ou outros aspectos como as finalidades de cada tipo de publicação, poderemos chegar a uma considerável variedade de publicações que unem a forma impressa, a periodicidade e a publicização. Há periódicos que atendem quase que exclusivamente a finalidades publicitárias, a exemplo dos catálogos de produtos disponibilizados com regularidade pela indústria ou pelo comércio para informação dos consumidores e vendedores. E há também publicações que, ao contrário dos jornais diários ou das revistas que são vendidas nas bancas de jornal para um número mais abrangente de indivíduos, são relacionadas a instituições muito específicas, tais como os sindicatos, associações de moradores, institutos profissionais ou científicos, museus, clubes e grêmios recreativos. Por fim, teríamos ainda os periódicos voltados para grupos sociais e culturais mais singulares, tais como os dos praticantes de determinado hobby ou esporte, os publicados por grupos demarcados por certas identidades étnicas, bem como os ligados aos movimentos sociais de todos os tipos. Da informação à cultura, entretenimento, representação de classe ou congregação política, as finalidades e ambientes dos periódicos se multiplicam. Considerando a sua importância cultural, social e mercadológica, as revistas de histórias em quadrinhos (HQs), para dar um último exemplo significativo, já constituem um grande e especial gênero de periódicos que desenvolveu uma linguagem

<sup>2</sup> Deste modo, um balanço periódico de uma empresa, direcionado para funcionários específicos em vista da realização de determinado trabalho, não deve ser caracterizado como um periódico, o que vale igualmente para outros relatórios deste tipo. O periódico se oferece à leitura de um certo público; não é a ele imposto.

própria, constituindo também uma nova forma de expressão artística e uma indústria específica, a qual terminou por ensejar, a partir da última metade do século XX, um diálogo importante com o Cinema<sup>3</sup>.

Conforme podemos ver, ao lado das publicações relacionadas mais propriamente à Grande e Média Imprensa – em especial os jornais diários e as revistas – é possível entrever uma rede bastante diversificada de publicações periódicas que procuram atender aos mais variados segmentos de leitores e às mais diversificadas finalidades. Também são múltiplos os ambientes sociais ou culturais nos quais cada um destes tipos de periódicos pode circular, e os modos como eles podem ser disponibilizados ao seu público ou segmento de população. Neste artigo, apenas exemplificativo, vamos nos limitar ao caso dos jornais diários e sua possibilidade de uso como fonte histórica pelos historiadores. Procuraremos considerar, à partida, um quadro mais geral de aspectos que são típicos dos jornais e que, a princípio, podem ser evocados conforme o esquema abaixo.

Quadro 1 – Oito características essenciais dos jornais<sup>4</sup>.



<sup>3</sup> Para uma aproximação da linguagem dos quadrinhos, cf. Will Eisner, *Quadrinhos e Arte Sequencial*, São Paulo, Martins Fontes, 1999 [original: 1985]. Uma *História das Histórias em Quadrinhos*, até meados dos anos 1980, pode ser encontrada em Álvaro Moya, *História das histórias em quadrinhos*, Porto Alegre, L&PM, 1986.

<sup>4</sup> Este e todos os quadros expostos a seguir foram elaborados pelo autor deste artigo.

Contemporaneamente – além de serem de fato instrumentos de produção de discurso que agem na sociedade de muitas maneiras – os jornais constituem um ‘meio de comunicação’ voltado para a captação das massas ou de segmentos ao menos significativos da população, com a capacidade de abranger uma diversidade de assuntos de interesse público, embora também exista uma margem relevante de jornais direcionados para setores mais específicos da população ou para grupos muito restritos, assim como jornais especializados em aspectos singulares como a economia, ciência, humor ou esporte. Esta tendência a abranger assuntos e âmbitos diversos, e, mais particularmente, a alternância e complementaridade que se dão entre o aspecto ‘noticioso / informativo’ dos jornais e os ‘textos de opinião’ neles presentes – estes já pertencentes declaradamente à ordem dos discursos – unem-se às duas já comentadas características centrais dos jornais: a periodicidade e o largo alcance. Para além destes aspectos essenciais, já nem mencionaremos o mais óbvio: o fato de que os jornais apoiam-se necessariamente em uma base discursiva textual-imagética, e de que materialmente são constituídos por cadernos de papel e por caracteres gráficos neles impressos. Foi com vista à elaboração de uma síntese adequada que, no quadro anterior, registramos alguns dos principais aspectos inerentes aos jornais, particularmente no mundo contemporâneo.

Deve-se notar que, no início de nosso empenho em definir o que são os jornais, utilizei a expressão ‘meio de comunicação’. Frequentemente, podemos nos deparar com a referência de que os jornais constituem um ‘meio de informação’, o que não deixa de ser também verdade. Todavia, a face ‘meio de comunicação’ costuma se sobrepor, nos jornais, à face ‘meio de informação’, principalmente aos olhos dos historiadores e sociólogos. Isto ocorre porque os jornais não transmitem apenas informações. Eles também comunicam ideias e valores, e através destas ideias e valores buscam agir sobre a sociedade, além de representarem certos interesses – não necessariamente um único setor de interesses, mas sim um campo de interesses no interior do qual diversos fatores interagem. O fato de ser um ‘meio de comunicação’ interfere na função jornalística de se propor a ser um ‘meio de informação’, e este aspecto precisa ter uma centralidade na análise dos historiadores. A informação transmitida pelos jornais mescla-se com a elaboração de um discurso, com a comunicação de valores e ideias, com os projetos de agir sobre a sociedade, com a necessidade de interagir com fatores políticos e econômicos.

Voltemos, neste instante, à síntese das características que conformam os jornais como uma modalidade específica de periódicos e como uma forma singular de mídia, além de transformá-lo em uma possibilidade muito peculiar de fonte histórica. Tão importante quanto compreender a ‘periodicidade’ e

‘abrangência’ de assuntos e público leitor que são típicas dos jornais diários, para os objetivos da análise historiográfica é fundamental compreender ainda que um jornal não é formado por um único texto, mas sim por um conjunto de textos. Para evocar esta característica, utilizaremos a expressão ‘polifonia de textos’. Assim, se uma carta ou qualquer outro tipo de correspondência conforma um único texto – o que também ocorre com outros tipos de fontes como o livro autoral, o diário, e inúmeros documentos de arquivos como os testamentos, as certidões, e assim por diante – temos no jornal um conjunto articulado de textos distribuídos em diferentes seções e escritos por uma variedade de autores e redatores.

Este aspecto, que ajuda a definir o jornal como uma ‘produção multiautoral’ – ainda que nem todos os autores dos textos jornalísticos sejam nomeados – faz dos jornais modernos um tipo de fonte na qual a regra é a alternância de muitas vozes e diferentes agentes discursivos. Assim, um determinado jornal pode responder por um único nome – *O Jornal do Brasil*, *The Times* ou *Le Monde* – e em torno deste nome pode-se apresentar uma certa identidade e estilo dominante, ou predominar uma tendência menos ou mais bem definida de posicionamentos políticos; mas cada nova edição deste jornal abriga de fato uma diversidade considerável de autores, ocultos ou não. Lidar com uma fonte multiautoral, como no caso dos jornais diários, é diferente de lidar com uma fonte mono-autoral, como a correspondência, a obra literária ou o relatório administrativo. O fato de que os jornais se dirigem a um universo amplo e diversificado de leitores também os distingue de outras fontes que podem ser constituídas pelos historiadores. Em uma carta privada, por exemplo, temos um único autor que se dirige a um único leitor. E em um diário temos um autor que se dirige a si mesmo. Mas nos jornais temos um certo número de autores que se dirigem a muitos e muitos leitores. Mesmo que haja em cada grande jornal uma bem definida linha editorial que busca constituir uma identidade e congregar autores parecidos em alguns aspectos, não é possível desprezar o fato de que, por trás de cada jornal, existe uma pequena diversidade de homens e mulheres que lhe dão vida. Por fim, a ‘periodicidade’ – a mais saliente característica dos jornais e de outras fontes similares – permite-nos contrastá-los com todos os tipos de fontes que se apresentam como textos únicos e singularizados. Podemos considerar a série de obras literárias produzidas por um grande romancista, ou uma série de livros escritos sobre determinado assunto em certo ano, mas estas são operações historiográficas que não estão dadas previamente ao momento em que o historiador define o seu objeto de estudos ou o seu universo de fontes. Dito de outro modo, é o próprio historiador quem coloca obras literárias de qualquer tipo em uma série,

como procedimento útil para a sua análise. Um livro, é um livro – ainda que o juntemos a outros nas prateleiras de uma estante, ou no corpus documental que será abordado pelo historiador.

Os jornais, por outro lado, já nascem como uma série que se estende ao longo do tempo. Podem ter uma existência menos ou mais extensa entre o seu nascimento e o seu desaparecimento, e pode ocorrer mesmo o caso de jornais que não ultrapassaram as duas ou três primeiras edições; não obstante, a intenção de se criar um jornal, ou qualquer outro periódico, implica propor a sua continuidade no tempo através de edições-exemplares que pretendem se suceder uma à outra, de acordo com um ritmo ditado pelo seu padrão de periodicidade (o jornal diário, semanal, ou mesmo mensal). Para nós, historiadores, isso é importante porque, através dos sucessivos exemplares periódicos de um mesmo jornal, encadeia-se uma história que precede a operação historiográfica. Precisamos sempre nos aproximar desta história, pois não faz muito sentido analisar uma edição de um jornal separada das outras que a precederam, a não ser como fonte de reforço para alguma informação mais específica. Mesmo que nos concentremos na edição que veio a público em determinado dia, o olhar para trás, para a série de edições anteriores, é incontornável para a análise historiográfica de um jornal. Por fim, o ‘efeito de realidade’ que está envolvido no conteúdo de um jornal é outro aspecto fundamental. Tanto quanto um cronista ou viajante que pretende fazer com que seu público acredite em tudo o que está dito no seu relato de viagens, ou quanto o funcionário ou o general que produz os seus relatórios acerca de uma ação cumprida – ou mesmo o hagiógrafo que pretende convencer a sua plateia de crentes acerca da santidade e dos milagres de seu biografado – os jornais também abrigam discursos que se pretendem apresentar como verdadeiros. A não ser que seja um jornal de cunho humorístico, a imagem que todo jornal projeta de si na sociedade é a de que ele é um veículo de comunicação e informação comprometido com a verdade. Dificilmente um jornal conseguiria estabelecer um vínculo efetivo com o seu leitor se este acreditasse que o jornal em questão pretende desinformá-lo ou distorcer a realidade propositadamente.

Neste ponto, chamo atenção para um ponto importante. Muito habitualmente utilizamos a palavra “jornal” para nos referirmos ao Jornal como instituição – a empresa que produz jornais (exemplares de jornais) e os vende ao seu universo de leitores compradores – e usamos a mesma palavra ‘jornal’ para nos referirmos a este caderno que agrupa um conjunto de textos e que tem uma forma e materialidade definidas, constituindo um objeto cultural de consumo, normalmente descartável. Assim, há o “Jornal” ‘instituição’, e há o ‘exemplar’ ou a ‘edição’ do “jornal” – sendo estas edições de um jornal, aliás, as que depois

se transformam em fontes aos olhos do historiador. Usar a palavra jornal para a empresa ou instituição que produz jornais, e usá-la para estes exemplares editados, é inevitável. Entretanto, precisamos distinguir bem quando estamos empregando a palavra em um sentido ou outro. Parece um truismo dizer isto, mas um Jornal produz jornais. Posto isto, avancemos em uma compreensão mais bem definida sobre o que é uma empresa ou indústria jornalística, e sobre o que é um jornal como objeto cultural, material, gráfico, informacional e mercadológico, para que depois também possamos compreendê-lo como objeto discursivo, político e ideológico.

### **Máquinas, Papel e Leitores: os aspectos materiais e sua finalidade humana**

Os aperfeiçoamentos na tecnologia da impressão permitiram que os jornais assegurassem um patamar cada vez maior para a sua tiragem de exemplares, de modo a atender a igualmente crescente demanda de leitores nas sociedades modernas. Já nas últimas décadas do século XIX, o principal jornal inglês havia alcançado a casa dos 300.000 exemplares para cada tiragem diária<sup>5</sup>. São muito elevados os números de leitores a serem atingidos pelos textos jornalísticos, e isto já traz uma primeira marca de especificidade a este tipo de fontes, quando as comparamos com fontes de recepção mais modesta. Dado o poder de penetração dos jornais nos vários segmentos sociais de uma população, este meio de comunicação se transforma por isso mesmo em um poderoso ator político nas sociedades contemporâneas.

Com relação ao tipo de suporte, habituamo-nos a pensar nos jornais sob a sua forma impressa, embora hoje já sejam comuns os jornais virtuais, e a televisão também tenha possibilitado a emergência dos telejornais. Para períodos anteriores à modernidade, os historiadores também têm conseguido surpreender outras experiências culturais de comunicação e informação que envolveram a publicação periódica – até mesmo em civilizações antigas – o que se dava através de outros meios como a escrita em murais ou a circulação de manuscritos. Todavia, o que realmente possibilitou o surgimento dos jornais propriamente ditos foi a invenção da imprensa. Seu florescimento, entretanto, precisou aguardar o anfiteatro das sociedades industriais europeias, pois foi

---

<sup>5</sup> Trata-se do *Daily Telegraph*, jornal fundado em Londres em 1855 e que existe até aos dias de hoje. Sobre isto ver Renato Ortiz, *A Moderna Tradição Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 24.

necessário que às novas possibilidades tecnológicas de impressão se juntasse o processo exponencial de crescimento da alfabetização ocorrido neste período, e também se verificassem melhorias no desenvolvimento da indústria do papel<sup>16</sup>. Máquinas de impressão, seres humanos letrados e papel: eis aqui o tripé sobre o qual se assenta a produção massiva de jornais. Eventualmente, cada um destes apoios se entrelaça ao outro. Assim, ainda no que concerne às características mais gerais dos jornais, devemos salientar a sua necessidade de se garantir um baixo custo para o consumidor, o que terminou por condicionar também a materialidade do exemplar impresso, no caso através do amplo predomínio da utilização de um tipo de papel reciclável que ficou conhecido como “papel-imprensa”<sup>17</sup>.

Barato, periódico, socialmente penetrante, formador de um hábito de consumo, fácil de manusear e descartável – o jornal rapidamente ganhou as massas, armou-se de suas máquinas e se revestiu de seus papéis, pronto a se tornar parte do cotidiano da vida citadina e um dos seus símbolos mais imediatos. Comprar jornais para lê-los, ou espiar a sua primeira página de notícias mesmo que no exemplar fixado à porta de uma redação ou na banca de jornal, tornou-se um hábito para um grande número de habitantes das cidades. Depois: comentar suas notícias; acreditar nelas, comover-se com o que dizem, temer as suas consequências, encher-se de alguma esperança ou simplesmente assistir, nos diversos textos articulados de um jornal, à passagem da vida em todos os seus aspectos: a política, a vida, a morte exposta nos obituários, a compra e venda anunciada nos classificados, as notícias sobre o país e o mundo, a expectativa da guerra e paz, a sensualidade e o crime, o humor das charges, o gol e a notícia inesperada. Todas estas coisas trazidas pelo jornal, sob a forma de diversão, esperança, medo ou angústia, tornaram-se parte da vida moderna. Também por isso, os historiadores não podem ignorar as fontes periódicas. Nos parágrafos a seguir, nossa intenção será a de sistematizar um conjunto de aspectos que necessitam ser considerados quando nos aproximamos dos jornais como fontes históricas.

<sup>16</sup> A primeira publicação impressa periódica, com regularidade semanal, surgiu na Antuérpia em 1605, com o *Nieuwe Tijdinghen*. No mesmo ano, Johann Carolus (1575-1634) lançou o impresso germânico *Relation aller Fürnemmen und gedenckwürdigen Historien*, sendo este voltado para a divulgação muito específica de informações comerciais. Já em Paris, um periódico importante surgiu em 1631, com a *Gazette de France*.

<sup>17</sup> O papel de imprensa, que também passou a ser conhecido como “papel-jornal” ao passar a ser utilizado amplamente nos jornais contemporâneos, apresenta uma textura espessa e áspera. Pode ser obtido a partir de fibras recicladas e de pedaços de madeira residuais derivados da fabricação de móveis.

### Sobre o que considerar na análise de jornais como fontes históricas

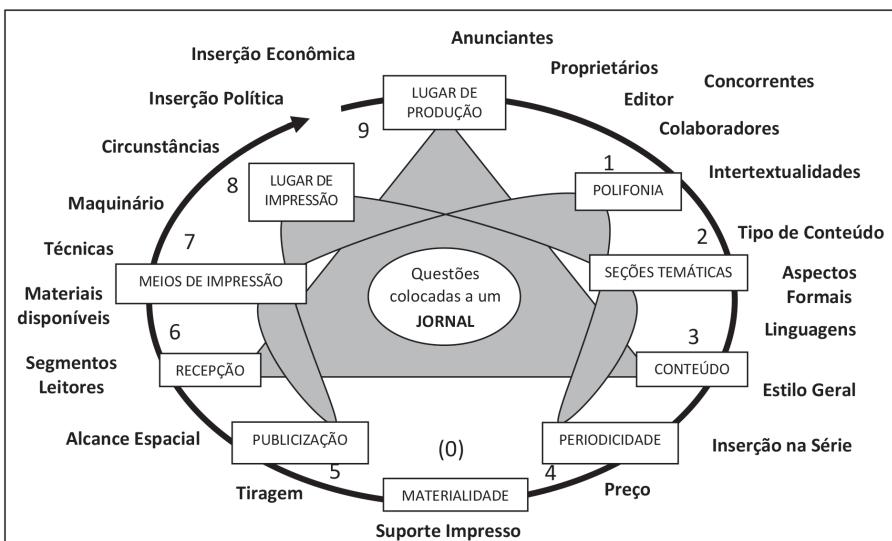
Os jornais têm sido mais sistematicamente utilizados como fontes históricas pelo menos a partir da década de 1980. Na mesma medida em que surgiram trabalhos que tomam os jornais como fontes históricas, têm surgido artigos que procuram discorrer ou sintetizar procedimentos sobre como utilizar os jornais como fontes históricas<sup>8</sup>. Nossa intenção é contribuir para este debate. De alguma maneira, algumas das observações que desenvolvemos a seguir, embora não todas, também são possivelmente válidas para outros tipos de periódicos – como por exemplo as revistas – de modo que algumas de nossas observações também poderão ser aplicadas às revistas e a uma variedade de outros tipos de impressos, para além dos próprios jornais diários ou de quaisquer outros ritmos de periodicidade. Também traremos alguns exemplos para os vários aspectos evocados, abordando exemplificativamente os jornais que surgiram nos quinze primeiros anos da História do Brasil (ver Quadro 3).

O esquema complexo que registramos em seguida (Quadro 2) indica uma diversidade de itens que devem ser considerados pelos historiadores que se proponham a utilizar, como fontes históricas, os jornais ou mesmo outros tipos de periódicos. Os algarismos colocados no círculo central, antepostos a alguns itens de maior destaque, são apenas recursos para melhor localizar os aspectos que sinalizaremos. Não indicam nem pressupõem hierarquia ou importância maior de uns em relação a outros, de

<sup>8</sup> Entre estudos importantes sobre o uso de jornais como fontes históricas, indicamos: Tânia Regina de Luca, “História dos, nos, e por meio dos periódicos” in M. L. Pinsky (org.), *Fontes Históricas*, São Paulo, Contexto, 2005, p. 111-153; Juracy Cavalcante, “O Jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional”, *Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação*, Natal, 3 a 6 de novembro de 2002, p. 26-28; Márcia Janete Espig, “O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado”, *Estudos Ibero-Americanos*, vol.24, nº2 (1998); Jean-Pierre Rioux, “Entre História e Jornalismo” in Agnes Chaveau (org.), *Questões para a história do presente*, São Paulo, EDUSC, 1999. Sobre a História da Imprensa no Brasil, cf. Tania de Luca e Ana Luiza Martins Luiza (orgs), *História da Imprensa no Brasil*, São Paulo, Contexto, 2008; Maria Helena Capelato, *Imprensa e História do Brasil*, São Paulo, Contexto/EDUSP, 1988; Paulo Duarte, *História da Imprensa em São Paulo*, São Paulo, USP – Escola de Comunicação e Artes, 1972; Maria Nazareth Ferreira, *A Imprensa Operária no Brasil (1880-1920)*, Petrópolis, Editora Vozes, 1978; Marco Morel e Mariana M. de Barros, *Palavra, Imagem e Poder – o surgimento da Imprensa no Brasil do século XIX*, Rio de Janeiro, DP&A; Lucia M. B. Neves (org.), *Livros e Impressos – retratos do setecentos e do oitocentos*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 2009; Lúcia Neves, Marco Morel e T. M. Ferreira, *História e Imprensa: Repercussões Culturais e Práticas de Poder*, Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

modo que, de acordo com o esquema proposto, todos os aspectos sugeridos devem ser considerados em algum momento pelo historiador que aborda a fonte periódica. Os dez itens enquadados pelos retângulos, em caixa alta, constituem aspectos centrais, e os itens que os circundam, em caixa baixa e em negrito, são aspectos deles derivados ou que se situam entre dois ou mais itens. Neste esquema visual, podemos partir de qualquer lugar, pois nenhum item precede o outro em importância ou como pré-requisito, já que todos interferem uns nos outros.

Quadro 2 – Aspectos a serem considerados na análise historiográfica de jornais.



Iniciemos nossa reflexão sobre o esquema proposto. Podemos observar na parte inferior do quadro os três retângulos relativos aos aspectos que são essenciais a todo e qualquer periódico (e não apenas jornais): publicização (5), periodicidade (4) e materialidade (0). Esta última instância, obviamente, deve ser definida – ao menos no âmbito da ampla maioria de periódicos conhecidos – pelo suporte em papel impresso, a não ser que pensemos em aproximar do gênero histórico dos periódicos também as revistas e jornais que já nasceram digitais no período contemporâneo mais recente. Os tempos recentes, a partir das últimas décadas, trouxeram ao cenário dos periódicos a possibilidade de publicações digitais. Para estes casos, obviamente o aspecto ‘materialidade’ torna-se inoperante, e pode ser substituído por algum outro aspecto relacionado

à virtualidade que o define. Mas nossas reflexões, neste artigo, irão se concentrar nos periódicos que precedem a revolução digital, ou que prosseguem com o modelo de publicação material mesmo na era digital.

Os periódicos tradicionais são ou foram feitos – por artesanal ou industrial que seja o seu processo de produção – no suporte ‘papel e tinta’. Mas que tipo de papel? Qual o tamanho e formato das folhas? Qual o modo de encadernação? Há alguns padrões mais habituais, que permitem tomar como modelo aproximativo os jornais de formato tradicional e as revistas – oscilando desta maneira entre o caderno de folhas sem capa, no primeiro caso, e o formato mais próximo ao do livro, no segundo<sup>9</sup>. Todavia, o universo de todos os periódicos tradicionais produzidos até hoje também oferece aos historiadores muita variedade de cor, textura de papel, tamanhos de página, modos de impressão, estilos gráficos, maior ou menor quantidade de páginas. Ao lado desta grande variedade bem ou mal acomodada aos modelos materiais mais habituais de periódicos, deve-se lembrar, ainda, que há pelo menos um subgênero de jornal que é definido pelo seu próprio formato: o tablóide<sup>10</sup>.

Além dos seus aspectos materiais, todo periódico – jornal, revista, catálogo, boletim, ou outro – possui uma ‘periodicidade’ que pode ser diária (como os jornais matutinos de hoje em dia), mas também semanal, mensal,

<sup>9</sup> Nada impede que outros formatos se apresentem em casos específicos, embaralhando a materialidade mais habitual dos jornais em seu contraste com as revistas. Tania de Luca registra estes comentários sobre o formato e materialidade do *Correio Brasiliense*, jornal não autorizado fundado no Brasil joanino em 1808: “O leitor acostumado aos matutinos atuais talvez se surpreenda com o formato, mais próximo de um livro, com o número de páginas que podia chegar a 150, com a extensão dos artigos, que se prolongavam por vários números, e com a divisão interna da matéria, que podia incluir as seguintes seções: política, comércio e artes; literatura e ciência; miscelânea e correspondência. Há mesmo dúvidas a respeito da melhor maneira de caracterizar *O Correio*, não faltando aqueles que consideram mais apropriado denominá-lo revista” (Tânia Regina de Luca, “História dos, nos, e por meio dos periódicos” in M. L. Pinsk (org.), *Fontes Históricas*, São Paulo, Contexto, 2005, p. 131).

<sup>10</sup> O tabloide, surgido na Londres de meados do século XX, é um modelo de jornal que apresenta como formato padrão a página de aproximadamente 43 por 28 centímetros. De designação utilizada para um formato de jornal, a palavra terminou por classificar, em certos casos, um tipo de jornalismo mais específico. Para o caso da Grã-Bretanha, é comum a referência aos tabloides sensacionalistas ingleses, alguns deles dedicados a divulgar escândalos e aspectos da vida privada de celebridades do meio artístico ou mesmo da Família Real Inglesa. Também não tem sido nada incomum, em relação a certos tabloides sensacionalistas, a acusação de que eles não hesitam em falsificar algumas de suas notícias, prenunciando as *fake news*.

anual, ou em qualquer outro ritmo de recorrência<sup>11</sup>. A periodicidade, por outro lado, também insere cada nova edição de um jornal no interior de uma série que já vem constituída por todos os outros números anteriores e subsequentes daquele jornal ou periódico. Analisar um jornal, como já veremos, também implica, em algum momento, analisar a série, situá-lo no interior de um conjunto maior que permite melhor compreendê-lo. As notícias que são expostas em um periódico – digamos: uma matéria que veio a público na edição específica de um certo jornal, datada de certo dia – não estão simplesmente isoladas, mas fazem parte de um conjunto maior, submetido a um ritmo.

Dentro da série de jornais, que se sucedem dia a dia, devemos procurar também as séries de notícias e matérias correlatas. Há séries historiográficas – séries constituídas pelo próprio historiador – a serem operadas dentro da série de edições de um jornal. Digamos que estamos diante de uma notícia sobre as manifestações políticas de rua. Uma notícia em um jornal, datado de certo dia, é apenas um elo em uma série maior. Mesmo que o objetivo seja analisar aquele dia específico – ou o posicionamento do jornal acerca das passeatas políticas naquele dia específico – não podemos extraí-lo, sem perda de sentido, do posicionamento do mesmo periódico com relação aos demais acontecimentos correlatos, relacionados à série de manifestações, ou suas consequências, que ocorreram nos outros dias. Ao fazer isto, podemos reinserir a notícia analisada em um contexto maior, que a justifica e lhe completa o sentido de alguma maneira, o que permite inclusive compreender a notícia isolada publicada na edição de um jornal datado como uma continuidade, um acontecimento surpreendente ou uma reviravolta. Combinar ‘série’ e ‘periodicidade’ revela aspectos antes menos evidentes, mas imprescindíveis. Qualquer periódico, é necessariamente publicizado de alguma maneira (6). Desta maneira, a este ou àquele periódico devemos fazer algumas perguntas importantes relacionadas a esta ‘publicização’: será ele vendido em todas,

<sup>11</sup> As duas primeiras gazetas legais publicadas no Brasil – a *Gazeta do Rio de Janeiro*, instituída pela Corte em 1808, e a *Idade d’Ouro do Brasil* – esta última concedida para um comerciante baiano e lançada em Salvador no dia 14 de maio de 1811 – estabilizaram-se em um ritmo de publicação a dois dias na semana. Já *O Correio Brasiliense*, o primeiro jornal identitariamente brasileiro, era posto a circular mensalmente, sendo digno de nota o fato de que foi publicado sem interrupções e com invejável pontualidade. Depois disso, aparecem no ano de liberação da imprensa, em 1821, muitos jornais de opinião que se inseriram no debate a favor da independência ou do vínculo com Portugal, notando-se em alguns deles uma periodicidade de ritmo irregular. Com relação à periodicidade diária na imprensa brasileira, esta começa a ser mais recorrente com a virada para o século XX.

ou pelo menos em algumas bancas de jornal?<sup>12</sup> Ou será distribuído em outros circuitos de sociabilidade, com ou sem custo? Ou, quem sabe, não teríamos naquele terceiro periódico, de modo distinto, um catálogo disponibilizado para o visitante de algum museu?

Para prosseguir falando sobre a ‘materialidade’, e agora mais especificamente para o caso dos jornais, esta pode ser definida por folhas dispostas em cadernos, interferidas por uma escrita obtida a partir da tecnologia tipográfica, em muitos casos mesclada ao acompanhamento de imagens que podem ir das caricaturas às fotografias, se estivermos nesta fase da história da imprensa. De igual maneira, o conjunto material de todos os exemplares do jornal produzidos em série industrial, em um mesmo dia, implica uma ‘tiragem’ que precisa ser muito bem conhecida pelo historiador. A tiragem de um periódico ajuda a compreender a abrangência da sua ‘recepção’, assim como o seu preço talvez nos dê indicações acerca da inserção de seus segmentos de leitores em certos circuitos socioeconômicos. A tiragem de um jornal podia alcançar dezenas ou centenas de leitores nos primeiros séculos da Imprensa jornalística, ou milhares e milhões de exemplares no século XX<sup>13</sup>. Nos países europeus, este salto chega mesmo antes.

Tiragem e preço conservam entre si certa relação: o incremento de um barateia o outro. Inversamente, o preço mais elevado de um jornal implica a necessidade de um maior poder aquisitivo de seu leitor, e isso acarreta em redução do segmento de população que pode assimilá-lo nas suas despesas diárias ou semanais. O valor de um exemplar de periódico tem muito a dizer, aos historiadores, acerca dos seus tipos leitores pagantes – ainda que uma variedade de práticas de leitura e transmissão oral possibilite pensar que não só os leitores-compradores de um jornal são, a qualquer tempo, os únicos que podem ter acesso ao seu conteúdo. De qualquer modo, o ‘preço’, se existe, precisa ser conhecido pelo analista de periódicos como um índice importante. É preciso apreender o preço e desde já considerá-lo historiograficamente,

<sup>12</sup> Nas grandes cidades brasileiras, as bancas de jornal começam a aparecer a partir de 1910. Antes disto, os periódicos eram vendidos por garotos que trabalhavam como gazeteiros, e que anunciamavam suas principais notícias nas próprias ruas para atrair compradores. O caixote, à maneira dos vendedores ambulantes, também era muito utilizado. Com as bancas de jornal, hoje tão presentes nas paisagens urbanas, surge um novo tipo de estabelecimento comercial.

<sup>13</sup> No início do século XX, em uma cidade do Rio de Janeiro que já ultrapassara os 620.000 habitantes, o *Jornal do Brasil* já possuía uma tiragem de 60.000 exemplares por dia. Essa relação entre a tiragem e a população local é importante para que se tenha efetivamente uma compreensão adequada acerca do impacto do jornal na sociedade à qual ele atende.

no âmbito de uma economia e na baliza de um custo de vida. É preciso definir, por exemplo, o que representava para um comprador comum os 80 réis fixados como preço para as duas primeiras gazetas legais publicadas no Brasil, ou os 100 réis fixados para o exemplar avulso de diversos jornais do Rio de Janeiro na virada do século XX<sup>14</sup>. É oportuno lembrar, ainda sobre a tiragem, que esta sempre mantém alguma relação com indicações acerca do letramento de uma população. Se as tiragens se ampliaram na passagem da primeira modernidade para a segunda (século XIX), e daí para a terceira (século XX), é porque isso se tornou possível devido à redução da margem de analfabetismo na população de diversos países europeus e das três Américas, bem como de outros continentes. A tiragem de um jornal – em uma economia de mercado capitalista – é de algum modo o produto de uma relação dialética entre as condições materiais e objetivas que a viabilizam (maquinário, papel, trabalhadores inseridos em um sistema de trabalho) e uma capacidade leitora definida por um nível de alfabetização alcançado historicamente nas praças nas quais o jornal é posto a correr.

Prosseguindo com o nosso esquema complexo, no triângulo maior que pode ser entrevisto ao fundo da imagem, temos três vértices em destaque, situando fatores que são fundamentais para a compreensão dos periódicos de qualquer tipo: o ‘Lugar de Produção’ (9), a ‘Recepção’ (6), o ‘Conteúdo’ (3). Cada qual destes aspectos envolve muitos outros<sup>15</sup>. O ‘Lugar de Produção’ – um aspecto que na verdade deve ser pensado para qualquer tipo de fonte histórica – envolve um entremeado de fatores para o caso dos jornais. Talvez haja um ‘proprietário’ ou mais (ou, quiçá, um grupo de investidores). O proprietário

<sup>14</sup> 80 réis era o preço da *Gazeta do Rio de Janeiro*, posta a correr pela Imprensa Régia desde 1808, e também da *Idade d’Ouro do Brasil*, publicada em Salvador em 1811. Este também foi o preço do *Espelho*, publicado entre 1821 e 1823. Já na virada do século XX, encontramos alguns jornais – como o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã*, *O Paiz* e a *Gazeta de Notícias* – a 100 réis, valor que correspondia a uma passagem de bonde. Para os periódicos deste último período, ver a tabela de preços e tiragens elaborada por Marialva Barbosa, *História Cultural da Imprensa, Brasil (1800-1900)*, Rio de Janeiro, Mauad, 2010, p. 124. Sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro*, cf. Maria Beatriz Nizza da Silva, *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822) – Cultura e Sociedade*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 2007.

<sup>15</sup> Para o caso dos jornais, Pierre Albert preferia categorizar o lugar de produção, o conteúdo e o lugar de recepção como três lugares ou campos de análise que deveriam interessar ao pesquisador: o “atrás”, o “dentro” e o “em frente” ao jornal (Pierre Albert, “Comment étudier un journal?”, *Cahier Français*, nº 178 (1976), p.48-52). O “atrás” é o campo que intervém para a realização, e que aqui chamaremos de ‘lugar de produção’. O “dentro” corresponde a tudo o que se relaciona à forma/conteúdo. O “em frente” se relaciona ao público-leitor. Cf. esta discussão em Renée Barata Zicman, “História através da Imprensa – algumas considerações metodológicas”, *Projeto-História*, nº4, p. 92-93.

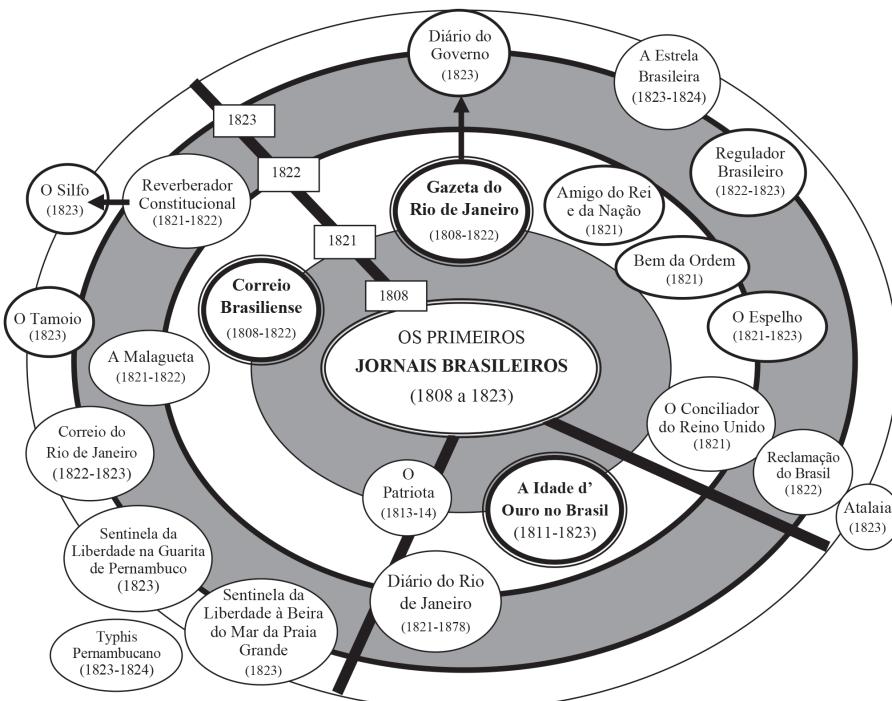
ou possuidor da licença para imprimir pode ou não coincidir com o ‘editor’<sup>16</sup>. À medida que os jornais crescem e se industrializam, amplia-se também a sua equipe de produção, e surgem editores-chefes para cada bancada de assuntos mais específicos. Ao lado destes, há ou pode haver uma equipe ou rede de parcerias estabelecida por um certo número de ‘colaboradores’ que oferecem a sua contribuição autoral ao periódico, seja esta assumida nominalmente por se tratar de um escritor ou jornalista conhecido, seja diluída no texto de autoria coletiva do qual participam os repórteres comuns. Cada um destes autores possui suas próprias ligações políticas, assim como o jornal, como um todo, também possui a sua conexão política mais geral, quase podendo ser considerado uma grande entidade para certos casos.

Para entender a ideia de ‘lugar de produção’, vamos evocar como exemplo o primeiro jornal brasileiro: o *Correio Brasiliense*, publicado em 1808 e circulante até 1822. Seu lugar de produção mais geral é demarcado pelo Brasil do período joanino – uma sociedade que se vira transformada pela transferência da Família Real portuguesa para a Cidade do Rio de Janeiro, trazendo uma série de progressos típicos da modernidade (inclusive uma Imprensa Régia), mas que, até 1821, seguia com o cerceamento à impressão. Uma típica gazeta, de cunho informativo – a *Gazeta do Rio de Janeiro* – não demoraria a ser criada para atender aos objetivos e demandas da Corte, mas também ela estaria sujeita aos ditames da censura prévia. O contexto internacional era o das lutas napoleônicas, e foi neste quadro histórico e circunstancial que Hipólito da Costa (1774-1823), um português exilado em Londres, resolve de lá editar aquele que seria o primeiro jornal brasileiro. Para compreendermos a posição deste jornal pioneiro na história da imprensa do Brasil, vamos situá-lo em comparação com outros que logo surgiram na mesma época, entre a instalação da Imprensa Régia em 1808 e as duas décadas seguintes. O ‘Quadro 3’ registra os principais jornais brasileiros que surgiram ou circularam entre 1808 e 1823 – ou seja, entre a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 1808 – no contexto de fuga da corte portuguesa para a sua Colônia na América do Sul diante da invasão e intervenção napoleônica no território europeu do Império Português – e o ano de 1823, já imediatamente após a proclamação da Independência do Brasil em 1822.

---

<sup>16</sup> Esse é o caso do primeiro jornal brasileiro legalizado, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, instituída pela Coroa em 1808. O lugar do proprietário é ocupado pela Coroa; o editor, chamado pela documentação de “redator”, variou conforme sucessivas nomeações. O primeiro foi Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838).

Quadro 3 – Rede de jornais publicados no Brasil nos 15 anos após a instalação da Imprensa Régia.



No centro do quadro proposto podemos ver os primeiros jornais que foram fundados na América portuguesa, e à medida que avançamos para a periferia da figura podemos ver a passagem do tempo nos quinze anos que se seguiram, assistindo à fundação de diversos jornais que demarcam o início da história da imprensa no Brasil. Para a questão que nos interessa, vamos considerar o jornal *Correio Brasiliense*, este peculiar jornal que, embora impresso em Londres, atenderia um público leitor sediado na América Portuguesa.

Voltando ao que comentávamos sobre os aspectos que precisam ser considerados na análise de um jornal como fonte histórica, podemos considerar à partida que um autor ou produtor de textos faz parte do lugar de produção da fonte, com tudo aquilo que a envolve. Visando esta premissa básica, devemos considerar inicialmente que Hipólito da Costa, produtor-editor do *Correio Brasiliense*, era um português-brasiliense nascido na Colônia do Sacramento em 1774, que terminou por residir em Londres na maior parte de sua vida. Às vésperas da fundação do jornal que dirigiria até o ano de sua morte (1823),

ele havia acabado de fugir da prisão e da perseguição imposta pela Inquisição portuguesa por causa de suas ideias ilustradas – as quais incluíam o anti-absolutismo e a crítica à Igreja – e, sobretudo, por causa de seu pertencimento e intenso envolvimento com a ordem maçônica. O fato de ter sido maçom, para o período considerado, é uma informação particularmente importante. A Maçonaria era uma sociedade secreta muito forte na época, e que estendia sua rede de solidariedade aos seus membros. Parte da Imprensa era produto dela, e também parte dos líderes políticos.

No ‘Quadro 2’, podemos atentar agora para o item ‘intertextualidades’ – um fator igualmente importante para a análise de jornais como fontes históricas. Nós o situamos, no esquema proposto, próximo ao ‘lugar de produção’, e a continuidade da exposição de dados sobre Hipólito da Costa ajudará a compreender este aspecto. Os diálogos estabelecidos com outros também ajudam a definir o indivíduo que se coloca no lugar de produção de um jornal. No caso de Hipólito da Costa, este tinha contactos importantes com alguns dos libertadores de países vizinhos ao Brasil, entre eles Francisco Miranda (1750-1816), Simón Bolívar (1783-1830) e José de San Martin (1778-1850). Os três eram maçons, o que reforça mais uma vez o pertencimento de Hipólito da Costa a esta sociedade secreta. Além de integrado à rede maçônica, Hipólito da Costa apresentava-se no mundo das ideias políticas como parlamentarista e constitucionalista, sendo favorável à participação popular, mas desde que limitada à liderança liberal. Por volta do período em que fundou o jornal, estava particularmente entusiasmado com a sociedade estadunidense de sua época, na qual vivera durante dois anos, e também com a Inglaterra, que o acolhera no exílio. Considerava Portugal um país muito atrasado em comparação com estes dois países, e isto transparece em seus textos críticos inseridos no jornal que fundara.

Nem sempre é tão fácil traçar o perfil de um editor ou colaborador de periódico. Os seres humanos, como se sabe, são por vezes ambíguos. Continuemos na mesma época de formação da Imprensa brasileira, e passemos da esquerda para a direita do ‘Quadro 3’, de modo a examinar alguns dos outros jornais que foram fundados no mesmo período. Vejamos, no quadro proposto, a seção na qual estão localizados os jornais governistas ou conservadores. Na parte inferior direta do quadro, vemos três jornais enfileirados, com datas em sequência: o *Conciliador do Reino Unido* (1821), a *Reclamação do Brasil* (1822) e o *Atalaia* (1823). Cada um destes jornais durou um ano, e todos são produtos da iniciativa e trabalho jornalístico de um único homem: José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. Para compreendermos cada um dos três jornais citados, teríamos de situar o personagem fundador no seu lugar

de produção. O Visconde de Cairu, entretanto, era um ator político bastante ambíguo. Economicamente, era um liberal cujas ações contribuíram para o decreto que normatizou a abertura dos portos. Politicamente, entretanto, era um conservador, e este perfil motivou Dom João VI a escolhê-lo como o primeiro censor. A história da censura acompanha a história da imprensa, e não foi diferente para o caso brasileiro. A instituição da Imprensa Régia vinha acompanhada da instituição da censura; a aparição do jornalista no cenário político e cultural brasileiro vinha acompanhada do seu tão odiado coadjuvante – o censor. No entanto, as duas funções encontraram guarida neste personagem ambíguo que foi o Visconde de Cairu. Como comprehendê-lo? Os três jornais que editou, um depois do outro, eram francamente conservadores. No entanto, uma parte da historiografia especializada na história da imprensa brasileira atribui ao Visconde de Cairu a possibilidade de ter sido o autor de um panfleto sem autoria explícita chamado *O Despertador Brasiliense*, que veio a lume em dezembro de 1821<sup>17</sup>. Este texto revolucionário, à maneira dos inúmeros panfletos que foram publicados na França do período revolucionário, chamava a si um movimento político e social que preconizava a permanência de Dom Pedro I no Brasil, contrariando as instruções que ele recebera do movimento liberal do Porto (1820) para retornar a Portugal, como primeira medida de um processo que ameaçava fazer a antiga colônia da América portuguesa recuar da posição que acabara de alcançar como Vice-Reino, de modo a retroceder para o nível mais primário de colônia<sup>18</sup>. O resto da história é conhecido: “digam ao povo que fico”, seguido do grito da Independência.

Temos dois comentários a respeito deste panfleto que aparecia no cenário jornalístico com o título de *Despertador Brasiliense*. O primeiro é que ele atesta mais uma vez o oscilante conjunto de ambiguidades que demarcam a figura do Visconde de Cairu, e, portanto, o ‘lugar de produção’ do jornal *O Conciliador do Reino Unido* e seus dois sucedâneos. Liberal, mas diretor da Censura; fundador

<sup>17</sup> A autoria do *Despertador Brasiliense* também é alternativamente discutida de acordo com a suposição de que seu autor tenha sido o desembargador Francisco de Franca Miranda. Essa é a proposta de Nelson Werneck Sodré em sua *História da Imprensa no Brasil*, que também considera o panfleto como um jornal que não saiu da primeira edição (1999, p. 59-60) [original: 1966]. Já Isabel Lustosa propõe que o texto seja classificado como panfleto, e o atribui a José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu (Isabel Lustosa, *O Nascimento da Imprensa Brasileira*, Rio de Janeiro, Zahar, 2003, p. 25).

<sup>18</sup> O próprio retorno de Dom João VI a Portugal já havia sido uma primeira imposição da Revolução Liberal do Porto. O rei de Portugal resolvera deixar Dom Pedro no Brasil, o que foi uma medida sábia. Na sequência, entretanto, exigia-se agora também o retorno de Dom Pedro I, e foi deste quadro de tensões que sairia o movimento que culminou com o Fico (campanha para a permanência de Dom Pedro), e finalmente com o processo de Independência do Brasil.

de três dos jornais conservadores do período situado entre 1821 e 1823, mas possível autor anônimo de um panfleto incendiário que se situou como uma contribuição decisiva para o enfrentamento do domínio português no Brasil – o Visconde de Cairu era um personagem pleno de ambiguidades.

O segundo comentário proporciona a possibilidade de discutir os gêneros jornalísticos. Um jornal (ou qualquer outro periódico) precisa ter aparições recorrentes, isto é *periodicidade*. Um jornal passa a ser constituído de uma série de vários números que adquirem uma periodicidade de algum tipo. Não são raros os jornais que não passam do seu primeiro número, embora a intenção do seu fundador tenha sido a de fundar uma futura série que deveria ser regulada com periodicidade de modo a conformar o que se espera, efetivamente, de um jornal. Um panfleto, por outro lado, é um texto isolado, sem a intenção da recorrência. Quando um panfleto possui um título impactante, como o *Despertador Brasiliense* (um título eminentemente jornalístico), ele pode facilmente se transformar em um jornal – ou em uma ‘folha’ – se lhe acrescentarmos a recorrência e a periodicidade. Sobretudo para o período da história da imprensa no qual os jornais eram menos demarcados pela complexidade, e nem sempre sulcados pelos limites entre as diferentes seções temáticas, o panfleto está a um passo de se transformar em um jornal. Também pode se tornar panfleto o jornal falhado – o jornal que tinha intenção de lançar-se como série e como recorrência periódica, mas que ficou estancado no seu primeiro número.

Vamos prosseguir com os comentários relacionados ao lugar de produção da fonte periódica, e logo voltaremos aos exemplos relacionados ao século XIX. O aspecto a seguir não afetava tanto o *Correio Brasiliense*, de Hipólito da Costa, ou tampouco os jornais que foram criados e mantidos pelo Visconde de Cairu. Todavia, o tópico é particularmente importante para os jornais do século XX. Não era o caso dos periódicos oitocentistas, mas quanto mais adentramos o século XX – no qual os jornais afirmam-se crescentemente como empresas industriais voltadas para a cultura de massas – afirma-se uma inserção econômica a considerar, o que inclui a relação do jornal com os ‘anunciantes’, bem como a posição do periódico no interior da rede formada por ele e outros jornais que lhe são concorrentes. Estes jornais disputam, menos ou mais avidamente, setores mais específicos de um público-leitor, os quais configuram o elemento mais exposto da sua ‘recepção’ (6).

Para compreender este lugar de recepção adequadamente, devemos pensar nos tipos de leitores que têm acesso ao jornal – situando-os em sua condição social, econômica, política, cultural – entendendo que o jornal também pode disputar com outros diferentes faixas de público. O ‘alcance espacial’ – geográfico, mas também relativo aos espaços de sociabilidade – também precisa

ser indagado. Sobre o alcance propriamente dito, será o território nacional? Um estado da federação? Talvez um município? Há alcance internacional? Sobre os espaços de sociabilidade, em quais deles o periódico circula?

O ‘lugar de impressão’ (8) de um jornal não deve ser confundido com o seu ‘lugar de produção’ (este que é, principalmente, um lugar social, político, econômico cultural, autoral, inserido na sociedade em uma dimensão mais ampla). O lugar em que o jornal é impresso pode se situar bem distante da localização física do seu público receptor ou do seu universo principal de identificação. Retornemos ao exemplo do *Correio Brasiliense*. Este jornal crítico em relação ao absolutismo da Coroa portuguesa, que fora fundado em 1808 por um cidadão exilado do império português, o qual se identificava particularmente com o Brasil (tratava-se, portanto, de um “brasiliense”), era impresso em Londres. Deste modo, Brasil e Portugal aparecem entremeados no lugar de produção deste periódico, e a Inglaterra pode ser referida como o seu ‘lugar de impressão’. Em termos semióticos, o lugar de produção de uma fonte está relacionado ao ‘lugar de produção’ de um texto – um lugar não necessariamente físico, embora também possa sê-lo – e o ‘lugar de impressão’ deve ser mais associado ao ‘lugar de emissão’ do discurso.

No caso que presentemente utilizamos para exemplo, esta necessidade de imprimir este jornal de princípios do século XIX em algum lugar fora dos limites territoriais do Império Português, e em uma nação europeia dominante como a Inglaterra, atendia certamente às ‘circunstâncias’ demarcadas pela imposição da censura prévia às colônias portuguesas, bem como pela oficialidade da recém-fundada Imprensa Régia e pelo rigoroso controle da Corte sobre os periódicos com pretensões de circulação no Brasil. Entretanto, este deslocamento do ‘lugar de impressão’ para um país de grande nível de industrialização, considerando a época, também se justificava em vista da necessidade de se utilizar do eficaz maquinário inglês e dos ‘meios de produção’ (7) da Imprensa londrina<sup>19</sup>.

Avancemos mais no universo de aspectos arrolados pelo ‘Quadro 9’. Quando pensamos no Conteúdo (3) – aspecto assinalado no vértice inferior direito do triângulo – devemos ter em vista fatores como o ‘estilo geral’ do

<sup>19</sup> Se quisermos outro exemplo de deslocamento do ‘lugar de impressão’ em relação ao espaço simbólico e social atendido pelo jornal, podemos lembrar a publicação, em 1824, de um número extraordinário do jornal *A Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande*, dirigido por José Estevão Grondona, um jornalista italiano estabelecido no Brasil desde 1817. Fugido da perseguição a políticos e jornalistas de oposição imposta pelo governo de Dom Pedro I após a dissolução da Assembleia Constituinte em 12 de novembro de 1823, Grondona resolveu publicar um número extraordinário do seu jornal em Buenos Aires, ainda no ano seguinte.

jornal. Para um jornal de qualquer época, podemos nos perguntar: era um jornal informativo? Opinativo? Doutrinário? Com um estilo combativo? Outros aspectos também devem ser considerados, recolocadores de novas questões. Que ‘linguagens’ mobilizava, além da escrita? Apresentava fotografias, e, mais propriamente, algum tipo de fotojornalismo? Trazia tirinhas de quadrinhos ou charges em alguma de suas seções? Ocasionalmente, podem ser importantes outras questões. Entre os artigos assinados e as matérias anônimas que remetem à autoria coletiva, há no jornal o uso de pseudônimos? O que esta presença de textos assinados por nomes falsos, ou de outros com indicação apócrifa, indica ao historiador? Pensar nas seções diversificadas de um jornal é pensar simultaneamente nos seus ‘aspectos formais’, nas estratégias discursivas e no tipo de linguagem mobilizada por cada uma destas seções. Também podemos nos perguntar que espécie de conteúdo mais específico demarca cada uma de suas ‘seções temáticas’ (2). São definidas sessões específicas para a política, para a economia, para o crime, para aspectos relacionados à cultura, ao entretenimento, moda ou esporte? Há uma seção de classificados, e um obituário? As seções de um jornal dizem muito aos historiadores: podem ser tratadas como um conjunto mais amplo, que envolve as suas relações mútuas, ou podem ser abordadas separadamente, se o problema histórico que se tem em vista permitir.

A questão da ‘polifonia’ (1) mostra-se fundamental para o caso dos jornais, principalmente à medida que adentramos o século XX. Passamos aqui a uma polifonia de alta intensidade, e não podemos mais ver o jornal senão como um empreendimento coletivo, multi-autoral. Ficam para trás os jornais produzidos por dois ou mesmo um só homem, às vezes em condições muito restritas – como a cela de uma cadeia<sup>20</sup> – e entramos no mundo já descrito das salas de redação que apresentam uma divisão de trabalho desdobrada em funções diversificadas e organizada a partir de uma hierarquia interna com muitas subdivisões. Se os jornais de uma primeira fase da história da imprensa já apresentavam um nível considerável de polifonia – ainda que de baixa intensidade – já é uma polifonia de alta intensidade a que temos com os jornais industrializados e voltados para um público leitor massivo, agora dotados de uma rede de muitos

<sup>20</sup> Na primeira fase da história da imprensa brasileira, encontramos alguns editores que produziram edições de seus jornais da cadeia. Cipriano Barata publicou alguns dos números de sua *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco* a partir das prisões que o confinaram, e chamava atenção para isto através de longos títulos como *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco Atacada e Presa na Fortaleza do Brum por Ordem da Força Armada e Reunida*. Na mesma época, João Soares Lisboa editou um *Correio Extraordinário do Rio de Janeiro* de sua cela em uma cadeia, e indicava como endereço para leitores que quisessem subscrever o jornal.

colaboradores e também se valendo de processos de autoria coletiva capazes de produzir um texto a muitas mãos. Adicionalmente, talvez esta polifonia comporte intertextualidades com outros jornais, ou haja ainda correspondentes estrangeiros a serem considerados<sup>21</sup>.

Por fim, resta considerar a rede de jornais concorrentes, geradora de um singular dialogismo que também não pode ser ignorado. Conforme já foi discutido, dois periódicos podem ocupar posições distintas em uma rede de periódicos contemporâneos. Mais uma vez cito o caso do *Correio Brasiliense*, um dos dois primeiros jornais do Brasil oitocentista. Opositor em relação à Coroa, este periódico situa-se no contrapeso político da *Gazeta do Rio de Janeiro*, que era o jornal oficial estritamente controlado pela Corte e diretamente submetido a uma censura prévia que já não afetava o seu opositor, impresso na maquinaria londrina desde 1808 e redigido na Inglaterra.

Este, concluímos, é um panorama das possibilidades de questões que podem ser colocadas pelos historiadores aos jornais – ou aos periódicos de maneira mais geral, sopesadas as características de cada gênero e subgênero. Algumas delas também são questões que se colocam a outros tipos de fontes históricas, sejam as textuais de vários tipos, ou mesmo relativas ou outros tipos de suportes. Por fim, é importante frisar que existem ainda – o que é mais importante – as questões definidas pelo tema ou problema em estudo. Pode-se estudar, por exemplo, a posição ou ‘oscilação de posições’ do jornal em relação a um tema, questão ou acontecimento. O tema pode funcionar como fator de busca no conjunto de matérias já publicadas pelo jornal e, a partir daí, é que tudo começa no que concerne à análise propriamente dita.

---

<sup>21</sup> As gazetas do Antigo Regime, por exemplo, costumavam inserir em suas edições periódicas alguns textos traduzidos de outros jornais. Isso ocorria, por exemplo, na *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficioso da Corte portuguesa no período de sua estadia no Brasil, a partir de 1808 e até à declaração da Independência. Já no âmbito dos jornais do mesmo período que eram críticos em relação à monarquia, tínhamos o *Correio do Rio de Janeiro*, dirigido por João Soares Cabral entre 1822 e 1823, que publicitou em algumas oportunidades artigos enviados de Pernambuco por Cipriano Barata e textos apócrifos da lavra de Frei Caneca – dois insurgentes que, respectivamente, tinham seus próprios jornais: *A Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, e o jornal semanal *Typhis Pernambucano*, circulante entre 1823 e 1824.

(Página deixada propositadamente em branco)

## Recensões Críticas

(Página deixada propositadamente em branco)

## **Recensões**

**Helena Osswald; Luís Carlos Amaral (coord.), *Em torno do Património Cultural Religioso. Livro do XIV Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões, São Cristóvão de Lafões, Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2021, 118 p., ISBN: 978-989-97817-9-5.***

Publicado recentemente, este livro surge no seguimento das comunicações apresentadas no XIV Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões, realizado nos dias 18 e 19 de maio de 2018, os quais se concretizam anualmente, desde 2005. Enquadrado nas comemorações do Ano Europeu do Património Cultural, o programa das jornadas de 2018, de carácter científico, contou com a participação de sete oradores que centraram as suas intervenções em torno do valor e contributo do património religioso ligado a Cister e ao território de São Cristóvão de Lafões.

Com quase 120 páginas, esta publicação foi coordenada pela Professora Doutora Helena Osswald e pelo Professor Doutor Luís Carlos Amaral, ambos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Esta obra é composta por seis artigos, caracterizados pela pluralidade de fontes históricas e gramática histórica, aliadas à interdisciplinaridade, nos quais são abordadas diferentes temáticas desde a música à heráldica, passando pela religiosidade popular e pela arquitetura, não esquecendo a paisagem vegetal e as comunidades rurais, caracterizados pela diversidade de fontes historiográficas.

Sendo São Cristóvão de Lafões um mosteiro cisterciense, o diálogo dos artigos com o legado da Ordem de Cister e o seu património cultural, na vertente do património tangível e intangível, património natural e representações patrimoniais, é intrínseco a esta publicação, tal como é evidenciado na *Nota de Abertura*.

O primeiro texto, da autoria de Elisa Lessa, dá a conhecer a *Arte Musical e espiritual no monaquismo cisterciense. A palavra sagrada e o canto litúrgico*

no Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, a partir de fontes documentais cistercienses setecentistas. Numa viagem pela evolução do canto a uma só voz, em particular o cântico litúrgico, a autora contextualiza o canto gregoriano, o cantochão, o surgimento da notação musical e a polifonia. A partir dos manuscritos litúrgico-musicais do *Scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça, dos séculos XII ao XVIII, nos quais foram identificados 170 manuscritos já estudados por diversos autores, é possível acompanhar a evolução do canto gregoriano e compreender a importância da música litúrgica na vida quotidiana dos Mosteiros Cistercienses, através de uma explanação interessante das normas para a prática musical. Não obstante a leitura deste trabalho aguçar o interesse pelas temáticas abordadas, uma conclusão mais desenvolvida refletiria a pertinência deste estudo. Também a inclusão de algumas imagens sublinharia a importância da documentação analisada.

No texto seguinte, *La heráldica de la orden cisterciense en Portugal*, José Ignacio Rodríguez apresenta um estudo aprofundado e inovador sobre a heráldica da Ordem de Cister em Portugal. Com base na identificação de quase 500 escudos de armas, o autor elabora uma detalhada análise comparativa, com resultados de grande relevância para a compreensão dos escudos associados aos diversos mosteiros da Ordem de Cister em território nacional e à estrutura da Congregação de Alcobaça. Para este estudo o autor confronta as diferentes fontes ao seu alcance, desde fontes impressas e estudos anteriores aos próprios escudos que chegaram aos nossos dias. O detalhe e rigor da análise apresentada, acompanhada de imagens ilustrativas, refletem-se igualmente na quantidade de fontes e bibliografia elencadas pelo autor. Para os casos em que a filiação dos escudos não é clara, o autor apresenta as possibilidades que lhe pareceram as mais lógicas, através de uma fundamentação detalhada. Este artigo deu origem à publicação do livro *El patrimonio heráldico de la Orden cisterciense en Portugal*, em 2019, do mesmo autor, cuja leitura recomendamos para quem queira conhecer mais em detalhe o estudo realizado<sup>1</sup>.

No artigo *O Purgatório na religiosidade popular: estudo e notas para um inventário das “Alminhas” na freguesia de Arões (Vale de Cambra)*, Hugo Ferreira aborda a temática do purgatório na religiosidade popular. A partir de uma síntese das diferentes interpretações sobre esta temática, o autor analisa a origem do purgatório e a sua relação com São Bernardo e Cister, contextualizando de seguida o aparecimento e a difusão das alminhas, para introduzir posteriormente o exemplo da freguesia de Arões. Através deste estudo

<sup>1</sup> Este livro está disponível on-line em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=738568>, consultado em 27-05-2021.

de caso, profusamente ilustrado e com uma descrição bastante detalhada, Hugo Ferreira caracteriza, de forma clara, as diferentes tipologias e características destes elementos arquitetónicos, culminando o seu estudo com uma conclusão esclarecedora e que nos deixa com vontade de querer saber mais. Tal como o autor relembraria, o significado deste tipo de construções tende a perder-se, colocando em risco a importância das alminhas para a identidade local. A sua preocupação em contextualizar o inventário que realizou e a profundidade do seu trabalho de investigação transparece na sua dimensão, sendo este o artigo de maior dimensão deste livro. Não sendo abundantes os trabalhos nesta temática, este artigo deve integrar a bibliografia de referência, nomeadamente para a elaboração de instrumentos de gestão territorial, em concreto os Planos Diretores Municipais, reconhecendo-se a relevância histórica desta investigação.

O quarto artigo desta publicação, da autoria de Manuel Miranda Fernandes, apresenta ao leitor *Um percurso “peripatético”: notas sobre a paisagem vegetal do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões*. Através deste texto o autor efetua uma análise da morfologia da zona onde se localiza o referido Mosteiro a partir de uma fotografia, no caso em concreto um bilhete-postal. Conjugando o estudo da imagem com a planta topográfica e com o que se pode aferir no próprio espaço físico, objeto da investigação apresentada, o autor procura salientar a forma como a paisagem vegetal é indissociável do próprio edificado, os quais, em conjunto, constituem um património singular. Neste artigo o autor também se debruça sobre a diversidade botânica que é possível encontrar no claustro do mosteiro, bem como o que seria cultivado pelos monges no espaço da cerca e nos espaços circundantes, socorrendo-se de diversas referências documentais, não esquecendo de evidenciar a importância e simbologia de determinadas plantas. O autor também apresenta as dúvidas que subsistem sobre o que seria cultivado nas hortas e pomares de São Cristóvão de Lafões, que constituiriam parte da alimentação dos seus monges. Sendo um artigo com profusas referências bibliográficas, realça ainda a importância de uma análise pluridisciplinar em pesquisas desta natureza, sendo o seu conteúdo relevante para diversos domínios do conhecimento.

Através da leitura do artigo *O contributo das comunidades rurais para a construção e preservação do património monástico*, da autoria de Margarida Sobral Neto, é possível compreender todos os aspetos essenciais relativamente aos senhorios monásticos, em particular as formas de administração e de relações estabelecidas com as comunidades. Desde as estratégias de aumento do património, passando pelos documentos com validade jurídica, bem como às formas de governo, administração e jurisdição, até aos direitos e deveres de senhorios e de comunidades, tudo é elencado de forma clara, sucinta e objetiva.

A identificação das diferentes formas de financiamento dos senhorios, neste caso em particular das instituições monásticas, demonstra o modo como os cistercienses procuravam assegurar a rentabilidade dos seus domínios através da criação e gestão de infraestruturas associadas à transformação e armazenamento dos seus bens, como sejam estruturas de regadio, eiras, unidades de moagem, entre outros. A incorporação harmoniosa no artigo de algumas definições, como o caso de couto, de enfiteuse, foro, laudémio, ração, dízimo, entre outros, permitem ao leitor menos familiarizado com estes termos de perceber o contexto do que está a ser explanado. Não sendo um estudo centrado no caso específico de São Cristóvão de Lafões, apresenta vários exemplos concretos do mesmo, estabelecendo a ligação necessária entre este senhorio e a temática abordada, sempre que tal é possível.

Margarida Osswald, através do artigo *Levantamento do conjunto arquitectónico de São Cristóvão de Lafões*, apresenta algumas conclusões de um trabalho em curso, que nos permitem compreender o conjunto edificado. Partindo da análise detalhada de fontes relevantes de períodos distintos, comparando-as com os próprios edifícios, a autora decifra situações só possíveis através da análise arquitetónica do objeto em si. A observação experiente de quem conhece o edificado e o lugar há décadas são evidentes na investigação partilhada pela autora. Ao longo do texto Margarida Osswald descreve as dificuldades que o arquiteto terá enfrentado, ditadas pela configuração do terreno que teve de enfrentar e adaptar, motivo pelo qual não se constata uma concordância total do mosteiro com a tipologia dos mosteiros cistercienses. Tratando-se o cenóbio de um edifício inacabado, subsistem algumas dúvidas que a autora elenca e para as quais espera encontrar respostas após a conclusão deste projeto. A análise apresentada pela autora é pertinente para a compreensão de situações similares, cistercienses ou não, sendo igualmente relevante para os historiadores da arte.

Sobre a publicação em si, a diversidade da filiação institucional dos autores, bem como da área de investigação de cada um, confere um caráter multidisciplinar a esta obra, com especial relevância na temática do património cultural religioso e de particular interesse para os estudiosos da Ordem de Cister.

INÉS MARIA JORDÃO PINTO

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do

Património, FLUC

inesmjpinto@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6112-3616>

**Bartolomé Yun Casalilla, *Os Impérios Ibéricos e a Globalização da Europa (séculos XV a XVII)*, Lisboa, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2021, 469 p., ISBN 978-989-644-640-6.**

Partindo da premissa de que não se pode compreender a história de Portugal e de Espanha sem considerar a sua dimensão global e imperial, desde o século XV, na obra em epígrafe, o autor pretende, numa perspetiva comparada com outros impérios e sociedades europeias, aferir os impactos sociais, económicos, institucionais e militares que as sociedades e impérios ibéricos tiveram na sua conformação, interna e externa. Com o olhar crítico de quem se debruça com profundidade sobre estes temas há décadas, Bartolomé Yun Casalilla, ao desmontar estereótipos historiográficos pessimistas acerca da presença imperial de portugueses e castelhanos em territórios fora da Europa, apresenta-nos uma válida e bem sedimentada (re)construção da história das economias políticas dos impérios ibéricos, com base na sua organização institucional que, além de refletirem profundamente as relações sociais e de poder, também afetaram as suas economias, bem como a capacidade de mobilizar recursos militares.

Bartolomé Yun Casalilla é, atualmente, professor catedrático de História Moderna na Universidade Pablo de Olavide de Sevilha. Do seu currículo, constam a passagem por diversas instituições universitárias, tanto na Europa como na América, como por exemplo, no Instituto Universitário Europeu de Florença, enquanto professor (2003-2013) e como diretor do Departamento de História e Civilização (2009-2012) no mesmo Instituto, ou ainda como *visiting professor* no Institute for Advanced Study, em Princeton, entre outras. Tem-se dedicado ao longo da sua vida académica e profissional ao estudo da história comparada dos impérios, da aristocracia e das relações entre consumo e globalização. Entre as suas obras mais recentes encontram-se *Iberian World Empires and the Globalization of Europe* (Palgrave-Macmillan, 2019), de que a presente obra recenseada constitui uma tradução abreviada, *Global Goods and the Spanish Empire, 1492-1824. Circulation, Resistance and Diversity* (co-coordenador, com B. Aram, Palgrave-Macmillan, 2014), entre outras.

A presente obra divide-se em 3 partes principais (“Parte I – Os Povos Ibéricos e a Globalização”; “Parte II – Monarquias Compósitas e Instituições”; e, “Parte III – Impérios compósitos e globalização”), seguindo uma ordem cronológica de estreitamento dos temas tratados ao longo dos capítulos. Por se tratar de uma obra que retoma e aprofunda uma considerável variedade de temas já tratados anteriormente em Yun (2004), o autor tomou a pertinente decisão de elaborar conclusões que colocou no fim de cada parte da obra. De forma geral, estas

conclusões ajudam a clarificar a densidade dos temas tratados ao longo dos capítulos de cada uma das partes da obra.

No capítulo 1 – “A Europa, a Ibéria e o Atlântico no século XV” –, o autor convida-nos a uma reflexão comparada do contexto mais amplo, a partir do qual se devem olhar os processos de expansão de Castela e Portugal, negando o excepcionalismo histórico com que, por vezes, tem sido estudada a história da Europa e, em particular, da Ibéria, como único epicentro da globalização, bem como enquanto principais responsáveis pela criação de redes de comunicação que principiaram a globalização, por intermédio da expansão do Velho Continente. O desenvolvimento de recursos técnicos e militares, as transformações sociais e económicas, os códigos sociais da metrópole colocados à prova numa nova realidade, as relações de convergência e divergência com os locais e dentro das próprias fações portuguesas e castelhanas, as pretensões comerciais e o sonho de circum-navegar o continente africano para chegar à Ásia, por via marítima, constituem parte dos assuntos tratados ao longo deste capítulo.

No capítulo seguinte, chama-se a atenção para a expansão ibérica, considerando os impactos ecológicos e demográficos destas conquistas, sobretudo, na América espanhola, mas tendo igualmente em conta a expansão levada a cabo por outros países europeus. São consideradas com revelante pertinência as limitações destes processos, tomando como exemplo a “América espanhola” e a “Índia portuguesa”.

No terceiro capítulo, acerca dos “Reinos ibéricos no séc. XVI”, o autor manifesta-se contra o mito do atraso tecnológico ibérico, analisa os ecossistemas e seu crescimento, as economias não dependentes, a evolução das atividades terciárias e secundárias na Península Ibérica (a dinamização do sector industrial, como o têxtil, da construção, etc.; os progressos na ourivesaria e na mineração) e, por consequência, o desenvolvimento urbano ibérico. Contrariando assim o modelo da economia *immobile*, que defendia a ausência de crescimento económico antes da revolução industrial, Yun Casalilla responde de forma clara à questão “Qual o modelo económico e institucional em que se apoiou a expansão ibérica?”. É na multiplicidade de constituições e de práticas políticas, bem como na diversidade interna e fragmentação jurisdicional de toda a Ibéria, que se encontra a resposta a esta questão.

Todos os assuntos densamente tratados ao longo da parte I deste livro, recebem uma revisão, clarificação e sistematização nas “Conclusões da Parte I” que o autor nos cede generosa e pertinentemente.

Na segunda Parte da obra, intitulada “Monarquias compósitas e instituições”, o autor olha as transformações na estrutura financeira e política dos Estados ibéricos, atentando cuidadosamente ao processo de modernização das estruturas

políticas que se operacionalizou no estabelecimento de monarquia compósita, na e fora da Europa.

No capítulo 4 – “Os impérios, problema ou solução –, os impérios, construídos entre fatores de estabilidade nas sociedades ibéricas e muitos desafios, ocupam o centro da reflexão de Bartolomé Yun Casalilla. Entre estes desafios, encontravam-se, por exemplo, as dinâmicas, feitas de pactos e de conflitos, que nortearam as relações entre as elites e o monarca, o papel da Igreja e relações com a Coroa, entre outros. Neste âmbito, o autor chama atenção para o absolutismo e o reforço da capacidade de renovação e consolidação das elites, que procuravam satisfazer as suas ambições expansivas, por intermédio do império. Assim, o império assumiu crescentemente uma função de “bálsamo” das pretensões das elites, quer pela via militar, quer institucional ou eclesiástica. Por exemplo, a estrutura eclesiástica na América espanhola constituiu um elemento de absorção das tensões entre as elites ibéricas (p. 177). Por um lado, verificava-se um aumento do afeto do clero pela Coroa. Por outro, por via da estrutura eclesiástica era garantida a circulação das elites entre as fileiras da Igreja.

No capítulo seguinte, dedica-se atenção a temas que se estendem desde a crítica dos “estereótipos e realidades” que se formaram a respeito das sociedades ibéricas, ao estudo das instituições e de como se reforçaram crenças culturais concretas. Das instituições e o seu contexto à justiça e autonomia jurídicas eclesiásticas, dos sistemas de grémios aos consulados, da corte às relações familiares e clientelares, resulta a análise de um panorama complexo composto por sistemas formais e informais e por uma grande pluralidade de atores associados ao surgimento e cumprimento do direito oficial.

No sexto capítulo – “1600: a globalização primitiva e a Europa” –, Bartolomé Yun Casalilla, partindo da premissa de que “o império foi a solução e o problema para as elites de Castela e Portugal” (p. 239), procura indagar acerca do modo como as elites de outras zonas da Europa lidaram com problemas semelhantes, no que toca à forma como os afetaram e como podem ter condicionado o modelo de crescimento europeu. O autor convida-nos a viajar, pelo século XVI, passando por França (p. 240-243), Inglaterra (p. 243-246), Países Baixos (p. 247-250) e por Itália (p. 250-252). Da interação e concorrência económica entre os diversos países aqui contemplados, Yun apresenta-nos e caracteriza um mundo de 1600-1630 profundamente marcado pelo aumento da concorrência nas relações económicas internacionais, pela influência decisiva da religião nas instituições e no seu desenvolvimento material, pela velocidade a que se geravam formas de integração e pelo desenvolvimento de redes informais fundamentais, que se baseavam em relações impessoais e de vínculos fracos, bem como em relações familiares ou de cooperação não dependentes do Estado.

Nas conclusões da parte II, sistematizam-se as “Forças e fraquezas da Monarquia compósita”, considerando a trama de unidades políticas dispersas mescladas com relações familiares e clientelares que caracterizaram esta monarquia, sem perder de vista as realidades políticas que semelhantemente se viviam em outros países da Europa.

Na última e terceira parte desta obra – “Impérios compósitos e globalização” –, Yun Casalilla estuda o sistema complexo que se criou entre Portugal e Castela por causa da União das Coroas entre 1580/81 e 1640-1668, tendo em conta aspetos fundamentais das duas formações imperiais no seu conjunto, as relações entre este complexo imperial e o processo de globalização e, sobretudo, o desafio que este contexto representou para uma monarquia compósita e dinástica.

No sétimo capítulo, “O império compósito hispano-português 1598-1640”, o autor reflete acerca das especificidades e interligações entre os impérios português e castelhano, nomeadamente ao nível da sua organização política e administrativa autónomas. Na sua análise, o autor destaca o modo como a atuação das redes sociais (assentes em vínculos familiares e vínculos de cultura, identidade e pertença) e das instituições e relações informais se assumiram como “nicho propulsor” para a operacionalização e funcionamento das instituições formais ibéricas no(s) império(s). Os crescentes problemas internos bem como as pressões exercidas externamente tornar-se-iam, progressivamente, o “calcanhar de Aquiles” da monarquia ibérica que conduziria a “guerras globais” e, por fim, à rutura entre Portugal e Castela, assunto tratado longamente no oitavo e último capítulo da obra.

Neste capítulo, o autor atenta ao “princípio da sua decadência, mas também da sua transformação” (p. 351). De acordo com o autor, Castela vivia uma grave crise económica e política e Portugal, por intermédio da restauração, cessou os pactos estabelecidos com a monarquia Habsburgo, em 1640. Este conflito de interesses repercutiu-se também na sua dimensão imperial, bem como nas relações com outras nações europeias, ainda que não tendo inviabilizado a sobrevivência de macroestruturas multipolares, como nos diz o autor.

Nas conclusões da parte III – “Impérios e lendas” –, o autor conclui objetivamente que o grande problema dos impérios português e castelhano foi a sua própria estrutura e o contexto em que se inseriram. Lançaram a “globalização europeia” sem saber quão árdua e complexa esta acabaria por se tornar. De acordo com Bartolomé Yun Casalilla, os impérios funcionaram como “trampolim” para a formação de redes globais de indivíduos, com um carácter híbrido – comerciantes, funcionário, clérigos, etc. –, que atuavam em benefício próprio, o que, por consequência, se repercutiu no funcionamento das instituições formais dos impérios que nem sempre atuaram em concordância com os interesses dos governantes.

No epílogo, o autor questiona “Impérios falhados?” patente no título do capítulo. Nega, por um lado, a visão pessimista acerca do estudo dos impérios ibéricos, e, por outro, o seu excepcionalismo histórico, Yun Casalilla afirma que “(...) a forma de entender melhor estes impérios seja fixarmo-nos nas suas especificidades no contexto histórico concreto e em relação aos seus concorrentes do momento” (p. 413). No fundo, ressalta que, de facto, o carácter compósito da monarquia constituiu o ponto forte e fraco do complexo imperial luso-espanhol e que a chave da relativa eficiência dos impérios ibéricos decorreu de forma estreita das instituições, redes e relações informais que se formaram, nomeadamente no campo mercantil.

Conclui-se que, além de uma obra de grande pertinência, *Os Impérios Ibéricos e a globalização da Europa (séculos XV a XVII)*, de Bartolomé Yun Casalilla, possui elevada qualidade científica, rompe com visões historiográficas estereotipadas e pessimistas da realidade histórica, cruzando diversas linhas de investigação, numa análise atenta ao micro e ao global, às conexões e ruturas, às redes e (i)mobilidade.

Ao considerar os impérios ibéricos no seu todo, acaba por dedicar análises mais detalhadas ao império castelhano, em detrimento do português, limitação que se comprehende pelos temas a que se tem dedicado ao longo da sua carreira académica. Trata-se de uma obra de referência e contributo considerável no que toca à história conectada e comparativa entre os dois impérios, inclusive durante o período de união das coroas. Não encerra de forma alguma a diversidade de problemáticas tratadas ao longo da obra, ficando aberto um vasto campo de possibilidades de investigação a dar continuidade em futuros estudos.

GABRIELA NÓBREGA  
Universidade de Coimbra, CHSC  
agabrielanobrega95@gmail.com  
<http://orcid.org/0000-0001-5055-4130>

**Fernando Bouza, *Palabra, Imagen y Mirada en la Corte del Siglo de Oro: Historia Cultural de las Prácticas Orales y Visuales de la Nobleza*, Madrid, Abada Editores, 2020, 272 p., ISBN: 978-84-17301-44-6.**

Fernando Bouza é professor catedrático da Universidade Complutense de Madrid, instituição de ensino superior onde tem lecionado diversas unidades curriculares de História Moderna, referentes ao campo da história cultural, política e das elites ibéricas. É um autor bastante conhecido e cujas obras são muito lidas em Portugal, nomeadamente a sua tese de doutoramento sobre a aclamação de Felipe II e as Cortes de Tomar (1581), obra incontornável para quem estuda a integração de Portugal na Monarquia Hispânica. As linhas de investigação por si desenvolvidas compreendem o Portugal dos Habsburgos, bem como, em articulação com a sua atividade docente, a história cultural e política no período dos Áustrias.

O livro aqui em apreço ocupa-se destas matérias. Não se tratando de uma obra verdadeiramente inédita, pois uma primeira versão foi publicada em 2003<sup>1</sup>; nem, ao invés, de uma genuína reedição, na medida em que, se tem capítulos que integraram aquela versão, agora revistos e atualizados, outros trabalhos há que completam a presente edição, consiste, em todo o caso, numa obra de indiscutível importância para o estudo das manifestações culturais e representações identitárias da aristocracia no espaço cortesão. A obra tem ainda a vantagem de não se limitar à nobreza e à corte espanhola, porquanto também estuda o diário de uma viagem de D. Manuel de Ataíde, conde de Castanheira, pela Península Ibérica, e aborda a corte vice-reinal de Pedro Téllez Girón, duque de Osuna, em Nápoles.

O livro, como o Autor refere na introdução que o inaugura, aborda “los usos orales y visuales que practicó la cultura aristocrática de corte durante los XVI y XVII” (p. 12). Muito concretamente, pretende compreender a que expedientes a nobreza recorreu, umas vezes isolados, outras vezes conjugados, mas sempre com intenções propagandísticas, com o objetivo de produzir uma determinada imagem coletiva, tendente ao reforço da sua posição privilegiada, e como percecionou e representou uma identidade em mutação, que transitou progressivamente do seu ideal cavaleiresco para um arquétipo cortesão, sem, todavia, perder de vista a importância da função guerreira.

---

<sup>1</sup> *Palabra e imagen en la Corte: Cultura Oral e Visual de la Nobleza en el Siglo de Oro*. Madrid: Abada Editores, 2003.

Estas considerações são particularmente relevantes se se tiver em conta que a obra se reporta a um grupo, a aristocracia, e a um período crítico que esta atravessou, nos séculos XVI e XVII, decorrente de problemas financeiros, da “inflação de honras” e até do seu processo de curialização, colocando em causa a sua autonomia face ao poder monárquico e o seu prestígio. Assim, o livro aborda a representação da nobreza, desde a sua oralidade à visualidade, campo que engloba a indumentária e a arte retratística, mas também os ambientes festivos, que podiam servir de palco a discursos identitários, reportando-se ao ideal cavaleiresco, e ser promovidos por uma nobreza que ansiava ver o seu poder e grandeza reconhecidos. Fernando Bouza leva-nos, deste modo, “de la voz a la fiesta, pasando por las galas y por los retratos”, num pérriplo que visita os “usos culturales de la aristocracia de corte que buscó representarse a sí misma en retratos y voces” (p. 17).

Este leque de problemáticas encontra-se organizado em sete capítulos, quatro dos quais republicados e os restantes três inéditos. O primeiro, intitulado “De clara voz”, entende a voz como um meio de comunicação imprescindível, como algo imprescindível à sociabilidade, mas também como o que permite a retóricos articularem em espaços distintos. A sua importância numa “edad oral” (p. 27) manifestava-se pela respetiva capacidade de emocionar os ouvintes, faculdade que a escrita não possuía ou que pouco alcance tinha. Contrapunha-se à palavra escrita dos letrados que afluíam à corte, pondo em causa a posição privilegiada da nobreza no espaço áulico. E era, por isso mesmo, discutida em tratados que ensinavam como falar e a silenciar-se oportunamente – na presença do rei. A oralidade devia, portanto, seguir determinados preceitos, nomeadamente na corte régia, onde se impunha observar modelos de comportamento distintivo que identificavam o bom cortesão e permitiam aferir o carácter do orador.

A mesma lógica é detetada em “Vivir en hábito de. Cultura de la indumentaria en el Siglo de Oro”. Aqui demonstra-se que o vestir não dependia apenas do gosto próprio; também correspondia a uma forma de alguém se representar individual e coletivamente, estabelecendo um elo entre as roupas envergadas e o seu estatuto social, estado ou ofício. A indumentária, se reproduzia visualmente a desigualdade jurídica de Antigo Regime, podia encontrar-se também subordinada a constrangimentos legais que impediam o uso de determinados tecidos, adereços e objetos, cujo valor distinguia a condição de cada um. Tal diferenciação existia ainda entre cortes europeias e verificava-se à escala ibérica, dando-se o exemplo do vestir à portuguesa momentaneamente adotado por Felipe II, quando foi entronizado como rei de Portugal, em 1581.

A cultura visual da corte dos Habsburgos e a sua conexão com uma identidade nobiliárquica em transição continua a ser observada em “El caballeresco visual”, terceiro capítulo deste livro. Aqui se retoma a desigualdade característica do Antigo Regime, evocada sempre que possível em espaços de sociabilidade ou em eventos festivos cuja pertença e participação numa determinada posição evidenciavam a respetiva elevação. Mas na festa cortesã, se o reconhecimento público de estatuto privilegiado era assegurado, também se permitia a construção de uma identidade cavaleiresca. Vestir-se adequadamente importava, mas não bastava, pois também era necessário educar o corpo: “detrás de prácticas como la vestimenta, la gestualidade o el movimiento corporal de caballeros y damas cabe ver no solo una apariencia, sino una voluntad de distinción estamental a través de la creación de una visión particular de lo Caballero” (p 105).

Em “O qual eu vi. Escritura y mirada nobiliarias en el *Discurso nas jornadas que fiz a Monserrate* de Manuel de Ataíde, tercer Conde de Castanheira (1602-1603)”, Fernando Bouza procede a uma inversão de sentido, passando da representação oral e visual de valores e modelos identitários para a percepção sensorial. Este capítulo é baseado num diário de viagem no qual o conde de Castanheira anotou os costumes e descreveu os factos mais curiosos das terras por onde passou. Trata-se de um relato, feito na primeira pessoa, do que se viu e que “se pode pintar por escrito” (p. 110). Não se limitando à descrição, há, no documento, uma evocação dos obstáculos com que D. Manuel e seus companheiros se depararam e da capacidade de os ultrapassar, aludindo aos seus atributos de liderança. Muitas das suas observações exemplificam o que se discute nos capítulos anteriores, nomeadamente as especificidades culturais dos vários espaços da Península Ibérica, focando-se ora na língua, ora nos trajes, mas igualmente numa “particularidad visual caballerescas que nunca debía ser descuidada” (p. 122).

A cultura visual da nobreza no espaço cortesão é retomada no quinto capítulo, “Nobres y artífices. Los retratos como *servicio caballeresco*”. Aqui são discutidos o mercado cultural da corte e da nobreza e o papel de mecenazgo desempenhado por esta. Em consonância com as perspetivas anteriores, a pintura aqui é encarada não apenas como uma representação pictórica de alguém, um retrato das características físicas (e morais) do retratado, mas também como algo que distingue o seu patrono, como sucedia quando um aristocrata tinha artistas ao serviço em sua casa, quando não era ele mesmo o artífice. Trata-se, em suma, de considerar o gosto, consumo e patrocínio de arte como mecanismos de distinção e, enfim, de reconhecer a sua inclusão no modelo cortesão.

No capítulo seis – “F. He fe” –, o arquétipo cavaleiresco é mais aprofundado. Discute-se a função civilizacional de justas, torneios, jogos de canas, corridas de touros, entre outros elementos presentes na festa renascentista e barroca

que asseguraram a representação estamental e reafirmam os valores marciais no conjunto da nobreza. Constituem “elementos de lo caballeresco visual, una forma de propaganda de los propios valores nobiliarios, así como de la naturaleza privilegiada y egrégia de sus participantes” (p. 188). Também são apresentadas as limitações de um “processo civilizacional” que não conseguia impedir desacatos e embates entre grupos de cortesãos, que em todo o caso se assumem como herdeiros dos antigos modelos de cavalaria. Tratados de ensinaança ainda privilegiam a instrução militar e o adestramento equestre, mas visam tanto a guerra, como a paz: o estudo, a devoção e a caridade, por exemplo, acompanham a importância das armas para a vida do cavaleiro na corte.

Por fim, no último capítulo, intitulado “A ver lo qué es. Fiestas, pinturas, hechizos y bufones del Duque de Osuna en Nápoles”, Fernando Bouza aborda a cultura visual desde uma perspetiva mais focada no exercício do poder. Enquanto vice-rei de Nápoles, Pedro Téllez de Girón não se coibiu de se mostrar à população que governava e à qual também observa. Fê-lo reproduzindo uma imagem específica de si próprio, mostrando-se como senhor liberal que aprecia e encomenda arte, financia festas religiosas e mundanas, dispensa tenças e distribui ajudas, numa produção cultural próxima da prodigalidade, mas, todavia, servindo o propósito de exibir a generosidade do governante.

Os sete capítulos que dão corpo ao livro são dotados de uma notória coerência, conforme se verificou atrás. Neles perpassam formas de representação tão variadas como a pintura, indumentária, expressão corporal, jogos de cavalaria de diversa sorte, festividades e mecenato artístico, confluindo no mesmo sentido. Num período de crise, em que a identidade aristocrática se sentiu fortemente afetada e ameaçada, a construção de uma imagem coletiva através da divulgação de valores estruturantes da nobreza cortesã demonstra como a nobreza se autorrepresentava, mas, sobretudo, como se percecionava, que funções entendia serem exclusivamente suas ou quais os atributos que deveria ter. Fernando Bouza oferece-nos assim um obra que se reveste de particular interesse e especial importância para quem se dedica ao estudo da nobreza moderna em Espanha, mas também em Portugal, cuja historiografia das elites e da corte da Época Moderna certamente beneficiará das perspetivas que servem de base a esta obra.

CRISTÓVÃO MATA

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

cristovamat@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3682-0700>

**Carlos Fiolhais; José Eduardo Franco; José Pedro Paiva (Dir.), *História Global de Portugal, Lisboa, Temas e Debates, 2020, 662 p., ISBN: 978-989-644-635-2.***

Embebido numa nova corrente historiográfica a nível mundial que surgiu nas últimas décadas sobre a história global, este livro, inédito na historiografia portuguesa, surge como uma necessidade de repensar o passado, “levando a questionar percepções e identidades de indivíduos, países, regiões e, no limite, de todo o planeta, que é afinal, a pátria comum da humanidade” (p. 13). Importa, desde já, referir que uma das condições para se fazer história global é nunca “desvalorizar um sólido conhecimento do local e do factual nem deixar de reconhecer que é a esta escala (...) [que] ocorrem dinâmicas cruciais para perceber a mudança, a rutura e as continuidades” (p. 17). Contudo, apesar da novidade, faço um reparo, mencionado também na introdução desta obra para o caso português, numa diferenciação de uma história à escala global e de uma história global. Só nos alvores do século XXI é que o conceito de globalização, termo recente no vocabulário universal, passou a ocupar um lugar nevrálgico (p. 13). Como marco desta tendência, temos a criação do *Journal of Global History* em 2006, o texto de Jeremy Adelmann em 2004 ou o livro *The Birth of the Modern World 1780-1914*, do britânico Christopher Bayly, sem nunca esquecer a obra de Sebastian Conrad, *What is Global History*, de 2016 (p. 14-15). Todavia, já na obra de Fernand Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècle*, cujo primeiro volume, *Vol. I Les structures du quotidien* foi publicado em 1967, encontramos uma história à escala global (não necessariamente global no sentido apresentado nesta obra em análise), as “connected histories”. Foi este estudo que, por exemplo, permitiu a Immanuel Wallerstein, em 1974, estudar o sistema mundial moderno em perspetiva histórica. A noção de história à escala global está também presente na historiografia sobre impérios e colonizações, embora neste caso ainda com uma abordagem tradicional, centrada no estado/nação. Com uma perspetiva eurocêntrica que privilegiava as relações de dominação e os processos de aculturação, esta visão só começou a serposta em causa com as descolonizações afirmindo-se, deste modo, uma história pós-colonial<sup>1</sup>. No caso português, os primeiros estudos surgem com Vitorino Magalhães Godinho, “sobretudo através do inovador conceito de complexo histórico-geográfico”, revelando que já a

<sup>1</sup> Margarida Sobral Neto, *Problemática do Saber Histórico. Guia de estudo, 2<sup>a</sup>edição*, Coimbra, Palimage, 2016, p. 59-60.

partir dos séculos XV-XVI se estavam a criar “densas relações que transcendiam as fronteiras nacionais (e europeias)” (p. 15).

Os diretores desta obra são reputados investigadores em diferentes áreas do saber, e com uma vasta experiência na produção e divulgação científica: Carlos Fiolhais, professor de Física na Universidade de Coimbra e diretor do Rómulo – Centro de Ciência Viva da Universidade de Coimbra; José Eduardo Franco, que dirige a Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização (Universidade Aberta/CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) e coordenador do programa doutoral em Estudos Globais; e José Pedro Paiva, professor de História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e coordenador científico do Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC – UC).

Em traços gerais, o principal contributo que esta história de Portugal traz para a historiografia é a visão descentrada da perspetiva eurocêntrica e “da ótica nacional” (p. 19), tão habituais e presentes nas histórias de Portugal existentes.

Composta por 93 textos divididos ao longo de cinco capítulos, ou blocos cronológicos, como referem os diretores – “I Pré-História e Proto-História” (p. 23-60); “II Antiguidade” (p. 63-154); “III Idade Média” (p. 157-290); “IV Época Moderna” (p.293-494); e “V Época Contemporânea” (p. 497-658) –, esta obra conta com a participação de cerca de 90 autores portugueses e estrangeiros. Com diferentes perspetivas e interpretações históricas, encontramos aqui também uma convergência entre “investigadores juniores e seniores, com vinculações a instituições universitárias e institutos de investigação na Europa e fora dela” (p. 297), numa simbiose harmonizada do texto. Realçamos, também, a multidisciplinaridade e transdisciplinaridade, essenciais para novas interpretações nos estudos realizados atualmente.

Como referido, inédita no contexto historiográfico português, destaca-se por ser apenas a quinta obra deste género a ser publicada na Europa. Pioneiras neste modelo encontramos a *Histoire Mondiale de la France*, da direção de Patrick Boucheron (janeiro de 2017), seguindo-se a *Storia Mondiale Dell’Italia* dirigida por Andrea Giardina, também de 2017. Em 2018 seguiram-se a *História Mundial de España* da direção de Xosé Núñez Xeixas e a edição dos Países Baixos, intitulada *Wereldgeschiedenis Van Nederland*. Ao observar estas obras, deparamos, desde logo, com um aspeto comum a todas, a sua organização interna. Divididas em blocos cronológicos (capítulos), mais ou menos bem definidos, todos os textos que compõem os capítulos são sintéticos e têm um ano como título. Contudo, faço aqui referência a duas diferenças entre a obra portuguesa e as suas congéneres estrangeiras. Desde logo, o título. Se no caso português a direção optou por usar o vocábulo global, as restantes apresentam a terminologia

mundial. Contudo, a maior diferença reside nos títulos atribuídos aos blocos cronológicos. Ao observar as histórias mundiais de França, Itália, Espanha e Países Baixos, vemos que os títulos dos capítulos não são as referências aos grandes períodos cronológicos da história Ocidental, como no caso da obra portuguesa. Refira-se, como exemplo, o título do quarto capítulo desta obra, denominado “IV Época Moderna”, e os títulos presentes na sua congénere (e pioneira) francesa, para o mesmo arco temporal. No caso português, este bloco cronológico inicia-se em 1425 e termina no ano de 1807 com um texto sobre a transferência da corte régia portuguesa para o Brasil (o primeiro texto do capítulo “V Época Contemporânea” tem a data de 1822 e reporta-se à independência do Brasil). No caso francês<sup>2</sup>, encontramos quatro capítulos para a mesma cronologia (1425-1807, período habitualmente reconhecido como Época Moderna): “La grande Monarchie d’Occident” (de 1347 a 1610, 18 textos); “La Puissance Absolue” (de 1633 a 1720, 12 textos); “La nation des Lumières” (de 1751 a 1794, 11 textos); e, por fim, “Une Patrie pour la Révolution Universelle” (de 1795 a 1852, 14 textos). Na visão do leitor mais atento, encontramos, na versão portuguesa, aquilo que poderia parecer uma conceção nebulosa, ou até mesmo deturpada, do conceito história global – tal como é apresentado nesta obra –, visto que os títulos dos capítulos obedecem aos cânones de uma história focada no eurocentrismo em detrimento de uma história global. Ou seja, encontramos uma divisão tradicional, voltada para o pensamento comum dos grandes períodos da história (Pré-História, Proto-História, Antiguidade, Idade Média, Época Moderna e Época Contemporânea), na perspetiva europeia, contrariamente às restantes obras, que se dividem por momentos fraturantes da sua história. Todavia, José Pedro Paiva, numa das apresentações do livro esclareceu os leitores explicando que esta divisão se prende, sobretudo, com uma melhor interpretação da obra pelo leitor mais leigo e menos versado nestas matérias. Isto é, a divisão foi feita com o propósito de facilitar a leitura a toda a comunidade<sup>3</sup>. Com uma linguagem acessível e um grafismo apelativo, os textos, sempre acompanhados de uma pequena lista bibliográfica, podem ser consultados por qualquer leitor que se interesse por história cumprindo-se, assim, aquilo que cremos ser um dos principais objetivos da divulgação da história enquanto ciência, chegar ao amplo espírito do público geral.

Estruturalmente, o livro tem início com uma introdução geral dos diretores da obra, onde os leitores são contextualizados sobre o surgimento e evolução

<sup>2</sup> O mesmo exemplo poderia ser dado nas restantes obras europeias.

<sup>3</sup> A explicação encontra-se numa das apresentações feitas deste livro, que pode ser vista em: [https://www.youtube.com/watch?v=bWmf7n\\_JLRo](https://www.youtube.com/watch?v=bWmf7n_JLRo), consultado a 5 de fevereiro de 2021.

do conceito de história global. É neste espaço que também justificam as suas posições metodológicas e as escolhas dos diferentes autores. Prosseguindo na sua análise, esta obra divide-se em cinco capítulos, coordenados por especialistas da época tratada e sempre com uma introdução inicial, onde o coordenador científico enquadra os textos que se seguem. No final de cada ensaio, é facultada ao leitor a bibliografia utilizada.

O primeiro bloco cronológico, “I Pré-História e Proto-História”, é coordenado por João Luís Cardoso, professor de Pré-História da Universidade Aberta e autor ou coautor de cerca de 450 artigos e capítulos de livros. Dividido em cinco ensaios, resultantes “da discussão crítica de temáticas pertencentes a cada dos grandes períodos anteriores à escrita (Pré-História) ou coevos das primeiras sociedades com escrita do ocidente peninsular (Proto-História)” (p. 23), iniciamos a viagem em 240 000 a.C. na gruta da Aroeira, em Torres Novas, com os vestígios neandertalinos mais antigos no atual território português. Neste bloco cronológico podemos encontrar temas relacionados com as mudanças sociais, económicas e culturais levadas a cabo pelas diversas comunidades. O segundo ensaio remete-nos para a alteração do modelo de subsistência, até então baseado na caça e na recolheção, alterando-se para uma economia baseada na produção de alimentos. Segue-se uma incursão pelas produções campaniformes que ocorreram entre cerca de 2700 e 1800 a.C., passando para o comércio a longa distância na Idade do Bronze. Por fim, desembarcamos no estuário do Tejo, e outros estuários do território que viria a ser Portugal, com a presença fenícia dos séculos IX a V a.C.

O segundo capítulo, “II Antiguidade” é coordenado por Carlos Fabião, professor da Faculdade de Letras de Lisboa e Investigador do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ). Dividido em 14 textos, aborda a presença romana sob diversas perspetivas: o projeto de expansão romano, ou neste caso, a falta de um projeto de expansão e uma conquista resultante do choque entre Roma e Cartago (p. 69); a resistência da população local e, posteriormente, as invasões bárbaras; os aspetos económicos; a “integração linguística [que] levou ao aparecimento de personalidades da Hispânia que se afirmaram no espaço cultural e literário da própria cidade de Roma” (p. 87); as questões de geografia, colocando este território como o ponto mais a oeste do mundo, bem como a caracterização do território meridional; a emergência dos grandes núcleos urbanos, com as devidas alterações na imagem política e administrativa; e, não menos importante, o impacto das guerras civis romanas. No último texto, referente à segunda metade do século VI, é analisada a passagem da “romanidade à cristandade num processo de permanência e continuidade” (p. 147), numa península unificada pelos godos.

Segue-se o capítulo “III Idade Média”, coordenado por Bernardo Vasconcelos e Sousa, professor no departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Logo na introdução, o coordenador científico justifica a escolha dos temas que “são geralmente considerados determinantes e talvez aqueles que melhor permitem captar a dimensão de uma Idade Média globalizante”, sem nunca esquecer que outros temas poderiam ter sido escolhidos, como a influência judaica ou o legado moçárabe ou então o “estrangeirado” D. Afonso III que permaneceu vários anos na corte do rei francês São Luís (p. 158). Aqui, podemos encontrar ensaios que se debruçam sobre as influências de outros povos, iniciando-se, logo no primeiro texto, com o Islão e o legado do al-Andalus que perdurou na cultura material e nas práticas institucionais, ou no segundo, com os vestígios vikingues da região entre o rio Douro e o Ave. São também retratadas as questões políticas e diplomáticas, como os casamentos da coroa ou os tratados diplomáticos, como o de Alcanices. As questões bélicas também são um aspecto importante da globalização portuguesa, onde se reforça a importância da conquista de Lisboa em 1147, não só pelo auxílio de um contingente de cruzados de diversas proveniências, bem como pelas narrativas construídas em torno deste acontecimento, não só em Portugal, como além-fronteiras, ou a Batalha de Aljubarrota “que figura no rol restrito de batalhas «decisivas» da história medieval portuguesa” (p. 277).

Como não poderia deixar de acontecer, é igualmente realçado o papel da religião e das ordens religiosas, movimentos que expandiram por toda a Europa, sem nunca esquecer figuras como Santo António de Lisboa, ou Pedro Julião, vulgarmente conhecido como Pedro Hispano ou Papa João XXI. Ao longo do capítulo, observamos o envolvimento de Portugal no processo de integração económica da Europa de então, com a criação, por D. Dinis, em 1293, da Bolsa dos Mercadores. Esta “foi uma organização medieval que reunia mercadores e armadores do Porto e de Lisboa, que entravam com capitais para um fundo comum destinado a custear despesas com acidentes e com o despacho dos negócios, em Portugal e no estrangeiro” (p. 257). Aspeto essencial deste capítulo são os ensaios referentes à cultura e à ciência, visíveis, por exemplo, nos painéis de São Vicente de Fora, nos ensaios sobre a escrita, literatura e, sobretudo, na evolução da língua portuguesa, sem nunca esquecer, por iniciativa régia, a fundação da universidade em 1290. Por fim, no último texto, encontramos a conquista de Ceuta, em 1415. Apesar de não “representar o início da expansão portuguesa (que começou no século XIV com as expedições às Canárias)” (p. 288), este foi o “primeiro passo de toda esta atividade a uma escala global, ainda que não fosse essa, na altura, a intenção dos protagonistas” (p. 161).

O quarto bloco cronológico aborda a Época Moderna, como referido, balizado entre 1425, com o ensaio “Madeira: povoamento, açúcar e escravos”, e 1807 com a transferência da corte régia portuguesa para o Brasil. Coordenado cientificamente por Cátia Antunes, professora na Universidade de Leiden, Países Baixos, este é o maior capítulo do livro, com 31 ensaios. Outro aspecto que realçamos, fruto da época em questão, é a expressão verdadeiramente global que a história portuguesa assume nesta faixa cronológica, com acontecimentos marcantes (positivos e negativos) que marcaram a história global.

Salientamos, também, e em particular neste capítulo, os temas escolhidos. Por um lado, e sempre apresentados sob uma perspetiva global, encontramos referências amplamente conhecidas e trabalhadas pela historiografia portuguesa. Exemplo disso são as menções à passagem do Cabo do Bojador, a Fernão Magalhães e a primeira volta ao mundo, à União das Coroas Ibéricas, à Colónia do Sacramento ou o terramoto de Lisboa de 1755. Contudo, fruto das novas perspetivas historiográficas e a abertura a novos campos historiográficos, encontramos nesta obra temas que só muito recentemente começaram a ser estudados com a devida profundidade e amplitude necessárias para uma melhor compreensão.

Porventura um dos maiores contributos – o mais negativo – e com maior impacto na história global, a comercialização transatlântica de escravos, pouco ou nada referida até esta data, no contexto das histórias de Portugal. Abordada sempre com uma visão eurocêntrica, aqui é debatida numa perspetiva nova, e cada vez mais recorrente, com o seu estudo a centrar-se na visão do “outro”, ou seja, do escravizado. Podemos encontrar um ensaio sobre a primeira revolta documentada de escravos na Ilha de São Tomé, em 1517, e consequentes revoltas em territórios portugueses ou sob a esfera de influência portuguesa, ou então, sobre a escravatura na Madeira (“1425 Madeira: povoamento, açúcar e escravos”), de diferentes origens (encontramos mão de obra escravizada de origem muçulmana; portuguesa resultante dos mouriscos escravizados em Setúbal ou no Algarve; e africana), isto “numa altura em que a escravidão ainda não estava associada à cor de pele negra, [e] todo aquele que não fosse cristão era passível de captura” (p. 302). Outro exemplo de um tema raramente estudado nas histórias de Portugal, e que aqui merece alusão, são as Misericórdias, instituições laicas, mas de matriz católica que estavam “sob proteção régia e não estavam subordinadas ao poder episcopal do ponto de vista legal, atuando com autonomia” (p. 335).

Tal como no bloco cronológico anterior, também aqui encontramos ensaios referentes às mais variadas temáticas, como a cultura, através de Camões e *Os Lusíadas*, e a política, nas referências ao tratado de Tordesilhas, à rutura

luso-espanhola e aos tratados de Vestefália. Estão similarmente presentes ensaios sobre a religião e ordens religiosas, neste caso a Companhia de Jesus, sobre economia, sobre arquitetura, com o ensaio de Mazagão e do Palácio de Mafra, sobre instituições, como a Inquisição, ou as já referidas Misericórdias. Em suma, este capítulo oferece “um balanço de uma análise de conexões, circulações e trocas de natureza social, política, económica, religiosa e cultural, realçando trajetórias dissonantes de ação e reação a esta globalização gerada pelos portugueses...” (p. 296).

O derradeiro bloco cronológico que nos é apresentado nesta obra é “V Época Contemporânea”, da coordenação científica de António Costa Pinto, Investigador Coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e professor no ISCTE.

À semelhança do último ensaio do capítulo anterior, este começa com o Brasil, mas a 7 de setembro de 1822, incorporando a sua independência no contexto mundial “dos choques dos impérios” (p. 503). Ainda sobre o século XIX, encontramos mais quatro ensaios. O primeiro, sobre D. Miguel e o miguelismo, “fenómeno político português sinónimo de contrarrevolução, antiliberalismo, realismo e legitimismo”, destacando-se que estes acontecimentos (revolucionários e contrarrevolucionários) da “Península Ibérica têm estreita conexão entre si e são inseparáveis da disputa entre a Grã-Bretanha e a França, e da crise dos impérios atlânticos” (p. 511). O segundo remete-nos para o protestantismo e a criação, em território português, da primeira igreja protestante, marcando “o início do processo contemporâneo de diferenciação religiosa no país” (p. 520). Segue-se um ensaio sobre a abolição da pena de morte em Portugal, em 1867, contextualizado com um pequeno resumo da pena capital em Portugal e a inserção, ou falta dela, nos grandes debates sobre a sua abolição no século XVIII, findando o século com um texto sobre a Conferência de Berlim, em 1884. Entrando no século XX, o primeiro ensaio é sobre o impacto do regicídio de D. Carlos em 1908, golpe este que começou a ser planeado fora de Portugal (p. 540). Seguem-se alguns textos sobre a 1<sup>a</sup> República, realçando-se, desde logo, a raridade deste tipo de regime na época em questão: “a Europa era constituída por quatro impérios, 11 monarquias e somente duas repúblicas” (p. 545). Abordam-se as dimensões políticas, o turismo e a arte através da figura e trajeto de vida de Amadeo de Sousa Cardoso. Debate-se, ainda, a Grande Guerra e o fenómeno Fátima, com início em 1917, perspetivado no quadro global, não só como espaço de peregrinação, mas também como “lugar de movimento centrífugo, sobretudo pelas viagens das imagens peregrinas de Nossa Senhora de Fátima” (p. 573). De seguida, o leitor debruçar-se-á sobre o período correspondente ao Estado

Novo (1933-1974), aludindo aos seus aspectos políticos ou ao bacalhau, não só como um bem alimentar, mas também cultural e económico. Retratam-se ainda temas como a Exposição do Mundo Português em 1940, a ciência no exemplo de Egas Moniz (Prémio Nobel) e a entrada de Portugal na NATO e na Organização das Nações Unidas, com todas as questões políticas e coloniais que envolveram estes dois acontecimentos. Por último, o lusotropicalismo e o desporto, este com expoente máximo na figura do Eusébio – elevado a património nacional por Salazar, segundo o próprio Eusébio (p. 626) – e no Campeonato do Mundo em 1966. Chegados a 1974, encontramos um ensaio sobre o 25 de abril e a transição para a democracia, num movimento que derrubou uma das mais longas ditaduras da Europa (1926-1974). Nos últimos três ensaios, retrata-se a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, a internacionalização da literatura portuguesa, com aqueles que provavelmente serão os seus maiores vultos no século XX: Fernando Pessoa, o Prémio Nobel José Saramago e António Lobo Antunes. No derradeiro texto, já alusivo ao século XXI, “2011 Emigração portuguesa: cruzamentos globais”, é abordada, como o próprio título indica, a emigração. Fenómeno transversal a toda a história de Portugal, é-nos aqui traçado um panorama histórico de um movimento de massas e retratos das fronteiras físicas e mentais.

Em suma, recomenda-se vivamente a leitura desta obra. Embora sucinta, é rigorosa e criteriosa. A escolha dos/as autores/as foi feita com critério e sentido académico, bem como os temas selecionados. Apesar de estes dois últimos aspectos serem discutíveis, sobretudo pelas preferências pessoais de cada leitor no que concerne às temáticas estudadas e aos autores escolhidos, cremos que os textos aqui produzidos permitem traçar uma imagem fidedigna de um Portugal global. Como último comentário, deixamos aquele que será porventura o aspeto mais bem conseguido da obra: a divulgação histórica para o público mais leigo, alheado do mundo académico. Nem sempre fácil – ou desejável por alguns historiadores e historiadoras –, muitas vezes os estudos produzidos tendem a ser complexos, com uma linguagem de difícil percepção, algo que nesta obra não acontece, cumprindo-se aquele que será um dos principais objetivos da história enquanto ciência, a sua divulgação.

PEDRO J. BARBOSA DA SILVA

Universidade de Coimbra, CHSC, Faculdade de Letras

pedroporto2512@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8772-245X>

**Lilia Moritz Schwarcz; Heloisa Murgel Starling, *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2020, 375 p., ISBN 978-85-359-3391-8.**

Professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo e Visiting Professor na Universidade de Princeton, Lilia Moritz Schwarcz tem assinado inúmeras obras premiadas em sua ampla e versátil carreira como pesquisadora, fato que lhe garante publicações que se acostumaram a transitar entre diversas áreas do conhecimento, tais como a História, a Antropologia e as Ciências Sociais. Somada a sua capacidade de manter canal aberto a profícias parcerias, formou dupla de trabalho com a historiadora e pesquisadora Heloisa Murgel Starling, professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais, resultando na premiada obra *Brasil: uma biografia* (2015)<sup>1</sup>.

Ambas retornaram para a realização de mais um trabalho, agora em 2020, brindando-nos com *A Bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*, livro assumidamente produzido durante a quarentena (p. 341), instrumento profilático contra um mal que, assim como a “gripe espanhola”, chegou aos trópicos, invisível, mas devastador, resultando na ecatombe pandêmica da COVID-19, espraiando-se rapidamente pelo globo, numa mórbida e centenária coincidência com o objeto de estudo em questão.

Os movimentos casuísticos e os paralelismos estabelecidos de forma clara e consciente entre a pandemia passada e a presente são um eixo fundamental para a compreensão das proposições dos constructos dessa obra, um verdadeiro convite ao leitor, quase de forma apologética, para elucidar, como já defendia o pensador italiano Benedetto Croce, que toda a história também é uma história do presente, assim como todo historiador é um ser humano do seu tempo<sup>2</sup>.

Apesar de existirem diversos estudos sobre a epidemia de “influenza espanhola”, ou apenas “espanhola”, também conhecida como “gripe bailarina” – analogia da doença pular como se estivesse dançando de pessoa para pessoa, daí o título do livro – que assolou o Brasil entre os anos de 1918 e 1920, esse trabalho, escrito entre março e setembro de 2020, apresenta algo *sui generis*: fundamentado a partir de fontes inéditas do período, tais como jornais e periódicos, além de uma gama de pesquisas científicas, a obra foi capaz de demonstrar de forma contundente e didática o quão

<sup>1</sup> L. M. Schwarcz; H. M. Starling, *Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito*, São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

<sup>2</sup> B. Croce, *La storia ridotta sotto il concetto generale dell'arte*, Milano, Adelphi Edizioni, 2017.

semelhante foram os métodos, acertos e desacertos com os quais se lidou com aquela doença e também como o Brasil contemporâneo vem lidando com a COVID-19 (p. 24), evidenciando, pelo exercício dialético, como a atual situação do país poderia ser diferente, principalmente devido aos conhecimentos legados do passado.

O livro estrutura-se em 10 capítulos, somados a introdução e conclusão, sendo os dois primeiros dedicados a uma abordagem mais “generalista” do tema, mas necessária para a compreensão do restante da obra, que busca, de forma minuciosa, reconstituir a propagação e os efeitos da doença em diversas capitais brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Belém e Manaus, respectivamente), além de um capítulo inteiro dedicado a desmistificar a tese de que a “espanhola” teria levado a óbito o primeiro presidente da república brasileira a ser eleito para um segundo mandato, Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919). Tal contributo é imperioso para a ressignificação de importante detalhe na biografia desta relevante personalidade da história da política brasileira.

Não é o que se lê no atestado de óbito. (...) E regista como causa básica – aquela que conduziu diretamente à morte – uma doença sem relação com a espanhola ou suas complicações: “assistolia aguda no curso de anemia perniciosa” (p. 301-302).

Apesar de em alguns momentos o livro passar sensação de redundância devido a sincronia dos capítulos, com o avanço da leitura isso se dissipa, pois percebe-se os objetivos dessa organização, que parte de um enredo previamente pensado pelas autoras para criar a sensação de inserção do leitor na sequência dos acontecimentos, como se estivesse em uma viagem por um país continental, a bordo de um vapor que aporta nas principais capitais assoladas pela influenza e, ao mesmo tempo, escancarando as disparidades e carências de medidas homogêneas que atendessem uma população que demandava urgentemente políticas sanitárias e de saúde, numa República que preconizava o progresso em seu discurso, mas de forma conservadora e parcial agia como veia aberta para a livre circulação e penetração do vírus (p. 19).

Realizando um exercício entre a macro e a micro história, em que se parte da contextualização da situação mundial do período, com recortes dedicados a fazer-nos compreender as repercussões da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), não só de forma global, mas com ênfase no Brasil (p. 54-58), temos aqui uma clara inferência dos impactos da modernidade como agente propagador não apenas de benefícios, mas também de conflitos, materializados sob o palco

de guerras e doenças<sup>3</sup>. Apesar de dados imprecisos, acredita-se que a epidemia de influenza tenha ceifado, entre 1918 e 1920, de 30 a 50 milhões de vidas no mundo. Essa constatação nos parece importante, pois norteia o diálogo, ainda insistente, de que a economia, o comércio internacional e as relações internacionais são sinônimos de civilização, sem consequências maléficas tanto para cidadãos como para o meio-ambiente. Essa lógica é facilmente reconhecida dentre os motivos que facilitaram a entrada da influenza no Brasil, na manhã de 9 de setembro de 1918, a bordo do navio mercante *Demerara*, procedente de Liverpool, mas com escalas em diversos países (p. 60).

Balizando-se em elementos metodológicos orientados pela história do cotidiano digna de Certeau, *A Bailarina da Morte* traz em seu escopo uma narrativa fluida e acessível, contribuindo para que a obra alcance o grande público, rememorando cenas de um passado que parece ainda latente<sup>4</sup>: a negação da doença por diversas autoridades, tanto políticas, quanto médicas (p. 71); a busca por soluções fáceis, curas e remédios milagrosos, como por exemplo poções e tônicos (p. 183), além do “cloroquinino” (p. 214); o fechamento de espaços públicos, como escolas e igrejas (p. 186); e diversas cartilhas de conselhos profiláticos, dentre eles, o isolamento social (p. 189).

Dar nomes àqueles que, com o passar dos tempos, tornaram-se apenas números, é outro mérito das pesquisadoras, numa tarefa de visibilizar sujeitos até então renegados pela historiografia: pessoas comuns, gente do cotidiano, pobres e negros, principais vítimas da “doença bailarina”. Este objetivo é constantemente perseguido e alcançado durante toda a jornada apresentada ao leitor, não apenas em seu texto, mas também nas inúmeras imagens que ilustram o trabalho, numa demonstração de plasticidade ao se lidar com diversas fontes primárias inéditas, sempre com o cuidado da preservação de suas historicidades.

Por fim, e não menos importante, outro contributo pode ser elencado no trabalho de Lilia Schwarcz e Heloisa Starling: as formas como o trágico evento epidêmico que traumatizou a população brasileira que adentrava os anos 1920 foi politizada por autoridades, que em diversos momentos utilizaram-se de recursos de desinformação – dentre eles as subnotificações do número de mortos –, até o momento em que não se conseguiu mais esconder a gravidade da situação. Estas mesmas autoridades acabaram por ser obrigadas pelos fatos a cederem aos aparatos científicos e recomendações sanitárias, evento que contribuiu para a criação de dispositivos e políticas públicas até então

<sup>3</sup> Vide, J. Revel, “Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado”, *Revista brasileira de educação*, v. 15, n. 45 (2010), p. 434-444.

<sup>4</sup> M. De Certeau, *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, Petrópolis, Editora Vozes, 2012.

inexistentes no país, dado que, em 1918, ainda não havia protocolos nacionais que pudessem orientar os entes federativos, resultando em tomadas de decisões heterogêneas por cada estado no enfrentamento da doença (p. 331).

Essas questões, levantadas durante a maioria dos capítulos, provocam reflexões a respeito de como são importantes mecanismos homogêneos de atuação quando o assunto é a saúde pública, já que naqueles tempos não existia o que hoje é denominado no Brasil de Ministério da Saúde, o qual ainda levaria alguns anos para ser criado. Também não existia o que hoje denomina-se Sistema Único de Saúde (SUS), órgão responsável pela operacionalização do atendimento público de saúde, resultante do pacto firmado pela Constituição Federal de 1988 que, de acordo com seu artigo 196, tem como prerrogativa garantir a saúde como “direito de todos” e “dever do Estado”<sup>5</sup>.

É sabido que existe na contemporaneidade uma grande dificuldade de se lidar com a morte e o luto, ambos insistentemente negados. *A Bailarina da Morte: a gripe espanhola no Brasil*, além de sua função historiográfica, desperta a importância da redescoberta da morte e do luto como historicamente fundamentais nas sociedades, pois ambas funcionam também como forma de aprimorar nossas ações em defesa da vida.

DANIEL FLORENCE GIESBRECHT  
Universidade de Coimbra, CEIS20, FLUC  
prof.daniel.florence@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-4142-6860>

<sup>5</sup> Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Brasília. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

**Daniel Estudante Protásio (org.), *Historiografia, Cultura e Política na época do Visconde de Santarém (1791-1856)*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019, ISBN: 978-989-8068-24-8.**

Apesar da centralidade da temática historiográfica, este livro aborda outros aspectos relacionados com a cultura política realista, moderada e radical de Oitocentos. Tendo como referência a memória e a ação de realistas, miguelistas e conservadores moderados, num tempo de difícil afirmação do liberalismo e de triunfo do Cartismo, o ângulo escolhido para a identificação do período cronológico que abrange, *latu sensu*, a primeira metade do século XIX, permitiu resgatar e sistematizar o lastro deixado pela tradição contrarrevolucionária nos domínios da cultura, da política, da diplomacia, da história, da religião e da arte. Esta intenção compagina-se com a ação e o pensamento do aristocrata erudito que, depois do triunfo do Setembrismo, preferiu o exílio em Paris ao manso refúgio num qualquer local de província no reino. Saliente-se que o visconde de Santarém viveu, na sua juventude, na Corte portuguesa no Rio de Janeiro. Como todos os miguelistas, foi profundamente tocado pela crise atlântica do Império Português. Manteve-se ao longo da vida monárquico anticonstitucionalista. Serviu D. Miguel em vários momentos e missões, com algum sentido crítico na fase final do miguelismo, e permaneceu no exílio em França de 1835 até 1865, ano da sua morte.

Deixando de lado o tempo menos conhecido do exílio, a *época do 2.º visconde de Santarém* foi pensada, portanto, na confluência da teoria da história, da cultura política e da diplomacia. Para corresponder a este triplo desígnio o livro apresenta-se estruturado em três partes: Historiografia, Cultura e Política.

Inscrevem-se na primeira parte da obra, dedicada à historiografia, os estudos de Temístocles Cezar, Valdei Araújo, Ricardo de Brito, Armando Malheiro da Silva e Daniel Protásio. A visão do tempo histórico articula-se no espaço luso-brasileiro, a partir da construção do discurso historiográfico, sob a égide do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado no Rio de Janeiro em 1838, e do pensamento de José da Silva Lisboa (1756-1835), o visconde de Cairu.

A recuperação da divisa ciceroniana, *Historia magistra vitae* ajusta-se, como *topos* retórico e também como modelo conceptual, aos debates entre antigos e modernos na escrita da História do Brasil independente, como assinala Temístocles Cezar. Longe de nos transportar para a matriz da história nacional, segundo o figurino da *História Geral do Brasil* de Varnhagen, o autor enfatiza o prestígio moral do ofício de historiador e o debate prévio travado nos

primórdios do IHGB entre antigos e modernos. Em síntese, analisa e compara três manifestos críticos: *O “Discurso inaugural”* do cônego Januário Cunha Barbosa, secretário perpétuo do IHGB, publicado em 1839; a dissertação de Carl Friederich Phillip von Martius, “Como se deve escrever a História do Brasil” datada de 1844, em resposta à questãoposta a concurso pelo IHGB; e as “Indicações sobre a História Nacional” (1894) do conselheiro Tristão Alencar Araripe. Esta última reflexão, escrita em pleno regime republicano transporta a discórdia política para a narrativa histórica, revelando que o historiador acompanha o esgotamento do *tempo Saquarema*, ou seja, o termo da monarquia e da escravidão no Brasil.

Na transição para a independência, também José da Siva Lisboa, na *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil* (1825) experimenta a tensão entre os antigos e os novos *exempla*. Leitor e tradutor do Edmund Burke, Robertson, Hume e Adam Smith, o visconde de Cairu, conforme é sublinhado por Valdei Araújo, funde naquela obra “três diferentes macronarrativas”. A da ação providencial, a do conflito pela liberdade *versus* autoridade, e a da passagem do senhorialismo para sistema comercial, aberto, livre e capitalista.

Na mesma conjuntura de “guerra de ideias em Portugal”, como refere Ricardo Brito, o uso dos conceitos da linguagem política faz sentido se for articulado com os vários regimes de historicidade em confronto na época. Nos debates das Cortes Constituintes de 1821-1822, diz-nos este autor, o termo revolução aparece em 170 vezes enquanto regeneração, muito mais usual, é ostentado em 511 referências discursivas parlamentares.

No primeiro liberalismo português o léxico não engana: Cortes em vez de Parlamento, Constituição antiga alimentando o desejo de uma Constituição moderna, Regeneração suplantando com frequência o alcance da Revolução. Enfim, o léxico dominante, de fundo historicista, guia a visão do presente por uma perspetiva idealizada do passado, amortecendo, de certo modo, o choque trazido pela mudança revolucionária. Retomando a teorização de Koselleck e a trajetória do conceito de Revolução em Portugal entre 1750 e 1870, já traçado por Fátima Sá e Melo Ferreira (2012), é observável, no caso português, que o conceito Revolução remete para a temporalização da História, porque impõe a ideia de rutura e começo de uma nova era, e para ideologização da linguagem histórica, na medida em que assinala a consciência da passagem do Antigo Regime para modernidade política. Colocando em contexto os usos da linguagem política, como preceitua Skinner, verifica-se que existe uma diferença profunda entre o *Portugal Regenerado* do liberal Borges Carneiro em 1821 e o *Portugal e a Revolução* de Faustino José da Madre de Deus, texto que viu a luz do prelo em 1832,

ano do início da guerra civil. No primeiro livro a liberdade revolucionária é assumida como imperativo de justiça e mola do programa político do vintismo. No segundo, a revolução é vista como um perigo exterior, é rejeitada e sentida como ameaça à ordem vigente.

Como reconhece o organizador deste livro, a apreensão dos vários matizes do processo político é muitas vezes dificultada pela falta de bons instrumentos de consulta. Neste contexto, Armando Malheiro da Silva e Daniel Estudante Protásio apresentam as bases para a futura elaboração de um Dicionário Crítico do tempo de D. Miguel (1828-1834). No campo das experiências partilhadas, marcadas pela transição e pelo conflito de interpretações, por disputas de gosto e sensibilidade, a arte teve um papel destacado. Basta atender ao retrato de família do 1.º visconde de Santarém, executado por Domingos Sequeira (1768-1837). À data da encomenda e da realização do quadro, o jovem Manuel Francisco Leitão e Carvalhosa encontrava-se no Rio de Janeiro, mas nem por isso deixa de comparecer na cena de família fixada por Sequeira. Este dado é especialmente relevante na reconstituição que Alexandra Gomes Markl faz do ambiente cultural da casa do visconde de Santarém.

Na época, a vivência do catolicismo não deixou de ser abalada por um profundo sentimento de medo e de insegurança. Prova disso é a devoção de Nossa Senhora da Rocha, alimentada pelos miguelistas. O novo culto despertou em maio de 1822, com a divulgação de um pequeno opúsculo de Frei Cláudio da Conceição alusivo a “um prodígio raro” atribuído à imagem encontrada por um grupo de rapazes na ribeira do Jamor, às portas de Lisboa. Segundo o estudo de caso desenvolvido por Fátima Sá e Melo Ferreira, percebe-se que a divulgação do culto de Nossa Senhora da Rocha é alimentada por conhecidas figuras do clero ligadas à contrarrevolução, onde se inclui José Agostinho de Macedo. A leitura política da crença intensificou-se a partir de 1825 e acompanhou a expansão territorial da nova hagiografia durante o miguelismo.

À margem do campo religioso, as relações políticas entre Estados convocam ainda sólidas abordagens transnacionais. A última parte deste livro abre com o interessante texto: “‘La Peninsula das Hespanhas’ y los Legitimismos. La última función (1828-1840)” de Juan Pan-Montojo e Andrés María Vicent. Estes autores focam a questão do legitimismo na Península Ibérica mostrando as conexões internacionais deste movimento e, especialmente, as similitudes e interferências dinásticas entre Portugal e Espanha. O sintagma utilizado no título deste capítulo “La Peninsula das Hespanhas”, retirado da Convenção de Évora Monte (1834), expressa bem a geminação do problema do legitimismo aquando da sua parcial resolução com o afastamento de D. Miguel e D. Carlos

dos tronos de Portugal e Espanha. A percepção europeia da aliança política entre o miguelismo e o carlismo e a falência internacional das “monarquias globais” ibéricas nos inícios do século XIX são outros tópicos abordados neste capítulo. Como sublinham os autores, no plano internacional, a Península Ibérica constituía uma unidade geopolítica de menor importância no xadrez europeu. Tinha o seu território reduzido depois da perda ou fragmentação dos impérios coloniais de Espanha e Portugal e confrontava-se com guerras de sucessão e guerras civis conexas nos dois países.

Relaciona-se com esta problemática a reflexão de Mendoza y Gómez de Valugera sobre a correspondência diplomática entre Portugal e Espanha durante os últimos meses de vida de Fernando VII (1832/1833), no fim da chamada “decada ominosa”. António Ribeiro Saraiva e o conde de Figueira, representante português na Corte de Madrid, revelavam-se próximos do partido de D. Carlos, que era casado com D. Maria Francisca, irmã de D. Miguel, e pretendente ao trono. O desfecho da crise dinástica em Espanha coincide com o início da guerra civil (1832-34) em Portugal, daí a importância da correspondência analisada que, entre outros aspectos, revela os impasses das expedições militares preparadas em Espanha para apoiar primeiro os miguelistas e depois o partido de D. Pedro e a causa de Dona Maria da Glória.

Ora, é no contexto da radicalização das forças realistas e liberais e das ingerências da diplomacia francesa e inglesa nos assuntos ibéricos, até à assinatura da Quádrupla Aliança (22 de abril de 1834), que Daniel Protásio estuda, com abundante informação, as diferentes fações e sensibilidades políticas em presença em Portugal no período miguelista. No capítulo intitulado “Moderados e ultras na regência e no reinado de D. Miguel (1828-1834)”, a reconstituição prosopográfica de elementos da nobreza ligados à diplomacia, ao governo e ao exército são fundamentais para se perceber as redes sociais, os laços de parentesco, os alinhamentos conjunturais e as afinidades ideológicas dos apoiantes e críticos de D. Miguel. O autor evidencia também que o conflito surdo entre os contrarrevolucionários que se exilaram, em 1826-1827, e os que permaneceram em Portugal, ao abrigo da Carta Constitucional, vai manter-se e produzir efeitos nas nomeações para cargos militares, diplomáticos e governativos. Significativa é também a chamada de atenção para as posições mais ponderadas e frias, no campo diplomático, do visconde de Santarém, do conde da Ponte e do duque de Cadaval, identificados com a fação moderada do miguelismo, em contraponto com os partidários do conde de Basto, defensores de perseguições internas e do isolamento internacional da causa de D. Miguel.

Em síntese, o livro *Historiografia, Cultura e Política na época do Visconde de Santarém (1791-1856)* que integra a coleção *Historiographica – Lisbon Historical Studies*, contém um atualizado acervo de estudos para quem queira conhecer a fundo a sociologia e a cultura contrarrevolucionária, numa ótica interna mas sem deixar de fora o eco atlântico da mudança política e o alastramento ibérico e transnacional do legitimismo conservador.

ANA CRISTINA ARAÚJO

Universidade de Coimbra, CHSC, Faculdade de Letras

araudo.anacris@sapo.pt

<https://orcid.org/0000-0001-5267-8196>

**António Manuel Hespanha, *Filhos da Terra: Identidades mestiças nos confins da expansão portuguesa*, Tinta da China, 2019, 366 p., ISBN: 978-989-671-476-5.**

Última obra do historiador António Manuel Hespanha, falecido em 2019, *Filhos da Terra* realiza uma imersão no “império sombra” ou império informal dos portugueses, trilhando um percurso pelas mais remotas paragens atingidas pela expansão lusitana na época moderna.

Por “império sombra” (*shadow empire*) – expressão cunhada por George Winius no texto *Portugal's Shadow Empire in the Bay of Bengal* (1991), em que analisa a presença não oficial portuguesa no Golfo de Bengala – comprehende-se os territórios e comunidades situados nas franjas do império, para além das fronteiras da monarquia portuguesa e da sua estrutura formal de dominação política. Constitui os espaços periféricos, dotados de frágeis aparatos administrativos formais.

Neste trabalho, interessa a Hespanha uma outra face do império, menos evidente, mais silenciosa e contraditória, pouco cômoda e, talvez por isso, ainda parcamente desbravada pela historiografia imperial. Seu foco central de análise incide no conjunto de comunidades “portuguesas” que, nas margens do império colonial português, sobretudo na África e na Ásia, consideravam-se ou eram consideradas “portuguesas” pelas sociedades circundantes.

Trata-se de um mundo eminentemente mestiço, com frágil ligação biomorfológica ou cultural com Portugal. Eram grupos muito heterogêneos, compostos por identidades fluídas, camaleônicas, adaptáveis às circunstâncias. Neste quadro multifacetado, o componente português esvai-se. Restam crenças e práticas religiosas reambientadas, algo da língua, memórias bastante reelaboradas, traços da forma de vestir, escassas feições físicas. Nesse sentido, embora possa suscitar um certo sentimento de familiaridade com o universo lusitano, o “portuguesismo” não configurava um marco identitário exclusivo, mas apenas um entre vários aspectos existentes nestas sociedades.

Tal constatação implica que o objeto de estudo traz alguns problemas de cariz metodológico, escrutinados pelo autor no início do livro. As comunidades pesquisadas, diante de sua complexa miríade de elementos distintivos, revelaram-se profundamente mestiças e ambíguas. Atribuir-lhes uma identidade “portuguesa” mostra-se uma opção temerária, derivando mais de uma tradição cultural e de um imaginário sobre a expansão portuguesa – fundados numa ideologia de um Portugal por natureza pluricontinental, alicerçada pela interpretação luso-tropical de Gilberto Freyre – do que de uma impressão

embasada em evidências empíricas. Agrupar, portanto, as diferentes sociedades em um conjunto, isolando-as das intrincadas misturas que as atravessam, e destacar as particularidades “portuguesas”, é antes uma decisão arbitrária do autor, assumida de antemão. Para atenuar tal carga ideológica, Hespanha, de maneira cautelosa, realça o caráter construído do seu objeto de pesquisa, sublinhando com o uso de aspas a artificialidade da designação dessas comunidades como “portuguesas” ou da imputação de uma identidade “portuguesa” a seus membros, aspas reproduzidas nesta recensão.

Outros aspectos metodológicos são destacados pelo autor. Comunidades autônomas, com modelos de organização pouco sujeitos ao poder emanado do centro político, não foram um fenômeno particular de Portugal. Podem ser observadas em outros impérios coloniais europeus. Aliás, existiram nas próprias metrópoles. Acontece que, tanto em Portugal como em outros impérios, a maior parte das fontes da história colonial, produzidas nas malhas do aparelho estatal, não se refere ou desmerece a atuação dos atores da expansão informal, centrando sua atenção nas atividades oficiais, protagonizadas pelos agentes régios. Os cronistas eclesiásticos constituem uma exceção. Na órbita não oficial, também escasseiam registros sobre estes sujeitos, pouco ou nada relacionados com os poderes formais. Para os múltiplos cenários, há mais fontes estrangeiras sobre estas comunidades do que portuguesas.

A questão das fontes conduz o autor a outro desafio metodológico. O problema do desequilíbrio entre fontes externas e internas. Tais grupos normalmente não escreveram suas experiências ou não registraram as impressões que percebiam de si. Por isso, a reconstituição do imaginário sobre sua identidade deve abandonar os esquemas conceituais, os sentidos prévios, o olhar enviesado impregnado na escrita das fontes europeias e no próprio senso comum, a fim de evitar deturpações, na tentativa de captar a identidade a partir de dentro.

Ao encarar tais mundos periféricos, espaços jurisdicionais com contornos desfocados e estatutos políticos indefinidos, Hespanha constata que uma análise meramente focada nas instituições formais de governo não seria apropriada para salientar os aspectos característicos destas comunidades, em especial quanto à fixação dos seus traços identitários, bem como à sua relação com a expansão portuguesa. Nesse sentido, o historiador debruça-se sobre processos mais difusos de organização e dominação, que a história institucional, por vezes, tem relutância em considerar.

Alargando a visão, Hespanha percebeu que os arranjos políticos internos destas sociedades não configuravam meros reflexos da administração metropolitana. Inspirado no trabalho de H. Patrick Glenn, *Legal Traditions of the World* (2007), e comparando com modelos de governo de outras comunidades,

vislumbrou semelhanças com a organização de outras sociedades tradicionais espalhadas pelo mundo. Assim, pareceu-lhe importante uma observação mais ampla dos imaginários e das culturas políticas locais.

Hespanha entendeu que a compreensão destas comunidades como extensões informais do império formal ou a sua instrumentalização pelas lógicas metropolitanas era bastante problemática. George Winius, ao referir-se ao “império sombra”, mostrava como este completava os domínios da estrutura formal, através de fluxos comerciais ou amparo às redes oficiais de poder português. Contudo, ao longo do livro, Hespanha evidencia que cada comunidade possuía lógicas próprias, variáveis ao sabor das situações concretas. Seus agentes protagonizavam uma pluralidade de papéis e ofertavam lealdades fragmentadas e fugazes. Por vezes, serviam aos objetivos do império, porém, frequentemente, contrapunham-se a ele, agindo de forma independente ou em concerto com os potentados locais hostis aos portugueses. Face a interesses múltiplos e a ambíguas alianças políticas, complementaridade, dependência mútua e oposição intercalaram-se no equilíbrio com o poder formal. Deste modo, o autor procurou em sua análise escapar de dois imaginários fortíssimos, o “mundo português” e o “modelo estadual”.

Após delimitar seu objeto de estudo, o império informal, e traçar considerações de natureza teórico-metodológicas nos dois primeiros capítulos, Hespanha avança sobre as “províncias do império sombra”. No terceiro capítulo, o mais extenso da obra, emergem os “filhos da terra”. Denominação que aparece frequentemente nas zonas da expansão portuguesa, desde o Brasil, Guiné e Cabo Verde, até Bengala ou Macau. Evocando localismo, a expressão servia para assinalar a distinção, simultaneamente, em relação aos nativos e aos portugueses do reino. Ausente de alusão à uma origem étnica ou cultural específica, remete a quem nasceu e vive no lugar, sendo, por isso, diferente de quem nasceu ou vem de fora.

Para além das fronteiras do reino e das conquistas, o autor percorre o mundo dos “portugueses” fora de Portugal, passando pela Guiné, América, Angola, Moçambique, Índia, Sudeste Asiático, Indochina, Macau e o Extremo Oriente. Surgem então os “lançados” ou “tangomaos” em Guiné, os “ambaquistas” em Angola, os “muzungos” em Moçambique. Na América, o Brasil, enquanto território bem emoldurado pelas estruturas administrativas da Coroa, não integra a análise. O olhar centrou-se nos “portugueses” das áreas fronteiriças ou de zonas da América espanhola. No Oriente, aparecem os “nazarenos”, “francos”, “topasses”, entre outras designações associadas aos portugueses. A Índia, por representar uma imensa região, foi desdobrada em vários cenários menores, em função da diversidade encontrada. Nos arredores da rede imperial, situava-se um grande número de comunidades dispersas, identificadas como “portuguesas”.

De um modo geral, o autor apresenta um panorama de grupos bastante autônomos e mestiços, soltos de um controle imperial eficaz, e muito diversos entre si. A identidade estava longe de ser homogênea. O “portuguesismo” das comunidades era policromático nos seus contornos, frequentemente localizados em fatores, de caráter minoritário, linguísticos e religiosos, mas também em trajes e hábitos europeus.

Nomes europeus e usos de palavras ou expressões portuguesas, geralmente modificadas em relação ao idioma padrão, inseridos em línguas locais, habilitavam a atuação como intérpretes e intermediários, uma peça chave no contato entre as comunidades locais e os agentes da Coroa. A religião cristã, mesmo quando incrustada de acentuado sincretismo com as religiões populares, servia de sustentáculo ao sentimento de pertença ao grupo, consolidando os seus laços internos, atenuando até mesmo óbices identitários, como a cor ou a casta. Vestimentas consideradas europeias, como blusas e vestidos para mulheres e chapéus e calças para homens, e a manutenção de certos hábitos ou traços culturais europeus, como os armamentos e a forma de fazer guerra, também serviam como linhas de distinção perante os nativos. Eram a “gente de chapéu”, os “filhos do chão”, os “filhos da terra”.

A despeito da reminiscência europeia evocada por tais elementos, aos olhos de seus compatriotas ou de outros vizinhos europeus, a “tribo portuguesa” – expressão provocativa de Leonard Andaya, criada para “deseuropeizar” a identidade dos grupos luso-asiáticos, e empregada por Hespanha ao longo do livro – era considerada quase nativa e descrita com desprezo nos relatos dos viajantes brancos. Entretanto, apesar das imagens depreciativas que suscitavam entre as autoridades oficiais portuguesas e entre outros europeus, alguns setores “portugueses” destas comunidades gozavam de prestígio. Era o caso dos soldados profissionais, intérpretes, comerciantes, médicos, cirurgiões e cristãos, tema do quarto capítulo, intitulado “a tribo portuguesa”.

Com base nas diversas fontes utilizadas na análise, Hespanha tenta estimar o volume demográfico da “tribo portuguesa” espalhada pelo império informal, muito embora, como reconhecido pelo próprio autor, salvo raras exceções, os números indicados nos documentos fossem destituídos de grande rigor. Partindo do princípio – assumidamente arriscado – de que os valores das fontes referem-se somente aos chefes de família, como era corrente na época, o autor multiplica-os por cinco, um aleatório coeficiente aplicado para abranger o restante dos familiares, além de adicionar uma dezena ao quantitativo, equivalente à média da criadagem e escravaria de suas casas. No total, o autor apresenta o questionável, devido à fragilidade empírica, montante de 200 mil “portugueses” em todo espaço africano e asiático no século XVII, desconsiderando os cristãos da China e do Japão.

Os três últimos capítulos do livro são dedicados: à organização administrativa das comunidades e sua débil ligação com o poder formal; a problematizações relacionadas à questão da identidade, evidenciando as dificuldades em demarcá-las, face sua mutabilidade e conflitualidade interna, próprias das culturas mistas estudadas; e, por fim, ao imaginário acerca da expansão portuguesa, colocando em xeque seu caráter supostamente aberto, de integração racial, perpetuado na memória nacional lusitana.

A obra configura uma história social crítica da expansão portuguesa, solapando mitos e lugares comuns sobre o caráter “amável” ou “cordial” da colonização. O autor lança luz sobre a gente comum, que escolhia ou era empurrada para as bordas do mundo imperial. Entram em cena degredados, aventureiros, intérpretes, soldados, mercenários, armeiros, comerciantes, cristãos, cristãos-novos, entre outras figuras, que permearam longínquos territórios, onde o vulto da Coroa parecia dissipar-se. Com grande mobilidade, em busca de negócios, maior permissividade ou em fuga de impostos, restrições e dificuldades, imiscuíam-se entre os nativos, integravam-se na vida comunitária, compondo populações fronteiriças no fluído e mestiço império informal.

A perspectiva adotada, o enquadramento dos espaços periféricos como centro da narrativa, pretende superar um enfoque europeu. Deslocando o protagonismo para as sociedades crioulizadas, traz para a história atores até então largamente eclipsados pela história do império formal. Ultrapassando os limites das fronteiras imperiais, em uma abordagem com viés global, a obra abre caminho para estudos que, explorando novas fontes e questões, aprofundem a análise, aceitando o desafio de iluminar as tímidas sombras do império português.

ISABELA AUGUSTA CARNEIRO BEZERRA

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Faculdade de Letras

isabela.bezerra@ifpb.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-5710-9440>

**Etsuko Miyata, *Portuguese Intervention in the Manila Galleon Trade. The Structure and Networks of Trade between Asia and America in the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> Centuries as Revealed by Chinese Ceramics and Spanish Archives*, Oxford, Archaeopress, 2016, 75 p., ISBN 978-1-78491-532-2.**

Etsuko Miyata completou em 1994 o bacharelato em Artes na Universidade Keio (Tóquio), com foco na arqueologia do comércio de cerâmica. Depois, frequentou na Universidade Rikkyo (Tóquio), simultaneamente, o bacharelato em Artes, em História da Ásia, e o mestrado em História, concluindo ambos em 1998. De 2005 a 2007 frequentou a Universidade de Santiago de Compostela onde obteve o Diploma de Estudos Avançados em História Contemporânea da América Latina, tendo também estagiado no *Museo de las Peregrinaciones y de Santiago*, onde fez avaliação de livros e peças de arte. De 2007 a 2009 frequentou a Universidade Pompeu Fabra (Barcelona), onde investigou as atividades jesuíticas no sudeste asiático. De regresso à Universidade Rikkyo, em 2014, Etsuko Miyata pôde concluir, em 2015, o seu doutoramento em História da Ásia. Desde 2014 trabalha no Centro de Estudos Asiáticos da Universidade Rikkyo.

Durante o seu pós-doutoramento na Sociedade Japonesa da Promoção, Etsuko Miyata investigou a expansão portuguesa na Ásia, particularmente, a complexa rede de comércio asiático construída pelos portugueses. Fê-lo em estudo documental e por análise de fragmentos de cerâmica, a par do comércio iniciado nas Filipinas, pelo governador Miguel López de Legazpi (g. 1565-1572). Deste trabalho de investigação em História Conectada e Global resultou a obra acima referida.

O núcleo central desta obra consiste no estudo da estrutura e na função do comércio em torno do galeão de Manila, especialmente durante os séculos XVI e XVII. O interesse especial desta obra está no facto de a autora sublinhar a importância da participação dos mercadores portugueses no comércio realizado na Ásia, através do galeão de Manila, por meio das conexões do comércio português com as colónias americanas de Espanha. Este estudo, original, mostra que produtos chineses eram, primeiramente, obtidos em Guangdong e Fujian e depois levados para Manila, através de Macau ou levados do sul da China. De facto, ricos mercadores cantoneses exportavam as suas mercadorias para Manila e Nagasáqui através de mercadores portugueses. Ilustra-se assim que o comércio português em Macau, desde 1557 e até ao período da plena prosperidade do galeão de Manila, foi importante, em virtude da falta de conhecimento político e comercial dos espanhóis sobre a Ásia e territórios do sudeste asiático. Este comércio com Macau seria, depois, proibido em meados do século XVII.

Outra das contribuições desta obra foi mostrar a importância dos conversos, por terem construído redes comerciais muito extensas, tanto na Europa, como na Ásia e na América. Através dos negócios operados com o galeão de Manila eles estabeleceram fortes elos comerciais com os mercadores que operavam no Novo México. A autora mostra que o comércio de curto alcance territorial estava intrinsecamente conectado com operações comerciais de longo alcance. Eram os conversos portugueses que estavam por detrás desta rede complexa de negócios, em virtude dos sólidos contactos que possuíam entre a Ásia e a Europa. Estavam especialmente ativos no Novo México e no Perú, mas acabaram por ser vítimas de perseguições da Inquisição, particularmente, de 1620 a 1650.

Como os espanhóis se encontravam oficialmente proibidos de entrar em Macau, mesmo no período da União Ibérica, abasteciam-se de produtos chineses e do sudeste asiático, que lhes eram levados da China, para Manila, quer por mercadores portugueses, quer por mercadores chineses. No entanto, os mercadores portugueses pagavam taxas alfandegárias, bem mais baixas, pelos seus produtos, do que os mercadores chineses. Por outro lado, depois do édito imperial de 1639, que pôs termo ao comércio português entre Macau e Nagasáqui, os portugueses deixaram de poder obter prata no Japão, pela venda de mercadorias chinesas, e passaram a ter de obter prata em Manila para comprar mercadorias chinesas.

Esta obra foi estruturada com quatro capítulos e uma conclusão. O capítulo I desta obra debruça-se sobre a estrutura dos mercados asiáticos e a participação das nações ibéricas neste comércio regional. Para se compreender as causas e os efeitos do surgimento deste comércio marítimo na Ásia, a autora explica o contexto histórico que levou a que portugueses e espanhóis fossem os primeiros europeus a construir o seu poderio na Ásia. Os espanhóis, fazendo uso da rede de comércio asiático construída pelos portugueses, trouxeram muitos navios a Cavite (Filipinas) para poder comerciar com a prata obtida nas suas colónias americanas. Neste capítulo esclarece-se também que, apesar da participação dos mercadores chineses ser uma das principais contribuições para o comércio asiático, em Manila, a maioria dos imigrantes chineses eram sobretudo trabalhadores (pedreiros, pescadores, porteiros, etc.), comerciantes e artesãos (alfaiates, sapateiros, ferreiros, carpinteiros, chapeleiros), mais do que mercadores. Na verdade, eram os mercadores portugueses o núcleo principal por detrás do comércio do galeão de Manila, que fez da capital das Filipinas um dos maiores entrepostos comerciais do Oriente, aonde afluiava seda e cerâmica chinesas, marfim, pérolas, rubis, safiras, ouro, artigos de ferro fundido, cobre, canela da ilha de Mindanau, gengibre, tamarindo e arroz. Foi pena que a autora não tivesse explicado que a consolidação do comércio entre Manila e a costa meridional da China levou ao crescimento rápido da migração chinesa para

Manila, cuja dimensão viria depois a preocupar as autoridades espanholas nas Filipinas. Vários tumultos levaram à chacina de milhares de chineses nas Filipinas e, inversamente, à amotinação no Mar das Celebes de remadores chineses, que levou ao assassinato do governador Gómez Pérez Dasmariñas (g. 1589-1593)<sup>1</sup>. Este capítulo também tem o mérito de explicar, em detalhe, a razão porque a dinastia Ming baniu o comércio chinês com o Japão em 1371.

O capítulo II deste livro enumera os produtos que eram exportados de Manila para a Nova Espanha. Entre estes produtos encontrava-se seda, algodão, cetim, damascos e outros têxteis, cravo, cerâmica decorada a ouro, artigos de laca japoneses, cera e mobílias. Com maior relevância estava a seda chinesa produzida em Hangzhou e Nanjing, e a cerâmica chinesa azul e branca da cidade de Jingdezhen (Jiangxi). Todos estes produtos tinham de ser comprados com metais nobres (ouro ou prata), e eram bem aceites em todas as colónias espanholas, do México ao Perú. No regresso a Manila, o galeão trazia prata, armas, munições, chumbo, salitre, vinho, farinha de trigo, azeite, queijos, banha, carne em conserva, fruta, frutos secos, vinagre, cordoaria, papel e livros.

Revelou-se significativa a aquisição de cerâmica chinesa por parte das ordens religiosas católicas espanholas, como se demonstrou através dos fragmentos de cerâmica chinesa (pratos, tigelas, jarras e copos) que foram encontrados em escavações realizadas em mosteiros e conventos na Nova Espanha. Por último, refere-se a importância dos mercadores portugueses conversos, de algumas ordens religiosas e, sobretudo, de mercadores mexicanos ricos (de ascendência espanhola, portuguesa ou italiana), que construíram as suas fortunas através do comércio de mercadorias asiáticas.

Já em 1570, um dos primeiros galeões que transportavam mercadorias das Filipinas para o Novo México registava sete centenas de artigos de cerâmica que foram entregues por portugueses. Os portugueses tentaram várias formas de participar neste comércio, mas cedo perceberam que não o podiam fazer diretamente, já que em 1590 um barco português que navegou de Macau para Acapulco, com mercadorias para negociar, acabou por ter a sua carga confiscada, por não possuir a licença necessária. Restava-lhes inserirem-se no comércio de mercadorias transportadas por galeões espanhóis, através de agentes portugueses e espanhóis nas Filipinas.

Outro aspeto curioso deste capítulo é a referência à presença de emigrantes chineses nas Américas, documentando que, em 1635, na Cidade do México já havia 20.000 chineses, muitos dos quais sendo inicialmente escravos, começaram

<sup>1</sup> Manuel Ollé, *La empresa de China. De la Armada Invencible al Galeón de Manila*, Barcelona, Alcantilado, 2002, p. 231-235.

por trabalhar nas fazendas agrícolas ou como empregados domésticos. O valor dos escravos chineses no mercado era 75% do valor dos escravos africanos, considerando a robustez física.

O capítulo III foi dedicado às rotas de comércio de cerâmica, desde a China meridional até à Nova Espanha. Baseia-se em estudos de fragmentos de cerâmica, encontrados em locais onde se verificaram naufrágios. A análise destes fragmentos mostra uma clara predominância de cerâmica produzida entre 1575 e inícios do século XVII, que corresponde a uma fase de produção, em maior escala, de cerâmica de Jingdezhen, exportada para o Ocidente através de Macau. Outro dado significativo deriva do facto de se ter verificado um declínio gradual no comércio de cerâmica chinesa, em torno das últimas décadas do século XVII, que se pode correlacionar: (i) com a perseguição da Inquisição aos mercadores conversos, que fugiram do Novo México; (ii) com a guerra naval e de corso, empreendida pela Companhia Holandesa das Índias Orientais e por corsários ingleses<sup>2</sup>; (iii) mas também com a guerra civil na China, na parte final da dinastia Ming e início da dinastia Qing.

Neste capítulo também se esclarece como os mercadores portugueses e chineses se diferenciaram nas mercadorias que comerciavam, na tentativa de coexistirem no comércio entre a China e Manila, evitando desta forma conflitos e rivalidades, prejudiciais ao comércio de cada um destes grupos. Enquanto os portugueses se especializavam em comerciar produtos de luxo, os chineses concentravam grande parte do seu comércio em produtos de consumo diário ou local. Aborda-se também a variação da procura e oferta de cerâmica chinesa na Nova Espanha, ao longo do tempo. A autora apresenta também uma explicação para o facto de a exportação da cerâmica chinesa ter alcançado o seu auge no final do século XVI e início do século XVII.

O capítulo IV debruçou-se sobre os vestígios de cerâmica chinesa encontrados em escavações arqueológicas realizadas em Portugal, Espanha e Países Baixos nos séculos XVI e XVII. As datações, quantidades e tipos de cerâmica chinesa encontrados, em cada uma das escavações, mostram a estrutura mercantil, as rotas e o volume de cerâmica chinesa importada, para cada período analisado. Neste âmbito, pôde concluir-se que o fluxo de mercadorias asiáticas levadas para Espanha foi mais abundante entre a segunda metade do século XVI e os inícios do século XVII. Contudo, a quantidade de cerâmica chinesa chegada a Sevilha era muito mais reduzida do que a quantidade que chegava a Portugal ou à Holanda. Em Portugal encontraram-se fragmentos de cerâmica chinesa do início do século XVI, ocorrência única em toda a Europa. Para Etsuko Miyata, este facto é indicativo de aquisição de cerâmica chinesa fora dos circuitos oficiais

<sup>2</sup> Arturo Giraldez, *The Age of Trade*, Maryland, Rowman & Littlefield, 2015, p. 30.

ou em Malaca. Contudo, existe ainda uma outra possibilidade, relacionada com a estadia, de mais de quinze meses, em Cantão, da armada de Fernão Peres de Andrade, quando aí chegou em 1517<sup>3</sup>. Em Lisboa, encontrou-se cerâmica chinesa, também do século XVI, mas mais tardia, com decoração de motivos manuelinos, claramente indicativa de encomendas específicas feitas por portugueses endinheirados. Embora a autora não o refira, já na década de 1540 a elite lisboeta bebia chá em chávenas de porcelana Ming e datam desta época as primeiras encomendas de porcelana chinesa pintada com decoração portuguesa.

Procurou compreender-se o impacto que teve a chegada destes produtos asiáticos na cultura material da sociedade da Nova Espanha. Constatou-se, posteriormente, o aparecimento de um tipo de cerâmica de tipo Talavera, em Puebla (Los Angeles). Esta cerâmica procurava imitar a decoração chinesa. Embora a sua qualidade fosse inferior, era acessível a classes sociais de menor poder de compra. Só no século XVIII é que esta cerâmica local perdeu os elementos decorativos asiáticos e desenvolveu uma decoração original.

Alguma mercadoria asiática que chegava à Nova Espanha era despachada de Veracruz para Sevilha, que era o maior e mais importante porto europeu nos séculos XVI e XVII. Fora de Sevilha, a região espanhola que se notabilizou mais pelo comércio de certos produtos asiáticos foi a região costeira da província da Galiza e Santiago de Compostela, o que é facilmente compreendido pela proximidade geográfica e cultural da Galiza, em relação a Portugal. No século XVI, Portugal foi o maior importador europeu de cerâmica chinesa. Em Espanha, de uma forma geral, os produtos asiáticos não eram particularmente apreciados e, por esta razão, não eram importados. No século XVII, devido à formação da Companhia Holandesa das Índias, os Países Baixos ultrapassaram Portugal na importação de cerâmica chinesa.

Anteriormente à descoberta da rota do Cabo da Boa Esperança, tanto a seda como a cerâmica chinesas já eram altamente apreciadas na Europa e eram comercializadas por mercadores árabes. Neste âmbito, teria sido relevante que a autora tivesse referido a presença de porcelana chinesa em baixelas reais europeias antes do século XV. De facto, Maria, rainha consorte de Carlos II de Nápoles e Sicília (r. 1285-1309), já a mencionou no seu testamento de 1323. Também é sabido que o rei Luís I da Hungria (r. 1342-1382) adquiriu uma garrafa de cerâmica vidrada *qingbai* de ca. 1300-1320<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> João de Deus Ramos, “Relações de Portugal com a China anteriores ao estabelecimento de Macau”, *IDN-Revista Nação e Defesa*, 53 (1990), p. 161.

<sup>4</sup> Maria Antónia Pinto de Matos, “A Porcelana Chinesa” in *Portugal-China: 500 anos*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2014, p. 175.

Depois da conquista de Malaca, em 1511, estes produtos passaram a ser comercializados e transportados para a Europa, através de mercadores portugueses, que os traziam para Lisboa. Esta alteração também se repercutiu a nível social, porquanto as mercadorias asiáticas, que eram adquiridas pelos aristocratas da classe mais alta, passaram a ser consumidas pela classe média dos mercadores. Este estudo ajuda a compreender o comércio e a cultura material na Europa nos séculos XVI e XVII, antes da invasão de produtos orientais pela Europa, que aconteceu no século XVIII.

Na Conclusão desta obra, a autora sublinha que o comércio do galeão de Manila, que se estendeu por três séculos, não se cingiu à troca de seda por prata, mas constituiu-se num meio, deveras importante, de transferência de mercadorias, pessoas e alterações culturais entre meios geográficos muito distantes. O primeiro ímpeto destes fluxos foi, indubitavelmente, realizado por portugueses, por terem sido os primeiros europeus a conhecer bem a Ásia e o comércio asiático. Sem a participação portuguesa o comércio implementado pelo galeão de Manila não se teria desenvolvido tão rapidamente. Este comércio foi implementado por mercadores privados, de entre os quais se destaca o papel dos conversos portugueses que se instalaram na Ásia, que criaram redes com outros mercadores de origem judaica, que abrangiam três continentes. Entre estes poderosos mercadores conversos estava a família Landeiro e a família Millán. Tanto os registos de carga de navios, quanto a natureza dos fragmentos de cerâmica chinesa encontrados, indicam que os portugueses tiveram um papel importante no comércio transpacífico e no fornecimento de mercadorias asiáticas, através de Macau, a mercadores mexicanos.

Pese embora o mérito inegável desta obra, algumas referências são merecedoras de comentários críticos. Não foi correto que a autora escrevesse que a “Espanha finalmente se uniu com o casamento nos reis católicos em 1474” (p. 9). Na realidade, o casamento entre a princesa Isabel de Castela e o príncipe Fernando, filho de Juan II, rei de Aragão, teve lugar em outubro de 1469. Só em 1474 é que a princesa Isabel foi reconhecida em Castela como a sua rainha e o príncipe Fernando só herdou o trono de Aragão, depois da morte de seu pai em 1479<sup>5</sup>. Algumas datas referidas pela autora são também questionáveis para além do lapso grosseiro de situar a fundação do reino português, no século XV (p. 8).

O texto parece transmitir a ideia de que a viagem marítima de Cebu para Acapulco, em 1565, foi um primeiro empreendimento comercial. Na verdade, esta viagem, que durou quatro meses, foi só a tentativa para descobrir o caminho

<sup>5</sup> Vicente Ángel Álvarez Palenzuela, *Historia de España de la Edad Media*, Barcelona, Ariel, 2002, p. 797, 800, 802.

de retorno à Nova Espanha, de uma parte dos expedicionários que tinham desembarcado em Cebu, em meados de fevereiro desse ano. Por essa razão, esta viagem marítima foi orientada pelo cosmógrafo Fr. Andrés de Urdaneta. Só em 1573 é que Acapulco se converteu no porto autorizado, pelo vice-reinado da Nova Espanha, para comerciar com a Ásia<sup>6</sup>.

Teria sido enriquecedor se a autora tivesse mencionado que inicialmente faziam a viagem de Manila para Acapulco dois ou três galeões por ano e que, a partir de 1593, o rei Filipe II de Espanha decretou que este tráfego marítimo se limitasse a dois barcos que fariam apenas uma viagem por ano. Esta circunstância levou a que a carga dos galeões fosse maximizada, provocando naufrágios, por excesso de peso. Por outro lado, teria sido interessante referir que a carga do galeão de Manila, em Acapulco, era comercializada numa feira que podia durar entre vinte dias a dois meses, duração que era estipulada pelo vice-rei. Os artigos asiáticos seguiam, transportados por mulas, para outras cidades da Nova Espanha. Também não se explicou que o fim das viagens da Galeão de Manila ou Nau da China, em 1815, foi devido ao movimento insurgente que procurava a independência do México<sup>7</sup>.

JORGE MANUEL BOAVIDA FERNANDES DINIZ

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

jmbfdiniz@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8271-8849>

<sup>6</sup> Rosa Dopazo Durán, *El Galeón de Manila. Los objetos que llegaron de Oriente*, México, Ediciones Castillo, 2005, p. 18-19.

<sup>7</sup> Ibid., p. 32-33, 35, 37, 43.

## **Referees**

Alannah Tomkins (Keele University), Alberto Pena Rodríguez (Universidad de Vigo), Ana Isabel Lopez Salazar Codes (Universidad Complutense de Madrid), Ana Isabel Ribeiro (Universidade de Coimbra), Ana Isabel Silva (Universidade de Coimbra), Ana Leonor Pereira (Universidade de Coimbra), Ana Rita Rocha (Universidade Nova de Lisboa), Andreia Fidalgo (Universidade do Algarve), Angelo Assis (Universidade Federal de Viçosa), António Maduro (ISMAI), António Pinto Fundo (Universidade do Porto), António Rafael Amaro (Universidade de Coimbra), António Ribeiro (Universidade de Coimbra), Bruno Lopes (Universidade de Évora), Cristina Freitas (Universidade de Coimbra), Dina Alves (Instituto Politécnico de Leiria), Dina Sebastião (Universidade de Coimbra), Duarte Freitas (Universidade Autónoma de Lisboa), Eliane Cristina Deckmann Fleck (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Fernanda Cravidão (Universidade de Coimbra), Gisele Sanglard (Fundação Osvaldo Cruz – Brasil), Hermínia Vilar (Universidade de Évora), Irene Vaquinhas (Universidade de Coimbra), Jaime Gouveia (Universidade de Coimbra), Joana Brites (Universidade de Coimbra), João Paulo Avelãs Nunes (Universidade de Coimbra), João Rui Pita (Universidade de Coimbra), José María Francisco Olmos (Universidad CEU Cardenal Herrera), Laurinda Abreu (Universidade de Évora), Lisbeth de Oliveira Rodriguez (ISEGU–Lisboa), Luís Trindade (Universidade de Coimbra), Maria Manuela Tavares Ribeiro (Universidade de Coimbra), Margarida Neto (Universidade de Coimbra), Maria Amélia Álvaro de Campos (Universidade de Coimbra), Maria Antónia Lopes (Universidade de Coimbra), Maria Eugénia Mata (Universidade Nova de Lisboa), Maria Helena da Cruz Coelho (Universidade de Coimbra), Maria Raquel Freire (Universidade de Coimbra), Marina Monteiro Machado (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Ofelia Rey Castelao (Universidad de Santiago de Compostela), Paula Borges Santos (Universidade Nova de Lisboa), Paulo Matos (ISCTE-IUL), Pavel Szobi (Charles University), Pedro Ramos Pinto (University of Cambridge), Roger Lee de Jesus (Universidade de Coimbra), Rosário Morujão (Universidade de Coimbra), Rubén Castro (Universidad de Cantabria), Sérgio Neto (Universidade de Coimbra), Susana Guijarro González (Universidad de Cantabria)

(Página deixada propositadamente em branco)

## Sumário

### Editorial

MARGARIDA SOBRAL NETO.....	5
----------------------------	---

### Nota Introdutória

MARGARIDA SOBRAL NETO, ANA ISABEL RIBEIRO.....	11
--	----

### Artigos

#### *A Pestis secunda em Portugal (1362)*

#### *The Pestis secunda in Portugal (1362)*

ANDRÉ FILIPE OLIVEIRA DA SILVA .....	17
--------------------------------------	----

#### Resquícios de epidemias no Minho: os surtos de tifo nos séculos XIX e XX

#### *Remnants of epidemics in Minho: typhus outbreaks in the 19th and 20th centuries*

ALEXANDRA ESTEVES E MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO .....	35
--	----

#### Como se preveniu uma epidemia: a profilaxia da tuberculose

#### na primeira metade do século XX em Portugal

#### *How an epidemic was prevented: prophylaxis against tuberculosis*

#### *in the first half of the 20th century in Portugal*

ISMAEL VIEIRA .....	55
---------------------	----

#### Poor women and urban assistance in Early Modern Portugal:

#### the case of Hospital of Santiago of Braga

#### *Mulheres pobres e assistência urbana em Portugal na Idade Moderna:*

#### *o caso do Hospital de Santiago de Braga*

LUÍS GONÇALVES FERREIRA .....	77
-------------------------------	----

#### Assistência na doença: as boticas monásticas beneditinas no século XVIII

#### *Health care: the benedictine monastic apothecaries in the 18Th century*

ANABELA RAMOS .....	107
---------------------	-----

Uma alternativa revolucionária para o Serviço Nacional de Saúde? O jornal <i>Saúde pelo povo</i> (1975-1977) <i>A revolutionary alternative to the National Health Service?</i> <i>The newspaper Saúde pelo povo (1975-1977)</i>	PIERRE MARIE .....	131
<b>Varia</b>		
Gestão financeira em Lisboa entre dois reinados e um terramoto: as despesas municipais (1706-1777) Financial management in Lisbon between two reigns and an earthquake: municipal expenses (1706-1777)	PATRÍCIA COSTA .....	153
As finanças da Câmara Municipal de Coimbra nos finais do Antigo Regime (1762-1820) [II]: as despesas <i>The finances of Coimbra's City Council at the end of the Ancient Regime</i> (1762-1820) [II]: the expenses	JOSÉ LUÍS DOS SANTOS BARBOSA .....	175
Onde era Lisboa (séculos XIX a XXI)? <i>Where was Lisbon (19th-21st centuries)?</i>	ANA TOMÁS E NUNO VALÉRIO.....	209
Os “homens bons” da terra: a Corporação da Lavoura e a política agrária do Estado Novo <i>The “good men” of the land:</i> <i>the Corporação da Lavoura and the Estado Novo’s agrarian policy</i>	LEONARDO ABOIM PIRES .....	239
Relações diplomáticas entre Portugal e a UNESCO. A visita de Amadou-Matar M'Bow a Portugal em agosto de 1977 <i>Diplomatic relationships between Portugal and UNESCO.</i> <i>Amadou-Mahtar M'Bow travel to Portugal in August 1977</i>	RAQUEL VALENTE DOS SANTOS .....	263
Los sellos de validación de los concejos de Córdoba, Sevilla y Cádiz (siglos XIII-XIV) <i>The validation seals of the councils of Córdoba, Sevilla and Cádiz</i> (13th-14th centuries)	PABLO ALBERTO MESTRE NAVAS .....	287

O corso francês contra a Carreira da Índia na primeira metade do século XVI <i>French privateering and the Carreira da Índia in the first half of the sixteenth century</i>	307
MARCO OLIVEIRA Borges.....	
Estratégias femininas para solucionar problemas amorosos: processos de feitiçaria da Inquisição de Lisboa (séc. XVII) <i>Feminine strategies to solve love problems: witchcraft processes of the Lisbon Inquisition (17th century)</i>	327
INDIRA LEÃO .....	
“Ofensivo da sua honra e consideração”: os processos judiciais de injúrias e ofensa à moral pública da comarca de Coimbra em finais do século XIX <i>“Ofensivo da sua honra e consideração”: lawsuits of insults and offense to public moral from the judicial district of Coimbra in the late 19th century</i>	347
RITA PAIVA COSTA .....	
Estatísticas agrícolas regionais em Portugal (séculos XIX a XXI): fontes, problemas e historiografia <i>Regional agricultural statistics in Portugal (19th and 20th centuries): sources, problems and historiography</i>	367
DULCE FREIRE E CARLOS MANUEL FAÍSCA .....	
Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica <i>The use of newspapers as historical sources – a methodological synthesis</i>	397
JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS .....	
<b>Recensões críticas</b>	
Inês Maria Jordão Pinto .....	423
Gabriela Nóbrega .....	427
Cristóvão Mata .....	432
Pedro J. Barbosa da Silva .....	436
Daniel Florence Giesbrecht .....	444
Ana Cristina Araújo .....	448
Isabela Augusta Carneiro Bezerra .....	453
Jorge Manuel Boavida Fernandes Diniz .....	458
<b>Lista de Referees 2021 .....</b>	<b>465</b>

